

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Os Novos Riscos nas Notícias
A Construção Social do Naufrágio
do *Prestige* e da Pandemia de Gripe A

Gonçalo Manuel Pereira Cardoso Rosa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Especialidade: Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação

Júri:

Doutor Gustavo Leitão Cardoso, Professor Associado (com agregação) do ISCTE
Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Isabel Maria Ferin Cunha, Professora Associada,
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Doutor António Maria Salvado Coxito Granado, Professor Auxiliar
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor José Manuel Rebelo Guinote, Professor Associado (com agregação)
do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Jorge Fernandes Rodrigues Barreiros,
Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Rogério José Almeida Santos, Professor Associado
da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

Maio, 2013

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Os Novos Riscos nas Notícias
A Construção Social do Naufrágio
do *Prestige* e da Pandemia de Gripe A

Gonçalo Manuel Pereira Cardoso Rosa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Especialidade: Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação

Júri:

Doutor Gustavo Leitão Cardoso, Professor Associado (com agregação) do ISCTE
Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Isabel Maria Ferin Cunha, Professora Associada,
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Doutor António Maria Salvado Coxito Granado, Professor Auxiliar
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor José Manuel Rebelo Guinote, Professor Associado (com agregação)
do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Jorge Fernandes Rodrigues Barreiros,
Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Rogério José Almeida Santos, Professor Associado
da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

Maio, 2013

RESUMO

A sociedade de risco definida por Beck e Giddens é pautada pela emergência de riscos públicos, disruptivos e alarmantes. Alguns acontecimentos repetem narrativas já existentes, configurando-se como novas instâncias de um problema social conhecido; outros representam riscos sem precedentes para os quais a sociedade tem dificuldade em encontrar respostas. A representação dos media para diferentes ameaças contribui significativamente para a amplificação ou atenuação social do debate sobre cada risco e conseqüentemente para a sua assimilação pela audiência. Este projecto analisa dois acontecimentos recentes e discute o seu processo de construção social nas notícias.

Palavras-chave: sociologia do jornalismo; sociedade de risco; riscos ambientais e sanitários; comunicação mediada do risco

ABSTRACT

Defined by Beck and Giddens, the risk society is affected by the emergence of public, disruptive and alarming risks. Some events repeat existing narratives and are presented as settings of new instances of a known social problem; others represent unprecedented risks against which society struggles to find answers. Media representation of different threats contributes significantly to the social amplification or attenuation of the debate on each risk and consequently to their assimilation by the audience. This project examines two recent events and discusses the process of social construction in the news.

Keywords: sociology of journalism; risk society; environmental and health risks; risk mediated communication

IN MEMORIAM
MARIA JÚLIA PEREIRA
(1917-2012)

AGRADECIMENTOS

Para concretizar esta maratona de seis longos anos, o autor recebeu diversos estímulos e contributos sem os quais o trabalho ficaria notoriamente mais pobre. Aqui fica então o agradecimento sincero ao vice-almirante Augusto Ezequiel, às jornalistas Rita Siza, Alexandra Campos e Isabel Pereira Santos, aos médicos Francisco George, Filipe Froes, António Vaz Carneiro e Ana Jorge e aos humoristas António Jorge Gonçalves e Luís Afonso por aceitarem partilhar as suas recordações e, com esse esforço, ajudarem a preservar informação para memória futura; ao Luís Taklim, ao Vasco Martins, ao José Leitão Baptista e à Helena Abreu pelo estímulo constante; aos funcionários do arquivo de periódicos da Biblioteca Nacional e do jornal *Público* pela disponibilidade e simpatia; às doutoras Manuela Peleteiro, Isabel Falcão e Cristina Abreu dos Santos por aceitarem partilhar dados até agora inéditos; ao Alexandre Brito, que mediou contactos nesse mundo complexo que é a RTP; ao João Neto, da Associação Nacional das Farmácias, que abriu uma porta que parecia fechada à chave; aos colegas do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa pelo incentivo constante à conclusão do projecto; aos camaradas da redacção da *National Geographic*, sempre sensíveis às dificuldades de conciliar um projecto académico com a lufa-lufa da actividade jornalística, particularmente quando a investigação em causa não dispunha de qualquer bolsa; ao professor Rogério Santos, pela orientação empenhada, pelo esforço constante na referência bibliográfica e pelo ensinamento de que o óptimo é inimigo do bom; à A., cuja tragédia familiar tornou dramaticamente palpáveis os riscos da gripe A; e, por fim, à Ana e ao Xavier, pelo apoio incondicional e com a promessa solene de que não voltaremos a falar de derrames petrolíferos e pandemias à mesa de jantar.

ÍNDICE

Resumo.....	I
Agradecimentos.....	II
Índice.....	III
Introdução.....	1
1 – O risco na sociologia.....	5
1.1 – Origem do debate sobre o risco.....	5
1.2 – Modernização reflexiva.....	15
1.3 – Propostas alternativas.....	24
1.4 – A modernização ecológica.....	32
1.5 – A sociedade convergente.....	34
1.6 – Conclusão.....	37
2 – Efeitos de comunicação.....	39
2.1 – Estudo dos efeitos de comunicação.....	39
2.2 – Os media e a manipulação.....	41
2.3 – Teoria dos efeitos limitados ou <i>two-step flow</i>	46
2.4 – Estudos de agendamento.....	51
2.5 – Ciclos de atenção.....	58
2.6 – Revisões do conhecimento.....	60
2.7 – A segunda fase do agendamento.....	63
2.8 – O efeito <i>priming</i>	69
2.9 – Conclusão.....	70
3 – O estudo das fontes.....	72
3.1 – Fontes e acesso noticioso.....	72
3.2 – Modelos de sistematização.....	73
3.3 – Do espelho aos constrangimentos organizacionais.....	76
3.4 – Estudos de construção social.....	79
3.5 – Primeira vaga de estudos sobre as fontes não oficiais.....	89
3.6 – Temas emergentes.....	93
3.6.1 – Ambiente.....	94
3.6.2 – Ciência.....	97
3.7 – Estudos culturais.....	98
3.8 – Outras correntes radicais.....	101

3.9 – O campo jornalístico.....	102
3.10 – Conclusão.....	105
4 – A construção dos acontecimentos.....	106
4.1 – Acontecimentos, valores-notícia e objectividade.....	106
4.2 – Valores-notícia.....	108
4.3 – A emergência da objectividade.....	113
4.4 – O questionamento da objectividade.....	117
4.5 – Conclusão.....	121
5 – Risco nas notícias.....	122
5.1 – Amplificação e atenuação social do risco nas notícias.....	122
5.2 – O modelo da SARF.....	128
5.3 – Limitações da SARF.	133
5.4 – A comunicação mediada do risco.....	136
5.5 – Conclusão.....	146
6 – O projecto.....	147
6.1 – Pergunta de partida e linhas de investigação.....	150
6.1.1 – Agendamento.....	150
6.1.2 – Notícias sobre desastres ambientais, científicos ou tecnológicos.....	151
6.1.3 – Objectividade jornalística.....	152
6.1.4 – Uniformidade das vozes periciais.	154
6.1.5 – Enquadramentos dominantes... ..	155
6.1.6 – Tragédias locais e globais.	156
6.1.7 – Ilustração como ícone da ameaça.....	157
6.1.8 – A semântica do pânico.....	158
6.1.9 – O humor perante as ameaças.....	159
6.2 – Compreender as notícias de risco.....	160
6.3 – O <i>Prestige</i> , uma catástrofe prevista, mas improvável.....	161
6.3.1 – Cronologia do acidente.....	161
6.3.2 – Conhecimento acumulado sobre a cobertura de acidentes petrolíferos.....	167
6.3.3 – O <i>Prestige</i> na sociologia do jornalismo.....	170
6.4 – A gripe A, uma crise sanitária sem referências próximas.....	174
6.4.1 – Cronologia da pandemia.....	174
6.4.2 – A resposta das autoridades de saúde.....	179
6.4.3 – A sociologia da doença e os media.....	183

6.4.4 – As lições da pandemia.....	186
6.4.5 – A gripe A na sociologia do jornalismo.....	192
7 – Metodologia.....	196
7.1 – Análise textual e análise de conteúdo.....	196
7.2 – Outras abordagens.....	201
7.3 – A escolha dos meios.....	203
7.4 – Período de análise e triagem.....	206
7.5 – Indicadores.....	208
8 – Análise do caso do <i>Prestige</i>.....	217
8.1. – Indicadores quantitativos.....	220
8.2 – As faces do acontecimento.....	228
8.3 – O Instituto Hidrográfico e o gabinete de crise.....	237
8.4 – Definição do problema: manchas ou marés negras?	244
8.5 – Numeralização ou rotinização do acidente.....	248
8.6 – Dispositivos de visualização.....	252
8.7 – Enquadramentos dominantes.....	256
8.8 – Duplicados.....	263
8.9 – O uso do humor.....	267
8.10 – Constrangimentos produtivos.....	270
8.11 – Responsabilização e gestão da comunicação.....	276
8.12 – Notas finais.....	278
9 – Análise do caso da gripe A.....	282
9.1 – A história epidemiológica.....	292
9.2 – Organização em tempo de crise.....	305
9.3 – Enquadramentos iniciais.....	311
9.4 – O impulso do México.....	319
9.5 – Designações do problema.....	326
9.6 – Fontes oficiais e não oficiais.....	329
9.7 – O discurso sobre a gripe.....	353
9.8 – Organização da informação.....	357
9.9 – Imagem, metáfora da notícia.....	361
9.10 – A importância dos precedentes.....	370
9.11 – O debate sobre a vacinação.....	378
9.12 – O humor como escape.....	391

9.13 – Gestão de risco e comunicação de incerteza.....	399
10 – Conclusão	416
10.1 – Factores de amplificação ou atenuação do risco.....	420
10.1.1 – O domínio da incerteza.....	420
10.1.2 – A coesão pericial.....	424
10.1.3 – A aceitação de interlocutores.....	426
10.1.4 – Fugas ao discurso maioritário.....	429
10.1.5 – Falhas de coesão entre especialistas.....	430
10.1.6 – Difícil assimilação da correcção de expectativas.....	432
10.1.7 – Incapacidade de antecipar tentativa de dramatização.....	433
10.1.8 – As limitações formativas dos jornalistas.....	434
10.1.9 – Desconhecimento de algumas rotinas dos media.....	435
10.1.10 – Má gestão dos espaços virtuais.....	436
10.2 – Recomendações finais.....	437
Bibliografia.....	439
Anexo A – Grelha de análise de notícias sobre Prestige.....	472
Anexo B – Grelha de análise de notícias sobre gripe A (jornais).....	475
Anexo C – Grelha de análise de notícias sobre gripe A (televisão).....	478
Anexo D – Entrevista com vice-almirante Augusto Ezequiel.....	480
Anexo E – Entrevista com a jornalista Rita Siza.....	492
Anexo F – Entrevista com o humorista António Jorge Gonçalves.....	499
Anexo G – Entrevista com o humorista Luís Afonso.....	503
Anexo H – Entrevista com o director-geral da Saúde Francisco George.....	508
Anexo I – Entrevista com o médico Filipe Froes.....	514
Anexo J – Entrevista com o médico António Vaz Carneiro.....	522
Anexo K – Entrevista com a jornalista Alexandra Campos.....	533
Anexo L – Entrevista com a jornalista Isabel Pereira Santos.....	539
Anexo M – Entrevista com a ex-ministra Ana Jorge.....	548

INTRODUÇÃO

Integrado numa corrente de trabalhos que em Portugal e no resto do mundo tem vindo a examinar a relação da sociedade com a ciência, a tecnologia e o ambiente, este projecto visa avaliar processos de construção do risco nas sociedades contemporâneas. Colocados perante problemas cuja complexidade e terminologia nem sempre dominam, os agentes sociais procuram integrar os riscos emergentes no seu quotidiano. Nem todos os riscos, porém, são assimilados da mesma forma. A representação dos media para diferentes ameaças contribui significativamente para a amplificação ou atenuação do debate sobre cada risco e conseqüentemente para a sua assimilação pela audiência. A distorção entre a hierarquização dos riscos pelos peritos e as prioridades da divulgação noticiosa representa assim um promissor campo de investigação.

Simultaneamente, existe um “orçamento limitado de atenção” (Erbring e Miller, 1980: 28) para cada tema na agenda, uma vez que um acontecimento tem de vencer sucessivos obstáculos até ao seu agendamento e, uma vez consolidado na agenda jornalística, apenas mantém a saliência até esgotar o seu ciclo de atenção (Downs, 1972). É por isso relevante estudar o processo de representação noticiosa de cada tema, assimilando os constrangimentos a que está sujeito, os valores-notícias de que se reveste, os enquadramentos que o interpretam, as ressonâncias culturais que evoca e os proponentes que o justificam. Nos problemas associados à sociedade de risco (Beck, 1986/1992), este processo é mais premente, na medida em que entre o período de incubação de uma crise e o seu “evento desencadeador” pode mediar um intervalo considerável (Turner, 1978), justificando a interrogação fundamental deste projecto: obedecerão todas as notícias de risco às diversas fases do ciclo de atenção e à mesma velocidade, independentemente do contexto em que são produzidas, do envolvimento dos jornalistas que as relatam e da própria sequência de ocorrências que as define?

Discutiremos, ao longo desta dissertação, os mecanismos que afectam o agendamento de cada tema de risco, bem como o grau de autonomia gozado pelos jornalistas em cada fase da produção noticiosa, reconhecendo que as notícias sobre acontecimentos desastrosos (já verificados ou na iminência de sucederem) implicam interacções diferentes – frequentemente, mais dramatizadas – entre os meios de comunicação e as suas fontes. Cabe portanto ao investigador social desmontar o discurso e as condições de produção do mesmo, “através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise” (Vala, 1990: 104).

Como Nigel Sanitt postulou, em ciência há vários procedimentos metodológicos possíveis para produzir conhecimento. O mérito reside na escolha da maçaneta certa para abrir a porta adequada entre várias possibilidades e franquear a entrada para uma nova divisão, suscitando novas interrogações e pontos de partida (Sanitt, 2007: 60). cremos que a diversificação do projecto, estruturado em torno de dois casos contemporâneos e das respectivas representações noticiosas, forneceu garantias adequadas para contribuir para a literatura já existente com novas pistas sobre a produção de sentido na sociedade de risco.

Tentaremos assim demonstrar, numa primeira fase, que a percepção de um evento disruptivo, gerado acidentalmente e susceptível de um invulgar tratamento noticioso num curto intervalo de tempo, não obedece aos mesmos mecanismos da apreensão do risco continuado e gradualmente construído ao longo de meses ou anos. Para tal, analisaremos a construção noticiosa do acidente do petroleiro *Prestige* ao largo da costa da Galiza, em Novembro de 2002, e cruzá-la-emos com a bibliografia mais significativa sobre o tema (Molotch e Lester, 1975; Anderson, 2002). Utilizaremos portanto este caso como protótipo dos riscos previstos, mas improváveis, da modernidade, de acordo com Anthony Giddens (1991; 2009).

Na segunda fase do trabalho, dedicar-nos-emos aos riscos emergentes de longo prazo, traduzidos em eventos presumíveis, ou seja, aqueles cuja disrupção se adivinha como possível no futuro, mas sem certeza. Como problemas complexos que são, normalmente de elevada cientificidade e restritos maioritariamente ao âmbito da comunidade especializada capaz de os descodificar, os riscos de longo prazo envolvem intrincados processos de atribuição de sentido e lutas simbólicas entre os diversos campos. Procuraremos estudar a construção gradual da polémica relativa à pandemia de gripe A de 2009/2010, identificando o ciclo de interiorização que, como Ulrich Beck (1986/1992) previu, atravessa diferentes fases: da total ignorância de todos, excepto os peritos envolvidos na investigação do problema, até ao pânico provocado pela posse fragmentada de informação sobre os riscos de uma pandemia que, pelo seu carácter incompleto, provoca maior insegurança. É o protótipo dos riscos sem semelhanças históricas de referência e, portanto, razoavelmente imprevistos (Lupton, 1999).

Tentaremos compreender como diferentes tipos de risco moldam a sociedade e como são integrados no seu quotidiano, indagando que tipo de agentes são chamados a descodificar acontecimentos na agenda jornalística e de que forma o grau de alerta expresso no noticiário sobre cada risco corresponde à respectiva avaliação científica,

tendo em conta também a interferência de grupos de pressão na definição dos enquadramentos jornalísticos.

Interessa-nos sobretudo apurar que canais de comunicação são privilegiados para difundir informação sobre uma potencial crise ambiental ou sanitária e de que forma eles podem ser afectados por ruído. As estratégias políticas futuras de comunicação do risco à população – e sobretudo aos grupos mais expostos – terão seguramente de pesar estes dados, de forma a melhor direccionar os esforços, limitando a desconfiança que grupos tradicionalmente herméticos reservam aos organismos oficiais (Frewer, 2003).

Defendemos, dentro daquilo a que Érik Neveu (2001/2005) chamou a sociologia do jornalismo, que o papel dos meios de comunicação de massa é fundamental para compreender a generalização destes processos colectivos de atribuição de um sentido partilhado. A absorção mediática não será, naturalmente, o único processo através do qual os agentes sociais atribuem sentido a um acontecimento, a um problema ou a um risco. Os processos de interacção pessoal, no seio da comunidade, serão também importantes, bem como as restantes produções culturais. Mas é no seio dos media que um derrame de crude ou a noção de uma pandemia iminente são amplificados, a ponto de tocarem genericamente todos os membros do grupo e de os ajudarem a formular sentidos convergentes. Entre esta sensibilidade construída e a hierarquia dos riscos estabelecida pelas instituições oficiais pode, porém, existir enorme diferença, muito por força da orientação escolhida pelos media para amplificar ou atenuar cada risco (Jerónimo, 2006).

Colocamos assim os meios de comunicação no centro do nosso projecto, mesmo reconhecendo, como Philip Schlesinger (1990), o perigo de criar modelos demasiado mediocêntricos para analisar processos complexos de criação e transmissão de sentido. Na verdade, a literatura sobre a sociologia do risco (Cf. Beck, 1986/1992; Kasperson *et al*, 1988; Giddens, 1991; Pidgeon *et al*, 2003) subscreve a apreciação de que, na sociedade contemporânea, afigura-se decisivo integrar os media no debate sobre a estigmatização de determinados riscos, ora amplificados, ora atenuados, em processos que se desenrolam de modo aparentemente independente face à natureza “real” do risco (Rosa, 2003) e até à respectiva apreciação pericial (Gonçalves *et al*, 2007). Como Ulrich Beck notou, “somos uma criança perdida na floresta de símbolos de que fala Baudelaire (...) [e] temos de confiar na política simbólica dos media” (Beck, 1999: 44).

A sociedade moderna tardia de Giddens personifica um paradoxo. Produz mais informação do que nunca sobre cada risco e a democratização do acesso à mesma é

maior do que em qualquer outro período da história. No entanto, o mero acesso à informação não se traduz em acção. Brian Wynne argumentou mesmo que o excesso de informação tem como resultado o aumento da “ansiedade colectiva” (Wynne, 1996: 50) e da pressão social sobre os decisores, chamados a agir em cenário de incerteza científica, responsabilização política e económica, vigilância jornalística e desconfiança generalizada.

Como o grupo de Maria Eduarda Gonçalves registou, as sucessivas controvérsias associadas à representação pública de novos riscos abalaram convicções nas sociedades democráticas, particularmente na “objectividade e neutralidade da ciência, (n)a nitidez das fronteiras entre saber científico e saber comum, (n)a relação automática entre desenvolvimento técnico e progresso; (n)a plena aptidão da administração pública para prosseguir com autoridade o interesse geral” (Gonçalves *et al*, 2007: 14). É nesse debate que a presente dissertação se insere, procurando pistas sobre os processos de construção de sentido associados ao jornalismo, as lutas simbólicas entre campos de saber (Bourdieu, 1994/1997) e entre estes e o campo jornalístico, a capacidade para agir e explicar as acções de agentes e grupos com elevado poder simbólico e a distorção a que a mensagem dos gestores de crise está sujeita no processo de construção social das notícias, particularmente quando esta colide com valores normativos do exercício jornalístico ou com rotinas e constrangimentos organizacionais.

Ao utilizarem narrativas e estruturas discursivas susceptíveis de gerar ressonância em faixas alargadas da audiência dos media, as notícias expressam mais do que factos e interpretações sobre o sentido de ocorrências no mundo. Elas capturam e projectam ressonâncias culturais (Ettema, 2005), expressando as prioridades dos jornalistas e editores que lhes deram forma e das fontes de informação que os alimentaram e influenciaram, mas, acima de tudo, fornecendo janelas de observação para interpretar a sociedade e – neste projecto concreto – a sua assimilação de riscos ambientais, tecnológicos ou sanitários. Como Michael Schudson escreveu, “as notícias como forma de cultura incorporam suposições sobre o que interessa, o que faz sentido, em que tempo e espaço vivemos, e que espectro de considerações devemos tomar a sério” (Schudson, 1995: 14).

1 – O RISCO NA SOCIOLOGIA

Neste capítulo, procedemos à revisão da literatura sobre a sociedade de risco e as rupturas que ela comporta, acompanhando os contributos teóricos de Ulrich Beck, Anthony Giddens, Niklas Luhmann e Scott Lash. A presente dissertação insere-se, assim, na vasta corrente de trabalhos que têm documentado as perturbações do sistema tecnológico e pericial moderno, suscitando reflexão sobre o papel da especialização científica no debate público, a intermediação do jornalismo e a construção social dos acidentes e catástrofes.

1.1 – Origem do debate sobre o risco

Conceito difuso, alvo de múltiplas interpretações em disciplinas tão díspares como a Economia ou a Ciência Política, o risco ganhou papel preponderante nas abordagens sociológicas sobre a modernidade nas duas últimas décadas do século XX. A origem do conceito, pelo menos numa escala digna de reparo, foi associada por Bronislaw Szerszynski, Scott Lash e Brian Wynne (1996) às transacções comerciais dos mercadores italianos que, nos alvares do Renascimento, o usaram para expressar a margem de incerteza associada à sua actividade. Anthony Giddens acrescentou-lhe uma segunda dimensão histórica, recordando a sua utilização pelos exploradores terrestres e marítimos que, lançados em busca de novos territórios, desafiavam o desconhecido e apostavam a vida na possibilidade remota de encontrar novos territórios (Giddens e Pierson, 1998).

No passado mais próximo, o analista Stanley Cohen (1972) adaptou o conceito à realidade do crime, desenvolvendo uma célebre matriz sobre “histerias colectivas” e “bodes expiatórios”, prevendo o papel disruptivo dos acidentes na coesão social e a crescente importância dos agentes de risco na gestão de ansiedades sociais. Na introdução da sua obra, Cohen escreveu: “As sociedades parecem ser sujeitas, de vez em quando, a períodos de histeria colectiva. Uma condição, episódio, pessoa ou grupos de pessoas emergem e são definidos como uma ameaça aos valores e interesses sociais. A sua natureza é apresentada de forma estereotipada pelos media; as barricadas morais são conduzidas por editores, políticos e outras pessoas que ‘pensam correctamente’” (*opus cit.*: 9). Nesta fase, porém, o risco não era associado ainda a um processo de crítica social mais vasto, nem colocado como peça central na fase de transição de paradigmas sociais.

Na literatura económica, o risco tem merecido igualmente forte interesse, sobretudo porque a disruptura apresenta problemas e desafios bruscos à gestão, democratizando a possibilidade de uma crise de comunicação ou de produção, independentemente da dimensão da empresa ou instituição subitamente em apuros. Manuais de resposta às crises e de gestão comunicacional do risco são frequentes e apresentam uma dimensão bem explorada do conceito, como a recolha organizada por António Marques Mendes e colegas que documentaram vários exemplos de empresas portuguesas ou internacionais a braços com emergências súbitas (Mendes *et al*, 2006).

Igualmente na teoria económica, mas sob um diferente ponto de partida, Peter Bernstein (1996) argumentou convincentemente que a aceitação do risco marcou a transição da Idade Média para o Renascimento, constituindo o primeiro momento em que os agentes sociais recusaram o princípio de que a ordem existia apenas nos céus e no alinhamento dos planetas. Ao aceitarem o risco e o princípio de que a imprevisibilidade na sua agência pode ser condicionada, tornaram-se “até um certo ponto agentes livres. Como os gregos ou os primeiros cristãos, os fatalistas muçulmanos não estavam ainda preparados para esse salto” (Bernstein, 1996: 35).

De todo o modo, e admitindo esta riqueza polissémica que rodeia o conceito, o risco foi reelaborado pela sociologia no passado recente, ganhando papel central nos modelos de Ulrich Beck (1986/1992 ou 1999), Niklas Luhmann (1986/1989) ou Anthony Giddens (1990), que o consideraram essencial para compreender a sociedade moderna e a sua propensão para criar, reflectir ou comunicar novos riscos. O risco é um cálculo de probabilidade que não pode eliminar a pior probabilidade imaginável, por muito remota que esta se afigure. E se a modernidade toma diversas formas desde o período clássico da sociologia, ora como expressão do capitalismo para Marx, da racionalização para Weber ou da diferenciação funcional para Parsons, ela é agora entendida como uma fase de ruptura, em que se conjugam as três dimensões já mencionadas mas também as dinâmicas da liberdade política, da cidadania, da penetração da ciência em todas as esferas da vida, da emergência da sociedade civil e da contínua especialização tecnológica de cada agente social (Beck, 1999).

Para adoptar um dos célebres axiomas de Giddens (Giddens e Pierson, 1998: 209), as origens da sociedade de risco podem ser encontradas em duas transformações: o fim da natureza e o fim da tradição. O fim, naturalmente, não implica a extinção das duas metacategorias, mas sim o fim do seu reinado sobre as sociedades humanas. Para

Giddens, há cada vez menos aspectos da natureza não modificados pelo homem; ao mesmo tempo, a vida social já não é sentida, pelo menos em boa parte das sociedades industrializadas, como um destino prefabricado pela tradição, ao qual o agente social não consegue fugir. Estas duas evoluções estão assim na génese da sociedade de risco. Na apreciação de Beck, genericamente aceite pelos restantes autores¹, “o risco constitui a abordagem moderna para prever e controlar as consequências futuras da acção humana, os vários efeitos imprevistos da modernização radicalizada. É uma tentativa (institucionalizada), um mapa cognitivo para colonizar o futuro. Todas as sociedades já viveram perigos, mas o regime de risco é uma função de uma nova ordem: não é nacional, mas global. Relaciona-se intimamente com o processo decisório administrativo e técnico. O risco pressupõe decisão. E estas decisões eram tomadas no passado com normas fixas de cálculo, relacionando meios e fins ou causas e efeitos” (Beck, 1999: 3-4). Quer Beck quer Giddens esforçaram-se assim por sublinhar que a transição para a sociedade de risco não é uma opção, mas sim uma imposição das circunstâncias, que transcende as opções individuais.

Numa obra essencial de análise evolutiva da sociologia do risco, que utilizaremos como referência neste capítulo, o sociólogo sul-africano Piet Strydom (2002) considerou que, independentemente da origem e contexto históricos originais, o risco ganhou ênfase à medida que a sociedade moderna desencadeou processos crescentes de individualização e forçou cada agente social a maior reflexão sobre o seu papel na vida social. Este raciocínio inspira-se na perspectiva de Giddens, segundo a qual a modernidade gera novas angústias à medida que o indivíduo se debruça sobre o seu futuro, agora sujeito a menos constrangimentos, mas repleto de receios, e na proposta de Beck (1986/1992), que defendeu que, no contexto da crescente individualização, o risco aplicado a todas as esferas da vida pública e privada pode funcionar como *Freisetzung*, a libertação dos agentes sociais face aos constrangimentos normativos que marcaram as sociedades tradicionais ou pré-modernas.

Subjacente à obra de síntese de Strydom, está uma estrutura relativamente simplista de evolução da preocupação pública moderna com o risco. Para ele, o tema só ganha dimensão colectiva com os debates das décadas de 1950 e 1960 nos países industrializados em torno dos novos projectos industriais de exploração de energia

¹ Há naturalmente excepções: Langdon Winner (1986) contestou o carácter excessivamente determinista associado ao conceito de risco, tal como Hermínio Martins em Portugal, que propôs a substituição de “sociedade de risco” por “sociedades ou democracias de incerteza” (1998: 46).

nuclear. A segunda fase desta evolução corresponde, segundo Strydom, a uma nova dinâmica gerada pela globalização dos problemas ambientais, que têm potencial para afectar países e continentes e não apenas regiões ou cidades. No final do século XX, gera-se um terceiro momento em que o risco marca forte presença, graças às novas descobertas da engenharia genética e da biotecnologia, que despertam receios globais e forçam movimentos sociais e instituições a participar activamente. Do ponto de vista estatístico, apesar de pairarem sobre cada sociedade como um espectro ameaçador, estes riscos apresentam escassa probabilidade de ocorrência, levando Beck a perguntar: “Olhando para eles fria e racionalmente, isso não deveria implicar que eles mereceriam um estatuto menor do que os riscos há muito aceites como a carnificina dos acidentes rodoviários ou os riscos para fumadores?” (1999: 49)

É verdade que, como Strydom alegou, as ciências sociais entraram tardiamente neste campo e só o fizeram num momento em que a contestação e o conflito entre instituições tradicionais e novos movimentos grassava abertamente e tornara o risco um tema de debate público. O próprio Luhmann, que se interessou tardiamente pela questão do ambiente na sua evolução conceptual, considerou que o risco é uma oportunidade política importante para a conflitualidade entre governo e oposição, pois desencadeia casos em que ficam bem evidentes as diferenças de programa entre forças partidárias diferentes (1991/1993: 151-152).

Um dos marcos da sociologia do risco foi seguramente a célebre intervenção de James Short, à data presidente da Associação de Sociólogos Norte-Americanos, publicada em 1984 (Short, 1984). Na ocasião, Short fez um apelo inflamado aos seus pares, reclamando maior intervenção dos sociólogos na pesquisa sobre o risco, até então demasiado presa nas malhas da análise e comunicação de risco, ferramentas utilizadas maioritariamente na discussão hermética entre especialistas para assegurar aos agentes industriais e aos reguladores políticos garantias de controlo sobre tecnologias emergentes. Short denotou que a análise e avaliação de risco remetem frequentemente para a ciência e para a recolha de dados objectivos, capazes de quantificar a incerteza. Todavia, os indicadores disponíveis sugerem que a ciência raramente consegue fornecer uma resposta absoluta (Gonçalves, 2003b).

Nesse documento, Short sugeriu assim linhas de investigação que tomassem pela primeira vez o risco como construção social, considerando-o um fenómeno justificado pela emergência de novas tecnologias e pela ocorrência de catástrofes provocadas

pelas indústrias química e nuclear em Seveso (1976), Three Mile Island (1979) ou Vila Socó (1984) – e que Bhopal (1984), Chernobyl (1986) ou Fukushima (2011) viriam a exacerbar no futuro – mas ao mesmo tempo cuja percepção e juízos se processariam por padrões culturais ligados a formas de organização social distintas entre comunidades e até entre indivíduos. De certa forma, terá sido Short a lançar os alicerces em que Beck, Giddens e Luhmann se apoiariam mais tarde, sugerindo aos investigadores que se ocupassem da transformação social da análise de risco, integrando a análise discursiva conflituosa de diversos grupos de interesse nos seus modelos e não esquecendo o papel decisivo dos media nesse processo de construção e recepção social do risco (como veremos com mais pormenor no capítulo 5).

É curioso notar que a primeira intervenção sociológica consolidada neste campo, dois anos antes do apelo de James Short, coube à antropóloga Mary Douglas. Numa obra de actualidade inquestionável, escrita com o analista de risco e professor de ciência política Aaron Wildavsky (Douglas e Wildavsky, 1982), a autora britânica utilizou o ambiente como campo de estudo das novas tendências, procurando integrar o fenómeno de consciencialização e preocupação pública crescente com o risco num processo mais abrangente, relacionado com um medo latente das tecnologias emergentes e com a aparente deterioração dos indicadores ambientais.

Nesse documento, Douglas assumiu uma posição de construcionismo absoluto, que aliás viria a corrigir parcialmente (Douglas, 1994), ao admitir uma existência ontológica do risco.² Em 1982, porém, Douglas e Wildavsky forneceram um importante contributo, propondo uma abordagem cultural, ao alegarem que são os valores, as orientações e os atributos de um sistema que filtram a percepção. Salientaram assim que, em questões de risco, cada grupo defende uma ordem moral específica. Para Douglas, a natureza é estritamente cultural, pelo que a sua abordagem se centrou na busca de estruturas cognitivas, modelos culturais e hierarquias de ordenamento do conhecimento que dêem forma e conteúdo à comunicação. Dominando essas ferramentas, poder-se-ia compreender melhor o sentido da percepção e definição de risco.

Aliás, Douglas e Wildavsky foram mais longe, argumentando que não existiriam diferenças substantivas entre os perigos colocados na história arcaica da humanidade e na fase da modernidade, excepto no modo como a percepção cultural ocorre e na

² Em artigo já publicado a título póstumo, Aaron Wildavsky insistia: “Muitos dos alarmes ambientais e de segurança são falsos, maioritariamente falsos ou não provados.” (1994: 142).

forma como ela se organiza num contexto mundial, criando uma matriz de risco onde ela outrora não existia.

Aceitando estes contributos precoces na sua matriz de identificação das várias fases do discurso de risco na sociedade contemporânea, Strydon destacou cinco períodos correspondentes à discussão de diferentes temas dominantes, de estruturação de debates em torno de prioridades variáveis, de modificação do próprio paradigma de risco e dos participantes envolvidos, bem como do papel do público na discussão e do modo de comunicação privilegiado (Ver figura 1).

Fase/período	1950-59	1960-69	1970-79	1980-Hoje
Tema dominante	Energia nuclear	Energia nuclear	Problemas globais de ambiente	Biotecnologia
Conteúdo do debate	Segurança e risco	Oposição ao nuclear; avaliação do risco	Psicologia da oposição	Relação entre todos agentes; construção da realidade
Paradigma da investigação sobre risco	Pesquisa sobre segurança e controlo de risco	Aceitação do risco; Perícias	Inquéritos sobre percepção de risco; compreensão psicológica	Superar pesquisa de risco: conflitos e consensos
Participantes	Peritos e reguladores	Peritos e reguladores; primeiros opositores	Peritos, reguladores, novos movimentos sociais	Peritos, indústria, reguladores, estado, associações, movimentos
Modo de comunicação	Acesso interno	Mobilização	Iniciativa externa	Discurso público global
Papel do público	Excluído do debate entre peritos	Início da preocupação pública	Preocupação crescente	Observa e avalia os participantes
Lógica discursiva	Argumentos tecno-corporativos	Argumentos contraditórios	Conflito aberto entre diferentes argumentos	Novas formas culturais de legitimação. Continuação dos conflitos.

Figura 1: Fases de evolução do “discurso de risco”, de acordo com Strydon (2002). Simplificado.

A primeira fase abrange o período em que o discurso de risco se limitou à análise das variáveis envolvidas em potenciais acidentes, num esforço concertado entre a política

e as instâncias governamentais no sentido de criar mecanismos de controlo absoluto das tecnologias emergentes. Esta fase corresponde, para Strydom, ao início da era atómica e ao nascimento dos primeiros projectos civis de exploração de energia nuclear, sobretudo nos Estados Unidos. Apesar de existirem já alguns receios quanto ao potencial destrutivo da nova fonte de energia, nesta fase, o discurso de risco norteava-se sobretudo por preocupações económicas e políticas, e o papel atribuído aos “investigadores de risco” era o de antecipar e quantificar perigos, transformando-os depois em riscos calculáveis e classificáveis. Os sucessivos relatórios produzidos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental encaravam genericamente os acidentes de forma determinista, analisando exemplos concretos de falhas e estudando as suas consequências³. Evidentemente, o fim da investigação era encontrar um modelo de funcionamento à prova de acidentes.

A segunda fase deste ciclo cumpre-se a partir do momento em que surgem vozes dissonantes face às avaliações de risco produzidas pelos especialistas dentro e fora da comunidade especializada. Aos poucos, a desconfiança face à energia nuclear extravasa este microcampo e afecta a percepção pública de outras tecnologias de ponta, como notou Brian Wynne (1996). O exemplo mais notório foi a publicação, em 1962, da obra premiada de Rachel Carson, “Primavera Silenciosa” (1962/1966), na qual a autora traçou um quadro negro da utilização de pesticidas na agricultura e sugeriu que a natureza estaria próxima da sua capacidade limite de exploração.

Apesar de existirem já algumas vozes de contestação na esfera pública, a discussão nesta fase trava-se ainda no espaço reservado aos especialistas, contando para tal com a oposição dos contraperitos, cientistas igualmente dotados de instrumentos para avaliar o grau disponível de controlo da tecnologia, que traçam prognósticos contrários aos oficiais. Perfazem ainda uma minoria e não dispõem, na maior parte dos casos, de capital simbólico para fazer valer as suas teses quer junto da esfera política quer na esfera pública, mas anunciam já o fim do discurso unilateral de avaliação e controlo do risco.

A prová-lo está a inflexão da posição dos avaliadores de risco, a partir desta altura menos categórica, admitindo até que a maioria das tecnologias possui sempre uma margem de falha, ínfima mas indesmentível. O seu discurso orienta-se a partir de

³ Talvez o primeiro estudo completo moderno de análise de risco tenha sido o relatório “Theoretical Possibilities and Consequences of Major Accidents in Large Nuclear Plants”, datado de 1957. Muitos outros, do mesmo tom, se seguiriam nos anos seguintes.

então em duas direcções: por um lado, procurando argumentar que uma sociedade pode e deve aceitar determinado grau de risco para não colocar em causa o seu desenvolvimento económico; por outro, visando manter no universo dos peritos a exclusividade da definição do que é um risco. A terceira fase, que Strydom atribuiu à década de 1970, assenta sobretudo no debate em torno da recepção do risco ou, por outras palavras, na necessidade de incluir nos modelos a resposta das populações afectadas por determinada expressão tecnológica, na medida em que a aceitação do risco se torna gradualmente um processo colectivo.

Esta terceira fase concentra-se por isso já nas arenas públicas e reúne um leque muito mais alargado de participantes. À medida que os problemas ambientais eclodem, tornando mais premente o questionamento do modelo de desenvolvimento industrial, nascem novos movimentos sociais, menos assentes na lógica da representatividade mas mais determinados em usar os instrumentos da esfera pública em seu favor. Tornam-se exímios comunicadores, utilizando os media para fazer valer a mensagem de que há sinais de esgotamento da natureza, dos recursos e da energia.

Motivada por este conflito aberto entre agentes sociais e ciente de que a preocupação cresce entre vastos sectores do público, a investigação sobre risco caminha na direcção da recepção – a fase de percepção. Metodologicamente, depois de aceitar a impossibilidade de estabelecer critérios universais de aceitabilidade do risco, a pesquisa neste período assume forte pendor psicológico e procura determinar as condições em que uma comunidade está disposta a admitir uma fonte de risco no seu seio. Produzem-se mapas cognitivos de percepções e atitude face aos riscos, procurando antecipar reacções colectivas e consequentemente facilitar o processo de comunicação entre os decisores políticos, os especialistas envolvidos e o público. Porém, se é verdade que os primeiros esforços procuraram genuinamente traçar esses denominadores comuns, estabelecendo o medo e a não familiaridade como elementos preponderantes na percepção e avaliação de um risco, não é menos verdade que a pesquisa subsequente foi fortemente politizada.

Os estudos de recepção perdem fulgor no início da década de 1980, incapazes de absorver nos seus modelos os juízos sociais latentes em cada comunidade, juízos esses que interferem com a avaliação de cada risco. Os modelos não abarcam também a dimensão conflituosa no seio das comunidades de especialistas, que contraria a

unanimidade postulada e dificulta a definição rigorosa entre o que seriam as avaliações periciais e as avaliações leigas.

A quarta fase, a era da biotecnologia e da engenharia genética, faz-se anunciar com a eclosão de grandes catástrofes ambientais umbilicalmente ligadas ao falhanço de tecnologias de ponta. O discurso sobre risco sai definitivamente da esfera reservada dos especialistas e entra no domínio público. Peritos, industriais, reguladores, decisores políticos, movimentos sociais e associações de cidadãos constroem as suas argumentações e procuram fazer-se ouvir na arena mediática, o que obriga os novos movimentos sociais a revestirem-se de estratégias de institucionalização e legitimação diferentes dos aparatos construídos em função da difusão mediática em que basearam as suas intervenções na década anterior. O exemplo da transformação da actividade da Quercus em Portugal, à medida que a sua legitimidade política ganhou forma, condicionando igualmente as suas intervenções perante o público e os meios de comunicação, foi aliás descrito pelo autor em obra anterior (Pereira Rosa, 2005).

A linearidade do passado esfumou-se e cada risco pode ser motivo de consenso alargado ou de conflito aberto, consoante o seu processo de construção social e as salvaguardas fornecidas aos grupos de interesse envolvidos. A análise de risco na perspectiva de controlo é superada no campo sociológico por trabalhos que visam essencialmente compreender a complexidade do campo de actividade, onde se cruzam múltiplos argumentos contraditórios ou complementares, que expressam agendas multidisciplinares e que geram frequentemente alianças momentâneas. O público, ou melhor, os vários sectores do público avaliam continuamente a prestação de cada grupo de interesse, indagando as suas motivações e a bondade dos seus fins. Ao mesmo tempo, alguns peritos reconhecem que também o público possui formas de conhecimento que não devem ser desprezadas no contexto da avaliação de um risco.

Do ponto de vista de áreas de intervenção, a discussão rapidamente abrange todas as tecnologias de ponta, expandindo-se para o campo das tecnologias de reprodução humana, para o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados aplicáveis à exploração agrícola e para a maior parte das novas crises sanitárias provocadas pela exploração descontrolada de um novo tipo de tecnologia. “Em face dos riscos de carácter ambiental, alimentar ou sanitário, a sociedade mostra-se ‘hipersensível’ e pronta a mobilizar-se energicamente, mesmo quando o seu perfil normal é, em geral, inactivo”, notaram Gonçalves e colegas (2007: 277).

Como veremos ao longo das páginas seguintes, é neste contexto de complexidade que emergem duas teorias da modernidade, que procuram conciliar o desenvolvimento industrial com a natureza, os anseios e expectativas de uma população angustiada, mas ao mesmo tempo dotada de mais informação e capacidade de acção do que em qualquer outro período da história humana.

A transformação da natureza torna-se o campo de intervenção da sociologia do risco, na medida em que é aí que se detecta o esgotamento dos mecanismos da sociedade capitalista industrial. A discussão em torno das crises ecológicas decorre assim em simultâneo com um aceso debate iniciado por construcionistas e realistas em torno da utilização (ou recusa da utilização) meramente analítica da natureza e dos seus indicadores de estabilidade (poluição, biodiversidade, disponibilidade...) Numa obra exemplar, Beck (1999) comentou que a utilização estrita da natureza como padrão dos discursos de risco produz como consequência a redução da realidade a meras fórmulas técnicas para determinar que tipo de danos ou que grau de destruição são aceitáveis. A discussão, segundo ele, tem forçosamente de se travar também com indicadores culturais, que afectam a percepção do risco: a diferente apreciação que os alemães e os franceses fazem da energia nuclear, ora como expressão da irresponsabilidade humana, ora como pináculo da modernidade, é um bom exemplo para ilustrar a necessidade de integrar uma teoria cultural nos modelos de risco.

O relatório Brundtland,⁴ produzido em 1987 pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento criada pela ONU em 1983, reconheceu a globalização dos problemas ambientais e o interesse colectivo nas políticas de desenvolvimento sustentável. Essa tornou-se rapidamente a matriz do discurso ambiental do futuro: a ideia de que só se consegue obter a conservação ambiental a longo prazo combinando-a com o desenvolvimento humano, económico e social das populações directamente envolvidas. Em tom sarcástico, Szerzynski, Lash e Wynne apelidaram a via do desenvolvimento sustentável como “o caminho da menor resistência” (1996: 4), mas, para efeitos de discussão teórica, adoptaremos a nomenclatura que um dos seus defensores criou – a modernização ecológica (Hajer, 1995 e 1996) –, inspirado na obra de Joseph Huber, que publicara as suas reflexões no início da década de 1980. Contrária a esta perspectiva, a segunda teoria da modernidade debruça-se também sobre estes parâmetros, mas chega a um modelo diferente, que aposta na análise das

⁴ O relatório tomou o nome do responsável da comissão, Gro Harlem Brundtland

condições sociais de produção do risco. Beck chamou-lhe modernização reflexiva (1986/1992). Para Strydom, a tensão que se estabelece no debate de temas de risco na esfera pública não é mais do que a duplicação da batalha contínua entre modelos de modernização ecológica e modernização reflexiva que analisaremos de seguida.

1.2 – Modernização reflexiva

A modernização reflexiva é uma proposta teórica que agrega contributos de Giddens e Scott Lash, mas é sobretudo uma construção aperfeiçoada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck entre meados da década de 1980 e o final da década de 1990. O modelo defende que a sociedade contemporânea atingiu uma nova fronteira, que obrigará a uma remodelação profunda do paradigma industrial, com impactes nas fundações da sociedade do século XXI, no papel do Estado e das suas principais instituições, na ciência e na política, no modelo de desenvolvimento e na relação com a natureza.

Beck argumentou que a espiral de desenvolvimento contínuo, que marcou o período industrial, é perturbada pela ocorrência regular de catástrofes associadas a falhas imprevistas das tecnologias e que o risco de novas rupturas é colocado no centro da vida social. Ao modelo axial da distribuição de “bens” que vingara nos séculos anteriores contrapõe-se agora um novo modelo, assente na distribuição de “males”.

O projecto de Beck assentou na necessidade de superar a avaliação de risco do passado, criando condições para apreender os mecanismos de construção social do risco. Por isso, o alemão sugeriu, na sua primeira concepção teórica, que os problemas ambientais assumem uma dupla condição: são manifestações externas de uma perturbação da relação secular do homem com a natureza, mas expressam também problemas internos da sociedade criados pelo homem e pela sua tecnologia, cuja resolução já não pode ficar a cargo de um grupo de peritos nem dos seus sistemas de previsão e controlo. A esse grau de incerteza da sociedade contemporânea chamou Giddens “o mundo a fugir” (1999), destacando os “riscos manufacturados”, distintos dos “riscos externos” da cultura pré-moderna (*opus cit.*: 26-27).

O modelo de Beck propõe uma tipologia da evolução humana do período pré-industrial à sociedade industrial clássica que vigorou até meados do século XX, reconhecendo o papel da indústria como elemento fundador da identidade humana contemporânea e da sua importância na criação dos modelos económicos de desenvolvimento. Aos poucos, porém, a sociedade industrial de risco – rebaptizada

mais tarde como “sociedade mundial de risco” (Beck, 1999) – ganha consistência, à medida que os agentes sociais se apercebem do processo de dissolução em curso.

É importante notar que as categorias propostas por Beck não coincidem com as de todos os teóricos da modernidade. Giddens (1990) optou por distinguir cultura tradicional (ou pré-moderna) da cultura pós-tradicional, moderna ou moderna tardia. Aliás, anos depois, o sociólogo inglês ainda hesitava em assumir o termo pós-moderno, preferindo “radicalização da modernidade”, uma vez que as “fontes dinâmicas da modernidade ainda subsistem: a expansão do capitalismo, os efeitos de transformação da ciência e tecnologia e a expansão da democracia de massas” (Giddens e Pierson, 1998: 116-117).

Luhmann (1991/1993), por seu lado, preferiu dividir as etapas da industrialização em período moderno inicial, tardio e contemporâneo, cada qual com uma relação específica com o tempo e com um grau de certeza face ao presente. No período moderno inicial, de acordo com esta concepção, esse grau de certeza terá sido elevado porque seria garantido por normas sociais restritas; no período moderno tardio, ele seria moderado, porque coexistia com críticas ao processo de distribuição de recursos, gerando escassez; no período contemporâneo, ele é reduzido, porque o risco também é assimilado de forma exponencial.

No centro do modelo de Beck, estão os perigos industriais contemporâneos, a que Giddens chamou “riscos manufacturados” (1999: 26) e Beck a “incerteza fabricada” (1999: 19) que funcionam como os principais vectores da insegurança sentida e expressa pela generalidade dos agentes sociais das sociedades industrializadas. Evidentemente, sempre existiram perigos nas sociedades humanas e o homem conviveu regularmente com riscos associados a ameaças externas, como desastres naturais, pragas ou crises de escassez de recursos.

Os novos riscos, porém, assumem uma dimensão totalmente distinta na medida em que resultam de decisões humanas, são criados pela sociedade e pelo modelo de desenvolvimento económico que lhe está subjacente, pressupondo considerações de utilidade, como se se tratasse do lado negro indispensável ao progresso. Muitos conflitos travam-se actualmente em torno da produção, definição e distribuição dos riscos gerados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico.

Estes riscos são gerados pela ciência e pela tecnologia, normalmente por sectores de ponta dentro destas duas dimensões, e resultam da tentativa especializada de dominar

a natureza e as suas forças. Nascem de dogmas da infalibilidade que são refutados a cada nova tragédia. Simultaneamente, as suas consequências são tão imprevisíveis e incontroláveis que provocam dois desfechos inéditos na história da civilização.

Em primeiro lugar, a sua complexidade gera dinâmicas não lineares, tornando comuns os acidentes de grande escala. Como frequentemente existem grandes intervalos temporais entre as acções e os seus impactes, os efeitos permanecem invisíveis durante muito tempo e afectam potencialmente qualquer indivíduo, de qualquer classe ou nacionalidade. A própria sociedade transforma-se num laboratório. “Os indivíduos afectados por Chernobyl podem ainda não ter nascido hoje, muitos anos depois da catástrofe”, escreveu Beck (1996: 31). Produz-se assim uma democratização do risco, susceptível de afectar qualquer agente social. Recorrendo a outra das famosas formulações de Beck a propósito da imaterialidade do risco, “os nitratos nos lençóis freáticos não se detêm sequer na torneira do director-geral” (1999: 61-62).⁵

Em segundo lugar, os novos riscos são incalculáveis. Ninguém pode prever onde ocorrerá a próxima falha nuclear, o próximo derrame de crude ou a próxima explosão numa central química. A catástrofe deixa de ser monopólio das sociedades menos dotadas de tecnologia, e os novos riscos já não são seguráveis. As seguradoras, que funcionavam como garantia de bens, de negócios, de prosperidade e até da vida humana, recuam, deixando vastas áreas da indústria à mercê do próximo desastre.

Em artigo recente, René Amalberti (2007) propôs o conceito de “ultrassofisticado” para qualificar os grandes sistemas sociotécnicos contemporâneos que, apesar da diversidade aparente, partilham (i) uma ligação entre o homem e a tecnologia para obter um resultado funcional, (ii) implicam sistemas dinâmicos, de alta tecnologia e nos quais os acidentes são raros, mas mal aceites, (iii) mantêm-se sob controlo de operadores de proximidade envolvendo diversas tecnologias e profissionais, (iv) são transnacionais e colocam nos sistemas de controlo local um reduzido poder e, por fim (v), são sistemas comerciais, quase sempre privados, num mundo concorrencial.

Amalberti produziu uma matriz de segurança associada a cada sistema de risco, cruzando-a com a capacidade da opinião pública para aceitar a disrupção como uma etapa “normal” do funcionamento. Assim, os sistemas mais seguros, como as redes de

⁵ É curioso notar que, na obra em que sugeriu a democratização do risco, Beck afirmou prudentemente que, apesar da aparente universalidade das catástrofes ambientais, elas continuam a afectar maioritariamente os mais desfavorecidos, mantendo a assimetria de classes da sociedade industrial. Apesar de potencialmente universal, a distribuição do risco não é equitativa, pelo que se mantém como válida “a primeira lei dos riscos ambientais: *a poluição segue os pobres*” (1999: 5, ênfase no original).

transporte aéreo ou ferroviário, pautam-se por uma taxa de acidentes catastróficos inferior a um por milhão de vezes em uso (uma falha por cada milhão de aterragens ou descolagens de um avião, por exemplo). E se todos os sistemas atravessam três fases (a da criatividade; a de otimização do conceito e padronização; e a de otimização final), a verdade é que o público e a justiça consideram frequentemente que o risco percebido está muitas vezes ligado a uma arbitragem ineficiente, que conduz a escolhas erradas e dá prioridade a outras dimensões que não a segurança – sobretudo a lógica economicista.

A sociedade contemporânea convencionou que o impacto da experiência tem de ser regulado pelo nível de segurança. A uma taxa de 10^{-2} , ou seja, (um acidente a cada 100 desempenhos), “o acidente de amanhã reproduzirá o de ontem; a 10^{-4} , o acidente de amanhã tem uma história própria, mas contém vestígios iguais a acidentes precedentes; a 10^{-6} (o nível da maior parte dos sistemas ultrasofisticados), o acidente de amanhã é uma recombinação de incidentes menores, frequentemente desleixados pela análise de risco” (Amalberti, 2007: 79). A sociedade, porém, não aceita a probabilidade, mesmo que ínfima, do acidente.

Entre a primeira e a segunda modernidade ocorrem assim transições revolucionárias, uma vez que os Estados antes construídos em torno da ideia de nação e as redes territoriais tecidas estritamente em função do espaço, são colocados em causa por multinacionais e por grupos de interesse que não se detêm nas fronteiras de soberania nem na esfera de intervenção de cada Estado. A segunda modernidade produziu cinco processos, ou “mecanismos inscritos” como lhe chamou Giddens (1990: 22), que têm em comum o facto de serem consequências imprevistas da primeira modernização: a globalização imposta por um lado pela cúpula (através de cada vez mais tratados e instituições de âmbito internacional) e pela base (através de novos movimentos transnacionais de que os movimentos ambientalista e feminista são os expoentes máximos), a individualização, a revolução de géneros, a modificação do tipo de emprego, agora mais efémero, e os riscos globais. “O verdadeiro desafio teórico e político da segunda modernidade é o facto de a sociedade ter de responder a todos estes desafios *em simultâneo*” (Beck, 1999: 2, ênfase no original).

A modernidade reflexiva pode ser entendida como uma reflexão sobre o grau de conhecimento disponível na sociedade contemporânea e, desse ponto de vista, Beck distingue-se de Giddens e Lash. Estes colocaram ênfase na incapacidade de

conhecimento da sociedade de risco, que cria, através de mecanismos de censura deliberada ou de divulgação parcial da informação, cortinas de silêncio sobre a actividade potencialmente perigosa de fontes de risco. Beck, por seu lado, subsumiu a ignorância no seu modelo, assumindo que existe um conflito de conhecimento na sociedade de risco: as posições dos vários grupos de interesse divergem e, frequentemente, aquele que goza de melhor posição na hierarquia social de credibilidade (normalmente, o perito) faz valer a sua tese. Beck estruturou os agentes sociais que desconhecem “as consequências indesejadas” de uma determinada fonte de risco em cinco dimensões de ignorância, a saber: os que são sujeitos a uma recepção selectiva do conhecimento de risco; os que se debatem com a incerteza do seu conhecimento; os que processam com erros a informação de risco que captaram; os que denotam incapacidade para conhecer (por falta de capacidade técnica ou por opressão); e, por fim, os que manifestam ausência de vontade de conhecer (Beck, 1999). Para ele, a modernização reflexiva manifesta-se assim, não na distribuição de conhecimento, mas de ignorância de consequências indesejadas. O facto de muitos dos novos riscos reflectirem questões de índole científica é aliás um factor indesmentível desta nova realidade.

Para Giddens, o aumento da perícia é um elemento central da modernidade. No passado, as sociedades humanas foram influenciadas pelos argumentos tradicionais dos agentes religiosos, mas a perícia que emerge com a industrialização é estruturada de forma diferente. Ela depende do conhecimento que, em teoria, pode ser adquirido por qualquer agente social sem necessidade de realizar rituais arcaicos. Giddens é o primeiro a reconhecer que os sistemas de decisão política assentes na perícia científica não estão desprovidos de problemas: frequentemente, o leigo não tem forma de produzir um juízo sobre quem tem razão numa controvérsia e apercebe-se que há outras motivações que condicionam o trabalho do especialista. Sem autoridade definitiva e sem o poder absoluto de que dispunham outrora os agentes religiosos, o perito perde autoridade. Perante o hiato que se cria pelas “perícias múltiplas, com argumentos múltiplos de autoridade” (Giddens e Pierson, 1998: 112), o agente social experimenta “sentimentos de (in)segurança ontológica”, (Giddens, 1990: 92).

O modelo de Beck, sobretudo a partir das obras de 1995 e 1999 que refinam a proposta do autor, considera que, no momento em que se dá o processo de auto-dissolução das instituições basilares da sociedade industrial, entra em acção um novo

fenómeno – a modernização reflexiva. Forçada a reflectir sobre o seu futuro, a sociedade moderna não se limita a elaborar e discutir o potencial dos novos riscos e a sua capacidade destrutiva inédita. Produz também uma ampla reflexão sobre as bases políticas, económicas e de conhecimento que lhe serviram de alicerce e inicia uma crítica generalizada às instituições que a regem. A autoridade científica, antes incontestada e absoluta, fragmenta-se e dá azo ao debate sobre a necessidade de reposicioná-la não no centro da vida social, mas como elemento de um sistema de conhecimento e prática que aceite o contributo igualmente decisivo da esfera individual, política, ecológica e global (Adam, 1996).

Há evidentemente um corte com os modelos de participação cívica da década de 1970, o mais famoso dos quais enunciado por Ronald Inglehart (1977). Nessa proposta, Inglehart estruturou um modelo de refinamento político, prevendo que o aumento da qualidade de vida e bem-estar nas sociedades ocidentais geraria maior empenho na participação cívica e envolvimento democrático. Beck, Giddens e, sobretudo, Lash e Wynne desmentiram a linearidade do modelo, alegando que, na sociedade de risco dos países mais industrializados, o nível de participação é escasso e depende mais do contexto histórico-político do que das condicionantes económicas. O local político da cidadania global deixa de ser a rua ou o fórum público, que perdem influência para a televisão, veículo ideal para comunicar com as massas e não apenas com grupos especializados, e para os media electrónicos. Novos movimentos sociais e grupos de interesse (os “movimentos políticos de vida”, na terminologia de Giddens), sem qualquer procuração ou mandato democrático, são empossados desta tarefa, e a sua acção rapidamente revela que, embora globais, os novos riscos não são passíveis de responsabilização. Não há culpados quando a falha é colectiva e atravessa transversalmente as várias instituições e protocolos encarregues de regular e gerir os sistemas de produção.

Partindo deste pressuposto, Sheldon Ungar (2001:284) procurou adaptar o conceito de “histerias colectivas” (“Moral Panics” na versão inglesa) proposto por Cohen há quatro décadas (1972) à nova sociedade de risco, lembrando que os acidentes, além de abalarem a coesão e o controlo social, tendem a criar “comunidades corrosivas”, nas quais cada agente endossa a responsabilidade a outros, forçando uma espiral de responsabilização que se estende para a arena política, onde se encontram os “últimos culpados”, com potenciais efeitos explosivos. Discutindo o terrorismo como tema

emergente do risco na primeira década do século XXI, Barbie Zelizer (2004) conceptualizou também novos mecanismos de responsabilização na esfera pública, através dos quais a sociedade estigmatiza grupos étnicos ou nacionais em função dos actos bárbaros cometidos por uma minoria. Esse processo tem lugar nos meios de comunicação, produtores de imagens ressonantes e informação consensual.

Em suma, há um evidente paradoxo quando os problemas do século XXI são resolvidos com ferramentas, conceitos e instituições maioritariamente idealizados no século XIX. Gera-se aquilo a que Beck chama “o paradigma da confusão” (1995: 1).

Na fase reflexiva da modernidade, a autocrítica inicia-se pelas instituições mais visíveis, como as unidades de controlo de risco, mas rapidamente extravasa para uma crítica mais profunda aos sistemas de ciência e política em que assenta a sociedade capitalista. A uniformidade que marcara a avaliação do papel da ciência e da tecnologia em décadas anteriores dá agora lugar ao conflito aberto entre grupos de especialistas, entre peritos e leigos e entre diferentes grupos de pressão e sectores da população. As instituições sofrem uma “erosão” (Beck, 1995), implodindo ou redefinindo-se sob novos parâmetros. E, ao mesmo tempo, a participação democrática e o envolvimento dos agentes sociais no debate têm potencial para ser mais amplos do que nunca porque a concepção da sociedade de risco abre caminho para que todos os alicerces se tornem objecto de controvérsia e questionamento. Neste ponto, vale a pena lembrar, Giddens divergiu bastante de Beck, na medida em que defendeu que as instituições de governo têm uma oportunidade de regeneração, assim compreendam que terão de se apressar para encabeçar este movimento de democratização, sob risco de perderem por completo a confiança dos cidadãos (Giddens, 2009).

A globalização da economia e da vida social produz a encenação perfeita para consolidar o risco no centro das preocupações humanas, uma vez que o paradigma não se aplica apenas ao mundo ocidental. Os desafios ambientais, apesar de apreendidos de forma distinta nas diversas culturas, são globais. “Os riscos estabelecidos são assim uma varinha mágica com a qual a sociedade estagnada pode aterrorizar-se a si própria e assim activar os seus centros políticos, tornando-se politizada a partir do interior”, comentou Beck (1999: 138). É verdade que, ao longo dos anos, o autor alemão oscilou entre o cepticismo e o optimismo nas suas projecções para o futuro da sociedade democrática, ora vista como a oportunidade ideal para a “reinvenção da política” (1986/1992: 183) graças ao “facto de David,

mais Golias, agindo num nível global, terem-se aliado com sucesso, primeiro contra as corporações mundiais, depois conta o governo nacional e as suas políticas (1999: 41, ênfase no original), ora descrita em tons mais negros, como num artigo de 1998:

«Uma sociedade que se concebe como sociedade de risco está, para usar uma metáfora católica, na posição do pecador que confessa os seus pecados de forma a poder contemplar a possibilidade ou desejo de uma vida melhor, em harmonia com a natureza e com a consciência do mundo. Porém, poucos pecadores acabam mesmo por se arrepender e promover a mudança. A maioria prefere que nada aconteça, queixando-se depois desse mesmo facto porque então tudo é possível.» (Beck, 1999: 138)

Naturalmente, o modelo de Beck mereceu forte agitação na comunidade sociológica, a cargo sobretudo de Niklas Luhmann (1986/1989), que lhe contrapôs um cepticismo radical. Luhmann criticou o grau de conhecimento e discussão sobre os riscos globais concebido por Beck, alegando que ele não seria seguramente tão alargado como a teoria da sociedade de risco fez crer, nem essa tomada de consciência se afiguraria para breve. Para Luhmann, a distinção entre perigo e risco que Beck insistiu em integrar na evolução da sociedade industrial para a sociedade de risco expressa-se a outro nível, entre aqueles que tomam a decisão e aqueles que serão afectados por ela. Para Luhmann, os perigos estão associados a problemas exteriores ao sistema social, enquanto os riscos ocorrem na sequência de decisões tomadas que acarretam normalmente a possibilidade de arrependimento e prejuízo.

Por isso, os próprios esforços de prevenção dos riscos são contraproducentes: ao introduzirem novas variáveis e uma complexidade crescente no sistema tecnológico, sob o argumento de aumento do controlo e diminuição da incerteza, acarretam novas incertezas, novas decisões débeis e possivelmente novos focos de arrependimento e prejuízo. De certa forma, o risco é insolúvel para Luhmann.

O papel concedido aos leigos na avaliação do potencial de risco mereceu igualmente reparos pela forte desvalorização do conhecimento especializado que, embora com falhas, continua a ser, para Luhmann, a fonte inquestionável do processo decisório.

No mesmo ano em que Beck publicou a sua primeira reflexão em alemão, Langdwon Winner contestou a escolha do conceito de risco, lembrando que ele implica a aceitação voluntária por parte de todos os agentes sociais de que há prejuízos

associados aos potenciais ganhos do modelo de desenvolvimento industrial (1986). Lembrando a raiz da palavra associada ao comércio, à aventura e até ao desporto, Winner referiu que, em fenómenos repletos de incerteza e de cientificidade complexa, o conceito de risco parece não conseguir explicar todas as dimensões implícitas num processo que muitas vezes se reveste de secretismo e de confiança e não tanto de debate e conflito. Além disso, a percepção de risco não gera necessariamente angústia nos agentes ou grupos sociais. Para muitas profissões, dos soldados aos trabalhadores de empresas químicas, o risco faz parte de uma identidade social construída através de representações sociais de coragem, valentia e serviço (Gonçalves *et al*, 2007: 188).

Noutro tom, Bruno Latour (1991/1993), no seu provocador trabalho intitulado “Nunca Fomos Modernos”, contestou inclusivamente o uso das categorias sociológicas de modernidade e pós-modernidade, ou natureza e cultura, embora elas se tenham consolidado gradualmente nos textos sociológicos contemporâneos.

Pelo mesmo diapasão alinhou em Portugal Paulo Granjo (2006) que, na sequência de trabalho empírico realizado na refinaria de Sines, concluiu que o tratamento probabilístico do risco não é forçosamente a melhor forma para enquadrar e racionalizar a incerteza. Em situações em que o discurso de risco domina o funcionamento da instituição, ele pode inclusivamente tornar-se uma fonte de perigo.

Scott Lash (1994) não poupou igualmente a geopolítica inerente ao modelo, que acusou de ter forte tendência neocolonialista, pela apetência de valorizar o debate no mundo mais industrializado e pela ausência de referências à assimetria da distribuição dos riscos entre os hemisférios norte e sul. Em obra posterior, Beck emendou a sua posição e valorizou essa dimensão assimétrica, reconhecendo que os riscos directamente associados à pobreza fazem-se sentir com uma expressão particularmente dura nos países menos industrializados, como fica eloquentemente expresso nos casos de abate de floresta tropical em países do hemisfério sul para alimentar de matéria-prima os países setentrionais (Beck, 1999).

Analisando a proposta específica sobre o papel dos media e das audiências na transmissão de informação sobre novos riscos, Cristina Ponte (2007: 240) criticou também a perspectiva de Beck, segundo a qual os media seriam transparentes e susceptíveis de reflectir a informação como um espelho. A mesma debilidade foi aliás denunciada na construção da audiência como sujeito passivo, sem distinção de classe, género, biografia, idade ou estilo de vida.

Outros autores, como Martin Hajer (1995 e 1996), referiram por fim o papel redutor atribuído pelo sociólogo alemão à capacidade dos organismos encarregues da protecção e conservação da natureza para fazer implementar diplomas legais de protecção e incrementar a vigilância. Segundo Hajer, nunca se produziu tanta legislação dedicada ao ambiente em geral, e à conservação da natureza em particular, como na actualidade, e essa riqueza da intervenção política no campo ambiental não mereceu destaque nas obras de Beck. Além disso, o alemão terá também negligenciado a consolidação do ambiente enquanto tema da agenda mundial, esquecendo que, desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente de 1972, o mundo tomou rapidamente consciência dos problemas ambientais e mobilizou-se para agir a uma escala inédita.

A visão quase determinista da proposta de Beck foi mais tarde refinada (1999), com a atribuição de maior peso à complexidade e à não-linearidade da sociedade, o que torna a evolução histórica mais imprevisível do que o autor sugerira na primeira obra (1986/1992). A evolução deu assim continuidade a uma ideia já desenvolvida num artigo de revisão (1996), no qual o sociólogo alemão reflectiu sobre o peso da ignorância e do não-conhecimento nos conflitos sobre risco, como atrás observámos.

1.3 – Propostas alternativas

Embora trilhe um caminho semelhante ao de Beck, Giddens apresentou uma proposta diferente para enquadrar o risco na modernidade. As semelhanças entre os seus modelos são evidentes, como notou Barbara Adam (1996). Ambos enfatizam o papel do risco como uma consequência indesejada e imprevista do modelo industrial e destacam que, na era da crescente racionalização, a incerteza grassa como efeito secundário ou falha da matriz de progresso estabelecida no século XIX e aprimorada tecnologicamente no século seguinte. “Se a ciência substituiu gradualmente a moralidade nas sociedades dos séculos XX e XXI, gerando um ambiente tecnicamente competente e racionalizado, o que se faz quando os cientistas e políticos perdem o domínio e controlo sobre as suas criações?”, perguntou Giddens (1991: 202).⁶

⁶ Existe também uma versão traduzida em português desta obra, embora as citações tenham em conta a edição inglesa. Ver: **Giddens, Anthony. *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras, Celta: 1991/1994**

Do ponto de vista tecnológico, Giddens assumiu assim a dimensão colectiva, global, irreversível e não responsabilizável dos riscos manufacturados, associando-os ao carácter globalizado dos sistemas da sociedade moderna. A transformação da tradição tem um papel central na sua proposta: os nossos antepassados viviam numa sociedade moderna simples, largamente dependentes de forças externas que moldavam o seu grau de prosperidade e bem-estar. A tradição, o parentesco e a localidade moldavam à nascença o futuro dos agentes sociais. Actualmente, as condições de vida são maioritariamente produtos das nossas acções que, por sua vez, são orientadas para a gestão e controlo dos riscos e oportunidades que geramos (Giddens e Pierson, 1998). Por isso, Giddens idealizou a confiança como antítese do risco. “Não é verdade que o mundo seja mais arriscado do que antes”, comentou (*opus cit.*: 103). “Ao invés, a noção de risco torna-se mais central, tal como a confiança, porque também existem sistemas de confiança mais activos.” Há assim um frágil equilíbrio entre confiança e risco na abordagem da sociedade às incertezas que se lhe colocam. E se é verdade que o aumento do nosso conhecimento sobre o mundo criou novas formas de risco para as quais não há experiência histórica prévia, também é verdade que os agentes sociais depositam nas instituições um grau variável de confiança para gerir cada risco. Os limites do tempo e do espaço esbatem-se. O tempo já não se divide necessariamente em restrições impostas pelos ciclos do dia ou pelas estações do ano, da mesma forma que a distância geográfica já não impede a interacção entre dois agentes sociais em diferentes continentes. Vivemos em ambientes que nós próprios criámos, pois o ambiente já não é o limite que antes nos restringia. Os anteriores limites da acção social estão agora saturados com as consequências dessa acção. Giddens deu o exemplo do próprio fundo oceânico, antes lendário e inacessível à tecnologia disponível e agora explorável e, sobretudo, perturbado pelos resíduos acumulados pela actividade humana. A modernidade, nesta concepção, não é linear, mas sim descontínua, pois vive de saltos. Giddens considerou que o primeiro grande salto civilizacional ocorreu com a invenção da escrita, que possibilitou às primeiras civilizações um melhor domínio do tempo e do espaço, a partir de então mais bem organizados, porque não dependeriam tanto da memória. Mais tarde, a invenção do código Morse, a que se seguiriam outros inventos de transmissão eléctrica ou electrónica, fragmentou a relação humana com o

espaço e com o tempo, e isso produziu repercussões nos novos sistemas de poder que desde então eclodiram e nas relações dos seres humanos com a natureza e a cultura.

Quer Beck quer Giddens deram conta de que a interação entre ciência e tecnologia e a interpenetração dos vários sistemas sociais produz um resultado palpável: as fronteiras de tempo e de espaço, de nacionalidade e soberania, esbatem-se, sobretudo porque a globalização apresenta modificações radicais do padrão de industrialização na relação entre natureza e sociedade, entre agentes sociais e entre a sociedade e o futuro. Sobre a relação com a natureza, Giddens comentou: “A invasão do mundo natural por sistemas abstractos leva ao fim da natureza como um domínio externo ao conhecimento e envolvimento humano.” (1991: 224). De certa forma, as obras de Beck e Giddens resumiram a incapacidade das ferramentas criadas no Iluminismo para dar resposta aos novos desafios. “As maravilhas do mundo são equiparadas, caso a caso, aos horrores do mundo em todos os domínios da vida, desde a ingestão de carne potencialmente perigosa à natação em águas de mares poluídos”, disse Giddens ao seu biógrafo (Giddens e Pierson, 1998: 19).

Giddens registou também a importância da reflexividade como peça central da modernidade, mas com *nuances* face à perspectiva de Beck. Para eles, todos os seres humanos são reflexivos na medida em que pensam no que fazem, de forma consciente ou num nível de consciência prática, mas a reflexividade também se aplica a um mundo cada vez mais constituído por informação e não por normas preestabelecidas de conduta. Assim, a “reflexividade institucional” (Cf. Beck, Giddens e Lash, 1994) constitui-se porque actualmente existe, como nunca existiu no passado, circulação de conhecimento científico e pericial acessível a largas franjas da população. Esse aumento de conhecimento, que foi pernicioso na medida em que produziu mais informação sobre novas formas de risco para as quais não há controlo nem cálculo, gerando vasta ansiedade social, é também potencialmente utilizável para mudar estruturas e formas de acção social. Ao mesmo tempo, a visibilidade dos riscos e a ressonância pública das questões associadas à ética indicam que os indivíduos estão a contribuir para a redefinição do que deve ser a sociedade moderna e para uma “remoralização da vida pública”, tornando-se essencial encontrar o potencial positivo desta reflexão porque, diz ele, a fronteira que separa a violência do dialogo é ténue.

Enquanto Beck operou a uma escala colectiva, procurando antecipar tendências globais, Giddens concentrou-se frequentemente no impacte individual produzido pela

modernidade e na forma como os agentes sociais ajustam as suas práticas consoante as características e fluxos de informação. Em vários trabalhos, o autor enfatizou aliás as perturbações provocadas pelos sistemas de perícia e pela globalização na vida privada. O elevado nível de reflexividade social, a perda de fulgor da tradição e a consequente quebra de confiança nas instituições criaram conflitos. Cada agente social depara-se agora com uma série de escolhas em aberto para o rumo da sua vida, uma vez que o sistema fixo de normas é mais fluido.

Giddens introduziu igualmente o conceito de confiança, elemento fundamental da relação dos agentes sociais com os sistemas em que estão integrados. Se no passado, ou na pré-modernidade, as relações humanas eram fortemente condicionadas e padronizadas por normas restritas, que de certa forma garantiam segurança, o agente social contemporâneo sente-se perdido numa floresta de símbolos, como referia o célebre poema de Baudelaire. Giddens descreveu o processo pelo qual o agente social moderno deposita forte esperança na operacionalidade dos sistemas funcionais, esperando que estes não colapsem e, ao mesmo tempo, que lhe permitam satisfazer as expectativas. Neste quadro, a confiança torna-se “um cheque em branco” passado pelo indivíduo aos sistemas abstractos de conhecimento.⁷

Um tema que dividiu o sociólogo britânico do alemão é o papel dos peritos, como Scott Lash (1994) acentuou. Num dos seus primeiros trabalhos sobre a emergência da modernidade, Giddens não contestou a aparente confiança generalizada da sociedade nos sistemas de perícia em vigor. Nessa fase, ele entendeu que a modernidade não expressa um conflito aberto entre sistemas de conhecimento, nem uma contestação aberta do público à autoridade dos peritos. À luz do seu primeiro trabalho, as intervenções dos peritos são discutidas a uma escala individual, praticamente a nível local e em torno de microquestões de contestação ecológica, de que são exemplos os conflitos sobre poluição local.

Gradualmente, porém, Giddens reconheceu que os processos através dos quais os leigos apreendem e constroem a sua própria definição social de um risco são essenciais, na medida em que são eles que influenciam colectivamente as respostas fornecidas pelo sistema científico de perícia. É verdade que Giddens não avançou mais, nem problematizou a fronteira entre leigos e peritos, deixando para Wynne e

⁷ Giddens continuou este modelo, seguindo um trajecto que transcende o domínio desta dissertação, procurando as condições de possibilidade para a transformação da “confiança pós-tradicional”, que caracteriza a fase actual, na “confiança activa” (1991, 1998 e 2009).

Lash a investigação sobre o papel dos leigos na transformação da modernidade. Genericamente, Giddens satisfaz-se com o reconhecimento de que os públicos leigos dispõem hoje de alternativas periciais e não de um único bloco científico determinante. Assim, depois de processamento e interacção social, depositam a sua confiança activa num dos grupos. Como veremos mais à frente, Lash continuou esta linha, realçando a importância de desconstruir os leigos em toda a sua diversidade, evitando tomá-los como um grupo uno e relativamente previsível.

É inegável que Lash (1994) e Giddens (1990) registaram divergências com Beck sobre a orientação da modernização reflexiva. Os dois autores anglófonos preocuparam-se bastante mais com a acessibilidade do conhecimento sobre risco, na medida em que partiram do pressuposto de que a transição da sociedade industrial para a sociedade de risco é, em primeiro lugar, uma diferença de conhecimento.

Assim, chegaram a três pilares essenciais. Por um lado, afirmaram que a sociedade moderna implica um aumento exponencial do conhecimento sobre os seus alicerces, estruturas e dinâmicas. Por outro, perceberam que a disponibilização do conhecimento a vastos agentes sociais cria dinâmicas dependentes de conhecimento e aponta para a redefinição das velhas instituições ou até para a criação de novas. Por fim, defenderam que o conhecimento, em última instância, gera mobilização e acção. Alertado pela incerteza divulgada em vários canais de comunicação, procurando processar o conflito entre as condições de insegurança que lhe apresentam e os reduzidos constrangimentos sociais à sua intervenção, o agente social dispõe de uma oportunidade única para actuar e aumentar a participação cívica no debate colectivo.

Lash interessou-se sobretudo pelos processos de distribuição do conhecimento de risco, concentrando especial atenção nos movimentos não oficiais e nos grupos de pressão contra-sistema. A alteração do objecto de estudo permitiu-lhe por isso apreender a complexidade inerente à interacção social que se trava, pela primeira vez na história das civilizações, fora da esfera institucional (Lash, 1994: 202).

Tal como Giddens, Lash deu conta de que o crescimento dos processos de distribuição, circulação, consumo e aumento das formas e substâncias de conhecimento, embora esteja na base da sociedade de informação que emerge apoiada na revolução electrónica, provoca um efeito inesperado: gera profunda reflexividade. Os alicerces da vida social tornam-se questionáveis e perdem o seu carácter absoluto. Para isso, são fundamentais as “comunidades reflexivas”, um novo tipo de grupo

social humano, constituído não em função de relações tecidas no tempo e espaço próximos, mas sim aproveitando as mobilidades, modos de consumo e partilhas simbólicas que a revolução tecnológica, e em particular o computador, permitem.

Como vimos, Lash criticou o carácter excessivamente ocidental do modelo de Beck, que pareceu não se preocupar com as assimetrias potenciadas pela sociedade de risco. Para além das questões de geopolítica, Lash concentrou-se noutro tipo de desigualdade – aquela que é promovida pelo acesso, ou não, à ciência, tecnologia e informação. O lado negro da era do conhecimento é precisamente esse fosso entre aqueles que têm acesso e beneficiam das conquistas tecnológicas e aqueles que, privados por opção, opressão ou incapacidade técnica e financeira, são colocados à margem. Cada vez mais, segundo Lash, cava-se um fosso de classes, já não hierarquizadas sob preceitos tradicionais, mas sim em função da bagagem científica que cada agente social domina e produz. Nesse mundo em formação, os peritos e os cientistas dispõem de controlo sobre os restantes sistemas da vida social.

As relações dos sistemas de perícia com o resto da sociedade, sobretudo em situações de tensão associadas a uma forma de tecnologia, têm merecido aliás vasta atenção nos últimos anos. Brian Wynne (1996) é um dos autores mais prolíferos e foi dele a constatação de que:

«as pessoas problematizam informalmente, mas incessantemente, as suas relações com todo o tipo de perícia como parte da negociação sobre as suas próprias identidades. Têm noção da sua dependência e da sua falta de agência mesmo quando as fronteiras são incertas. A noção destas condições provoca ansiedade, uma sensação de risco e um interesse activo em evidência» (Wynne, 1996: 50).

Se Beck e Giddens já tinham aflorado a incapacidade ou falta de vontade da ciência em responsabilizar-se pelos megaperigos modernos, Wynne explorou a questão e procurou descodificar os mecanismos inseridos nos sistemas de perícia que fogem à responsabilização. Um dos factores é seguramente a reserva de informação, o sigilo sobre as potenciais consequências de uma tecnologia no pior cenário possível. Na sua análise da literatura sobre o tema, Wynne identificou mais alguns: a total dependência económica de algumas comunidades perante as empresas químicas, mineiras ou nucleares que exploram uma ou mais tecnologias nas suas regiões e que, de certa forma, as privam de liberdade de escolha. A diferença entre a imposição ou

negociação do nível de risco, a reversibilidade ou irreversibilidade, afectam também o processo. Mas é sobretudo ao nível dos laços de confiança entre os leigos e os peritos que Wynne encontrou mais motivos de reflexão.

O seu próprio trabalho de campo levou-o a concluir, em desacordo com Giddens e Beck, que nas comunidades onde ocorreram acidentes relacionados com tecnologia, a maioria dos agentes sociais tinha noção dos riscos que corria e não vivia com a convicção de que a tecnologia era absolutamente segura. Em contrapartida, nenhuma das instituições de perícia que ali actuavam merecia confiança da comunidade. Os agentes envolvidos suspeitavam abertamente que corriam riscos em nome de um modelo de desenvolvimento económico baseado na exploração da tecnologia.

«A garantia da confiança do público leigo nos sistemas de perícia em condições da chamada modernidade simples terá de ser substituída por uma noção mais complexa desta relação, na qual a ambivalência é central e a confiança será, no mínimo, fortemente influenciada pela experiência de dependência, possível alienação e falta de agência.» (Wynne, 1996: 52).

A confiança nos peritos que Giddens não contestara é, para Wynne, mais condicional e frágil do que parece. O papel do perito, crivado de incertezas na medida em que tem de abordar temas fora das fronteiras da sua disciplina, em que transgredir os parâmetros da objectividade inerente à sua actividade e em que tem de modificar o discurso para se expressar perante uma audiência leiga (Renn, 1998; Jerónimo, 2006), torna-se assim um objecto de estudo apaixonante para a sociologia do risco.

Vale a pena aqui lembrar que as conclusões de Wynne já foram entretanto questionadas, sobretudo porque, como notou Luísa Lima (2004)⁸, a investigação sociológica no campo da associação entre a consciência da ameaça dos riscos e a percepção ambiental é particularmente diversificada. Se é verdade, como registou Wynne, que a exposição ao risco de determinada comunidade pode provocar habituação e menosprezo do grau de ameaça, o contrário também pode ser verificado, em culturas de (in)segurança onde os acidentes de trabalho sejam mais frequentes.

⁸ A própria autora produziu um interessante trabalho durante cinco anos junto de uma comunidade nas imediações de uma central de incineração de resíduos sólidos. Verificou então que, depois de cinco anos de habituação à actividade da central, a percepção de risco entre a maioria das 906 pessoas entrevistadas esbatera-se e que a oposição inicial a esta unidade diminuiria (Lima, 2004b).

Apesar disso, reconhecendo que a presença do perito é hoje inevitável nos debates da modernidade, Helena Jerónimo deu continuidade à reflexão de Wynne: “Entre aqueles que *fazem do saber a sua vocação*, como o cientista, e os que *fazem da decisão a sua vocação*, como o político, para usar os conceitos ideal-típicos de Max Weber, existe a figura do perito, um elemento especializado numa determinada área científica, cujo conhecimento é valioso no processo decisório” (2006: 1143, ênfase no original). Todavia, o conhecimento científico produz uma cultura particular, com estruturas normativas rígidas, que nem sempre favorecem esse papel de árbitro imparcial que a modernidade atribuiu ao cientista. “A sua função não é a de fornecer pura e simplesmente um conhecimento, mas um conhecimento que se destina a esclarecer aqueles que têm a responsabilidade de tomar decisões”, escreveu (*opus cit.*: 1145).

Por isso, a perícia científica é instrumental, na medida em que serve a decisão, e é legitimadora porque fornece consistência a uma decisão eventualmente até já tomada, como ilustrou o estudo de caso de Garcia e Subtil (2000) a propósito da definição do traçado da Ponte Vasco da Gama ou como sucede com frequência nas avaliações de impacto ambiental (Cf. Castro e Lima, 2002; Gonçalves, 2002; Petts, 2000). De acordo com Judith Petts (2000), a diferença de percepção de riscos entre peritos e leigos não se resume assim a um mero cálculo da magnitude, pois envolve também questões de controlo, credibilidade e equidade.

Bem diferente da ciência de investigação, a ciência ao serviço da decisão prende-se nas malhas do compromisso político e acaba por se focar na estimativa plausível de risco, como notou o grupo de Maria Eduarda Gonçalves (2007), num volume dedicado, pela primeira vez em Portugal, ao estudo da relação entre os portugueses e os novos riscos. Neste volume, produzido com apoio de três estudos de caso (os casos da BSE ou encefalopatia espongiforme bovina, da co-incineração de resíduos industriais perigosos e da possível contaminação de soldados portugueses por urânio empobrecido), os autores concluíram que há um apelo crescente dos governos à ciência e à técnica na última década e meia, mas esse apelo justifica-se maioritariamente pela necessidade de fundamentar decisões políticas. Assim, o papel da ciência ao serviço da decisão (*science for policy*) é frequentemente redutor. A rivalidade entre universidades e laboratórios de Estado ou até entre as próprias universidades, a escassez de recursos materiais e simbólicos do campo científico e a fraca sustentação económica e social do sistema científico português são algumas das

causas que reduzem a autonomia das perícias científicas quando estas são chamadas a arbitrar conflitos (*opus cit.*: 111)

Reflectindo noutra campo de intervenção, Klaus Eder (1996) debruçou-se sobre o papel das novas instituições que sobrevivem na modernidade mesmo quando não apresentam os quatro pilares típicos das instituições tradicionais: uma ideia reconhecida e sustentada pelos seus membros; funcionários voluntários ou profissionais que cumprem diferentes papéis na organização; normas que regulam as relações internas e externas; e um aparato material (cf. também Strydon, 2002: 134). Apesar disso, as instituições reflexivas ou discursivas, como Eder as descreveu, dispõem de ferramentas importantes: são mais informais e concentram-se mais na busca de empatia com sectores alargados da sociedade e de flexibilidade nos conflitos da modernidade do que no estabelecimento de uma autoridade inatacável. O autor encontrou assim nos exemplos de comissões de inquérito, comissões de avaliação de tecnologia, sessões de esclarecimento público ou acordos auto-restritivos propostos pela própria indústria as características de uma nova ordem institucional.

1.4 – A modernização ecológica

Na discussão sobre a modernidade, eclodiu na década de 1980 outra corrente, rival da modernização reflexiva, e que tem em Martin Hajer (1995 e 1996) um dos seus mais prolíferos teóricos. A sua base racional assenta na implementação crescente do conceito de desenvolvimento sustentável, uma matriz de conciliação do modelo de desenvolvimento industrial com a conservação de valores naturais e com o respeito pela sobrevivência das comunidades produtoras tradicionais. Hajer sustentou que a corrente ganhou impulso com a penetração na agenda mundial de temas ecológicos globais, como a poluição atmosférica, a chuva ácida, a destruição da floresta tropical, o aumento do buraco da camada de ozono ou as alterações climáticas.

A matriz de modernização ecológica procurou não reduzir o ambiente a variáveis económicas quantificáveis e começou por assumir que a industrialização provocou danos ecológicos consideráveis e, em alguns casos, irreversíveis. Por isso, a teoria sustenta que o crescimento económico necessita de uma responsabilidade social, expressa em valores ambientais, sem os quais continuará a provocar a espiral de delapidação de recursos (Schmidt e Valente, 2004). Herdeiro dos princípios aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente de 1972, em

Estocolmo, o conceito de desenvolvimento sustentável assume assim três dimensões, segundo Luísa Schmidt e Susana Valente (*opus cit.*: 28-30): uma ordem ecológica, uma ordem económica e uma terceira ordem sociopolítica.⁹

Progressivamente integrada nas práticas governamentais europeias e em instituições supranacionais, a modernização ecológica contribui, como notou Strydom (2002), para a modificação da percepção de que os acidentes ecológicos das décadas de 1970 e 1980 teriam representado um princípio do fim. Nesta matriz, eles representaram um estímulo à inovação tecnológica e empresarial, motivando-a a produzir soluções compatíveis, sustentáveis e lucrativas. A poluição, antes um sintoma evidente de ruptura no sistema natural, é agora entendida como uma questão de ineficiência.

Segundo Hajer (1996), o dilema ecológico trava-se há várias décadas, pelo que a troca de argumentos entre as duas correntes da modernidade limita-se a simplificar um velho debate sobre as relações sociais entre natureza, sociedade e tecnologia. Na sua perspectiva, há três dimensões possíveis para a modernização ecológica: como ensino institucional, como projecto tecnocrático e como política cultural. No primeiro caso, assume-se que as instituições dominantes podem aprender com os erros e que podem portanto produzir mudanças significativas. É uma versão moderada, que acredita na aprendizagem e correcção dos erros como motor. No segundo caso, assume-se que, para além da aprendizagem, é importante criticar a sociedade tecnocrática, que depende da tecnologia e que é fundamental impedir que a máquina cresça ainda mais. Na terceira perspectiva, contestam-se as visões redutoras, que limitam o problema a uma única dimensão de crise, inviabilizando soluções multidisciplinares.

Assim, onde Beck, Giddens e Lash viram a crise definitiva das instituições capitalistas criadas pela sociedade industrial, o modelo de modernização ecológica sustenta que as instituições basilares se mantêm de pedra e cal, salvaguardadas pela ciência e pelos media. A reflexividade que funcionava como motor de arranque da transformação nos modelos anteriores dá lugar ao consumo e à pressão pública do consumidor como incentivo e factor de inovação. Hajer defendeu inclusivamente que as instituições têm capacidade de aprendizagem e que a racionalização da ecologia e a sua transformação num mercado fornecem indícios de mudança no sentido certo.

⁹ Num famoso trabalho, Herman Daly (1991) defendeu que a sustentabilidade de um ecossistema deve ser assegurada por três pilares: a taxa de utilização de recursos não pode ultrapassar a taxa de regeneração; a taxa de utilização de recursos não renováveis não pode ultrapassar a dos recursos renováveis ou alternativos; e a taxa de poluição não pode ultrapassar a tolerância do ecossistema.

A modernização ecológica é um compromisso político, uma manifestação de confiança no actual sistema institucional que recusa, por um lado, o radicalismo ambientalista da ecologia profunda que fizera escola na década de 1970 e, por outro, que modera os excessos dos modelos catastrofistas da modernização reflexiva. Tem merecido críticas de vários quadrantes, começando pelo próprio Beck que, numa obra ousada (1995), começou por acusar o discurso da mobilização ecológica de ser o veneno moderno, pois apresenta meros riscos como ocorrências certificadas negando a responsabilidade pela criação dos novos fantasmas de incerteza tecnológica e industrial, mas dedicou depois a segunda metade da obra aos “Antídotos”. Para ele, se a tecnologia de inspiração capitalista aliada à administração política foi responsável pelo veneno, o antídoto apropriado é a crítica ambiental.

1.5 – A sociedade convergente

Esta análise do debate sociológico em torno do conceito de risco não ficaria completa sem uma curta apreciação do trabalho de Niklas Luhmann, um autor que se pronunciou igualmente sobre o peso do risco na sociedade contemporânea, partindo de um ângulo diferente ao integrá-lo numa teoria de sistemas. Por necessidade metodológica, dividiremos o contributo de Luhmann em duas apreciações – uma sobre a sua proposta teórica, que analisaremos no contexto deste capítulo, e outra sobre a sua reflexão em torno da comunicação ecológica e do peso dos media neste processo, que será desenvolvida no capítulo 5.

Como Alfredo Mela, Maria Carmen Belloni e Luca Davico sugeriram (1998/2001: 68-73), Luhmann partiu do princípio de que a sociologia experimentou sérias dificuldades em compreender e explicar os problemas ambientais contemporâneos numa abordagem teórica satisfatória devido ao atraso com que começou a ocupar-se das questões relacionadas com a interacção da sociedade com o ambiente externo.

Assim, Luhmann enquadrou o risco, não no centro da transformação de um modelo social, mas como elemento integrado num contexto mais amplo formado pela relação entre diferentes sistemas funcionais. Para ele, os sistemas funcionais que constituem a sociedade são tão especializados e autónomos que podem apenas lidar com os problemas sociais utilizando a sua própria lógica, que frequentemente colide com as lógicas dos restantes sistemas. A economia encara com frequência a natureza como matéria-prima e potenciais lucros, ao passo que o sistema político vê nela um domínio

territorial para legislar, o sistema judicial encara-a aos olhos da lei e julga eventuais atropelos à legislação em vigor, e o sistema científico relaciona-se com ela em termos de conhecimento, procurando apreender as suas relações escondidas. Ao entender a sociedade desta forma, Luhmann sugeriu que os problemas ambientais são construções sociais, pois não existem *per si*. A comunicação que se trava nos media e noutros fóruns sobre o tema acaba por ser mero ruído entre sistemas funcionais.

Um erro recorrente da sociologia moderna seria assim, segundo ele, a concepção do ambiente como um grande sistema externo à sociedade. Na verdade, o processo é o inverso: o sistema social constitui-se a si próprio, definindo aquilo que não é, pelo que exclui o ambiente e os seus problemas. A centralidade que os problemas ambientais ocupam na sociedade do último quartel do século XX não foi mais do que um produto do tipo de agendamento e análise que sobre eles incorria.

Luhmann descreveu o período moderno inicial, coincidente com o início da revolução industrial, como uma fase de forte constrangimento individual, motivado por um sistema normativo hermético e incontestado. A transição para o período moderno tardio coincidiu com uma fase de maior prosperidade, marcada por mais consumo, mas registando paradoxalmente um agravamento do fosso entre aqueles que dispõem de recursos e os que não têm. A relação com o tempo expressa neste período centra-se na escassez e na abundância, na constituição de provisões para o futuro e na modificação do regime de propriedade. Porém, o advento da sociedade moderna contemporânea traz o risco como elemento de perturbação, já que as populações têm agora um futuro em aberto pela frente, repleto de imprevisibilidades. A tomada de decisões, como vimos, é contingente, porque o processo decisório não é tão categórico como no passado e depende de variáveis flutuantes.

O risco é, para Luhmann, uma forma de percepção e compreensão de um “esquema de contingência” (1991/1993: 17) que não existe em si e que portanto pode merecer diferentes interpretações entre sistemas funcionais. A ciência é um bom exemplo de transferência de consequências imprevistas entre sistemas, pois os seus avanços em domínios de ponta, como a engenharia genética ou a biotecnologia, produzem impactes tremendos nos sistemas políticos, económicos e culturais. Mas, em si, o ambiente não comunica com a sociedade, não lhe transmite graus de ameaça crescente, como sugere o discurso ambientalista. “Quando muito, é a preocupação

socialmente difundida pelos ecossistemas – e não os ecossistemas enquanto tal – que representa um efectivo problema social” (Mela *et al.*, 1998/2001: 71).

Por outro lado, o processo decisório é desenvolvido em condições tais que quem decide não o faz com a certeza de tomar em consideração todas as consequências possíveis de forma a destrinçar os efeitos positivos e negativos. Tomar uma decisão no presente é correr o risco de uma perda no futuro, salientou o autor.

Numa revisão do seu modelo (1991/1993: 218), Luhmann aceitou posteriormente que “vivemos hoje numa sociedade (...) que não tem outra hipótese que não seja correr riscos”. Aliás, o interesse que o tema tem merecido junto da comunidade de peritos e também de vários grupos de pressão revela uma mudança significativa da sociedade, que trilha agora uma nova relação com o seu futuro. A crescente complexidade que preencheu os diversos sistemas funcionais autónomos produziu um aumento sem precedentes de possibilidades de acção e ajudou a mudar a estrutura de sociedade.

Luhmann entendeu que esta complexidade alterou os alicerces da sociedade que substituiu agora os seus sistemas e respectivas estruturas normativas criados no início da era industrial por novos sistemas funcionais, constituídos pelas expectativas cognitivo-instrumentais. Durante três séculos, a sociedade industrial enfatizou as conquistas do Iluminismo e colocou ênfase na experiência passada. A sociedade moderna que emerge agora transporta-se para o futuro, multiplicando expectativas, abrindo novas orientações e, ao longo desse trajecto, fragmentando a cultura unitária que lhe serviu de sistema no passado, que assentava em garantias metassociais, como a religião ou o respeito pela natureza.

Luhmann definiu a sociedade moderna como “sociedade contingente” enfatizando a importância da indefinição no presente e a ruptura das garantias metassociais. As decisões que os sistemas funcionais são forçados a tomar – e, naturalmente, os agentes sociais, embora Luhmann não se tenha pronunciado sobre a escala individual – ocorrem agora em défice de conhecimento, o que gera incerteza sobre o processo decisório e maior pressão de todos os sistemas sobre o sistema político, que tem a dura tarefa de agir sem dispor de tempo nem informação absoluta.

Bastante céptico face aos méritos da comunicação entre governos, peritos e opinião pública, Luhmann defendeu que a comunicação de risco é apenas parcialmente integrada no discurso leigo, gerando mais incerteza do que clarificação. Por outro lado, ao debater os modelos de participação cívica, o autor alemão não escondeu as

suas reservas, defendendo que estes implicam a perda da autoridade dos peritos, diminuindo a confiança pública nas instituições, sem benefício claro em termos de democraticidade ou esclarecimento.

O “ruído entre sistemas”, que pontualmente extravasa para a esfera pública, é gerado por esse desconforto criado pelas incertezas do processo decisório, o que leva a divisões e fragmentações entre sistemas habitualmente cooperativos. No período moderno inicial, o ruído entre sistemas era gerado pela possibilidade de revolução e, mais tarde, pelo processo de industrialização e todas as transformações por ele geradas. No período moderno contemporâneo, a arena agita-se em torno da ecologia e da relação com a natureza. Porém, enquanto Beck e Giddens pressentiram na reflexividade gerada pela modernidade um indicador otimista de mobilização cívica, Luhmann considerou que a comunicação em torno dos novos riscos gera maioritariamente dissidência.

1.6 – Conclusão

Este capítulo procurou descrever a complexidade do debate em torno do risco na sociologia contemporânea, identificando as várias correntes que inscrevem o conceito numa teoria da modernidade correspondente ao auge da era tecnológica e de uma modificação de paradigma na relação com a natureza. Procurámos discutir as diferentes concepções sociológicas sobre o risco na modernidade, o papel do perito e do público e as suas implicações na confiança que os agentes sociais depositam nas instituições decisórias.

Assumimos, no contexto desta investigação, que “o risco é a assinatura da sociedade contemporânea”, como escreveu Strydom (2002: 4), reconhecendo que esta é a era dos “riscos de elevadas consequências” descritos por Giddens (1991: 4) e Beck, de catástrofes cada vez mais regulares e imprevisíveis, que democratizam os danos transversalmente, mas que podem, em simultâneo, gerar novos processos de reflexividade, de intervenção cívica e de cidadania na sociedade, levando à crítica de instituições e à emergência de novos agentes e grupos no debate político.

No decurso desta dissertação, utilizaremos assim o conceito de risco como pedra de toque. Fazendo nossas as palavras de Strydom:

«O risco é a chave para a constituição e organização da sociedade contemporânea. De uma perspectiva histórica, ele é comparável aos fenómenos

de dominação ou violência no período inicial da modernidade e da pobreza no período posterior. A diferença que o risco produz na constituição e organização da sociedade é da mesma ordem que as mudanças evolucionárias introduzidas pelos problemas colectivos de dominação ou violência e pobreza nas fases prévias» (Strydom, 2002: 5)

Analisaremos no próximo capítulo o papel dos meios de comunicação de massa enquanto intermediários no processo de comunicação e o debate sobre os efeitos da informação mediática na audiência.

2 – EFEITOS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo, iniciamos a revisão da literatura sobre o estudo dos media, concretizando o apelo de investigadores como José Manuel Paquete de Oliveira que sublinharam a importância de os estudos contemporâneos sobre jornalismo conceberem como objecto de investigação o campo dos media na sua estrutura organizativa, na composição dos seus agentes produtores de informação, na análise do conteúdo da sua produção e na sua interacção com a audiência (Oliveira, 1992: 996). Com efeito, como John Downey notou (2008: 59), os estudos sobre media têm estado demasiado fechados em microrrealidades, que impedem uma perspectiva clara sobre o dinamismo deste campo de actividade e a sua relação com a sociedade.

Este capítulo debruça-se assim sobre a evolução dos estudos do efeito dos media na audiência, uma área essencial de pesquisa no século XX, pois lançou as bases para a emergência de novas áreas de investigação, como o estudo do jornalismo e da notícia.

Aceitamos como válida a forma clássica de arrumação da teoria sobre os media no triângulo de produção, textos e audiência, tal como Dennis McQuail (1983/2003) sugeriu, embora outras arrumações fossem igualmente plausíveis. As propostas de John Miller (2008) ou de Pamela Shoemaker (2010), que dividiram o corpo de pesquisa em propriedade e controlo, conteúdo e audiências, poderiam igualmente ser citadas.

Este capítulo desenvolve o conhecimento produzido sobre o estudo da recepção (a fase “Media Studies 1.0”, de Miller), acompanhando a forma como os meios de comunicação de massa foram avaliados relativamente ao seu impacto na audiência. Avaliaremos os primeiros contributos, muito inspirados numa concepção mecanicista da comunicação e na passividade da audiência, concedendo pouco relevo à influência da cultura, da história ou da socialização de cada indivíduo ou grupo. Avançaremos para modelos mais elaborados, que aceitaram a influência desigual da comunicação na audiência e concluiremos a abordagem com as revisões modernas do conceito de agendamento e efeitos *priming*, mais prudentes na generalização dos efeitos mas nem por isso menos interessados em documentar a interferência que os meios de comunicação de massa produzem no processo de transmissão de mensagens.

2.1 – Estudo dos efeitos de comunicação

Na génese dos estudos de comunicação do século XX, a problemática dos efeitos foi a pedra-de-toque (Esteves, 2002; Traquina, 2000; Subtil, 2006), o primeiro campo de profícua actividade de investigação que, colhendo benefícios do frenético

desenvolvimento que a sociologia vinha vivendo desde o final do século XIX, se tornou uma plataforma de ensaio de métodos, técnicas e propostas teóricas.

Como referiu João Pissarra Esteves, a questão dos efeitos exerceu uma função ordenadora sobre outras problemáticas, como “o estudo dos elementos constituintes do processo comunicacional, em especial das audiências, o estudo da recepção e dos processos de estruturação das mensagens, as funções sociais dos media” (2002: 13).¹⁰

Perspectiva ainda ingénua e linear dos processos de comunicação, o primeiro núcleo de trabalhos sobre os efeitos dos media concentrou-se exclusivamente na acção dos meios de comunicação de massa, ignorando os processos de comunicação interpessoal que viriam a celebrar Paul Lazarsfeld. Subjacente a este enquadramento estava o desejo de produzir conhecimento sobre o poder aparentemente alarmante que os media teriam no espaço social, sobretudo numa fase em que a imprensa ganhava expressão nas cidades e a rádio ensaiava os primeiros passos. Como Érik Neveu (2001/2005: 100) notou, “cada modificação importante nos meios de comunicação, da rádio à Internet, à falta de argumentos originais dá uma actualidade” à interrogação acerca do poder dos media.

Nesta fase, seria prematuro falar já de um conjunto teórico de investigações susceptível de ser enquadrado numa ampla teoria dos efeitos dos media. As primeiras décadas de investigação do século XX produziram contrastes entre a visão marcadamente optimista da geração de Chicago, da década de 1920, contemporânea de uma sociedade que assistiu, entusiasmada, aos avanços significativos dos meios de transporte e comunicação, e as perspectivas pessimistas da geração que presenciara, alarmada, as campanhas de manipulação governamental nos anos da Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, por força do interesse gerado pelos primeiros trabalhos, o mundo empresarial dos media viu na pesquisa empírica uma oportunidade de legitimação. Esteves argumentou até que os agentes institucionalizados constituíram “a mais poderosa influência sobre o trabalho científico, segundo interesses próprios e tendo em vista, declaradamente, maximizar a sua capacidade de controlo e de manipulação dos meios” (*opus cit.*: 15). Quaisquer que fossem as motivações, a verdade é que a problemática dos efeitos foi o fio condutor da investigação sociológica no campo da comunicação e a verdadeira garantia legítima da sua cientificidade, como sublinhou Paul Beaud (1984).

¹⁰ O volume coordenado por João Pissarra Esteves (2002) afigura-se de importância decisiva para a consolidação destes trabalhos, ao publicar em português artigos representativos das diversas sensibilidades sociológicas sobre os efeitos de comunicação.

2.2 – Os media e a manipulação

Na sua análise da evolução das teorias de comunicação, Mauro Wolf (1985/1987) defendeu que a teoria dos efeitos ilimitados justificou-se pelo contexto político da época, marcado por uma geração que sofreu os horrores de uma guerra mundial e que deu conta do poder dos media enquanto forças sociais persuasivas. Deste contexto, nasceu uma concepção do processo de comunicação como uma estratégia genericamente de *manipulação*. Numa segunda fase, porém, sobretudo a partir do momento em que Harold Lasswell retirou parte da carga determinista ao modelo, concebendo a hipótese de a mesma mensagem produzir efeitos diferentes por influência do tipo de emissor, canal ou receptor, também o paradigma da comunicação foi forçosamente revisto: surgiram então as concepções da comunicação enquanto processo de *persuasão*. A investigação produzida pelo grupo de Lazarsfeld e definida pela teoria dos efeitos limitados geraria depois um terceiro paradigma, mais optimista, que encarou a comunicação como um processo de *influência*, susceptível de ser afectado por diversas variáveis.

Dennis McQuail (1983/2000) optou por balizar os marcos da teoria de comunicação em espaços temporais não coincidentes com os observados acima. Do início do século XX até à Segunda Guerra Mundial, emergiram concepções que sublinharam a capacidade dos media para formar opiniões e vincar crenças. Numa segunda fase histórica, de 1940 a 1970, por força do contributo de Lazarsfeld, triunfou o poder da influência pessoal, estabelecido por personalidades aceites por comunidades que influenciavam os comportamentos e atitudes de franjas alargadas do seu grupo. Neste processo, os media não teriam capacidade absoluta para mudar as crenças da sociedade – exerceriam, na melhor das hipóteses, uma função de reforço de atitudes já existentes. Na terceira fase, balizada no período de 1970-1980, o poder dos media foi novamente avaliado em termos da sua capacidade de influenciar a audiência, embora sem o carácter determinista de outrora. A sua influência media-se agora pela interferência com os processos cognitivos, com a forma como cada agente social recolhia e processava informação, hierarquizava temas e decidia pontos de vista. A última fase, expressa nas duas derradeiras décadas do século XX, foi profundamente afectada pela corrente construcionista, herdeira dos trabalhos pioneiros de Peter Berger e Thomas Luckmann (1966/2004) e que encarou, por fim, o processo de comunicação como um jogo de tensões entre diferentes actores, com posições hierárquicas definidas no campo dos

media. A produção dos meios de comunicação seria assim o resultado desse conflito e expressaria, acima de qualquer intenção maquiavélica, o jogo de influências subjacente. Apesar das divergências sobre os marcos da história da teoria da comunicação, os diversos trabalhos sobre a disciplina (Wolf, 1985/1987, McQuail, 1983/2000; Mattelart e Mattelart, 1995/1999) concordaram que o primeiro corpo unificado de propostas teóricas nasceu com as perspectivas hipodérmicas, assentes na metáfora de que os media funcionariam como agulhas, penetrando na pele das audiências e injectando-lhe sem resistência as suas mensagens.

Nesta perspectiva dos efeitos ilimitados, cada elemento da audiência seria afectado directa e irreversivelmente pelas mensagens dos media, uma abordagem que implicaria que a sociedade fosse formada por um conjunto homogéneo de agentes e grupos sociais. A concepção justificava-se pelo contexto ideológico da época e encontrou bases teóricas em dois modelos herdados da psicologia social, como destacaram Esteves (2002) e Subtil (2006). Por um lado, a teoria comportamentalista da acção – também definida como behaviorista – encarava a sociedade como uma entidade viva, natural, aplicando-lhe conceitos da biologia. Tal como os organismos se inserem no ambiente, com regras e tensões próprias, também a sociedade e a comunicação funcionariam neste mundo de relações causais. Ao mesmo estímulo, por definição, corresponderiam os mesmos efeitos padronizados, pelo que a margem para a diferença individual seria limitada.

Por outro lado, a teoria dos efeitos ilimitados foi herdeira também da teoria da sociedade de massa, que retirou ao indivíduo e aos seus processos de interacção a margem para interferir nas relações do grupo. A comunicação, nestes moldes, seria um acto impessoal, destinado a difundir mensagens por toda a audiência e que a afectaria uniformemente, de acordo com o objectivo estabelecido pelo emissor.¹¹

Para Érik Neveu (2001/2005), a teoria dos efeitos ilimitados alimentou dois tipos de discurso: um primeiro que encarava os jornalistas como membros de uma corporação, que exerceriam influência considerável sobre atitudes e comportamentos, impondo enquadramentos e perspectivas dos temas públicos – a mediocracia (*opus cit.*: 100), ou perversão do sistema político, apoiado nestes agentes sociais não legitimados. Outro discurso assentava na antítese da perspectiva anterior, sustentado pela ética da profissão jornalística, alicerçada no papel vigilante dos media e na concepção de que o poder de

¹¹ Cristina Ponte (2004:52) admitiu outra influência decisiva sobre estas concepções: o trabalho de Gabriel Tarde sobre o conceito de público, uniformizado a partir de então como um grupo de indivíduos fisicamente separados mas partilhando os mesmos interesses, amalgamados numa massa.

penetração dos meios de comunicação se justificaria pela sua legitimidade democraticamente aceite de contrapoder.

Harold Lasswell (1948/2002) talvez tenha sido o autor mais profícuo desta corrente e legou ao estudo da comunicação a sua primeira tipologia universal – a identificação inequívoca dos elementos da comunicação, como o emissor, o receptor, a mensagem, o canal e os efeitos. O contributo de Lasswell foi, porém, muito mais vasto. Embora definisse a comunicação como um processo mecânico de transmissão de informação para alcançar objectivos mais ou menos assumidos, o autor entreabriu a porta à superação do seu próprio modelo, reconhecendo vários factores que afectavam a eficiência da comunicação e que a tornavam assim menos absoluta: em primeiro lugar, destacou factores de competência, susceptíveis de incapacitar o receptor de apreender a mensagem se não dominasse a linguagem do canal usado. Para além desta variável, sublinhou que a estrutura de personalidade, os valores de poder, riqueza e respeito e até características do ambiente poderiam afectar a eficiência da comunicação e reduzir o seu impacte. Um autor seu contemporâneo – Claude Shannon –, integrado na mesma corrente, resumiu mesmo a comunicação a um mero processo de engenharia, a um problema exclusivamente técnico, ao referir que “os aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para o problema da engenharia. O aspecto significativo é que a mensagem actual é *uma seleccionada de um conjunto* de mensagens possíveis” (1948: 379, ênfase no original).¹²

Lasswell foi, acima de tudo, um homem da sua época e o seu projecto teórico reflectiu os pilares sobre os quais assentava então a sociologia. A sociedade organizada racionalmente que ele descreveu era afectada por fenómenos em tudo idênticos aos do reino animal. O processo de comunicação, neste sentido, teria três funções primordiais: a vigilância do ambiente; a correlação dos elementos que constituem a sociedade; e a transmissão de herança social. “Em geral, podem ser encontrados equivalentes biológicos nos agrupamentos humanos e animais, e na economia de um organismo individual”, escreveu, na sua obra mais emblemática (Lasswell, 1948/2002: 59).

Lasswell contestou fortemente a noção de *esclarecimento puro* associada aos mecanismos de funcionamento e salvaguarda das sociedades democráticas, propondo, ao invés, a noção de *esclarecimento equivalente*, um processo que implicaria a hierarquização dos agentes sociais, divididos sumariamente em especialistas, líderes e

¹² Note-se que o casal Mattelart (1995/1999) sugeriu que Claude Shannon poderia ser integrado numa teoria matemática da comunicação.

leigos. Desta forma, “não é de modo algum absurdo imaginar que os controladores dos meios de comunicação de massa virão a assumir a liderança no estabelecimento de um elevado grau de equivalência, por toda a sociedade, entre a imagem leiga de relações significativas e as imagens de um perito ou de um líder” (*opus cit.*: 59).

O modelo de Lasswell foi assim construído com uma função específica: identificar e solucionar os obstáculos à eficiência da comunicação, de forma a reduzir o atrito e maximizar o impacto da comunicação. O autor acreditava aliás que uma das tarefas de uma sociedade organizada racionalmente era descobrir e controlar os factores de interferência na comunicação (*opus cit.*: 56). Recuperando da electricidade a noção de condutibilidade, Lasswell previu um momento não muito distante em que seria possível a existência de condutibilidade total entre indivíduos, um objectivo indispensável para o funcionamento da sociedade democrática, pois as escolhas racionais dependem do esclarecimento e este, por sua vez, depende da fluidez da comunicação.

Esta aplicação da função nobre da comunicação ao normal desenvolvimento da sociedade democrática foi herdeira directa dos contributos da Escola de Chicago, como salientou Filipa Subtil (2006). John Dewey, e mais tarde Charles Cooley e Robert Park, depositaram na comunicação a esperança de que ela seria a condição de possibilidade do restauro da ordem moral e política. Tal como Lasswell fez mais tarde, Dewey concebeu os media – com todo o seu poder incontestável – como força difusora de esclarecimento, capaz de fomentar o debate, divulgar o conhecimento e gerar consenso, sob um manto de ordem e respeito pelo vínculo social. Na expressão de Subtil (2006:1080), “Dewey concebe[u] a comunicação com base na metáfora do ouvir em detrimento da metáfora do ver”.

Em todos os trabalhos da Escola de Chicago ressaltou a tensão entre o potencial dos media como únicas forças capazes de ressuscitar o sentido perdido de comunidade e a tentação do poder para, em situações de crise, usá-los para gerar mobilização colectiva. De certa forma, os media foram apreciados por esta escola como uma ferramenta tremenda mas profundamente perigosa – apta para afectar elevadas franjas da sociedade mas igualmente susceptível de utilização perniciosa a larga escala.

Talvez ninguém tenha pressentido o risco de instrumentalização dos media com tanto receio como Walter Lippman (1922/2008). Antigo profissional de relações públicas, Lippman reflectiu sobre a natureza da opinião pública, uma força do regime democrático que depende da capacidade de os agentes sociais construírem representações fiáveis do mundo. Impossibilitado de observar toda a vida social, o

agente social depende das notícias e dos relatos construídos por outros que procuram descrever um número filtrado de ocorrências. Como notou Daniel Innearity, o sentido de pertença dos agentes sociais ao mesmo mundo “é produto, em boa medida, dos meios de comunicação” (Innearity, 2006/2010: 87). Neste mundo em segunda mão, é essencial compreender que está em jogo, não tanto uma verdade susceptível de ser captada, mas um exercício de funções sociais “como a estabilidade, o entretenimento, a absorção da insegurança ou a criação de boa consciência” (*opus cit.*: 91)

Lippman concluiu que as notícias teriam de ser criticadas e desmontadas, uma vez que elas, pela sua natureza, manipulavam ou fragmentavam a realidade. A única condição de possibilidade para a opinião pública seria, segundo ele, a redução de todas as notícias às realidades mensuráveis, quantificáveis, expressas em estatísticas – desígnio só possível com o contributo de painéis de especialistas com competência para reduzir a realidade a registos estatísticos.

Tal como vários autores seus contemporâneos, Lippman destacou a figura do especialista como peça fundamental do modelo, suficientemente independente para não se deixar manipular, mas bem integrado para compreender que lhe caberia moldar as atitudes e comportamentos dos restantes agentes sociais, através da utilização judiciosa de processos de divulgação ou censura de informação, consoante o contexto.

O contributo de Lippman impregnou alguns dos trabalhos de Robert Park (1948/2002) sobre a comunicação e particularmente sobre as notícias. Park concentrou a sua atenção neste novo processo de construção da história, marcado pela sua singularidade, transitoriedade e pelo seu carácter efémero. Tal como Lippman, aliás, Park recusou a ideologia jornalística como sustentáculo do seu modelo, não aceitando como única garantia a pretensão jornalística de que as notícias seriam narrativas objectivas. “Mais do que informar, [elas] orientam o público”, escreveu (*opus cit.*: 41).

Um dos problemas da sociedade contemporânea seria, para Park, o escasso âmbito de circulação das notícias. Privados destes mecanismos de consenso, os agentes sociais excluídos ficariam mais sujeitos à influência nociva “da pessoa ou pessoas dominantes na comunidade, ou dos seus líderes (...). É desta forma que os ditadores alcançam e se mantêm no poder. E é também isto que explica a necessidade de uma censura de qualquer tipo nas ditaduras”, escreveu (*opus cit.*: 46).

É assim evidente que, apesar de reunirem um bloco pouco homogêneo de contributos, os vários autores das primeiras quatro décadas do século XX inspiraram-se na teoria comportamentalista e procuraram estabelecer condições de possibilidade para uma

opinião pública informada e participante. Nesse processo, o papel dos media tornou-se vital, malgrado os receios sobre as potencialidades destas ferramentas que justificavam expectativas ambíguas. Foi no seio deste debate que nasceu o Rockefeller Communications Group, coordenado por John Marshall e Lyman Bryson, que se tornou a primeira unidade de investigação continuada sobre os efeitos dos meios de comunicação. Provavelmente, ninguém formulou melhor a sua missão intrínseca do que Harold Lasswell (1927), quando definiu os processos de formação ideal de uma opinião pública como gestão governamental das opiniões.¹³

Ao abrigo destas primeiras reflexões sobre os efeitos dos meios de comunicação, as notícias e o jornalismo foram entendidos como dispositivos de orientação da sociedade e do homem, pelo que se “esta função for cumprida, a sanidade dos indivíduos e a permanência da sociedade tendem a ser preservadas” (Park, 1948/2002: 47).

2.3 – Teoria dos efeitos limitados ou *two-step flow*

Com Paul Lazarsfeld, a sociologia dos efeitos da comunicação ganhou, em primeira instância, a noção da importância do trabalho empírico. Lazarsfeld e outros investigadores do seu grupo, como Elihu Katz ou Paul Berelson, estabeleceram as bases para a pesquisa de campo aplicada à comunicação de massa, assente no pressuposto de que os modelos só ganham validade quando confirmados por experiências empíricas.

Lazarsfeld preocupou-se em substituir o paradigma da manipulação por outro, mais optimista, assente na noção de que os media influenciam a audiência, mas sem o carácter absoluto que as concepções anteriores lhes atribuíam. Ao fazê-lo, a “comunicação dos meios de massa deixa de poder ser constituída de uma forma isolada, exigindo antes a sua integração no conjunto dos processos comunicacionais que constituem a sociedade”, como notou Esteves (2002: 18).

A concepção dos efeitos limitados, ou efeitos mínimos, desenvolveu o conceito de *líderes de opinião* – personalidades integradas no seio de comunidades, cujas atitudes e comportamentos serviriam de referência para outros indivíduos. Ao propor que a comunicação seria um processo mediado, ao longo do qual a informação seria absorvida de formas diferentes por cada agente social, Lazarsfeld valorizou o quadro de relações interpessoais, recusando as perspectivas lineares e uniformes dos trabalhos anteriores.

¹³ Subtil (2006: 1096) notou que, no passado, Lippman designara um processo semelhante como “fabrico de consentimento”.

Subjacente ao seu trabalho estava o profundo desejo – partilhado pelos proprietários dos meios de comunicação – de retirar dos media a carga negativa que Lasswell lhes atribuíra. O sociólogo identificou assim três tipos de efeitos provocados pelos meios de comunicação nas audiências: o *reforço*, a *activação* e a *conversão*. Apenas o fenómeno de conversão de opinião teria sentido à luz do modelo anterior e, mesmo nessa circunstância, Lazarsfeld frisou que a conversão foi a reacção menos frequente entre os inquiridos que estudou. Na maior parte dos casos, argumentou, os efeitos motivados pelos meios de comunicação seriam da ordem do reforço de convicções ou da activação de opinião face a um tópico até então desconhecido. A perspectiva, naturalmente, não era inócua: Lazarsfeld e o seu grupo esforçavam-se por demonstrar que o poder dos media era, afinal, diminuto, revelando-se incapaz de manipular os sujeitos que a eles eram expostos – uma concertação de objectivos que Elisabeth Noelle-Neuman (1983/2002:155) considerou fundamental para o sucesso do modelo.

Elihu Katz (1957/2002: 75) destacou que as relações interpessoais são como “canais de informação, fontes de pressão social e fontes de apoio social, e cada um destes elementos conecta as relações interpessoais com o processo de decisão de forma diferente”. Apesar de romper com a tradição dos modelos anteriores, Lazarsfeld e os seus colegas não perderam totalmente o contacto com os pressupostos ideológicos que até então vigoravam na sociologia da comunicação. Embora incluíssem o contexto social da comunicação como uma variável que influenciava o desfecho do processo, mantiveram a perspectiva mecanicista da comunicação, que recusava relevância ao conteúdo das mensagens. Não importaria tanto o que se dizia, mas sim o quadro de relações interpessoais previamente estabelecido em cada comunidade, susceptível de influenciar a recepção e condicionar futuras tomadas de posição.

Num ensaio de balanço, Joseph Klapper (1960/1978) defendeu que, graças a este modelo, se concluiu que os media não forneceriam uma causa suficiente para produzir efeitos consideráveis na audiência, apesar de possuírem alguma capacidade de influência. O papel mais confortável de mediação teria assim o mérito de tornar a comunicação de massas apenas mais um mecanismo com responsabilidade no reforço das opiniões, entre vários outros. Klapper, porém, contestou o pressuposto de Lazarsfeld de que o reforço seria o meio fundamental de acção dos media sobre a sociedade: em temas inéditos ou pouco discutidos, explicou ele, quando não existe informação suficiente para os grupos de referência ou para os líderes de opinião formularem juízos, os media seriam muito eficazes a construir opinião. A função de persuasão por ele

antevista atribuía assim aos media um peso novamente decisivo no debate sobre os efeitos da comunicação.

Do ponto de vista conceptual, Lazarsfeld foi decisivo para o progresso da investigação. Autor diversificado, com uma curiosidade natural sobre os media emergentes como a rádio, utilizou novas ferramentas empíricas nas ciências sociais, como o inquérito, ainda hoje comum. Criou igualmente bases para o uso científico de sondagens e análises de audiência. Coube-lhe ainda, como bem notaram Armand e Michele Mattelart (1995/1999), a proposta de alargamento das funções inerentes ao processo de comunicação idealizado por Lasswell. Este descrevera as funções de vigilância social, criação de relações sociais e transmissão de herança social. Lazarsfeld foi dos primeiros a teorizar o entretenimento como função básica dos media. Por fim, o seu contributo sobre os aspectos de manipulação da audiência não deve também ser negligenciado até pelas fortes repercussões que daí adviriam para as pesquisas sobre propaganda, motivação e consumo do público.

No entanto, o paradigma estabelecido pelo trabalho de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), entre outros, mereceu críticas dos seus próprios colegas. Numa reflexão de balanço, publicada em 1957, Katz (1957/2002) sustentou que o modelo de Lazarsfeld, embora louvável na forma como deslocou para o campo da comunicação interpessoal o ónus da influência, sofria de problemas metodológicos. Por um lado, Lazarsfeld e colegas haviam usado o conceito de líderes de opinião por autodesignação, aceitando sem reservas o papel social que os seus interlocutores atribuía a si próprios. Por outro, deduziram excessivamente que, por uns se designarem como líderes, outros seriam obrigatoriamente seguidores, conclusão que necessitaria de confirmação empírica.

As críticas de Katz foram prudentes e não colocaram em causa as conclusões essenciais do modelo. Aliás, o sociólogo fez questão de acrescentar que investigações complementares como a de Robert Merton compensaram algumas das lacunas, ao iniciarem a pesquisa pelo ângulo inverso: questionando os agentes sociais sobre as personalidades que influenciavam as suas tomadas de posição.

Katz e Lazarsfeld (1955) viriam entretanto a conjugar esforços para aperfeiçoar o modelo inicial. Nessa investigação, deslocaram o objecto de estudo para o processo de tomada de decisão, analisando as cadeias de influência e verificando que os próprios líderes de opinião também poderiam, por sua vez, ser influenciados por outros líderes. Mais importante do que isso, concluíram que os líderes de opinião investigados nos vários estudos de caso estavam mais atentos aos media do que a generalidade das

audiências. Entendidos como retransmissores das mensagens dos media, procediam “simultaneamente, a um trabalho selectivo sobre essas mesmas mensagens, ou seja, adequa[va]m-nas de algum modo às características (valores, normas, regras, padrões de conhecimento, etc.) dos grupos a que se destina[va]m (família, círculo de amigos, de relações de trabalho, de vizinhança, associações de vários tipos...)” (Esteves, 2002: 19). Durante três décadas, este foi o paradigma dominante da sociologia da comunicação, uma noção com a qual os meios de comunicação poderiam conviver sem remorsos e que parecia capaz de explicar a complexidade do processo de transmissão de informação. A década de 1970 marcou, porém, uma contestação a esta concepção, assente em quatro vectores de crítica (Esteves, 2002; Ponte, 2004):

1. Lazarsfeld e os restantes colegas tomaram os casos em que não detectaram conversão da opinião como situações em que se registaria uma ausência de efeitos quando, na verdade, seria mais provável que esses casos majoritários induzissem os agentes sociais a um consenso colectivo, num “trabalho monumental de consolidação das ideologias ao nível das consciências individuais” (Esteves, 2002: 24).
2. O modelo dos efeitos limitados sentiu dificuldades para expressar variações a longo prazo. Invariavelmente, os estudos de caso foram limitados no tempo, circunstância que impossibilitou a observação de modificações lentas de atitudes.
3. Apesar da crescente força da televisão como meio de comunicação de massas, praticamente nenhum autor do grupo de Lazarsfeld se debruçou sobre as potencialidades deste novo meio.
4. As próprias comunidades que foram investigadas por este grupo justificaram algumas reservas. Por opção metodológica, os estudos incidiram quase sempre sobre pequenas comunidades, onde a capacidade de influência de personalidades ou grupos seria mais facilmente mensurável, mas que provavelmente não representariam uma amostra fiável do resto do território.

Outro autor, Todd Gitlin (1980/2002), registou debilidades do modelo de Lazarsfeld, acusando-o de não conseguir iludir a sua base comportamentalista, derivada das bases da Publicidade e das Relações Públicas que emergiram durante os períodos históricos de mais forte controlo governamental sobre a informação. Aliás, Gitlin conduziu uma reflexão crítica das limitações do paradigma, acusando-o de ter contribuído para desviar gerações de investigadores do tema realmente essencial: a capacidade inequívoca de os

media definirem padrões de aceitabilidade de ocorrências e personalidades, servindo de ponto de equilíbrio social e político. Em causa para Gitlin, estariam até as próprias motivações do grupo de Lazarsfeld, mais preocupado em satisfazer compromissos intelectuais, ideológicos e institucionais do que em criticar os seus pressupostos.

Entre outras limitações, Gitlin questionou o modelo do líder de opinião, que introduziu uma figura estrutural no processo de comunicação, tornando-o estanque, adquirido e definitivo. Pressupostos como este, que tinham permitido a Lazarsfeld e colegas concluir que a influência dos media era menos poderosa do que se temera, emergiram paradoxalmente na mesma época em que a rádio e a televisão se impuseram como os meios de difusão de massa mais poderosos de sempre!

Por um ângulo diferente, Noelle-Neumann também contestou o modelo dos efeitos limitados. As suas preocupações foram essencialmente metodológicas, na medida em que Lazarsfeld, tal como Katz ou Berelson, trabalharam em estudos de caso de curta duração e em laboratório, isolando pequenas realidades sociais, ao invés de aceitarem as condições da vida social e trabalharem na perspectiva etnometodológica. Limitaram-se, segundo ela, a questionar os receptores e a distribuir questionários, não cruzando esses resultados com o conteúdo noticioso dos media e com indicadores estatísticos, como painéis de opinião. Por fim, acusou, concentraram-se em mudanças de atitude individual palpáveis quando hoje se analisam “as mudanças de concepção que os indivíduos fazem acerca do seu ambiente social” (1983/2002: 156).

Para Esteves, as causas para a queda de um modelo predominante durante mais de três décadas têm de ser encontradas no próprio contexto político em que as sociedades ocidentais viveram no início da década de 1970: a crise ideológica que marcou a sociedade americana afectou todas as instituições, e os meios de comunicação não ficaram imunes. Ao mesmo tempo, a fragmentação de públicos produzida pelos vários meios de comunicação – e onde a televisão ocupava já o lugar de destaque – diversificou a oferta das mensagens mediáticas, exigindo modelos mais complexos de interpretação. O discurso político transformou-se e a balança de poderes foi firmemente contestada por novos movimentos sociais, que recusaram a legitimidade das instituições das sociedades anteriores. Foi o campo ideal para o fomento de novas interpretações sociológicas para o papel dos media, sobretudo porque a própria sociologia foi varrida por um forte movimento, herdeiro de Berger e Luckmann, que rompeu com modelos, propôs novas metodologias e sobretudo aceitou a noção de que o mundo social é uma construção que pode ser desmontada. Como William Gamson e Andre Modigliani mais

tarde escreveram (1989: 2), “o discurso dos media é parte de um processo no qual os indivíduos constroem sentido, e a opinião pública é parte de um processo através do qual os jornalistas desenvolvem e cristalizam sentido no discurso público”.

2.4 – Estudos de agendamento

Apesar da força e aceitação do paradigma de Lazarsfeld, outras propostas recusaram esta perspectiva inócua dos media. Bernard Berelson (1948) reconheceu que, em circunstâncias particulares de especial interesse mediático – próximas daquilo a que hoje chamaríamos onda mediática (Vasterman, 2005) –, os media dispõem de poder considerável sobre a audiência. O casal Lang (Lang e Lang, 1968), pioneiro no interesse sociológico pela expansão da televisão, documentou também o seu poder de persuasão na década de 1960. Antes ainda, Albert Annis e Norman Meier (1934) analisaram um caso eleitoral em que os media abalaram a confiança pública num candidato, afectando a sua popularidade e condicionando a participação eleitoral.

Foi na década de 1970, todavia, que a sociologia da comunicação se reconciliou com a noção de que os media teriam um papel decisivo “na concepção que as pessoas formam da realidade” (Noelle-Neuman, 1983/2002: 151) – uma perspectiva já distante das noções imediatas dos efeitos dos media. Os efeitos tornaram-se nesta fase apreensíveis em termos cognitivos à medida que foram recuperados alguns clássicos da Escola de Frankfurt e até Robert Park e Walter Lippman.

A emergência de uma nova vaga de investigadores transferiu paulatinamente o objecto de pesquisa dos meios de comunicação entendidos como estrutura para o processo de *news-making*, os seus agentes, o conteúdo por eles produzido e a relação com o exterior, como veremos minuciosamente nos capítulos seguintes. Em simultâneo, foi readmitido o pressuposto de que as empresas jornalísticas seriam, de facto, agentes poderosos na teia complexa do mundo social, onde forças contraditórias de pressão procurariam exercer influência para fazer valer as suas posições. Ao abrigo desta concepção, nasceram vários trabalhos sobre os efeitos cognitivos dos media, procurando documentar as consequências indirectas e cumulativas dos meios de comunicação, combinando metodologias qualitativas e quantitativas. Neveu (2001/2005) realçou a este propósito que as várias correntes que estudaram os efeitos dos media nas últimas décadas do século XX tiveram o mérito de restituir a proactividade das audiências, inaugurando um debate no seio do próprio jornalismo que ensaiou um olhar reflexivo sobre as suas práticas, as suas rotinas e os seus vícios.

De modo concordante, Rita Figueiras (2005: 35) defendeu que as teorias dos efeitos cognitivos recusaram a tradicional abordagem aos efeitos sobre atitudes, valores e comportamentos, pronunciando-se a partir de então sobre os efeitos cognitivos no sistema de conhecimento do indivíduo e no seu processo de significação. A recepção tornou-se, para esta autora, uma actividade negociada por cada agente social “entre a proposta da mensagem e a apropriação que o receptor faz do que absorve” (*ibidem*).

Figueiras organizou as teorias dos efeitos cognitivos em três ramos – a teoria do *agenda-setting*, que inspira as derradeiras páginas do capítulo; a espiral do silêncio e a hipótese do distanciamento. Philip Tichenor e colegas (1970/2002) desenvolveram a hipótese do distanciamento, fundamentando uma crítica ao próprio funcionamento político e económico da sociedade. Concentraram o objecto de investigação nos processos pelos quais os media – instalados no topo do sistema de transmissão de informação e portanto com elevado poder simbólico – distribuem desigualmente a informação pela audiência, acentuando o fosso entre segmentos da população. Subjacente a esta concepção estariam as noções de instrução e de nível socio-económico, indicadores relevantes para explicar a variação da familiaridade dos temas entre diferentes grupos de pessoas e a reprodução das desigualdades, pois a intensidade de aquisição de conhecimentos tende a ser desigual.

A hipótese do silenciamento baseou-se assim numa explicação tecnológica, económica e social para as disparidades no acesso à informação e no processamento da mesma. As competências comunicacionais, a capacidade de armazenar informação relevante – ou seja, de ter já acumulado experiências relevantes associadas ao tema –, a existência de vínculos sociais fortes e diferenciados (vários grupos de referência com os quais cada grupo troca impressões e forma opinião) e a natureza e economia dos media seriam vectores essenciais para compreender uma sociedade de elevados diferenciais entre infoprivilegiados e infoexcluídos.

Paralelamente, a espiral do silêncio foi proposta por Noelle-Neumann (1983/2002) e consistia na premissa de que a opinião veiculada pelos media é recebida pela audiência como representativa da maioria. A autora propôs assim que as opiniões discordantes desafiarão essa corrente maioritária, mas sofrerão forte pressão no sentido de modificar a sua perspectiva ou silenciar a sua expressão pública. Desse modo, argumentou Noelle-Neumann, a opinião dos media tenderia a tornar-se de facto dominante.

Em contrapartida, na sua obra dedicada à formação da opinião pública contemporânea, Niklas Luhmann (1992)¹⁴ sugeriu uma eventual função de tematização dos meios de comunicação que careceria de validação empírica. Para Luhmann, a comunicação implicaria a produção de conteúdo, a respectiva difusão e aceitação, níveis que punham em marcha processos selectivos nos sistemas sociais que, por sua vez, reduziriam a complexidade em nome da contingência. Seria esse o processo que levaria a opinião pública a delimitar previamente a aceitabilidade dos temas. Por outras palavras, como notou João Carlos Correia (2005: 47-49), verifica-se uma certa dimensão de censura no campo dos media que distingue o que poderá ser aceite como informação e o que será catalogado como não informação.

Essa ideia parece ter emergido com os primeiros estudos de agendamento. Aliás, o modelo de *agenda-setting* (proposto por Maxwell McCombs e Donald Shaw) – e os seus derivados – teve o mérito de recolocar os media no centro da investigação sobre os efeitos da comunicação, recuperando o seu poder de penetração. Definida em contornos mais limitados, a agenda dos media tornou-se assimilada como um mecanismo importante de aprendizagem cognitiva. Na expressão celebrizada por Cohen (1963: 13), ele próprio antecessor de McCombs e Shaw (1972/2000), a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, porém, uma capacidade espantosa para dizer aos seus leitores sobre o que pensar”.

Os estudos de agendamento aceitaram assim genericamente que os media são essencialmente ferramentas de visibilidade, que criam referenciais a partir dos quais a audiência é capaz de interpretar o comportamento dos agentes com visibilidade pública. De certa forma, confirmaram empiricamente o que George Gerbner (1970) postulara com o seu processo de *cultivação* (*cultivation*), assente no pressuposto de que a exposição regular a mensagens dos media estrutura um ambiente cultural susceptível de influenciar, ou mesmo formatar, o mundo.

Antes de ser enunciado no célebre artigo de McCombs e Shaw (1972/2000), o conceito de agendamento já emergira pontualmente nas reflexões de Lippman (1922/2008), Park (1922) ou Cohen (1963) que, com mais ou menos detalhe, tinham já destacados mapas que jornalistas e editores fornecem às audiências, mapas esses que permitem ordenar a série de ocorrências numa sociedade e hierarquizá-las. Cohen referiu mesmo que “o

¹⁴ Consultámos apenas a edição portuguesa desta obra, datada de 1992. Existe uma versão espanhola de 1981, mas não conseguimos detectar o ensaio original, provavelmente redigido em alemão.

mundo parece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado por redactores, editores e directores dos jornais” (*opus cit.*: 13).

Numa reflexão redigida 25 anos depois do artigo original, McCombs (1997) lembrou um artigo notável de 1963, particularmente inspirador para o conceito de agendamento, mas que a tradição sociológica deixara esquecer: nesse texto, L. Merritt analisou os nomes próprios citados nos jornais dos Estados Unidos da América entre 1735 e 1775, um período particularmente conturbado da história americana que marcou o arranque decisivo da colónia para a independência. Na imprensa americana de então, notou Merritt, os nomes e referências citados até 1744 estavam associados à comunidade anglo-americana, o nicho populacional demograficamente mais numeroso e que mantinha evidentes laços com a metrópole. No final do período histórico analisado, um terço dos nomes próprios (personalidades e lugares) já eram exclusivamente relacionados com a América. Paulatinamente, construía-se uma identidade americana, diferente da da potência colonial. No último ano do período estudado, essa relação era já de 50%, pelo que Merritt concluiu que a saliência dos símbolos nos jornais que exacerbavam o conceito da colónia como uma federação unificável ajudou a construir o conceito da independência. Aliás, McCombs argumentou mesmo que, de certa forma, o período em causa revelava uma evidente função de *agenda-setting*, uma instância de construção de sentido de comunidade através dos meios de comunicação.

Ainda importante para o artigo pioneiro de McCombs e Shaw terá sido o texto do casal Lang (Lang e Lang, 1968), uma dissertação sobre a facilidade com que os novos media canalizavam a atenção para alguns temas, construindo imagens públicas de temas, instituições e personalidades. Através desse processo, os media apresentariam objectos sugestivos à audiência, fornecendo pistas sobre o que esta deveria pensar, o que deveria saber ou que sentimentos deveria nutrir (Lang e Lang: 468).

Em 1972, McCombs e Shaw propuseram assim o conceito de *agenda-setting*, assumindo que a influência noticiosa na capacidade de foco da opinião pública conseguiria gerar a transmissão de saliência e não tanto a modificação de opiniões favoráveis ou desfavoráveis a um tema. Por outras palavras, o seu modelo estipulou que os media não conseguiriam provocar mudanças de comportamentos e atitudes meramente pelo acto de difusão, mas teriam, ainda assim, significativo papel na obtenção de consensos entre os membros do público.

Na primeira versão do artigo – que discutiu o impacte de uma campanha eleitoral na hierarquização dos temas da agenda pública de uma pequena comunidade em Chapel

Hill –, os autores foram particularmente contidos nas suas conclusões. Limitaram-se a registrar: “Os dados sugerem a existência de uma forte relação entre a ênfase colocada nas diferentes questões da campanha pelos media (que, por seu turno, reflecte num grau considerável o destaque dado pelos próprios candidatos) e a avaliação dos eleitores no que diz respeito à relevância e importância de vários tópicos da campanha”, (1972/2000: 53). É verdade que reconheceram abertamente que, para largos sectores da população, a informação seleccionada pelos meios de comunicação se tornou frequentemente o mais acessível e até o único ponto de contacto dos cidadãos com os temas políticos da actualidade, mas hesitaram em reconhecer que o processo seria universal nas sociedades democráticas. O seu estudo, centrado numa pequena comunidade, exigia alguma prudência na extrapolação dos resultados.

McCombs e Shaw identificaram as questões-chave de uma campanha eleitoral e cruzaram-nas com as questões-chave expressas no conteúdo dos meios de comunicação locais durante o mesmo período temporal e com o resultado de entrevistas a membros não vinculados da comunidade que anunciaram também a sua hierarquização de prioridades. Os dados recolhidos revelaram “a existência de uma forte relação entre a ênfase colocada nas diferentes questões da campanha pelos media (que, por seu turno, reflecte num grau considerável o destaque dados pelos próprios candidatos) e a avaliação dos eleitores de vários tópicos da campanha” (1972/2000: 53).

O agendamento, assim descrito, abriu claramente a porta a novos pressupostos teóricos no estudo dos efeitos dos media. Por um lado, reconheceu a diferença no seio da comunidade, distinguindo os agentes sociais mais interessados, mais instruídos ou com melhor acesso aos media, que procuram activamente mais informação, do resto da audiência, que recolhe informação de forma fragmentada e que, portanto, não constrói opiniões consolidadas. Por outro lado, McCombs e Shaw deram um passo adicional, propondo que a recolha da informação por parte da esmagadora maioria da audiência depende muito da ênfase atribuída pelos media a cada questão política. Ao subordinar a agenda da campanha política, os media influenciam parcialmente a relevância das atitudes. Seriam, pois, agentes de formação e mudança de cognições, como reconheceu Nelson Traquina (2000: 17).

Aliás, cinco anos mais tarde, analisando as eleições presidenciais norte-americanas de 1972, os mesmos autores foram mais firmes na sua constatação de que “a capacidade dos media para influenciar a projecção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, um pseudo-

ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos media” (Shaw e McCombs, 1977:7). Em 1977 como em 1972, McCombs e Shaw apoiavam boa parte do seu modelo no conceito da necessidade de orientação, um produto da psicologia social, que propõe que os centros de atenção de cada agente social se orientem em função do meio envolvente, buscando nele a capacidade cognitiva agregadora.

O artigo original desencadeou intensa pesquisa sobre o agendamento. No ano seguinte, em 1973, Ray Funkhouser publicou um estudo referente a todo o território norte-americano que analisou a variação das prioridades políticas americanas desde a década de 1960. Em 1974, Jack McLeod e colegas demonstraram que a função de agendamento não era válida em simultâneo para todos os públicos, nem para todos os agentes sociais da audiência. Em 1978, Harold Zucker propôs que o efeito da agenda jornalística também variaria de acordo com o assunto em causa, uma vez que determinados temas implicariam mobilização mais activa (como as notícias económicas que se reflectem no quotidiano das famílias) e outros são mais distantes. Para ele, seria sobre estas que os media exerceriam influência determinante. Chaim Eyal e colegas (1981), por seu lado, argumentaram que o quadro temporal de pesquisa teria de ser alargado para consolidar os resultados dos primeiros estudos sobre agendamento.

Menos de uma década depois do artigo original, o casal Lang (Lang e Lang, 1981) publicou um artigo muito crítico sobre as conclusões de McCombs e Shaw, na medida em que, alegaram, estes não tomaram em conta um factor fundamental da equação: a característica intrínseca de cada tema, que afecta a sua difusão e recepção. Propuseram assim a noção de limiar – alto ou baixo –, um patamar que hierarquizaria cada tema em função da sua capacidade de penetração na audiência. Com esta lógica, os Lang definiram que um tema económico seria, à partida, de baixo limiar porque seria reconhecível pela generalidade dos agentes sociais. Em contrapartida, um tema como Watergate ou a guerra do Vietname viveria no extremo oposto, teria um alto limiar, uma vez que exigiria mais contextualização, mais informação e mais atenção. À partida, o público não teria contacto directo com o problema, nem informação básica. Seria nestes temas de alto limiar que os media teriam potencialmente mais impacto, desde que fossem bem sucedidos na construção de notícias associadas a outros símbolos e conceitos já difundidos na audiência em causa.

Os Lang demonstraram prudência ao referirem que a frequência de cobertura não seria suficiente para produzir o efeito de agendamento. “O teorema de que os media definem a agenda pública resume-se à proposição de que, durante uma campanha política ou

noutras ocasiões, as pessoas apreendem a importância dos temas pelos media”, escreveram (1981: 448). E acrescentaram: “A aparente simplicidade desta formulação [de McCombs e Shaw] ajuda a explicar muita da sua atracção.” (*opus cit.*: 448).

Na sua perspectiva, McCombs e Shaw teriam esboçado deficientemente a distinção conceptual entre conteúdo e saliência, estabelecendo relações directas de agendamento em função das suas próprias categorias de observação e não por força das observações. Lang e Lang consideraram também que o modelo pecava pela improbabilidade dos efeitos instantâneos descritos pelos autores – para eles, o agendamento dependeria de um «crescendo» mediático, que sublinhasse a urgência de um tema na agenda. Aliás, a sua análise do caso Watergate comprovou isso mesmo: o tema (de limiar alto) foi amplamente noticiado, mas só cinco meses depois da controvérsia inicial é que ele se tornou um factor prioritário no quadro de preocupações dos norte-americanos.¹⁵

Por isso, Lang e Lang propuseram a noção de competição entre temas, que mais tarde Stephen Hilgartner e Charles Bosk (1988) desenvolveram no seu modelo de arenas de atenção pública. O conceito implicava que, em qualquer instante da vida social, os temas competiriam por atenção porque a agenda pública não é infinita. Por outras palavras, a cobertura de saturação que os media aplicam a determinado tema não é a condição única para produzir agendamento.

Ao analisarem o caso Watergate, os Lang perceberam que o tema vingou na agenda pública porque, durante mais de um ano, nunca saiu totalmente da agenda. A cobertura de saturação permitiu que, mesmo os agentes sociais que não lhe reconheciam plausibilidade, o identificassem como problema. Além disso, teve continuidade: não só foi noticiado como foi difundido ao longo de um grande período de tempo. Assim, as personalidades, ocorrências e grupos seleccionados pelos media foram implicitamente aceites pela audiência e o quadro de interpretação proposto para unir todos estes elementos tornou-se plausível. A relação do tema com outros objectos simbólicos da cultura americana (o papel dos media como vigilantes do poder político foi a metáfora mais usada para enquadrar o tema) permitiu também a consolidação do tema na agenda.

Ao conjunto de todos estes elementos, Lang e Lang chamaram o processo de *agenda-building*, um modelo mais complexo do que o *agenda-setting* original e cuja aplicação

¹⁵ Depois de analisarem vários casos de investigação, também Donna Leff e colegas (1983/2000) concluíram que o agendamento seria mais provável nas questões de limiar elevado. E, em 1993, Lance Bennet e Jarol Manheim (1993/2000) analisaram como o Kuwait, enquanto tema de limiar elevado nos Estados Unidos no início da década de 1990, permitiu ao poder político difundir o seu programa de intervenção militar através dos media praticamente sem oposição palpável – precisamente porque, à data, poucos americanos conheciam bem o contexto da região.

foi recentemente testada num processo de consolidação de um tema na agenda mediática portuguesa, com a obra de Rui Marques (2005) sobre o problema timorense. O seu principal contributo para a sociologia dos media foi inegavelmente a identificação das quatro fases sequenciais que poderão produzir o agendamento de um tema: a focalização do tema como notícia, o seu enquadramento como história de significados assimiláveis, o sistema simbólico que lhe está associado e os porta-vozes que, motivados pelo tema, conseguem captar a atenção dos media e público e transmitir a sua interpretação específica. Como notou Marques (2005), os Lang introduziram a variabilidade no modelo de agendamento, tornando-o menos mecanicista e linear. Ao mesmo tempo, contribuíram também para restituir proactividade a cada tema – sem novidades constantes, o caso Watergate teria perecido nos media, mas a sua alimentação persistente com novas ocorrências manteve-o à tona.

No mesmo ano do artigo dos Lang, James Winter e Chaim Eyal (1981) publicaram igualmente uma proposta que procurou sistematizar as condições de produção do agendamento, agilizando o modelo de McCombs e Shaw. Na sua perspectiva, a natureza do tema, a proximidade geográfica entre as ocorrências e a audiência, o contacto directo de membros da audiência com a ocorrência, a duração da exposição mediática, a credibilidade das fontes e porta-vozes seleccionados e até o formato de construção das notícias (dependente do meio usado) poderiam afectar o resultado.

Menos de dez anos depois do artigo original, a noção de agendamento absoluto fora desconstruída. Como notaram Lang e Lang (1981: 466), “apesar de serem importantes para focar a atenção, nem a tomada de consciência, nem a percepção da importância fazem um tema”.

2.5 – Ciclos de atenção

É impossível discutir o agendamento sem recordar os autores que, ao longo das últimas três décadas, contribuíram com reflexões sobre os ciclos de atenção a que um tema está sujeito quando figura na agenda dos media.

Em 1972, no mesmo ano do artigo de McCombs e Shaw, Anthony Downs notou que a percepção pública das crises passa normalmente por um “aumento do interesse público seguido de aborrecimento crescente” (1972: 39). A esta evolução chamou o ciclo de atenção de um tema, estipulando que, excepto em casos particulares, o interesse público num tema definha à medida que surgem contrariedades à rápida solução do mesmo, os jornalistas esgotam os ângulos possíveis para o relatar e as audiências desinteressam-se.

Ray Funkhouser (1973) chamou a este processo “adaptação”, defendendo que um tema muitas vezes repetido torna-se, a dado passo, normalizado pela audiência. John Saltiel e Joseph Woelfel (1975) chamaram também a atenção para a “inércia informacional”, considerando que uma audiência muito exposta ao mesmo estímulo cristalizaria a sua opinião, pelo que se tornaria mais difícil apresentar concepções divergentes.

Esta ideia foi depois desenvolvida por Roger Cobb e colegas (1976). No seu modelo, os autores demonstraram as fases da carreira de um tema: iniciação, especificação, expansão e entrada. A primeira seria a fase em que as forças que definem o tema conseguem persuadir um número significativo de decisores a discuti-lo publicamente; a especificação é a fase de elaboração do tema, em que se definem os parâmetros em que ele é válido; a expansão ocorre quando o tema é deslocado dos actores iniciais para um conjunto mais amplo de participantes; e, por fim, a entrada é a fase em que o tema ganha acesso à agenda formal dos decisores (cf. Princen e Rhinard, 2006).

Naturalmente, nem todos os temas correm ao longo destas linhas. A maior parte desvanece-se quando não se define, não atrai decisores suficientes ou quando se esgota antes de ser adoptado como causa. Cobb e colegas preocuparam-se, porém, em identificar as dinâmicas da agenda que permitem que ele ascenda ou entre em colapso. Assinalaram pelo menos três: o *modelo de iniciativa exterior*, durante o qual os temas são despoletados fora das arenas de decisão e são depois levados para a agenda política; o *modelo de mobilização*, no qual os temas são iniciados pelos decisores que tentam depois alargá-los a mais público; e o *modelo de iniciativa interna*, no qual os temas são gerados por governos, mas nunca se expandem para fora da esfera dos decisores.

Dentro desta área de investigação, James Watt, Mary Mazza e Leslie Snyder (1992) analisaram durante um longo período a cobertura noticiosa e a recepção de três grandes temas nos Estados Unidos (a inflação; a relação com o Irão; e a relação com a União Soviética). Mediram o volume de cobertura noticiosa em televisão e cruzaram-no com os resultados de sondagens mensais de opinião ao eleitorado. No final, concluíram que o efeito de agendamento fora menor nos temas de intensa e continuada cobertura noticiosa – ou seja, quando o ciclo de atenção do tema já estava perto da saturação.

A sua investigação legou-nos um conceito particularmente útil: o de intervalo de efeito óptimo na cobertura noticiosa (*Optimum Effect Span for Coverage*)¹⁶. Para eles, cada tema possui um intervalo temporal que produz a melhor associação possível entre a

¹⁶ Onze anos antes, Chaim Eyal e colegas (1981) já tinham proposto que cada tema teria um efeito óptimo, um ponto máximo de conjugação entre a saliência mediática e a sua interiorização pelo público.

quantidade da cobertura noticiosa do tema e a sua saliência pública. Embora todos os temas tenham particularidades específicas, há três variáveis que afectam o agendamento num determinado momento: a proeminência da cobertura noticiosa, a capacidade de penetração do tema na audiência e o volume de cobertura do tema no passado.

É importante realçar que esta investigação surgiu numa fase em que muitos trabalhos sobre *agenda-setting* se limitavam a destacar que o efeito de agendamento dependeria quase exclusivamente da capacidade da saliência da cobertura, esquecendo que a experiência prévia de um agente social, ou de uma comunidade, com determinado tema condiciona a sua recepção. Da investigação de Watt e colegas, sobressaiu assim um alerta particular para a investigação das condições em que o tema penetra numa comunidade e para as considerações que influenciam o seu ciclo de vida.

Anteriormente, Howard Eaton (1989) analisara o tratamento noticioso de 11 temas na agenda americana e descobrira que alguns registavam forte *agenda-setting* e outros não, embora todos registassem potencial para penetrar nas respectivas comunidades. O autor propôs então que, para além dos factores anteriores, também a “idade” de um tema na agenda teria particular importância. Como mais tarde anunciaram Watt e colegas, “se assumirmos que a saliência de um tema envolve processos similares à formação de atitude, então o efeito *agenda-setting* deve ser difícil de produzir em temas que tenham tido uma longa história de cobertura noticiosa” (Watt *et al*, 1992: 7-8).

Concretamente para os estudos de agendamento, importa reter o modelo do declínio acumulado dos efeitos de cobertura noticiosa, proposto por Watt e colegas (1992), segundo o qual qualquer tema, por inédito que seja, terá um ponto máximo de expressão e sofrerá depois um declínio inevitável, tal como a memória humana começa a esquecer uma ideia ou uma sensação. Com algumas *nuances*, também Charles Hilgartner e Stephen Bosk (1988) e Gary Henry e Craig Gordon (2001) concluíram no mesmo sentido, fornecendo dados adicionais para o debate sobre o verdadeiro efeito dos media.

2.6 – Revisões do conhecimento

Em mais de três décadas de intensa produção sociológica sobre o efeito de agendamento, existiram naturalmente vários esforços de revisão de literatura e sistematização de conhecimentos. Em 1993, num dos trabalhos mais completos, Everett Rogers, James Dearing e Dorine Bregman consideraram que a teoria original do agendamento abriu caminho para três profícuas linhas de investigação: os estudos sobre a agenda dos media; os estudos sobre a agenda pública; e os estudos sobre a agenda

política. Três anos mais tarde, Dearing e Rogers (1996) concluíram também que, por força do impulso inicial fornecido por McCombs e Shaw, os estudos sobre o impacto da agenda política na agenda dos media constituíram o principal motivo de interesse deste ramo sociológico, ignorando ou menosprezando o impacto das restantes arenas entre si. Nessa obra, os autores analisaram 92 estudos empíricos de *agenda-setting*, de forma a sistematizar as principais opções conceptuais e metodológicas dos sociólogos inspirados na hipótese original. Verificaram assim que dois terços desses trabalhos conjugavam exclusivamente a interacção entre a agenda mediática e a agenda pública.

Ao mesmo tempo, Dearing e Rogers (*opus cit.*: 41-42) identificaram duas opções questionáveis da maioria dos trabalhos: ao aceitarem a opção de *agenda-setting*, os investigadores ora analisavam tudo o que compunha uma das agendas num determinado momento, ora realizavam análises longitudinais do comportamento de um tema ao longo do tempo. Ambas as abordagens revelaram deficiências: por um lado, as concepções transsectoriais não provaram necessariamente a casualidade, como notaram Tamir Sheaffer e Gabriel Weimann (2005). Por outro, ao concentrarem-se em comparações de conteúdo, muitos trabalhos esqueceram a acção dos agentes sociais com influência em cada tema que, pelo seu envolvimento e interacção, contribuem para modificar o peso relativo do tema que os mobiliza em cada momento histórico.

Outro trabalho de balanço da actividade de investigação merece uma referência pelo seu grau de complexidade e abrangência. Hans-Bernd Brosius e Gabriel Weimann (1996) preocuparam-se em traçar uma matriz de interacção entre três tipos de agenda – a agenda dos media, a agenda do público e a agenda dos decisores – e três tipos de fontes da agenda – os media, o público e os decisores (ver Figura 2).

Agenda afectada/ Fonte da Agenda	Media	Público	Decisores
Dos Media	1	2	3
Do Público	4	5	6
Dos Decisores	7	8	9

Figura 2: As agendas e as suas fontes, baseada em Brosius e Weimann (1996).

Como os autores registaram, a maioria das investigações sociológicas concentrara-se maioritariamente nos tipos 4, 7 e 8, ou seja, nos efeitos da agenda dos media sobre o público, sobre os decisores e dos decisores sobre o público. Em contrapartida, escassa

atenção fora dada aos tipos 2 e 5, os momentos em que a agenda dos media reflecte efeitos do público e, sobretudo, o importante processo em que a agenda do público é influenciada pelo próprio público. Por outras palavras, Brosius e Weimann reclamaram mais atenção para o campo da comunicação interpessoal, sustentando que é através dela que vários agentes sociais se mobilizam à procura de informação, trocando mensagens no seio da sua comunidade e assim reformatando a agenda. Para tal, aplicaram o conceito *lazarsfeldiano* de reconhecedor primário (o *early recognizer*), um papel desempenhado por alguns indivíduos na mediação entre o público e os media.¹⁷

Evidentemente, a noção assenta numa tradição antiga da sociologia da comunicação, suportada até por trabalhos muito posteriores aos de Lazarsfeld. Erwin Atwood, Ardyth Sohn e Harold Sohn (1978), por exemplo, chegaram à conclusão de que os media não são a única fonte formatadora do registo discursivo das comunidades – influenciam-nas, claro, mas não são a sua única fonte de informação. Dominic Lasorsa e Wayne Wanta (1990) descobriram também que a comunicação interpessoal interfere com a agenda mediática em determinadas circunstâncias, competindo com ela, sobretudo porque, como David Weaver, Jian-Hua Zhu e Lars Willnat (1992) defenderam mais tarde, há temas que os media difundem através de enquadramentos que não encontram ressonância em sectores da audiência: foi o caso da informação sobre consumo de droga numa comunidade analisada por Weaver e colegas, informação essa que esbarrou com a distinta percepção que a comunidade tinha do consumo de droga no seu seio.

Justifica-se ainda abordar o trabalho de Gerald Kosicki e Jack McLeod (1990), autores que identificaram três dimensões proactivas do processamento das mensagens dos media. Por um lado, os *processos activos*, que têm lugar quando um agente social procura fontes adicionais de informação para completar as notícias fragmentadas; por outro, os *processos reflexivos*, correspondentes aos agentes sociais que, depois de recolherem informação nos canais à sua disposição, a ponderam e discutem no seu grupo; por fim, os *processos de digitalização*, correspondentes aos agentes sociais que procuram activamente nos meios de comunicação a informação relevante para si.

Ainda no âmbito deste capítulo, justifica-se uma evocação de um artigo de David Weaver e colegas (1981), que estipularam dois novos caminhos pelos quais os estudos

¹⁷ Curiosamente, Roy Behr e Shanto Iyengar (1985) foram peremptórios em considerar que a agenda pública não tem qualquer capacidade para influenciar a agenda dos media. Em contrapartida, Weaver e colegas (1975/2000), na esteira de McCombs e Shaw, defenderam que o agendamento se sente com diferentes impactes dentro de uma mesma comunidade, porque há indivíduos com diferentes “necessidades de orientação”.

de agendamento deveriam enveredar nas décadas seguintes: o estudo da agenda das características do candidato noticiadas pelos media e apreendidas pelos eleitores e a agenda mais ampla das preocupações pessoais da população.¹⁸

Vale ainda a pena lembrar que Dietram Scheufele (2000) definiu as duas grandes variáveis independentes que nortearam os estudos de *agenda-setting* nos 25 anos subsequentes à produção do artigo original: o estudo dos eventos ou condições reais que alimentaram a agenda dos media que, por sua vez, influencia as restantes agendas; e o estudo das actividades dos agentes políticos, ou outros agentes com elevado poder simbólico, e as suas estratégias para influenciar a produção noticiosa dos media.

Ao tentar sistematizar as abordagens fragmentadas ao enquadramento da comunicação política num modelo, Scheufele apontou quatro áreas potenciais de investigação: a construção de enquadramentos; a definição de enquadramentos; os processos individualizados de utilização do enquadramento; e o estudo do *feedback* proporcionado pelas audiências aos jornalistas, com análise do respectivo impacte.

2.7 – A segunda fase do agendamento

Erving Goffman (1974) defendeu que nenhum agente social tem capacidade para compreender o mundo que o rodeia e que, portanto, a vida social pode ser definida como um processo contínuo de busca de ordem e processamento de informação por parte de agentes ou grupos sociais. Para o fazer, cada agente aplica consciente ou inconscientemente esquemas interpretativos às situações que se lhe deparam.

Dificilmente, o autor adivinharia que o seu conceito seria aplicado à sociologia da comunicação de forma tão avassaladora. Em rigor, embora pontualmente seja atribuída a Goffman a paternidade da teoria do enquadramento, não foi ele quem deu o passo seguinte, reconhecendo que, por detrás de cada notícia, esconde-se forçosamente uma unidade de interpretação susceptível de resumir os princípios de selecção e ênfase de uma ou mais ocorrências e assim iniciando um período de intensa actividade sociológica que gerou as teorias do enquadramento e de *priming*, que McQuail viria a descrever como “os modelos de negação”. Em comum entre estas duas propostas, a “ideia de que os media têm potencialmente fortes efeitos comportamentais, mas que

¹⁸ Note-se que Russell Neuman e colegas (1992) sustentaram que a audiência não deve ser considerada passiva, pois ela tem capacidade para construir a sua agenda, apesar, naturalmente, da influência das restantes agendas que com ela operam. Em 1997, McCombs deu mesmo um passo adicional, ao considerar, por fim, que se um tema não tiver ressonância com o público, ele provavelmente não se reflectirá na agenda pública, apesar da sua proeminência na agenda mediática (1997: 437).

esses efeitos dependem fortemente de predisposições, esquemas e outras características da audiência que influenciam a forma como se processam as mensagens” (Scheufele e Tewksbury, 2007: 11).

O caso concreto do enquadramento merece uma análise cuidada, na medida em que ele difere significativamente dos modelos de acessibilidade como o *priming*, que veremos de seguida. A teoria do enquadramento “baseia-se na assumpção de que a forma como um tema é caracterizado no relato noticioso pode ter influência na forma como ele é compreendido pela audiência” (Scheufele e Tewksbury, 2007: 11).

É verdade que, dependendo do autor, estes significados culturais inerentes às narrativas construídas sobre problemas sociais receberam diferentes nomes. Joel Best (1999) chamou-lhes *matrizes*; Peter Ibarra e John Kitsuse (1993), *idiomas ou estilos*; Joel Best e Mary Hutchinson (1996), *motivos*; Rhys Williams (1995), *razões*. Mas foi seguramente através de William Gamson e Andre Modigliani (1989) que se chegou ao conceito mais consensual: enquadramentos ou *frames*, uma reminiscência clara da experiência metodológica que Todd Gitlin (1980b) utilizara, aplicando o conceito à forma como uma estação televisiva norte-americana construiu o noticiário sobre um movimento de estudantes do país, retirando-lhe relevância, banalizando-o ou radicalizando-o.¹⁹

Por sua vez, Dietram Scheufele e David Tewksbury (2007) encontraram vestígios do conceito no trabalho de psicologia da economia desenvolvido por Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979), que aliás viria a garantir ao primeiro o Prémio Nobel da Economia em 2002: os autores identificaram situações de quotidiano nas quais a forma de apresentação de cenários semelhantes desencadeava diferentes tomadas de decisão dos sujeitos da experiência. Por outras palavras, a apresentação, e não a substância do argumento, condicionaria muitas vezes a interpretação e posterior tomada de decisão.

Fosse como fosse, em 1997, McCombs e colegas forneceram um contributo importante, reescrevendo o modelo original de agendamento e fornecendo provas para um segundo nível de agendamento – os estudos sobre o enquadramento das notícias. De certa forma, tratou-se de uma correcção do alcance do modelo original: o enquadramento e a saliência do tema – e não apenas o impacte produzido pela selecção de temas – constituíam, para o grupo de McCombs, a principal influência exercida pelos media

¹⁹ Gamson e Modigliani (1989) defenderam que os enquadramentos noticiosos são genericamente redutíveis a cinco dispositivos narrativos: as metáforas, os exemplos históricos, as frases chamativas (*catchphrases*), as descrições e as imagens.

sobre o público, transferindo um grupo de atributos associados a um tema da sua agenda para a agenda do público. Os autores distanciavam-se assim da concepção original, que argumentara, com alguma ingenuidade, que a natureza do acontecimento não teria particular influência no processo de acesso à agenda, uma vez que os media, por si, definiriam os temas mais relevantes e divulgá-los-iam.

À data a que esta revisão do modelo foi publicada, o estudo dos enquadramentos noticiosos fazia já parte da sociologia do jornalismo, tendo merecido a atenção de uma vasta legião de autores ao longo das décadas de 1980 e 1990. Tal como Gamson e Modigliani, consideramos que o enquadramento subjacente a qualquer texto noticioso é “uma ideia organizadora para atribuir sentido a eventos, indicando o que está em causa” (1989: 3). Ora, esse sentido é por definição limitado ao contexto que o produziu. E, num mundo social onde a acção é estruturada por grupos dominantes, esses grupos gozam de uma vantagem inerente para determinar o sentido que deriva de uma acção particular, como registaram Denis Davis (1990) ou o próprio William Gamson (1992) mais tarde. Outro contributo foi produzido por Todd Gitlin. Na sua investigação, o autor teve oportunidade de assimilar a importância que os jornalistas conferem ao enquadramento como primeiro esforço de organização:

«Os enquadramentos mediáticos, tácitos e raramente admitidos, organizam o mundo para os jornalistas que o noticiam e em quem, de certa forma, confiamos. Os enquadramentos mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os ‘organizadores de símbolos’ ordenam o discurso visual ou verbal. Os enquadramentos permitem aos jornalistas processar largas quantidades de informação, permitem atribuir categorias cognitivas e permitem arrumá-las em pacotes de distribuição eficiente para as suas audiências.» (Gitlin, 1980: 7)

Complementarmente, Gaye Tuchman (1978b), autora decisiva para os estudos de *news-making* de que falaremos no próximo capítulo, concentrou-se nos enquadramentos noticiosos, descrevendo processos através dos quais os media determinam quais são os que devem ser usados como referência para interpretar acontecimentos públicos, assumindo assim que são as notícias que organizam com mais frequência a construção da realidade. Fruto da sua observação no seio de algumas redacções, a autora destacou cinco factores com capacidade para influenciar a forma como os jornalistas enquadram

uma ocorrência: normas e valores sociais; rotinas jornalísticas; constrangimentos e pressões organizacionais; pressões de grupos de interesse; e ideologias ou orientações políticas dos jornalistas.

Como mais tarde Gadi Wolfsfeld (1997:32) também notou, a noção de contexto ganhou assim um papel central na construção social do sentido. As transacções entre os meios de comunicação e as suas potenciais fontes não têm lugar num vácuo político: ocorrem num contexto social e político mais abrangente que influencia a construção de enquadramentos e da qual os receptores quase nunca têm noção.

Os estudos de agendamento posicionaram assim o enquadramento no centro da discussão sobre os efeitos da comunicação mediática, na medida em que a definição do ângulo pelo qual se olha para a organização de um conjunto potencialmente infinito de ocorrências condiciona a compreensão. As ocorrências, por si, não têm carga contextual. O princípio que as organiza, que as aglutina ou que as contrapõe é que lhes confere sentido num determinado contexto.

Todavia, como descobriu Wolfsfeld, o poder dos enquadramentos culturalmente mais enraizados deriva do facto de eles muitas vezes já não serem questionados, na medida em que são tidos por garantidos ou inatos.

Vários trabalhos sobre a natureza do processo informativo em situações de conflito bélico (como o de Bennet e Manheim (1993/2000), por exemplo ²⁰) acrescentaram ainda um elemento de reflexão, particularmente útil para o debate sobre a natureza do agendamento: os media constroem enquadramentos para conflitos tentando arrumar a informação que recolhem num pacote que seja profissionalmente útil e culturalmente familiar. Por outras palavras, a sua missão primordial é encontrar uma narrativa que se adapte ao fluxo de informação e aos enquadramentos mediáticos preexistentes [cf. Gamson e Modigliani (1989) ou Snow e Benford (1988)] – os mais experientes possuem categorias rotinadas que adoptam mecanicamente na cobertura noticiosa das ocorrências, reconhecendo que as chefias, por um lado, e a audiência, por outro, as aceitarão como plausíveis em face da informação disponível (Tuchman, 1978). ²¹

²⁰ “Na prática, as organizações jornalísticas deixam habitualmente o enquadramento político e a ênfase das questões para as elites políticas”, escreveram Bennet e Manheim (1993/2000: 98).

²¹ Alguns sociólogos sugeriram que a escassa cobertura mediática dedicada aos primórdios do movimento ambientalista nos EUA poderia ser parcialmente explicada pelo facto de os media não possuírem então enquadramentos compatíveis com as ocorrências que observavam no terreno. O mesmo consideraram Gamson e Modigliani (1989) sobre os movimentos de contestação à energia nuclear: no início dos anos 1970, não existiam enquadramentos capazes de contextualizar adequadamente este tipo de actos sociais, porque eles praticamente não tinham eco na sociedade.

Quando eclodem conflitos na sociedade – seja pela natureza do objecto em discussão, seja pelo tipo de mobilização –, os jornalistas reagem mecanicamente: constroem enquadramentos noticiosos associados a algo paralelo ou similar a uma sequência de ocorrências familiar. De certa forma, rotulam a ocorrência dentro de uma categoria preexistente (um protesto, uma demonstração, um motim, um conflito tribal...), associando a acção justa ou injustamente a circunstâncias históricas passadas.²²

A partir do momento em que um enquadramento vinga entre boa parte dos meios de comunicação, torna-se extremamente improvável que uma interpretação contraditória mereça a mesma atenção. Um enquadramento predominante seca outras interpretações possíveis, moldando o fluxo informativo a essa interpretação hegemónica e torna-se muito difícil contrariá-la. Jenny Kitzinger e Jacquie Reilly (1997/2002) e Ignacio Ramonet (1998/1999) definiram o jornalismo como um sistema autoreferencial, que gera um elevado grau de uniformidade na selecção noticiosa e pressão nas redacções para que cada órgão se junte ao fluxo e produza também o seu contributo. Peter Manning (1998) criou mesmo uma expressão para este ciclo de repetição entre diferentes meios – os *media loops*, ou ciclos mediáticos, caracterizados pela tendência crescente de mostrar uma imagem noutra contexto, reenquadrado pelos media. Para o autor, as imagens dos media são assim constantemente recicladas, reproduzidas em novos contextos e reexperimentadas. Descrevemos em trabalho anterior um processo idêntico num momento crítico de discussão ambiental em Portugal (Pereira Rosa, 2006). A investigação sobre a relevância dos enquadramentos como mecanismos de apreensão das notícias caminhou também noutra sentido – o da valorização de imagens, ícones e símbolos inerentes às notícias, desvalorizados pelas primeiras obras, excessivamente concentradas na análise textual. No texto já referido de Bennet e Manheim, os autores consideraram que um dos artificios mais bem sucedidos do processo de construção de um enquadramento favorável a uma intervenção militar no golfo Pérsico foi a construção de fortes símbolos e imagens, sobretudo no noticiário de televisão. “Estes iam dos mais mundanos – como o esforço inicial de George Bush, jogando golfe e passando tempo no seu barco desportivo, para mostrar que ele (...) não era refém dos caprichos de Saddam Hussein – aos mais metódicos testes e modelagens de imagens (...) que usavam grupos de foco para avaliar os temas alternativos a serem usados pelos

²² Vale a pena reflectir sobre a nota metodológica lançada por Wolsfeld (1997), apelando aos investigadores para recusar a tentação de cruzar os enquadramentos das notícias com a “realidade”, procurando medir desvios. Virtualmente, não há enquadramentos “certos” nem “errados”, sublinhou.

‘cidadãos do Kuwait’ e pela administração a fim de aumentar o apoio público a uma intervenção militar” (*opus cit.*: 122). Nesse âmbito, Hussein foi comparado frequentemente a Adolf Hitler, uma comparação utilizada incessantemente no discurso das fontes governamentais e nas imagens televisivas das principais cadeias, procurando explorar ressonâncias enraizadas na cultura americana.

A reabilitação da imagem foi também promovida por Gamson (1992) na sua inovadora pesquisa com grupos de foco com os quais debateu o conflito israelo-árabe, a energia nuclear, os problemas da indústria e a discriminação de minorias no acesso à educação e ao emprego. Para além de lhes submeter textos noticiosos, Gamson expô-los também a *cartoons* e fotografias, sublinhando o importante e desvalorizado papel da imagem no estudo dos enquadramentos.

É verdade que o conceito de enquadramento não é universal. Robert Entman (1993: 51) referiu-se a ele como “conceptualização dispersa”, ao passo que Hans-Bernd Brosius e Peter Eps (1995) consideraram mesmo que, apesar de dezenas de referências em artigos científicos, o conceito não fora ainda satisfatoriamente definido. O próprio Maxwell McCombs (2004) argumentou, numa reflexão recente, que o enquadramento não seria mais do que uma versão mais refinada do *agenda-setting*. Apesar de reconhecer estas limitações, Dietram Scheufele (1999) explorou o conceito e deu-lhe algumas balizas. Foi dele a proposta de que o enquadramento pode e deve ser encarado como uma construção macro e micro: macro se o entendermos pelo prisma dos jornalistas, que o utilizam para apresentar informação, gerando ressonâncias culturais na audiência e diminuindo a complexidade de cada tema, adaptando-o às limitações de cada meio; micro se o entendermos a uma escala individual, onde cada agente social utiliza os seus próprios dispositivos cognitivos para formar opiniões sobre qualquer acto social.

Mesmo assim, o segundo nível de agendamento não ficou imune a críticas. O bloco mais estruturado de contestação foi produzido por Thomas Nelson e colegas (1997: 569) que sugeriram que a importância apreendida de enquadramentos específicos é a variável-chave para compreender os efeitos da comunicação. Assim, segundo eles, “os enquadramentos influenciam opiniões ao realçarem valores específicos, factos e outras considerações, fornecendo mais relevância aparente a um tema do que ele poderia ter tido sob outro enquadramento”. Porém, ao contrário do que teria deduzido o grupo de McCombs, há fortes diferenças conceptuais entre saliência e importância apreendida de um enquadramento. A saliência refere-se necessariamente à acessibilidade, ou seja, um grupo de pessoas aplica um enquadramento a um determinado acontecimento se tiver

acesso a ele ou se conseguir recuperar facilmente da memória esse instrumento de interpretação. Em contrapartida, a percepção apreendida já significa o desfecho de um processo cognitivo de recolha e processamento de informação.

2.8 – O efeito *priming*

Vale ainda a pena lembrar, dentro dos modelos de negação, a concepção *priming*, proposta por Shanto Iyengar e Donald Kinder (1987). A sua hipótese sugere que, ao tornar alguns temas mais salientes que outros, os media influenciam “os padrões pelos quais os governos, os presidentes, as políticas e os candidatos a lugares públicos são avaliados” (1987: 63).²³

Este efeito – aplicado pelos autores invariavelmente à análise política – inspira-se na psicologia social e no trabalho de Kahnemann e Tversky (1979) que defenderam que qualquer agente social faz juízos sobre personalidades aplicando a informação mais acessível da sua memória. Importando o *priming* para os estudos de comunicação, Iyengar e Kinder argumentaram que a agenda dos media afecta os critérios pelos quais os agentes sociais avaliam a *performance* dos agentes políticos. Recuperaram de McCombs e Shaw a noção de que os media, na sua conduta quotidiana, influenciam a hierarquização da importância dos temas políticos, ao seleccionarem e destacarem uns e esquecerem outros, mas defenderam que este agendamento implica uma consequência mais vasta: como os agentes sociais utilizam os temas salientes e acessíveis na sua memória para avaliar a *performance* dos políticos, acabam por utilizar as ferramentas que os media lhes forneceram. Por outras palavras, ao salientarem um grupo de temas, os media teriam também capacidade para afectar os critérios usados pelo público para avaliar agentes políticos.

Tamir Sheafer e Gabriel Weimann (2005) estudaram o desenvolvimento de quatro eleições políticas em Israel e concluíram que o *priming* pode ter também expressão no comportamento eleitoral e não apenas na avaliação regular de *performance*. “Ao enfatizar alguns temas e não outros [durante a campanha], os media podem influenciar resultados eleitorais, uma vez que as pessoas tendem a votar nos partidos que ‘detêm’ os temas acentuados pelos media” (2005: 360). A concepção suscitou críticas, mas lançou um interessante debate sobre a “paternidade de temas” da agenda política, mimetizando

²³ Estrela Serrano (2005) produziu um estudo comparado sobre a literatura disponível de análise de campanhas eleitorais, constatando que a negatividade, o enquadramento da campanha como um jogo e a concentração dos media na estratégia e não nos factos, entre outros factores, cruzava transversalmente a acção dos media em vários países.

uma discussão também lançada nos EUA por Dearing e Rogers em 1996, que defenderam a apropriação de determinados temas pelos partidos Republicano e Democrata. Muita da luta eleitoral entre os partidos trava-se assim em torno da definição das questões que vão ser debatidas, uma vez que muitos temas têm rótulos, “pertencem” ao programa de um partido específico e assim a sua discussão favorece inadvertidamente um dos lados da barricada.

Scheufele e Tewksbury consideraram que o *priming* é uma extensão do *agenda-setting*, na medida em que “os efeitos justificam-se por modelos baseados na memória de processamento de informação, que assumem que as pessoas formam atitudes baseadas nas considerações mais salientes e acessíveis quando tomam decisões” (2007: 11). Assim descritos, os efeitos remetem para a proposta original do *agenda-setting*, pelo que o *priming* acaba por ser um prolongamento temporal desse efeito.

É verdade que também Iyengar e Kinder fizeram ressalvas sobre o poder de agendamento dos media. “Quanto mais o espectador está afastado do mundo dos acontecimentos públicos, mais forte é o poder de agendamento dos noticiários televisivos” (1987: 60) Tal como nas perspectivas iniciais do agendamento, o *priming* estabeleceu uma relação inversa entre o nível de interesse e envolvimento de cada agente social com actividade política e a sua necessidade de orientação.

2.9 – Conclusão

As propostas dos diferentes modelos de agendamento partem de linhas de investigações diferentes, mas os modelos complementam-se na medida em que implicam reflexões sobre diferentes fases do processo comunicacional. Para uns, torna-se essencial abordar os processos de selecção e construção das notícias, de forma a identificar e isolar as forças que as condicionam (produção noticiosa); para outros, o enfoque da investigação deve passar pelos processos através dos quais as mensagens noticiosas são criadas e distribuídas (processamento noticioso); para outros por fim, é essencial analisar a recepção e a forma como os efeitos se produzem em sectores da audiência (efeito noticioso). Como notaram Scheufele e Tewksbury (*opus cit.*: 14), “a atenção às mensagens pode ser mais necessária para que um efeito de enquadramento ocorra do que para um de *agenda-setting*. [Por outro lado], a mera exposição pode ser suficiente para detectar um efeito de *agenda-setting*, mas é menos provável que o seja para o enquadramento” ou até para o *priming*.

As propostas são bastante diferentes. O *agenda-setting* identifica na selecção de histórias “um [processo] determinante para as percepções que o público terá da importância de um tema e, indirectamente através de *priming*, as avaliações de líderes políticos” (Price e Tewksbury, 1997: 184). Em contrapartida, o enquadramento não foca propriamente os temas seleccionados pela cobertura dos media, “mas sim as formas particulares como esses temas são apresentados” (*ibidem*).

Essa constatação leva-nos assim a distinguir os modelos de efeitos de acessibilidade dos efeitos de aplicabilidade. Ao basearem-se na memória de processamento de informação, *priming* e *agenda-setting* são claramente modelos de acessibilidade. Assentam no princípio de que o acesso à informação entre agentes sociais é diferente e que essa diferença provoca impactes necessariamente distintos. O enquadramento, por seu turno, é um modelo de aplicabilidade, pois discute o efeito que as mensagens noticiosas provocam numa audiência e que, frequentemente, podem nem ser diferentes ao nível do teor da informação apresentada, mas diferem radicalmente ao nível da forma como são apresentadas. A investigação de Scheufele e Tewksbury (2007) remete-nos por isso para a sugestão de que os efeitos de acessibilidade serão mais temporais, ou seja, extinguir-se-ão mais rapidamente do que os efeitos de aplicabilidade que permanecerão na memória até lhes ser apresentada uma informação contraditória.

Analizados os contributos sobre os efeitos dos media e definidos os conceitos essenciais de agendamento e enquadramento, discutiremos de seguida o papel dos diversos agentes sociais na construção da agenda jornalística, transitando de uma sociologia dos media para uma sociologia do jornalismo e da notícia.

3 – O ESTUDO DAS FONTES

A compreensão dos mecanismos de produção noticiosa implica, como notou Telmo Gonçalves (2009), dois processos complementares de intervenção sociológica, identificando por um lado os mecanismos de filtragem e produção de acontecimentos mediáticos (inerentes portanto ao campo jornalístico) e por outro estudando os dispositivos de selecção de informação e enquadramentos através dos quais agentes exteriores interagem com profissionais de jornalismo, afectando as suas rotinas. Neste capítulo, abordaremos a relação do jornalismo com as fontes de informação, acompanhando os principais marcos evolutivos desta área.

Existem diversos modelos de sistematização da literatura produzida sobre os estudos de fontes de informação. James Curran (1996) e Philip Schlesinger (1990) optaram pela demarcação do objecto sociológico em estudos pluralistas (liberal-pluralistas em Schlesinger) e marxistas [neomarxistas ou radicais, em Santos (2003)]. Os primeiros aceitaram que o jornalismo é produzido num ambiente de forte competição entre grupos sociais de capital cultural e financeiro desigual, mas com relativa autonomia entre si. Nesta concepção, uma elite de gestores controla os media e fornece-lhes matrizes de procedimento, fortemente rotinizadas e aceites pela cultura profissional.

Em contrapartida, os estudos marxistas conceberam os media como instrumentos da classe dominante e a sociedade como palco de uma luta de classes. Desta forma, o controlo sobre o processo jornalístico (incluindo a escolha de fontes) reflecte a hegemonia do capital, fornecendo aos jornalistas uma ilusão de autonomia.

Ao longo desta revisão da literatura, tentaremos definir conceitos fundamentais para o nosso trabalho empírico, como o campo jornalístico, as fontes oficiais e não oficiais, as estratégias de abertura e “fechamento” das organizações e os subsídios de informação.

3.1 – Fontes e acesso noticioso

A relação entre os jornalistas e os diversos agentes sociais que em torno deles gravitam tem sido um tema de profícua investigação sociológica desde a década de 1970, por força do reconhecimento de que os profissionais de jornalismo têm de ser alimentados por informação e que essa informação é fornecida por diferentes tipos de agentes sociais, que muitas vezes possuem motivações distintas e divergentes.

As investigações de Jeremy Tunstall (1971), Stanley Cohen (1972) ou Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974/1993 e 1975) contribuíram para cimentar a noção de que este serviço fornecido por agentes ou instituições que dispõem dessa matéria-prima valiosa,

que é a informação, não é um acto desinteressado. Ao invés, insere-se nas estratégias de cada organização ou indivíduo envolvido, que filtram a informação adequada em cada momento, respondendo às necessidades contínuas dos jornalistas e dos seus meios de comunicação, mas não perdendo de vista os seus próprios objectivos.

Como Philip Elliott escreveu (1978), o jornalista cultiva a fonte, esperando beneficiar posteriormente de colheitas proveitosas. A actividade dos jornalistas será assim mais parecida com a agricultura sedentária do que com o nomadismo, pois é alicerçada no cultivo de contactos proveitosos e duradouros e não tanto nas incursões ocasionais pelos terrenos em que se movem as fontes.

Simultaneamente, o acesso dos diferentes agentes sociais às notícias motivou ampla discussão, na medida em que os primeiros estudos cedo apuraram que o acesso e a capacidade de intervenção de cada fonte variam, de acordo com a sua “hierarquia social de credibilidade”, na expressão de Howard Becker (1967). Na tradição sociológica da década de 1970, o acesso noticioso foi descrito como um processo desigual, através do qual os jornalistas hierarquizam os diferentes agentes e instituições envolvidos, atribuindo-lhes maior ou menor autoridade e credibilidade e decidindo o recurso a cada um através de critérios enraizados na sua rotina profissional. Como Herbert Gans (1979) mais tarde demonstrou, os jornalistas preferem igualmente as fontes que, no passado, mostraram ser fiáveis, credíveis e com capacidade de funcionar em tempo real.

No esforço de arrumação das investigações dedicadas ao acesso noticioso, vários autores produziram propostas de teorização sobre o acesso às notícias e o papel das fontes na construção social da notícia. No campo interaccionista em concreto, o acesso ao campo jornalístico tornou-se um tema fundamental, na medida em que foi entendido como um bem estruturado socialmente, como notou Néelson Traquina (2002: 122). O acesso desigual das fontes foi assim questionado como um dos factores da complexidade do campo jornalístico e de manutenção da hegemonia das instituições dominantes. Nas próximas páginas, analisamos alguns desses modelos.

3.2 – Modelos de sistematização

Simon Cottle (2000) identificou dois paradigmas estruturados de teorização sobre o acesso às notícias – o sociológico e o cultural. O paradigma sociológico concebeu as notícias como acção estratégica e poder definidor, na medida em que os meios de comunicação são entendidos como os principais instrumentos através dos quais o agente social se situa historicamente. Nesta concepção, o investigador procura sobretudo

compreender a interação entre produtores e fontes, destacando e investigando o acesso às notícias “em função do poder estratégico, examinando padrões de acesso noticioso, rotinas de produção noticiosa e processos de intervenção de fontes” (*opus cit.*: 428). De acordo com esta perspectiva, cada processo condiciona a produção do conhecimento público. O paradigma sociológico encorajou assim a interpretação do papel do poder estratégico na representação noticiosa da vida social.

Para Cottle, o paradigma cultural tomou um caminho mais textual. Os investigadores que lhe deram corpo, como James Carey ou Barbie Zelizer, pronunciaram-se sobre os modos como a forma cultural (narrativa, mitológica ou ritual) condiciona a actuação dos agentes noticiosos (Cottle, 2000: 427), uma vez que o seu poder parece assentar numa matriz discursiva e cultural (Anderson, 2008: 254). Deste modo, o paradigma cultural teoriza sobre o acesso noticioso em termos de poder cultural, concentrando-se no papel simbólico dos agentes noticiosos e na forma como eles o desempenham, enquadrados “pelas convenções e estruturas textuais da representação noticiosa” (Cottle, 2000: 429), assim mantendo e fazendo ressonância dos mitos e narrativas na cultura popular.

Michael Schudson (1989; 1995; 2000), em contrapartida, propôs a separação das etapas fundamentais desta sociologia das fontes em função do objecto de trabalho de cada corrente. O modelo idealizado por Schudson destacou assim três áreas de estudo: a corrente que investigou a economia política das notícias e que procurou explicar de que modo o regime de propriedade das empresas jornalísticas (públicas ou privadas) afecta o conteúdo das notícias, inspirando-se em modelos estruturalistas; a corrente que procurou analisar a organização social do trabalho e que implicou trabalhos etnográficos nas redacções, analisando relações de cooperação e competição entre jornalistas, entre jornalistas e fontes, entre repórteres e editores e que procurou encontrar, nas rotinas de trabalho, o contexto da produção da notícia; por fim, Schudson destacou uma terceira corrente, mais rara no contexto da sociologia do jornalismo, mas igualmente relevante – a dos estudos culturais. Ao abrigo deste terceiro movimento de investigação, produziram-se trabalhos sobre a notícia como registo simbólico, inserida na cultura de cada sociedade e com a função de referencial de ordenamento da vida social.

Uma terceira tipologia foi proposta por Paul Manning (2001), que orientou cronologicamente a sua sociologia do jornalismo desde os primeiros trabalhos do século XX. Na sua proposta, os contributos neste campo dividiram-se entre funcionalistas-pluralistas, um campo de trabalho que abrangeria não só a Escola de Chicago como os trabalhos do grupo de Paul Lazarsfeld já referenciados no capítulo anterior; os marxistas

e neomarxistas, reunindo não só a dissertação de Walter Lippman e sucessores bem como as correntes posteriores a 1945 que encontraram inspiração em modelos de hegemonia ou de dominância e de subordinação dos media a poderosas instituições políticas; por fim, Manning juntou os restantes trabalhos numa perspectiva pós-modernista, integrando uma multiplicidade de abordagens, genericamente subordinadas a uma visão de uma sociedade com forte componente tecnológica, feroz subordinação económica ou motivada pela neutralização dos valores canónicos do jornalismo em prol de um culto do entretenimento potenciado sobretudo pela informação televisiva.

Néilson Traquina (2002), por fim, procurou um modelo que respeitasse a evolução da metodologia e do objecto de estudo ao longo do século XX. Propôs assim uma teoria da notícia, também ela com marcos cronológicos, e em que a opção metodológica de cada corrente ajuda a delimitar a fronteira. Na proposta deste autor, destaca-se a teoria do espelho, patente nos primórdios da sociologia do jornalismo e expressa pela máxima de que a notícia reflecte a realidade, pois as normas deontológicas do jornalismo obrigam ao relato objectivo de acontecimentos e não de interpretações sobre os mesmos. Num segundo momento, de acordo com Traquina, prevaleceu a teoria da acção pessoal, que iniciou a desconstrução do mito da objectividade jornalística, procurando identificar as motivações de cada indivíduo e concentrando-se nos jornalistas em lugares-chave nas organizações com funções de selecção do leque de ocorrências a relatar. Desta interpretação, nasceu a noção de que o processo de selecção é ambíguo. Na óptica de Traquina, a teoria organizacional foi uma reinterpretação metodológica da corrente anterior, na medida em que levou o sociólogo a procurar nos constrangimentos da empresa jornalística as causas para a subjectividade da produção noticiosa.

A década de 1960 produziu um importante desvio do objecto da sociologia do jornalismo, agora mais preocupada em desenvolver modelos de acção política. Nesta fase, o jornalista e a sua empresa passaram a ser concebidos como intérpretes conscientes ou inconscientes de uma peça mais complexa, de hegemonia ideológica, reflectindo, mesmo que involuntariamente, a posição dominante do capitalismo. É verdade que Traquina teve o cuidado de subdividir esta área de estudos entre trabalhos de inspiração mais liberal e outros de natureza mais radical, destacando, pela sua popularidade, o trabalho mais marcante do período – o de Edward Herman e Noam Chomsky (1988), no qual os dois autores propuseram que os media, integrados em esferas de forte controlo empresarial, funcionavam como máquinas de propaganda, “fabricando o consenso” do público em diversas questões de relevância política.

Por fim, na proposta teórica do autor, encontram-se as teorias de construção social, inspiradas, como notou Cristina Ponte (2004), em Peter Berger e Thomas Luckmann (1966/2004). Embora não tenham escrito sobre jornalismo, estes autores permitiram construir os jornalistas como comunidades interpretativas no seio de rotinas específicas. Segundo eles, os factos sociais seriam construídos pela interacção de instituições, agentes e processos sociais e seria em função dessa interacção e de uma busca de legitimidade que cada agente atribuiria sentido aos factos sociais. Aceitando esta premissa, tornou-se essencial identificar a interacção entre agentes sociais (dentro ou fora das redacções) susceptíveis de moldar o processo jornalístico, tornando-se decisivos para a selecção e construção do conteúdo dos media e para a sua recepção. A ética da objectividade de que os jornalistas se socorrem foi assim concebida como uma salvaguarda profissional, uma defesa que esconderia as interferências sociais e culturais condicionantes da construção das narrativas que os media oferecem à audiência.

Concluiu-se, assim, que as notícias transformam ocorrências em acontecimentos (Molotch e Lester, 1974/1993) e atribuem-lhes enquadramentos que ajudam a defini-los e a moldar futuros eventos a essas características. Na expressão de Tuchman, “os relatos noticiosos transformam *um* motim enquanto acontecimento amorfo, *no* motim (aquele acontecimento em particular), como acontecimento público e preocupação pública (...) Através dos seus relatos de motins específicos, as notícias ajudam a dar forma a uma definição pública do que é um motim” (1978/2002: 97, ênfase no original).

Em quase todos estes trabalhos de crítica epistemológica do jornalismo (Anderson, 2008: 250-251), o sociólogo mergulhou no contexto da produção de notícias, aplicando o conceito de “quadro simbólico” que Erving Goffman (1974) cunhara.

Iniciamos assim a resenha dos principais contributos para o estudo da influência das fontes no processo produtivo fornecidos pelas investigações conduzidas nas décadas de 1950 e 1960, transitando depois para os estudos de construção social, para a vaga de trabalhos sobre fontes não oficiais, para o contributo das investigações sobre temas emergentes, terminando com o acompanhamento dos estudos culturais, dos contributos das correntes mais radicais e, por fim, com os trabalhos orientados em função do conceito de campo jornalístico de Pierre Bourdieu.

3.3 – Do espelho aos constrangimentos organizacionais

Como veremos no capítulo 4, o conceito da objectividade ajudou a blindar a prática jornalística, cimentando a ética profissional – transmitida ora por osmose no seio das

redacções, ora através do ensino universitário da profissão – e procurando fornecer às fontes e à audiência uma aura de credibilidade. O conceito assenta sobretudo na premissa de que o repórter, seguindo um conjunto de técnicas profissionais, consegue narrar as ocorrências da vida social com rigor e isenção. Sem expressar opinião sobre os “factos” por si relatados, o jornalista apresenta ao público a “realidade” tal como ela se lhe apresenta. De certa forma, como explicou Traquina (2002), a notícia seria um espelho, reflectindo o mundo para os leitores sem o deformar.

No terreno, porém, a investigação sociológica apressou-se a desmentir esta perspectiva militante, apesar das resistências dos profissionais de jornalismo, como notou John Soloski (1989/1993). Em 1947, o psicólogo Kurt Lewin cunhou o termo “*gatekeeper*” [“guardião”], aplicando-o aos agentes sociais que, na vida doméstica, decidem que alimentos são cozinhados em cada refeição familiar. Três anos mais tarde, David Manning White remodelou o conceito, aplicando-o ao editor de um pequeno jornal de província que, depois de ler dezenas de despachos noticiosos diários, seleccionava uma fracção dos textos que seriam editados e impressos no jornal. White (1950/1993) propôs assim que editores como este “guardião” desempenhavam um papel fundamental nas organizações jornalísticas, seleccionando ou rejeitando a informação a publicar em função de critérios particulares e subjectivos. As notícias que emergiam no final deste processo de selecção não eram o espelho do mundo, argumentou White. Seriam, pelo contrário, o resultado de um processo subjectivo de selecção, que poderia variar de jornal para jornal e que colocava sobre os ombros de guardiões como este a responsabilidade de informar apropriadamente o público.

O esforço de White, embora promissor, incidiu exageradamente sobre o peso de um único indivíduo por organização, encontrando à escala individual as causas para o “desvio” da prática jornalística. Ao mesmo tempo, o autor analisou apenas o processo de selecção, ignorando as restantes fases da recolha de informação e tratamento narrativo. Como Rogério Santos (2003) notou, White subestimou as condições de produção da notícia, associando-a a um exercício de escolha e extrapolando para todo o sistema jornalístico as condições particulares observadas num pequeno jornal.

Apesar das limitações, o trabalho de White celebrizou-se e tornou-se o ponto de partida obrigatório dos trabalhos seguintes. Na década de 1960, dois autores levaram a sua teoria de acção pessoal para outro patamar, alargando a sua dimensão e generalizando as suas conclusões. Walter Gieber (1964) teve o mérito de integrar o guardião numa rede social, intuindo que editores como aquele que White observara não dispunham de um

poder exacerbado como então se temera. Apesar da importância da sua tarefa, o guardião estava sujeito a normas profissionais que definiam a sua acção, estipuladas pela sua empresa, que pretendia difundir notícias interessantes para os leitores, potenciando vendas. Obrigada a manter a credibilidade no mercado e a afastar-se de práticas de difamação, a administração zelava para que o jornal respeitasse os prazos e fosse publicado regularmente. Simultaneamente, Gieber notou que os editores por ele observados, apesar do aparente poder de que dispunham, não se revelaram ferozes agentes susceptíveis de politizar a selecção noticiosa.

No seu artigo, Gieber sublinhou uma dimensão até aí ignorada da produção noticiosa: a notícia é o que os jornalistas definem como tal (*opus cit.*: 175), na medida em que é uma convenção estabelecida pelos produtores, pelo que os seus limites são artificiais e discutíveis. Ao contrário do que o mito da objectividade projecta, não é evidente que as notícias publicadas reportem as únicas ocorrências significativas num determinado período. Ao invés, elas reflectem apenas um conjunto de critérios de triagem (a que Galtung e Ruge chamaram mais tarde valores-notícia, como veremos no capítulo 4), válidos em determinados contextos mas que não são categóricos nem exclusivos. Com a aceitação desta premissa, a sociologia do jornalismo derrubou o mito de que as escolhas noticiosas reflectiriam processos objectivos, rigorosos e, sobretudo, indiscutíveis.²⁴

Partindo igualmente do artigo de White, Warren Breed (1955/1993) investigou os constrangimentos organizacionais que oprimem o jornalista como o guardião identificado pelo seu predecessor. Ao contrário de White, que considerara arbitrário o processo de selecção de ocorrências a relatar, Breed descreveu mecanismos das empresas jornalísticas para garantir a aplicação das normas. Breed dividiu os funcionários do jornal entre directores e chefes, por um lado, e redactores, por outro. São naturalmente os primeiros que posicionam o jornal num determinado sector de mercado, que lhe ditam o estilo e capacidade de intervenção e que enunciam as regras de conduta profissional. Mas são os segundos que as colocam em prática diariamente. Breed descobriu “mecanismos promotores de conformismo” na relação entre estes dois grupos de profissionais – normas sociais que condicionam o desempenho dos jornalistas

²⁴ Na verdade, a questão do rigor e da infalibilidade da produção noticiosa continuou a ser discutida nas décadas seguintes. Num trabalho de psicologia social, Robert Vallone, Lee Ross e Mark Lepper (1985) identificaram empiricamente aquilo a que chamaram o “efeito hostil dos media”: indivíduos com fortes convicções políticas têm tendência a considerar parcial a cobertura noticiosa de eventos relacionados com o seu tema favorito. Concluíram que o efeito hostil dos media não é apenas uma diferença de opiniões, pois constitui uma diferença ao nível da percepção, relançando o debate sobre a natureza objectiva dos relatos noticiosos.

e que os levam a obedecer, quer porque essa é a única forma de ascensão dentro da hierarquia da publicação quer porque através destas normas o jornalista pode defender-se da crítica interna e externa.

Breed e Gieber tiveram assim o mérito de transportar o debate sobre a natureza do processo noticioso da escala individual para a escala organizacional, encontrando ao nível colectivo mecanismos de constrangimento que afectam a produção de notícias. As suas propostas, todavia, mostravam-se ainda lineares e herméticas face à influência dos agentes externos aos meios de comunicação. Os modelos seguintes teriam já em conta a importância das fontes na definição da agenda jornalística.

3.4 – Estudos de construção social

Os estudos sobre *newsmaking* constituíram uma parcela significativa da corrente construcionista, baseada no estudo dos jornalistas e da forma como eles criam significações e um sentido colectivo partilhado da ordem social. Partiram do pressuposto de que a notícia é uma construção social da realidade, pois não pode ser um reflexo puro da vida social. Christopher Anderson argumentou aliás que este projecto de “desconstrução da imagem idealista do jornalista” (2008: 250) correspondeu a um movimento mais amplo de crítica epistemológica, que levaria também “à crítica da ciência e do *statu quo* científico” (*opus cit.*: 251).

Os estudos de construção social propuseram assim uma interpretação do jornalismo, subordinado a forças complexas e a constrangimentos culturais profundos, que deveria ser estudado como representação narrativa e cultural. Dentro deste parâmetro, Traquina integrou o estruturalismo das décadas de 1960 e 1970, uma perspectiva que viu na produção noticiosa a marca de sucessivas estruturas (as normas profissionais, a organização noticiosa, o contexto político, o poder económico e simbólico), mas no qual o jornalista dispunha de alguma autonomia quer no processo de selecção das ocorrências quer na produção das notícias. Ainda dentro das teorias de construção social, Traquina não esqueceu o interaccionismo, na sua riqueza metodológica, capaz de investigar os processos de produção, selecção e transformação de uma matéria-prima (o acontecimento) num produto (a notícia) (1988/1993: 169).

Herdeiro desta perspectiva e também da análise céptica que James Curran (1996) traçou da subordinação do jornalismo ao poder económico, Rogério Santos (2003 e 2006) optou por uma separação aparentemente simples entre modelos de expressão pluralista e modelos de concepção marxista. Este é o princípio de fundo que separa cada um dos

blocos, que depois se subdividem em toda a sua diversidade. No contexto do pluralismo, a notícia seria o resultado de um jogo de múltiplos interesses em disputa em diferentes arenas. O poder económico faz-se sentir como elemento de pressão, condicionando mas não subordinando a prática, o que possibilita aos media uma bolsa de autonomia face aos poderes económicos e políticos. Na concepção marxista, essa bolsa de autonomia desaparece, pois os media são concebidos como um poderoso instrumento de dominação de classe, numa estrutura onde o capital económico controla as forças de produção e recusa-lhes margem de manobra.²⁵ Veremos nas próximas páginas como estas premissas se expressam nos sucessivos contributos sobre o acesso ao campo noticioso.

Num trabalho recente, Zvi Reich (2006) preocupou-se com a fase de iniciação da notícia. Concluiu que o papel dos jornalistas e das fontes nessa fase não é unilateral, como notavam os modelos de hegemonia ou do jornalismo de intervenção, sustentando a convicção de que uma das partes consegue manter sistematicamente vantagem no processo. Por outro lado, também não é recíproco, como sugerem os modelos de troca e interacção, que defendem a existência de uma troca de capital útil entre os dois intervenientes. Segundo o autor, é uma combinação de ambos, pois qualquer notícia depende das circunstâncias, dos agentes envolvidos e dos constrangimentos próprios da situação, tornando inviável a teorização absoluta sobre uma relação tão imprevisível.

Reich sugeriu que a notícia é construída em dois momentos: a *descoberta*, durante a qual os repórteres dão conta de uma informação potencialmente relevante, fase essa que costuma ser desencadeada pelas fontes; e a *recolha*, durante a qual a iniciativa costuma partir dos repórteres, que seleccionam quem vão escutar. Propôs assim que, na construção de uma notícia ou ao passar da descoberta ao relato, o jornalista atravessa fases de dependência decrescente (depois de ter acesso a uma informação valiosa, torna-se mais independente na forma como vai obter dados para construir o relato), disponibilidade crescente da informação (sabendo o que pretende pode já aceder a um leque mais vasto de fontes com conhecimento de causa), mudança no enfoque do repórter (que, num primeiro momento, luta pelo exclusivo e que, na fase de relato, preocupa-se mais com o rigor da informação a apresentar) e a transformação da estratégia de *gatekeeping* (no início do processo, qualquer fonte com informação pode

²⁵ É curioso que, na abertura da sua obra de referência sobre o estado da arte no campo da investigação sobre o acesso às notícias, Paul Manning tenha escrito: “Tanto o modelo monolítico da estrutura de poder que controla todos os media a partir do centro como as versões mais ingénuas da abertura pluralista dos meios de comunicação parecem falhar o alvo.” (2001: ix).

ser aceite; na fase final, quando se prepara para escrever, o repórter é mais selectivo na escolha de personalidades a ouvir).

Reich concluiu a sua apreciação, registando que, em muitos momentos da actividade jornalística, a percentagem de contactos iniciados por jornalistas diminui com o tempo, sobretudo com a intromissão de gabinetes de relações públicas, assessores e dispositivos tecnológicos (*press releases, e-mails, faxes*) que inundam o repórter de informação e o inibem de procurar novos trilhos.

Prosseguindo na análise cronológica dos trabalhos que investigaram o papel das fontes na produção noticiosa, detemo-nos no contributo de Edward Jay Epstein (1973), que continuou a investigação de Breed mas acrescentou-lhe um elemento essencial: os constrangimentos organizacionais definem previamente muitas notícias, na medida em que o jornal, formatado por secções, dividido por especialistas, limitado por uma política de optimização de custos e de respeito pelos prazos e com uma rede de correspondentes geográficos predeterminados, tem tendência a ceder a essas forças de pressão. Perante a impossibilidade de cobrir todos os acontecimentos noticiáveis, os meios de comunicação (personalizados no director editorial) tomam opções, baseados numa expectativa de quais os acontecimentos com mais impacte na sua audiência.

Mais tarde, Gaye Tuchman (1978b) chegou à mesma conclusão, propondo o conceito de redes: os jornalistas destacados para determinadas rondas noticiosas (o Parlamento, um clube, um tribunal ou uma esquadra de polícia) terão tendência a apresentar informação sobre os seus postos privilegiados, validando a aposta que a sua publicação fez nesse contexto. Ao mesmo tempo, as empresas jornalísticas defendem-se da imprevisibilidade do meio em que operam, através de processos de “rotinização do inesperado” – mecanismos como a agenda, que prevê os acontecimentos mais relevantes do dia ou a marcação prévia de espaços mais dilatados no interior do jornal para eventos relevantes. A rotinização concretiza-se assim em termos de especialidade temática, mas também de especialização organizativa, com estas sucessivas redes espaciotemporais.

Da Grã-Bretanha, surgiu entretanto um dos mais interessantes contributos para o estudo do acesso noticioso, da autoria de Jeremy Tunstall (1971). Analisando os correspondentes de imprensa em Westminster, o autor concluiu que o relacionamento entre jornalistas e fontes não é estanque. Ao invés, varia consideravelmente, consoante os interesses de ambos. Há ocasiões em que a fonte estabelece uma relação de cooperação com o jornalista, fornecendo-lhe informação e esperando que a divulgação ajude as suas pretensões ou chegue à sua audiência. Noutras ocasiões, o jornalista

compete pela fonte numa réplica do jogo do gato e do rato, procurando a divulgação da informação que a fonte, na defesa dos seus interesses, prefere esconder. O mesmo processo foi também descrito para a relação entre jornalistas. Tunstall descobriu instâncias em que os jornalistas cooperavam entre si, num ambiente de camaradagem, totalmente oposto ao ritmo de competição que, noutras ocasiões, se estabelecia.

Tunstall propôs a divisão dos profissionais de jornalismo em dois tipos de função: o agente que recolhe informação junto das fontes e o jornalista que processa essa informação e constrói na redacção as notícias. A tipologia, na qual Molotch e Lester (1974/1993) se inspiraram mais tarde para criar o conceito de promotores de informação, permitiu apreender o trabalho de produção jornalística como uma relação pautada por jornalistas-recolhedores, jornalistas-processadores e jornalistas-chefes (que modificam a notícia construída com o trabalho dos dois grupos anteriores, garantindo que ela é publicada em conformidade com a política da empresa jornalística). Posicionando-se no exterior destas cadeias, as fontes ganharam, pela primeira vez, um papel activo, sancionando ou recusando a divulgação de informação.²⁶

Em 1967, Howard Becker já se pronunciara sobre a hierarquia social de credibilidade – uma escala subjacente a qualquer sistema de grupos hierarquizados, segundo a qual os participantes “assumem que os membros mais bem colocados do grupo têm o direito de definir a forma como as coisas realmente são (...) Assim, a credibilidade e o direito a ser ouvido são diferentemente distribuídos pelas hierarquias do sistema” (Becker, 1967: 241) Esta posição foi mais tarde adaptada aos estudos jornalísticos por Leon Sigal que, numa obra pioneira (1973), preocupou-se em definir o grau de acesso aos meios de comunicação por parte de fontes com diferentes recursos. Reconheceu então a importância das rotinas organizacionais e normas profissionais, concluindo que as fontes oficiais – aquelas que dispõem de uma posição mais relevante na hierarquia estrutural da sociedade – possuem um acesso privilegiado aos media.

Sigal criou conceitos para identificar os diferentes canais de informação que observou. Descreveu canais de rotinas (formados por eventos preparados pelo próprio promotor, como as conferências de imprensa, as divulgações oficiais de relatórios ou as

²⁶ O modelo de Tunstall valeu-lhe críticas ferozes, na medida em que o autor extraiu conclusões apenas das suas observações de correspondentes políticos, tradicionalmente mais apetrechados do ponto de vista cultural do que os restantes colegas e mais bem pagos do que a média da comunidade jornalística. Ao mesmo tempo, na voragem criada pelo crescimento da informação televisiva da década de 1970, Tunstall foi também criticado por ignorar a competição crescente que se registaria entre meios de comunicação, que tornaria impossível as relações de cooperação por ele relatadas. Curiosamente, quase uma década depois, Lance Bennett, Lynne Gressett e William Haltom (1985) concordaram que as relações entre jornalistas e fontes oficiais são genericamente “relações simbióticas”, pois beneficiam os dois agentes.

intervenções de porta-vozes), canais informais (importantes veículos de transmissão de informação nem sempre autorizada, como as fugas de informação) e canais de iniciativa (aquilo a que a ideologia jornalística chama *muckracking*, ou jornalismo de intervenção, assente em iniciativas da exclusiva responsabilidade do jornalista). Esta tipologia foi utilizada em análises de conteúdo – também elas pioneiras, à época, como recurso metodológico nos estudos de acesso aos media – e permitiu a Sigal concluir que as fontes governamentais ocupam a maior fracção das notícias produzidas pelos media.²⁷ No seu estudo, o autor percebeu que os agentes governamentais constituíam quase metade das fontes citadas em artigos publicados no “The New York Times” e no “Washington Post” (Sigal, 1973: 123).

Aliás, Sigal acrescentou que o recurso a agentes posicionados num patamar inferior desta hierarquia só decorre em situações de desvio, quebra de rotina ou face a um evento inesperado. Para o evitar, as fontes recorreriam à encenação de pseudo-eventos, tal como Daniel Boorstein (1964) antecipara: acontecimentos criados propositadamente tendo em vista a sua divulgação pelo maior número possível de meios de comunicação. Sensivelmente na mesma altura, James Halloran, Philip Elliott e Graham Murdock (1970) juntaram um elemento adicional ao debate, explicando que as notícias jornalísticas são maioritariamente orientadas em função de acontecimentos e muito raramente apresentam suficiente contextualização histórica.

Na mesma linha de Sigal, Edie Goldenberg (1975) investigou a actividade de três jornais da cidade de Boston e procurou perceber de que tipo de acesso aos media gozariam quatro organizações de escassos recursos financeiros e simbólicos. Goldenberg concluiu que os grupos que beneficiavam de mais acesso eram aqueles que dispunham de mais capacidade para desenvolver relações públicas, mais conhecimento para criar oportunidades de comunicação e mais relações de intimidade com os jornalistas. O autor procurou também traçar os objectivos que motivariam cada tipo de grupo, concluindo que as organizações de menos recursos lutariam por credibilidade e visibilidade, escudando-se muitas vezes na sua superioridade moral e reputação junto dos repórteres. Ao recapitular o contributo de Goldenberg, Santos (2003) acrescentou a estes objectivos mais dois entretanto nascidos do crescimento exponencial das oportunidades de informação no século XXI: o impacte e a mediatização.

²⁷ Num trabalho complementar, publicado em 1986, Sigal foi mais longe e concluiu que a notícia não é normalmente o que os jornalistas pensam, mas sim o que as fontes dizem. Entre estes dois pólos, estariam as tarefas de negociação entre agentes sociais, o fabrico/construção social da notícia e os constrangimentos provocados pelas rotinas organizacionais e pelas normas profissionais.

Goldenberg e outros autores posteriores perceberam que, para a maior parte das organizações não governamentais, é fundamental negociar o acesso aos media, de forma a difundir os respectivos programas, consolidar a sua posição na arena política e fortalecer a sua base de apoio. Ao mesmo tempo, deu conta da escassez de competências que encontrou nesse domínio dentro das organizações que estudou. Assim, no modelo por ele proposto, o acesso aos media estaria associado à credibilidade relativa de qualquer instituição – oficial ou não oficial. Esta, por sua vez, justificava-se pela dimensão da organização, o seu capital financeiro, a sua competência para as relações públicas e a sua mestria política. A este conjunto de competências chamou Goldenberg “capital cultural”, conceito também decisivo na reflexão de Pierre Bourdieu, como veremos no final deste capítulo.

À data em que Goldenberg apresentava as suas conclusões sobre o desequilíbrio de acesso aos meios de comunicação, Harvey Molotch e Marylin Lester (1974/1993) procuravam desenvolver um modelo da actividade produtora de notícias, destacando os vários agentes sociais envolvidos e concedendo importante autonomia a alguns grupos de fontes. Num artigo sobre um derrame de crude numa praia norte-americana a que voltaremos mais tarde, Molotch e Lester (1975) introduziram o conceito da fonte promotora de informação, capaz de encenar eventos para a opinião pública.

Na sua tipologia, Molotch e Lester defenderam que, se o acontecimento é uma ocorrência amplificada por grupos ou indivíduos, torna-se fundamental que a sociologia do jornalismo reconheça os diferentes níveis de envolvimento dos agentes sociais que nele podem interferir. Propuseram assim que, no processo de construção social da notícia, interagem os promotores (que identificam a ocorrência), os “recolhedores” (o grupo profissional que dispõe de competências para recolher a informação em bruto e transformá-la numa narrativa coerente e credível) e, claro, os consumidores.

Estruturando a sua análise na observação de redacção, Molotch e Lester perceberam que os meios de comunicação têm necessidade de acontecimentos para preencher o seu espaço de difusão.²⁸ Esses acontecimentos, porém, podem ser criados com ou sem intenção por parte dos promotores. Esta conclusão levou-os a assumir a coexistência de quatro tipos distintos de acontecimento: rotina, acidente, escândalo e acaso feliz. Na sua análise ao contributo destes autores, Santos (2003: 21) realçou que o seu principal

²⁸ Mais tarde, Paul Rock (1981) defendeu que as empresas jornalísticas esforçam-se por criar um *cocktail* consumível de temas, produzidos e formatados a tempo e em géneros predeterminados e profissionalmente rotinizados.

mérito residiu na capacidade de introduzir a teoria interaccionista nos estudos jornalísticos, inspirando trabalhos futuros, como os de Gaye Tuchman (1978b) ou Mark Fishman (1980). Ao fazerem-no, porém, subestimaram a complexa dimensão das notícias, nomeadamente o grau de autonomia dos jornalistas e o leque de diferenças entre fontes com interesses contraditórios.

Ainda no campo do relacionamento entre jornalistas e fontes, outro contributo decisivo foi fornecido por Gaye Tuchman que, aplicando à sociologia do jornalismo técnicas de etnometodologia, argumentou que a notícia não se limita a uma mera definição de significados atribuídos a uma ocorrência. A notícia foi, para Tuchman, uma reconstituição de significados através de uma narrativa construída com base em ressonâncias culturais de uma determinada comunidade, com formas narrativas reconhecíveis e com lógica intrínseca. A sua missão seria assim replicar a sociedade.

Neste jogo cultural, Tuchman deu conta de dois discursos opostos – o da instituição e dos seus agentes que, como fontes, definem objectivos e libertam informação de acordo com essa estratégia; e o dos jornalistas e das suas empresas, que procuram veicular informação preciosa, de forma a potenciar vendas, a obedecer às chefias e a preservar a sua autonomia face ao poder económico. Desta complexa teia de interesses brotaria o compromisso e o consenso, reproduzindo, de certa forma, a tensão já descrita por Tunstall e adaptada por este em trabalho mais recente (Tunstall, 2007).

Entre o final da década de 1970 e o início da de 1980, a investigação iniciou uma nova rota, concentrando-se nas estratégias desenvolvidas pelas fontes noticiosas para produzir informação potencialmente relevante para as agendas dos meios de comunicação. Aberta a linha de investigação sobre o papel das fontes oficiais no comando da produção noticiosa, outros contributos rapidamente nasceram. Oscar Gandy Jr (1982) sugeriu que a agenda dos media é maioritariamente formulada por agentes externos que, utilizando “subsídios de informação” (informação burocraticamente útil), controlam os temas sobre os quais os media se pronunciam e regulam o tom em que essa comunicação é feita. Esses subsídios, explicou, tanto podem ser directos (visitas, contactos, relatórios, conferências ou entrevistas) como indirectos (fugas de informação, informação exclusiva...). Neste jogo, cada fonte procura fornecer informação ao mais baixo custo possível, respeitando as normas jornalísticas, mas superando as suas concorrentes. Gandy introduziu assim o conceito da economia de esforço na relação entre jornalistas e fontes, sugerindo que os primeiros contactam maioritariamente aquelas que menos trabalho lhes darão para fornecer informação.

Concentrando-se na actividade dos jornalistas que produzem notícias sobre crime, Mark Fishman (1980) deu igualmente um contributo importante, estabelecendo que a mesma ocorrência justifica diferentes tipos de notícia, consoante a fase em que o relato se processa. No caso das notícias sobre crime, os media relatam os incidentes propriamente ditos (um assalto, um homicídio...), a fase de perseguição dos potenciais criminosos, a fase da sua prisão e a fase de julgamento e/ou condenação. Cada fase implica diferentes enquadramentos e relatos e justifica novas selecções de fontes.

Fishman cunhou também o conceito de rondas, estabelecendo que os jornalistas especializados utilizam espaços sociais privilegiados para a sua actividade (no caso dos repórteres de crime que Fishman analisou, as esquadras de polícia), onde asseguram um fluxo importante de informação de rotina com o mínimo esforço e com garantia de fiabilidade. No processo, porém, assimilam frequentemente os códigos, as normas, as perspectivas e até o jargão das fontes com as quais mais contactam, num mecanismo a que os antropólogos chamam de aculturação.

Ao fornecimento regular de informação, Fishman chamou “subsídio invisível das fontes de informação”, estimando que seria assim que as fontes assegurariam um controlo social sobre a maioria da informação publicada ou difundida. No seu modelo, o sociólogo teve ainda o cuidado de deixar espaço de autonomia para os jornalistas contraporem a informação produzida pelas fontes oficiais, cruzando-a com dados recolhidos junto de outros agentes. Designou esse mecanismo de verificação por “procura da competência”.²⁹

Ainda no campo da discussão sobre o papel das fontes oficiais, vale a pena recordar o contributo do grupo canadiano de Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan (1989). Debruçando-se sobre várias instituições da cidade de Toronto, os autores contrariaram a tendência recente (substanciada por exemplo em Oscar Gandy) de que as notícias seriam formuladas de acordo com o contexto e critérios da fonte, argumentando que o texto noticioso é normalmente reformulado segundo as normas do discurso noticioso e de acordo com regras ditadas pelos profissionais de jornalismo.

²⁹ Também Michael Gurevitch e Jay Blumer (1982/1993) concluíram que a relação entre jornalistas e fontes não é linear nem hermética, pois as estratégias de ambos alteram-se com frequência e o capital cultural de cada fonte pode esgotar-se. Analisando a cobertura de uma eleição na BBC, os dois autores deram conta de que a mesma fonte pode oscilar frequentemente entre uma estratégia de partilha e outra, mais fechada, de conflito. De todo o modo, estabelecem-se “culturas partilhadas” – perspectivas de como cada tema deveria ser solucionado, qual o papel dos media no processo, que tipo de intervenção política deve ter cada agente envolvido e ainda uma apreciação depreciativa do papel das fontes marginais envolvidas no mesmo debate.

Do ponto de vista metodológico foi igualmente fundamental a sua diferenciação conceptual entre cobertura e acesso noticioso, segundo a qual a cobertura expressa-se na capacidade de uma fonte ser citada nos meios de comunicação, ao passo que o acesso, para além de englobar a circunstância anterior, expressa-se igualmente em termos de representação correcta dos seus pontos de vista. Assim, o acesso seria a melhor forma de influenciar os media e, por arrastamento, de amplificação pública de uma posição.

Ericson e colegas consideraram que os jornalistas e as fontes negociam continuamente, procurando desfechos de interesse mútuo, que justifiquem a troca simbólica de informação por reconhecimento. Frequentemente, a fonte (distinguida entre fonte-árbitro e fonte-advogado) pode não ter interesse na revelação de informação, secando o abastecimento de informação. Dessa constatação, nasceu uma matriz com quatro vectores (segredo, confidência, censura e publicitação) com opções de fechamento ou abertura e regiões da frente e da retaguarda.³⁰

Ao abrigo deste modelo, os jornalistas podem publicar notícias beneficiando de acesso desimpedido (publicitação) ou de acesso restrito (confidência). Em contrapartida, as fontes podem fechar por completo o acesso (segredo) ou até desenvolver mecanismos de sanção (censura). Assim, no modelo de Ericson e colegas, as fontes poderosas beneficiam de enorme influência sobre os media, embora os autores ressalvem, como notou Santos (2003: 37), que as notícias são essencialmente “o significado atribuído aos acontecimentos, pelo que há um conflito permanente entre sentidos preferidos e representados nas notícias”. Num campo onde coabitam agentes sociais com interesses tão divergentes, torna-se essencial mobilizar o significado de um acontecimento ou de uma cadeia de acontecimentos em seu proveito. Ericson e colegas salientaram assim que os jornalistas apenas aceitam enquadramentos consistentes com as suas próprias rotinas organizacionais e formatos, conclusão igualmente validada por Doris Graber (1989).

Mais recentemente, refira-se ainda a reflexão de Gadi Wolsfeld (1997), que considerou a relação entre antagonistas políticos e os media como uma “simbiose competitiva”, na qual cada parte tenta explorar o outro gastando o mínimo possível. O poder relativo é determinado pelo valor de cada um dividido pela necessidade dos serviços prestados pelo outro, pelo que cada transacção pode implicar desfechos diferentes. Wolsfeld, porém, não hesitou em reconhecer que os antagonistas com poder político dispõem de

³⁰ Stephen Hess (1984) trabalhou igualmente o contexto das fugas de informação, concluindo que as organizações oficiais controlam razoavelmente a divulgação de informação até ao momento em que alguma cisão no seu seio deteriora a solidariedade entre os agentes que nela operam.

acesso aos media pelo “portão da frente”, traduzido num acesso regular, oficial e institucionalizado, com naturais vantagens de credibilidade, ao passo que o “portão de trás” está reservado aos desvios políticos e sociais (*opus cit.*: 42).

Entre os autores que investigaram a hegemonia das fontes oficiais no acesso aos media, Herbert Gans (1979) ocupou um lugar de destaque, pois foi dos primeiros a tentar compreender as estratégias das fontes no relacionamento com os media. Baseando a sua investigação em observações no seio de redacções, Gans concluiu que o acesso continuado de uma fonte ao espectro mediático depende dos incentivos que fornecer, do poder de que dispõe na hierarquia político-económica, da competência para disponibilizar informação útil e em formatos compatíveis com os dos media e da proximidade que conseguir cultivar com os jornalistas.

Essa matriz permitiu-lhe inferir que as fontes oficiais estão frequentemente mais bem dotadas do que as restantes para fornecer informação. Para Gans, a credibilidade das fontes oficiais replica assim as mesmas relações do espaço social, pois os jornalistas utilizam profissionalmente os mesmos critérios que os restantes agentes sociais, atribuindo mais confiança aos indivíduos que se parecem com eles. “Presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas acções e opiniões serem oficiais”, escreveu (*opus cit.*: 130).

Fortemente condicionados pelas rotinas da sua profissão, os repórteres seleccionam prioritariamente as fontes oficiais, reconhecendo que a sua informação é verosímil e que o seu uso não suscitará censura das chefias. Inerente a esta conclusão está um profundo conhecimento do sistema jornalístico, no qual o conhecido supera o desconhecido, a elite tem preponderância sobre o anónimo e as instituições sobre os indivíduos.

Do outro lado da barricada, as fontes oficiais pressionam as empresas jornalísticas para que este fluxo não seja perturbado, ora seduzindo as administrações com oportunidades de negócio, ora explorando as debilidades financeiras de cada meio.³¹

Um conceito fundamental em Gans é a negociação. Com interesses fundamentalmente divergentes, as fontes e os jornalistas têm de encontrar terreno comum de entendimento, procurando compromissos. “Ambos necessitam do outro e, no entanto, puxam frequentemente em direcções diferentes”, escreveu (*opus cit.*: 117). Cunhando a sua

³¹ Quase duas décadas mais tarde, James Curran (1996) recuperou este ponto, salientando a forte pressão económica exercida pelas empresas face aos jornalistas e pelos governos e instituições poderosas face às empresas jornalísticas.

mais célebre metáfora, Gans comentou: “Embora sejam necessários dois para dançar o tango, tanto as fontes como os jornalistas podem liderar a dança, mas é mais frequente que sejam as primeiras a conduzir o processo.” (*opus cit.*: 116).

Embora a negociação crie relações recíprocas de obrigação, Gans encontrou indícios suficientes para concluir que os antagonistas com mais poder político têm acesso franqueado pela porta da frente aos media, ao passo que os antagonistas com menos poder só o terão através daquilo a que ele chamou “notícias de desordem”.

No final da sua obra, todavia, Gans deixou uma porta entreaberta que inspiraria uma nova corrente de estudos. “Para perceber totalmente as notícias, os investigadores devem estudar as fontes pelo seu papel de representação de grupos organizados ou não organizados pelo qual agem ou falam como detentores de poder”, anotou (*opus cit.*: 360). Por isso, recomendou aos sociólogos que determinassem que “grupos criam ou se tornam fontes e com que agendas; que interesses perseguem ao buscarem acesso às notícias ou ao recusá-lo. Estudos paralelos devem assim ser conduzidos sobre os grupos que não conseguem ter acesso aos media e porquê.” (*opus cit.*: 360). Este comentário teria sequência num artigo de Philip Schlesinger (1990), que fez um apelo ao estudo das estratégias das fontes não oficiais:

«Quando começamos a analisar as táticas e estratégias desenvolvidas pelas fontes que procuram a atenção dos media, temos de nos questionar sobre as suas percepções de outros, como competem com outros agentes nos campos em que operam, temos de questionar os seus objectivos e noções de eficácia. Rapidamente descobrimos quão ignorantes somos sobre estas matérias, apesar da importância inquestionável do contributo que os estudos de produção trouxeram ao sector.»
(Schlesinger, 1990: 62)

3.5 – Primeira vaga de estudos sobre as fontes não oficiais

Antes ainda do documento de Schlesinger que, de certa forma, fundou uma nova corrente de investigação³², Stanley Cohen (1972), precursor da linha de estudos culturais, anunciara a necessidade de estudar as formas como alguns grupos das subculturas jovens são representados publicamente como grupos legítimos face a outros, rotulados pelos media como desviantes e, como tal, silenciados ou desvirtuados.

³² A conclusão não é consensual. Rogério Santos (2003:36), por exemplo, considerou que os estudos que se lhe seguem não representaram uma ruptura teórica e metodológica” face ao passado, mas sim um “recentramento analítico”.

Sensivelmente na mesma altura do artigo de Schlesinger, também Nina Eliasoph (1988) deu conta de que os estudos sobre fontes oficiais menosprezaram as diferenças internas entre fontes governamentais e outras fontes oficiais, abdicando de compreender a complexidade de estratégias nem sempre convergentes. Eliasoph dava assim continuidade ao trabalho de Donald Greenberg (1985), que protagonizara um dos poucos estudos da década de 1980 sobre estratégias de fontes não oficiais. Analisando o grupo ambientalista Friends of Earth, Greenberg concluíra que o seu acesso regular à agenda dos media derivava de uma razoável sensibilidade comunicacional aliada à capacidade de produzir informação científica fiável.

No entanto, apesar destes contributos dispersos, foi o apelo de Philip Schlesinger (1990) e posterior consolidação teórica (Schlesinger e Tumber, 1994), que verdadeiramente deu consistência a este ramo de investigação. Na altura, o autor britânico, embora reconhecesse uma teoria da dominância associada à actividade dos media, bateu-se pelo princípio de que, em ocasiões específicas, há fontes que a sociologia do jornalismo não hesita em classificar como não oficiais que conseguem escapar a este determinismo e produzem uma interpretação para uma cadeia de ocorrências que acaba por ser reproduzida no discurso noticioso.

Schlesinger estruturou a sua intervenção, reconhecendo falhas no modelo do definidor primário que Stuart Hall e colegas (1978/1993) tinham delineado no final da década de 1970 e que, apesar de várias revisões, mantinha ainda actualidade. Schlesinger lembrou que, por um lado, a coesão entre instituições que agem como definidores primários não pode ser extrapolada para todas as situações da vida social. Há ocasiões evidentes em que diferentes ministérios de um mesmo governo combatem em barricadas diferentes ou em que várias empresas contestam os objectivos das rivais, contrariando uma aparente convergência de interesses, que seria reproduzida no discurso noticioso.

Por outro lado, Schlesinger frisou que as fronteiras de delimitação entre os definidores primários eram teoricamente difusas, potenciando áreas indefinidas de avaliação. O autor sublinhou ainda que, na perspectiva dos seus antecessores, a relação entre fontes oficiais e jornalistas era entendida como a-histórica. A realidade, alegou, é bem mais dinâmica e permite a ascensão de novas fontes oficiais e, ao mesmo tempo, a perda de importância de outras. Mesmo em termos metodológicos, Schlesinger rompeu com a proposta vigente, contestando a utilização da análise de conteúdo como ferramenta exclusiva, uma vez que as estratégias de bastidores tendem a não ficar expressas no

discurso noticioso, pelo que o investigador, de acordo com o autor britânico, teria de utilizar métodos complementares, sugestão que o presente estudo aliás incorpora.

Deste conjunto de apontamentos sobre as falhas do modelo de definidor primário, Schlesinger partiu para a sua crítica ao excessivo “mediacentrismo” da sociologia do jornalismo, demasiado focada nos jornalistas, nas suas rotinas organizacionais e nos seus textos noticiosos, e apenas moderadamente interessada numa fonte promissora de informação: os processos pelos quais grupos e organizações mobilizam recursos materiais e simbólicos para assegurar acesso aos media. Para tal, seria fundamental estudar esses grupos, assimilando as suas estratégias e motivações, reconhecendo as suas competências comunicacionais, estimando o seu capital financeiro e simbólico e cruzando as suas pretensões com movimentos mais amplos de desenvolvimento de novas bandeiras políticas, como o ambientalismo ou os movimentos de intervenção cívica.³³ O sucesso das fontes estaria pois dependente da sua institucionalização, dos seus recursos financeiros e do seu capital cultural (*opus cit.*: 79-82).

Schlesinger advogou assim que as fontes teriam de ser concebidas como agentes com estratégias definidas, num campo onde se jogaria o acesso aos media, embora com vantagens materiais e simbólicas desigualmente distribuídas. No entanto, “mesmo a vantagem mais poderosa não assegura a definição primária em função apenas da sua posição. Se o alcançar, será pelo sucesso da sua acção estratégica num campo de competição imperfeita”, escreveu (*opus cit.*: 77).

O autor reconheceu a forte influência de Pierre Bourdieu no seu trabalho, nomeadamente através da noção de campo jornalístico como um domínio onde cada agente compete por uma posição melhor, mobilizando recursos ora para manter o seu lugar na hierarquia, ora para investir numa modificação do *statu quo*. A definição primária torna-se assim mais “uma conquista do que um desfecho estruturalmente predeterminado” (*opus cit.*: 79).

Paul Manning (2001) defendeu que, no apelo de Schlesinger, presente-se também forte inspiração de Michel Foucault, mesmo que não assumida pelo britânico. Manning frisou que, por um lado, o apelo de Schlesinger reflectiu as posições de Foucault sobre a natureza do poder – uma força ora repressiva, ora tonificante, com efeitos imprevisíveis.

³³ Rogério Santos (2006) validou o acerto da previsão de Schlesinger, lembrando que poucas áreas temáticas registaram crescimentos tão exponenciais de cobertura noticiosa e interesse jornalístico como os problemas ambientais, os novos problemas sociais e a eclosão de novos problemas de saúde, ligados a epidemias persistentes e globais. “Por detrás deste movimento, encontram-se agentes de tipo novo, capazes de conduzir a informação científica para jornais e público”, anotou (*opus cit.*: 103).

O poder para Foucault (1971/2008; 1979) expressa-se na multiplicidade de discursos e formas de conhecimento que se sobrepõem, que escapam ao controlo do capital financeiro ou cultural e que se caracterizam por instâncias em que, pontualmente, os poderosos podem não conseguir gerir os fluxos de informação em seu proveito. Por outro lado, Schlesinger utilizou igualmente a noção de governamentabilidade de Foucault, segundo a qual cada regime governa através de instituições, processos, análises, reflexões, cálculos, táticas e estratégias que propõe aos seus cidadãos como legítimos. Schlesinger reconheceu que a sociologia do jornalismo, e especificamente os estudos sobre o acesso às notícias, tem de se deslocar, tal como a governamentabilidade, à procura dos novos temas que marcam a sociedade e que motivam nos media novas rubricas editoriais e nos cidadãos novas formas de participação política. Manning concluiu assim que, ao apelar à adaptação do objecto de trabalho da sociologia do jornalismo, Schlesinger assumiu o dinamismo da governamentabilidade de Foucault.

Por fim, acrescentou Manning, também as reflexões de Foucault sobre a natureza da realidade social construída pelo discurso (1971/2008) tiveram eco no artigo de Philip Schlesinger. Ao sugerir que a única via de compreensão de práticas sociais complexas seria a análise cruzada dos discursos produzidos por todas as organizações envolvidas, Schlesinger reconheceu implicitamente a natureza discursiva da relação que se trava entre jornalistas e fontes, produzindo uma narrativa emergente enquadrando ocorrências numa possível interpretação mas não esgotando as restantes interpretações possíveis.

Quatro anos depois do artigo original, Schlesinger e Tumber (1994) refinaram a primeira versão, trabalhando sobre a área do crime, da lei e da justiça e reafirmando que a prática jornalística favorece as fontes institucionais e, dentro destas, as fontes governamentais. No entanto, os autores consideraram que a relação entre jornalistas e fontes transcende uma mera relação profissional, pois configura uma relação entre dois grupos e culturas dentro de um campo estruturado para a produção da notícia, onde existem mais intervenientes, com estratégias concorrentes.

Os autores propuseram assim como futura via de investigação a avaliação do grau de institucionalização, dos recursos financeiros e do capital cultural de cada fonte (a credibilidade, a legitimidade e a autoridade da sua voz), assumindo maior imprevisibilidade neste modelo até porque muitas estratégias fundem-se na tentativa de atingir destinatários-chave, num determinado momento da vida de uma organização. Os autores sugeriram mesmo que certas fontes só se envolvem no discurso noticioso

quando está em jogo a definição pública de um novo problema social, sublinhando que as suas táticas e estratégias continuam envolvidas num manto de incertezas.

Num registo premonitório, acrescentaram: “Apenas recentemente começaram a ser lançadas questões numa forma consistente e focada sobre as táticas e estratégias empregues pelas fontes que procuram a atenção mediática.” (*opus cit.*: 2).

3.6 – Temas emergentes

Com este recentramento analítico, os estudos de acesso conheceram um proveitoso período, durante o qual vários autores investigaram a emergência de novos movimentos sociais, as suas causas e os novos modelos de participação cívica. Aliás, no mesmo ano em que Schlesinger publicou o seu artigo de referência, Wyn Grant (1990) procurou delinear as fronteiras entre grupos não oficiais com e sem recursos simbólicos, reconhecendo a natureza fluida e a dinâmica dos muitos grupos envolvidos. Desenvolveu no processo uma tipologia que, mesmo não tendo criado escola posteriormente, ajuda a expressar a complexidade do objecto jornalístico.

Para ele, na maioria dos temas que recebem cobertura noticiosa, há fontes que funcionam como grupos internos, gozando de acesso regular a ministérios, e grupos externos, que não o têm. Dentro dos grupos internos, Grant descobriu “prisoneiros” (que dependem do governo por qualquer razão), “elementos de baixo perfil” (que trabalham nos bastidores) e “elementos de elevado perfil” (que não têm receio de quebrar o sigilo e tentar influenciar os media). Por sua vez, dentro dos grupos externos, Grant descobriu “potenciais internos” (grupos no limiar da credibilização e que, portanto, intervêm com reduzido grau de desvio face às fontes institucionalizadas), “externos por necessidade” (grupos que, não se revendo na interpretação de grupos institucionalizados, escolhem posicionar-se fora da arena, esperando que, no futuro, as posições oficiais alinhem com as suas) e “externos ideológicos” (grupos que, pela natureza da sua agenda ideológica, estão fora do circuito institucionalizado).

Estas reflexões na viragem da década foram particularmente produtivas, pois suscitaram interesse científico por temas emergentes, dos quais listamos os mais relevantes. Teun van Dijk (1991), numa obra de referência, investigou o tratamento noticioso concedido às minorias étnicas, procurando perceber o apelo do tema para os media; George Gerbner (1992) analisou as dissidências políticas e a forma como elas podem ser definidas discursivamente como terroristas ou antipatrióticas, afectando a sua penetração pública; David Miller e Kevin Williams (1993) fizeram um levantamento de

como os grupos que se mobilizaram pela causa do VIH/Sida conquistaram espaço no debate sobre a doença, graças a competências comunicacionais e à predisposição de jornalistas para os ouvir; David Deacon (1996) abordou as dificuldades dos grupos e agentes voluntários para aceder aos media, tradicionalmente fechados a este tipo de agentes; Steve Epstein (1996) promoveu trabalho sobre o papel dos activistas no debate e reequacionamento de verdades médicas, concluindo que, pontualmente, os próprios doentes se especializaram num fenómeno que Anthony Giddens (1991/1994) designou como requalificação-apropriação; Simon Cottle (2000) concentrou-se nas vítimas da sociedade de risco e na sua exclusão das notícias; Peter Conrad e Susan Markens (2001) identificaram como os grupos activistas homossexuais e as fontes médicas ajudaram a construir nos media uma onda de notícias sobre um gene aparentemente propenso à homossexualidade. Por fim, Peter Manning (2001) deu conta das dificuldades dos agentes sindicais para participar nos debates sobre controvérsias laborais.

Concentraremos agora a atenção nos trabalhos de maior fôlego sobre o ambiente e as questões controversas da ciência, reconhecendo as implicações destas duas áreas emergentes para o projecto em curso, pois estabeleceram precedentes relevantes para o nosso trabalho empírico.

3.6.1 – Ambiente

O movimento ambientalista tem sido um dos melhores exemplos de expressão de grupos politicamente marginais, capazes de integrar os media nas suas estratégias e desafiar os poderes institucionalizados, como notaram Anders Hansen (1993), Alison Anderson (1997), Paul Manning (2001) ou Pereira Rosa (2005; 2007). Manning considerou que até à década de 1970 germinou nas sociedades industrializadas um primeiro movimento ambientalista, decidido a mudar a política ambiental mas para o qual a relação com os media não era decisiva. A emergência de organizações como a Greenpeace ou a Friends of the Earth, durante a década de 1970, capazes de mobilizar vastas audiências com as suas espectaculares acções de elevado sentido mediático, direccionado para os noticiários televisivos³⁴, deu azo à emergência do segundo movimento ambientalista. Nesta fase, que se prolonga até à actualidade, o discurso ambientalista pauta-se pelo uso dos media como alvo principal e pela

³⁴ Chris Rose (1998) revelou inclusivamente que a Greenpeace aposta fortemente na criação dos seus próprios registos noticiosos, com os quais alimenta a televisão e produz as suas próprias versões de ocorrências.

internacionalização das suas actividades, fruto da eclosão de diversos problemas ambientais globais, como o desaparecimento da camada de ozono, as alterações climáticas ou fenómenos mundiais de poluição.

É verdade que, como notou Manning, estes grupos não dispõem normalmente de acesso à mesma informação dos grupos oficiais, estão em patamares inferiores da hierarquia jornalística de credibilidade, não formam sequer uma plataforma coesa, pois dispersam-se entre múltiplas agendas, e combatem em frentes onde se movimentam poderosas empresas multinacionais, com vastos recursos económicos e ampla influência política. Essas enormes desvantagens, porém, não impedem o seu sucesso comunicacional.

Alison Anderson (1997), culminando uma investigação de quase uma década, apurou que as fontes não oficiais conseguem participar activamente na agenda ambiental e chegam a definir os termos em que ela se discute. A autora desenvolveu um modelo de arenas públicas, constituído pelos media, pelo governo, pelos cientistas, pelos educadores, pelos tribunais, pela indústria e pelas organizações ambientalistas, registando que os media fazem parte desta teia de factores culturais, sociais e políticos que influenciam o enquadramento escolhido para cada questão ambiental.

Por força da sua capacidade de encenação de eventos, da sua aptidão para as relações públicas e do seu envolvimento na investigação científica, muitas organizações ambientalistas conseguem, em períodos determinados, fornecer aos jornalistas um modelo cultural plausível, capaz de interpretar uma teia de ocorrências e discursos. Anderson concluiu que é possível que os jornalistas escolham estes modelos culturais promovidos pelas fontes não oficiais de ambiente, ajustando personagens e narrativas a essa opção, mas o mais comum no quotidiano dos media é a definição de enquadramentos já promovidos por fontes oficiais.

Anderson concluiu ainda que os novos movimentos sociais não se fundam nos partidos políticos, mas sim em redes ligadas a comunidades apartidárias, e os media acolhem-nos como expressão de novas franjas da audiência. Steve Epstein (1996) defendeu a propósito que elas são úteis para as rotinas produtivas dos jornalistas na medida em que traduzem o discurso especializado e contextualizam-no. Anderson (1993 e 1997) acrescentou que os *lobbies* formados pelas redes contra o poder institucionalizado fomentam um interessante contraponto ao discurso de poder, servindo na perfeição ao modelo jornalístico de notícia, que exige tese e antítese, antes de chegar à síntese.

Manning sugeriu outra ideia-chave. O facto de não existir ronda ambiental nos media das décadas de 1960 e 1970 facilitou a ascensão mediática da Greenpeace, criando nos

media um espaço de comunicação com um novo tipo de público que já não se revia nas tradicionais clivagens entre as questões de esquerda e direita.

Uma das alegações do discurso oficial face às organizações não governamentais é a sua propensão para se associar às catástrofes ambientais, aproveitando derrames de crude ou outros eventos de grande visibilidade para expressar ideias disruptivas sobre políticas de ordenamento (Molotch e Lester, 1975). Este ponto, porém, foi amplamente contestado por Hansen (1993b) e Anderson (1997), que defenderam que o ambiente, enquanto arena pública (Hilgartner e Bosk, 1988), não tem inscritos em si quaisquer códigos como valores-notícia. O ambiente é uma construção social dos media e não um campo exemplarmente definido e aceite pelos seus membros. As catástrofes ambientais proporcionam, de facto, uma oportunidade de comunicação, mas ela não existiria sem outros factores comunicacionais agregados.

Anders Hansen (1993b), num estudo sobre a Greenpeace, distinguiu as estratégias da organização de curto e longo prazo. Percebeu que, por um lado, era fundamental assegurar acesso aos media, com a organização de grandes acções dramáticas, mas que, no seio da organização, lutava-se também por um estatuto permanente e institucionalizado. Em artigo anterior, aliás, o autor argumentara que o fraco perfil dos grupos de pressão como definidores primários na cobertura noticiosa sugeria que ainda “é no fórum das ‘autoridades públicas’, da ‘política formal’ e da ‘ciência’ que os jornalistas procuram validação para essas argumentações” (Hansen, 1991: 451).

A produção de relatórios científicos e a moderação das posições em várias questões fracturantes são duas das vias de institucionalização de uma organização não governamental, como apurou Pereira Rosa (2005) para o caso da Quercus em Portugal. Anderson assegurou em contrapartida que a profissionalização do *lobby* ambiental e a sua consolidação, em termos de membros e receitas, ajuda a credibilizar um movimento. Curiosamente, à medida que a investigação progride, um velho ensaio de William Solesbury (1976) foi reabilitado. Na altura, o autor britânico argumentou que, na maior parte das vezes em que os temas aparecem nas agendas mediáticas, já foram definidos como legítimos pelo governo, pelo que a capacidade de iniciação do debate por parte de um grupo de pressão é muito reduzida. A sua conclusão foi depois validada empiricamente por Jon Cracknell (1993).

No seu modelo de interpretação do discurso dos media, William Gamson e Andre Modigliani (1989) também sublinharam a dificuldade de impor temas à agenda, lembrando que qualquer pretensão (formatada em “pacotes” digeríveis pela audiência)

só é bem sucedida no discurso dos media através de uma combinação de ressonâncias culturais, actividades dos patrocinadores de uma causa e um encadeamento com as normas e práticas dos media. A opinião pública, por sua vez, influencia este processo indirectamente, através das crenças dos jornalistas sobre o que a audiência está a pensar.

3.6.2 – Ciência

Um segundo campo de intensa investigação no domínio das fontes não oficiais tem sido o das notícias de ciência e tecnologia, mais concretamente aquelas que se debruçam sobre temas emergentes de risco e ética. Jenny Kitzinger e Jacquie Reilly (1997/2002) protagonizaram uma das investigações mais rigorosas sobre o tema, considerando o papel crucial dos media na intermediação entre os cientistas e o público, posicionando-se como agentes fundamentais na hierarquização dos temas de risco.

Na sua análise aos media britânicos, as autoras constataram que é através deles que o público é estimulado a interessar-se pelo debate científico, mas a situação configura uma perversão na medida em que os media se interessam cada vez mais pelos temas de incerteza científica, de controvérsia e de debate ético. As autoras documentaram que, em várias ocasiões, a percepção do risco por parte dos media não coincidiu com a percepção dos mesmos riscos por parte da comunidade científica, como veremos com mais pormenor no capítulo 5.

No campo das fontes, Kitzinger e Reilly verificaram que a ciência representa uma boa oportunidade para as fontes não oficiais se fazerem ouvir, nomeadamente na atribuição de credibilidade e autoridade a um argumento. Isto sucede porque a distinção entre agentes leigos e agentes científicos muitas vezes não é clara, como sucedeu no caso da contaminação de gado por BSE. Durante essa controvérsia, Kitzinger e Reilly constataram que os media deram mais tempo de antena a fontes alternativas do que às fontes periciais, sugerindo que a perturbação do campo com um acontecimento-chave inesperado tem potencial para alterar momentaneamente a relação de forças.

Lee Wilkins e Philip Patterson (1987) juntaram mais um elemento, revelando que, nas notícias televisivas sobre risco científico, é frequente alguns temas ganharem preponderância sobre outros por força da sua visibilidade. A existência de imagens capazes de cunhar uma interpretação condiciona fortemente os noticiários e conseqüentemente a expressão pública de um risco, sem necessária correspondência com a avaliação pericial das fontes oficiais.

Kitzinger e Reilly afirmaram ainda que outra condicionante, profundamente ligada às rotinas jornalísticas, pode afectar a cobertura noticiosa de um tema de risco: a noção de “fadiga mediática”. Em vários temas de cobertura prolongada, os media concluíram, a certo ponto, que a notícia já estava esgotada, reduzindo o seu interesse no tema, independentemente de a resposta científica ao problema estar, ou não, encontrada. Depois de estudarem a cobertura noticiosa da investigação sobre o genoma humano, a síndrome da memória falsa e a “doença das vacas loucas” (BSE), as autoras concluíram que os media não reflectiram adequadamente os temas dos riscos mais severos, aplicando à cobertura constrangimentos de ordem profissional totalmente imprevisíveis, como o grau de conhecimento e envolvimento de um repórter no tema, os horários de fecho de um jornal, o género noticioso adequado para uma rubrica, a intervenção de um grupo de pressão não necessariamente pericial mas particularmente persuasivo, a necessidade de acontecimentos reais ou o peso económico de uma determinada fonte. Perante tantos factores culturais associados a cada risco e tanto factores de ordem organizacional associados à cobertura noticiosa, as autoras concluíram que os media, até à data, não encontraram mecanismos adequados de representação do risco nas notícias.

3.7 – Estudos culturais

Como Dan Berkowitz sublinhou (1992), a relevância da abordagem de Simon Cottle (2000) para a teorização sobre o acesso noticioso caracterizou-se pela proposta de desvio da focagem exclusiva na acção das fontes para uma perspectiva mais abrangente, sobre a estrutura de cada *estória* por si, reabilitando os estudos culturais.

Estes estudos tiveram géneses distintas da Grã-Bretanha para os Estados Unidos. James Carey (1989) foi o pioneiro nos Estados Unidos, analisando o jornalismo como ritual simbólico e desta forma encarando a leitura do jornal como participação colectiva num processo construído (1989: 20-21). O esforço de Carey e dos seus sucessores baseou-se portanto na necessidade de demonstrar que o poder jornalístico assenta numa matriz discursiva e cultural, dependente dos sistemas de autoridade social.

Um bom exemplo foi fornecido pelo trabalho de Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1988/1993). Os dois autores cunharam a afirmação de que as “notícias, como os mitos, não ‘contam as coisas como elas são’, mas ‘contam as coisas segundo o seu significado’” (*opus cit.*: 267). Bird e Dardenne interessaram-se assim pelos mecanismos de narração utilizados pelos media e que permitem à sociedade recontar os seus mitos fundamentais e, ao fazê-lo, reafirmar-se como colectividade.

Desta forma, despiram as notícias do seu conteúdo factual e efémero e reduziram-nas ao seu esqueleto contínuo – uma estrutura culturalmente definida, que ajusta sempre novas ocorrências a velhas definições, expressando a necessidade de etiquetagem dos agentes sociais envolvidos em “heróis” e “vilões” e repetindo quotidianamente os mitos mais intrínsecos de cada cultura. Deste ponto de vista, o debate sobre o acesso às notícias muda de perspectiva. Os autores subordinados a este paradigma não se concentraram nas relações de poder entre agentes sociais, mas sim na forma como a construção narrativa arruma diferentes agentes em categorias, géneros e estruturas previamente determinadas e como os promotores de informação exploram as necessidades de cada formato noticioso e de cada plataforma mediática para veicular as suas perspectivas.

Um bom exemplo foi produzido por Todd Gitlin (1980b), no seu livro sobre a ascensão e colapso de um movimento da nova esquerda norte-americana durante a década de 1970. O sociólogo notou que os media necessitam de enquadramentos para integrar novas ocorrências numa grelha narrativa que possua ressonância cultural para a sua audiência. Dessa forma, adaptam permanentemente novos factos sociais a um esquema predefinido, de forma a melhor processar a informação em tempo útil e a diminuir a aleatoriedade da actualidade.

Gitlin concluiu que, no caso concreto daquele movimento, os media relataram abundantemente as posições do movimento estudantil, vedetizando alguns dos seus líderes até um momento em que consideraram que a novidade se esgotara naquele tema noticioso. Deve-se a Gitlin também a conclusão de que a mera cobertura noticiosa pode provocar consequências na estrutura de um movimento, motivando cisões, radicalizando posições e criando tensões internas adicionais.

Barbie Zelizer (2005), uma autora com um percurso que derivou da prática jornalística para a investigação académica, prosseguiu com os estudos culturais norte-americanos numa direcção complementar, desenvolvendo o conceito de jornalismo como comunidade interpretativa, com uma autoridade motivada pelo uso de fontes, narrativas e simbolismos dentro e fora do espaço profissional.

Zelizer desvalorizou as análises etnometodológicas que colocaram o jornalismo como objecto de uma sociologia das profissões, enfatizando valores, crenças e práticas internas, mas ignorando os procedimentos culturais que demarcam a cultura jornalística. Ao analisar o comportamento dos media norte-americanos no Iraque, a autora justificou a necessidade de uma abordagem cultural, capaz de integrar na interpretação o conflito dos jornalistas com o seu patriotismo e a sua deontologia profissional, assimilar os

diferentes procedimentos sociais dos profissionais dos media electrónicos ou alternativos para lidar com nova tecnologia de transmissão ou integrar as preocupações quotidianas dos repórteres com a sua própria segurança. Todas estas pressões passariam despercebidas às abordagens do jornalismo como profissão, como prática industrial ou como instituição (Zelizer, 2005: 211), exigindo uma matriz cultural de avaliação.

Entretanto, na Grã-Bretanha, os estudos culturais nasceram com uma orientação mais sociológica e literária dos media, a partir sobretudo do trabalho do Departamento de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham. O grupo de Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson e Stuart Hall partiu da premissa de que as instituições culturais deixam uma marca na sociedade onde se inserem e nos agentes com os quais se relacionam. Daí, a investigação germinou para o campo dos media.

Stuart Hall, particularmente, ter-se-á apercebido das semelhanças da sua proposta com a de Carey, embora situadas em posições um pouco diferentes no espectro ideológico. O seu grupo produziu um artigo memorável sobre a construção das notícias sobre assaltos (Hall *et al*, 1978/1993), assumindo que as empresas jornalísticas fariam parte do complexo mundo empresarial e seriam sustentadas por capitalistas. Os proprietários teriam assim uma forte influência no jornalismo, desvirtuando o seu autoproclamado papel de mediação entre as elites de poder e a audiência.

Nesta perspectiva, de pouco serviria assim o enfoque sobre as estratégias das fontes, a capacidade de negociação simbólica entre agentes sociais, os estudos sobre constrangimentos da rotina jornalística ou dos constrangimentos organizacionais, na medida em que “o acesso [é] exagerado [e] sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas” (Hall *et al*, 1978/1993: 229). A sua observação sobre o tratamento jornalístico do fenómeno da delinquência permanece assim como um marco fundamental dos estudos dos media.

Hall e colegas sugeriram que as fontes oficiais dispõem de um acesso privilegiado e quase incontestável às notícias. Deveu-se a este trabalho, aliás, um dos conceitos mais prolíferos da investigação moderna: o de definidores primários, as poderosas fontes oficiais, que ditam política (no sentido anglófono de *policy*), emitem opinião, marcam a agenda e que, na esmagadora maioria dos casos, induzem os jornalistas a reproduzir a informação por eles veiculada. Hall e colegas descreveram mecanismos internos de conformismo, como as forças internas de produção e as normas profissionais como a exigência de imparcialidade e objectividade, cujo respeito a classe é obrigada a manter. Para Hall e colegas, os jornalistas estabelecem hierarquias de credibilidade, dando

prioridade a instituições poderosas, que consideram legítimas representantes do público. Assim, estas fontes definem as notícias. Não o fazem como consequência de uma conspiração, mas condicionam os jornalistas, pressionados por constrangimentos profissionais e organizacionais, a tomarem-nas como fontes com autoridade.³⁵

No modelo de Hall, não houve espaço para dissidências entre definidores primários, mas note-se que, pela primeira vez, o acontecimento só ganha sentido se contextualizado naquilo que os autores definiram como “mapas culturais do mundo social” (Hall *et al.*, 1978/2003: 226), um conjunto de estruturas que ajudam os jornalistas e as audiências a integrar novas ocorrências e que os autores tomaram como mecanismos formadores de consenso. O conceito integraria vários outros modelos.

3.8 – Outras correntes radicais

Para além do grupo de Birmingham, outros dois centros universitários encontraram na sociologia do jornalismo e particularmente na relação das fontes com o processo produtivo uma oportunidade de investigação. Em Glasgow, emergiu um grupo universitário que fez dos conteúdos televisivos o seu principal objecto de trabalho.

A investigação do Glasgow University Media Group (GUMG) foi muito marcada por uma perspectiva política da sociedade estruturada em termos de domínio. O grupo concebeu assim os media como instrumentos de difusão das ideias dominantes, pelo que o acesso de cada fonte individual ou institucional aos media seria profundamente hierarquizado em função da posição de cada um na escala socioeconómica. No seu documento mais célebre, intitulado “Bad News” (1976), o GUMG teorizou que os indivíduos mais poderosos teriam acesso privilegiado e rotinizado às notícias. Ao longo da sua fase mais proveitosa, este grupo documentou a distorção da cobertura noticiosa de temas industriais pela televisão, do acesso privilegiado dos políticos mais poderosos às redacções (1980) e mesmo de como um Estado mobilizado como a Grã-Bretanha conseguira gerir em seu proveito a cobertura noticiosa de um conflito militar, cimentando a sua base de apoio (1985).

Na sua retrospectiva da sociologia das fontes, Paul Manning sublinhou que “estudos deste tipo representaram um passo em frente importante porque evitaram os perigos do reducionismo económico” (2001: 41), recusando a metáfora da correia de transmissão e

³⁵ Vale a pena notar que, posteriormente, Stuart Hall rectificou a posição inicial, reivindicando a necessidade de “saber mais sobre as interações entre fontes noticiosas e produtores noticiosos antes de posicionarmos os produtores como servidores ‘inconscientes e involuntários’ de suporte para a reprodução do campo discursivo ideologicamente dominante” (1982: 88).

admitindo que, nos textos jornalísticos, é bastante comum a convergência de interpretações complementares ou, pontualmente, contraditórias.

Por outras palavras, a mediação jornalística das notícias perde relevância se elas forem entendidas como “reproduções de assumpções culturais dominantes da sociedade” (GUMG, 1976: 1), pois, nesse caso, a mediação é uma mera transmissão ideológica.

Quase em simultâneo, em Leicester, o Centre for Mass Communication Research (CMCR) desenvolveu igualmente investigação pioneira, contribuindo com uma abordagem económico-política para explicar o processo produtivo da notícia. James Halloran, Peter Golding, Philip Elliot e Graham Murdock desenvolveram como premissa de investigação a possibilidade de a estrutura de propriedade dos meios de comunicação afectar a produção. Num dos seus primeiros estudos de caso, Halloran e colegas (1970) analisaram a cobertura noticiosa de motins contra a guerra em Londres, estruturando a sua análise em função da audiência de cada jornal envolvido, do seu posicionamento no mercado e das suas necessidades comerciais.

A análise deste centro integrou-se naquilo que poderíamos chamar uma sociologia da profissão jornalística, avaliando, como Elliot (1978), os constrangimentos provocados pelo profissionalismo jornalístico, as suas exigências de horários e rotinas, o seu quadro normativo de procedimentos deontologicamente aceite e as limitações produzidas pela degradação social do estatuto do jornalista. A intervenção das fontes nestes modelos foi assim instrumental, entendida como mais uma interacção dentro de um quadro ideológico predefinido (GUMG) ou economicamente condicionado (CMCR).

3.9 – O campo jornalístico

Na evolução da sociologia do jornalismo, segundo Christopher Anderson (2008), produziu-se uma primeira vaga de trabalhos sobre análise organizacional, objectividade e constrangimentos profissionais; numa segunda tendência (praticamente em simultâneo), emergiram os estudos culturais sobre os alicerces da autoridade jornalística. A terceira fase, já na década de 1990, procurou corrigir a ênfase excessiva nos aspectos culturais do jornalismo, procurando analisar a profissão ao abrigo da noção de campo jornalístico de Pierre Bourdieu. Como Rodney Benson notou (1999), tratou-se de um compromisso entre a microanálise organizacional, concentrada nas redacções, e a macroanálise estruturada em função da relação entre o jornalismo e a sociedade.

Pierre Bourdieu produziu um interessante contributo para a sociologia do jornalismo, ao criar o conceito de campo jornalístico (1994/1997), um espaço estruturado onde

coabitam diversos agentes com diferentes posições hierárquicas, que lutam permanentemente por uma melhor posição. Cada agente envolvido dispõe de competência social e técnica, que investe no combate com outros agentes. Bourdieu propôs que, em todos os campos que distinguiu na sociedade (o político, o religioso, o artístico, o intelectual, o científico (Bourdieu, 1976), o jurídico e o jornalístico), há capital simbólico distribuído desigualmente entre todos os seus membros. Cada agente investe pontualmente o seu capital, procurando reafirmar a sua posição ou melhorar o seu estatuto, através de mecanismos de capitalização de recursos legítimos. A estrutura de funcionamento é semelhante à de um jogo, como registou Nelson Traquina (2000), onde há ganhos e perdas, promoções e despromoções.

No caso concreto do campo jornalístico, Bourdieu descreveu como os jornalistas vivem do seu capital simbólico, que é a reputação, a autoridade e a credibilidade. Todavia, movimentam-se num mundo condicionado pelas normas profissionais e pelas rotinas organizacionais e, simultaneamente, as suas empresas estão pressionadas pelo poder económico. Através de sanções directas (perda de investimento publicitário directo) ou indirectas (fuga da sua audiência em virtude da publicação de conteúdos que lhes desagradam), as empresas jornalísticas, apesar de autónomas, estão condicionadas a determinadas fronteiras na produção de informação. E, como consequência, restringem o grau de autonomia dos jornalistas, obrigando-os a um ciclo de produção rápida, simplificada e com tendência a ceder à tentação do noticiário de entretenimento.

O conceito de campo de actividade de Bourdieu gerou entusiasmo na sociologia do jornalismo, motivando algumas revisões. Dominique Marchetti (1998) adoptou-o para a sua análise económica do jornalismo, defendendo que a entrada no mercado televisivo de canais privados agudizou os fenómenos já antecipados por Bourdieu. Marchetti detectou ainda que a feroz concorrência entre meios provocou maior contestação à actuação de instituições oficiais e a fragmentação crescente de públicos.³⁶

Igualmente interessado no aumento da concorrência entre profissionais e empresas, Érik Neveu (2001/2005) documentou as mudanças do mercado televisivo na década de 1990, provocadas pelo aumento da competição e pela maior dependência de receitas publicitárias, que alteraram as regras de um campo que funcionara até então à base de dotações governamentais. Como consequência, o campo jornalístico (e não apenas o subcampo da televisão) tornou-se mais conflituoso e menos autónomo. Neste jogo de

³⁶ O trabalho, produzido no âmbito de uma tese de doutoramento, foi citado por Santos (2006: 19).

interesses, Neveu argumentou que a capacidade do jornalista já não se mede necessariamente em função dos “exclusivos” que consegue, mas sim da sua competência para trabalhar rapidamente e em directo, gerando audiências.

A estrutura do campo jornalístico de Bourdieu valeu-lhe igualmente algumas críticas. Santos (2006:20) considerou que o campo ocupou-se excessivamente dos produtores de informação, mas pouco se concentrou nas fontes de informação, “agentes sociais também imprescindíveis no circuito de comunicação da notícia”. Ao mesmo tempo, o facto de o sociólogo francês não ter fundamentado a sua investigação em trabalho empírico diminuiu igualmente o seu modelo.

Santos propôs uma evolução do campo jornalístico para campo de notícia (1997; 2006), um espaço de relações sociais em torno de um *enjeu* ou desafio com ganhos e perdas dos agentes intervenientes que, no seu modelo, incluem jornalistas e fontes. Aplicando o conceito à cobertura noticiosa da problemática do VIH/Sida na imprensa portuguesa, Santos demonstrou como, no campo de notícia, coexistem situações de colaboração e cooperação, conflito e divergência entre jornalistas e fontes, consoante os seus objectivos momentâneos. Notou também que a cooperação não se limita a situações de rotina, pois encontra-se igualmente em ocasiões disruptivas, quando uma fonte ajuda um jornalista a divulgar informação controversa, trocando o “exclusivo” pela oportunidade de cunhar os termos do debate. O conflito expressa-se assim em situações de rotina, típicas do tradicional combate político, mas também em situações disruptivas. Para além das regras definidoras do campo (como o rigor, a rapidez do fornecimento de informação, a necessidade de enquadrar a informação e a colaboração entre agentes), Santos (2006: 33) detectou regras estratégicas, expressas, por exemplo, quando um grupo de pressão divulga informação para publicitar uma ocorrência que o poder institucionalizado pretende ocultar ou quando um jornalista estabelece um acordo tácito com uma fonte, prometendo-lhe acesso em troca de informação válida. Assim, “o jogo é, em simultâneo, desempenhado por vários intervenientes, que escrutinam o poder, as forças e a influência dos adversários para fazerem os seus lances” (*opus cit.*: 34).

Nestas premissas, o conflito é o grande momento de tensão do jogo, no qual se movimentam partes interessadas, que normalmente apresentam objectivos divergentes, e mediadores mais ou menos imparciais – os jornalistas e algumas fontes especializadas, como os médicos, sem aparentes interesses políticos. Normalmente, o conflito, mesmo que extremado, desemboca na negociação, com cedências de parte a parte. O autor

propôs assim que, lendo-a convenientemente, a notícia expressa esta “dança de lances de jogo e negociação” (*opus cit.*: 34).

Deste modelo ressalta ainda o reconhecimento da competência de muitos grupos de pressão para competir neste jogo, no qual empregam criatividade, competência comunicacional, autonomia, alguns recursos financeiros e capacidade de mobilização dos seus membros. O exemplo do envolvimento das associações de doentes seropositivos revelou-se particularmente produtivo no estudo de caso analisado por Santos, pois registou um interessante índice de penetração nas notícias que condicionou a condução do debate público na imprensa portuguesa.

3.10 – Conclusão

Na revisão da literatura produzida sobre a participação de fontes no processo de produção noticiosa, documentámos as evoluções conceptuais da abordagem sociológica do jornalismo, que oscilaram entre perspectivas ideológicas mais radicais (ao abrigo das quais o espaço de autonomia dos profissionais se torna reduzido em função da cultura dominante) e as perspectivas mais liberais ou pluralistas. Nas propostas pluralistas, o campo jornalístico é entendido como um espaço dinâmico e imprevisível, reflectindo diferentes estratégias e motivações e produzindo modificações na hierarquia de distribuição do capital simbólico.

Definidos os conceitos essenciais de fontes oficiais e não oficiais, estratégias de abertura e fechamento de canais de informação, campo jornalístico e campo da notícia, procuraremos nas páginas seguintes debater os mecanismos de produção do campo jornalístico, que permitem transformar ocorrências em acontecimentos.

4 – A CONSTRUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

Neste capítulo, analisamos a literatura disponível sobre os valores ideológicos do jornalismo que permitem transformar algumas ocorrências em acontecimentos mediáticos. Definimos os conceitos operacionais de meta-acontecimento (ou pseudo-acontecimento), acontecimento mediático e acontecimento de dissenso, reflectindo sobre as suas especificidades. Discutimos também a influência dos valores-notícia na ideologia jornalística e a sua evolução nas últimas cinco décadas, acompanhando as profundas transformações sociais, económicas e tecnológicas do campo jornalístico (Deuze, 2007; Garcia, 2009b). Por fim, integramos o conceito de objectividade na prática jornalística, descrevendo a sua integração na identidade profissional do repórter, permitindo-lhe definir o seu trabalho como exclusivo e especializado.

4.1 – Acontecimentos, valores-notícia e objectividade

A vida social está repleta de ocorrências previstas ou imprevistas sobre as quais os agentes envolvidos constroem significado, integrando-as numa teia que define a sua relação com o mundo. A maior parte destas ocorrências tem relevância apenas para uma pequena parcela de indivíduos, à escala minúscula a que se produz. Outras, porém, adquirem significado para uma parcela maior da comunidade através da amplificação produzida pelos meios de comunicação. Transformam-se em acontecimentos, na medida em que encerram uma interpretação fornecida através de uma narrativa que produz ressonâncias na audiência. Por definição, as narrativas mediatizadas são as únicas que transportam a ocorrência para lá dos limites da comunidade onde ela foi produzida (Dayan e Katz, 2003; Rebelo, 2006), embora possa ser argumentado que os media não informam sobre o que acontece, mas sim sobre o “que outros consideram ter o valor de acontecimento” (Innerarity, 2006/2010: 96).³⁷

Como Michael Schudson notou (1995: 54), “o poder dos media não reside apenas (nem sequer primariamente) no seu poder para declarar algumas coisas verdadeiras, mas sim no seu poder para proporcionar formas através das quais as declarações são publicadas”. A esta missão corresponde uma dificuldade acrescida, como sublinhou Nuno Goulart Brandão (2005: 21), já que “o grau de responsabilidade atingido pelas opções [das redacções] aumenta com a selecção de acontecimentos que escolhem para serem

³⁷ José Rebelo (2006) cunhou o termo “mega-acontecimento” para classificar os acontecimentos que ganham dimensão colectiva através da difusão mediática. Neste trabalho, utilizamos o seu conceito, tal como a distinção clássica de Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974/1993) entre ocorrência e acontecimento.

transformados em notícias”. A notícia tornou-se a fonte principal de definições para a realidade social, contribuindo para o estabelecimento dos “estados de opinião colectiva” (Brandão, 2005: 23) e para a reconstrução “do sentido dos actos políticos (...) nem sempre de acordo com as expectativas das entidades noticiadas” (Correia, 2009: 110).

A produção de acontecimentos nas sociedades contemporâneas fornece assim um campo profícuo de investigação à sociologia do jornalismo, pois nele reside a resposta às interrogações sobre os mecanismos de construção da agenda jornalística e os processos que nela intervêm. A ideologia jornalística exalta as competências profissionais dos jornalistas para seleccionar, entre o caos de ocorrências dispersas, os acontecimentos verdadeiramente relevantes para cada comunidade num dado contexto. Ao abrigo desta crença, é a objectividade profissional que fornece o conjunto de ferramentas indispensáveis – e exclusivas aos profissionais – para essa importante função social (Soloski, 1989/1993). Desta forma, o consumo de notícias é justificado não tanto por uma objectividade intrínseca aos factos, mas sim pela credibilidade atribuída colectivamente aos intermediários que os relatam (Rodrigues, 1988/1993).

Aliás, para Adriano Duarte Rodrigues (*opus cit.*: 33), ao propor uma organização e uma racionalidade para a experiência aleatória, o discurso jornalístico toma o lugar do mito que, no passado, fora fundamental para explicar as ocorrências quotidianas e dar sentido à vida (cf. também Sousa, 2004). Actualmente, são sobretudo os meios de comunicação que desempenham a tarefa de integrar o quotidiano nesse todo racionalizado.

Uma ocorrência só se torna um acontecimento de acordo com o seu potencial de actualidade, relevância, imprevisibilidade, pregnância para os jornalistas e para a audiência e capacidade de produzir ruptura (Rebello, 2006: 17). Ele é simultaneamente “explicável e explicativo” (*opus cit.*: 19), fornecendo uma narrativa que interpreta uma sequência de ocorrências e revela potencial para transformar pessoas e instituições.

É evidente também que todos os acontecimentos, por ressonantes que sejam, sofrerão inevitavelmente uma inversão no seu pico de interesse, desvanecendo-se na agenda. No entanto, a última década foi prolífera na produção de acontecimentos definidores, que não se esgotam no contexto histórico e geográfico em que foram produzidos, e sobrevivem na memória colectiva pelo poder de ruptura registado, pela sua capacidade de modificar a nossa perspectiva sobre um problema social, por serem sentidos globalmente e de maneira imediata. São potencialmente os exemplos do afundamento do petroleiro *Prestige* e da pandemia de gripe A.

Na investigação sobre a natureza dos acontecimentos, vale a pena ainda debruçarmo-nos sobre outro fenómeno com implicações para o nosso projecto – os meta-acontecimentos, ou acontecimentos provocados “pela própria existência do discurso jornalístico” (Rodrigues, *opus cit.*: 29). São acontecimentos não propriamente influenciados pelos valores-notícia praticados pelas empresas jornalísticas (ver ponto 4.2). Ao invés, são planeados e acontecem ao serem enunciados (actos ilocutórios) e, sobretudo, pelo facto de serem enunciados (actos perlocutórios). Boa parte da agenda política contemporânea é produzida assim em função da cobertura noticiosa de meta-acontecimentos e não ao sabor da imprevisibilidade do quotidiano. O peso crescente destes meta-acontecimentos na oferta dos meios de comunicação sublinha o poder do seu apelo e a capacidade de influência da agenda manifestada pelas instituições e agentes sociais com mais capital simbólico.

Note-se que a noção de meta-acontecimento é herdeira do trabalho de Daniel Boorstein (1964), que cunhou o termo “pseudo-acontecimento” para classificar todos os acontecimentos provocados pelo próprio promotor e destinados a gerar cobertura noticiosa, pois nestas notícias o promotor dispõe de um razoável controlo quanto ao contexto, oportunidade e interpretação que os media vão escolher para as relatar. O conceito distingue-se do evento mediático, utilizado por Danial Dayan e Elihu Katz (2003) para definir os eventos cerimoniais, que permitem o reforço da identidade e o fortalecimento do poder, mas exigem, ao contrário dos meta-acontecimentos, a participação legitimadora dos media e do público. O funeral da princesa Diana foi apontado como exemplo maior deste tipo de acontecimento.

Por fim, vale ainda a pena registar o conceito de acontecimento de dissenso, teorizado por James Carey (1998) e que funciona como pólo simétrico do anterior, reflectindo a humilhação pública de uma personalidade através dos meios de comunicação.

4.2 – Valores-notícia

Que propriedades deve uma ocorrência manifestar para suscitar o interesse dos media? A pergunta tem sido respondida por sucessivas gerações de investigadores, pois nela reside uma das chaves para compreender o funcionamento dos meios de comunicação. Entre as várias abordagens aos valores-notícia, o trabalho de Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965/1993) continua a merecer particular atenção. Foi deles a percepção de que os valores-notícia são um conjunto de regras intangíveis, muito informais e quase sempre inconscientes para seleccionar e dar corpo à agenda de um

produto jornalístico. Como Herbert Gans (1979) mais tarde notou, em todas as redacções, há uma “para-ideologia”, um sexto sentido partilhado por jornalistas e editores, que lhes permite, sem um esforço prolongado de reflexão, que seria inconciliável com as necessidades do seu meio de comunicação, decidir que ocorrências justificam difusão. Não se trata, como veremos no ponto 4.4, de um mecanismo dotado de objectividade irrefutável, mas sim de um quadro de procedimentos rituais que defendem o profissional e a publicação, são aceites pela audiência e permitem cumprir prazos. A eficácia dessa internalização de regras e práticas deve-se à sua natureza subliminar, por osmose, no seio da redacção.

Nos modelos estruturalistas, como o de Stuart Hall (1981), estes valores-notícia não são necessariamente uma estratégia organizacional. São, pelo contrário, as marcas de uma estrutura profunda, que associa os valores sociais e profissionais, mas sobretudo assegura que o controlo da produção noticiosa não se concentre nas mãos dos jornalistas, mantendo-se sob a alçada da empresa jornalística e do seu proprietário (Silva e Mendes, 2009: 180).³⁸ Para Hall, há valores-notícia formais e ideológicos. A estrutura profunda, exercida através das pressões temporais nas redacções, da omnipresença das noções de imparcialidade, objectividade e equilíbrio e dos mecanismos de sanções e recompensas de cada organização, produz sobretudo enquadramentos que condicionam a aplicação de valores-notícia.

Galtung e Ruge analisaram o tratamento concedido por jornais noruegueses a vários conflitos internacionais e chegaram a um conjunto de valores-notícia ainda hoje aplicáveis, embora com limitações. A relevância para a audiência é um desses valores. Por evidente interesse comercial, o jornal tem tendência a seleccionar ocorrências que suscitem o interesse dos seus leitores. A oportunidade da ocorrência é outra variável. Uma ocorrência recente e desconhecida para a audiência tem mais probabilidades de ser noticiada. Este valor-notícia está directamente associado ao seu carácter inesperado ou até de inversão: um acontecimento que produza consequências opostas àquelas que a audiência estima é potenciamente mais interessante.

A simplificação foi igualmente registada. Um acontecimento facilmente descrito e compreendido tem mais probabilidade de integrar o jornal do que um acontecimento complexo, de implicações dúbias. A previsibilidade possui igualmente importância, pois

³⁸ Pedro Alcântara Silva e Hugo Mendes foram mais longe e criticaram a concentração excessiva dos estudos sobre jornalismo na análise dos valores profissionais, negligenciando o estudo dos valores sociais da comunidade jornalística, “constitutivos do agente social e (...) com uma dimensão moral irredutível à cultura, aos costumes e aos interesses” (*opus cit.*: 180).

permite ao jornal agendar a cobertura noticiosa, prepará-la e criar expectativas sobre a mesma. A negatividade, ou o impacto desfavorável de uma notícia sobre uma comunidade, funciona de igual modo como alavanca de publicação.

Na relação de valores-notícia detectados por Galtung e Ruge, vale ainda a pena mencionar a continuidade: embora cada edição de um jornal funcione como um todo, os jornalistas e a audiência prezam, segundo os autores noruegueses, os desenvolvimentos sobre as notícias já em curso, que fornecem um sentido de continuidade à publicação. Além disso, a frequência, ou seja, o tempo entre o acontecimento se desenrolar e o momento em que ganha sentido, influencia igualmente a decisão de publicação.

O valor de composição foi também considerado decisivo. Um jornal procura ser diversificado e com um leque de ofertas temáticas que agrade ao maior número possível de leitores. Como seria utópico produzir uma publicação susceptível de interessar unanimemente a todos, os jornalistas são forçados a analisar o conteúdo da agenda, evitando repetições temáticas ou sobreposições de notícias sobre o mesmo tema.

Na listagem de Galtung e Ruge, destacam-se ainda os critérios de pessoas de elite e nações de elite. São valores-notícia que correspondem a uma avaliação do mundo social em que a publicação está inserida e a uma previsão das expectativas que a audiência possui sobre cada região. Assim, os autores notaram que, para o público norueguês, as notícias sobre algumas nações de elite, como os EUA ou os restantes países escandinavos, eram mais facilmente publicadas do que outras, de igual teor, sobre nações distantes ou com menos influência política. O mesmo foi detectado para os agentes sociais com mais visibilidade no espaço público. A proximidade cultural do acontecimento constitui assim o último valor-notícia, pressupondo que uma comunidade pretende saber mais sobre aqueles que lhe estão próximos.

Paul Brighton e Dennis Foy (2007) conduziram uma das revisões mais profundas sobre o trabalho de Galtung e Ruge, sublinhando a relevância de muitas das suas conclusões, mas detectando igualmente limitações da sua investigação. Questionaram a aplicabilidade de vários valores-notícia e comentaram que, no mundo contemporâneo, o exótico e o invulgar parecem ter tanto apelo como aquilo que é culturalmente mais próximo. Definiram igualmente como ingénua a presunção de que o jornalista conseguiria analisar o acontecimento e detectar a sua simplicidade ou complexidade. “A interpretação das descobertas de Galtung e Ruge já não pode ser aplicada com tanto rigor”, escreveram (*opus cit.*: 17).

Para os dois britânicos, o facto de Galtung e Ruge se terem debruçado apenas sobre as notícias relativas a conflitos distorceu a aplicação mais abrangente dos seus critérios. Na década de 1960, por outro lado, a televisão não ganhara ainda a preponderância que hoje regista e a Internet era ainda uma utopia. O quadro noticioso avaliado por Galtung e Ruge parece assim manter poucos pontos de contacto com o do século XXI: havia então poucas notícias globais, não existiam cidadãos-jornalistas, os repórteres não estavam dominados por um ciclo noticioso de 24 horas. Havia tempo para reflectir entre a produção do acontecimento e a publicação. Actualmente, em contrapartida, publicam-se notícias praticamente sem filtro, em tempo real.

Para Brighton e Foy, Galtung e Ruge falharam também ao considerarem o público como um todo coerente e dotado de uma cultura partilhada. A investigação provou que os públicos são fragmentados em franjas minúsculas especializadas, com poucos pontos de contacto entre si (Esquenazi, 2003/2006). Além disso, é possível que as audiências modernas tenham igualmente modificado as suas expectativas sobre o consumo de informação e essa modificação pode ter influenciado o processo de selecção.

Mesmo com estas limitações, Galtung e Ruge definiram o trilho por onde os investigadores seguintes caminharam. Seria exaustivo listar todos os contributos posteriores que procuraram redefinir os valores-notícia aplicados pelos jornalistas à teia de facticidade que os rodeia. Limitar-nos-emos por isso a apresentar alguns dos autores que acrescentaram valores-notícia ao trabalho original.

Adriano Duarte Rodrigues (*opus cit.*: 28-29) procurou demonstrar que o excesso, entendido como o cúmulo que uma ocorrência regista face a um padrão de normalidade, é um valor-notícia cativante para os meios de comunicação. À lista, o investigador juntou ainda um que se reveste de particular relevância para o projecto em curso: as falhas e acidentes constituem um importante factor de noticiabilidade, pois ilustram com clareza a ruptura do sistema, suscitando reflexão sobre o funcionamento do mesmo, o que significa um valor acrescentado ao acontecimento propriamente dito.

Gans (1979: 78-79) ampliou o espectro do valor-notícia de composição, alargando-o aos “factores do produto”. Na sua perspectiva, uma ocorrência pode ser adequada para um meio de comunicação impresso, mas, em simultâneo, não servir os propósitos de um canal de televisão ou uma estação de rádio. O mérito da sua proposta residiu assim no facto de transformar a plataforma de difusão num valor-notícia, incluindo a diversidade de meios de comunicação e respectivas necessidades no seu modelo.

A Gans se deve também a inclusão de um valor-notícia particularmente relevante no quadro do jornalismo norte-americano: o equilíbrio. De acordo com o autor, uma ocorrência que permita a expressão de posições contraditórias e equidistantes relativamente a um centro imaginado tem grande aceitação junto dos jornalistas ocidentais, pois a obrigatoriedade de encontrar equilíbrio na cobertura jornalística faz parte do seu código genético. Em contrapartida, uma ocorrência representativa de um ponto de vista ideológico demasiado evidente poderá ter mais dificuldade em aceder à agenda jornalística.

O político britânico Dennis MacShane (1979) produziu igualmente uma reflexão que justifica destaque. Analisando o campo dos media, MacShane estabeleceu a sua própria listagem. Alguns dos valores-notícia duplicam as propostas de Galtung e Ruge, como a novidade ou a invulgaridade. Outros, porém, são inéditos. MacShane descreveu o potencial do conflito como factor de noticiabilidade. Encontrou no perigo para a comunidade outro elemento susceptível de interessar os media. E, sobretudo, detectou o potencial dos escândalos como valores-notícia fundamentais, sobretudo no mercado fortemente concorrencial da Grã-Bretanha.

Mais tarde, numa revisão do trabalho de Galtung e Ruge, Tony Harcup e Deirdre O'Neill (2001) desenvolveram o valor-notícia do escândalo, subdividindo-o em escândalos envolvendo elites poderosas ou celebridades. As elites são necessariamente os indivíduos que se distinguiram como os melhores ou mais influentes de uma sociedade; as celebridades são apenas aqueles que se distinguiram por serem famosos.

Jackie Harrison (2006), por fim, adicionou a este corpo de trabalhos sobre os valores-notícia a disponibilidade de imagens ou vídeo como uma importante variável que condiciona, em primeiro lugar, a selecção das ocorrências a noticiar, mas também o espaço que lhes pode ser dedicado. Analisando os media britânicos, a autora acrescentou ainda aos valores-notícia já conhecidos a história de interesse humano, um elemento omnipresente nos noticiários televisivos, em função do seu potencial dramático, e as ocorrências curtas e dramáticas, particularmente apelativas num quadro noticioso em que o consumidor exige constante renovação da oferta.

No seu modelo, Brighton e Foy começaram por recusar a universalidade dos valores-notícia. “Já não é suficiente, na nossa perspectiva, estimar valores-notícia no abstracto, como se as exigências do respectivo meio não entrassem na equação”, escreveram (*opus cit.*: 43). Assim, a diversificação de plataformas noticiosas implica igualmente uma análise especializada, pois os valores-notícia relevantes para as estações televisivas

generalistas não correspondem seguramente às necessidades dos jornais diários regionais ou das revistas de nicho.

A esta circunstância, acrescentaram dois importantes constrangimentos que afectam os media contemporâneos. Por um lado, face à concorrência dos jornais *online* e dos canais televisivos noticiosos, as notícias são hoje mais repetidas do que no passado, através de pequenas actualizações que não modificam o corpo da informação, mas permitem a difusão durante um período mais alargado. Esta necessidade de retocar constantemente as notícias com novas camadas leva à quebra dos padrões e ao aproveitamento de rumores (*opus cit.*: 192). Por outro lado, introduziram uma variável produzida pelo contexto económico em que operam actualmente as empresas de comunicação. Segundo eles, é importante detectar até que ponto o conteúdo noticioso é corrompido pela pressão externa do proprietário, do anunciante ou da fonte poderosa, pois esses constrangimentos afectam cada vez mais o processo de selecção jornalística.

Esta constatação parece particularmente relevante em face de contributos como os de Mark Deuze (2007) ou José Luís Garcia (2009b) que têm estudado as tendências modernas do campo jornalístico, traduzidas numa adopção crescente de novas tecnologias nas redacções, que envolvem processos cada vez mais pressionantes, a transformação dos jornalistas especialistas em jornalistas generalistas, a coexistência conflituosa com outros ofícios e profissões e a perda de autonomia dos órgãos de comunicação face aos anunciantes. Como Michael Schudson também notou, regista-se “uma intrusão dos valores de mercado no profissionalismo dos jornalistas” (2003: 90), que tende a transferir o enfoque profissional nos valores-notícia para os conteúdos de maior interesse para a fonte, aproximando assim a notícia do contexto publicitário. O jornalismo coabita deste modo com uma “parafernália de consumíveis mediáticos, promocionais e ainda de produtos degenerados de informação, desinformação e entretenimento” (Garcia, 2009b: 42)

4.3 – A emergência da objectividade

Segundo Michael Schudson (1995: 3), as notícias reflectem a cultura que as produziu e não uma ideologia mais ou menos escondida e estimulada pelos jornalistas, pelos proprietários de empresas de jornalismo ou pelas forças económicas e políticas que detêm a hegemonia de cada sociedade. Subscrevemos neste projecto a perspectiva de que a forma como as organizações jornalísticas estruturam a produção noticiosa, num

bailado estratégico entre jornalistas e fontes, afecta a produção, com implicações inclusivamente sobre a recepção (Sousa, 2004; Gans, 1979; Tuchman, 1978b).

As notícias expressam a cultura que as produz num determinado momento, com as suas convenções específicas. Incorporam suposições sobre “o que interessa, o que faz sentido, em que tempo e espaço vivemos, e que espectro de considerações devemos tomar a sério” (Schudson, *opus cit.*: 14). Criam na imaginação da audiência um sentido de comunidade e conferem, através da amplificação, legitimidade pública aos acontecimentos seleccionados. Distribuem assim uma interpretação relativamente consensual e não vinculada a partidos políticos ou outras forças ideológicas. Subjacente a esta concepção, está portanto a necessidade de o sociólogo se debruçar sobre os rituais culturais e profissionais que produzem as notícias e não apenas sobre as relações de poder entre forças ideológicas num dado contexto.

Uma das noções basilares do jornalismo é a objectividade. Como bem notou David Mindich (1998: 5), ela é frequentemente definida pelo seu oposto: é a ausência de parcialidade, de filiação partidária, de sensacionalismo. São-lhe associadas várias metáforas: é a janela através da qual se vê o mundo; o espelho que reflecte a realidade; a rede que capta os acontecimentos mais significativos; a gangorra que captura os animais mais relevantes. Todos estes dispositivos são construídos pelo homem e reflectem as suas limitações. Mindich lembrou que as redes têm buracos, as janelas só captam uma fracção do mundo, os espelhos distorcem e as gangorras só capturam os animais para os quais se lançou o isco (*opus cit.*: 6-7). Também a notícia tem falhas.

De acordo com Mindich, a noção de objectividade implica desapego (são os factos que têm de “falar”), não-partidarismo (isenção a toda a prova), estilo (respeito pelas normas narrativas de hierarquização da informação), factualidade (o chamado empirismo ingénuo) e equilíbrio (traduzido em relatos não distorcidos). Verifica-se assim que são a própria definição e o grau de exigência que a tornam utópica.

Jean Chalaby (1998) sugeriu que o jornalismo emergiu como discurso apenas no século XIX e não com os primeiros jornais publicados no século XVII. É uma invenção recente, substanciada apenas no momento em que a profissão de jornalista e o discurso jornalístico foram enunciados e praticados por jornais britânicos e americanos. Desse ponto de vista, a objectividade foi a norma aglutinadora, que funcionou também como ideal, como crença profissional e até como argumento de defesa (*opus cit.*: 133)

Michael Schudson conduziu também uma investigação prolongada sobre a emergência da noção de objectividade como ideal profissional no jornalismo norte-americano

(1978). Em “Discovering the News”, testou a hipótese de que foi a revolução no jornalismo oitocentista, com a reconversão da imprensa comprometida numa imprensa orientada para os lucros e desejosa de aumentar a audiência, que criou o trilho indispensável à definição de normas profissionais universais. Para ele, “a objectividade no jornalismo transformou-se num ideal precisamente quando a impossibilidade de ultrapassar a subjectividade começou a ser entendida como inevitável” (*opus cit.*: 157).

A um modelo de organização cronológica da informação, passivo no processo de recolha da informação e sem qualquer pretensão ao preenchimento da função de árbitro da vida pública, sucedeu assim um modelo mais profissional, orientado para a procura activa de notícias e, gradualmente, para a intervenção interpretativa do jornalista, um profissional capaz de descortinar a relevância de cada facto.

Outras propostas de explicação foram produzidas por Herbert Gans (1979: 185-186). Segundo ele, a objectividade teria resultado de factores organizacionais, incluindo o desejo dos jornalistas de manter o seu estatuto, as regalias económicas e simbólicas e a sua credibilidade junto da audiência, todas dependentes de uma legitimidade profissional aceite universalmente. Talvez até o crescimento das agências noticiosas tenha também conduzido à uniformização de um estilo jornalístico rigoroso e preciso, susceptível de ser aplicado em publicações com qualquer orientação política.

Chalaby (1998: 133-140) estruturou a emergência do jornalismo objectivo em torno de quatro pilares: a busca de independência financeira por parte das publicações, a competição por leitores (ganha por aquelas que conquistam mais respeito), a criação de bases para uma legitimidade democrática na qual os jornalistas exerceriam o papel de guardiões públicos e, por fim, os motivos políticos. Estes últimos talvez expliquem a diferença no alcance da objectividade enquanto modelo entre o jornalismo anglo-saxónico e o francófono. Em França, o espectro político foi sempre diversificado, o que impossibilita a tradução da noção de equilíbrio aplicada apenas a dois partidos; nos EUA e na Grã-Bretanha, a bipolarização do sistema partidário terá contribuído para a facilidade com que o modelo de equilíbrio vingou. “Nestes países, os jornalistas poderiam defender a sua objectividade simplesmente pela proclamação de que não apoiavam nenhum dos dois partidos”, escreveu Chalaby (*opus cit.*: 139).

Noutro artigo, Michael Schudson (1982/1999) analisou a evolução do discurso presidencial do Estado da Nação desde o final do século XVIII até à actualidade, estudando as formas discursivas que foram sendo utilizadas para o expressar nos media. Compreendeu assim que ao processo estenográfico de reprodução do discurso se seguiu

uma intervenção ainda cronológica, mas já dotada de comentário que, por sua vez, deu lugar à interpretação da mensagem, à recolha de reacções e à análise do ritual da própria sessão. “As notícias não são ficcionais. São convencionais. As convenções tornam as notícias legíveis”, escreveu (1995: 55). Ora, essas convenções não se limitam a marcar a transformação do jornalismo estenográfico em jornalismo interpretativo. Dão conta também da emergência progressiva do jornalista enquanto intermediário reconhecido, com legitimidade para interpretar o discurso dos poderosos.

Assim, a imprensa norte-americana viu nascer sucessivamente convenções como o *lead*, a pirâmide invertida, a noção de que o presidente da nação é sempre a personagem principal de qualquer notícia que sobre ele se escreva, a concentração da atenção noticiosa em eventos e não no quotidiano e a hierarquização da informação (*opus cit.*: 55). Aliás, a emergência da entrevista como género jornalístico não é mais do que uma forma de concessão de autoridade ao jornalista para interpretar a vida pública através da interpelação dos poderosos, da mesma forma que a emergência da profissionalização e a reivindicação de práticas, competências e técnicas de escritas constituem marcos de consciencialização desse papel (Neveu, 2001/2005).

A objectividade é a ferramenta que exige um aglomerado de virtudes como a imparcialidade, a neutralidade, a lealdade, o distanciamento, a verdade, a factualidade, o rigor, o equilíbrio e a exaustividade (Chalaby, 1998: 130). Com esses mecanismos, o repórter pode traduzir e interpretar a realidade. Na ideologia jornalística, o repórter objectivo escreve aquilo que um observador ingénuo no local poderia também escrever se seguisse os mesmos parâmetros. Com essa pesada responsabilidade, tornou-se fundamental que os factos fossem separados da opinião, ou dos juízos de valor, e que o relato fosse construído através de linguagem neutra e competentes técnicas de reportagem (Hackett, 1984/1993).

Mário Mesquita (2000) atribuiu a emergência da objectividade no jornalismo à estratégia comercial inerente à necessidade de fidelizar públicos cada vez mais amplos, sem os hostilizar ou criar demasiadas controvérsias. Face à pressão dos profissionais de relações públicas, que a partir da década de 1920 se organizaram para influenciar directamente os processos de produção noticiosa, também os meios de comunicação se organizaram em torno da objectividade.

Mesquita viu nela três níveis de aplicação: um compromisso ético no plano deontológico; um conjunto de procedimentos no plano da investigação jornalística; e um conjunto de regras de estilo no plano retórico. Como Gaye Tuchman sublinhou

(1978b), a objectividade tornou-se gradualmente um ritual, uma prática quotidiana e muitas vezes inconsciente, e não tanto um quadro deontológico partilhado ou uma filosofia destinada a adequar o relato à verdade. De resto, como escreveram Pedro Alcântara Silva e Hugo Mendes (*opus cit.*: 172), os valores do jornalismo “cumpram apenas uma função de legitimação *ad hoc* de acções criticáveis por serem exemplos de ‘mau jornalismo’”, ou seja, são um conceito operativo que procura esconder a transformação do jornalismo numa actividade orientada para o mercado e para o lucro. É importante sublinhar ainda que o culto da objectividade não foi adoptado em todos os modelos jornalísticos. A equipa de Jacques Gerstle (Kaid, Gerstle e Sanders, 1991) demonstrou que a imprensa interpretativa, como a que se movimenta no mercado francês, que recusa o distanciamento como procedimento operacional, e abre o espectro a mais forças ideológicas (aliás proporcionais ao modelo parlamentar francês, bastante mais amplo do que o modelo bipolarizado dos EUA), representa uma alternativa à ideologia da objectividade norte-americana. Ao compararem a cobertura noticiosa francesa e americana de campanhas presidenciais, Kaid e colegas comprovaram que a televisão francesa foca praticamente o dobro do tempo da americana na comparação das posições dos candidatos e fornece mais contexto sobre cada candidato, em prejuízo do equilíbrio quase cronométrico que a prática da objectividade sugere, sobretudo em períodos eleitorais, como ficou também patente no trabalho de Schlesinger (1977/1993).

4.4 – O questionamento da objectividade

Se a emergência da objectividade é inequivocamente atribuída ao jornalismo anglo-saxónico, o seu questionamento é mais controverso. Michael Schudson (1978) encontrou dois momentos históricos decisivos nesse processo: a influência dos profissionais de relações públicas da década de 1920 forçou os jornalistas a escudarem-se em normas escrutináveis, mas autónomas, ao passo que o “novo jornalismo” da década de 1960, personificado em Tom Wolfe ou Truman Capote, fez recurso precisamente da subjectividade, do comentário, da impressão e da história de interesse humano, criando o rótulo do jornalista-estrela, pouco compatível com o papel de narrador oculto que a ideologia profissional lhe atribui (Mesquita, *opus cit.*).

Posteriormente, a partir da década de 1970, uma geração de sociólogos debruçou-se sobre as redacções e constatou a importância das fontes e das instituições oficiais, o papel das relações públicas, o peso dos factores económicos na produção noticiosa e o carácter rotinizado da produção jornalística. A noção de objectividade tornou-se um

tópico de debate no seio da própria comunidade jornalística.³⁹ Foi sujeita a revisões, no sentido de proporcionar maior margem aos jornalistas para analisar, explicar, contextualizar e guiar os leitores (Cunningham, 2003; Carpentier e Trioen, 2010). Mas persiste a crítica de que se trata de uma noção potencialmente desadequada à realidade contemporânea, crítica essa que Mesquita, em contrapartida, devolveu, ao considerar que a recusa da noção de objectividade esteve na base da crise actual dos media, contaminando o jornalismo com marcas de emoção, afectividade, ficcionalização, sensacionalismo e hiperpersonalização que lhe são estranhas.

É verdade, como notou Mindich (*opus cit.*: 1), que se o jornalismo fosse uma religião, a sua divindade suprema seria a objectividade, dada a sua omnipresença⁴⁰. No início de um artigo decisivo sobre o peso do conceito no jornalismo, Gaye Tuchman (1972/1993: 75) notou igualmente a dependência dos jornalistas em relação à norma, invocada como baluarte perante a crítica, “quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”.

Schudson (1978) considerou que a objectividade funcionou como defesa perante a agressividade das relações públicas e as acusações constantes de partidarização das notícias e parcialidade, enquanto Tuchman destacou o peso ritual da noção, considerando-a um procedimento de rotina pouco adequado para o fim pretendido. Na verdade, o jornalismo é produzido através de múltiplas escolhas e sucessivas conjecturas sobre as preferências da audiência e os preconceitos dos editores. A objectividade, notou ela, é sobretudo um mecanismo utilizado para rotinizar o trabalho, tornando menos frequente a necessidade de reescrita das notícias (o que permite ao jornal cumprir os prazos) e sujeitando o órgão de comunicação ao mínimo número possível de processos judiciais por difamação ou desrespeito pela lei da imprensa.

Tuchman abriu assim o caminho para o entendimento da objectividade como conceito operacional, revelando cinco procedimentos rituais de objectivação das notícias: a apresentação de possibilidades conflituais, ou seja, a disposição da tese e antítese, preferencialmente personificadas por representantes de duas correntes opostas; a apresentação de provas auxiliares que substanciem todas as afirmações que o órgão de

³⁹ Brent Cunningham (2003) notou que, em 1996, a Society of Professional Journalists reconheceu o dilema e retirou a objectividade do seu código de conduta.

⁴⁰ “Não deixa de ser notável que, anos depois de a consciência ter sido complicada por Freud, a observação ter sido problematizada por Einstein, a perspectiva ter sido desafiada por Picasso, a escrita ter sido ‘desconstruída’ por Derrida e a objectividade ter sido abandonada praticamente por todos fora das redacções, ela continua a ser o estilo de jornalismo em que os nossos artigos de jornal e reportagens televisivas são escritas”, acrescentou Mindich.

comunicação produz; o uso judicioso das aspas para clarificar os autores de comentários, críticas ou qualquer outro tipo de juízo de valor; a estruturação da informação numa sequência apropriada para fornecer ao leitor a notícia organizada do facto mais importante até ao menos relevante; e a separação bem marcada dos espaços noticiosos relativamente às intervenções de colunistas ou outros comentadores.

Mesquita registou também algumas normas adicionais, como a obrigatoriedade de os títulos serem assegurados pelo conteúdo do corpo da notícia, bem como a importância de as fotografias e vídeos fornecerem uma representação adequada do acontecimento.

Num curto artigo, Pierre Bourdieu (1976b) analisou um programa televisivo de debate político e identificou igualmente os dispositivos da “parada da objectividade”, como a simetria do equilíbrio entre a intervenção de cada candidato, a bipolarização do discurso, o recurso à sorte e ao sorteio para definir a ordem do debate, o formalismo mágico no qual o árbitro (o jornalista) tem um peso decisivo e até o recurso às estatísticas e à infalibilidade dos números como procedimento de objectivação.

Quase todos os procedimentos rituais foram alvo de críticas. Mindich, por exemplo, destacou a desadequação da estrutura da informação em dois pólos opostos, como se não existissem posições intermédias ou como se cada questão pudesse ser simplificada em duas únicas perspectivas. Além disso, a busca de equilíbrio reduz o debate a dois extremos, obrigando os jornalistas a procurar contrapesos em promotores muitas vezes radicais. A apologia do afastamento jornalístico e da repressão do comentário foi igualmente criticada, pois essa obrigatoriedade priva o repórter de informar livremente o público sobre o mérito de uma posição sobre as restantes. O uso da pirâmide invertida como mecanismo de hierarquização foi ainda criticado, na medida em que é um dispositivo à medida dos porta-vozes oficiais, cujas intervenções são invariavelmente consideradas como os aspectos mais importantes da notícia.

Adriano Duarte Rodrigues, na sua análise aos meta-acontecimentos, detectou mais uma fragilidade das técnicas de objectividade, ao notar que, em algumas circunstâncias, o jornalista supera a limitação de introduzir o seu próprio juízo de valor através da solicitação a terceiros para que digam aquilo que ele gostaria de afirmar. O narrador adquire assim autoridade através do recurso ao discurso directo de fontes legitimadas.

Em trabalho particularmente pertinente para os nossos estudos de caso, José Manuel Noguera (2006) analisou como os rituais de objectividade são aligeirados em situações de catástrofe como as inundações ocorridas em Tous e Biescas (Espanha), entendendo que a ideologia da profissão admite que, nestas circunstâncias, o jornalista pode passar

de simples testemunha da realidade a intérprete. Ao abrigo desta excepção, o distanciamento absoluto face à dor daqueles que entrevista não seria adequado, nem permitiria comunicar as dimensões do sucedido ou transmitir o que sentem as vítimas.

Kathleen Hall Jamieson e Paul Waldman (2003) argumentaram também que o receio jornalístico de receber críticas em função de uma alegada parcialidade condiciona a produção noticiosa, afectando decisões como a selecção de porta-vozes, o enquadramento escolhido para cada tópico ou a supressão da interpretação do repórter, em benefício de um equilíbrio que sobreviva às críticas dos representantes dos partidos em pólos opostos. Para Jamieson e Waldman, o papel do jornalista moderno, livre do mito da objectividade, encontra-se na arbitragem de disputas factuais, especializando-se num tema e processando informação sem depender de sistemas periciais externos.

Robert Hackett (1984/1993) sugeriu igualmente que a pretensão de objectividade é inatingível, na medida em que os jornalistas possuem um quadro de valores e ideologias influenciados por factores culturais, de socialização e práticas de trabalho. Do ponto de vista epistemológico, é impossível esperar que um agente social faça tábua rasa deste conhecimento acumulado à partida para cada notícia. Hackett argumentou, por isso, que essa experiência vai “contaminar” as suas selecções, pois não é possível uma recolha positivista da informação. Aliás, não só nenhum agente social age independentemente do seu quadro de valores, como os estudos feministas, por exemplo, fazem alarde da necessidade de discriminação positiva nas notícias sobre género (Deuze, 2005).

Herbert Gans (1979) viria a acrescentar mais um elemento, ao notar que as redacções que conheceu representavam deficientemente a realidade económica, cultural e até étnica dos EUA, sobrevalorizando alguns grupos em detrimento de outros, pelo que essa distorção, mesmo que inconsciente, se reflecte seguramente nas notícias.

Na sequência da investigação de Tuchman, John Soloski (1989/1993) acrescentou por fim um derradeiro elemento à discussão, considerando que a objectividade funciona de facto como mecanismo de defesa face aos ataques externos, mas também permite à organização exercer controlo social sobre os seus funcionários. É precisamente na interacção do profissionalismo e das políticas editoriais que as empresas jornalísticas investem para controlar o comportamento dos repórteres. As normas e padrões profissionais, onde se inclui a exigência de objectividade, são instrumentos de controlo.

A objectividade não é uma característica inerente aos factos, mas sim um “modo eminentemente prático – e aparentemente bem sucedido – de lidar com as necessidades dos jornalistas, das organizações jornalísticas e dos públicos” (Soloski, 1989/1993: 96),

garantindo o cumprimento de normas e evitando sanções. A título de exemplo, o autor referiu que a organização encoraja os profissionais a dirigir a cobertura noticiosa para áreas que não ameacem a sua posição económica ou do sistema político no qual opera. Michael Schudson (2001: 151) propôs assim a conceptualização da objectividade de forma a distinguir as normas como regras de prescrição das normas como práticas prevalecentes, pois o conceito é tão necessário como impossível. Na reflexão de Nico Carpentier e Marit Trioen, a prática jornalística não pode assim dispensar os limites da objectividade, pois eles “fornecem coerência e sentido” (2010: 317) e “a sua impossibilidade é o ponto de partida para a identidade jornalística” (*opus cit.*: 318). Além disso, ao estimularem a apresentação das notícias como uma sequência de factos e ao depositarem nas fontes a responsabilidade pelo que é escrito, as organizações jornalísticas asseguram a sua posição de monopólio no mercado, como as únicas que podem apresentar notícias – um monopólio que, aliás, Mark Deuze (2005) não hesitou em desconstruir, na medida em que, segundo ele, os novos meios electrónicos de comunicação e acesso à informação provaram que qualquer indivíduo pode realizar trabalho jornalístico. Em trabalho posterior, Deuze (2007) descreveu a desintermediação do jornalista, agora menos necessário para ligar as instituições sociais à audiência. “Qualquer definição do jornalismo como uma profissão que opera em função da Verdade, como o guardião do Bem da sociedade e como um dispositivo que permite aos cidadãos autogovernarem-se é, não apenas ingénuo, como unidimensional e por vezes nostálgico (...)”, concluiu (2005: 458). É através da observação de como os jornalistas negociam e propagam a definição dos seus valores nucleares que se torna explícito o carácter socialmente construído da ideologia ocupacional do jornalismo. E, nesse âmbito, o mito da objectividade joga ainda um importante papel.

4.5 – Conclusão

Ao longo do capítulo, definimos os conceitos de valor-notícia, meta-acontecimento e evento mediático, debatendo as suas transformações e adequação ao campo jornalístico. Identificámos os valores-notícia mais relevantes para os nossos estudos de caso e acompanhámos o debate sobre a perda de influência do conceito de objectividade na prática e ideologia profissionais, que provocou um vazio na deontologia jornalística com consequências palpáveis. Demos conta também da vulnerabilidade do campo jornalístico face aos constrangimentos de ordem económica e tecnológica.

5 – RISCO NAS NOTÍCIAS

Neste capítulo, debatemos os trabalhos produzidos sobre a comunicação de risco através das notícias nas sociedades contemporâneas. Analisamos os contributos de um modelo baseado na definição de indicadores de realidade para medição da distorção (no sentido de amplificação ou atenuação social) do risco nas notícias, identificando também as debilidades da abordagem. Descrevemos depois o contributo da equipa de Graham Murdock (Murdock *et al*, 2003), que definiu as bases para o estudo da comunicação mediada do risco, uma matriz complexa que reconhece a dificuldade de modelizar o futuro tratamento jornalístico de um acontecimento de risco dada a complexidade de todas as variáveis envolvidas. No capítulo, identificamos também os trabalhos produzidos em Portugal sobre o tema, como as reflexões de Cristina Ponte (2007) e do grupo de Maria Eduarda Gonçalves (Gonçalves *et al*, 2007).

5.1 – Amplificação e atenuação social do risco nas notícias

Na literatura sociológica relacionada com a comunicação pública do risco, distinguimos vários contributos entre o final da década de 1970 e a década de 1980, balizados, por um lado, pelos trabalhos de Niklas Luhmann (1986/1989) sobre a percepção de ocorrências trágicas no seio de várias comunidades e os processos de comunicação por elas suscitados e, por outro, pelo primeiro esforço de construção de um modelo explicativo da amplificação social do risco, maioritariamente através dos media, concebido por Roger Kasperson e colegas em 1988 e notabilizado pela sigla anglófona SARF (Social Amplification of Risk Framework, ou Matriz de Amplificação Social do Risco).

Entre os trabalhos dos primórdios da conceptualização do risco enquanto objecto de estudo da sociologia do jornalismo, a obra de Luhmann é emblemática. Inspirado numa perspectiva construcionista, segundo a qual o risco resulta de uma construção social assente em percepções subjectivas moldadas por filtros culturais e sociais, Luhmann distinguiu os *riscos* dos *perigos*. Segundo ele, os primeiros são atribuídos a decisões tomadas por agentes ou instituições sociais, enquanto os segundos são provocados por factores externos (1991/1993: 107) a qualquer sujeito e, como tal, incontrolláveis.

Luhmann postulou assim que diferentes formas de solidariedade social tomam forma, “dependendo do facto de o futuro ser visto pelo ângulo do risco ou do perigo. Por esta razão, nós julgamos danos auto-infligidos pelo tabaco de forma diferente da que utilizamos para julgar danos provocados por contaminação de amianto. No primeiro caso, a regulação social colide com as noções de liberdade, e a noção de fumador

passivo não justifica regulação” (1991/1993: 102). O segundo caso, naturalmente, levanta reacções concretas dos sujeitos afectados, visando a responsabilização dos culpados e a reparação dos danos através de normas de regulação social. Por outras palavras, o tabagismo pode ser entendido como um risco do ponto de vista daqueles que o decidem incluir nos seus hábitos, mas será um perigo para aqueles que, não fumando, sejam afectados pela decisão dos fumadores de fumar num determinado espaço.⁴¹

Nesta concepção, qualquer ocorrência com potencial para provocar danos aos seres humanos é irrelevante ou localizada caso não seja detectada e comunicada entre grupos de seres humanos. Comentando a proposta de Luhmann, Paul Slovic lembrou que um dos contributos mais relevantes da perspectiva do autor foi precisamente a negação da inerência objectiva do risco. “O risco não existe ‘lá fora’, independentemente das nossas mentes ou culturas, à espera de ser medido. Os seres humanos inventaram o conceito de risco para os ajudar a compreender e a lidar com os perigos e incertezas da vida. Não há assim ‘risco real’ nem ‘risco objectivo’”, escreveu (Slovic, 1992: 119).

Nos primórdios do debate, a perspectiva construcionista mereceu contestação. No seu balanço da controvérsia, Eugene Rosa (2003) destacou as concepções ontológicas do risco, assentes no pressuposto de que existe um mundo independente dos agentes sociais cognitivos e que, como tal, o risco pode ser uma propriedade objectiva de uma ocorrência ou de uma actividade, justificando uma avaliação da sua probabilidade de ocorrência por comparação com as propriedades de outros riscos. Nesta concepção, o risco incluiria “qualquer situação ou evento em que algo com valor humano (incluindo os próprios seres humanos) estaria em causa e cujo desfecho seria incerto” (Rosa, 2003: 56). A definição expressa uma ontologia do risco que especifica que estados do mundo podem ser conceptualizados como risco e, simultaneamente, exclui três tipos de ocorrências: os eventos que são certos, mas nos quais nada ameaça bens humanos (materiais ou simbólicos); os eventos incertos, mas nos quais os bens humanos, pelo menos proximamente, não estão ameaçados; e os eventos que afectem bens humanos, mas têm desfecho totalmente certo (*opus cit.*: 57).

Mesmo nesta perspectiva, porém, reconhece-se que as ocorrências ou actividades apreendidas por uma sociedade como risco não são moldadas exclusivamente pela

⁴¹ A diferenciação entre “risco” e “perigo” de Luhmann não foi integrada nos trabalhos posteriores. Eugene Rosa (2003) deu conta de que, gradualmente, ela foi preterida pela noção de que os dois conceitos diferiam em termos de reconhecimento e não de decisões envolvidas. Assim, perigos seriam os aspectos do mundo que ameaçam o ser humano mas não são reconhecidos, em oposição aos riscos, que seriam os aspectos do mundo reconhecidos explicitamente como ameaças.

característica objectiva desse risco, pois são-no também por factores sociais, políticos, culturais e psicológicos e pelo grau de incerteza que o envolve.

De certa forma, a dicotomia entre os dois lados da barricada não foi ainda ultrapassada. Num extremo, posicionam-se aqueles para os quais o risco é socialmente construído, dependendo para isso de um discurso público, na medida em que os problemas ecológicos ou ambientais a que ele se refere não melhoraram nem pioraram. Simplesmente, aumentou a comunicação sobre eles. François Ewald (1991) foi talvez o construcionista mais radical, ao sugerir que os riscos não só não existem na realidade, como, em teoria, qualquer ocorrência pode ser construída como risco. Luhmann, como vimos no primeiro capítulo, considerou que é através da comunicação que se definem e constroem os problemas ecológicos. E mesmo Ulrich Beck, com alguma prudência, identificou-se como precursor do “realismo reflexivo” (1999: 26), procurando conciliar o melhor das duas posições e reconhecendo que, para além da dimensão ontológica do risco, ele pode ser apreendido e politicamente gerido de formas distintas em cada país, uma vez que cada cultura produz uma rede de conhecimento específico.

Do outro extremo, colocou-se a corrente realista, partindo do argumento de que se regista um agravamento real dos problemas, como as tragédias de Chernobyl, Bhopal ou Fukushima eloquentemente ilustram e vários indicadores ambientais sugerem. Sheldon Ungar (2001) é um bom exemplo: a sua pesquisa sobre processos de histeria colectiva produzidos na sociedade ocidental em torno da energia nuclear sugere inclusivamente que o papel atribuído a cada grupo de pressão para construir os seus argumentos no conflito tem sido sobrevalorizado pelos sociólogos, em prejuízo do estudo dos “contributos dos eventos reais” e dos indicadores analíticos de ansiedade do público.

Autores como Piet Strydom (2002) sugerem que esta matriz tem sido desequilibrada a favor dos construcionistas, circunstância que motivou vários estudos de casos nas mais variadas áreas de intervenção com o objectivo de explicar em que condições uma sociedade interioriza o risco, como o filtra, que agentes e instituições tomam parte activa na formação desse conceito e, sobretudo, que desigualdades se podem detectar na percepção do risco dentro de universos relativamente complexos.

Barry Turner (1978) introduziu um conceito decisivo neste debate, ao recusar analisar exclusivamente os processos de amplificação do risco, nos quais os meios de comunicação de massa jogam importante papel, ao disseminarem os ecos de um acidente pela sua audiência. Turner analisou 84 acidentes associados a tecnologia no Reino Unido e concluiu que eles raramente foram provocados por uma única causa, mas

sim por um conjunto de falhas acumuladas, não noticiadas ou não apreendidas ao longo de um extenso período de tempo. Recusando a convicção generalizada entre os autores que se debruçaram exclusivamente sobre o papel dos media enquanto agentes amplificadores dos acidentes, Turner transportou o debate para a esfera organizacional e para a necessidade de entender o risco como um processo prolongado, no qual actuam agentes sociais e instituições com diferentes motivações e que operam frequentemente sobre um manto de normas ineficazes ou cujo cumprimento não é fiscalizado. A sociologia do risco deve a Turner o conceito de período de incubação do desastre, o intervalo temporal entre a acumulação de falhas organizacionais e o evento desencadeador do acidente. Na sua perspectiva, a sociologia do risco só teria condições de sucesso se incluísse o estudo do período de incubação do desastre no seu objecto.

Na mesma linha de trabalho, Diane Vaughan (1992) estudou o acidente do vaivém *Challenger* e concluiu que factores estruturais, como as pressões de um ambiente competitivo, a escassez de recursos numa organização, a vulnerabilidade de sectores decisivos e as características do sistema interno de regulação podem aumentar as probabilidades de um risco, permanecendo no entanto publicamente obscuros.

Do outro lado da barricada, Barbara Combs e Paul Slovic (1978) deram entretanto o mote para os estudos de cobertura noticiosa dos riscos pelos media, um precioso indicador da forma como determinados sectores de uma sociedade enquadram os perigos que lhe estão mais próximos e como deles extraem sentido. Neste estudo clássico, Combs e Slovic concentraram-se nos mecanismos utilizados por dois jornais norte-americanos para relatar diferentes causas de morte e extraíram da análise de conteúdo uma tipologia da construção social dos obituários noticiosos. Concluíram que as mortes envolvidas em maior mistério ou drama (aquelas que, para a audiência, constituiriam riscos mais assustadores) provocaram as narrativas mais emocionais.

No campo da saúde, Robert Lichter e Stanley Rothmann (1999) protagonizaram igualmente uma extensa investigação analisando a informação sobre cancro nas notícias de televisão e de jornal entre 1972 e 1992. Utilizaram como padrão de normalidade a apreciação dos peritos e cruzaram-na com a informação publicada nos media, concluindo que os riscos foram amplificados por diversos factores organizacionais inerentes ao jornalismo, campo propenso a explorar situações de alarme social.

Na mesma linha de procedimento, embora operando sob o paradigma da sociologia do jornalismo, Mark Fishman (1980) dedicou-se às notícias sobre crime, analisando como as fontes (polícias e organismos governamentais) fornecem aos repórteres informação

formatada, sobre ocorrências potencialmente relevantes para as suas audiências e como estes constroem notícias respondendo às necessidades dos seus leitores. O crime, enquanto acto de disrupção da ordem social, tornou-se desde logo um campo promissor de investigação para a sociologia do risco.

Um dos teóricos fundamentais da construção social do risco foi Ortwin Renn (1992). Apesar da tentação para apontar o dedo exclusivamente aos meios de comunicação como agentes influenciadores das percepções colectivas do risco, o sociólogo recusou conceber os media como meras estações de amplificação do volume de uma ocorrência. Segundo ele (e, aliás, na esteira dos trabalhos da década de 1970 sobre rotinas organizacionais dos jornais e jornalistas, como os de Gaye Tuchman, 1978/2002), os media contribuem para o efeito de filtragem dos acontecimentos a noticiar, mas produzem também o efeito de edição (traduzido nos elementos que os jornalistas adicionam ao facto, adaptando a narrativa às estruturas com melhor ressonância cultural para o seu público) e o efeito de contextualização.

O ambiente e os seus problemas muito particulares – expressos, por exemplo, por William Catton e Riley Dunlap (1978; 1994) ou por Pereira Rosa (2007) como novos problemas de uma sociedade pós-moderna, que exigiria dos agentes e instituições sociais novas soluções – tornaram-se igualmente campos de intensa produção sociológica. A visibilidade das ameaças de poluição, de perigos de conservação ou da escassez de recursos tornaram o ambiente uma actividade particularmente ajustada ao noticiário de risco. Num estudo clássico, Allan Mazur (1984) comparou a cobertura noticiosa do caso de poluição em Love Canal e do incidente de radiação na central de Three Mile Islands. Concluiu que o interesse desmesurado dos media pelos dois temas influenciou as percepções do público sobre a seriedade daquelas ameaças concretas. Mazur propôs uma das primeiras tipologias mediáticas das catástrofes, identificando, no seio dos media americanos, as estações de televisão cuja selecção de ocorrências a noticiar afecta grande parte das escolhas dos restantes media nacionais. Mazur concluiu também que as acções públicas para responder a um risco, bem como os níveis de preocupação de uma audiência com esse risco, crescem e decrescem consoante o volume de relatos mediáticos.

Outra linha de contributos eclodiu nesta fase dos primórdios da conceptualização do risco enquanto realidade construída socialmente através dos trabalhos de Serge Moscovici (1985). O sociólogo chamou a atenção para a necessidade de inserir nos modelos de compreensão do risco o combate entre agentes ou instituições com

interesses opostos na resolução do conflito. Em numerosos casos, os grupos de pressão oferecem aos media uma narrativa/enquadramento mais facilmente formatável da contenda e tornam-se fontes de pleno direito no *enjeu* simbólico pela definição do risco. É verdade que, antes de Moscovici, já a sociologia do jornalismo transferira o objecto de estudo dos produtores de informação – os jornalistas – para as fontes, reconhecendo o seu papel essencial, as suas estratégias e motivações e o seu inegável peso para o resultado do trabalho jornalístico (Molotch e Lester, 1974; Gans, 1979; Gandy, 1982; ou Gitlin, 1980b), mas, no campo do risco, a proposta de Moscovici abriu caminho para vários estudos concentrados nos grupos de pressão e na sua capacidade de influenciar a definição noticiosa de um acidente (Hansen, 1993 e 1993b; Burgess e Harrison, 1993; Kitzinger e Reilly, 1997/2002; ou Anderson, 1997).

Posteriormente, detectaram-se excepções à regra precocemente enunciada por Moscovici: nem sempre os grupos de pressão enquadrados pelo público como agentes que agem em nome do bem-estar colectivo e, ao mesmo tempo, peritos no assunto em causa, têm capacidade para promover a amplificação ou atenuação dos riscos nos media. Como Paul Manning (2001) veio mais tarde a demonstrar, as fontes institucionais continuam a dispor de mais recursos e a beneficiar de mais credibilidade perante as empresas jornalísticas, o que condiciona a cobertura noticiosa do risco. Mas o próprio Manning reconheceu, na linha de Moscovici, que, quando os debates públicos se polarizam, é muito provável que sectores consideráveis da audiência alinhem as suas convicções pela forma de apreender o risco proposta pelo grupo de pressão a que atribuem mais confiança. Lynn Frewer (2003: 126), aliás, concluiu que as fontes nas quais se deposita mais confiança aumentam os efeitos de amplificação se a informação de risco lhes for atribuída, mas atenuam as percepções públicas caso sejam elas a divulgar informação reconfortante para o público.

Um último contributo foi proporcionado por autores que, importando conceitos da psicologia social, analisaram os mecanismos cognitivos através dos quais os agentes sociais processam a informação em situações de risco. Seymour Epstein (1994) construiu um dos melhores referenciais desta perspectiva, propondo a existência de dois modos paralelos e interactivos de processamento de informação partilhados por todos os agentes sociais – um racional e outro emocional. Concluiu que os agentes sociais que tomam decisões sobre riscos e benefícios associados a determinados perigos tendem a processar a informação disponível de forma experiencial e emocional, sobretudo se pressionados por uma ocorrência cronologicamente próxima difundida pelos media.

Todas estas propostas fragmentadas falharam porém na tentativa de generalizar um modelo capaz de explicar como se processa a construção social do risco, abrangendo a complexidade das relações gizadas no seio da comunidade envolvida e dotado de capacidade de previsibilidade para eventos futuros. Parte da resposta viria a ser fornecida pelos promotores da SARF.

5.2 – O modelo da SARF A Matriz de Amplificação Social do Risco foi proposta por oito autores em 1988 (Kasperson *et al*, 1988) e visava interpretar os “processos através dos quais certos riscos e eventos que os especialistas avaliam como de risco baixo podem tornar-se um foco particular de preocupação e de actividade sociopolítica numa sociedade (amplificação do risco), enquanto outros riscos que os especialistas avaliam como mais sérios recebem comparativamente menor atenção (atenuação do risco)” (Kasperson *et al*, 2003b: 13). Posteriormente, Glynis Breakwell e Julie Barnet afinaram o objecto de investigação, ao propor que, nos casos em que não se detecta discrepância entre as perspectivas periciais e leigas e os impactes mensuráveis de uma ocorrência, “não falamos de ampliação ou atenuação, mas sim de uma terceira dimensão – a representação” (2003: 100).

A SARF foi pontualmente atacada, sobretudo pela sua incapacidade para previsão de ocorrências futuras. Por definição, como veremos, esta matriz opera com efeitos retroactivos, identificando, numa ocorrência já realizada, as diferentes fases conceptualizadas pelos autores. Mas, na verdade, tratou-se do primeiro esforço sistematizado para modelizar a construção social da percepção do risco.

Roger Kasperson e colegas postularam que, através da experiência pessoal e da comunicação directa e indirecta, um indivíduo ou um grupo têm acesso a informação sobre o risco ou ocorrências de risco – *os sinais* (imagens, símbolos ou signos). Cada agente social dispõe de canais de informação, seja através dos sentidos, de redes sociais informais ou da decodificação por parte de um perito. A informação, filtrada por estes canais, chega então às *estações sociais* de amplificação ou atenuação. Dos líderes de opinião aos grupos sociais e culturais, das agências governamentais às organizações de cidadãos e aos media, todas estas estações contribuem para formatar os sinais, moldando-lhes o volume. Kasperson e colegas destacaram também o peso das estações individuais, processos subjectivos inerentes a cada sujeito e que moldam igualmente a forma como um agente social determina o grau de risco. Nestas estações individuais, os autores conceberam os filtros de atenção, a capacidade de decodificar a ocorrência, a

heurística intuitiva, a avaliação e interpretação de cada sinal e a cognição influenciada pelo contexto de cada ocorrência.

Depois de todas estas fases de processamento da informação, o agente ou grupo está em condições de definir o seu comportamento institucional e social perante um risco em concreto. Pode optar por modificar a sua atitude perante o risco, por envolver-se política ou socialmente, por desenvolver respostas no seio de organizações ou por integrar protestos sociais (Figura 3).



Figura 3: Amplificação e atenuação do risco, de acordo com Kasperson e colegas (1988).

Um dos contributos verdadeiramente inovadores da SARF foi o conceito de ondulação. Uma ocorrência de risco é entendida como um processo que inicia uma onda de consequências graduais, que se podem limitar aos grupos directamente afectados (ondulação primária), mas que podem também produzir impactes económicos, legislativos, políticos ou sociais em sectores da sociedade apenas remotamente associados ao evento original (ondulação secundária). A transversalidade da matriz permitiu a sua aplicação em diversas arenas, retirando a análise do risco do campo exclusivo da sociologia e expandindo-a para o campo económico, cultural ou político.

James Flynn (2003), por exemplo, demonstrou como o debate em torno de eventos de risco nuclear, não só afectou projectos de instalação desta fonte de energia ao longo de décadas, como contribuiu para influenciar negativamente a percepção pública de tecnologias ou instituições não relacionadas.

“A ondulação espraia-se para fora, afectando primeiro as vítimas directamente relacionadas ou as primeiras pessoas que tomam conhecimento da ocorrência, depois passa para o nível institucional seguinte e, em casos mais extremos, pode atingir outras partes da indústria ou outras arenas sociais com problemas similares” (Kasperson *et al*, 2003b: 16). Cada ondulação desperta assim impactes sociais e políticos, mas também gera intervenções de controlo, que minimizam danos e reduzem impactes secundários.

Do ponto de vista metodológico, a SARF introduziu o método de camadas no estudo de risco (mais tarde redimensionado por Breakwell e Barnett, 2003), traduzido no reconhecimento de que, para medir as ondulações em diferentes níveis institucionais, torna-se essencial recolher indicadores das várias áreas transversais potencialmente afectadas pelo evento de risco. Ao estudar o impacte da doença BSE na sociedade britânica, por exemplo, Breakwell e Barnett recolheram indicadores de fundos governamentais e privados investidos no tratamento da doença, dados de animais infectados e abatidos, registos da evolução da preocupação dos britânicos com vários riscos de saúde e cruzaram-nos com o número de notícias redigidas no mesmo período de tempo. Utilizando diferentes indicadores, concluíram que a construção social do caso da BSE nas notícias diferia radicalmente da construção científica e política do mesmo.

É igualmente importante referir sobre este modelo que os media não definem totalmente o processo de percepção, como sucedera em propostas anteriores. Mesmo em casos de intensa e sustentada cobertura noticiosa, a amplificação do risco ou a produção de efeitos secundários significativos não são necessariamente garantidas. Nesta concepção, a percepção pública da eficácia da gestão de eventos de risco é o factor crítico para compreender a reacção de uma sociedade, ou de sectores de uma sociedade, a um evento de risco. Na sua pesquisa complementar, Frewer identificou a confiança pública nas diferentes instituições como o indicador verdadeiramente decisivo para tomar em conta os efeitos de amplificação ou atenuação de uma ocorrência. E, nesse parâmetro, “o sector governamental foi cronicamente identificado pelo público como um *regulador de riscos*, mas também como um *gerador de riscos*” (2003: 124, ênfase no original)

As críticas desferidas ao modelo SARF motivaram enérgicas reacções dos proponentes. Numa obra de reflexão, publicada quinze anos depois do modelo original, Kasperson e

colegas (2003b: 23) retocaram a proposta e, respondendo à acusação de que teriam dedicado mais atenção aos processos de amplificação dos riscos do que aos de atenuação, desenharam uma tipologia dos riscos escondidos – aqueles que, apesar das severas consequências que podem produzir, não são detectados ou avaliados correctamente e são por isso menosprezados pelos respectivos gestores.

Definiram assim riscos globais esquivos, associados a problemas complexos, que tornam difícil a uma sociedade fragmentada e local tomar o pulso à dimensão do risco. São lentos e provocam, em regra, efeitos difusos. Identificaram também os riscos ideológicos, escondidos no quadro de valores e crenças de uma sociedade que, por defesa, atenua as suas consequências e prefere relevar os benefícios. Destacaram igualmente os riscos marginais, à margem da sociedade. Pelo seu carácter remoto, não são comunicados da periferia para o centro e são negligenciados pelos agentes com poder para lhes dar enquadramento. Sublinharam também que muitos cidadãos nas franjas da sociedade são, por si, frágeis e gozam de escassas alternativas para comunicar os riscos que os afectam, embora eles sejam igualmente reais.

Seleccionaram ainda os riscos por natureza amplificados, detectados frequentemente numa fase mais tardia, depois de a ocorrência ter precipitado uma ondulação mais forte e, por fim, definiram os riscos que afectam os valores, com repercussões nas instituições, estilos de vida e valores básicos de uma sociedade, mas, por força da velocidade da evolução tecnológica, não detectados ou comunicados.

No contexto da controvérsia entre diferentes formas de medir a percepção do risco, a SARF teve o mérito de combinar as consequências físicas de um evento e a interacção de processos psicológicos, sociais, institucionais e culturais, que determinam os seus impactes sociais e económicos (Renn, 2003: 375). Por outras palavras, a SARF superou os pólos em debate nas décadas de 1970 e 1980, ao conceber o risco em parte como construção social e em parte como propriedade objectiva do evento ou perigo. Kaspersen, num comentário posterior (1992: 154), explicou a intenção da matriz: “O risco é, na nossa perspectiva, em parte uma ameaça objectiva de danos e em parte um produto da cultura e da experiência social. Assim, os eventos de risco são ‘reais’, pois envolvem transformações do ambiente físico e da saúde humana como resultado de descargas contínuas ou súbitas de energia, matéria ou informação, mas também acarretam perturbações nas estruturas sociais e de valores.”

Uma das aplicações mais felizes do modelo foi produzida por Marc Poumadère e Claire Mays (2003) na investigação sobre os estranhos casos de incêndios em Foirans-en-

Montagne, entre 1995 e 1996. Contra todas as explicações, vários fogos foram descobertos então em residências e ruas desta pequena vila francesa, gerando um fluxo de actividade de peritos (engenheiros eléctricos, químicos, biofísicos), de técnicos (polícias, bombeiros, investigadores criminais) e de grupos de cidadãos. Foram apresentadas diversas causas para os incêndios, variando em função da cientificidade dos proponentes e influenciadas pelos sinais de filtro.

No final da investigação policial, apurou-se que os incêndios tinham sido ateados por um residente prejudicado por uma querela com uma das famílias locais. Na sua análise da distorção do risco produzida em Moirans-en-Montagne (distorção no sentido em que a explicação mais natural foi preterida em benefício de cenários mais improváveis e não suportados pelos peritos), Poumadère e Mays identificaram o potencial da mobilização social gerada pelos medos latentes e, maioritariamente, escondidos de uma sociedade. Como Kaspersen e colegas (1988: 182) tinham proposto, “elevados volumes de informação mobilizam medos latentes e potenciam a evocação de acidentes ou falhas de gestão prévias”. Neste caso, a solução mais provável (o fogo posto) foi preterida em função de outras hipóteses mais remotas porque, no passado, a instalação de uma central eléctrica na vila produzira já diversas falhas no abastecimento e minara a confiança pública nas instituições responsáveis pela gestão daquela tecnologia.

Ao mesmo tempo, argumentaram os autores, os incidentes promoveram a tensão entre as atitudes contraditórias existentes entre os agentes sociais da vila face à ciência, à tecnologia e à religião. À informação produzida pelo incidente, os agentes envolvidos anexaram valores sociais (como a fé ou a descrença na ciência) e construíram as suas próprias causas. As explicações mais exógenas, assentes em hipóteses paranormais, resultaram de crenças enraizadas que, noutros contextos, provavelmente não teriam sido expressas, mas que, perante um facto aparentemente inexplicável, voltaram à tona. Concluíram assim que os riscos interagem com processos culturais, psicológicos, sociais e institucionais formando estações que podem ampliar ou atenuar as respostas a cada acontecimento.

Embora a uma escala local, os dois autores mediram ainda a ondulação gerada pelo incidente, na medida em que a amplificação do risco gerou respostas comportamentais que, por sua vez, produziram impactes secundários. Entre estes, Poumadère e Mays anteciparam a modificação dos quadros de atitudes face à tecnologia, os efeitos de estigma associados a esta fonte de energia, a desordem social pontualmente gerada na

vila, as mudanças nos sistemas municipais de regulação e resposta ao risco e até pequenos impactes económicos.

É verdade que a SARF foi originalmente concebida para enquadrar eventos de risco na área do ambiente e da saúde, mas a sua aplicação em casos como este – nos quais a incerteza do risco esbarra com as respostas titubeantes dos gestores ou organizações responsáveis pela gestão daquele risco e estimula medos latentes em sectores da sociedades – abriu caminho a uma utilização mais transversal, mesmo reconhecendo algumas das suas debilidades metodológicas e conceptuais.

5.3 – Limitações da SARF Apesar de constituir o primeiro esforço de sistematização dos efeitos primários e secundários de uma ocorrência de risco e das potenciais variáveis que afectam a sua comunicação, a SARF foi alvo de intenso debate desde a sua apresentação. A matriz mereceu inclusivamente correcções dos seus proponentes (Kasperson, 1992; Kasperson *et al*, 2003b), em parte motivadas pela necessidade de tornar mais explícitos alguns dos fluxos de informação, mas também como resposta directa a rectificações sugeridas por outros sociólogos.

No mesmo número da revista “Risk Analysis” em que a matriz foi proposta, Steve Rayner (1988) criticou a mecanicidade da proposta, considerando-a demasiado rígida, sobretudo porque a metáfora da amplificação utilizada pelos seus mentores implicaria que todos os riscos são reais ou que há uma realidade matematicamente mensurável, mas muitas vezes distorcida. O autor acusou aliás o grupo de conceber o risco ambiental ou médico como um domínio exclusivo dos especialistas, pelo que o risco seria inevitavelmente por eles estabelecido antes de sofrer distorção na esfera pública. De certa forma, a SARF proporcionou uma primeira fórmula rudimentar de explicar comportamentos e de identificar que tipos de comunicação são necessários, perdendo porém a oportunidade de investigar as causas para determinadas respostas sociais e percepções das audiências.

Desde logo, a metáfora da amplificação, que implicaria a identificação do risco como som e os factores que afectam a sua emissão como ruídos ou distorções, mereceu igualmente reticências. Rayner considerou que a ênfase concedida aos sinais e imagens electrónicos não constituía a fórmula mais apropriada para definir o processo de construção do risco. Pelo mesmo diapasão, alinharam depois Graham Murdock e colegas (2003), que criticaram os pressupostos políticos inerentes a esta concepção: ao apoiar-se exclusivamente no conceito de difusão electrónica de um sinal, a SARF

perderia capacidade para enquadrar a complexidade do mundo social enquanto força moldadora do processo de construção do risco.

Nesta perspectiva, entendendo a amplificação ou atenuação de sinais como um mero processo de transmissão entre emissores e receptores, dependente em exclusivo da intensidade do fluxo, a SARF sobrevalorizaria o “ruído” que distorce o sinal e que evita que a informação dos peritos viaje, sem perturbações, até ao público.

Igualmente integrado na primeira vaga de contestação à matriz, Arie Rip (1988) considerou que a matriz foi concebida maioritariamente para enquadrar riscos amplificados, face às expectativas de uma comunidade de peritos, na medida em que Kasperson e colegas ignoraram que os riscos atenuados são tão ou mais frequentes do que os riscos amplificados e tomaram a excessiva visibilidade de alguns riscos amplificados como indícios de uma ocorrência mais comum do que os factores que provocam a obscuridade de outros. Por outras palavras, teriam concluído erradamente que a amplificação é mais comum do que a atenuação.

No mesmo artigo, o sociólogo lembrou que a matriz tomava a perspectiva científica como um bloco uno e coeso, genericamente oposto ao dos restantes agentes políticos e económicos com interesses na questão, uma simplificação difícil de substanciar. Rip lembrou aliás algumas controvérsias nas quais diferentes especialistas avaliaram o risco sob diferentes padrões, impedindo uma aplicação uniforme da matriz.

A constituição dos fluxos de transmissão da informação mereceu igualmente críticas de John Handmer e Edmund Penning-Rowsell (1990). No seu volume de síntese dos trabalhos produzidos sobre a comunicação de risco até final da década de 1980, os dois autores argumentaram que a SARF enfatizou excessivamente os processos unidireccionais de transferência de informação, atribuindo demasiada responsabilidade à acção individual em detrimento dos processos colectivos de acção.

Paradoxalmente, a matriz foi atacada também do ponto de vista contrário. Tom Horlick Jones e colegas (2003) consideraram que uma das falhas da SARF traduziu-se na excessiva ênfase atribuída às regras que regulam a sociedade e os seus subgrupos, indício de uma concepção passiva da sociedade, feita de obediência cega a regras. Apesar das conotações simbólicas apresentadas no modelo inicial, os autores detectaram na matriz uma concepção essencialmente instrumental do risco, incapaz de apreender a capacidade de alguns temas de risco assumirem dimensões simbólicas mais ressonantes do que outras. É naturalmente essas ressonâncias culturais teriam forte influência no desfecho de cada caso.

A concepção do público leigo mereceu igualmente reparos de Horlick-Jones e colegas. “A investigação tem revelado que as audiências leigas têm capacidade e apetência para participar na interrogação activa da informação associada ao risco, o que contrasta com a concepção passiva que lhe foi atribuída pela SARF”, escreveram (2003: 284). À dicotomia do projecto original, traduzida por um processo de interacção entre os especialistas e os agentes de filtro, os autores acrescentaram assim uma terceira dimensão essencial para a avaliação do processo de construção do risco: o papel da audiência. Acusaram por isso a SARF de entender a audiência como uma massa uniforme e sobretudo dotada de insuficiente autonomia, tornando incompleta qualquer análise baseada no modelo. Implícita nesta crítica estava uma recomendação metodológica a futuras investigações: a necessidade de conceder espaço de manobra ao grupo de destinatários das mensagens de risco, na medida em que, através de processos de interacção entre agentes ou pequenos grupos de agentes, é possível que se estabeleçam diferentes níveis de construção do risco a uma escala local.

Os mesmos autores criticaram ainda o papel reduzido dos media na matriz. Os promotores da SARF, apesar de colocarem a comunicação no centro do modelo, negligenciaram a força e diversidade dos meios de comunicação, reduzindo-os a um papel secundário e uniforme. Horlick Jones e colegas reconheceram que os media não são necessariamente a única força moldadora de percepções, mas constituem o bloco mais relevante através do qual a maioria dos agentes sociais constrói a sua própria perspectiva de cada risco. A SARF teria assim falhado ao não conseguir abranger a diversidade dos media e o seu papel dinâmico como sistema de informação simbólica.

Um último bloco de críticas surgiu com a discussão das fraquezas teóricas do modelo. Vimos anteriormente que os próprios promotores da SARF hesitaram em considerar a sua proposta como uma teoria da comunicação de risco. No artigo original, escreveram: “[A SARF] é um enquadramento conceptual que pode servir de guia para esforços de desenvolvimento, teste ou aplicação dessa teoria a um vasto leque de problemas de risco preocupantes” (Kasperson *et al*, 1988: 180).

Na sua análise às fraquezas teóricas da proposta, Lynn Frewer (2003) defendeu que uma teoria da comunicação de risco exigiria melhor especificação de conceitos e uma mais clara enunciação e aplicação de regras capazes de tornar conceitos abstractos ou inexactos em conceitos exactos e testáveis. Simultaneamente, Frewer acusou a SARF de trabalhar exclusivamente *a posteriori*, reduzindo a sua aplicabilidade futura e travando qualquer pretensão de previsibilidade.

5.4 – A comunicação mediada do risco A SARF teve o mérito de desenvolver um modelo inicial do processamento social do risco, mas concedeu, como vimos, um reduzido papel aos meios de comunicação enquanto agentes influenciadores de percepções colectivas. Essa lacuna foi colmatada pelos trabalhos de Murdock, Petts e Horlick-Jones (2003). Entre 1997 e 1999, os três autores coordenaram um projecto financiado pelo Ministério da Saúde e da Segurança do Reino Unido, destinado a estudar o grau de influência dos media na recepção de noticiário de risco. Recorrendo a grupos de foco, recolheram dados sobre a cobertura noticiosa de três controvérsias na Grã-Bretanha – o impacte dos organismos geneticamente modificados na agricultura e na alimentação dos britânicos; as potenciais consequências do vírus informático do novo milénio; e um aparatoso desastre ferroviário. Posteriormente, submeteram diferentes conjuntos de produções noticiosas de jornais e televisões a cada grupo de foco. Concluíram que a plataforma desenvolvida pela SARF se consumia no conflito irreconciliável entre a metáfora da amplificação por si proposta e a ambição de destacar também processos de cidadania e interacção como acções relevantes para a construção social do risco. Nessa encruzilhada, a SARF optara claramente por um modelo mecanicista, baseado no processo de transmissão de uma mensagem certificada de um público legítimo e credenciado para uma audiência leiga. No processo, os media seriam apenas as ferramentas técnicas que permitiriam esse contacto.

Murdock e colegas recusaram liminarmente essa noção, alegando que a mesma nasceu como consequência de um período histórico durante o qual várias controvérsias ditaram a redução da confiança pública nas instituições políticas e nos meios de comunicação.⁴² Para eles, o processo de comunicação de um tema de risco pressupõe um diálogo colectivo, no qual diferentes enquadramentos se defrontam num processo discursivo que termina por norma com a prevalência de um em prejuízo dos outros.

Nos alicerces desta perspectiva, estão os trabalhos de dois dos principais sociólogos do século XX. De Jürgen Habermas (1962/1989), Murdock e colegas recuperaram o modelo de esfera política e pública como ponte comunicacional entre as preocupações da sociedade civil e as acções do Estado e do governo (Murdock *et al*, 2003). A esfera

⁴² Murdock e colegas (2003) sugeriram que o desfecho do mediático caso do despejo dos resíduos nucleares na montanha de Yucca (EUA), no final da década de 1980, foi decisivo para a construção da SARF, na medida em que expôs ao mundo como os media tinham exercido deficientemente o seu papel vigilante e, de certa forma, tinham sido agentes de apoio do poder político. Nesta perspectiva, a SARF seria uma resposta sociológica, um apelo a investigações mais centradas nas organizações e nos processos de interacção social do que na acção dos meios de comunicação.

pública, na visão de Habermas, é uma arena desportiva, onde gladiadores com diferentes pretensões travam uma batalha pelo apoio da sociedade e pela prevalência da sua perspectiva. De Pierre Bourdieu (1994/1997), os três autores aproveitaram o conceito de campos de acção e definiram o campo da comunicação mediada do risco, uma estrutura que dispõe de capital económico, social, informacional e simbólico, constituído pelo estatuto de cada grupo de actores dentro do campo naquele instante. Neste campo, identificaram seis grandes grupos de actores (Figura 4).

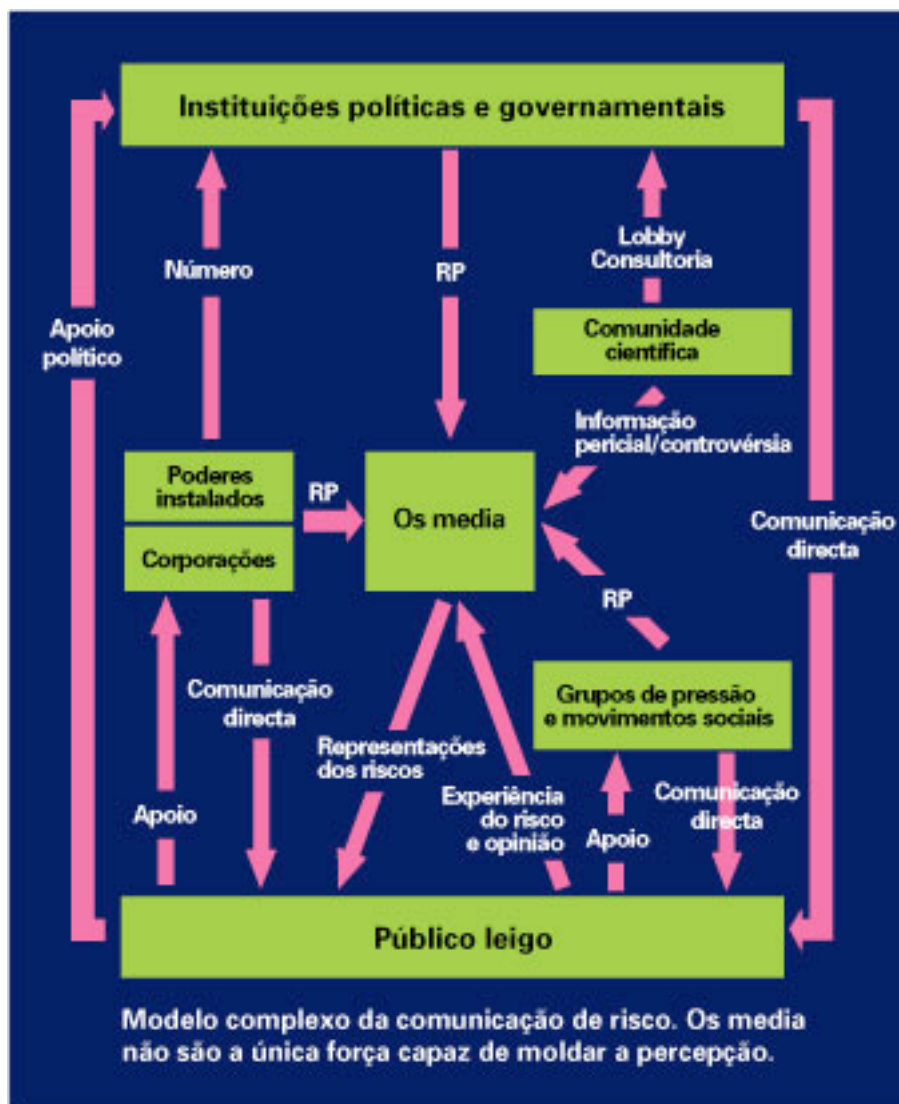


Figura 4: O campo da comunicação mediada do risco, de acordo com Murdock *et al* (2003).

As instituições políticas e governamentais controlam boa parte da comunicação com os restantes actores, mas sem carácter absoluto. Pontualmente, quando diferentes elementos conjugam a sua acção, as instituições políticas e governamentais podem ser contestadas e derrotadas. Um segundo grupo de actores inclui corporações e poderes

instalados, que possuem capital económico, mas aos quais falta capital político e legitimidade pública; o terceiro grupo de actores nesta matriz inclui a comunidade científica, que integra todos os investigadores e instituições que fazem da ciência a sua principal actividade. Este núcleo possui capital simbólico, mas possui escasso capital económico e político para fazer prevalecer as suas posições certificadas.

O quarto grupo de actores inclui movimentos e grupos de pressão e caracteriza-se por estar maioritariamente na barricada contrária às instituições políticas e governamentais e às corporações e poderes instalados. Pontualmente, pode encontrar plataformas de entendimento com um destes grupos, mas esse não é o seu *habitat* tradicional. O quinto grupo de actores identificado é constituído pelo público leigo, receptáculo de parte dos fluxos de comunicação e que, em sociedades democráticas, exerce o papel de avaliador perante todos os outros grupos – avaliador de prestações políticas (enquanto eleitor), de comportamentos económicos (enquanto consumidor), de desempenhos cívicos (enquanto membro ou apoiante de movimentos sociais), de prestações jornalísticas (enquanto consumidor de meios de comunicação) e de posições científicas (enquanto apoiante de grupos ou projectos científicos). Por fim, Murdock e colegas definiram os media como o sexto grupo de actores da comunicação mediada do risco.

Este modelo expressa o dinamismo da agência de cada grupo, assumindo que as posições ocupadas são relativas e não absolutas. Uma acção de um grupo provoca reacções de alguns ou de todos os outros, mas o desfecho de uma controvérsia implica normalmente a conjugação de posições entre vários grupos para derrotar os restantes.

Um dos casos mais estudados nas últimas décadas tem sido o debate recorrente sobre a pertinência dos projectos de exploração de energia nuclear (Gamson e Modigliani, 1989; Ungar, 2001). Sistemáticamente, apesar de conjugar muitas das forças mais activas da sociedade, o discurso de defesa da energia nuclear é superado pelas vozes críticas. É por isso um dos mais perfeitos exemplos da luta de discursos travada na arena mediática (Hilgartner e Bosk, 1988), já que as instituições políticas têm de persuadir os media a aceitar o enquadramento que propõem, enquanto alimentam grupos de pressão e de cientistas que lhes sejam favoráveis. Ao mesmo tempo, combatem poderes instalados com outra visão do problema, media não alinhados e movimentos sociais de contestação. Não há portanto um modelo linear que permita prever o desfecho final de cada caso, uma vez que esse desfecho depende, em primeira instância, do equilíbrio de forças naquele contexto dentro do campo de acção e é também fortemente influenciado por factores enraizados nas crenças colectivas.

Tal como no modelo de campos de acção de Bourdieu, as reservas de capital de cada agente do campo da comunicação mediada do risco condicionam a sua posição relativa no campo e podem motivá-lo a competir abertamente ou a procurar cooperações com outros agentes. A competição, porém, é a reacção natural de cada agente e assenta, na versão de Bourdieu, em quatro pilares principais: a visibilidade (capacidade de condicionar o momento e o enquadramento em que uma informação importante entra no domínio público), a legitimidade (a autoridade dos seus argumentos é reconhecida pela maioria dos agentes), a precedência (a capacidade de estabelecer o enquadramento dominante no debate) e a confiança (o grau de apoio público disponível).

Murdock e colegas (2003) sugeriram que o erro flagrante da SARF foi o pressuposto de que, em qualquer controvérsia de risco, o poder deriva da capacidade de forçar a mudança de convicção dos actores subjugados, recusando o princípio de que, por sistema, todos os agentes dispõem de algum poder. “Como muito trabalho recente tem repetidamente demonstrado, a comunicação mediada tem tanto de troca simbólica como de transferência de informação” (Murdock *et al*, 2003: 171-172).

Um dos pilares fundamentais do campo da comunicação mediada do risco é assim a reabilitação do papel dos media. Murdock e colegas recuperaram de Bourdieu a noção de subcampo de acção, uma estrutura que possui uma história e regras específicas, e onde as práticas são moldadas pela competição. Os media são assim entendidos como subcampos de acção, com motivações próprias, com uma profunda ética profissional, que se rege pela competição entre jornalistas e também entre empresas jornalísticas. O próprio Bourdieu sugeriu que, para compreender as controvérsias modernas que invadem a esfera pública e concentram em si a atenção colectiva, é essencial tomar em conta a posição relativa de um meio noticioso dentro do campo geral da produção jornalística e também a posição ocupada pelos próprios jornalistas dentro dos respectivos jornais, rádios ou estações televisivas (1994/1997).

A abordagem implica um salto metodológico, já que uma controvérsia de risco não pode ser investigada e tratada como um evento estanque e separado de toda a cadeia de eventos que a antecederam. “Importa abordá-la como um episódio de uma narrativa contínua, construída em torno de temas e motivos centrais particulares” (Murdock *et al*, 2003: 172), perspectiva que a presente dissertação aceita como válida.

Um dos melhores exemplos desta técnica é sugerido pela leitura do caso dos organismos geneticamente modificados (OGM) na Grã-Bretanha. Os autores sugerem que a luta discursiva pelos vários enquadramentos possíveis para explicar o evento aos britânicos

foi profundamente influenciada por estruturas narrativas já existentes e não pela criação de novos temas, aos quais faltaria porventura o valor de ressonância cultural. Assim, no domínio de uma controvérsia completamente nova, os autores identificaram o uso intensivo de metáforas literárias como a comparação dos OGM com a narrativa do Frankentsein ou com as histórias de ficção científica sobre mutantes.

Além disso, foi fundamental tomar em conta que a condução pública do caso dos OGM foi profundamente afectada pelo caso precedente que marcara a agenda no passado – o caso da encefalopatia bovina espongiforme (BSE). Recusar a associação dos dois casos seria ignorar as construções de risco já vigentes na sociedade inglesa depois de um processo que marcara os limites da capacidade de previsão da ciência e sublinhara a imprevisibilidade da genética.

O conceito de ressonância cultural na comunicação mediada é de certo modo herdeiro da investigação pioneira de Roland Barthes (1957/2007). Note-se que o linguista francês identificara três níveis de mediação das comunicações: um primeiro, a denotação, traduzida na difusão do conteúdo manifesto; um segundo, a conotação, assente na utilização de associações desencadeadas por frases-chave ou imagens; e um terceiro, o mito, que associa o tema da comunicação aos valores mais profundos de uma sociedade que confirmam ou desafiam as relações de poder já existentes.

Evidentemente, o discurso dos media sobre o risco não é uniforme. O grupo de Graham Murdock estudou o papel dos jornais de referência e dos tablóides nas várias controvérsias, compreendendo que, na realidade britânica, as acções ou experiências vividas por agentes leigos e traduzidas nas notícias de interesse humano merecem mais atenção nos tablóides do que nos meios de referência, uma conclusão que carece ainda de validação para outros contextos jornalísticos, como o português. Nos media de referência, Murdock e colegas apuraram que os porta-vozes mais frequentes são as entidades políticas e a comunidade de peritos, o que necessariamente alinha a construção de cada notícia com as posições do sistema pericial em vigor.

Esta perspectiva dos dois sistemas paralelos de cobertura noticiosa no Reino Unido, em que um opera do topo para a base e outro no sentido inverso, traduz importantes reflexos para o investigador, que deve apreender a “importância de entender o sistema dos media, não como um dispositivo de postos de distribuição ou de ‘multiplicação de um tema’, mas como um conjunto de agentes institucionais que respondem de diferentes formas à mudança das peças em jogo” (Murdock *et al*, 2003: 170). Para o mesmo caso, os media encontram diferentes explicações, através da utilização de experiências de

diferentes actores sociais como fontes de informação. A assimilação deste conceito implica maior abrangência das análises de conteúdo ao noticiário de risco, na medida em que o sociólogo terá, na opinião de Murdock e colegas, de reunir uma amostra variada e extensa das diferentes produções jornalísticas para assegurar uma representação fidedigna da realidade complexa que marca os media contemporâneos.

O grupo de Murdock considerou, pois, que os media não podem ser entendidos como a caixa negra de um avião, um repositório de informação estanque que, se estudado atentamente depois da catástrofe, permite tirar ilações conclusivas sobre as suas causas. Diferentes suportes são concebidos para dar respostas a diferentes camadas do público, e o seu estudo só faz sentido se integrado num amplo processo de recolha da diversidade de perspectivas veiculadas pelos meios de comunicação.

Para além de reabilitarem metodologicamente os meios de comunicação, Murdock e colegas reabilitaram também o papel do público leigo. No campo da comunicação mediada do risco, um conhecimento leigo independente, construído de forma autónoma do conhecimento pericial, influencia fortemente a recepção e deve também ser integrado nos modelos, apesar de, durante décadas, a comunicação de risco ter insistido em transmitir unilateralmente o ponto de vista dos peritos, sem determinar o que pensava o público leigo sobre cada tema.⁴³

A sua proposta acabou por sintetizar uma ideia já sugerida por Deborah Lupton (1999), que reclamara maior destaque na interpretação sociológica da comunicação do risco para os processos de interacção entre agentes individuais, nos quais a sua experiência e biografia pode interferir tanto como a informação oriunda dos meios de comunicação, motivo pelo qual a própria abordagem metodológica não se pode limitar à análise de conteúdo, devendo, ao invés, abranger entrevistas ou grupos de foco.

Um bom exemplo desta circunstância foi produzido pelo estudo de caso dos organismos geneticamente modificados. Murdock e colegas (2003) concluíram que o capital económico não pôde ser convertido abertamente em capital simbólico, apesar da esmagadora pressão dos grupos de actores mais bem posicionados na arena. Nesse processo, a confiança pública nas grandes empresas e nas políticas governamentais tinha sido abalada anteriormente. Em climas de desconfiança, o público leigo refugia-se nas suas próprias definições do problema, que atraem “reservatórios imbuídos de

⁴³ Um valioso instrumento de análise à percepção da população portuguesa sobre os novos riscos associados às ameaças ambientais e tecnológicas foi produzido no âmbito do estudo “Novos Riscos, Tecnologias e Ambiente”, durante o qual foi conduzido um extenso inquérito (Cf. Gonçalves *et al*, 2007).

desconfiança populista nos grandes empresários e projectos comerciais” (*opus cit.*: 163). Para o compreender, torna-se por isso essencial analisar a interacção entre as representações públicas, as interpretações da audiência e a complexidade das respostas. Os leigos perdem, neste modelo, a passividade que detinham em matrizes como a da SARF: “As respostas dos agentes a eventos específicos são moldadas pelos padrões continuados de interacção no seio de um sistema relativamente durável das relações sociais” (*opus cit.*: 164). Por outras palavras, os padrões de resposta e juízo de uma comunidade estão frequentemente inseridos em matrizes duradouras e inscritas na socialização com a família, vizinhos e o sistema de educação. Por isso mesmo, as respostas de um agente social a uma controvérsia de risco são continuamente refinadas através da recolha de informação nos media e da acção quotidiana de diálogo.

Aceitamos, pois, como válida a sugestão de que a comunicação do risco terá de reequacionar as suas prioridades. Torna-se indispensável, perante esta matriz, conduzir a comunicação para aquilo que os leigos sabem ou querem saber, até porque a informação disponível sugere que os media já adaptam a sua mensagem em função da audiência. Robert Griffin, Sharon Dunwoody e Christine Gehrman (1995), por exemplo, provaram que o registo noticioso tende a ser mais sóbrio e menos sensacionalista se o risco tiver sido gerado no seio da sua comunidade de leitores.

Ao invés de impor uma mensagem formatada pelos parâmetros da comunidade especializada, o especialista de risco terá de reconhecer como interage a sua comunidade-alvo, como recolhe informação e como se comporta perante o risco. Terá de reconhecer que, entre o público, há leitores sofisticados, que recolhem informação em plataformas múltiplas e que têm capacidade para integrar os argumentos transmitidos nos media nas suas grelhas interpretativas balizadas por conhecimento local e directo, pela experiência e até pela educação formal.

Apesar de recente, a investigação de Murdock e colegas tem merecido continuidade. Peter Wiedemann, Martin Clauberg e Holger Schütz (2003), por exemplo, concentraram-se nas estruturas narrativas usadas por peritos e leigos na definição de eventos de risco (Figura 5).

No seu trabalho, apuraram que os especialistas observam os riscos como cadeias de causas e efeitos e concentram-se na natureza do risco, na dosagem necessária para provocar danos, no grau de exposição desse perigo e na extensão dos danos registados ou potencialmente registáveis.

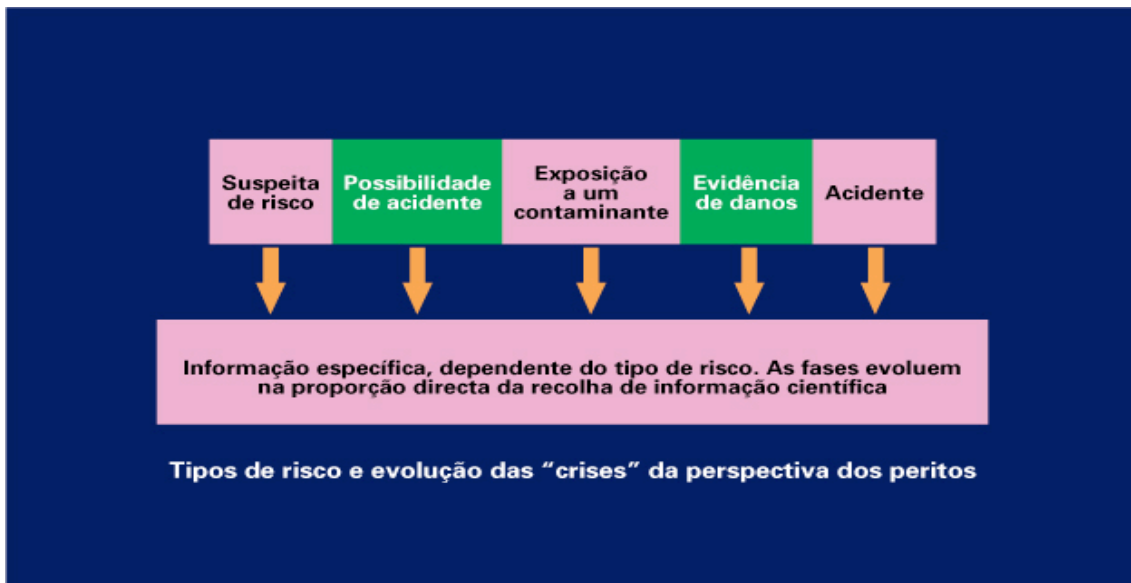


Figura 5: Modelo de avaliação do risco pela perspectiva dos peritos, de acordo com Wiedemann, Clauberg e Schutz (2003).

Os leigos, em contrapartida, apreciam os riscos num contexto orientado socialmente e pela natureza das suas relações com os agentes sociais que lhes estão mais próximos. Para tal, usam padrões comuns de interpretação, muitas vezes derivados da informação que recebem pelos media que consomem (Figura 6).

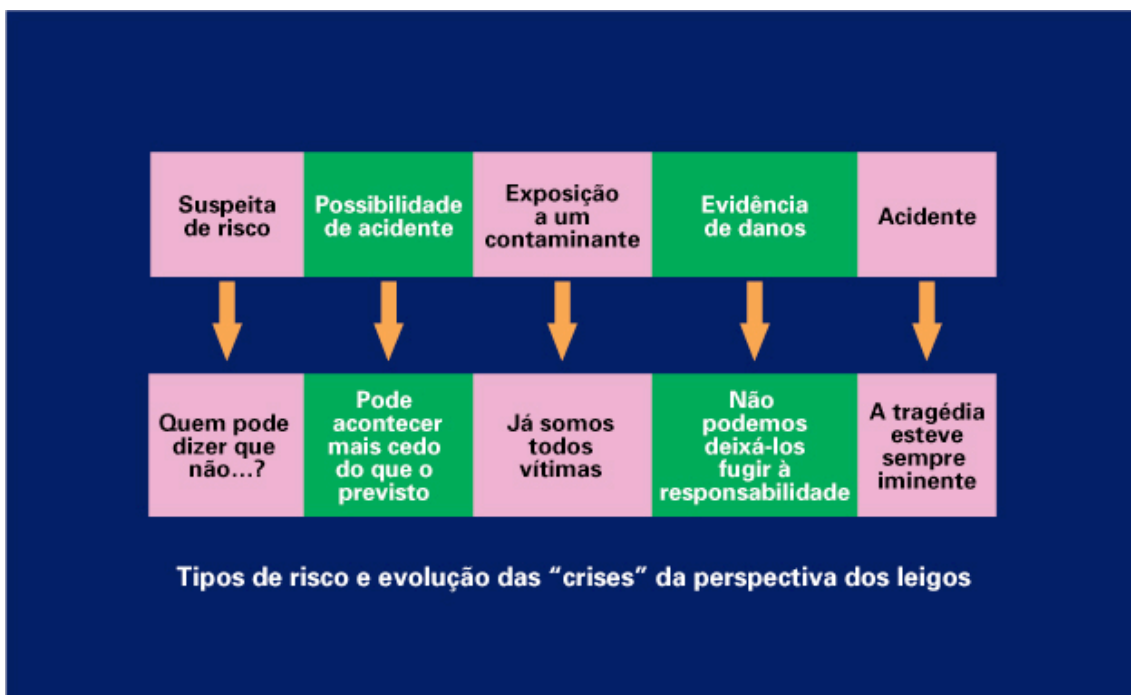


Figura 6: Modelo de avaliação do risco pela perspectiva dos leigos, de acordo com Wiedemann, Clauberg e Schutz (2003).

Não espanta por isso que, no estudo de Maria Eduarda Gonçalves e colegas (2007), os riscos ambientais classificados como mais importantes correspondessem aos que beneficiaram de maior exposição jornalística, como a poluição, os incêndios ou a destruição da camada de ozono (*opus cit.*: 251).⁴⁴ Em contrapartida, a opinião expressa sobre o tratamento noticioso do risco era francamente desfavorável, revelando a percepção de que o noticiário é construído de forma alarmista (*opus cit.*: 269). A resposta deve ser contextualizada com outro dado produzido pelo inquérito: entre os agentes sociais considerados mais importantes para a tomada de decisões sobre riscos, os jornalistas reuniram pouca confiança pública, em detrimento dos elementos centrais do sistema pericial como os profissionais de saúde ou os cientistas (*opus cit.*: 266). Como Manuel Villaverde Cabral (2000) notou há mais de uma década, os níveis de participação cívica dos portugueses continuam abaixo da média comunitária e reflectem deficientes processos de aquisição de informação sobre a vida pública.

Wiedemann e colegas concluíram que, apesar da disparidade de estímulos, existe um padrão de regularidades nas respostas do público leigo. Encontramo-lo na necessidade de designação de heróis e vilões para cada controvérsia, na definição de uma moralidade intrínseca ao tema ou na associação ao risco de instâncias ou eventos anteriores que não têm relação, mas que fortalecem a perspectiva já escolhida.

Igualmente relevante para a nossa resenha de literatura foi a sistematização proposta por Cristina Ponte (2007: 244-245) para descrever os constrangimentos jornalísticos associados à construção de notícias sobre riscos contemporâneos. A autora parece ter respondido ao apelo lançado por Jenny Kitzinger (1999: 61-62) no sentido de a sociologia do jornalismo diversificar o seu objecto, até então limitado à análise da função de filtro do risco “real” e incorporar ferramentas de compreensão de quais os riscos que atraem a atenção, em que circunstâncias, contextos, causas e condicionalismos isso sucede e com que grau de autonomia dos jornalistas.

Analisando a bibliografia já acumulada sobre o tema, Ponte sugeriu que os media se focam nos riscos que matam ou afectam muitos indivíduos ao mesmo tempo e não tanto em riscos cumulativos. Por outro lado, um risco geograficamente próximo terá mais probabilidade de suscitar notícias do que um risco gerado no exterior da rede jornalística. A rapidez ou lentidão com que um acontecimento de risco se revela

⁴⁴ Também Deborah Lupton (1999) sugeriu que os riscos ambientais não costumam figurar entre os riscos mais próximos dos cidadãos, sendo frequentemente preteridos em benefício dos riscos que ameaçam a economia familiar e o bem-estar emocional ou psicológico.

influencia também a noticiabilidade, pois os riscos menos actuais ou com consequências menos evidentes reunirão *a priori* menos valores-notícia. Essa debilidade justifica-se porque a notícia é orientada em função de acontecimentos e não de problemáticas.

Outros constrangimentos foram apontados como marcas de subjectividade. A personalização das notícias, sempre ligadas a um rosto humano no qual se possa focar o acontecimento, leva os jornalistas a procurar testemunhos pessoais e a evitar ocorrências nas quais estes não estejam disponíveis. A disponibilidade de imagens, como vimos anteriormente, tornou-se igualmente um factor relevante, tal como a identificação de um profissional de jornalismo com um risco particular. Factores como a disponibilidade de fontes para enquadrar uma ocorrência, a existência de secções ou formatos compatíveis com a notícia que se pretende difundir, o interesse da concorrência ou o ponto de saturação estimado para cada tema interferem de igual modo.

Do ponto de vista da apreciação jornalística do trabalho científico, o balanço de Cristina Ponte foi igualmente céptico. Segundo a autora, os jornalistas preferem apresentar trabalhos científicos associados a resultados optimistas sobre matérias de risco (substanciando a narrativa da grande promessa), em detrimento de trabalhos que expressem posições demasiado pessimistas, complexas ou inconclusivas.

Como as notícias expressam igualmente os mapas mentais dos jornalistas, Ponte identificou os mitos narrativos mais habituais, como o conflito e a culpa, que dão prioridade às ocorrências em que essas narrativas se constroem com maior clareza, sobretudo porque os jornalistas imaginam constantemente representações da sua audiência, das suas agendas políticas ou culturais e produzem notícias em função desses quadros subjectivos de prioridades.

Da sua reflexão, infere-se a necessidade de analisar a construção do risco nas notícias não apenas numa dimensão técnica, dirigida pela avaliação pericial, mas numa dimensão social, onde interagem empresas com interesses económicos divergentes, jornalistas que competem entre si e procuram respeitar os constrangimentos da sua actividade, grupos de pressão com agendas contraditórias, decisores com maior ou menor controlo sobre a informação e uma audiência fragmentada inserida num contexto histórico-político mutável. Neste ponto específico, recorde-se igualmente o contributo de Maria Luísa Lima e colegas (2009c: 260-262), que destacaram a variabilidade de recursos das audiências para descodificar cada acontecimento de risco, variabilidade essa que depende da intensidade da cobertura noticiosa, do desacordo entre actores-chave, da dramatização da informação ou da carga simbólica dos pacotes informativos.

As mesmas limitações ficaram evidentes na diferença de respostas da população francesa aos efeitos das ondas de calor, só exacerbadas depois da mortalidade registada no Verão de 2003 (Poumadère *et al*, 2005), ou da população americana ao rapto de crianças na década de 1980 (Gardner, 2008), sugerindo a necessidade de incluir a audiência no estudo dos processos de construção do risco nas notícias.

No seu estudo “Os Portugueses e os Novos Riscos”, Maria Eduarda Gonçalves e colegas (2007: 150) analisaram também a percepção pública de três acontecimentos de risco, construídos nas notícias: a contaminação por BSE, o caso do urânio empobrecido e a co-incineração de resíduos industriais perigosos. Concluíram que o momento em que cada caso transitou para a esfera pública através dos media modificou o processo de gestão. Além disso, a intervenção das fontes com maior legitimidade científica não garantiu necessariamente um discurso jornalístico alinhado com o poder pericial. Gonçalves e colegas sugeriram ainda que os desafios da investigação sobre construção de notícias de risco passarão nos próximos anos pela análise das dicotomias entre riscos tradicionais e novos riscos, riscos crónicos e riscos agudos e riscos de proximidade e riscos globais, conceitos que acompanharão a presente dissertação.

5.5. – Conclusão

Definimos neste capítulo duas propostas concorrentes para interpretar a definição da mediação jornalística dos novos riscos. De um lado, a SARF identificou a possibilidade de construir indicadores fiáveis da realidade, susceptíveis de contribuir para uma medição eficaz da distorção do sinal do risco; do outro lado, o grupo de Graham Murdock propôs uma abordagem mais rica, traduzida na percepção da comunicação mediada do risco, integrando cada novo acontecimento numa narrativa já existente, com agentes sociais colocados num campo de acção e onde a memória de acontecimentos passados interfere com a construção de simbolismo associado às novas ocorrências.

Utilizaremos no nosso projecto como conceitos operativos o “período de incubação de uma catástrofe”, a “comunicação mediada do risco”, a “ressonância cultural” e os “recursos simbólicos da audiência”.

6 – O PROJECTO

Em face do contexto teórico já descrito, esta investigação inscreve-se no fluxo de trabalhos que procuram contribuir para a melhor compreensão do debate em torno dos riscos associados ao ambiente e à saúde, tal como eles são expressos nas notícias.

Ciclicamente, a agenda pública portuguesa – entendendo-a como o conjunto finito e informal de temas que, num determinado momento, são partilhados pela sociedade portuguesa, independentemente da sua perspectiva sobre os mesmos (Traquina, 2000; Sousa, 2008) – agita-se com a introdução de novas ameaças provocadas quer pelo funcionamento irregular de um dispositivo tecnológico já conhecido, mas cuja disrupção provoca uma consequência improvável, quer pela falha de um sistema desconhecido do público, que gera efeitos imprevistos. São os novos riscos das sociedades modernas, que comprometem a confiança ilimitada no sistema pericial em que elas se baseiam e que geram sentimentos de insegurança ontológica (Giddens, 1991). Por acção de agentes do campo jornalístico, do campo político ou de outros sectores, alguns temas migram da agenda pública para a agenda jornalística e desta para a “agenda das agendas públicas” (Sousa, 2008: 76).

Por opção do autor, a análise concentra-se na produção de jornais e de um canal de televisão e no papel destes como difusores primordiais de uma larga percentagem da informação que diariamente nos chega sobre os novos riscos. É importante ressaltar que a informação noticiosa, sujeita a vários processos de construção, influenciada por múltiplos agentes sociais e por processos de rotinização das redacções, não esgota os canais através dos quais o cidadão obtém informação. Tem sido aliás documentado o papel das redes de interacção local, como as famílias, os colegas e os amigos de cada agente social, no fornecimento de informação adicional que permite a consolidação de opinião (Renn, 2003), tornando inúteis os modelos que assentam exclusivamente no estudo do conteúdo noticioso para avaliar a recepção. No entanto, assumimos como premissa de trabalho que, nas instâncias de risco, como noutros temas da agenda pública, os meios de comunicação são o veículo privilegiado através do qual uma sociedade toma contacto com as novas ameaças ao seu bem-estar.

Os media tornaram-se o mapa principal para acedermos à informação sobre o ambiente e a saúde, mas é fundamental aceitar este mapa com cautelas. Harvey Molotch e Marilyn Lester (1975), Anders Hansen (1993) e Alison Anderson (2002) demonstraram que, nas sociedades industriais, as notícias sobre ambiente escrevem-se maioritariamente sobre perturbações do equilíbrio da natureza. O ambiente gera más

notícias nos media, não necessariamente porque os indicadores ambientais se deterioram (Downs, 1972; Neuzil, 2008; AMPERA, 2007), mas porque os meios de comunicação estão formatados para relatar acontecimentos e não problemáticas. O caso da ciência também se aplica a esta matriz, mas continuam a ser necessários trabalhos académicos que aprofundem a compreensão dos processos sociais que interferem com as representações destes campos nas notícias.

Assim, igualmente por opção, concentramo-nos no processo de construção social das notícias, evitando prolongar a análise até ao domínio da recepção por parte da audiência. O projecto pretende sobretudo fornecer um contributo para a melhor compreensão do ciclo de vida de um tópico de risco nas notícias – correspondente presumivelmente ao seu ciclo de atenção (Downs, 1972) –, o agendamento a que está sujeito, os agentes sociais que o impulsionam ou o combatem e a intermediação que os profissionais de jornalismo desempenham para produzir notícias sobre tópicos fortemente especializados, cujas especificidades muitas vezes lhes escapam.

Ao longo do projecto, utilizaremos a dicotomia proposta por Anthony Giddens (1991; 2009) sobre a diversidade dos riscos contemporâneos. Por um lado, temos os riscos previstos, mas improváveis. Na multiplicidade de sistemas tecnológicos construídos pelas sociedades humanas, entre as quais se incluem por exemplo as redes de transportes e os sistemas de geração de energia, há riscos associados à perturbação do normal funcionamento dos sistemas. O descarrilamento de um comboio, a queda de uma aeronave, o naufrágio de um navio são exemplos de riscos omnipresentes no sistema de transportes, aceites pela generalidade dos utilizadores como possíveis, mas com um forte grau de improbabilidade que legitima o seu uso quotidiano. O risco de catástrofe é assim assimilado e integrado ao ponto de alguns sistemas serem apercebidos como extremamente seguros em função da sua taxa mínima de acidentes. Os sistemas de geração e abastecimento de energia, como as barragens, as centrais eléctricas ou nucleares, integram-se também nesta categoria, apesar do potencial devastador de uma eventual falha. Também nestes casos, a baixa taxa conhecida de acidentes associa-se à construção de uma noção – real ou fictícia – de segurança.

Em contrapartida, nas sociedades contemporâneas, emerge periodicamente outro tipo de ameaça (Lupton, 1999). São os riscos inéditos, sem semelhanças históricas de referência e que se afiguram como totalmente imprevistos, logo impossíveis, excepto para um escasso grupo de peritos que com eles lida e que pode compreender o potencial de catástrofe antes da generalidade da comunidade. Integram-se neste grupo

dois tipos de crises sanitárias modernas. Por um lado, identificam-se surtos como o de encefalopatia espongiforme bovina, cunhada mediaticamente como a “doença das vacas loucas”, que se tornam doenças zoonóticas emergentes, na medida em que os agentes patológicos se adaptam a outros hospedeiros e afectam novas espécies. Este tipo de crise sanitária tem forte ressonância na agenda jornalística quando a doença afecta seres humanos ou animais por eles consumidos. Por outro lado, a história recente dá conta de um segundo tipo de crise sanitária – as potenciais pandemias. A pandemia não é necessariamente definida pelo número de casos infectados. Segundo a definição da Organização Mundial de Saúde, uma pandemia implica a ocorrência de um novo vírus para o qual a população humana tem reduzida imunidade e cuja disseminação se propaga por mais do que um continente.

Pela mortalidade provocada pelas pandemias do século XX, pelo teor alarmista dos mecanismos de prevenção e contenção da doença e pela rapidez e abrangência do potencial de contaminação, as pandemias geram “pânicos morais” (Cohen, 1972) nas sociedades modernas. Obrigam os governos a gastar milhões de euros em campanhas de comunicação que salvaguardam a capacidade dos sistemas de saúde para lidar com cada ameaça, procuram aumentar a informação do indivíduo sobre a doença, visam reduzir os comportamentos de risco e travar o alarme social. Apesar de ondas noticiosas sobre crises sanitárias recentes, como o surto de pneumonia atípica em 2002/2003 e o de gripe das aves em 2004, não existe ainda muita informação sobre a construção social de uma pandemia nas notícias.

O conceito de ciclo de atenção de um tema foi proposto há quase quatro décadas pelo economista Anthony Downs (1972), mas mantém validade, pelo menos como modelo de referência. O projecto que abraçamos inspira-se na sua concepção das dificuldades crescentes que um tema tem de vencer para permanecer na agenda pública, na esperança de vir a mobilizar a mudança social que os seus promotores ambicionam.

Downs (1972: 39-41) propôs uma primeira fase – a fase pré-problema – para definir uma condição social indesejada, mas que ainda não captou a atenção pública; a segunda fase corresponde à descoberta alarmada, normalmente na sequência de uma série dramática de eventos, de que existe um novo problema social, e ao entusiasmo eufórico da sociedade, que se crê capaz de resolver o problema. Na terceira fase, sente-se a percepção gradual do custo necessário à resolução e dos sacrifícios que ela acarretará para uma franja significativa da população; na quarta fase, Downs defendeu que o interesse público – pelo menos aquele que anteriormente se manifestava de

forma intensa – decresce, por via do desencorajamento e da saturação de alguns dos seus antigos promotores. O tema começa a perder a competição pela atenção pública. Por fim, na fase pós-problema, o tema muda-se para um limbo prolongado de onde normalmente só sai com ocorrências esporádicas que reavivam o interesse.

6. 1 – Pergunta de partida e linhas de investigação

Embora escassamente aplicada à construção de notícias sobre cada tema, a reflexão de Downs serve-nos de mote para estruturar a pergunta de partida desta investigação, reconhecendo, como João Arriscado Nunes (2003), que a noção de risco presente hoje nas sociedades industrializadas superou os mecanismos tradicionais de decisão e regulação política e é sobretudo nos domínios emergentes, como o ambiente ou a saúde, que se encontram os novos processos de configuração de saberes.

Procuramos então formular o projecto a partir desta interrogação de partida: obedecerão as notícias de risco às cinco fases do ciclo de atenção e à mesma velocidade, independentemente do contexto em que foram produzidas, do envolvimento dos jornalistas que as relataram e da própria sequência de ocorrências que as define como catástrofes? Por outras palavras, será possível prever *a priori* a cobertura jornalística de um acontecimento associado a um risco? A questão sugere desenvolvimentos em função da literatura já disponível, fazendo emergir novas linhas de investigação, que traduzem as hipóteses teóricas de trabalho.

6.1.1 – Agendamento

Face ao conhecimento disponível sobre o papel de diferentes grupos sociais na construção da agenda jornalística, é legítimo perguntar se se verificam distinções entre temas que mobilizam à partida promotores poderosos, integrados em instituições governamentais ou outras fontes oficiais, e outros temas em que esse apoio institucional é mais vago, criando espaço para a intervenção de agentes sociais diferentes? E que margem de dependência têm os jornalistas na construção social das notícias sobre temas de risco quando a linguagem é especializada e o tema “pertence” à esfera científica da comunidade de peritos que o investiga e define?

Um dos trabalhos de referência nesta área foi produzido por Maria Eduarda Gonçalves (2001), que apreciou o caso das gravuras rupestres de Foz Côa enquanto palco de uma intensa luta simbólica entre discurso político, discurso técnico e discurso científico, concluindo que uma das chaves para a conclusão do conflito foi a

capacidade de os arqueólogos favoráveis à conservação das gravuras seduzirem os media, as populações locais e o governo que, em 1995, entrou em funções. Mesmo assim, as posições científicas dos arqueólogos foram rebatidas ao longo do debate público, demonstrando que, de facto, o discurso científico sofre fogo cerrado em situações de conflito, não conseguindo fazer prevalecer a sua especialização (Cf. também Castro e Lima, 2003, a propósito de um debate ambiental).

O agendamento das notícias de risco é assim o primeiro pilar em que assenta este trabalho, na medida em que tentaremos demonstrar que a luta intensa por influência no universo limitado da agenda jornalística parece sugerir uma margem alargada de possíveis interferências com o ciclo de atenção de cada tema. Importa, pois, perceber durante quanto tempo dura o debate sobre cada tema de risco, que forças o mantêm activo e relevante para a comunidade jornalística e que fases do seu ciclo de vida permanecem na obscuridade pública.

6.1.2 – Notícias sobre desastres ambientais, científicos ou tecnológicos

Num segundo momento, procuraremos reflectir sobre a especificidade da construção de notícias sobre desastres, assumindo que as circunstâncias excepcionais que as desencadeiam implicam rupturas nos canais tradicionais de rotina, como demonstraram Eileen Berrington e Ann Jemphrey (2003). Será que as fontes oficiais de informação continuam a comandar o esforço de comunicação, mesmo em situação de disrupção provocada por um desastre associado a um risco mal calculado?

O sistema científico não está adaptado a lidar com emergências, que exigem outras ferramentas para além da mediação, da ponderação e da aprovação pelos pares. Na narrativa de acidentes, os jornalistas exigem das fontes contactadas uma extrapolação das possíveis consequências com base na experiência acumulada, tarefa para a qual muitos agentes científicos não estão qualificados ou preparados (AMPERA, 2007).

Para além disso, a experiência diz-nos que em muitos casos desta natureza o interesse mediático concentra-se no curto prazo e não na avaliação das consequências de longo prazo, o que exige dos comunicadores um esforço adicional – nem sempre bem sucedido – de enfoque no essencial, sem desperdiçar o interesse dos jornalistas pelo tema. Estabelece-se assim um difícil equilíbrio na gestão de acidentes e tragédias, à medida que muitos meios de comunicação comercializam a dor e o drama. Os gestores de crises, por outro lado, não podem perder de vista que os eventos

catastróficos como furacões ou derrames petrolíferos geram as notícias de ambiente mais recordadas pelas audiências (AMPERA, 2007).

Os desastres começam invariavelmente com uma fase em que os dados chegam a conta-gotas antes de se transformarem numa torrente de informação acumulada, que dificulta a compreensão (Ascensio, 2006). Possuem também um elevado grau de incerteza, que vai estabilizando com o tempo. Por norma, a cobertura noticiosa de uma crise de poluição inicia-se com um evento que concita a atenção (real ou aparente) e a mobilização. Numa segunda fase, o processo acelera e chega a um pico de pressão máxima dos jornalistas sobre os gestores de crise, antes da estabilização e declínio da atenção. Na fase de pós-crise e reconstrução, normalmente os jornalistas já não estão presentes (AMPERA, 2007; Ascensio, 2006).

Na esteira de Berrington e Jemphrey, tentaremos demonstrar que, em situação de tragédia ou desastre, as fontes oficiais se esforçam por rapidamente tomar o controlo sobre a produção noticiosa, abrindo ou fechando os canais de informação à medida das suas estratégias. Na fase inicial do ciclo de atenção do tema (sobretudo se se tratar de um risco improvável), porém, existe margem para o contributo de fontes não oficiais e até – como sucedeu na sequência do furacão Katrina, estudado por Franck Durham (2008) – para uma primeira fase em que não existe nenhuma entidade capacitada para fornecer informação aos jornalistas.

Tentaremos também demonstrar que o tratamento noticioso de desastres relacionados com riscos previstos, mas improváveis, obedece a uma estrutura concentrada no tempo, produzindo um rápido pico noticioso e a consequente saturação, ao passo que os riscos inéditos, por trilharem percursos desconhecidos, tendem a ser construídos gradualmente até um pico de atenção no futuro longínquo, que se pode repetir, caso o impacte do risco corresponda ou supere as expectativas. Inevitavelmente, porém, também as notícias sobre riscos inéditos atingem um ponto de saturação e desaparecem da agenda (Murdock, Petts e Horlick-Jones, 2003). Procuraremos por fim alinhar os estudos de caso com os conceitos de meta-acontecimento e evento mediático, avaliando se estes se adequam aos acontecimentos de risco.

6.1.3 – Objectividade jornalística

Directamente associada ao problema anterior, seguiremos outra linha de investigação. Será que os procedimentos impostos organizacionalmente para garantir a objectividade jornalística são aligeirados em situação de acidente ou tragédia? Nesse

âmbito, tentaremos demonstrar que, na cobertura deste tipo de temas, por força do envolvimento emocional dos jornalistas e do contacto não mediado com cientistas, dirigentes políticos, activistas e cidadãos em geral, várias normas profissionais ligadas ao distanciamento do objecto de reportagem, à objectividade descritiva e à verificação factual do rigor da informação podem ser mais facilmente descuradas para acelerar o período de incubação do desastre e torná-lo público.

A ideologia jornalística assenta na premissa de que os profissionais de jornalismo possuem um sexto sentido sobre o que é notícia (Schudson, 2005). Diariamente, mesmo sem tomar consciência da forte carga subjectiva que imprimem ao seu trabalho, os jornalistas tomam decisões de selecção, enquadramento, ordenamento das potenciais notícias e dos acontecimentos que justificam cobertura noticiosa, das fontes que merecem ser ouvidas e das técnicas de narrativa que importa utilizar. Este conjunto de juízos, agregado em rituais de objectividade (Tuchman, 1972/1993), tem de ser levado em conta na análise da cobertura de qualquer tema. Mas as notícias sobre acidentes ou tragédias apresentam novos desafios.

Comparando a cobertura noticiosa dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 e do furacão Katrina, Franck Durham concluiu que há notícias sobre desastres que se processam sobre uma esfera de consenso (Cf. Hallin, 1986: 116-118) entre os media e o Estado, que toma como garantidos os valores partilhados por uma sociedade; em contrapartida, outros temas fogem a essa esfera e desenrolam-se, pelo menos numa primeira fase, sem interferência de fontes oficiais, facilitando a atribuição de responsabilidades e personalizando os relatos numa dinâmica produzida por marcas de “rotinas populistas de tabloidismo” em televisão (Durham, 2008: 101).

Entre essas marcas de uma dinâmica diferenciada, estão a supremacia no discurso jornalístico das narrativas pessoais, o privilégio da cobertura visual sobre a análise de causas e efeitos, o domínio das histórias de interesse humano em prejuízo das notícias com fontes identificadas e a focagem nas consequências imediatas no quotidiano do acidente ou tragédia. Aliás, estas marcas correspondem praticamente a um género jornalístico que as televisões utilizam de modo particularmente hábil para reportar este tipo de temas – o directo. Analisaremos assim a incidência das reportagens em directo no peso total do noticiário para melhor perceber até que ponto esse mecanismo de espectacularização é utilizado na cobertura noticiosa de temas de risco.

Do mesmo modo, acompanhando as pistas deixadas por John Eldridge e Jacquie Reilly (2003) na análise ao tratamento que os media britânicos concederam à

encefalopatia espongiforme bovina procederemos a uma comparação entre as representações dos nossos estudos de casos nos meios de comunicação de referência e nos jornais mais populares, procurando indícios da espectacularização, da trivialização e da personalização em torno de figuras de referência que marcaram a acção dos tablóides britânicos no caso citado. Tentaremos assim determinar nesta linha de investigação em que medida as normas de objectividade se adaptaram aos estudos de caso seleccionados, aos meios de comunicação que lhes deram cobertura e aos jornalistas envolvidos.

6.1.4 – Uniformidade das vozes periciais

O discurso jornalístico sobre temas de risco envolve um conflito simbólico entre especialistas, dotados de conhecimento científico e reconhecimento institucional, e divulgadores, entre os quais os jornalistas, que se regem por normas profissionais e cuja acção é justificada pela sua missão de garantia do acesso colectivo à informação. Uma quarta linha de investigação é-nos sugerida assim pela conclusão de Alison Anderson, num ensaio sobre o tratamento que os media conferem aos derrames petrolíferos: “O discurso dos media sobre o risco e ambiente é, até certo ponto, um discurso dependente das vozes dos peritos oficiais” (2002: 7), marcado pelo escasso treino dos jornalistas nos ramos das ciências (Burkett, 1986; Anderson, 1997).

Em contrapartida, como discutimos no capítulo 1, Ulrich Beck (1986/1992) afirmou que as crises modernas produziram desconfiança crescente do público nos cientistas e que esse sentimento muito se deve ao papel dos media na crítica da ciência e na exposição pública de posições e interesses contraditórios de grupos de cientistas.

Anderson sugeriu que, em muitas controvérsias científicas, a cobertura noticiosa suporta-se na apresentação de um perito como a autoridade incontestável sobre o tema e na definição dos restantes como pretendentes, muitas vezes com menor credibilidade, isenção ou reconhecimento dos seus próprios pares (2002: 8). Por outras palavras, são os media que sugerem qual ou quais as vozes especializadas com legitimidade para se pronunciar sobre o tema ou, para usar os conceitos do grupo de investigação de Richard Ericson, há fontes usadas como advogados e fontes usadas como árbitros ou juizes (Ericson *et al*, 1989). Justifica-se pois a pergunta: será que nos temas de risco que seleccionámos há vozes periciais unânimes no discurso noticioso ou, pelo contrário, esse discurso é contraditório, expressando diferentes

posições sobre a responsabilidade de cada problema e a solução para o resolver? É, pois, o estudo da uniformidade das vozes periciais que nos interessa neste ponto. Desde Herbert Gans (1979) que a sociologia do jornalismo aceita como princípio a metáfora do jogo da corda para explicar a relação entre jornalistas e fontes. Cada um destes parceiros puxa a corda para si, procurando retirar o máximo proveito do jogo, mas ambos necessitam do outro, mesmo que, frequentemente, puxem em direcções diferentes. É importante notar que os acontecimentos disruptivos, como os desastres, que ocorrem sem aviso nem preparação, têm o condão de providenciar acesso ao espaço mediático de alguns agentes ou grupos que normalmente não o teriam (Molotch e Lester, 1975). Tentaremos assim analisar como se comportaram os media em dois tipos de coberturas noticiosas sobre temas de risco, nomeadamente em quem mais confiaram para descodificar os acontecimentos.

6.1.5 – Enquadramentos dominantes

Treinados para procurar conflitos e para encontrar posições contraditórias em torno de qualquer tema, os jornalistas constroem representações plausíveis de cada tema, mas que não constituem as únicas narrativas e enquadramentos possíveis para os interpretar. Será que as notícias de risco apresentam um padrão de enquadramentos comum, independentemente do contexto em que são produzidas? E que enquadramentos primordiais sobre temas de risco são esses?

Por se focarem principalmente nos acontecimentos e não nas problemáticas de longo curso, os media estão formatados para procurar responsabilidades e culpados neste tipo de notícias em que a ordem é perturbada (Hannigan, 1995). A ideia subjacente a esta demanda é a procura da falha que motivou a perturbação do sistema, de forma a que ela possa ser emendada, eventualmente punindo os culpados, e o sistema seja restabelecido, recuperando a confiança da sociedade. Nessa perspectiva, poderão os media favorecer alguns enquadramentos em detrimento de outros? E que papel têm os promotores de cada enquadramento?

Nos estudos sobre a consolidação de movimentos ambientalistas no espaço mediático contemporâneo (cf. Cracknell, 1993; Hansen, 1993; Anderson, 1997; Pereira Rosa, 2005 e 2006), há um denominador comum: a luta pela cobertura noticiosa em torno de um tema constitui apenas parte da batalha. A etapa seguinte prende-se com a tentativa de influenciar os media a usar as propostas de interpretação e enquadramento fornecidas por cada movimento, sabendo que em vários campos de actividade, como a

saúde ou o ambiente, os jornalistas partilham com os peritos os mesmos “pacotes” informativos, o que facilita o controlo da informação (Lopes *et al*, 2010: 144).

A investigação sobre as propostas de enquadramentos de leitura (Gamson e Modigliani, 1989; Gamson, 1992; Wolfsfeld, 1997) sugere igualmente que não são apenas os promotores individuais ou institucionais que patrocinam uma interpretação para uma sequência de ocorrências. Os próprios campos de actividade, usando a definição de Bourdieu, batem-se pela hegemonia face aos campos rivais, o que legitima duas perguntas adicionais: que campos patrocinam as notícias sobre risco? Sob que esfera (política, económica, ambiental, científica) se processa a maioria das notícias dos estudos de caso seleccionados? Aplicaremos nesta linha de investigação a matriz da comunicação mediada do risco, proposta por Murdock e colegas (2003).

6.1.6 – Tragédias locais e globais

Ao analisar a evolução do jornalismo ambiental durante três décadas, entre 1970 e 2000, a socióloga Sharon Friedman (2004) propôs, entre outros factores, a emergência de duas novas tendências: por um lado, os temas locais ganharam proeminência, pois os meios de comunicação apostaram fortemente na representação de causas locais, mais próximas dos seus leitores, mais palpáveis e portanto apreendidas com mais facilidade. O mesmo processo fora aliás identificado por Luísa Schmidt (2003) na sua obra de referência sobre o tratamento do ambiente na televisão pública portuguesa.

Friedman detectou que as campanhas de investigação em torno do ambiente ficam a cargo dos principais jornais metropolitanos, que assumem a responsabilidade de lidar com as problemáticas prolongadas no tempo, ao passo que os pequenos jornais e televisões regionais se concentram nos acontecimentos e nas pequenas causas.

Em Portugal, a investigação disponível (Cf. Camponez, 2002) sugere igualmente que os media locais são mais orientados em função do consenso e não do conflito. Mesmo em situações onde a própria segurança da comunidade pode estar ameaçada, os meios de comunicação regionais terão tendência a proteger o interesse das instituições mais poderosas, que garantem a prosperidade da sua comunidade de leitores. Só perante ameaças externas é que o consenso tem potencial para se transformar em conflito.

Interessa-nos neste projecto perceber até que ponto as ameaças locais – em termos ambientais, económicos e de saúde pública – foram sentidas nos meios de comunicação mais próximos do epicentro dos casos escolhidos. Por outras palavras, será que a proximidade geográfica dos locais que mais sentiram o impacte do risco

consumado constituiu um valor-notícia adicional para os meios de comunicação regionais ou locais? Verificam-se diferenças sensíveis no tratamento noticioso de um tema de risco entre um órgão de comunicação nacional e um regional, mesmo reconhecendo que os principais jornais constroem um efeito de *agenda-setting* intermediário para os jornais mais pequenos (McCombs e Reynolds, 2002).

6.1.7 – Ilustração como ícone da ameaça

A maior parte dos acontecimentos relatados pelos media usa enquadramentos já disponíveis (Gitlin, 1980b; Gamson, 1992), reformatando-os à medida da sua correspondência com as ocorrências com que se deparam. Grande parte dos enquadramentos apela a ressonâncias culturais, imagens ou conceitos que a audiência já possui, em função de incidentes anteriores, e que subconscientemente aplica à nova informação para construir sentido. Aliás, o apelo à memória de casos precedentes e relativamente semelhantes ao risco que se reporta é um dos recursos mais utilizados para aumentar a ressonância cultural do acontecimento junto da audiência.

Os suportes de ilustração, como as fotografias, os gráficos, as caricaturas ou os cartazes, preenchem frequentemente esse espaço, metaforizando o incidente numa só imagem, resumindo a dimensão emocional do seu impacto e do seu desfecho. Analisando a poluição marinha provocada pelo derrame petrolífero do *Exxon Valdez*, Alexander Wilson (1992) propôs que a facilidade com que os meios de comunicação obtiveram fotografias alarmantes da catástrofe e do seu impacto sobre a vida selvagem naquele reduto do Alasca contribuiu para a forte cobertura noticiosa que o acidente mereceu. Pelo mesmo diapasão alinhou Alison Anderson (2002), quando referiu que, no caso dos derrames petrolíferos, a indisponibilidade de imagens gera a invisibilidade noticiosa do tema, como se o acontecimento não tivesse tido lugar.

Sugere-se assim que a cobertura noticiosa de acidentes ou tragédias não é um mero exercício discursivo, pois, quer nos jornais quer na televisão, o texto noticioso exige suportes visuais que não desempenham meras funções de ilustração. Ao invés, fazem apelo a ressonâncias culturais integradas nos recursos simbólicos da audiência.

Lee Wilkins e Philip Patterson comentaram a este respeito que um dos problemas fundamentais do funcionamento dos meios de comunicação nos temas de risco é a sua “dependência de imagens para comunicar uma notícia” (1987: 87), o que gera áreas de silêncio mediático. Downs registou (1972: 47) também que algumas das piores ameaças ambientais resultam de formas de poluição invisíveis, gerando uma

perversão: o público emociona-se e exige acção política sobre temas facilmente apreensíveis, mas ignora ameaças mais perigosas, mas escondidas, pois não têm correspondência numa fotografia com impacte.

Propomo-nos então analisar os suportes de ilustração em jornais e televisão mais vezes utilizados como metáforas da ameaça e a sua conotação emocional, bem como o intervalo de tempo em que um conceito pode ser ilustrado nos media antes de saturar a audiência. Como veremos no capítulo sobre metodologia, partilhamos a abordagem do GUMG, o grupo de estudos dos media da Universidade de Glasgow (Cf. Philo, 2007) relativamente ao mérito da análise de conteúdo. Defendemos assim que a análise textual isolada não consegue revelar associações entre textos e imagens nos jornais ou no conteúdo televisivo, pelo que se afigura importante que a análise à cobertura noticiosa dos temas de risco englobe a dimensão textual e a dimensão visual, procurando pistas sobre os sistemas de ideologia mais amplos que as criam e “os processos de produção que estruturam a sua representação” (Philo, 2007: 184).

6.1.8 – A semântica do pânico

Na sequência das linhas de investigação anteriores, afigura-se ainda importante analisar a linguagem utilizada para descrever este tipo de notícias de risco, usando como referência a obra de Teun van Dijk sobre “a semântica de pânico noticiosos” (1988). O investigador holandês propôs que não é apenas através das ocorrências seleccionadas, das fontes escutadas, dos temas designados, dos enquadramentos escolhidos ou das imagens editadas que os media têm o condão de gerar pânico junto das suas audiências. Também a utilização discursiva se presta a esse papel.

Nesta fase do trabalho, e mesmo reconhecendo como fizemos no ponto anterior que a análise exclusivamente textual tem desvantagens consideráveis, procuraremos no discurso jornalístico pistas narrativas que permitem aos sistemas de informação de uma sociedade contar e recontar os seus mitos fundamentais, reafirmando-se como comunidade, como sugeriram Elizabeth Bird e Robert Dardenne (1988/1993). Neste processo, os relatos noticiosos, como os mitos, não contam como é, mas, ao invés, contam o que significa. O conceito subjacente a esta interpretação narrativa do jornalismo é a ideia de que os jornalistas têm diariamente de ajustar velhas estruturas narrativas aos novos acontecimentos, mas dispõem do poder de colocar pessoas e acontecimentos nas categorias preexistentes de herói ou vilão, de benfeitor ou malfeitor, de natureza ou cultura, dotando os seus textos de uma carga mitológica.

Será que nas notícias de risco seleccionadas se identificam estruturas narrativas comuns, que servem um guião já conhecido e que alimenta a semântica do pânico? Essa será uma questão à qual tentaremos dar resposta.

Na análise textual aplicada à televisão, incluiremos também uma abordagem ao discurso produzido especificamente para o oráculo (o texto difundido num rodapé contínuo durante toda a emissão do programa informativo).

6.1.9 – O humor perante as ameaças

Esta última linha de investigação nasceu com o projecto já em curso e como resultado da análise crítica aos primeiros documentos. Verificou-se empiricamente a presença de um elevado número de apontamentos humorísticos relacionados com um dos estudos de caso e publicados num dos jornais de referência que seleccionámos para esta investigação. A curiosidade naturalmente evoluiu para uma interrogação de base: poderá a publicação regular de textos humorísticos, de caricaturas e *cartoons* sobre um tema de risco inédito, mas iminente, constituir um mecanismo de escape para aligeirar o drama emocional provocado pelo noticiário que antecipa a catástrofe?

A investigação sobre o uso do humor perante as ameaças sociais é antiga e não se restringe ao estudo dos meios de comunicação (Cf. Smyth, 1986). Nas duas últimas décadas, porém, têm sido activadas três áreas de pesquisa relacionadas com o recurso mediático ao humor (Tsakona, 2009; Meyer, 2000): a crescente popularidade de programas televisivos de humor informativo, que ameaçam suplantam os formatos jornalísticos mais rígidos; o papel das caricaturas e *cartoons* na designação de responsabilidades e na procura de soluções para problemas sociais; e a função humorística nos textos jornalísticos e de entretenimento como mecanismo de transição de um período de luto para uma fase pós-luto, através da qual a sociedade procura fechar as suas cicatrizes.

John Meyer (2000) apresentou três possíveis usos para o humor em comunicação de crise: o alívio, a incongruência e a superioridade. O uso do humor como mecanismo de alívio responde à necessidade de contornar situações tensas, atenuando as dificuldades e identificando a fonte do problema; a teoria da incongruência sugere que a audiência ri do que a surpreende e é inesperado, pressupondo que todos os membros aceitam padrões normais de realidade e que são as diferenças relativamente a esse padrão que suscitam riso. Ao abrigo da teoria da superioridade, o ser humano ri-se dos comportamentos desajustados dos outros, acabando por reforçar o que é, ou não,

tolerável. É, no fundo, o papel do bobo da corte medieval, educando pela paródia os cortesãos sobre comportamentos inadequados.

Na cobertura jornalística de um acidente, é legítimo igualmente esperar que o recurso ao humor junte uma função adicional às três anteriores: a denúncia ou responsabilização de indivíduos, instituições, atitudes ou práticas, porventura de forma mais contundente do que os próprios registos discursivos.

A leitura preliminar sugere também que o sucesso do *cartoon* e da caricatura reside na sua simplicidade, transmitindo uma mensagem complexa de forma mais imediata do que a notícia e mais condensada do que a linguagem escrita. Como Lucy Caswell sugeriu, a concisão aumenta o impacto do *cartoon*, “pois os leitores apreendem o que se quer dizer em segundos e não após colunas de texto denso” (2004: 17).

De certa forma, nesta última linha de investigação, procuraremos averiguar como o humor se infiltrou num dos temas de risco mais iminente e dramático, aligeirando-o, brincando com as suas potenciais consequências trágicas, satirizando os seus protagonistas e, numa ironia metarreferencial, criticando implicitamente os media pelas representações maciças da nova ameaça.

6.2 – Compreender as notícias de risco

O projecto baseia-se assim no estudo do tratamento noticioso de dois casos recentes, não subordinados às fronteiras nacionais, mas com impactes relevantes na sociedade portuguesa e com forte repercussão nos meios de comunicação durante um período alargado de tempo. De acordo com a classificação proposta no início deste capítulo, os casos seleccionados representam mecanismos distintos das incidências de risco relativo ao ambiente e à saúde que assolam as sociedades contemporâneas, diferenciando-se pela (im)probabilidade e pela avaliação de segurança que os caracterizava antes do seu epicentro. Os dois casos poderão assim fornecer pistas para uma proposta de modelo que permita compreender os processos através dos quais os meios de comunicação integram as novas ameaças nos seus canais de informação.

Como exemplo de uma catástrofe improvável, mas já inscrita no sistema de risco tecnológico moderno, até pelos exemplos precedentes conhecidos, seleccionámos o tratamento jornalístico do naufrágio do petroleiro *Prestige* ao largo da costa da Galiza em Novembro de 2002 (ver 6.3) – uma onda noticiosa por definição, na medida em que motivou forte interesse jornalístico num curto espaço de tempo, culminando numa sequência de rápidos picos de interesse que se desvaneceram a partir do

momento em que os meios de comunicação e os seus profissionais o consideraram esgotado enquanto acontecimento com relevância para as suas audiências.

Aceitamos como hipótese de trabalho que as notícias sobre um derrame petrolífero, como sobre qualquer outra ocorrência acidental, são socialmente construídas e não reproduzem necessariamente a severidade do incidente (Molotch e Lester, 1975; Anderson, 2002). Evitaremos assim a tentação de fazer corresponder a cobertura noticiosa a uma “realidade” *a priori*, procurando depois medir a eventual distorção.

Um exemplo diferente foi encontrado na construção gradual durante um ano do risco da gripe provocada pelo vírus H1N1 (vulgo, gripe A), uma ameaça desconhecida para a generalidade da sociedade, incluindo os jornalistas, até Abril de 2009. A doença emergiu no Verão desse ano como uma catástrofe anunciada (ver 6.4). Tratava-se de um risco cujo epicentro não era previsível e, neste tipo de casos, as notícias integram outro tipo de agentes e focam-se nas estratégias de informação, de contenção, de combate e, por fim, de apaziguamento do risco, gerindo expectativas e alarmes sociais. Ao mesmo tempo, envolvem drama, pois relacionam-se com histórias de interesse humano, muitas das quais marcadas por óbitos inesperados.

Ao seleccionarmos duas instâncias diferentes de risco nas notícias, pretendemos demonstrar que os processos de construção jornalística diferem significativamente, em função do ciclo de vida do tema, das personalidades e instituições envolvidas, do impacte previsto pelos jornalistas e as suas organizações (que não coincide necessariamente com o impacte real na audiência, abordagem essa que, repete-se, não faz parte do objecto desta investigação) e de um conjunto de outras variáveis.

Pretendemos demonstrar que as primeiras instâncias, daqui para a frente classificadas como “acidentes” por facilidade de designação, registam forte concentração noticiosa num intervalo temporal variável, mas relativamente mais curto do que as instâncias que classificaremos como “crises sanitárias”. A continuidade é uma das principais variáveis entre estas duas instâncias, uma vez que há diferença significativa no número de dias em que cada tema conseguiu vencer a concorrência dos restantes na agenda pública e conseqüentemente foi referenciado em notícias.

6.3 – O *Prestige*, uma catástrofe prevista, mas improvável

6.3.1 – Cronologia do acidente

Na tarde do dia 13 de Novembro de 2002, Apostolos Mangouras, o comandante do petroleiro *Prestige*, com mais de 44 anos de experiência, emitiu um SOS perto do

cabo Finisterra, na Galiza. Com um motor danificado, a embarcação estava à mercê das correntes. Apesar de imprevisto, o acontecimento tinha antecedentes na região. Em 1970, o *Polycommander* vertera 35 mil toneladas de crude na ria de Vigo. Em 1975, o *Urquiola* fora responsável por um derrame de 100 mil entre a Corunha e Ortegal. Em 1979, o *Andros Patria* vertera 50 mil toneladas entre as ilhas Sisargas e Caión. E, em 1992, o *Mar Exeo* perdera 79 mil nas rias da Corunha, Betanza, Ares e Ferrol (Armas e García-Allut, 2003: 88). Na memória colectiva, estavam ainda os naufrágios do *Erika* em Dezembro de 1999 ao largo da costa francesa, perdendo 20 mil toneladas de crude, e do *Exxon Valdez*, no Alasca, em Março de 1989, que lançara 38 mil toneladas para o mar. Em comparação com estes incidentes, o potencial de risco do *Prestige* – cujos primeiro relatos na imprensa galega anunciavam não ter mais do que quatro mil litros de fuel a bordo – não parecia elevado.

Em Espanha, o capitão marítimo da Corunha, Angel del Real, conhecedor dos ventos e das marés na região, sugeriu que o barco deveria ser rebocado até ao porto da Corunha e não para norte. Em contrapartida, Álvarez Cascos, ministro espanhol do Fomento, ordenou o reboque do petroleiro para o mais longe possível da costa, ou seja, para norte. O rebocador *Ria de Vigo* começou nesse dia a transportar o navio, depois de dois helicópteros resgatarem 24 dos 27 tripulantes (*El Mundo*, 14/11/02).

Construído em 1976, o *Prestige* caminhava para a obsolescência. Possuía um casco simples (monocasco), o que levava as grandes petrolíferas mundiais a colocá-lo na lista das embarcações perigosas (Elías, 2006). Aliás, a União Europeia aprovara regulamentação em 2002 que exigia casco duplo aos petroleiros, mas a norma só se aplicava às novas embarcações.

Seguimos daqui para a frente a cronologia compilada por Carlos Elías (2006). A 14 de Novembro, os media deram conta de que a mancha de fuelóleo tinha 37 quilómetros de comprimento (*El Mundo*, 14/11/02). No dia seguinte, a guarda civil espanhol deteve o comandante e foram publicados relatos de que a embarcação corria risco de se partir (*El Mundo*, 15/11/02). Uma nota governamental assegurou entretanto que, vista de helicóptero, a mancha não parecia grande no oceano, mas os jornalistas convidados a viajar de helicóptero afirmaram o contrário (*El País*, 16/11/02). Arsenio

Fernández de Mesa, delegado do governo de Madrid na Galiza, voltou a assegurar que as marés afastariam o fuelóleo da costa (*El Mundo*, 16/11/02).⁴⁵

No dia 16, as primeiras manchas de fuel chegaram à Galiza (*El País*, 17/11/02). Até aqui, as autoridades insistiam com os jornalistas para que o incidente fosse representado como um derrame de fuelóleo e não de petróleo ou de crude (*El Mundo*, 28/11/02). Na verdade, tratava-se de fuel do tipo 6 (designado por M100), o mais viscoso, que se obtém depois da refinação do petróleo através do aquecimento do crude a 400 graus. Tratava-se do mesmo tipo de fuelóleo vertido pelo *Erika* em 1999 (Anderson e Marhadour, 2007).

O gabinete de gestão de crise foi criado no fim-de-semana de 17 e 18 de Novembro, um dia depois de o ministro espanhol da Agricultura e Pescas, Miguel Arias Cañete, ter declarado que, graças à intervenção governamental, não temia uma catástrofe ecológica, nem havia risco de contaminação (*El Mundo.es*, 16/11/02). No dia 17, Enrique López Veiga, conselheiro governamental para as pescas, garantiu aos media que todo o fuelóleo que tinha de chegar já tinha chegado (*El Mundo.es*, 17/11/02).

No dia 18, surgiu um foco de tensão entre Portugal e Espanha, pois a embarcação encontrava-se próxima das águas territoriais nacionais (*La Voz de Galicia*, 18/11/02). A intervenção de uma fragata portuguesa, impedindo o navio de se aproximar mais, apesar do pedido espanhol de utilização de um porto português, motivou protestos do governo espanhol (*Público*, 19/11/02).

No dia 19, depois de ter navegado à deriva ao longo de 130 milhas, o *Prestige* partiu-se em dois, quinze minutos antes do meio-dia. A popa afundou imediatamente, e a proa manteve-se a flutuar até às quatro horas da tarde. Durante o dia, José Luis García Fierro, cientista do Instituto de Catálisis y Petroleoquímica, assegurou que o afundamento era uma boa notícia porque, presumivelmente, a fuga de fuelóleo cessaria. Segundo este membro do gabinete de crise, a pressão de água a 3600 metros, a profundidade a que a embarcação se encontrava, e as baixas temperaturas (2,4° C) solidificariam o fuelóleo e dificultariam a dispersão (*El País*, 20/11/02). Ao final do dia, peritos franceses asseguraram que não havia provas científicas que sustentassem essa conclusão (*Le Monde*, 20/11/02), já que vários aviões afundados na Segunda Guerra Mundial ainda vertiam fuel.

⁴⁵ Os media começavam entretanto a comentar a ausência do primeiro-ministro José Maria Aznar, que optou por não se deslocar à Galiza (*El Periodico Mediterraneo*, 03/12/02). Aliás, o líder do governo só visitou a região quase um mês depois (Elías, 2006).

No dia 21 de Novembro, embora os media não registassem a ocorrência, vários investigadores da Universidade de Vigo colocaram *online* uma página de Internet para preencher as falhas da informação oficial e para compilar dados científicos (Anderson e Marhadour, 2007)

A 23 de Novembro, seguindo a estratégia governamental de recusar a designação de maré negra, Mariano Rajoy, vice-presidente do governo, assegurou que a Galiza não estava perante uma maré negra, mas sim perante manchas muito localizadas (Valencia e Araújo, não publicado).

A 29 de Novembro, o jornal *El Mundo* noticiou que este tipo de fuelóleo era cancerígeno, segundo o Centre de Documentation, de Recherche et d'Experimentation sur les Pollutions Accidentelles des Eaux (CEDRE). Membros do gabinete de crise foram citados nos dias seguintes, recusando mérito ao estudo francês e reafirmando que o fuel em causa não afectava os seres humanos (*El País*, 30/11/02), mas decorreu um mês até um grupo de cientistas espanhóis publicar um estudo de suporte dessa afirmação (Elías, 2006: 179).

A 1 de Dezembro, cerca de duzentas mil pessoas convocadas pela plataforma Nunca Mais marcharam nas ruas de Santiago de Compostela em protesto contra a inépcia dos gestores de crise. A 6 de Dezembro, a Greenpeace simulou um desastre ecológico numa reunião de ministros da União Europeia, vestindo os seus activistas de aves manchadas por fuel e despejando barris de fuel na rua (Anderson e Marhadour, 2007). Os media foram dando conta do impacte crescente das marés negras em 295 quilómetros da costa galega nos primeiros dias de Dezembro. A 9 de Dezembro, foi nomeado um comité científico para suportar as posições do gabinete de crise (Elías, 2006: 189). Três dias depois, a 12, 96 cientistas das três universidades galegas e a Greenpeace publicaram um documento onde reiteravam que o fuelóleo tinha possíveis efeitos nos seres humanos e que a sua investigação fora ignorada pelo gabinete de crise (*El Mundo*, 12/12/2002).

A 13 de Dezembro, o submersível francês *Nautilus* selou a primeira fenda (*El Mundo*, 14/12/02). A 29, publicou-se por fim o relatório científico espanhol sobre a natureza não carcinogénica do fuelóleo (*El Mundo*, 29/12/02), mas, no dia seguinte, o jornal *El País* assegurou que o relatório fora copiado de um documento francês (*El País*, 30/12/02). O gabinete de crise admitiu o abuso (*El País*, 31/12/02), mas prometeu novo relatório, publicado a 2 de Janeiro em toda a imprensa espanhola, confirmando que não se abririam mais fendas no casco a curto prazo. A posição foi fortemente

contestada entre os universitários galegos (Elías, 2006: 183-184). Segundo os críticos, o casco de ferro poderia oxidar e tornar todo o navio numa gigantesca fenda.

A 16 de Janeiro, o jornal *La Voz de Galicia* fez eco da frustração dos cientistas espanhóis perante o controlo da informação e lembrou que, “em pleno autismo informativo por parte do governo espanhol, as informações do Instituto Hidrográfico de Portugal (IHP) foram cruciais para conhecer a verdadeira dimensão da maré negra e da sua evolução” (*La Voz de Galicia*, 16 de Janeiro de 2003). Nos dias seguintes, outros media elogiaram o modelo informático de correntes disponibilizado pelo IHP na sua página de Internet.

Já em Janeiro, no dia 24, 422 cientistas de 32 universidades e institutos publicaram um comunicado conjunto na revista *Science*, queixando-se de “ocultação de informação” e de “controlo político do conhecimento” em Espanha. Argumentaram também contra os “erros graves” cometidos pela gestão da crise, como rebocar um navio para sul quando se conhecia a força da corrente setentrional e tornaram pública uma nota do Instituto Oceanográfico Espanhol, datada de 15 de Dezembro, que proibia todos os funcionários de falar com os media.

A 28 de Janeiro, o *El Mundo* estimou que o casco se partiria nas profundezas num prazo até 23 anos, ao passo que o *El País* calculou no mesmo dia que isso sucederia num intervalo de 23 a 40 anos. No dia 7 de Fevereiro, foi noticiado que o comandante Mangouras saíra da prisão, depois de a seguradora do seu navio pagar a respectiva fiança (Gill e Ritchie, 2005: 18-19). A partir de Fevereiro, porém, o interesse noticioso pelo tema esmoreceu, embora Elías (2006) tenha defendido que o *Prestige* se manteve irregularmente no topo da agenda noticiosa espanhola até o país participar na invasão do Iraque, a 20 de Março de 2003.

Em Agosto de 2003, porém, o governo espanhol viria a admitir que a quantidade total de fuelóleo vertido correspondia a 60 mil toneladas (*El País*, 27/08/03), enquanto as organizações não governamentais de defesa do ambiente apresentaram estimativas de 77 mil (*Público*, 07/11/03). Um ano depois da catástrofe, milhares de pessoas voltaram a juntar-se nas ruas de Santiago de Compostela, marcando a efeméride e pedindo o apuramento de responsabilidades.

Os processos judiciais e os pedidos de indemnização multiplicaram-se desde o naufrágio. Em Novembro de 2004, o valor total dos processos judiciais em curso para

cobrir os danos, o custo das limpezas e as receitas perdidas pelas comunidades locais era superior a 1,3 mil milhões de dólares (Gill e Ritchie, 2005: 2).⁴⁶

Em Março de 2009, uma juíza espanhola imputou responsabilidades ao comandante e a dois oficiais, mas exonerou o director da marinha mercante espanhola e as autoridades, considerando “prudente e razoável” a decisão de tentar rebocar a embarcação para fora das águas costeiras (*El País*, 26/03/09). Como notou Carlos Ascensio (2006: 569), para a população afectada, a responsabilidade do acidente terá ficado diluída entre o azar, a experiência histórica acumulada de naufrágios na Galiza e a gestão das autoridades; para os políticos, em contrapartida, os responsáveis foram o destino, o comandante, as companhias petrolíferas e a má gestão por omissão de vários países.

Para Armas e García-Allut (2003: 85), o acidente foi, antes de mais, uma marca da globalização. O navio possuía uma bandeira de conveniência (Bahamas), uma sociedade proprietária de conveniência (na Libéria), uma sociedade fretadora de conveniência (na Suíça), envolveu uma seguradora britânica, um armador grego, uma tripulação constituída por adolescentes romenos e filipinos, para ali designada por uma empresa de colocação de mão-de-obra dos Emirados Árabes Unidos. Transportava fuelóleo siberiano, carregado em São Petersburgo, fora construído no Japão e recebera um visto nos Estados Unidos depois da última revisão. Em toda esta amálgama de nacionalidades, notaram os autores, a responsabilidade diluiu-se e os impactes fizeram-se sentir em pelo menos três países – Espanha, Portugal e França.

Ao mesmo tempo, a catástrofe registou elevado simbolismo. Afinal, os grandes navios recebem nomes desafiantes, como *Titanic*, *Polycommander* ou *Prestige*, sugerindo que as máquinas e a tecnologia podem vencer o mar e os seus obstáculos, em contraste com os nomes respeitosos e de conotação religiosa que os pescadores escolhem para as suas embarcações, expressando submissão às forças da natureza.

Em jeito de conclusão, um grupo de trabalho da agência europeia de prevenção e resposta a acidentes de poluição marinha, reunido em congresso em Santiago de Compostela em 2006, concluiu que existiram erros graves de comunicação durante a gestão da crise do *Prestige*: comunicação unidireccional (falta de interacção com audiência); mensagens contraditórias (entre diferentes instituições governamentais);

⁴⁶ O artigo de Duane Gill e Liesel Ritchie não foi publicado. Trata-se de uma comunicação dos autores à reunião anual da Southwestern Social Science Association, em Março de 2005. Uma cópia do texto foi gentilmente enviada ao autor por Duane Gill em Janeiro de 2010.

mensagens pouco claras (ambíguas e confusas); ausência de uma voz pericial para justificar as acções do governo; nenhuma autocrítica e minimização da crise e das suas consequências; ausência de canais de comunicação directa com os afectados; ausência de informação *online* e de informação à medida dos media; e crise sem um fim controlado (AMPERA, 2007).

6.3.2 – Conhecimento acumulado sobre a cobertura de acidentes petrolíferos

Há muito que a sociologia do jornalismo investiga a cobertura noticiosa dos acidentes petrolíferos. Harvey Molotch e Marilyn Lester (1975) produziram um dos primeiros trabalhos sociológicos depois de analisarem o tratamento noticioso de um derrame petrolífero nas praias da costa de Santa Bárbara, na Califórnia (EUA) em 1969. À data, o mito do jornalismo como espelho da realidade, defendido pela ideologia profissional, mantinha ainda vigor no imaginário colectivo, e os autores usaram o acidente para contestar a hipótese de que o jornalismo consiste sempre em levar à atenção do público as ocorrências mais importantes do quotidiano por força da sua inevitabilidade. A análise à cobertura noticiosa levou-os a concluir que a realidade não é objectiva, pois exige escolhas subjectivas – a noção de relevância é assim atribuída a cada acontecimento pelos media que o relatam.

Um derrame petrolífero não é um mero acontecimento de rotina, preparado por promotores que esperam uma amplificação controlada do seu ponto de vista. É um acidente, espontâneo, incontável numa primeira fase, e com poder para atrair cobertura noticiosa durante um longo período de tempo. Molotch e Lester sugeriram assim alguns valores-notícia essenciais para explicar a discrepância da cobertura noticiosa registada entre diversos meios de comunicação americanos.

Um desses valores é seguramente o elevado grau de ressonância cultural, pois o derrame representa o paradoxo entre a protecção ambiental e a economia, entre a exploração da natureza e a desordem tecnológica. A amplitude do impacte e o seu carácter inesperado representam valores adicionais que cativam os media. Mas a proximidade geográfica do evento, já antecipada por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965/1993), é o valor fundamental. É aquele que aproxima o acidente das comunidades cuja vida pode ser afectada nas vertentes económica, política ou ambiental. De resto, a investigação posterior (Anderson, 1997; Anderson, 2002; Agraso, Santamaría e Aleixandre, 2003; Anderson e Marhadour, 2007) tem vindo a

confirmar o valor-notícia da proximidade geográfica como o factor decisivo de amplificação ou redução das notícias sobre um derrame petrolífero em cada contexto. Uma dimensão adicional produzida pelo artigo de Molotch e Lester foi a concepção de arena pública como palco de competição entre temas e proponentes de temas para chegar ao espaço mediático. Inesperado por natureza, um derrame petrolífero provoca competição entre os vários agentes sociais interessados em tentar definir a situação para o público. Há interesses convergentes e outros divergentes, na abordagem de um leque de temas potenciais de interesse noticioso, como a quantidade de crude libertada, a extensão dos danos ecológicos, os custos económicos e sociais do acidente, as necessidades energéticas da indústria, os danos estéticos causados pelas plataformas de extracção, a probabilidade de novos derrames, os subsídios estatais concedidos às empresas petrolíferas, as posições conservacionistas e até o egoísmo daqueles que se opõem à extracção de petróleo. Na sua análise, os autores concluíram que, numa primeira fase, os grupos conservacionistas obtiveram acesso aos media, mas rapidamente a cobertura noticiosa foi desviada em favor das petrolíferas. No fundo, a melhor solução para uma fonte não oficial lutar pela sua oportunidade de enquadrar um acontecimento desta ordem será “sempre bater no ferro enquanto ele está quente” (*opus cit.*: 247).

Nas conclusões da sua investigação, Molotch e Lester lembraram que o interesse mediático por um acidente rapidamente se desvanece ao fim de alguns meses e que o desenlace político e jurídico, produzido anos depois do evento-chave, raramente recebe cobertura significativa. Por força da recuperação da hegemonia das fontes oficiais, é transmitida assim à audiência a percepção de que o derrame foi controlado e as suas consequências minimizadas. O acidente é assim rotinizado.

Mesmo sem ter investigado concretamente a cobertura noticiosa de acidentes petrolíferos, justifica-se uma referência igualmente à obra de Allan Mazur (1998) que analisou como a cobertura intensiva de tópicos ambientais como as alterações climáticas, a extinção de espécies ou a destruição da floresta tropical no final da década de 1980 produziu uma reorganização no quadro de avaliação de riscos globais dos norte-americanos, num fenómeno típico de agendamento. No entanto, o autor provou também como acontecimentos de enorme impacte nos Estados Unidos, como o naufrágio do *Exxon Valdez*, noticiado profusamente nos media nacionais como metáfora da poluição num local prístino, mereceram escassas referências nos media

internacionais, o que sugere que o agendamento produzido em cada contexto obedece a mecanismos muito particulares.

Alison Anderson (2002) debruçou-se igualmente sobre a forma como os valores noticiosos e os constrangimentos profissionais moldam a cobertura dos derrames petrolíferos. Ao reapreciar a cobertura noticiosa do acidente do *Exxon Valdez*, concluiu que a narrativa mediática do evento foi elaborada com a premissa de que a responsabilidade era individual e pertencia ao comandante, que navegava alcoolizado. A escolha deste enquadramento dominante travou naturalmente outras interpretações, como uma discussão sobre as más condições de segurança do tráfego marinho ou a proximidade das rotas petrolíferas das áreas bravias do Alasca (*opus cit.*: 8). Aliás, como Patrick Daley e Dan O’Neill notaram anteriormente, “este tipo de narrativas naturaliza o derrame, retirando eficazmente (...) as causas estruturais da arena política e transportando-as para o reino inacessível da inevitabilidade tecnológica” (1991: 53). Anderson concluiu assim que as notícias sobre derrames petrolíferos “não podem ser dissociadas dos valores sociopolíticos relativos ao ambiente. O melodrama do relato de desastres segue um guião previsível, que inclui a perturbação da normalidade, a investigação do mistério e finalmente a recuperação da ordem” (2002: 13). E assenta igualmente na premissa de que a disponibilidade de imagens, em particular para a televisão, é um forte valor-notícia.

Ainda enquadrado na análise da cobertura noticiosa do acidente do *Exxon Valdez*, o artigo de Daley e O’Neill (1991) passou em revista as notícias produzidas nas duas semanas seguintes ao acidente, concluindo que, num caso desta natureza, sobrepõem-se narrativas maioritárias e minoritárias. As primeiras incluíram naturalmente a narrativa do desastre, que transformou toda a sociedade numa vítima, e a narrativa do crime, talhada para fazer de cada membro da audiência um espectador e de alguns agentes sociais vilões. Os autores identificaram ainda uma terceira narrativa, de cariz ambiental, que apresentou os danos ecológicos do acidente. Escondida, mas presente, esteve ainda uma narrativa minoritária sobre o impacte do naufrágio numa comunidade indígena local.

Vale a pena ainda mencionar a investigação de Thomas Beamish (2002), que estudou um dos maiores derrames petrolíferos da história dos Estados Unidos, produzido nas dunas de Guadalupe, na Califórnia. O ponto de partida foi um derrame prolongado durante décadas, registado debaixo da superfície (“um derrame invisível”) pela actividade mal regulada de uma central refinadora. Beamish comparou a percepção

pública de uma calamidade ao proverbial sapo no interior de uma panela: com um aumento brusco da temperatura, ele rapidamente saltará da panela; degradando lentamente as condições do seu ambiente, ele deixar-se-á cozer.

Durante duas décadas, a central verteu 75 milhões de litros de crude para as dunas. O problema não era desconhecido dos trabalhadores, nem dos reguladores que visitavam a unidade, mas era aceite informalmente que uma central refinadora teria sempre de libertar crude para o exterior. Para Beamish, a lentidão do processo atrasou o conhecimento público do problema, tal como o modelo de decisão em curso naquele tipo de organização, mas o derrame de Guadalupe representou sobretudo um modelo de problema ambiental contemporâneo: “A nossa preocupação com a causa imediata e os seus efeitos operam contra o reconhecimento e a resolução dos problemas em muitas circunstâncias”, escreveu (2002: 152). Os tribunais e os media ignoram as circunstâncias latentes que levam a muitos problemas industriais e ambientais, focando-se nos erros de operadores individuais e atribuindo culpa à sua negligência. Como veremos na análise do tratamento noticioso do caso do *Prestige*, se um derrame petrolífero for enquadrado como um acidente marítimo, essa valorização dirigirá o debate para uma “conjunção de erros humanos e técnicos misturados com azar” (Armas e Garcías-Allut, 2003: 103), limitando as causas à meteorologia, à incapacidade da tripulação ou ao estado da embarcação, escondendo outras variáveis desalinhadas com o enquadramento original, mas igualmente plausíveis.

6.3.3 – O *Prestige* na sociologia do jornalismo

A presente investigação dispõe de uma ferramenta extremamente útil para analisar as premissas anteriores, traduzida na investigação já produzida sobre o tratamento noticioso do caso *Prestige* na sociologia espanhola e britânica. De facto, já existe um manancial de artigos sobre o acidente, que produziram informação substancial sobre o agendamento do tema nos media espanhóis, franceses e ingleses (Anderson e Marhadour, 2007) e nos media galegos (Agraso *et al*, 2003), o papel de alguns agentes sociais com influência na gestão da catástrofe (Elías, 2006; Santiago, 2006), os enquadramentos mais usados (Vicente, 2006), a interferência das colunas de opinião na formação de enquadramentos dominantes (Teijeiro, 2006), o peso da Internet na gestão das novas catástrofes (Gill e Ritchie, 2005) e até – embora não seja esse o objecto desta investigação – as diferenças na recepção (Gómez, 2006).

Alison Anderson e Agnès Marhadour (2007) concentraram-se na análise do tratamento noticioso concedido ao acidente em jornais espanhóis, franceses e ingleses, procurando pontos de contacto e de clivagem entre as abordagens e testando a tese de Molotch e Lester de que a proximidade geográfica é o principal valor-notícia de um derrame petrolífero. Na sua perspectiva, a imprensa espanhola, que publicou mais notícias sobre o tema, foi motivada pela proximidade geográfica; a imprensa regional galega foi responsável por uma cobertura noticiosa vocacionada para estimar as implicações do acidente para a economia local. Nos jornais franceses e ingleses, não directamente ameaçados pela mancha de fuelóleo, o tema focou-se nos impactes ecológicos e na controvérsia política. Com uma *nuance*: o enquadramento francês sintonizado com o drama dos pescadores galegos rapidamente se modificou a partir do momento em que se soube que a mancha produziria impactes na costa francesa.

As autoras concluíram assim que os derrames petrolíferos, apesar de potenciados localmente, têm uma ressonância global, pois a cobertura noticiosa é normalmente emocional e concentrada em imagens expressivas de impactes mensuráveis. A prová-lo, está o facto de a imagem do navio partido em dois, instantes antes de afundar, ter sido publicada em jornais de todos os países analisados (*opus cit.*: 104). Em realidades não directamente ameaçadas, o enquadramento primordial parece ser o impacte ecológico concreto e não tanto as ameaças abstractas ou as problemáticas mais abrangentes.⁴⁷ Mesmo nos jornais nacionais espanhóis, o tema foi tratado maioritariamente como um desastre ecológico, mal gerido politicamente e com consequências socioeconómicas relevantes. Só no contexto regional, como em *La Voz de Galicia*, no qual o tema foi tratado na primeira página diariamente de 14 de Novembro a 16 de Janeiro (*opus cit.*: 103), se abordaram consequências palpáveis para os ecossistemas e para a economia, desvalorizando a polémica política.

Um segundo contributo produzido pelo seu trabalho foi a tese de que a Internet se tornou uma força influente no acompanhamento de acidentes, produzindo impactes na cobertura noticiosa e fortalecendo o efeito de mobilização. Em primeiro lugar, foi na Internet que se proporcionaram fontes alternativas de informação, por vezes em contradição com a documentação oficial. Anderson e Marhadour mostraram como as fotografias de satélite publicadas pela primeira vez na Internet e repetidas depois no

⁴⁷ Tendo sofrido o impacte do naufrágio do *Erika* três anos antes, a opinião pública francesa estava naturalmente sintonizada para os efeitos de um potencial novo derrame e interessada no desfecho de um caso que começara por ser construído como um drama numa realidade distante.

El País de 20 de Novembro (*opus cit.*: 103) contribuíram para a percepção de que o acidente fora mais extenso do que o noticiado, ao passo que a informação disponibilizada por institutos oceanográficos em Portugal e França, contraditória face às posições dos porta-vozes espanhóis, foi usada para desmontar enquadramentos dominantes. Em segundo lugar, organizações não governamentais como a Greenpeace e o World Wildlife Fund for Nature utilizaram repetidamente a Internet para fazer apelos à mobilização e veicular informação não mediada (*opus cit.*: 109).

Duane Gill e Liesel Ritchie (2005) analisaram também o tratamento noticioso do acidente desde Novembro de 2002 a Julho de 2004, estudando 340 artigos produzidos nesse intervalo agregados pelos motores electrónicos de busca. Perceberam que boa parte das notícias publicadas na imprensa espanhola sobre o acidente provinha das agências noticiosas, comprovando o peso destas instituições no mercado global de informação. No entanto, estimaram em 6% o caudal noticioso gerado a partir de sítios de Internet alternativos (não pertencentes a meios de comunicação institucionalizados), o que sugere uma dessacralização dos canais jornalísticos tradicionais – pelo menos, em situações de acidentes ou tragédias.

A sociologia espanhola produziu também vasta bibliografia sobre o tratamento noticioso do *Prestige*. Marta Agraso, Fins Santamaría e Maria Pilar Aleixandre (2003) analisaram os enquadramentos sobre o acidente na imprensa galega de 13 de Novembro de 2002 até final desse ano e compararam a informação produzida nesse mês e meio com um período temporal semelhante. Concluíram que o acidente do *Prestige* foi aglutinador, propiciando mais notícias de ambiente do que no período de controlo. Analisando o tratamento do caso, Agraso e colegas (2003) sugeriram que, na imprensa galega, o enquadramento dominante se focou nas repercussões socioeconómicas do acidente e nas implicações éticas, nomeadamente no esforço de mobilização e participação cívica dos voluntários. O estudo apurou também que as fontes governamentais dominaram a cobertura, deixando pouco espaço para as fontes não oficiais, como as organizações não governamentais, os grupos científicos ou as fontes universitárias. Aliás, a maioria das vozes oficiais citadas na imprensa galega corresponderam ao domínio institucional e político, enquanto os grupos profissionais directamente afectados foram sub-representados nas notícias sobre o acontecimento.

Concentrado no noticiário de televisão dos canais espanhóis de âmbito nacional, Miguel Vicente (2006) analisou as diferenças nos enquadramentos atribuídos por cada estação ao acontecimento e os processos através dos quais as redacções tentaram

rotinizar um desastre que se prolongou no tempo. Segundo o autor, a extensão cronológica do acidente, prolongado durante três meses, foi diferente da estrutura de um acontecimento igualmente inesperado, mas brusco, como o atentado de 11 de Março. Um dos problemas que mais afectou o trabalho jornalístico foi precisamente a procura desesperada de enquadramentos relevantes, sem repetir a informação apresentada nos dias anteriores. Vicente propôs assim que o *Prestige* constituiu um exemplo de crise progressiva nos media, oposto ao modelo de desastre pontual.

Analisando o peso das fontes nos noticiários televisivos, Vicente confirmou o peso das fontes oficiais, sobretudo governamentais, nos noticiários dos principais canais espanhóis, mas descobriu uma *nuance* relevante – o peso flutuante de uma fonte não oficial, como a plataforma Nunca Mais. Na TVE1 e na Antena 3, canais mais institucionalizados e próximos do poder, a plataforma teve uma presença residual, com poucas referências em mais de três dezenas de noticiários. Já na Telecinco e na TV3, mais próximas da oposição partidária, a plataforma teve papel mais relevante e chegou a produzir actividades referidas na notícia de abertura.

Mar de Santiago (2006) transpôs a análise anterior para a imprensa diária, seleccionando dois jornais nacionais e um galego. Do seu artigo, conclui-se que a imprensa espanhola, tradicionalmente próxima de forças partidárias, integrou o tratamento noticioso do acidente num conjunto de enquadramentos interpretativos consonantes com as expectativas dos seus leitores. Assim, no *El País*, mais próximo do Partido Socialista, então na oposição, a autora registou uma tendência precoce de caracterizar o acidente como uma “catástrofe”, não só ecológica, como económica, social e política. Para tal, o jornal identificou a gestão de crise como um dos problemas e recorreu a marcas de dramatização para reforçar a tese (características e extensão da mancha de fuelóleo, intensidade ou impacte ecológico e económico).⁴⁸

No *ABC*, mais próximo do partido do governo, o naufrágio foi noticiado com maior timidez, transmitindo-se quase sempre a versão governamental para cada ocorrência. O jornal enquadrrou repetidamente o caso como um “acidente”, um desastre natural, atribuível ao sinuoso mundo do transporte marítimo de mercadorias perigosas. As forças encarregues de resolver a crise foram enfatizadas na cobertura do jornal, em detrimento das vozes dissonantes e dos grupos não oficiais.

⁴⁸ O relatório AMPERA aliás frisou bem o uso excessivo que os media fazem da semântica da catástrofe na sequência de derrames petrolíferos, reflectindo o medo colectivo de degradação do ambiente marinho, embora a estatística registre que o número real de derrames e as quantidades de crude vertido decresceram desde meados da década de 1980 (2007: 2).

Em contraponto, *La Voz de Galicia* concentrou-se no impacte socioeconómico regional, não se detendo na definição da causa, mas sim nos efeitos mensuráveis. Adoptou a causa da região como um valor partilhado (traduzido no uso de uma voz colectiva: “nós, os galegos”), relatando consequências para os grupos afectados e concentrando-se no esforço de cidadania local, para o qual cunhou o termo “maré humana e branca”, oposto à “maré negra de crude”. Sem ser correia de transmissão da plataforma de acção cívica, o jornal terá sido um condutor de visibilidade da mesma. Por fim, vale ainda a pena analisar os estudos de recepção de Ariadna Teijeiro (2006) e Juan Gómez (2006). Teijeiro estudou a influência dos meios de comunicação na formação de opinião sobre um acidente. O seu estudo concentrou-se na percepção da intervenção das forças armadas na resolução do caso, comparando a opinião publicada sobre a presença do exército na Galiza e a opinião formada pelos próprios galegos. A autora verificou uma variação relevante da percepção do papel do exército nos jornais – exaltada com um certo carácter épico, apresentada como a força com poder para solucionar o problema – face à percepção dos galegos, que se queixaram da escassez de meios humanos e materiais e da descoordenação das intervenções. Pelo mesmo diapasão alinhou Juan Gómez, que juntou em 2003 e 2004 grupos de foco constituídos por membros das comunidades locais e procurou compreender de que forma a sua representação do acidente coincidia com aquelas que foram construídas nos media. Gómez notou “elevada dissonância” (2006: 342) entre a interpretação interpessoal e a que resultava da consulta dos media. Alguns entrevistados confidenciaram que seguiam o caso na televisão como se se tratasse de ficção, pois a representação concentrada nos piores impactes era mais apelativa do que a realidade. Esperavam, pois, pelo noticiário como se aguardassem pela novela. A sua avaliação do risco não fora particularmente afectada pelo acidente, pois a maioria dos entrevistados referiu que o risco mais corrente e emocional para a população costeira da região continuava a ser a perda anual da vida de pescadores no mar.

6.4 – A gripe A, uma crise sanitária sem referências próximas

6.4.1 – Cronologia da pandemia

O património genético e a estrutura antigénica dos vírus da gripe de tipo A mudam regularmente, gerando novas estirpes que, por não terem circulado previamente, encontram condições ideais de propagação até a população hospedeira desenvolver imunidade. A gripe é a doença zoonótica mais comum e é nas aves aquáticas

silvestres que se produz a maioria dos reservatórios do vírus da gripe. Posteriormente, há inúmeros hospedeiros possíveis, incluindo os seres humanos (DGS, 2010: 15).⁴⁹ Existem doenças para as quais uma infecção prévia ou a vacinação garantem imunidade, mas a gripe é diferente porque a mutação do vírus e o seu contágio fácil geram surtos anuais, normalmente no Inverno. A velocidade do transporte moderno aumenta a probabilidade de contágio globalizado num curto espaço de tempo. O conhecimento acumulado sobre este tipo de vírus já é significativo. O primeiro identificado foi o vírus de origem suína A/swine/Iowa/30 (H1N1), detectado em 1930 e associado ao vírus da gripe de 1918 (Dávila, 2009: 176). Muitos outros se seguiram. Em Abril de 2009, uma nova estirpe da gripe do subtipo H1N1⁵⁰ emergiu devido ao rearranjo de dois segmentos de ARN. A estirpe incorporou dois segmentos do genoma de origem suína e foi baptizada como A/Califórnia/4/2009/H1N1. No dia 24 de Abril, depois de receber os resultados de testes realizados por um laboratório canadiano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a identificação de 800 casos suspeitos da então designada gripe suína no México e mais sete nos Estados Unidos (*Jornal de Notícias*, 25/04/09). A mesma organização anunciou também que o vírus do subtipo H1N1 tinha “potencial pandémico” (*Lusa*, 25/04/09), sinalizando à opinião mundial a possibilidade de o vírus viajar entre continentes. As últimas pandemias de gripe tinham ocorrido em 1918, 1957 e 1968, apesar das reduzidas referências na memória colectiva⁵¹. O caso da pneumónica de 1918-1919 é exemplar, como salientaram Sobral e colegas (2009: 30). Apesar da elevada mortalidade, persistiram escassas referências literárias, cinematográficas e até científicas a esta pandemia:

«A doença e a morte, ao contrário da guerra, são uma parte inevitável da vida, e a pandemia pode ser equiparada a um tremor de terra, um tsunami ou qualquer outro desastre natural (...) A guerra não. Nessa naturalização do evento epidemiológico encontraremos também uma via de explicação possível para o seu silenciamento.» (opus cit.: 31, ênfase no original)

⁴⁹ Há ainda vírus de gripe do tipo B e C. Os vírus do tipo C não costumam provocar doença nos seres humanos. Mais frequentes nos humanos, os vírus do tipo B correspondem à gripe tradicional. Os vírus do tipo A são os únicos que podem gerar pandemias, tendo para isso de dispor de uma estirpe para a qual não existe imunidade (1), que se transmite eficazmente entre doentes (2) e provoque doença (3).

⁵⁰ “A letra H designa uma proteína, a hemaglutinina, que liga o vírus à célula hospedeira, e a N uma outra – neuraminidase – que promove a libertação dos vírus das células infectadas e a sua propagação no tracto respiratório” (Sobral *et al.*, 2009: 21)

⁵¹ Nerlich e Halliday descreveram ainda uma pandemia de gripe com origem na Rússia em 1889, que rapidamente deu a volta ao globo (2007: 46).

Em todo o mundo, os departamentos ou ministérios encarregados da resposta à doença activaram os seus planos de contingência e Portugal não foi excepção, colocando em marcha no dia 24 de Abril de 2009 um plano desenhado pela Direcção-Geral da Saúde em 2006. Foi anunciado publicamente o accionamento “(d)os dispositivos previstos para este tipo de situações” (DGS, *opus cit.*: 9).

A seriedade sugerida por estes preparativos despertou o pânico em vários contextos. A 27 de Abril, o *Daily Mail* escreveu: “Esta pode ser uma ameaça maior para a humanidade do que a guerra nuclear” e, um dia depois, a manchete do *Daily Express* referia em grandes parangonas: “Chegou a gripe assassina!”

A velocidade de propagação era elevada. A 27 de Abril, foram confirmados os primeiros casos na Europa, mais concretamente em Espanha e na Grã-Bretanha (*Euronews*, 27/04/09), circunstância que justificou, no mesmo dia, a declaração de nível 4 da pandemia.⁵² Jornalistas de todo o mundo noticiaram em directo a partir do México utilizando máscaras no rosto. Na Grã-Bretanha, a cadeia *ITN* entrevistou uma das primeiras vítimas através de uma porta fechada (Cf. Harding, 2009: 29)

Dois dias depois, a 29, uma criança mexicana de 23 meses tornou-se o primeiro óbito nos Estados Unidos provocado pela doença⁵³, motivando a activação automática do nível 5 por parte da OMS e o alerta para que as unidades de saúde se preparassem para uma “pandemia iminente” (*dn.pt*, 29/04/09).

No dia 30 de Abril, a OMS iniciou os seus esforços para delimitar as fronteiras do problema, anunciando que passaria a designá-lo como “gripe A(H1N1)” depois de os especialistas em veterinária garantirem que esta estirpe não afectava os porcos e, como tal, desaconselhando classificá-la como “gripe suína” (*RTPN*, 30/04/09).

Em Portugal, o primeiro caso confirmado foi diagnosticado a 29 de Abril, numa mulher que viajara para o México. O segundo ocorreria apenas a 31 de Maio e o terceiro a 12 de Junho. Outros se seguiriam até ao primeiro caso secundário (diagnóstico de um doente infectado depois da primeira geração de um período de incubação), no dia 4 de Julho, e ao primeiro *cluster*, num infantário de Lisboa, no dia seguinte (gerado por cinco casos iniciais associados a uma criança que estivera no México). A 10 de Julho, foi identificado o primeiro caso sem historial epidemiológico

⁵² Antes da pandemia, a OMS já estava em alerta de nível 3 na sequência da identificação de casos de infecção humana por vírus da gripe de origem animal do subtipo H5N1, embora sem potencial aparente para causar surtos (DGS, *opus cit.*: 15). Na memória colectiva, pairava o susto mundial provocado pelos casos de gripe aviária em 2004 e 2005.

⁵³ Foi noticiado que uma mulher mexicana morrera em Oaxaca no dia 12 de Abril, mas não se procedeu à confirmação da estirpe neste óbito.

(ou seja, impossível de determinar onde e como ocorrera o contágio). A 18 de Agosto, o número de doentes sem historial epidemiológico ultrapassou pela primeira vez o número de casos importados e de casos secundários (DGS, *opus cit.*: 20).

A rápida progressão da doença e o alarme das organizações nacionais e internacionais de luta contra a doença propiciaram reacções inflamadas. No dia 8 de Maio, Jorge Torgal, presidente do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, previu que a doença poderia infectar dois a três milhões de pessoas e matar 75000 pessoas só em Portugal (*iol.pt*, 08/04/09). A OMS actualizava regularmente os seus diagnósticos: a 20 de Maio, dava conta da contaminação de 10243 pessoas em 41 países e de 80 óbitos. (*ionline.pt*, 20/05/09). Reconhecida a extensão da pandemia, já alargada à Ásia e à Oceânia, num total de 74 países, a organização declarou a fase 6 de pandemia no dia 11 de Junho, incentivando os laboratórios farmacêuticos a produzir vacinas contra o vírus (*publico.pt*, 11/06/09). Três dias depois, ocorreu o primeiro óbito fora do continente americano, na Escócia (*diario.iol.pt*, 14/06/09) No final do mês, num ciclo de três dias, foram diagnosticados onze mil novos casos (*dn.pt*, 29/06/09).

As respostas terapêuticas iniciais aos casos de contágio incluíam a administração de antivirais como fosfato de oseltamivir (conhecido pelo nome comercial de Tamiflu), mas, a 29 de Junho, a Dinamarca anunciou o primeiro caso de resistência a este medicamento. A OMS continuou a emitir alarmes preocupantes: a 20 de Julho, foi revelado que a pandemia alastrava a uma velocidade “sem precedentes” (*Euronews*, 20/07/09). No final de Agosto, enquanto os casos se acumulavam no hemisfério norte (1000 casos a 14 de Agosto em Portugal e 2.000 a 21 do mesmo mês), a organização considerava que esta estirpe suplantara outras e seria a estirpe prevalente de gripe do ano. As declarações de Androulla Vassiliou, comissária europeia de saúde, aconselhando no dia 27 de Setembro o adiamento de viagens não urgentes para os Estados Unidos funcionaram como mais um rastilho que aumentou o alarme social.

As campanhas de vacinação tornaram-se o tópico de discussão em Setembro. A China foi o primeiro país a lançar uma campanha em massa, seguida de outros países europeus. A 28 de Outubro, porém, os Estados Unidos anunciaram uma vacina diferente daquela que fora seleccionada na Europa (*dn.pt*, 28/10/09), tal como a Suíça. A legislação americana prevê que, em caso de existência de duas vacinas no mercado, é escolhida a que não tem adjuvante, enquanto a Suíça fez a sua escolha privilegiando um laboratório helvético (a Novartis). Estas motivações processuais ou proteccionistas não foram devidamente contextualizadas nas notícias.

No agendamento do tema, a semana de 14 a 19 de Novembro de 2009 foi decisiva em Portugal, na medida em que registou três mortes fetais em mulheres vacinadas contra a pandemia, gerando alarme social. Embora a relação causal não pudesse ser estabelecida, vários médicos lançaram dúvidas sobre efeitos secundários da vacina escolhida e alimentaram as críticas ao plano de vacinação. Como veremos na análise de conteúdo, o nexos causal foi simplificado no discurso dos media e, na ausência de dados científicos, provocou críticas à Direcção-Geral da Saúde e à ministra Ana Jorge. O fenómeno ocorreu igualmente noutros países (DGS, 2010: 98).

O ritmo de propagação do vírus, que abrandara entre a última semana de Agosto e 21 de Setembro, aumentou outra vez, atingindo o seu período crítico na semana de 23 a 29 de Novembro, só retornando abaixo da linha de base nos primeiros dias de Fevereiro (DGS, *opus cit.*: 13) A 11 de Novembro, o primeiro-ministro José Sócrates e Ana Jorge vacinaram-se contra a gripe, num acto que pretendeu reafirmar a confiança no plano de contingência (*publico.pt*, 11/11/09).

À medida que a pandemia foi atenuando a sua velocidade, entre Janeiro e Abril, vários organismos iniciaram um processo de balanço. A 25 de Janeiro, Wolfgang Wodard, deputado da assembleia parlamentar do Conselho da Europa, apresentou uma moção para que fosse investigado um possível conflito de interesses entre a OMS e empresas farmacêuticas, considerando que a pandemia terá sido “o maior escândalo médico do século” (*dn.pt*, 25/01/10).

Vários meios de comunicação iniciaram a partir de então um processo de questionamento do seu próprio comportamento nos meses anteriores. No dia 29 de Abril, o colunista Simon Jenkins, do *Guardian*, escrevia: “Tornámo-nos dementes!” Três dias depois, Deborah Orr, no *The Independent*, acrescentou: “Temos de ser inoculados contra surtos de pânico.” E, no *Daily Mail* do dia seguinte, Christopher Booker escreveu sobre a “Pandemia de Pânico”. Estes exemplos, citados por Harding (2009: 30), documentam como o estado de pânico deu por fim lugar à descrença nos meios de comunicação, apesar de persistirem causas genuínas para alarme.

Em Abril, foi também tornado público que os principais laboratórios europeus que desenvolveram antivirais para a gripe A tinham facturado 5,3 mil milhões de euros (*expresso.pt*, 07/04/09). Uma semana depois, o presidente do Comité de Emergência que assessorou a OMS para declarar a pandemia afirmou que se esperara tempo de mais e que esta poderia ter sido accionada mais rapidamente (*TVI*, 14/04/010). Os laboratórios farmacêuticos envolvidos acrescentaram que a rapidez do processo se

devera ao trabalho acumulado no sector desde os ensaios clínicos com a estirpe H5N1 em 2004 e 2005. A 22 de Maio, o *Financial Times* acusou a OMS de se vergar aos interesses das farmacêuticas e revelou que a organização modificara recentemente os níveis de exigência necessários para declarar uma pandemia no futuro.

Margaret Chan, a directora-geral da OMS, respondeu a 8 de Junho, negando qualquer intervenção das empresas farmacêuticas nas decisões da organização bem como qualquer conflito de interesse. Por fim, a 10 de Agosto, a OMS considerou que a pandemia terminara (*RTPN*, 10/08/10).

Em Portugal, apesar de não ser obrigatória a notificação dos casos hospitalizados por gripe A, 1436 doentes terão sido acolhidos em hospitais, 193 dos quais em cuidados intensivos. Registaram-se 124 óbitos confirmados (DGS, *opus cit.*: 13). Com excepção de um, todos os óbitos registaram-se em instituições do Serviço Nacional de Saúde e corresponderam a uma mortalidade de 1,17 por 100 mil habitantes, “cerca de um terço do valor estimado pelo European Center for Disease Prevention and Control (até 3 por 100 mil habitantes) para o ‘pior cenário razoável’” (DGS, *opus cit.*: 41). No entanto, a mortalidade observada em Portugal foi superior à média europeia.

A idade média de ocorrência dos óbitos foi de 47,6 anos, um registo distinto dos dados conhecidos para a gripe sazonal: em 2008-2009, 82% dos óbitos provocados pela gripe sazonal tinham idade igual ou superior a 75 anos (DGS, *opus cit.*: 44). Na gripe A, o indivíduo mais novo tinha 5 meses e o mais velho 88 anos. Em 33,3% dos óbitos, não existiam factores de risco, mas, das sete crianças falecidas, seis registavam factores de risco e a informação é indisponível para a última. O relatório conclui que os indicadores sobre o recurso a cuidados de saúde, hospitalização e mortalidade revelam “que a gripe pandémica teve maior influência nos menores de 30 e, particularmente, nos menores de 10 [anos]”, (DGS, *opus cit.*: 49).

Dos 82 óbitos que registavam factores de registo, apenas três tinham sido vacinados. Duas meninas com leucemia só fizeram a primeira toma da vacina; e um idoso contraiu o vírus três dias depois da vacinação, antes por isso de esta fazer efeito.

6.4.2 – A resposta das autoridades de saúde

Portugal, como outros países europeus, centraliza na sua Direcção-Geral da Saúde (DGS), tutelada pelo Ministério da Saúde, a resposta a surtos contagiosos e o planeamento de contingências para lidar com pandemias. Cabem portanto à DGS quatro áreas funcionais vitais – a informação para avaliação de risco (1), a prevenção,

contenção e controlo, incluindo medidas de saúde pública e prestação de cuidados de saúde (2), a comunicação entre todos os agentes periciais envolvidos, os meios de comunicação, os decisores políticos, as empresas e o público (3) e a avaliação permanente do sucesso de cada uma destas missões (4) (DGS, *opus cit.*: 12).

A rede de resposta às doenças infecciosas é global e inclui parceiros internacionais de referência, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), os Centros de Controlo de Prevenção de Doenças Europeu e Americano, bem como as direcções-gerais de saúde de estados vizinhos. Em face de uma epidemia, o protocolo sugere que as decisões de caracterização da ameaça e sugestão de acção provenham da OMS, independentemente dos planos de contingência nacionais e de acções pontuais de preparação, como a aquisição de reservas de vacinas ou antivirais. Foi isso que sucedeu entre 2009 e 2010, cabendo à OMS as decisões de fundo sobre os níveis de ameaça da gripe, as sucessivas fases de resposta e a recomendação para sectores vitais da economia se vacinarem.⁵⁴ Um momento igualmente definidor aconteceu com a declaração de emergência nacional nos Estados Unidos no Outono de 2009.

Entre 24 de Abril e 21 de Agosto, a DGS accionou a etapa de contenção do plano de contingência, uma fase idealizada para fazer face à ocorrência da primeira centena de casos (que viria a acontecer a 14 de Julho de 2009), que impunham um “diagnóstico precoce, com confirmação laboratorial, no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e no serviço de patologia clínica do Hospital Curry Cabral” (*opus cit.*: 13). Foi seleccionada uma rede de quatro hospitais de referência, pouco depois alargada a mais quatro, para procurar conter a infecção, evitando que os pacientes transmitissem a doença a outras pessoas. O objectivo primordial era atrasar o contágio, de forma a ganhar tempo para a prevenção, o controlo e a resposta, bem como para a implementação de uma vacina adequada.

Em termos de resposta operacional, na sequência das análises laboratoriais, todos os primeiros casos foram classificados como “caso em investigação” (provisório), “caso confirmado” ou “não-caso”. Na fase de contenção, desenvolveu-se uma complexa cadeia de procedimentos destinada a validar a história clínica e epidemiológica de cada caso, seguida de hospitalização, isolamento, diagnóstico clínico, confirmação laboratorial, tratamento e acompanhamento do doente até à alta hospitalar. Para tal,

⁵⁴ A título de exemplo, valerá a pena referir que a recomendação do governo britânico às grávidas para permanecerem em casa durante a fase crucial da epidemia terá igualmente funcionado como catalisador da urgência.

foi crucial a triagem maioritariamente conduzida pela Linha de Saúde 24 antes da hospitalização de cada caso suspeito.

A partir de 21 de Agosto, a DGS accionou a fase de mitigação, reconhecendo que seria impossível determinar o historial clínico de todos os infectados, até porque os casos importados passaram a ter menos importância do que os contágios dentro das fronteiras portuguesas. Nesta fase, o objectivo era minimizar o impacto da pandemia nos serviços de saúde e na sociedade, procurando reduzir a morbilidade, a mortalidade e a disfunção social (DGS, *opus cit.*: 22).

Correspondeu assim à fase de mitigação o alargamento da rede hospitalar, o aumento da capacidade de resposta da Linha Saúde 24 (que, nos casos menos severos, passou a aconselhar os doentes a permanecer no domicílio) e a alteração dos diagnósticos laboratoriais para clínicos. A partir desta fase, os casos já não foram referidos como “gripe A (H1N1)2009” e sim como “síndrome gripal”. A notificação dos óbitos foi centralizada na DGS e monitorizada através do Sistema de Emergências de Saúde Pública. Note-se que, na etapa de contenção, 81% dos casos confirmados correspondiam a formas ligeiras da doença, 12% a formas moderadas e 1% a quadros clínicos graves (em 6% dos casos, desconhecia-se a gravidade da doença). O volume de casos e a modificação metodológica no processo de diagnóstico impedem uma comparação com a fase de mitigação e o carácter que a gripe então registou.

O Plano de Contingência face a uma pandemia pressupunha a aquisição de uma vacina pandémica, tanto mais que a fase de contenção correspondia precisamente à intenção de atraso deliberado do contágio para ganhar tempo na investigação e produção de respostas. O Ministério da Saúde reuniu a 4 de Junho de 2009 um grupo de aconselhamento, que viria a votar favoravelmente a aquisição da vacina pandémica. O Conselho de Ministros, em sessão de 22 de Julho do mesmo ano, aprovou a compra de seis milhões de doses da vacina Pandemrix, do laboratório Glaxo Smith Kline, para uma população-alvo de três milhões de portugueses. Deliberou-se igualmente que um diagnóstico prévio de gripe A, sem confirmação laboratorial, não candidataria o doente à toma. Administrada por via intramuscular, esta vacina foi recomendada a todas as pessoas com mais de seis meses de idade, incluindo grávidas. A campanha de vacinação iniciou-se a 26 de Outubro, mas a decisão dentro dos grupos de risco pertencia a cada indivíduo. Foram administradas 700 mil vacinas até Junho de 2010, correspondentes a 20% do público-alvo determinado. Em 29 de Janeiro de 2010, o semanário *Sol* noticiou que Ana Jorge

procurava, em segredo, negociar a devolução de três milhões de doses à farmacêutica, cuja aquisição custara ao Estado português 45 milhões de euros.

Para além da vacinação, a resposta farmacológica à pandemia foi permitida pela disponibilidade de reservas antivirais suficientes para 2,5 milhões de pessoas (sobretudo, fosfato de oseltamivir), adquiridas em 2006 e guardadas pela DGS e pelo Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

Do ponto de vista de articulação de posições com o exterior, a DGS dividiu as suas intervenções por vários suportes, assegurando os objectivos de recolher, monitorizar e, em simultâneo, produzir e disponibilizar informação científica validada. Na fase de contenção, procurou divulgar os comportamentos básicos de protecção e, na fase de mitigação, o objectivo de comunicação passou por informar sobre os cuidados e terapêuticas exigidos pela doença, bem como sobre os benefícios da vacinação.

Foi criado um espaço no portal de saúde do Ministério para informação sobre a epidemia e, no Verão, foi desenvolvido um *micro-site* sobre o tema. Afunilou-se a entrada de doentes no sistema recomendando o uso da Linha Saúde 24, que facilitou a definição do historial clínico e das relações epidemiológicas dos primeiros casos. Criou-se igualmente a 5 de Maio de 2009 o Serviço de Validação Médica de Casos (a Linha Verde dos Médicos), em parceria com a Ordem dos Médicos, para estabelecer com mais rigor os critérios de validação da doença, respondendo a dúvidas sobre diagnósticos ou acompanhamento clínico de doentes e facilitando a comunicação entre todas as partes, embora a linha fosse extinta a 10 de Julho de 2009. Emitiram-se durante a pandemia várias orientações técnicas para os médicos e enfermeiros do sistema. Desde Abril até ao dia 31 de Julho de 2009, organizaram-se diariamente conferências de imprensa, mais tarde transformadas em comunicados semanais.

A partir do momento em que foi tomada a decisão política de providenciar a vacinação de 30% da população, foram distribuídos 30 mil cartazes, 1 milhão de folhetos e páginas na imprensa escrita (fruto de acordos com as principais editoras nacionais). Estes materiais foram distribuídos em locais de grande afluência, incluindo em comunicações direccionadas para grandes ajuntamentos de público, como as comemorações do 13 de Maio em Fátima. Em Agosto, foram distribuídos 200 *outdoors* de prevenção em todo o país e mais de 1500 caixas multibanco foram também utilizadas para mensagens de prevenção. Em Setembro, foram ainda estabelecidos acordos com operadoras de comunicações para o envio de SMS de aconselhamento ao público, entre outras iniciativas.

A ministra da Saúde, o director-geral da Saúde, o presidente do INFARMED e o presidente do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge disponibilizaram-se para intervenções regulares nos meios de comunicação. A sua capacidade de resposta às exigências dos media foi colocada à prova no início do Outono de 2009, altura em que surgiram os primeiros focos de contestação às directrizes da OMS e da DGS, através de indivíduos ou movimentos que recusaram a vacinação e colocaram em causa o nível de ameaça provocado pela gripe A.

Em paralelo com os esforços de comunicação com o exterior, foi criado o Centro de Análise da Resposta Social à Gripe Pandémica, na Escola Nacional de Saúde Pública, para monitorizar as atitudes e comportamentos dos portugueses face à pandemia e divulgar as boas práticas. Embora a nossa investigação não se estenda até à recepção pela audiência da informação publicada nos media sobre a gripe A, vale a pena debruçarmo-nos sobre algumas das conclusões desta unidade: na fase de contenção, verificou-se alerta e cepticismo, que viria a transformar-se numa integração progressiva das boas práticas face à gripe e no atenuamento da preocupação quando o vírus ainda circulava no país. Os primeiros óbitos não provocaram extenso alarme social, mas a investigação provou que a controvérsia mediática sobre a vacina e os seus alegados efeitos secundários gerou forte preocupação colectiva, potencialmente alimentada pela escassa adesão de médicos e enfermeiros à campanha de vacinação (OMS, *opus cit.*: 58), sugerindo desconfiança do próprio sistema face ao modelo de vacinação implementado.

6.4.3 – A sociologia da doença e os media

Há um paradoxo na relação das sociedades modernas ocidentais com a doença. Por um lado, há uma “crescente desilusão das pessoas face à medicina científica” e às suas limitações (Lupton, 2003: 1); por outro, persiste a “mitologia do médico benfeitor, com traços divinos” (*ibidem*). Num mundo apoiado em sistemas tecnológicos infalíveis, a doença e a morte geram “episódios estranhos, misteriosos e inesperados, com a excepção porventura daqueles que afectam os idosos” (*ibidem*). Anteriormente associada ao destino, aleatória e incontrolável, a morte torna-se racionalizável. Indicadores como a esperança média de vida padronizam o tempo de vida à nascença e reconfortam o ser humano, fornecendo uma norma prevista. Deste ponto de vista, a morte prematura por doença ou acidente já não é um acaso. Representa a ruptura do sistema, impelindo à responsabilização e à busca de culpados.

Deborah Lupton (2003) analisou as perspectivas teóricas dominantes na sociologia da saúde e da doença, descrevendo as forças e fraquezas do funcionalismo, marcado pela apreciação das relações sociais nos cuidados de saúde como produtos de uma sociedade consensual e pela concepção da história da medicina como uma hagiografia triunfante. Identificou também a perspectiva da economia política, inspirada no marxismo e baseada numa concepção da mesma relação como uma luta entre o paciente e o sistema que gere o acesso à saúde. De acordo com a socióloga australiana, o construcionismo social ganhou vantagem desde a década de 1980 nos estudos sobre a saúde, a doença e a relação entre os pacientes, os especialistas médicos e as instituições que providenciam cuidados de saúde. Para tal, foram fundamentais as reflexões de Michel Foucault (1963; 1979; 1997).

Foucault (1979) encontrou no século XVIII a génese histórica de uma nova relação da sociedade com a saúde, durante a qual o corpo se transformou num objecto sujeito a controlo ideológico, a vigilância e a regulação, ao mesmo tempo que as instituições privadas ou religiosas de assistência na doença deram lugar aos organismos de Estado. De certa forma, o Estado tomou o lugar de Deus na gestão da doença.

No passado, os surtos infecciosos eram as únicas instâncias que justificavam a intervenção do Estado, confinando os movimentos desviantes. Na actualidade, a medicina dispõe do poder de declarar a normalidade de um corpo ou de o considerar não higiénico, desviante ou carente de controlo. Os corpos cumpridores são mecanismos produtivos e úteis, ao passo que os desviantes envolvem risco para os restantes. Instituições como as prisões, as escolas, os asilos ou até o local de trabalho controlam a monitorização dos corpos sob a sua jurisdição, disciplinando os desvios. O historial médico, os exames e as operações constituem instâncias em que o corpo se sujeita ao escrutínio do perito, esperando-se que o indivíduo abdique temporariamente da sua jurisdição (Foucault, 1979: 107). A própria conotação do “exame médico” sugere que se pode passar ou falhar o teste de acordo com um padrão prévio.

Esse controlo estatal do corpo identificado por Foucault (1979: 79) inicia-se no nascimento de cada indivíduo e termina no seu óbito. Justificou-se inicialmente pela necessidade de conter as doenças infecciosas em benefício de todos, mas, no final do século XX, assumiu uma exortação da responsabilidade de cada indivíduo no sentido de assegurar a saúde do seu corpo, mantendo estilos de vida regrados, hábitos alimentares disciplinados, comportamentos sexuais socialmente aceitáveis e, no fundo, padronizando as normas e atitudes de toda a sociedade (Lupton, 2003: 34-35;

Castro, Lima, Sobral e Sousa, 2009: 184). De alguma forma, as campanhas públicas de sensibilização da comunidade face a doenças particulares exortam o indivíduo a comportar-se de acordo com o padrão construído em nome da saúde pública. Como Lupton notou, trata-se de um discurso disciplinário, embora sob o disfarce de uma concepção benevolente da saúde pública.

O construcionismo aplicado à sociologia da doença investiga assim as relações de poder entre agentes sociais e a sua constante renegociação e reequilíbrio de poder. A doença, enquanto desvio, é o resultado de parâmetros socialmente construídos e portanto susceptíveis de interpretações sociais e culturais, consoante cada contexto histórico. Nas sociedades ocidentais, entende-se que há doenças como a gripe ou o sarampo que não constituem responsabilidade do paciente, mas existem outras, como as sexualmente transmissíveis ou as que resultam de desordens alimentares ou de estilos de vida sedentários, que são imputadas ao próprio doente. Responsabiliza-se o doente de sida como no século XIX se culpava o doente de cólera, que não tratou adequadamente do seu corpo e do ambiente em que vive. Juanne Clarke (1992) comprovou-o, ao comparar a construção de informação sobre cancro, sida e doenças cardíacas em revistas de informação durante duas décadas e meia. O cancro é construído como um inimigo que ataca à traição, silencioso mas gradual. A doença cardíaca é o problema momentâneo, que ataca de súbito e é neutro porque representa uma falha do mecanismo humano. Em contrapartida, o doente de sida é entendido como um indivíduo punido em função do seu estilo de vida promíscuo.

Outro modelo relevante foi sugerido por Charles Briggs e Daniel Hallin (2010), expressando a evolução da construção jornalística do campo da medicina ao longo do último século. Segundo os autores, os primeiros relatos noticiosos sobre temas de saúde foram marcados pela autoridade médica e preocupavam-se em transmitir à audiência leiga um conhecimento produzido por especialistas, no qual os pacientes eram receptores passivos. Assentava no pressuposto de que, em determinados subcampos da ciência, exige-se deferência face ao especialista. Uma segunda abordagem, a do paciente-consumidor, nasceu como resultado da abertura da saúde ao regime privado e ao liberalismo. A partir do momento em que se tornou possível escolher o médico e a instituição, o leigo tornou-se um indivíduo que procura informação e que a utilizará para fazer as suas escolhas. Desse ponto de vista, entram nos noticiários informações sobre boas e más práticas, novas técnicas de tratamento e novos regimes de cuidados de saúde.

Briggs e Hallin defenderam, porém, que os media têm enveredado por um terceiro caminho – o da esfera pública. A audiência é agora concebida como um grupo heterogéneo de cidadãos. A informação tanto é útil para o público como para quem toma decisões sobre o interesse público. Da esfera de consenso, comum aos dois modelos anteriores e baseada na reflexão de Daniel Hallin (1986: 116-117), passa-se gradualmente para uma esfera de controvérsia legítima, pois a saúde transforma-se num tema de política como os outros, que envolve uma multiplicidade de agentes sociais com interesses convergentes ou divergentes consoante o contexto. Ganham acesso à esfera pública as seguradoras, os financiadores, as associações de doentes, os grupos de pressão e novos temas adquirem visibilidade, como o direito ao aborto ou à eutanásia, ou a preparação dos governos para lidar com ameaças à saúde pública, como os surtos epidémicos.

Em Portugal, Manuel Villaverde Cabral e colegas (2002: 28-30) optaram por dividir a tradição sociológica da doença e da saúde em dois eixos: o estudo das desigualdades no acesso à saúde, analisando atitudes e comportamentos da população, e o estudo da experiência da doença, mais apoiado numa microsociologia e em análises qualitativas que visam apreciar a forma como o cidadão lida com a doença, num processo que tem vindo a alargar-se à discussão sobre os estilos de vida e os desvios face aos padrões aceitáveis de boa saúde e nutrição (*opus cit.*: 55) Em função desta dicotomia, a representação do sistema de saúde nos media portugueses é assim “predominantemente negativa” (*opus cit.*: 69), focando-se na disrupção e utilizando os espaços de opinião como “elementos de pressão” (*opus cit.*: 70), onde se detectam reflexos da agenda político-partidária.

6.4.4 – As lições da pandemia

Do ponto de vista da investigação, as pandemias produzem um campo prolífero de pesquisa, embora se possa argumentar que não encaixam totalmente na matriz da sociedade de risco idealizada por Ulrich Beck, na medida em que não são provocadas por actos humanos, têm um carácter cíclico (registaram-se três pandemias de gripe documentadas no século XX) e não constituem o efeito secundário de novas tecnologias (Ungar, 2008: 474). São no entanto acontecimentos globais e imprevisíveis que despertam desconfiança no sistema pericial. Como notou Boaventura Sousa Santos (2000: 30), o discurso científico tem sido dessacralizado por polémicas recentes, perdendo o poder absoluto que lhe era anteriormente conferido

para identificar, prever e tratar problemas. A partir do momento em que a ciência se mostra incapaz de dar respostas absolutas a problemas como os de índole ambiental ou sanitário, os cientistas tornam-se tão criticáveis como qualquer outro agente social. O século XXI iniciou-se praticamente com os alertas sanitários provocados pelo surto de pneumonia atípica na Ásia em 2003, de gripe das aves em 2004-2005 e da pandemia de gripe A em 2009. Episódios antigos, como a gripe pneumónica de 1918-1919, são agora reexaminados pela sociologia, pois fornecem elementos importantes sobre a mortalidade, o sucesso de medidas de prevenção, o alarme social provocado pela doença e o papel que a divulgação rápida de informação nos meios de comunicação tem no controlo de uma epidemia.

Num volume que agrega contributos de várias áreas das ciências humanas sobre a pandemia de gripe pneumónica em Portugal, José Manuel Sobral, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira (2009) concluíram que o esquecimento a que doença foi votada na produção artística, na pesquisa científica, nas homenagens políticas e na memória colectiva, apesar da elevada mortalidade e do pânico que se viveu no Inverno de 1918, poderá ter sido gerado pela naturalização forçada do episódio.

Por oposição, terá sido a epidemia de gripe das aves em 2004-2005 que levou vários meios de comunicação a recuperar a gripe pneumónica, em busca de um referencial conhecido para um problema alarmante (Lima, Castro, Sousa e Sobral, 2009: 263).

Apesar de desconhecer o agente que provocava a doença e malgrado a insipiência dos tratamentos e da própria rede de cuidados de saúde num país empobrecido, as medidas tomadas por Ricardo Jorge, director-geral da Saúde face à segunda vaga de gripe e publicadas a 4 de Outubro de 1918 são ainda válidas e não chocam com as directivas recentes da OMS, como demonstraram Lima, Castro, Sousa e Sobral.⁵⁵

O director-geral da Saúde pôs em marcha em 1918 um sistema de recolha de informação sistemática e padronizada, incitando todos os médicos a reportar à sua

⁵⁵ Os quatro pilares de comunicação de crise na OMS são: anunciar cedo uma potencial epidemia; informar com transparência e rigor; manter a confiança e assumir as áreas de incerteza; e envolver o público no processo (Lima, Castro, Sousa e Cabral, 2009: 272). Para Roche e Muskavitch (2003), os gestores de risco sanitário necessitam de desenvolver trabalho prévio na relação com os jornalistas, mantendo fontes de informação actualizada, alertas noticiosos regulares, organizando reuniões de aconselhamento sobre procedimentos em tempo de crise e estabelecendo redes com repórteres aos quais se fornecem contactos para que, chegada a crise, a comunicação seja ágil. Beatriz Dávila (2009), por seu lado, analisou a crise provocada pelo surto de pneumonia atípica em 2003, agravada pela atitude das autoridades chinesas durante quatro meses, que não comunicaram os primeiros casos. Concluiu que a aposta dos organismos de prevenção é a detecção precoce dos focos de infecção e a posterior batalha para atrasar a propagação até se criar uma vacina, mas há interesses contextuais que afectam o desfecho – em 1918, o fim da guerra impediu uma estratégia de contenção veloz; em 2003, foram os interesses económicos da China (*opus cit.*: 177) que atrasaram o alerta global.

subdelegação de saúde que, por sua vez, a remetia para a DGS. Sugeriu procedimentos de desinfecção e cuidados sanitários básicos, proibindo ajuntamentos públicos na fase crítica da doença e procurando restringir os movimentos de migração. Organizou a rede hospitalar e requisitou todos os médicos disponíveis, incluindo os reformados. Organizou a rede de assistência, criando zonas municipais nas quais seria obrigatório pelo menos um médico e uma farmácia, estipulou a gratuidade das receitas para os mais pobres e proibiu a saída do país de medicamentos. Apesar de todos os cuidados, sem vacina contra o vírus, Portugal viveu então o único período entre 1886 e 1993 em que a taxa de mortalidade e a de natalidade sofreram uma inversão relativa (Castro, Lima, Sobral e Sousa, 2009: 179). Compreendendo o alarme social, Ricardo Jorge proibiu os toques de finados nas igrejas e nos cortejos fúnebres para não prolongar o pânico que então se vivia. Organizou reuniões regulares com os meios de comunicação escritos nas quais discriminava números rigorosos de propagação da epidemia e procurava fazer profilaxia de atitudes e comportamentos. Ao longo do Inverno de 1918, porém, a definição do fenómeno nas notícias jornalísticas oscilou curiosamente entre “gripe”, uma doença com teor mais familiar, e “peste”, com reminiscências dramáticas e incontroláveis (Lima, Castro, Sousa e Cabral, 2009: 268), com predominância da primeira. Por razões que procuraremos discutir noutro capítulo, porém, “a representação da pandemia nos media de hoje é muito mais dramática do que aquela que encontrámos nos jornais de 1918” (Lima, Castro, Sousa e Cabral, 2009: 274). Provocada por agentes silenciosos e microscópicos e confundível com outras doenças até se tornar demasiado tarde (Lupton, 2003: 106), a epidemia possui vários ingredientes que lhe conferem noticiabilidade, como têm demonstrado investigações sobre o vírus do Ébola (Ungar, 1988), o vírus do Nilo Ocidental (Roche e Muskavitch, 2003), o vírus da sida (Santos, 2006); a gripe das aves (Ungar, 2008; Samaan, Patel, Olowokure, Roces e Oshitani, 2005; Dudo, Dahlstrom e Brossard, 2007; Nerlich e Halliday, 2007) ou a pandemia de gripe A (Harding, 2009; Dugué, 2009; Lopes *et al*, 2010). A gripe das aves terá sido, por ora, o caso mais investigado, na medida em que constituiu uma ameaça mais próxima dos países mais industrializados e forneceu uma oportunidade para a ciência, os organismos de saúde e os decisores testarem os seus planos de contingência (Nerlich e Halliday, 2007: 48). Imprevisível e durante algum tempo imparável, uma epidemia é atraente para os órgãos de informação e para a audiência (Daniela Santiago, 2006: 76), criando uma

“dimensão espectacular que correspond[e] ao *voyeurismo* mórbido dos consumidores, denominada por vários investigadores informação-espectáculo” (Santiago, 2006: 84, ênfase no original). A tragédia, frequentemente narrada em directo, torna-se o pano de fundo de uma fatia considerável dos noticiários contemporâneos (Cintra Torres, 2006), dramatizando a realidade e acentuando o dramatismo. A desproporcionalidade da cobertura noticiosa destas crises face ao risco real posteriormente avaliado tem merecido atenção da sociologia do jornalismo, que procura registar os mecanismos através dos quais os promotores de acontecimentos exercem controlo social, em que circunstâncias perdem pontualmente esse controlo e em que momentos se amplifica o risco nas notícias (Ungar, 2008: 474).

Relevante na literatura sobre a construção social de epidemias, o trabalho de Sheldon Ungar (1988; 2008) foi estruturado em função da procura de um modelo susceptível de enquadrar o tratamento noticioso que os media conferem a estes potenciais surtos. Apesar das diferenças entre cada crise, Ungar colocou a teste a noção de que, em processos geradores de pânico colectivo, há um momento decisivo a partir do qual os media moderam o uso de dispositivos discursivos de alarme, atingem um ponto de saturação⁵⁶ e iniciam a transição para a cobertura de conciliação.

O autor aplicou esta matriz à cobertura noticiosa da potencial epidemia de Ébola oriunda da República Democrática do Congo na década de 1980 (Ungar, 1988). Numa primeira fase, os relatos foram inflamados e dramáticos, concentrados nos valores-notícia que caracterizavam o acontecimento como um processo inédito, com consequências esmagadoras e susceptível de afectar nações de elite. Os media tendem a focar-se nos achados mais dramáticos e com maior impacte social da ciência e a crise do Ébola não foi diferente. O pacote interpretativo “mutação-contágio” – uma noção proposta por William Gamson e Andre Modigliani (1989)⁵⁷ – foi predominante, na medida em que os relatos noticiosos foram construídos em função

⁵⁶ Nerlich e Halliday chamaram-lhe a fadiga gerada pelo desastre (2007: 60), um processo que pode também registar-se no futuro nas redacções se as situações de alarme sanitário mantiverem a regularidade desta primeira década do século XXI, sugerindo aos jornalistas que se trata, afinal, de instâncias rotinizadas.

⁵⁷ Os autores propuseram que o discurso jornalístico sobre qualquer tema é construído com ferramentas discursivas e dispositivos simbólicos, que formam pacotes interpretativos, ao serviço do enquadramento pretendido. Testaram esta noção numa investigação sobre a evolução do discurso jornalístico sobre a ameaça nuclear. Trabalhos posteriores encontraram também pacotes interpretativos associados a pânico colectivo ou a tecnologias emergentes, como o enquadramento da nanotecnologia na imprensa britânica (Anderson, Allan, Petersen e Wilkinson, 2005).

da possibilidade de rápida adaptação do vírus a novos hospedeiros e da velocidade de transporte de seres humanos pelo globo, um processo que acelera o contágio.

Posteriormente, a cobertura noticiosa alterou-se. Apoiados em peritos e em decisores, os jornalistas focaram a dificuldade de propagação do vírus, a especificidade do contexto africano, a impossibilidade de as vítimas contagiadas viajarem devido à rapidez de sintomas provocados pelo vírus e a preparação dos sistemas de saúde ocidentais para lidar com a ameaça. Embora seja difícil estimar as causas para esta inversão, Ungar sugeriu que a pressão política, o sentido de responsabilidade face a uma potencial crise, a influência de fontes com conhecimento técnico e o regresso à rotinização das relações entre jornalistas e fontes oficiais terão contribuído para tal.

A matriz foi também aplicada à análise do discurso noticioso sobre a gripe das aves de 2004-2005 (Ungar, 2008). Num primeiro momento, as notícias incidiram sobre a velocidade de propagação do vírus, a proximidade geográfica dos casos mais recentes e a mortalidade estimada na Ásia. Na segunda fase, a cobertura foi rotinizada através da informação adicional de que uma vacina estava em curso e de que as pandemias são cíclicas, apesar do alarme provocado pela informação de que a estirpe original poderia mudar. Na terceira fase, a ênfase transferiu-se para o grau de preparação das equipas médicas em comparação com as deficientes condições sanitárias dos países afectados, para a aquisição de antivirais e vacinas e para os planos de contingência. De alguma maneira, o terceiro pacote interpretativo desfez elementos dos pacotes anteriores, ao lembrar falsos alarmes anteriores, como o susto provocado por uma possível peste suína em 1976 nos Estados Unidos, que não se confirmaria.

Face às interrogações sobre o desfecho do acontecimento, ao discurso marcado pelo desconhecimento técnico de questões elementares, aos desenvolvimentos imprevisíveis em tempo real e às mudanças rápidas de posição de vários peritos, o jornalismo pouco pode fazer, conclui Ungar. “É jornalismo sob pressão” (2008: 476)⁵⁸, na medida em que os repórteres estão mais dependentes de peritos e estratégias de comunicação da organização e não possuem experiência prévia ou acumulada sobre o que pode vir a suceder (*opus cit.*: 493).

Analisando igualmente o surto de gripe das aves em 2004-2005, mas sob o ponto de vista do controlo organizacional da informação, Gina Samaan, Mahomed Patel, Babtunde Olowukure, Maria Rocés e Hitshi Oshitani (2005) investigaram como a

⁵⁸ A expressão original é “*reporting under the gun*” [jornalismo sob ameaça de uma arma].

OMS analisa a veracidade de rumores que circulam durante epidemias de forma a melhorar a eficiência do combate. No período da amostra, investigaram 40 rumores produzidos através dos media, da rede da OMS, das embaixadas afectadas e das redes médicas. Nove foram confirmados como verdadeiros. Por cada rumor falso, como o que sugeria que a gripe das aves estaria já a infectar os porcos, a OMS gastou 9,3 dias até comprovar a sua falsidade. Os autores sugeriram que a lei de Gordon Allport e Joseph Postman (1947) terá igualmente validade em epidemias: os rumores em circulação tendem a ser iguais à importância do rumor multiplicada pela incerteza que o rodeia. Por outras palavras, quanto mais informação estiver rapidamente disponível, menos rumores circularão (Samaan *et al*, 2005: 464).

Anthony Dudo, Michael Dahlstrom e Dominique Brossard (2007) analisaram também a cobertura noticiosa da gripe das aves, seleccionando quatro jornais norte-americanos em busca de pistas sobre as avaliações de risco estimadas pelos media. Concluíram que os jornais enquadraram a informação frequentemente sob o pior cenário possível (em 60% dos casos), comparando a potencial mortalidade com a da gripe pneumónica de 1918-1919, num registo alarmante e dissonante com os alertas da OMS. A ausência de referências prévias, o alarme inicial dos organismos de saúde e as medidas imediatas tomadas por governos de países de referência terão contribuído para essa distorção só corrigida no final do surto (*opus cit.*: 447-448).

O alarme social é construído através de dispositivos discursivos, como metáforas, marcadores pragmáticos, sinais de risco, precedentes simbólicos e estatísticas assustadoras. Brigitte Nerlich e Christopher Halliday (2007) analisaram a gripe das aves nos media britânicos, concluindo que os sustos anteriores provocados pelas crises de sida, Ébola ou pneumonia atípica não tinham tido forte impacto localmente. Desta feita, o plano do governo britânico para conter a epidemia funcionou como evento-chave, sinalizando a gravidade do caso para os restantes agentes sociais. Os anúncios da OMS foram igualmente marcos na construção social desta crise nas notícias, agravada pela proximidade dos casos de contágio, pelo impacto económico na indústria de criação de aves e pela urgência conferida à ameaça.

A partir desses sinais, os media britânicos construíram a sua cobertura do evento, utilizando metáforas como a “tempestade perfeita” (a confirmação dos piores cenários possíveis), referindo que as pandemias ocorrem em ciclos de três décadas e que a última tinha ocorrido há mais tempo do que isso e utilizando abundantemente estatísticas sobre a mortalidade potencial e as consequências económicas funestas.

Nerlich e Halliday documentaram recursos tão díspares como o uso de metáforas de guerra na resposta dos cidadãos à ameaça⁵⁹, a personificação do vírus, que é comparado a uma força natural de destruição maciça (uma tempestade, um vulcão, uma cheia, um sismo com epicentro e impacte), um agente maligno com uma agenda de destruição ou uma força de bioterrorismo natural.

O recurso às vacinas e antivirais foi muitas vezes construído com marcadores de risco como a metáfora do galgo de corrida ou do ciclista, que tentam vencer o relógio numa corrida para descobrir uma solução. Nerlich e Halliday concluíram que a construção noticiosa da gripe das aves na imprensa britânica não distorceu a mensagem pretendida pelos decisores políticos e científicos. Neste caso, a lente jornalística não distorceu a realidade, mas “aqueceu-a, tal como uma lente pode gerar luz e calor” (*opus cit.*: 56), amplificando o risco e o alarme social.

Um trabalho semelhante foi conduzido por John Roche e Marc Muskavitch (2003) sobre os riscos associados ao vírus do Nilo Ocidental entre 1999 e 2000 na América do Norte, mas com conclusões opostas. Nessa circunstância, por força da distância geográfica da ameaça, a avaliação de risco desenvolvida pelos meios de comunicação distorceu a dos peritos. Sem enquadrar os dados estatísticos de mortalidade numa taxa de incidência sobre o total da população, ignorando as medidas de contenção e comparando esse risco com precedentes mais graves, os media amplificaram e distorceram o risco, afectando a recepção (*opus cit.*: 354-355).

Roche e Muskavitch confirmaram que o grau de controlo que um indivíduo sente sobre cada risco varia na dependência directa da informação que obtém e nos comportamentos ao seu alcance para o reduzir. Neste surto, os media não fizeram a pedagogia da etiqueta higiénica de lavagem das mãos e das vias respiratórias ou de comportamentos de contenção, como o adiamento de viagens para as zonas mais afectadas. Como resultado, o alarme social foi maior.

6.4.5 – A gripe A na sociologia do jornalismo

Apesar dos alertas regulares da OMS antes de 2009, uma pandemia não constituía uma possibilidade alarmante em Portugal. Cristina Camilo e Maria Luísa Lima (2008) analisaram a percepção de 15 riscos de saúde, entre os quais a constipação, a gripe e a gripe das aves e concluíram que as duas primeiras constituíram riscos conhecidos e

⁵⁹ Em França, um deputado socialista comparou em 2009 a vacina para a gripe A com a Linha Maginot, a barreira militar defensiva usada contra os alemães (Dugué, 2009: 62).

portanto pouco assustadores para o público, ao passo que a gripe das aves não representava um risco sobre o qual a amostra tivesse reflectido maduramente. Muito mais alarmantes eram então riscos como o cancro ou a sida.

O mesmo resultado fora sugerido na Noruega por Ivar Kristiansen, Peder Halvorsen e Dorte Gyrd-Hansen (2007), num estudo que analisou as fontes de informação da população relativamente ao risco de uma pandemia (maioritariamente fornecido pelos media) e que comportamentos estariam os noruegueses dispostos a promover para combater a ameaça. Concluíram que apenas 9% previam usar máscaras, 11% permaneceriam em casa sem contacto com os outros, 4% poderiam mudar-se para áreas isoladas e 16% não tomariam precauções. Por outras palavras, a percepção do risco de pandemia não coincidia com a avaliação governamental. O mesmo cenário foi estimado na Coreia do Sul por Seonghoon Hong e Alan Collins (2006), comparando a percepção do risco da gripe sazonal face ao da pneumonia atípica.

A distância temporal entre o final da pandemia de gripe A e a actualidade não permitiu ainda a publicação de um caudal suficiente de investigações sociológicas sobre a construção social deste problema. Nesta curta revisão de literatura, limitamo-nos ao trabalho de Phil Harding (2009) sobre a crise na Grã-Bretanha, ao livro de denúncia de Bernard Dugué (2009) e aos artigos de Felisbela Lopes e colegas (2010) e de Michael Bo Karlsson (2010).

Harding, antigo jornalista, partiu do princípio de que a cobertura noticiosa nas Ilhas Britânicas correspondeu a uma distorção da realidade entre Abril de 2009 e Abril de 2010, momento em que os principais jornais iniciaram um processo de questionamento da sua própria conduta. O seu esforço incidiu assim na busca das “acendalhas” que inflamaram o discurso sobre um tema ignorado semanas antes.

Um dos primeiros elementos foi a débil estimativa de mortalidade que o governo mexicano forneceu à OMS, anunciando que suspeitava de 60 mortos logo nos primeiros dias da crise. Os media rapidamente amplificaram esse cenário, ignorando que as mortes suspeitas não tinham ainda sido confirmadas laboratorialmente. As autoridades mexicanas difundiram mais tarde os números de mortes confirmadas (bastante inferiores), mas “os erros iniciais de representação deficiente dos números jogariam um papel significativo na génese da história” (2009: 27) e, pouco depois, as notícias perderam a distinção entre a suspeita e a confirmação.

Outra “acendalha” foi fornecida pelos organismos de saúde britânicos e internacionais. Os alertas regulares da OMS insistiam na possibilidade de ocorrência

de uma epidemia global. Quando foram produzidos os primeiros relatórios sobre a gripe A, muitos jornalistas tomaram-nos como indícios da pandemia anunciada. “A gripe das aves não se materializara, mas esta podia ser a gripe certa” (Harding, 2009: 28). As comparações com a pandemia de 1918-1919, ilustradas por fotografias de época e descontextualizadas no sentido em que não faziam referência às débeis condições sanitárias da época, à fraca imunidade de uma população ainda em guerra ou à ausência de vacinas e antivirais, deram consistência a esse enquadramento.

Uma fragilidade adicional foi conferida pelo escasso conhecimento da maioria dos jornalistas sobre as especificidades de um surto epidémico. A cobertura noticiosa dos primeiros meses confundiu a morbidade do vírus (a taxa de infecção em relação à população total) com a mortalidade, e a ausência de contextualização com a época tradicional de gripe (que mata quatro a doze mil pessoas por ano na Grã-Bretanha) não forneceu um referencial importante para a avaliação colectiva do risco.

Harding sugeriu ainda uma última “acendalha” poderosa: o sentido de urgência conferido pela OMS, que organizou conferências de imprensa diárias, produziu relatórios e alertas regulares e foi aumentando a escala de progressão, sugerindo o agravamento substancial do risco. A dependência das fontes oficiais tornou-se um ciclo vicioso, na medida em que os media se alimentaram da gravidade das posições oficiais que, por sua vez, respondiam ao pânico com novas posições dramáticas (*opus cit.*: 31). De alguma maneira, “o jornalismo lida mal com a incerteza e o risco (...) Tenta estabelecer e tornar concretos factos que, à época, são incompletos ou desconhecidos. Estabelece conexões e sugere cenários quando as relações são ténues ou especulativas. (...) Mas o bom jornalismo deve, às vezes, ser também acerca do que não sabemos ao mesmo tempo que noticiamos o que sabemos” (*opus cit.*: 32).

Em contrapartida, Dugué (2009) partiu de pressupostos distintos. Para o sociólogo francês, a gripe A foi o pretexto para governos e interesses farmacêuticos colocarem em prática um plano de contingência, ensaiando procedimentos, testando reacções e realizando negócios valiosos à custa do alarme social. Numa colecção de ensaios produzidos à medida que a OMS declarava as sucessivas fases da pandemia, Dugué contestou o clima de psicose que elegeu a gripe A como a maior ameaça global, ao mesmo tempo que, no mesmo México onde foram originados os primeiros casos, a guerra entre *gangs* “provocava mais do que os 100 mortos desta gripe” (*opus cit.*: 31). O autor desmontou os processos de construção social da pandemia, colocando em causa não só a capacidade dos jornalistas para lidar com a incerteza como também a

das autoridades científicas, argumentando que esta pandemia fora preparada pelo menos desde 2005, ano em que vários países ocidentais organizaram planos de contingência e adquiriram antivirais. Os discursos de Margaret Chan, directora-geral da OMS, elevando a escala de progressão para os níveis 5 (a 29 de Abril) e 6 (a 11 de Junho) seriam assim meras representações de uma peça de teatro já preparada. O carácter inesperado do acontecimento seria deste modo aparente.

Analisando o tratamento do tema na imprensa portuguesa, inserido num projecto mais vasto sobre a doença em notícia, Felisbela Lopes e colegas (2010) concluíram também que a comunicação governamental de risco utilizou o discurso jornalístico para veicular um pseudo-acontecimento, num exemplo da forte dependência que o jornalismo de saúde parece revelar face às fontes oficiais e especializadas, mais bem preparadas e motivadas, num processo que lesa sobretudo os cidadãos, que “ficam à mercê deste jogo de poder entre jornalistas e fontes oficiais” (Lopes *et al*, 2010: 153). Partindo de um pressuposto diferente, Michael Bo Karlsson (2010) estudou os mecanismos através dos quais os leitores dos jornais suecos *online* participaram na cobertura noticiosa da pandemia, diversificando as vozes escutadas pelos media e sugerindo perspectivas críticas. Concluiu que, na primeira semana, o tema foi enquadrado de forma alarmista, como uma doença sem controlo, sofrendo depois um retrocesso à medida que os jornais procederam à verificação dos enquadramentos disponíveis e optaram por um tom mais discreto, que seria mantido até final. Analisado o projecto, descrevemos nas próximas páginas a abordagem metodológica.

7 – METODOLOGIA

Analisado o projecto e depois de apresentado o quadro teórico de referência nos principais campos de investigação úteis para esta dissertação, discriminamos neste capítulo as etapas metodológicas a que nos propomos. Note-se que, em todas as referências bibliográficas, procurámos por defeito as edições portuguesas ou em português do Brasil dos autores estrangeiros, referidas no corpo de texto com o ano original de publicação e o ano da tradução. Sempre que se utilizou uma versão em língua estrangeira embora existisse a obra traduzida para português, essa circunstância foi referida nas notas de rodapé.

7.1 – Análise textual e análise de conteúdo

Para dar corpo ao projecto enunciado no capítulo anterior, afigura-se essencial recorrer a mais do que uma ferramenta metodológica. Ao invés de seleccionarmos uma amostra de produção jornalística condensada num período, da qual extrairíamos inferências sobre o tratamento do risco em contínuo, escolhemos estudar dois casos de cobertura noticiosa de temas de risco concentrados num curto período histórico, confiantes de que o estudo de caso é um método que assegura um volume relevante de informação e permite extrapolações sobre o tratamento noticioso futuro de ocorrências similares.

Abordagem cada vez mais dominante nas ciências sociais (Yin, 1984/2005), o estudo de caso investiga o fenómeno em contexto real, usando técnicas quantitativas e qualitativas e procurando um conjunto de normas potencialmente comuns aos diferentes casos noticiosos que envolvem o mesmo tema. De todo o modo, a natureza distinta dos vários objectos de trabalho e a necessidade de evitar abordagens simplistas para garantir a fiabilidade dos resultados motivaram-nos a escolher técnicas de investigação que, de alguma maneira, se complementassem (Ponte, 2007: 247).

Embora este seja um projecto no qual a análise textual de conteúdo joga um importante papel, na medida em que parte da nossa ambição passa por descobrir padrões na cobertura noticiosa de diferentes instâncias de risco, a utilização exclusiva desta ferramenta, definida por Jorge Vala (1990: 104) como uma técnica de tratamento de informação e não como um método, levaria seguramente à minimização de estratégias de fontes não oficiais deficientemente reportadas nos media, à sobrevalorização dos resultados quantitativos obtidos na análise de conteúdo e à omissão do papel crescente dos suportes visuais na construção da mensagem noticiosa dos jornais e televisões. Ao escolhermos diferentes técnicas metodológicas, mantivemos presentes as reservas de

Abraham Kaplan (1964: 28) sobre as técnicas exclusivas de análise, expressas na célebre lei do instrumento: “Dêem um martelo a um rapaz e verá que tudo o que ele encontra necessita de uma martelada.” Por isso também, escolhemos um leque diversificado de ferramentas.

A análise textual acompanhou a evolução da sociologia do jornalismo, marcando as pesquisas quantitativas produzidas desde a década de 1930. É uma técnica com inegáveis méritos, na medida em que padroniza e ordena a leitura dos textos noticiosos e enriquece a análise, fornecendo-lhe estruturas, categorias e funções (Bardin, 1977/2000: 29). Tem igualmente a virtude de trabalhar sobre materiais não produzidos para o fim de servir a investigação empírica (Vala, 1990: 107).

Através da definição de categorias a procurar nos materiais escritos, o investigador formula inferências em relação ao contexto dos dados, ordenando relações estatísticas em função da sua perspectiva sobre os factores estáveis do sistema que estuda e tornando assim possível a transição da fase de descrição para a de interpretação (Vala, 1990: 104; Krippendorf, 1990: 38; Cabral, Silva e Mendes, 2002: 78). A análise permite assim inferências sobre a fonte, as condições de produção do material investigado e também sobre o destinatário da mensagem (Vala, *opus cit.*), mas sugere prudência na fase decisiva da definição de categorias e de unidades de análise, pois as escolhas menos rigorosas produzem inevitáveis dificuldades operacionais.

No entanto, é evidente que um jornal ou um noticiário televisivo não são produtos exclusivamente textuais. São enriquecidos por fotografias, quadros, gráficos, mapas e caricaturas e o próprio texto é organizado de acordo com normas de estilo, que fazem variar o corpo e fonte dos títulos, das legendas, dos destaques ou das colunas de opinião (Barthes, 1977: 16). O mesmo se verifica no noticiário televisivo, mais dinâmico porventura, porque alia a imagem em movimento à palavra falada.

A partir da década de 1960, tornaram-se evidentes as limitações das análises puramente textuais na sociologia do jornalismo, pois estas mostravam-se incapazes de inferir toda a dinâmica do produto jornalístico (Philo, 2007; Ponte, 2007: 242). A análise discursiva de conteúdo, entendendo-a como a busca de padrões quantitativos entre os diversos elementos de um produto jornalístico e a observação qualitativa de outras relações no mesmo bloco, ganhou assim preponderância, muito por influência do GUMG, o grupo de investigação em estudos dos media da Universidade de Glasgow.

Na perspectiva do GUMG, a explicitação de posições contraditórias no texto jornalístico produz uma ilusão de equilíbrio, na medida em que a posição de cada fonte

ou conjunto de fontes oficiais normalmente apresenta “um estatuto, uma legitimidade e um significado completamente diferentes” (Philo *et al*, 1977: 13). Por outras palavras, em notícias sobre conflitos⁶⁰, o texto jornalístico oferece uma contextualização condicionada a um enquadramento maioritário, levando o receptor a concluir que apenas um conjunto de argumentos faz sentido. As notícias reproduzem assim com frequência os pressupostos dos poderosos.

Propostas metodológicas como a do GUMG resultaram de uma análise céptica sobre os méritos das abordagens meramente textuais, tal como Teun van Dijk (Cf. 1988; 1991) tinha vindo a propor. Van Dijk especializou-se no estudo do racismo implícito nos textos noticiosos publicados na Holanda e na busca das suas motivações ideológicas. Descreveu sistematicamente as características discursivas, investigando títulos, estruturas de textos, arranjos gráficos, estruturas sintácticas e semânticas de coerência, bem como os tópicos tratados nos jornais. O seu projecto visou assim encontrar indícios lexicais susceptíveis de estabelecer, manter ou modificar juízos de valor. Nessa perspectiva, o discurso jornalístico foi entendido como uma estrutura construída como real, sempre ao serviço de uma ideologia assumida ou inconsciente.

Van Dijk (1991) considerou aliás que a análise discursiva, de raiz semiótica, produz resultados animadores e poderá inclusivamente expressar uma separação concreta entre modelos de investigação assentes em abordagens etnometodológicas e outros modelos assentes em práticas linguísticas, de análise discursiva.

A sua análise textual é relativamente informal. As categorias textuais de arrumação são intuitivas e a própria análise semântica não é exaustiva. Ao invés, concentra-se num número limitado de relatos e resume os contextos sociais de interpretação mais relevantes do ponto de vista cognitivo (Van Dijk, 1988: 171), procurando, através da quantificação das referências a fontes ou a actos, inferir a incorporação, mais ou menos consensual, de preconceitos num discurso que deveria ser, em teoria, desprovido de qualificativos. Assim, Van Dijk procurou sobretudo estudos de caso nos quais os jornais reproduzissem e legitimassem posições ideológicas dos poderosos, ajudando a construir consensos públicos sobre a definição de um problema social.

Embora o GUMG assumisse igualmente o princípio de que a linguagem das notícias é organizada em função de uma mensagem de fundo, que limita a diversidade de leituras

⁶⁰ O GUMG dedicou bastante atenção aos conflitos entre os sindicatos e o governo britânico para definir a responsabilidade na crise económica da década de 1970 (Cf. Philo *et al*, 1977).

de um problema social e sugere a inadequabilidade das leituras alternativas, a sua abordagem metodológica procurou superar as limitações da análise puramente textual.

Por um lado, esta demonstra dificuldades em integrar as origens de discursos concorrentes e a sua relação com os patrocinadores sociais que os promovem. Por outro, esbarra com a indisponibilidade de estudar os relatos ausentes num ou mais textos jornalísticos, bem como o significado que um dado texto, ou parte de um texto, apresenta para diferentes membros da audiência (Philo, 2007).

Paul Manning (2001: 48), a título de exemplo, recusou a análise textual, considerando-a “pouco apta para estudos de produção porque examina o produto e não o processo”. Zvi Reich (2006) sublinhou também este ponto de vista, acrescentando-lhe duas fraquezas adicionais: ela leva à suposição de que os processos noticiosos estão enraizados no produto final e sugere que os investigadores estão aptos a descodificá-los.

Concentrando-se particularmente no estudo das notícias televisivas, o GUMG propôs uma grelha de investigação que, em traços genéricos, seguiremos neste projecto. O primeiro passo consiste na identificação de todo o espectro da argumentação pública sobre um problema social, para além das posições patentes nos textos noticiosos.⁶¹ Assim, desenhando esse “mapa conceptual prévio” (Philo, 2007: 179), com recurso a livros, relatórios, programas televisivos, fóruns de Internet e outras fontes relevantes, procura-se expressar a diversidade de crenças disponíveis sobre cada tema num dado contexto, sem depender excessivamente do discurso jornalístico e de forma a poder cruzá-las na análise com a sua representação nas notícias.

Um segundo passo prende-se com o reconhecimento de que a maioria das posições expressas por uma fonte é complexa e fundamentada em contextos históricos prolongados e abrangentes. Todavia, o discurso jornalístico vive da simplificação e resumo dessas posições, aligeirando a argumentação e, muitas vezes, trocando a explicação demorada por um *sound byte*. É por isso importante distinguir, na medida do possível, os argumentos citados pelos jornalistas e os argumentos directamente patrocinados no texto jornalístico. Desse modo, procurámos, sempre que possível, analisar os comunicados de imprensa, relatórios ou boletins das fontes oficiais, particularmente no estudo de caso da gripe A.

⁶¹ A mesma abordagem foi sugerida por Carlos Ascensio (2006), que propôs o levantamento prévio de narrativas concorrentes à narrativa dominante, de forma a melhor interpretar o processo de construção social do acontecimento.

Mesmo assim, o projecto não poderia ser bem sucedido se se concentrasse exclusivamente na questão do acesso aos media (Wolfsfeld, 1997). O terceiro passo fundamentou-se assim no conceito de tema explanatório. Antes de iniciar a análise sistemática, é aconselhável proceder à leitura crítica dos *corpu* a investigar em busca de padrões de cobertura, que indiquem pistas para uma interpretação dos acontecimentos. É no fundo a avaliação qualitativa de enquadramentos presentes nas notícias, independentemente de os jornalistas envolvidos apadrinharem, ou não, o conjunto de explicações e mecanismos de interpretação inerentes a cada enquadramento.

O processo pode ser empírico e subjectivo, dependendo da experiência do investigador e da definição do seu projecto. Por outras palavras, as categorias de enquadramentos são maleáveis e não universais, pelo que a sua interpretação deve ser entendida como uma análise qualitativa e não tanto quantitativa. Além disso, a mesma notícia pode representar enquadramentos sobrepostos. No entanto, a definição *a priori* de enquadramentos de leitura afigura-se decisiva para estabelecer uma chave de interpretação sobre a riqueza das representações de um acontecimento nas notícias.

Uma última recomendação do GUMG foi seguida neste projecto. Para compreender as estruturas e relações que moldam o conteúdo das notícias, é importante usar uma adaptação do quadrado ideológico proposto por Van Dijk (1988) e adaptado pelo GUMG, arrumando à partida as principais instituições e agentes sociais, incluindo os órgãos governamentais, em posições ideológicas face ao acontecimento. Assim, a avaliação da representatividade no conjunto de textos noticiosos ganha outro sentido.

Como referimos anteriormente, a análise de conteúdo é beneficiada se recorrer a uma apreciação iconológica, seja no tratamento dos materiais impressos, seja na apreciação dos materiais audiovisuais. Com efeito, a conjugação da imagem com a palavra tornou-se um factor de construção da mensagem, ou de enquadramentos para descodificar a mensagem, fornecendo à audiência pistas adicionais para a interpretação. Tentaremos promover essa interpretação qualitativa neste projecto.

No entanto, o conteúdo de uma fotografia ou de uma sequência de vídeo raramente é explícito ou evidente. Pelo contrário, apresenta-se de forma conotativa, sujeita a diferentes níveis de apreensão e descodificação (Raso, 2006: 77-78), pois representa uma construção “através de um leque de diferentes práticas significantes” (Geraghty, 2005: 47), nas quais se incluem códigos jornalísticos, normas estéticas ou memórias acumuladas numa determinada cultura. A sua escolha é genericamente influenciada por duas circunstâncias: a necessidade de potenciar o índice de atenção e influência da

audiência, interessando-a e cativando-a para consumir todo o bloco noticioso (*opus cit.*: 82); e a obrigatoriedade de escolher uma imagem a partir do leque de fotografias e mensagens disponíveis à data da selecção, assumindo-se assim que a escolha de uma imagem para a primeira página de um jornal ou para ilustração de uma notícia de abertura de televisão, por si, não reflecte apenas os valores-notícia da redacção, mas também a disponibilidade de materiais e de acontecimentos no dia em causa.

Pablo López Raso (2006), aliás, propôs uma matriz que seguiremos neste projecto, identificando três níveis possíveis de análise da fotografia de jornal ou do vídeo televisivo: o nível formal, que reporta ao conteúdo explícito do registo iconográfico e à sua expressão artística; o nível simbólico, que faz recurso aos enquadramentos possíveis de leitura daquele registo; e o nível sintético, que resume o significado real e aplicado da imagem naquele contexto.

7.2 – Outras abordagens

Ao mesmo tempo que a análise de conteúdo se expandiu, de forma a incluir todos os elementos jornalísticos e não apenas o texto noticioso, surgiram propostas de investigação do objecto jornalístico herdadas das abordagens etnometodológicas (Costa, 1990) e traduzidas em estágios de observação participante nas redacções, capazes de inferir as normas sociais que regem as relações entre os jornalistas e as chefias ou os jornalistas e as fontes. Como Horace Newcomb notou (1991), fontes e jornalistas vivem do sigilo e da informação privilegiada, mostrando desconforto em entrevistas ocasionais com sociólogos ou outros investigadores (Cf. também Pereira Rosa, 2010). De algum modo, a observação participante de longa duração esbate essa desconfiança e torna mais nítidas as normas de procedimento rotinizadas nas redacções.

No entanto, actualmente, a opção pela investigação etnográfica apresenta uma dificuldade acrescida: as instituições noticiosas recusam cada vez mais acesso aos seus espaços de decisão, evitando o escrutínio externo (Reich, 2006). Por esse motivo, a opção foi por nós descartada.

À análise textual e à análise de conteúdo, procedimentos que tomam a notícia como um corpo externo, juntámos a necessidade de esclarecer algumas opções por parte de jornalistas e fontes envolvidos nos dois estudos de caso tratados. Desse ponto de vista, tornou-se necessário agendar entrevistas de profundidade com os protagonistas dos casos em apreço (reproduzidas nos anexos finais), de forma a, com o benefício da distância temporal, melhor apurar quais as estratégias que os moveram em cada

contexto. No estudo de caso do *Prestige*, entrevistámos o responsável pela gestão de crise (o vice-almirante Augusto Ezequiel) e a repórter do *Público* que foi enviada-especial na Galiza (Rita Siza). No estudo de caso da gripe A, entrevistámos a ministra da Saúde (Ana Jorge), o director-geral da Saúde (Francisco George), um dos especialistas do grupo consultivo de combate à epidemia (Filipe Froes) e um dos médicos que mais protestou contra o aparato das medidas de contenção (António Vaz Carneiro). Entrevistámos ainda as jornalistas da RTP (Isabel Pereira Santos) e do *Público* (Alexandra Campos) que mais se dedicaram ao tema, bem como os cartoonistas Luís Afonso e António Jorge Gonçalves.

Evidentemente, como notou Zvi Reich (2006), as entrevistas podem tornar-se complexas quando se lida com jornalistas, profissionais da entrevista que sabem o que se pretende nas respostas e estão apetrechados a fintar perguntas difíceis. Mesmo assim, guardamos como válida a definição de Newcomb (1991: 101): “Talvez a maior força da entrevista enquanto técnica seja a possibilidade de reunir mais informação compreensiva do que aquela que poderíamos recolher com a observação participante.”

Além disso, como notou António Firmino da Costa (1990: 141), a entrevista é uma técnica adequada para apreender “normas e status institucionalizados, de conhecimento geral e facilmente verbalizáveis”, colhendo até mais benefícios do que a observação participante neste capítulo, dada a morosidade e o carácter fragmentário desta última.

Como Philip Schlesinger (1989) advogou, ao atacar o mediocentrismo dos investigadores no estudo da construção social das notícias, torna-se útil procurar também as estratégias não concretizadas das fontes, as perspectivas deficientemente expressas nos textos jornalísticos, os eventos não noticiados ou as convicções dos jornalistas. Esse tipo de informação, indispensável para conclusões mais abrangentes, só é obtida através de métodos qualitativos, dos quais a entrevista é o melhor exemplo.

Optámos pela entrevista-testemunho, mais próxima do registo do historiador, procurando reduzir a interferência do investigador no diálogo, de forma a que este fluísse e permitisse a cada entrevistado dar conta da sua perspectiva. Mas definimos previamente tópicos de diálogo, aceitando as premissas da entrevista semidirectiva.

Na nossa perspectiva, a investigação bem sucedida no estudo das fontes no discurso jornalístico deverá, em primeira instância, procurar contributos internalistas, traduzidos na análise de conteúdo, que permitam apreciar o grau de penetração de cada fonte, e em entrevistas com jornalistas, de forma a enquadrar as suas estratégias na relação com fontes de informação. Em segunda instância, é importante que o investigador procure

contributos externalistas, entrevistando fontes, analisando outras publicações, documentos e materiais disponíveis na Internet ou noutras bases de dados.

Uma opção metodológica adicional, aplicada exclusivamente na análise do caso da gripe A, foi-nos sugerida pela investigação de Lynn Frewer (2003: 133) sobre os processos de amplificação do risco associados à encefalopatia espongiforme bovina (BSE) na sociedade britânica. Tal como ela, recorreremos a indicadores sanitários, relacionados com a evolução da severidade da epidemia, cruzando-os posteriormente com os picos de atenção proporcionados pela cobertura mediática. O indicador permitiu qualificar a distorção entre a interpretação pericial do risco e a interpretação mediada e construída pelos media no caso da gripe A.

Entre Abril e Outubro de 2009, a DGS elaborou boletins estatísticos, reportando casos de contágio no território português, utilizados frequentemente como ponto de partida para as notícias produzidas em Portugal. A ponderação da variação desse primeiro elemento torna-se relevante, pois poderá explicar, ou contextualizar melhor, os picos de interesse e as vagas de desinteresse jornalístico em cada momento. A partir de Outubro, entendeu a DGS não proceder a essa actualização, uma vez que a frequência de contágio e o facto de muitos pacientes serem encorajados a realizar o tratamento no domicílio impediam uma estimativa credível da extensão da epidemia. A ocorrência de sintomas menos agudos em alguns pacientes contribuiu também para a depreciação desse indicador. O mesmo procedimento foi tomado pela Organização Mundial de Saúde.

Em simultâneo, a DGS relatou periodicamente (todos os dias, numa primeira fase; semanalmente, a partir de Dezembro de 2009) uma estatística do número de pacientes hospitalizados com sintomas de gripe A e do número de óbitos ocorridos em Portugal directa ou indirectamente associados à doença.

A análise destes materiais ajudou a consolidar a interpretação dos picos de produção jornalística associados à epidemia, bem como o esmorecimento registado no ano de 2010. Não terá sido naturalmente o único factor de influência, mas constituiu, com uma razoável dose de segurança, um importante registo de noticiabilidade ao qual jornalistas e fontes prestaram particular atenção.

7.3 – A escolha dos meios

A televisão é ainda um meio minoritário na análise de conteúdo produzida no âmbito da sociologia do jornalismo. Murdock e colegas (2003: 169) lembraram que as razões mais evidentes para essa obscuridade prendem-se com aspectos práticos – é mais fácil

codificar e arquivar histórias publicadas em imprensa do que em televisão, é dispendioso recorrer aos arquivos das estações televisivas, e as suas combinações de materiais escritos, orais e visuais obrigam ao arquivamento do bloco noticioso, de forma a que o investigador possa retroceder várias vezes e apreender a informação disponível. Dificuldades como estas têm levado à negligência da análise televisiva, à redução dos períodos de amostra ou à codificação dos aspectos mais básicos.

Além disso, a informação ambiental em televisão afigura-se menos abrangente do que a dos jornais impressos, em função da necessidade vital de fotogenia de ilustração. Mark Neuzil (2008: 206), na sua análise da evolução do tratamento jornalístico do ambiente nos Estados Unidos, considerou mesmo que a televisão encara a noticiabilidade do ambiente em função da disponibilidade de imagens e do seu peso metafórico para resumir o tema. Assim, este meio processa com mais facilidade as notícias factuais, provocadas por um incidente facilmente delimitado no tempo e no espaço, e encontra maiores dificuldades para dar conta de notícias relacionadas com problemáticas de longa duração, construídas gradualmente e sem um desfecho no horizonte.

Mesmo assim, investigações como as de Murdock e colegas, que exacerbaram o peso da imagem estática ou em movimento na construção dos enquadramentos de risco, motivaram-nos a juntar na análise conteúdos jornalísticos produzidos em suportes impressos e televisivos, mesmo reconhecendo as dificuldades citadas. A justificar esta opção está por um lado o reconhecimento de que a informação televisiva, assente na imagem, é mais facilmente processada do que a escrita (Neuman *et al*, 1992) e é mais abrangente, ao passo que a imprensa escrita perde leitores em todo o mundo.

Por outro lado, a opção de concentração exclusiva no noticiário televisivo não nos pareceu igualmente adequada. Como Rui Marques notou (2005: 57), na imprensa, por força do espaço disponível, do tempo de reflexão permitido e pela maior densidade aplicada à construção das notícias, há maior volume de informação. A capacidade de os jornais liderarem o processo de agendamento de muitos temas, depois retomados pelos restantes meios de comunicação, não deve também ser negligenciada. As notícias televisivas são breves, simplificadas, fragmentadas e subordinadas aos aspectos visuais. A actividade do espectador face ao ritmo e encadeamento do noticiário televisivo é igualmente mais passiva, não registando um efeito de agendamento tão significativo (Cabral, Silva e Mendes, 2002: 77). No campo específico do noticiário ambiental, Brett Hutchins e Libby Lester (2006) sugeriram inclusivamente que são os jornais, em associação com a experiência individual nos problemas ambientais locais, quem detém

mais influência na construção de opinião. Em função de tudo isto, optámos por recolher materiais de órgãos jornalísticos impressos e audiovisuais.

Uma vez que se apresentam dois estudos de caso relativamente próximos no tempo, tentámos, na medida do possível, analisar os mesmos órgãos de comunicação, de forma a poder sublinhar eventuais disparidades. Um dos meios seleccionados foi o jornal *Público*, cuja edição impressa foi escrutinada diariamente nos períodos de análise.

Fundado em 1990, o jornal goza do estatuto de meio de referência em Portugal, de acordo com os critérios de Nerlich e Halliday (2007: 55-56). Pelas suas páginas passaram alguns dos jornalistas mais conceituados das últimas duas décadas. Em 2002, ano do primeiro estudo de caso, o jornal apresentava uma circulação paga superior a 52 mil exemplares (APCT, 2002), figurando como terceiro jornal diário de informação geral com maior circulação em Portugal. Em 2009, ano do segundo estudo de caso, a circulação paga do periódico rondava os 38 mil exemplares, mantendo, porém, a mesma terceira posição (APCT, 2009).

Um segundo meio impresso que procurámos escrutinar foi o jornal *24 Horas*, de forma a obter uma amostra significativa de outro tipo de produto jornalístico, tradicionalmente mais vocacionado para uma audiência popular. Fundado em 1998, o jornal foi atravessando sucessivos ciclos de reformatação, mantendo sempre uma matriz ligeira, muito associada a temas de entretenimento e escândalo. Em 2002, o jornal registava uma circulação paga de 37298 exemplares (APCT, 2002) e, sete anos depois, vendia 27692 cópias por dia (APCT, 2009). Viria a ser extinto em 29 de Julho de 2010.

Dada a matriz global do segundo estudo de caso, optámos entre 2009 e 2010 por escrutinar a versão *online* do jornal, que aproveitava boa parte dos conteúdos publicados na versão impressa, acrescentando-lhe informação destinada às comunidades emigrantes. Esta versão *online*, dirigida por Victor Alves, destinava-se, para além dos leitores do território português, a portugueses residentes na Suíça e em alguns estados norte-americanos. Mantinha a periodicidade diária, embora possuísse apenas uma edição de fim-de-semana, afixada ao sábado. Com o fim do jornal a 29 de Junho de 2010, a edição *online* foi suspensa até ser concluído um acordo com o *Correio da Manhã* que passou, a partir de 12 de Julho do mesmo ano, a alimentar este título.

Uma terceira publicação analisada exclusivamente no estado de caso do naufrágio do *Prestige* foi o jornal *Correio do Minho*. O objectivo da amostra prendia-se com a recolha de semelhanças e disparidades na cobertura noticiosa de um jornal de referência, de um jornal popular e de um terceiro periódico, de pendor regional, com

uma audiência distribuída por uma das regiões portuguesas potencialmente mais afectadas pelas manchas de fuel-óleo – o Minho.

Sediado em Braga, mas destinado a uma audiência minhota, o *Correio do Minho* foi fundado em 1926 e é um dos mais antigos jornais regionais diários ainda activos. Não existem dados auditados sobre a sua circulação paga em 2002, mas é provável que não excedesse os dez mil exemplares diários.

Por fim, na análise dos meios referentes ao segundo estudo de caso, optámos por incluir ainda a informação televisiva.⁶² Para tal, visionámos diariamente o *Telejornal* do primeiro canal da RTP durante todo o período de amostra, guardando-o em suporte electrónico para análise sistemática.

Trata-se do mais antigo programa de informação existente em Portugal, emitido consistentemente desde 1959 e difundido quase sempre a partir das 20 horas. De acordo com dados do serviço Telenews da MediaMonitor, durante o ano de 2009, o *Telejornal* emitiu 27731 peças jornalísticas, num total de 883 horas de duração.⁶³ Registou consistentemente *shares* de 20 a 30%, classificando-se amiúde entre os cinco programas mais vistos de cada dia.⁶⁴

Relativamente ao tema da Gripe A, de acordo ainda com o serviço Telenews, de 1 de Abril a 17 de Dezembro de 2009, das 1897 notícias emitidas sobre o tema nos principais noticiários dos quatro canais generalistas, o tema foi maioritário na RTP1, gerando 641 notícias – um registo quantitativo superior ao da SIC (604), da TVI (420) e da RTP2 (232). No total, os quatro canais despenderam 54 horas para relatar aspectos informativos relacionados com este tema.⁶⁵

7.4 – Período de análise e triagem

Os diferentes artigos académicos dedicados à cobertura noticiosa de naufrágios de petroleiros basearam-se em amostras temporais variáveis. Daley e O'Neill (1991), por exemplo, concentraram-se nas duas primeiras semanas após o acidente do *Exxon Valdez*, ao passo que Gill e Ritchie (2005) investigaram mais de ano e meio de produção jornalística relativa ao *Prestige*.

⁶² Os suportes vídeo dos noticiários de 2002 e 2003 não foram disponibilizados, pelo que a análise do tratamento noticioso do naufrágio do *Prestige* teve de ser concentrada nos meios impressos.

⁶³ Fonte: <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~14ae.aspx> (acedido a 18 de Janeiro de 2010).

⁶⁴ Fonte: <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~14af.aspx> (acedido a 18 de Janeiro de 2010).

⁶⁵ Fonte: <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~148e.aspx> (acedido a 18 de Janeiro de 2010).

Em face da investigação acumulada, afigura-se razoavelmente consensual que o principal pico de interesse jornalístico após um derrame petrolífero se produz nos três meses seguintes ao acidente, altura em que, normalmente, esmorece a atenção jornalística, o empenho cívico de activistas e a pressão governamental para encontrar soluções (AMPERA, 2007). Essa foi, por isso, a nossa opção.

Investigámos o tratamento jornalístico dos três periódicos seleccionados de 13 de Novembro de 2002, o dia a seguir à difusão do pedido de socorro vindo do navio, até 31 de Janeiro de 2003, dois dias depois de os principais jornais diários espanhóis colocarem uma chancela conclusiva na sua narrativa, noticiando o período em que o casco do navio aguentaria a pressão das profundezas. Foi, de alguma maneira, o encerramento de um capítulo na cobertura noticiosa do tema.

A análise do *Público* foi conduzida no arquivo do próprio jornal, utilizando meios informáticos para seleccionar as peças jornalísticas adequadas. A análise do *Correio do Minho* e do *24 Horas* foi conduzida na Biblioteca Nacional. Foram recolhidas cópias impressas de todos os materiais utilizados na análise.

Uma análise-piloto a alguns materiais dispersos dos três meios da amostra permitiu-nos confiar que, através das expressões de busca “Prestige”, “derrame”, “petróleo” e “Galiza”, conseguiríamos peneirar todos os itens jornalísticos e reter apenas aqueles que representavam uma identificação directa ou indirecta com o acidente. Artigos duplicados ou não relevantes foram eliminados, mas retivemos na amostra todas as peças não directamente associadas ao naufrágio do *Prestige* subordinadas de alguma maneira ao transporte de materiais petrolíferos. A opção permitiu-nos por exemplo registar um pequeno incidente com o navio *Nestor C* que, noutro contexto, menos saturado pela cobertura noticiosa produzida na Galiza, teria seguramente menos probabilidades de ser noticiado.

Relativamente ao tratamento noticioso da gripe A, iniciámos o período de amostra televisiva a 21 de Abril de 2009, data em que o *Telejornal* se referiu ao tema pela primeira vez. No caso dos dois jornais, iniciámos a selecção uma semana antes, uma vez que o tema mereceu ali atenção mais cedo. O encerramento do período de amostra ocorreu a 20 de Agosto de 2010, uma semana depois do anúncio do fim da pandemia.

A recolha de materiais do jornal *Público* foi realizada diariamente, utilizando a edição impressa do periódico. O *24 Horas* foi consultado regularmente na sua edição *online*, recolhendo-se cópias de todos os materiais sobre o tema. Pontualmente, foi comparada a edição impressa com a edição *online*, para avaliar o grau de disparidade entre ambas.

Todos os *Telejornais* do período em apreço foram observados, graças às ferramentas digitais proporcionadas pela RTP. Depois de uma primeira observação, para triar as edições com referências ao tema, foram gravadas cópias electrónicas integrais para processamento posterior.

Dada a multiplicidade de nomenclaturas associadas à doença, utilizámos a expressão de busca “gripe” como primeiro factor de triagem. Porém, ao verificarmos que, numa fase posterior da cobertura noticiosa, algumas notícias já só faziam referência à “pandemia”, incluímos também esta expressão.

Por fim, em função dos objectivos do projecto, não nos limitámos às notícias, recolhendo, ao invés, registos de seis géneros jornalísticos (notícia breve [até três parágrafos], notícia, opinião, reportagem, crónica, entrevista) e um género-híbrido (o humor), potencialmente interessante para a análise. Foram ainda analisados os elementos de diferenciação, como títulos, subtítulos, outras chamadas de capa, destaques, publicidade e, no caso da televisão, os oráculos – os textos difundidos em rodapé ao longo da emissão.

7.5 – Indicadores

O *corpus* da nossa amostra reuniu 524 peças noticiosas no caso do *Prestige* e 1594 peças no caso da gripe. Na grelha de análise do primeiro caso (anexo A), totalmente aplicada a notícias de jornal, reunimos cinco tipos de indicadores – formais, de conteúdo, de risco, de ilustração e humor. Nos indicadores formais, agregámos o número de peças dedicadas ao tema por edição, entendendo por peça qualquer espaço autónomo do jornal, textual, ilustrativo ou misto, com arranjo gráfico delimitado, de forma a sugerir ao leitor que se trata de uma unidade independente (Silveira e Shoemaker, 2010: 33). Entendemos analisar a cobertura jornalística por unidades diárias e não avulsas. Foi uma opção pouco convencional mas que, na nossa perspectiva, supera uma das lacunas das análises de conteúdo contemporâneas: ao entender a peça jornalística como item individual, o investigador tende a perder de vista a unidade que cada jornal impresso ou televisivo configura. Ora, a montagem de um jornal implica a associação de peças jornalísticas na mesma página ou conjunto de páginas de uma secção. Se a análise de conteúdo medir sistematicamente frequências, tenderá a sobrevalorizar a unidade medida, ignorando que as rotinas de produção jornalística implicam que um artigo ou uma fotografia fazem parte do todo, pois serão consumidos de forma cumulativa. Por essa razão, apresentaremos os resultados em frequências

diárias, assimilando a noção de que, tão importante como a unidade de registo, é a unidade de contexto.

Dedicámos particular importância ao título principal (manchete, na tradição brasileira do jornalismo), “a característica mais proeminente do discurso jornalístico (...) que expressa o cume da macroestrutura semântica, programa o processo de interpretação e proporciona uma definição (subjectiva) da situação” (Van Dijk, 1988: 173). Procurámos também, nos três jornais, outras chamadas de capa e de contracapa motivadas pelo tema. Em conjunto, estes três tipos de destaques constituem o primeiro ponto de contacto do leitor com o periódico. Ainda num registo quantitativo, registámos a dimensão diária do total acumulado dos blocos, de forma a aferir a área ocupada pelo tema no jornal em cada dia da amostra.

Aferimos ainda os géneros jornalísticos dominantes de cada bloco textual e a assinatura de cada um, diferenciando entre a assinatura colectiva, individual ou através de agência noticiosa. Note-se que entendemos como “opinião” todo o texto que tentou contextualizar a notícia com reflexão e comentário, incluindo artigos, cartas ao director, colunas de citações, comentários, revistas de imprensa e inquéritos de rua (Agraso *et al*, 2003; Nerlich e Halliday, 2007: 56).

Para melhor medir a origem dos materiais jornalísticos, distinguimos entre blocos textuais produzidos pela redacção na sede (em Lisboa, no caso dos dois jornais nacionais; em Braga, no caso do *Correio do Minho*), por um enviado-especial, por um correspondente ou por uma agência noticiosa, usando como referência o artigo de Gill e Ritchie (2005), que apurara um forte contributo das agências noticiosas internacionais para o fluxo de informação em Espanha e em França.

Ainda no campo dos indicadores formais, procurámos sempre que possível identificar a editoria que tratou os blocos noticiosos, de forma a aferir que campo de actividade patrocinou mais vezes a discussão e em que medida as principais fontes referenciadas estavam dependentes de um determinado campo.

Nos indicadores de conteúdo, codificámos o tipo de fontes referidas nos blocos textuais, distinguindo entre instituições e personalidades e utilizando como modelo de comparação os trabalhos de Santiago (2006), Agraso e colegas (2003) ou Anderson e Marhadour (2007). Todos concluíram que as fontes oficiais dominaram a cobertura noticiosa do acidente do *Prestige* em Espanha praticamente desde o início, revelando a predominância dos políticos sobre os outros grupos profissionais e dos centros de investigação portugueses e franceses face aos espanhóis. Com estas conclusões em

mente, procurámos estender a análise a Portugal, tentando avaliar também o grau de unanimidade entre fontes. Avaliámos ainda o campo de actividade das fontes referenciadas, codificando várias categorias (políticos, membros da Marinha, cientistas, jornalistas, pescadores, ambientalistas ou outros).

Na análise dos enquadramentos utilizados, encontrámos modelos distintos nos trabalhos de Elías (2004), Anderson e Marhadour (2007) e Gill e Ritchie (2005), até porque a identificação de narrativas ou enquadramentos no trabalho jornalístico é um processo que remete para a experiência dos investigadores, o contexto da pesquisa e o tipo de amostra. Utilizámos como referência alguns dos enquadramentos codificados por Gill e Ritchie: factos sobre o desastre; limpeza ou resposta; impactes ambientais; impactes humanos ou económicos; demonstrações ou protestos em massa; relações internacionais; aspectos legais ou jurídicos; abuso dos media.

Para além de identificar o enquadramento dominante em cada período temporal da amostra, cruzámo-los com a proximidade geográfica do jornal que os utilizou e o seu estatuto no panorama mediático. Identificámos também, sempre que possível, o proponente de cada enquadramento. Como referencial próximo, a investigação de Anderson e Marhadour (2007) lembrou-nos que a imprensa espanhola utilizou sobremaneira os enquadramentos associados aos impactes humanos e na comunidade, ao passo que as imprensas francesa e inglesa, mais distantes do acontecimento, o enquadraram em função do impacte ambiental.

Averiguámos ainda o grau de distanciamento dos jornalistas face ao acidente, através da análise daquilo que Renn (2003) cunhou como abordagens “nós e eles” ou “NIMBY (“*not in my backyard*”). Até que ponto os jornalistas apadrinharam a causa das comunidades afectadas e as integraram numa esfera de consenso ou, ao invés, até que ponto exploraram a esfera de controvérsia legítima e a esfera de desvio (Hallin, 1986: 116-117)? De natureza qualitativa e apurado essencialmente através de entrevistas, este indicador forneceu pistas para descrever os procedimentos de objectividade empregues na cobertura do acidente (Ponte, 2007: 243).

Codificámos igualmente as fases da notícia, balizando (de forma um pouco abrupta), as fases de descrição, definição de culpados, impactes do acidente, generalizações do caso, soluções e punições. O indicador forneceu elementos para aferir as fases em que a cobertura noticiosa mais se concentrou.

Nos indicadores de conteúdo, listámos todos os incidentes duplicados, ou seja, as referências a outros casos de transporte marítimo defeituoso que ganharam visibilidade em função de um evento-chave que colocou a nu um novo problema social.

O último indicador de conteúdo foi proporcionado pelas marcas de dramatização, um conceito qualitativo adaptado de Durham (2008). Procurámos essas marcas, codificando antecipadamente dez categorias. Assim, procurámos as instâncias em que o caso foi descrito como uma “maré negra”, uma “catástrofe ou um desastre ecológico”, uma “catástrofe ou um desastre económico”, um acontecimento gerador de “fome”, um evento susceptível de gerar “efeitos na cadeia alimentar ou na saúde humana”, “uma bomba-relógio no mar ou no fundo do mar”, um acto de “piratas ou bandidos dos mares”, um acontecimento de superlativos (“o maior perigo, o maior derrame da década ou da Europa”, uma ocasião sobre a qual os seus protagonistas afirmassem a sua determinação no sentido de “Nunca mais permitirem um acontecimento idêntico” e, por fim, a descrição do “navio sangrando combustível no fundo do mar”.

Ainda na grelha de análise do caso do *Prestige*, desenvolvemos três indicadores de risco. A moralidade implícita, conceito herdado dos trabalhos de Teun van Dijk e do GUMG, obrigou a um esforço qualitativo de releitura dos textos jornalísticos, procurando neles indícios de responsabilização. Na verdade, as notícias, como mitos modernos, fornecem-nos pistas narrativas que permitem identificar frequentemente as metacategorias de heróis e vilões. Neste caso concreto, procurámos essas instâncias de moralização da narrativa, sem as quantificarmos.

Um segundo indicador de risco foi fornecido pela semântica do pânico, conceito proposto por Van Dijk (1988) para o contexto ideológico do racismo, mas também definido por Jorge Vala (Vala, 1990: 106) como vocabulário com “conotação ansiogénea”. Que léxicos são empregues na semântica do pânico? Como se constrói o pânico através do discurso? E será que ele esmorece à medida que o desastre se rotiniza? Estas foram as três questões para as quais concebemos o indicador qualitativo, utilizando como referencial o trabalho de Anthony Dudo e colegas (2007) sobre o discurso jornalístico da gripe das aves.

Um terceiro apontamento foi sugerido pela leitura da ampla bibliografia espanhola sobre o tema. Na verdade, a cobertura noticiosa de um derrame petrolífero inscreve-se num movimento mais amplo, associado a toda a comunicação de risco e ao esforço dos agentes responsáveis pela gestão da catástrofe para normalizar o acidente. No leque de paradigmas da comunicação de crise, há várias estratégias possíveis e nenhuma é

exclusiva. No caso do *Exxon Valdez*, numa primeira fase, as autoridades esforçaram-se por sublinhar a incerteza e aleatoriedade associada à evolução do derrame petrolífero. Mais tarde, preferiram registar o enorme desafio tecnológico provocado pela extensão dos danos. E numa terceira fase atenuaram as consequências, lembrando acidentes anteriores e mais prejudiciais (Ungar, 2001). Que estratégias foram usadas na Galiza e a que fases corresponderam? E como penetraram essas estratégias no discurso jornalístico, se tivermos em conta, como notou Sheldon Ungar, que “em vez de actuarem como uma força de coesão e controlo social, os acidentes da sociedade de risco tendem a criar ‘comunidades corrosivas’, à medida que os diferentes actores tentam negar a sua culpa e passar a batata quente a outro” (*opus cit.*: 284).

Agregámos ainda à grelha de análise quatro indicadores associados à ilustração e à imagem no produto jornalístico. O primeiro, naturalmente, identifica os suportes de ilustração utilizados, diferenciando fotografias, de mapas, gráficos ou infografias – cada qual implicando um grau diferente de envolvimento da redacção. O segundo, de cariz qualitativo, descreve os recursos utilizados para relatar a história do derrame, reconhecendo que, no tratamento jornalístico de desastres desta natureza, as imagens de espécies animais cobertas de crude são utilizadas como metáfora do problema.

O terceiro indicador, na esteira de Raso (2006), diferencia o uso dos suportes visuais, especificando se a utilização correspondeu ao nível sintético, formal ou simbólico. Por fim, o quarto indicador aplicado à ilustração pretende apreender até que ponto as imagens foram conotadas como metáforas da ameaça. É um indicador qualitativo, que visa estabelecer relação entre as imagens e o conteúdo textual, reforçando, atenuando ou até contrariando o sentido do discurso jornalístico.

Por fim, nos indicadores de humor, distinguimos em primeiro lugar o modo semiótico de produção de humor, nomeadamente através do conteúdo verbal, visual ou de ambos, tal como Villy Tsakona (2009) fez na análise de caricaturas gregas. O último indicador procura estimar a função do humor aplicado ao caso em estudo: alívio, incongruência, superioridade, denúncia, apelo à acção ou crítica dos media. Um trabalho a ter em conta nesta rubrica foi o artigo de Bert Hansen (1997) sobre o uso de caricaturas na imprensa americana do século XIX em temas de saúde pública.

Evidentemente, tal como na apreciação dos enquadramentos, esta identificação é subjectiva e depende da experiência do investigador. “O cartoonista, como o colunista, não pode afastar-se muito das ideias que uma fatia larga do público possui” (Hansen, 1997: 1799), sob risco de falhar o seu objectivo comunicacional. Por outro lado, notou

Joan Connors (2005: 480), “as caricaturas políticas não necessitam de seguir os princípios de objectividade esperados nas histórias noticiosas. Ao invés, eles expressam opiniões em paralelo com os editoriais jornalísticos e as colunas de opinião”. Os *cartoons* têm pretensão de verdade, como um texto ou uma fotografia e o apelo do humor depende da familiaridade da audiência com o contexto (Giarelli e Tulman, 2003), embora alguns *cartoons* possam não ser humorísticos.

Socorremo-nos, na análise de todas as imagens, do trabalho de Roland Barthes (1977) sobre a polissemia dos recursos visuais, procurando analisar as duas camadas semióticas de decodificação – a denotação (o conteúdo manifesto) e a conotação (o conteúdo latente, menos óbvio e subtextual).

Uma vez que diversificámos os meios analisados no caso da gripe A, integrando jornais e um canal de televisão na amostra, criámos duas grelhas de análise distintas para este processo (anexos B e C). A grelha para registos impressos seguiu naturalmente o modelo do primeiro caso, repetindo os indicadores formais, de conteúdo, de risco, de ilustração e de humor, embora com adaptações.

Assim, introduzimos mais um indicador de conteúdo, referente à geografia da crise. Ao contrário do tratamento jornalístico sobre o caso *Prestige*, que incidiu por completo na Galiza e no Norte de Portugal, o caso da gripe A decorreu em múltiplas arenas, nacionais e internacionais, pelo que se afigurou relevante identificar todas as regiões onde se desenrolou a acção.

Criámos também um indicador adicional sobre a designação do problema social. Pela leitura empírica da produção jornalística sobre este tema, verificámos que ele foi sendo reformatado ao longo dos meses, ora designado como surto de “gripe mexicana”, “gripe suína”, “gripe A” ou “gripe do vírus H1N1”. A designação “gripe mexicana” rapidamente motivou protestos por parte das autoridades deste país, alarmadas com o impacte no turismo que a expressão provocou (*The Guardian*, 03/05/09). A designação “gripe suína” gerou outro tipo de protesto, quer da parte de agentes envolvidos na actividade de suinicultura (*New York Times*, 29/04/09), preocupados com uma associação indesejada entre a carne de porco e o vírus, quer junto de autoridades religiosas judaicas e muçulmanas, tradicionalmente sensíveis relativamente ao porco (*The Guardian*, 28/04/09). A Organização Mundial para a Saúde Animal tentou igualmente que o problema fosse designado como “gripe norte-americana” (comunicado

de 28/04/09)⁶⁶, com pouco sucesso, até a Organização Mundial de Saúde esclarecer que se referiria ao problema como “pandemia do vírus H1N1/09” (conferência de imprensa de Keiji Fukuda, 07/07/09).⁶⁷ Mesmo assim, enquanto autoridades nacionais de saúde optaram por “gripe A (H1N1)”, como sucedeu em Portugal, outras, como o Centro Norte-Americano para a Prevenção de Doenças, adaptaram a recomendação e usaram “nova gripe A (H1N1)”.⁶⁸

Afigurou-se portanto relevante analisar também o processo de configuração do problema nos media portugueses, procurando perceber em que medida diferentes agentes sociais contribuíram para promover ou recusar designações que poderiam acarretar impactes para as suas áreas de actividade.

Um indicador adicional foi fornecido pela quantificação do problema. Durante as primeiras fases da cobertura jornalística, a quantificação do número de infectados, de pacientes hospitalizados e de óbitos constituiu um importante recurso jornalístico, que transmitiu a gravidade do problema. Em artigo anterior, Teun van Dijk (1988: 182) já lembrara que a utilização de números nas notícias é um recurso comum, integrando-se no esforço jornalístico de relatar com objectividade, proporcionando estatísticas sobre eventos em curso. Procurámos assim perceber em que medida essa quantificação teve lugar na cobertura noticiosa da gripe A e em que fases ela se acentuou.

Na análise de enquadramentos, utilizámos como ponto de partida uma investigação produzida pelo Projecto para a Excelência do Jornalismo, conduzido pelo Pew Center nos Estados Unidos durante os primeiros meses da crise.⁶⁹ Não sendo exaustiva, foi uma proposta que reuniu alguns dos enquadramentos primordiais utilizados em vários países para interpretar o problema. Naturalmente, acrescentámos outros enquadramentos detectados na cobertura noticiosa portuguesa nos meses subsequentes. Um primeiro enquadramento esteve associado à “epidemiologia do vírus”, enunciando as suas causas e história e prevendo a severidade da infecção. Logo no início da cobertura, foi também evidente a emergência de um segundo enquadramento, relacionado com a “discriminação” de que se queixaram os agentes sociais atingidos pelas sucessivas designações da infecção.

⁶⁶ Fonte: http://www.oie.int/eng/press/en_090428.htm. Acedido a 21 de Janeiro de 2010.

⁶⁷ Fonte: www.who.int/mediacentre/Pandemic_h1n1_presstranscript_2009_07_07.pdf. Acedido a 21 de Janeiro de 2010.

⁶⁸ Fonte: <http://www.cdc.gov/h1n1flu/guidance/cruiseships.htm>. Acedido a 21 de Janeiro de 2010.

⁶⁹ Fonte: http://www.journalism.org/analysis_report/Swine_Flu_Coverage_around_the_World. Acedido a 21 de Janeiro de 2010.

Ainda numa fase precoce do problema, surgiram nos media relatos das “reacções governamentais”, destinadas a sossegar a audiência e a dar conta da preparação de cada organismo de saúde para a crise. Foi a fase também em que vários meios de comunicação veicularam “relatos da disseminação do vírus”, sinalizando consequências da epidemia noutros contextos como aviso e história de interesse humano.

Com a ocorrência gradual de infecções no território nacional, registaram-se outros enquadramentos, que codificámos como “reacções das organizações de saúde pós-infecção” e “impactes na economia e no quotidiano”. Por fim, numa fase posterior da cobertura, procurámos enquadramentos subordinados à “vacinação”, “à resistência à vacinação”, “acusações de excesso mediático” e “acusações de despesismo”.

Estes dez enquadramentos foram ainda cruzados com as fases da cobertura (preparação do problema; descrição; definição de culpados; impactes; generalizações do caso; respostas e balanços) e com a identificação de instâncias em que os jornalistas utilizaram outros casos de epidemias anteriores para fundamentar os seus trabalhos.

Tal como definimos no capítulo 1, as instâncias de risco envolvem frequentemente lutas periciais pela definição da melhor narrativa para interpretar uma sequência de ocorrências. Por vezes, esses conflitos simbólicos transbordam do campo científico para o campo jornalístico, sujeitando-se ao escrutínio público e a uma hierarquia de credibilidade pouco vinculada aos mecanismos tradicionais de organização do campo original. Procurámos assim marcas dessa luta num indicador sobre reflexos de polémica científica, referenciando nos blocos jornalísticos indícios de vozes científicas discordantes com as estratégias de gestão gizadas pelo Ministério da Saúde e pela Direcção-Geral da Saúde, bem como da sua preponderância no discurso jornalístico.

Por fim, ainda na abordagem às especificidades da grelha de análise às notícias da imprensa sobre a gripe A, adaptámos o indicador da moralidade implícita, procurando marcas de blocos jornalísticos subordinados a várias responsabilizações possíveis: “o destino”, “as empresas farmacêuticas”, “o modelo humano de desenvolvimento”, “o poder político”, “os médicos” e “os doentes” foram os modelos testados. Enfatiza-se novamente que estas categorias qualitativas são artificiais e a sua utilidade reside sobretudo na funcionalidade de arrumação temática para o investigador e não tanto numa organização incontestável das construções jornalísticas.

Entre os indicadores de ilustração, numa primeira apreciação dos materiais recolhidos, identificámos cinco ícones dominantes: a representação dos doentes com máscaras, ilustrando consequências concretas da epidemia (i); a representação de pessoal médico

com máscaras – uma modificação subtil face ao ícone anterior, mas digna de nota, uma vez que essa opção representou um sintoma adicional da disseminação do vírus e da facilidade de transmissão (ii); representações microscópicas do próprio vírus (iii); ilustrações de medicamentos, não apenas daqueles utilizados para travar a infecção, mas também de medicamentos no sentido genérico, como arma de defesa (iv); e por fim, o uso de imagens subordinadas ao tema da vacinação (v). A observação dos materiais levou posteriormente à detecção de outros recursos visuais.

A grelha de análise dos materiais televisivos (anexo C) reflectiu naturalmente boa parte dos indicadores utilizados para a análise dos materiais impressos, com ligeiras modificações. Assim, entre os indicadores formais, analisámos a ordem no noticiário, a duração diária dos blocos sobre o tema e a eventual referência ao tema na abertura do noticiário. Analisámos ainda referências à gripe A nos oráculos diários, recolhendo informação sobre os tópicos ali referenciados.

Por fim, na análise dos indicadores de conteúdo, procurámos marcas de tabloidização da informação, juntando aos factores de “privilégio da cobertura visual”, “histórias de interesse humano” e “focagem nas consequências para o quotidiano” uma medição das ocasiões e contexto em que o tema foi alvo de intervenções em directo na televisão.

8 – ANÁLISE DO CASO DO *PRESTIGE*

Nenhum acontecimento, por ressonante que seja, pode ser analisado de forma estanque, isolado no tempo e no espaço, como se pairasse no vazio informativo durante o seu ciclo de atenção. Tem sido convincentemente provado (Gans, 1979; Rebelo, 2006) que a agenda jornalística é o resultado de uma luta contínua entre proponentes dos mais diversos temas, um “bailado estratégico” como lhe chamou Michael Schudson (1995:3), entre jornalistas e fontes. Sendo a agenda por definição finita, o sucesso mediático de um tema faz-se em prejuízo de outros, acelerando a saturação dos temas já maduros ou impedindo o acesso dos temas ainda precoces.

O naufrágio do *Prestige* ocorreu num período atribulado da vida pública portuguesa. Apesar do seu forte impacto e do apelo dos valores-notícia que aglutinou, o tema do naufrágio enfrentou a concorrência de um tema que viria a provocar fortes ondas de choque na sociedade portuguesa nos anos seguintes – a 23 de Novembro de 2002, quatro dias depois de o navio se partir e afundar, o semanário *Expresso* publicou uma reportagem denunciando abusos de crianças na Casa Pia de Lisboa. O tema da pedofilia, até então obscuro na esfera pública, ganhou projecção e, nos oito anos seguintes, até à conclusão do primeiro julgamento, agregou milhares de horas de difusão televisiva e captou a atenção de uma ampla fatia da opinião pública. Na concepção de José Rebelo (2006: 17), ocorrências como esta produzem ruptura, mas permitem à sociedade reconstituir o seu quadro de vida momentaneamente perturbado, normalizando narrativas sobre o acontecimento e procurando sentido nele. O impacto destes acontecimentos mediáticos não pode por isso ser negligenciado.

Nestas circunstâncias, não se estranha que um estudo de opinião, promovido pelo Grupo Marktest a 22 de Janeiro de 2003⁷⁰, tenha concluído precisamente que o final do ano de 2002 fora marcado por uma sequência de acontecimentos ressonantes, considerados como “muito preocupantes” pelos inquiridos: entre 23 e 26 de Outubro, um grupo de terroristas chechenos tomou de assalto um teatro em Moscovo e a intervenção das forças de segurança não evitou a morte da maioria dos reféns; a 19 de Novembro, naufragou o *Prestige*, provocando nas semanas subsequentes três marés negras na Galiza e um quarto episódio na Cantábria; a 23

⁷⁰ “EUA/Iraque Preocupa”, Grupo Marktest. Estudos de Opinião, 23 de Janeiro de 2003. www.marktest.com/wap/a/n/id~2e9.aspx (consultado a 18 de Novembro de 2010).

de Novembro, deu-se a publicação da primeira notícia sobre pedofilia e, entre Novembro de 2002 e Março de 2003, o mundo assistiu, temeroso, ao agravamento da tensão entre os Estados Unidos e o Iraque, que levaria à guerra no dia 20 de Março.

A este turbilhão de acontecimentos de ruptura, juntou-se ainda um pseudo-acontecimento com forte impacte nos meios de comunicação populares, arrebatando boa parte do espaço nobre do *24 Horas*, um dos jornais da amostra. A primeira edição do *reality show* Big Brother Famosos, iniciada a 8 de Setembro e terminada no final de 2002, viria a competir fortemente com os outros temas, dominando as primeiras páginas, o noticiário e o espaço de opinião deste jornal.

A indisponibilidade de registos televisivos para o estudo de caso do *Prestige* é uma limitação deste estudo, tanto mais que os interlocutores escolhidos para enquadrar o caso dão conta da omnipresença da televisão, das suas necessidades particulares e da sua influência na narrativa de um acidente desta natureza. Valemo-nos todavia de alguns dados empíricos, recolhidos pelo Grupo Marktest através da Mediamonitor, que nos permitem quantificar a cobertura jornalística do acidente nas quatro estações de livre acesso em Portugal.⁷¹

Assim, o naufrágio foi tema de 770 notícias televisivas, maioritariamente distribuídas entre a RTP1 (284), a TVI (215) e a SIC (177), permanecendo a RTP2 a uma distância considerável (94). Estes espaços noticiosos corresponderam a dez horas de exposição do acidente no principal canal do Estado, oito na SIC, sete na TVI e quatro na RTP2. Vale ainda a pena referenciar que o *Jornal Nacional* da TVI foi o espaço jornalístico que mais notícias emitiu sobre o caso, seguido do *Telejornal*, da RTP1.

Existe um debate duradouro na sociologia do jornalismo entre aqueles que aceitam o poder total da televisão e aqueles que o relativizam (Schudson, 1995: 54). Na verdade, os portugueses tomaram contacto pela primeira vez com esta ocorrência através das televisões. Coube à TVI, às 20h56 do dia 13 de Novembro, transmitir a primeira informação sobre o caso. A pressa, porém, é inimiga da perfeição e as primeiras palavras foram incorrectas: “Naufragou um petroleiro ao largo da Galiza e já está a verter crude”, disse-se então. Na verdade, o *Prestige* navegaria à deriva

⁷¹ “Análise das Notícias sobre o Naufrágio do *Prestige*”, Grupo Marktest. Cobertura Noticiosa, 12 de Março de 2003. www.marktest.com/wap/a/n/id~66.aspx (consultado a 18 de Novembro de 2010).

durante seis dias até efectivamente naufragar e transportava concretamente fuelóleo.

Pouco depois, a SIC Notícias e a RTP1 difundiram igualmente a notícia, embora já corrigida para expressar apenas as dificuldades de navegação do *Prestige*. No dia seguinte, dos três jornais da amostra, apenas o *Público* se referia ao tema. O *Correio do Minho* publicou a primeira notícia a 16 de Novembro e o *24 Horas* a 15. É legítimo também notar que quer o *Público* quer o *24 Horas* não perceberam inicialmente a gravidade da situação. A 15 de Novembro, o jornal então dirigido por José Manuel Fernandes indiciava que o *Prestige*, apesar dos problemas, navegava com auxílio das máquinas e que o problema se poderia resolver; no mesmo dia, o *24 Horas* noticiava com uma nota de optimismo que já estavam em marcha mecanismos para controlar o derrame. Um dia depois, o mesmo jornal escreveria ainda que as manchas se afastavam da Galiza, um pressuposto que a realidade desmentiria.

A televisão foi bastante importante na formatação inicial da ocorrência, como veremos nas próximas páginas. É verdade que a sua influência não foi tão evidente como sucedera na catástrofe do ano anterior em Entre-os-Rios, mas a marca da sua interferência no ciclo de produção noticiosa fica bem evidente no comentário de uma das jornalistas que participou na cobertura noticiosa dos dois casos:

«Na Galiza, ao contrário de Entre-os-Rios, até era difícil saber onde andavam as televisões porque a área de dispersão era enorme. Eles podiam estar numa praia, nós noutra e não sabermos uns dos outros. Em Entre-os-Rios, estávamos todos concentrados numa área pequena e era mais fácil sentir essa pressão. Da redacção, porém, dizia-se: “A televisão está a dizer que isto aconteceu acolá. Vai lá ver.” Por isso, de certa forma, havia alguma remissão para as televisões.» (entrevista do autor com Rita Siza, jornalista do *Público*, Anexo E)

Uma das consequências directas do poder da televisão terá sido a aceitação, por parte dos restantes canais de difusão e por arrastamento da audiência, do Instituto Hidrográfico (IH) da Marinha como instituição oficial para acompanhar o caso. Foi no IH que viria a montar-se a comissão de acompanhamento do derrame, sob tutela do Ministério da Defesa Nacional, transformado em gabinete de crise no

primeiro fim-de-semana após o alarme. Dali foi difundida a emissão em directo de um espaço noticioso da TVI no dia 16, que viria a disseminar a percepção de que a resposta governamental seria concebida a partir deste órgão especializado da Marinha.

«A primeira notícia sobre o caso provém da TVI no dia 13 de Novembro, quando o navio emitiu um pedido de socorro. Nessa altura, já estávamos a acompanhar o caso, como acontece com qualquer outra situação desse tipo em águas próximas das portuguesas.

Naquele mês, o IH estava a desenvolver a sua actividade normal no domínio da oceanografia. Recebemos entretanto a informação de que algo estava a acontecer. Recordo que, na quinta-feira (dia 14), nada indicava que o desfecho seria aquele. Parecia apenas um navio em apuros. Mas começámos a acompanhar o caso. Entretanto, alguém passou para a opinião pública a informação de que o IH estava a acompanhar a situação. Mal se soube, a TVI pediu à Marinha para fazer filmagens no IH e, logo nesse domingo (dia 16), montou arraiais no Instituto e difundiu dali a sua informação. Creio que os jornalistas procuravam uma instituição ou um conjunto de pessoas que pudessem servir de porta-vozes qualificados para fornecer informação e enquadramento. Fomos nós. (...)

Pouco antes de o navio partir [no dia 19], o Ministério da Defesa Nacional, ao qual o IH está vinculado e que era na altura tutelado por Paulo Portas, criou um gabinete de crise. Parecia então provável que o petroleiro afundasse e de facto aconteceu. Achou-se por bem que, como o IH já tinha um rosto conhecido e já estava definido como credível, fosse o interlocutor da Marinha para a comunicação com os media.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, responsável pelo gabinete de crise no Instituto Hidrográfico, Anexo D)

8.1 – Indicadores quantitativos

Dos três jornais analisados, o *Público* foi aquele que mais espaço dedicou à cobertura noticiosa do caso do Prestige, mais destaque lhe deu, mais suportes visuais utilizou e mais dias lhe dedicou ao longo do período da amostra. Evidentemente, os indicadores puramente quantitativos não podem ser extrapolados para suportar conclusões sobre a natureza da cobertura jornalística, o equilíbrio dos argumentos apresentados ou o tratamento concedido a cada

enquadramento disponível. Mas são, apesar das limitações, elementos importantes para tipificar o trabalho editorial.

Entre 14 de Novembro de 2002 e 31 de Janeiro de 2003, o *Público* trouxe à estampa 248 peças jornalísticas sobre o *Prestige*. Vários repórteres foram acompanhando o caso, com destaque para Ricardo Garcia (20 notícias assinadas), Inês Nadais (14), Ana Fernandes (11), Rita Siza (5) e Nuno Ribeiro, correspondente do jornal em Madrid (20). O *Público* divulgou o caso na sua primeira página em 19 ocasiões, cinco das quais como manchete. Publicou 80 fotografias, 12 mapas ou infografias e 5 *cartoons* (Figura 7).

Semanas/ Indicadores	Área (cm ²)		Peças		Manchetes		Capa		Iconografia	
	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.
14 a 19/11	5611	8,9	21	8,4	1	20	3	15,7%	14	14,4
20 a 25/11	13404	21,4	58	23,3	2	40	5	26,3%	23	23,7
26/11 a 1/12	8488	13,5	29	11,6	1	20	4	21%	13	13,4
2 a 7/12	8974	14,3	36	14,5	1	20	4	21%	12	12,3
8 a 13/12	4603	7,3	22	8,8	0	0	1	5,2%	7	7,2
14 a 19/12	8388	13,4	25	10	0	0	2	10,5%	9	9,2
20 a 25/12	4718	7,5	18	7,2	0	0	0	0	5	5,1
26 a 31/12	2901	4,6	13	5,2	0	0	0	0	5	5,1
1 a 6/1	1453	2,3	6	2,4	0	0	0	0	3	3
7 a 12/1	948	1,5	4	1,6	0	0	0	0	2	2
13 a 18/1	1012	1,6	4	1,6	0	0	0	0	1	1
19 a 24/1	540	0,8	4	1,6	0	0	0	0	1	1
25 a 31/1	1516	2,4	8	3,2	0	0	0	0	2	2
Totais	62556	100	248	100	5	100	19	100	97	100

Figura 7 – Indicadores quantitativos relativos à cobertura do caso pelo *Público*.
Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

O *Público* só interrompeu a sua série consecutiva de notícias sobre o caso a 9 de Janeiro, retomando-a logo de seguida e publicando até final do mês pelo menos quatro peças por semana. Tomando em conta todos os conteúdos produzidos sobre o *Prestige* no período de amostra, o jornal dedicou 62556 centímetros quadrados ao tema, mais do que a soma dos outros dois periódicos da amostra, reflectindo a interferência que o tema provocou na agenda rotinizada do jornal.

Em comparação, o *Correio do Minho* foi mais comedido. Publicou a primeira notícia a 16 de Novembro de 2002 e a última a 27 de Janeiro de 2003 (Figura 8). Produziu 174 peças jornalísticas sobre o *Prestige*, 14 das quais destacadas na primeira página. Poucos jornalistas assinaram as peças, preferindo-se a assinatura colectiva da redacção. O tópico foi tema principal (manchete) em cinco ocasiões. Publicaram-se 96 fotografias (quase todas de arquivo ou sem trabalho relevante de

reportagem) e um mapa. Entre 16 de Novembro e 2 de Dezembro, o jornal publicou diariamente, sem interrupção, informação sobre o caso. No total, a área ocupada foi de 23074 centímetros quadrados.

Semanas/ Indicadores	Área (cm ²)		Peças		Manchetes		Capa		Iconografia	
	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.
14 a 19/11	504	2,1	6	3,4	0	0	1	7,1	2	2
20 a 25/11	5176	22,4	38	21,8	2	40	5	35,7	23	23,7
26/11 a 1/12	2198	9,5	18	10,3	0	0	2	14,2	7	7,2
2 a 7/12	3894	16,8	27	15,5	3	60	3	21,4	20	20,6
8 a 13/12	2069	8,9	13	7,4	0	0	1	7,1	8	8,2
14 a 19/12	2277	9,8	23	13,2	0	0	1	7,1	7	7,2
20 a 25/12	1194	5,1	11	6,3	0	0	0	0	6	6,1
26 a 31/12	1738	7,5	11	6,3	0	0	0	0	7	7,2
1 a 6/1	654	2,8	6	3,4	0	0	0	0	4	4,1
7 a 12/1	2094	9	10	5,7	0	0	1	7,1	8	8,2
13 a 18/1	408	1,7	3	1,7	0	0	0	0	2	2
19 a 24/1	149	0,6	4	2,2	0	0	0	0	0	0
25 a 31/1	719	3,1	4	2,2	0	0	0	0	3	3
Totais	23074	100	174	100	5	100	14	100	97	100

Figura 8 – Indicadores quantitativos relativos à cobertura do caso pelo *Correio do Minho*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

O terceiro jornal da amostra, o *24 Horas*, não mostrou um interesse tão pronunciado pelo caso. Embora o tenha noticiado logo a 15 de Novembro, terminou a cobertura jornalística a 25 de Janeiro. Entre 15 de Novembro e 8 de Dezembro, teve sempre espaço dedicado ao caso, mas nunca com o destaque dos outros dois meios. A partir daí, foi intermitente. Foram escritas 102 peças jornalísticas, mas nunca ocorreu um destaque na primeira página. Cumprindo a tradição do jornal, a maioria dos textos não foi assinada. Utilizaram-se 52 fotografias e dois *cartoons*, mas nunca se publicou um mapa ou infografia. No total, a área ocupada pelo caso nas páginas do jornal popular foi de 20833 centímetros quadrados (Figura 9), o mais pequeno entre os jornais da amostra.

Apesar desse menor interesse dedicado ao caso do *Prestige*, afigurou-se útil analisar, como aconselharam Lesley Henderson e Jenny Kitzinger (1999), as representações da imprensa popular para um problema tão específico e gerador de tanta ansiedade, esperando dessa forma recolher pistas sobre o tipo de informação que estava a chegar a várias camadas da audiência. O *24 Horas*, representante na amostra da imprensa popular em 2002, afigurou-se uma opção válida para tomar o pulso a outro tipo de conteúdo informativo, intrinsecamente distinto do dos meios de referência ou dos órgãos de comunicação regionais.

Semanas/ Indicadores	Área (cm ²)		Peças		Manchetes		Capa		Iconografia	
	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.
14 a 19/11	1773	8,5	7	6,8	0	0	0	0	4	7,6
20 a 25/11	4531	21,7	20	19,6	0	0	0	0	10	19,2
26/11 a 1/12	2416	11,5	9	8,8	0	0	0	0	4	7,6
2 a 7/12	3965	19	18	17,6	0	0	0	0	14	26,9
8 a 13/12	1734	8,3	13	12,7	0	0	0	0	5	9,6
14 a 19/12	2672	12,8	11	10,7	0	0	0	0	6	11,5
20 a 25/12	1579	7,5	8	7,8	0	0	0	0	3	5,7
26 a 31/12	214	1	3	2,9	0	0	0	0	1	1,9
1 a 6/1	104	0,4	3	2,9	0	0	0	0	0	0
7 a 12/1	547	2,6	3	2,9	0	0	0	0	1	1,9
13 a 18/1	27	0,1	1	0,9	0	0	0	0	0	0
19 a 24/1	1181	5,6	5	4,9	0	0	0	0	4	7,6
25 a 31/1	90	0,4	1	0,9	0	0	0	0	0	0
Totais	20833	100	102	100	0	100	0	100	52	100

Figura 9 – Indicadores quantitativos relativos à cobertura do caso pelo jornal 24 Horas. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Creemos que a amostra seleccionada dá conta assim de um leque representativo de tendências jornalísticas, susceptíveis de fornecerem pistas sobre os processos de construção social do noticiário sobre temas de risco, apesar das diferenças na sua postura face ao mercado, à natureza da informação pública, ao papel do jornalismo, ao seu dever face à audiência e ao seu lugar no campo jornalístico.

Os elementos quantitativos da análise de conteúdo sugerem que a semana de 20 a 25 de Novembro foi a que registou a cobertura mais intensiva do caso em todos os jornais (cerca de um quinto do total das peças produzidas durante o período da amostra). Esses seis dias correspondem ao período imediatamente posterior à submersão do navio e à consequente deslocação das manchas até chegarem à costa galega. Posteriormente, a semana de 2 a 7 de Dezembro registou novo pico de interesse jornalístico, explicável por ter ocorrido então um dos momentos-chave da cobertura portuguesa do caso, na medida em que foi entre 4 e 6 de Dezembro que as manchas de fuelóleo estiveram a poucas milhas da costa nacional.

«Há um sábado para domingo, em que as manchas chegaram de facto a quatro ou cinco quilómetros da fronteira. Com ventos desfavoráveis, teriam chegado à costa portuguesa.(...) Há um fenómeno curioso: a nossa costa está tradicionalmente exposta a ventos de sudoeste ou de noroeste, mas raramente de norte e sul. Ora, nesses dias de final de Novembro e início de Dezembro, registaram-se regularmente ventos de sul e de norte. A conjugação desses ventos livrou-nos das manchas. A mancha passou muito próximo a 6 de

Dezembro, afastou-se, voltou a estar próxima e depois seguiu para a zona do golfo de Biscaia.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Curiosamente, a 6 de Dezembro, o *Correio do Minho* publicou uma notícia sobre a proximidade da mancha em relação a Caminha. O avistamento provinha do movimento ambientalista – um dirigente da Quercus –, que assegurava que a mancha não estaria a mais de três quilómetros. O Instituto da Conservação da Natureza apressou-se a classificar a observação como uma ilusão de óptica e o tema da proximidade geográfica não voltou a ser discutido nas páginas do jornal, sublinhando-se assim a tendência natural dos meios de comunicação para dar mais crédito às fontes institucionalizadas.⁷²

Nesse mesmo dia 6, o primeiro-ministro Durão Barroso respirou de alívio e perguntou aos jornalistas: “Será que não teve influência nos ventos e nas marés o facto de pensarmos positivamente?” (*Público*, 7/12). A pergunta viria a ser glosada na edição de 7 de Dezembro do *24 Horas*, dia em que o jornal auscultou quatro hipnotistas para comentarem “a tirada espiritual” do primeiro-ministro (Figura 10).



Figura 10 – 24 Horas, 7 de Dezembro de 2002.

⁷² A 9 de Dezembro, o erro coube a outro ambientalista – José Gualdino, da Corema – que se apressou a qualificar o caso como a pior maré negra que atingiu a União Europeia. Não seria.

No mesmo dia, o jornal publicou também um *cartoon*, brincando com os portugueses que, na véspera, acorreram às praias para avistar as hipotéticas manchas negras: “Caramba! Nem uma manchinha!”, referia a legenda.

As chamadas do caso à primeira página do *Público* ocorreram entre 15 de Novembro e 19 de Dezembro, mas foi nos dias 15, 21, 24, 30 de Novembro e 4 de Dezembro que o jornal lhe dedicou a manchete. Correspondem aos momentos-chave do acidente: a perspectiva de o petroleiro vir a afundar (15/11); a informação em “primeira mão” de que a Marinha evitara a entrada do navio (agora naufragado) na Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa (21/11); o impacto na costa galega da primeira maré negra (24/11); a iminência de uma segunda maré negra na Galiza (30/11); e a perturbadora proximidade de uma mancha em relação à costa portuguesa (4/12).

No caso do *Correio do Minho*, o tratamento do tema na sua primeira página reflectiu inevitavelmente o carácter regional da publicação e as preocupações particulares da sua comunidade de leitores. Assim, o tema foi destacado na primeira página pela primeira vez a 18 de Novembro e mereceu manchete a 20 e 24 de Novembro e a 5, 6 e 7 de Dezembro.⁷³ A 20, foi comunicada a constituição de um gabinete de crise autónomo em Esposende, formado pela autarquia, a Área Protegida do Litoral de Esposende, a protecção civil, as organizações não governamentais, os pescadores e a capitania do porto de Viana do Castelo⁷⁴; a 24, noticiou-se que o litoral norte acolhera várias aves afectadas pelo derrame; por fim, no período entre 5 e 7 de Dezembro, o jornal minhoto deu eco às notícias sobre a proximidade de bolsas de fuelóleo da costa portuguesa e da sua posterior deslocação para águas espanholas.

No mês de Janeiro, com as manchas remanescentes a caminho da costa francesa, os jornais portugueses diminuiram os meios atribuídos à cobertura do caso e o *Prestige* tornou-se uma referência dispersa, em notícias ou em breves. A esse facto não foi alheia também a desmobilização do gabinete de crise.

«Acompanhámos as operações de resgate e depois as deslocações das manchas de fuelóleo até final do mês de Dezembro, quando se tornou evidente que o

⁷³ Já em Janeiro, no dia 8, o jornal voltaria a destacar na primeira página um incidente associado ao derrame de fuel na praia da Apúlia, sem relação directa com o *Prestige*.

⁷⁴ O aparato deste gabinete mereceria críticas de um leitor, no espaço de opinião do jornal de 27/11, acusando a autarquia de querer “brilhar” para a televisão, com um simulacro de maré negra.

processo passaria a ser decidido entre Espanha e França. Poucos dias depois, a 6 de Janeiro de 2003, foi decidido que a comunicação passaria para as relações públicas da Marinha, como aliás costuma ser na abordagem mais normal dos temas de actualidade. Creio que essa passagem de testemunho foi um sinal para os órgãos de comunicação social no sentido de que o problema já não era tão agudo e estaria normalizado dentro da anormalidade. (...)

Não faria sentido, a partir do momento em que a situação estava normalizada dentro do anormal e quando as manchas já estavam perto da costa francesa, continuar a pedir esforços às pessoas do IH para acompanhar um problema que se estava a afastar. Para além disso, as nossas equipas estavam a trabalhar num horário intensivo, sem cobrar horas extraordinárias, desde Novembro até final do ano, entrando às sete horas e saindo à meia-noite. A crise estava controlada e, a 6 de Janeiro, a pasta passou para as relações públicas da Marinha. (...) O IH continuou a colocar na Internet a informação que recolhia, mas já sem o sentido de urgência.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

A análise das secções nas quais o caso foi sendo publicado nos três jornais dá conta também dessa prioridade atribuída ao ângulo nacional, ou seja, à possibilidade de as manchas atingirem a costa portuguesa (Figura 11).

Editoriais



Figura 11 – Secções nas quais o tema mereceu tratamento em cada jornal.

Como se verifica, o *Público* concentrou grande parte da cobertura jornalística nas secções de Sociedade e Destaque (as duas ou três páginas a seguir à capa), abordando o tema pelo ângulo especificamente nacional, embora fornecendo informação sobre as acções dos protagonistas espanhóis ligados ao gabinete de crise, aos pescadores ou aos movimentos de contestação. O tema foi também tratado na secção Espaço Público em 12 ocasiões, correspondendo a editoriais, colunas de opinião de jornalistas ou de personalidades públicas e cartas de leitores. Numa única ocasião, o tema foi tratado na secção Mundo, dedicada à cobertura da actualidade internacional. E também só mereceu destaque na secção Media num único dia, a propósito de um artigo do colunista Eduardo Cintra Torres sobre o tratamento jornalístico do caso. “A atitude comunicacional de Lisboa foi acompanhada de medidas concretas (...)”, escreveu a 23 de Dezembro. “E à atitude comunicacional opaca de Madrid correspondeu uma ausência de medidas adequadas à catástrofe ecológica. (...) Em Espanha, escondeu-se a informação e a gravidade do caso. Em Portugal, abriu-se a informação (*briefings* do Instituto Hidrográfico, jornalistas em voos da Força Aérea).”

No *Correio do Minho*, a tendência de tratamento do tema através de uma perspectiva de proximidade foi igualmente visível. A secção nobre do jornal, destinada aos temas directamente relacionados com a região, intitula-se Minho e foi aí que o *Prestige* foi tratado em 50 ocasiões. No Mundo, foi abordado por seis vezes, todas a partir de 26 de Dezembro. Os espaços de opinião (Ideias e Palavras; e Imagens) abarcaram a maioria das ocasiões remanescentes.

O caso do *24 Horas* foi um pouco distinto, mas consistente com a conclusão de que o jornal não se empenhou na cobertura jornalística do caso porque nele não viu suficientes ângulos nacionais. O tema foi tratado em 20 ocasiões no espaço Nacional e em 23 no Internacional. Foi tema de opinião ou *cartoon* em 15 ocasiões (Opinião) e mereceu, durante o mês de Janeiro, meras breves de última hora na rubrica Última.

É curioso ainda registar o carácter híbrido de algumas destas secções do *24 Horas*, na medida em que alguns momentos-chave do acontecimento foram tratados em espaços mais lúdicos. A 28 de Novembro, por exemplo, a polémica sobre o facto de Portugal ter abdicado, anos antes, da aquisição de navios antipoluição foi tratada na rubrica de rumores assinada pelo pseudónimo Clarinha Sousa Botelho, não merecendo tratamento jornalístico adicional.

8.2 – As faces do acontecimento

O principal grupo representado nas notícias portuguesas sobre o caso do *Prestige* foi consistente com os resultados obtidos pela pesquisa empírica em Espanha e noutros acontecimentos provocados pelo derrame acidente de material petrolífero. Na verdade, como vimos no capítulo 3, os agentes sociais que representam os grupos institucionais mais poderosos são tradicionalmente dominantes na cobertura jornalística de acidentes desta natureza, mesmo que exista uma pequena brecha temporal durante a qual a agenda mediática esteja entreaberta para outros grupos (Birkland, 1998; Pereira Rosa, 2005). No caso do *Prestige*, porém, por força da natureza controlada do derrame, ocorrido a várias milhas da costa e numa zona apenas acessível para as forças armadas, a cobertura jornalística expressou, logo à partida, o peso desproporcional das fontes oficiais políticas.

Embora a cobertura jornalística portuguesa se tenha preocupado maioritariamente com o impacto do derrame em Portugal, como veremos mais à frente, as principais vozes das notícias sobre o caso foram as de dirigentes políticos portugueses, espanhóis e franceses (Figura 12), independentemente do jornal analisado. Na verdade, este indicador mostra uma quase unanimidade entre os órgãos de comunicação analisados na relação desproporcional entre a influência dos agentes políticos e a de todos os outros grupos. Tratando-se de um acontecimento transversal, com implicações severas para diversas arenas políticas, vários ministros portugueses e espanhóis foram escutados pelos jornais, fazendo ouvir as suas queixas sectoriais.

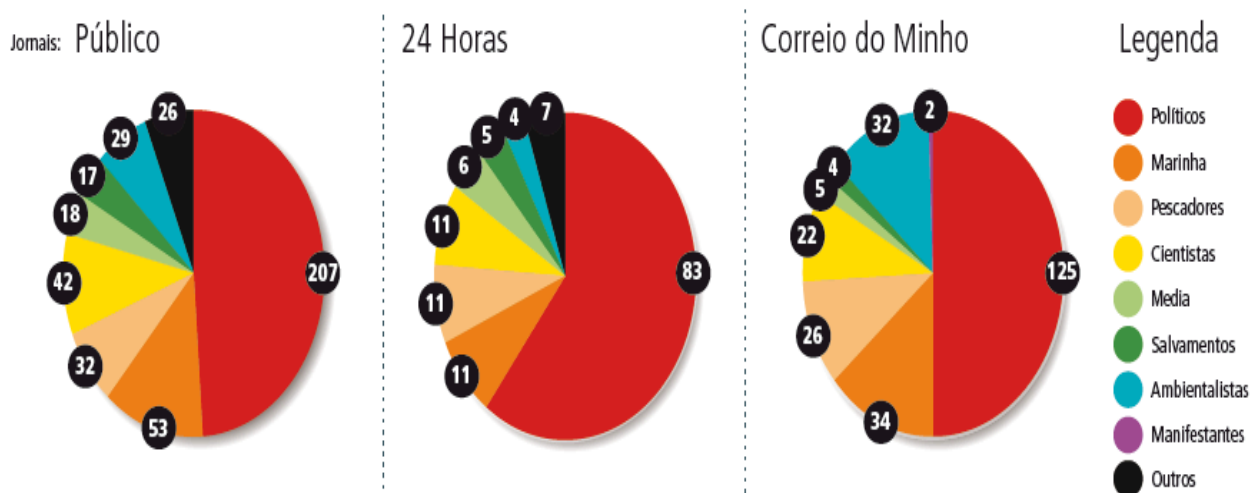


Figura 12 – Principais grupos protagonistas das notícias nos três jornais.

Menos consistente com a pesquisa de Agraso e colegas (2003) foi a identificação dos grupos seguintes na hierarquia das fontes utilizadas pelos media. Com efeito, os autores espanhóis identificaram uma sub-representação dos profissionais ligados às pescas, o grupo económico directamente mais afectado pelo acidente. A nossa pesquisa mostrou uma presença concreta e razoavelmente expressiva de pescadores portugueses e espanhóis nas notícias, ora agregados nas confrarias e cooperativas de pesca, ora entrevistados como elementos tipificadores de um problema transversal que os assolava. Quer o *Correio do Minho* quer o *24 Horas* apressaram-se a formatar o acontecimento como problema com forte impacto nas pescas portuguesas, pelo desemprego forçado a que levaria os pescadores nacionais e pela possível contaminação do pescado que chegaria às refeições. No entanto, depois de um primeiro impulso até à primeira semana de Dezembro, foi sobretudo o *Público* que manteve vivo o drama dos pescadores dos dois lados da fronteira. Exemplar desse tipo de intervenção queixosa, particularmente cara aos repórteres, foi o pescador que, a 5/12, foi citado, dizendo: “Estes ministros pensam que somos parvos!”

Por outro lado, a análise de conteúdo destacou os profissionais ligados à Marinha portuguesa como o segundo grupo de fontes mais citadas pelo *Público* e *Correio do Minho*, uma circunstância à qual não serão alheios os factos de o gabinete de crise ter sido constituído numa unidade tutelada pela Marinha e a maior destreza comunicacional que os membros do Instituto Hidrográfico demonstraram face aos seus congéneres do gabinete de crise espanhol.

Em toda a cobertura jornalística, identificámos apenas um momento em que as fontes da Marinha foram apresentadas num plano mais desconfortável: a 29 de Novembro, a revista alemã *Stern* noticiou que a Marinha portuguesa fora a principal responsável pelo naufrágio do navio, ao negar o acesso do *Prestige* a um refúgio seguro na costa portuguesa. Mesmo nessa circunstância, o *Público* preocupou-se em contextualizar a informação, reiterando a adequação da posição portuguesa ao abrigo das leis internacionais de socorro marítimo.

Aliás, esse conflito diplomático que colocou a Marinha na mira da imprensa marcou os primeiros dias da narrativa jornalística. Acusado em Espanha de ter negado a assistência a um navio em dificuldades, o governo português confirmou que uma fragata portuguesa impediu o acesso do *Prestige* à ZEE portuguesa (*Público*, 19/11). Fraga Iribarne, presidente da Junta da Galiza entre 1990 e 2005,

sublinhou mais tarde que a Espanha nunca empurrara o navio para a costa portuguesa (*Correio do Minho*, 1/12), uma tese desmontada agora pelo responsável pelo gabinete de crise português:

«O ministro Paulo Portas instruiu a fragata para que não desse autorização ao navio para entrar na ZEE portuguesa. O navio estava mais perto de Espanha do que de Portugal. Não fazia qualquer sentido deslocar-se para cá (...).

Não há dúvida de que as indicações espanholas para o navio foram no sentido de este navegar para sul. Isso é inquestionável. Não questiono o mérito da decisão. Respondo como respondi várias vezes quando me perguntaram se o governo espanhol não era censurável por ter impedido o navio de fundear na Corunha enquanto este “babava” fuelóleo: Joga na lotaria? Quando joga, aposto que adoraria saber hoje os números que vão ser sorteados amanhã. Qualquer opinião a posteriori é influenciada pelo desfecho e não é possível avaliar correctamente uma decisão sabendo o desfecho. Na minha apreciação técnica, creio que, naquela altura, sem o benefício de saber que o navio afundaria dias depois, era muito complicado e um acto de grande coragem económica, ambiental e política se alguém dissesse: este navio entra nas rias e “baba” ali, num ambiente controlado. Era a mesma coisa se eu, com um petroleiro danificado à porta, dissesse que ele entrava no porto de Lisboa para ali ser reparado enquanto vertia. Seria de uma enorme coragem!» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Em Espanha, o sociólogo Miguel Vicente (2006) destacou também a receptividade dos canais televisivos para dar eco às acções da plataforma Nunca Mais, um parceiro importante do acontecimento, até pela sua capacidade de mobilização e acções de rua. Nos media portugueses, porém, os grupos de protesto mereceram alguma atenção, mas relativamente distante das principais fontes. A sua participação começou sobretudo a ganhar expressão na segunda quinzena de Dezembro, à medida que se tornavam evidentes as lacunas nos planos de contingência espanhóis. Curiosamente, apenas o *Correio do Minho* discutiu o caso com manifestantes. Quer o *Público* quer o *24 Horas* preferiram a segurança do recurso a ambientalistas portugueses, mais institucionalizados, embora mais distantes do acontecimento, ou a entrevista com voluntários nacionais envolvidos nas acções de limpeza e salvamento.

Uma possível excepção a esta regra foi detectada na edição do dia 24 de Novembro do *Público*, dia em que o jornal concedeu algum espaço a uma acção de protesto da Greenpeace, que largou 15 garrações de fuelóleo à porta da delegação do governo regional espanhol, na Corunha.

Um outro grupo que merece igualmente uma nota de contextualização é constituído pelos cientistas, que ocuparam uma posição discreta na hierarquia das fontes dos três jornais, com a possível excepção do *Público* que, a partir de meados de Dezembro, à medida que concentrou a sua cobertura nos efeitos do acidente e não na sua descrição, se preocupou em escutar oceanógrafos, peritos em qualidade alimentar, geólogos e outros especialistas. É verdade que o fez muitas vezes em busca do pior cenário, como se apenas a posição extremada ou o pior cenário possível tornassem plausível o recurso a cientistas. Foi o caso certamente do testemunho do biólogo Adriano Bordalo, logo nos primeiros dias do acidente, que antecipou a possível contaminação do pescado e marisco nacional, apesar da inexistência de indícios que suportassem qualquer cenário de crise alimentar. Registámos ainda com estranheza o facto de o *24 Horas* e o *Público* terem falhado a intervenção mais decisiva de cientistas nestes três primeiros meses do caso. Na verdade, apenas o *Correio do Minho* noticiou, a 24 de Janeiro, o manifesto dos 422 cientistas espanhóis contestando a gestão de crise e a decisão de rebocar o navio para longe.

De todo o modo, ao longo de toda a cobertura noticiosa, detectaram-se várias instâncias tímidas de intervenção pericial, embora nunca colocando em causa as posições do gabinete de crise. Cremos aliás que a especialização dos membros desse gabinete, exacerbada pelo sucesso da operação desenvolvida no ano transacto em Entre-os-Rios, da qual emergiram como um grupo apto a lidar com situações de crise e elevada pressão, foi um factor importante para sossegar os jornalistas face à sua escolha de peritos. Neste caso, os especialistas transmitiam a reconfortante sensação de controlo das operações, como atesta um exemplo relatado pelo vice-almirante Augusto Ezequiel.

«Conto-lhe uma situação que ocorreu em Entre-os-Rios e teve depois consequências na gestão do caso do Prestige. Um hidrobiólogo deduziu a dado momento que o autocarro que caíra ao Douro tinha sido empurrado rio abaixo. Errou, claro. Em 2002, no auge da crise do Prestige, houve um directo

televisivo no Porto onde estávamos os dois. Pareceu-me que a intenção do canal era confrontar duas maneiras de fazer cenários. Dei a nossa previsão sobre os cenários de deslocação das manchas e, quando chegou a vez dele, ele disse, provavelmente lembrando-se do caso do ano anterior: “Se o comandante Ezequiel disse que são esses os cenários, são esses mesmos!”» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Robert Manoff (1989) demonstrou, noutra contexto, como os media (em particular, os televisivos) utilizam peritos nas notícias, não tanto para fornecer informação adicional, mas sim para certificar o grau de esforço dos jornalistas na sua busca de todas as partes interessadas numa controvérsia. Este incidente parece reforçar a tese de que a especialização de alguns membros do gabinete de crise remeteu para a obscuridade outras fontes especializadas, provenientes do meio académico.

Encontramos porventura uma excepção no noticiário de 29 de Dezembro. Atacado pelos media pela decisão de rebocar o navio, o governo espanhol finalmente admitiu o erro táctico, mas fundamentou a decisão de Novembro no corpo de especialistas que o aconselhavam. A sugestão viria a ser negada pelos próprios cientistas dias depois.

Entre os restantes grupos de fontes, falta fazer referência às presenças residuais dos interlocutores ligados ao salvamento do navio, maioritariamente da protecção civil e do Centro de Emergência da Galiza, que tiveram acesso ao espaço mediático apenas na primeira semana de operações, e aos profissionais dos media de outros países, sobretudo espanhóis, que forneceram alguma informação aos seus colegas portugueses. O *Público*, particularmente, recorreu em algumas ocasiões a este tipo de fontes, contextualizando a situação política em Espanha ou fazendo uso de notícias importantes publicadas nos media espanhóis, franceses e alemães. Foi assim no caso da revista *Stern*, foi também assim com a entrevista exclusiva do comandante do *Prestige* ao jornal *La Voz de Galicia*, parcialmente reproduzida a 25 de Novembro.

A Figura 13 expressa a evolução das diversas fontes ao longo dos dois meses e meio da cobertura jornalística. A sua análise revela a hegemonia das fontes políticas durante todo o acontecimento.

Semanas/ Campos das fontes	Políticos		Marinha		Pescadores		Ambientalistas		Cientistas	
	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.	Tot.	Freq.
14 a 19/11	34	8	7	7,4	12	14,4	4	5,8	7	8,6
20 a 25/11	96	22,6	13	13,8	12	14,4	21	30,8	13	16
26/11 a 1/12	59	13,9	12	12,7	3	3,6	8	11,7	9	11,1
2 a 7/12	73	17,2	16	17	16	19,2	9	13,2	7	8,6
8 a 13/12	32	7,5	17	18	10	12	7	10,2	5	6,1
14 a 19/12	34	8	12	12,7	14	16,8	3	4,4	6	7,4
20 a 25/12	24	5,6	4	4,2	6	7,2	3	4,4	6	7,4
26 a 31/12	14	3,3	9	9,5	4	4,8	3	4,4	7	8,6
1 a 6/1	17	4	1	1	1	1,2	1	1,4	3	3,7
7 a 12/1	15	3,5	1	1	2	2,4	1	1,4	1	1,2
13 a 18/1	8	1,8	1	1	1	1,2	1	1,4	3	3,7
19 a 24/1	6	1,4	0	0	0	0	3	4,4	9	11,1
25 a 31/1	11	2,6	1	1	2	2,4	4	5,8	5	6,1
Totais	423	100	94	100	83	100	68	100	81	100

Figura 13 – Evolução das diversas vozes das notícias durante o período da amostra. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Verifica-se assim que, em alguns dias de Novembro, os três jornais escutaram mais de duas dezenas de responsáveis políticos dos dois países, que enquadraram a ocorrência nos enquadramentos mais favoráveis. Globalmente, as fontes oriundas do campo político foram mais numerosas do que as dos restantes quatro grupos analisados – Marinha, pescadores, ambientalistas e cientistas.

A figura revela também o peso significativo dos pescadores e das fontes ligadas à Marinha nas primeiras semanas da controvérsia. A partir da segunda quinzena de Dezembro, esses valores foram reduzidos. Em movimento contrário, registou-se a presença de fontes do campo científico, com uma presença bastante significativa durante o mês de Janeiro, à medida que ganharam espaço para dar voz às suas preocupações. Os ambientalistas, por seu lado, tiveram pequenas oportunidades de protesto nas semanas em que as manchas estiveram perto da costa portuguesa, mas eclipsaram-se posteriormente.

A nossa análise de conteúdo parece igualmente validar a pretensão de Regina Lawrence (2000), que defendeu a tese de que é nas notícias sobre eventos e não sobre instituições que mais fontes conseguem acesso aos media e podem portanto participar na definição dos enquadramentos. Um processo como o do *Prestige*, iniciado por um acidente, um evento disruptivo por definição, produz oportunidades (desejadas ou indesejadas) para vários grupos, desencadeado o acesso à agenda mediática de fontes não oficiais ou mesmo marginais.

Em contrapartida, é também nas notícias sobre acontecimentos que se encontram as intervenções mais emocionais e hiperbólicas, condicionante que qualquer grupo

de pressão tem de aceitar face à imprevisibilidade do desfecho. A partir do final de Novembro, porém, a análise sugere que as fontes oficiais tomaram controlo sobre o tema, encerrando o espectro de oportunidades para as fontes não oficiais.

A hierarquização dos protagonistas individuais mais referenciados como fontes nas notícias sobre o caso nos três jornais transmite aliás segurança à pretensão de que a construção noticiosa do acidente foi dominada por várias fontes oficiais, provenientes da arena política portuguesa, espanhola e francesa (Figura 14).

Todavia, essa hegemonia estatística não permite afirmar que esse domínio favoreceu os dirigentes políticos, concedendo-lhes direito a direccionar o esforço jornalístico no sentido que desejariam. Na verdade, Mariano Rajoy (designado pelo governo de José Maria Aznar para liderar a resposta às marés negras) foi o principal interlocutor dos media durante toda a cobertura, mas as suas intervenções foram quase sempre aceites com cepticismo, como parte do mecanismo de rotina que obriga os jornalistas a escutar os dois lados de uma contenda para se defenderem da acusação de parcialidade. Quer Rajoy quer Aznar, quer ainda Fraga Iribarne, foram fortemente atacados na imprensa portuguesa, fazendo eco aliás do que em Espanha se escrevia.

Fontes individuais	Tot.	Freq.	Fontes institucionais	Tot.	Freq.
Mariano Rajoy	41	7,8	Governo espanhol	17	6,1
Baganha Fernandes	24	4,5	Comissão Europeia	12	4,3
Paulo Portas	23	4,3	Ministério da Defesa Nacional	11	4
Augusto Ezequiel	21	4	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente	11	4
Durão Barroso	17	3,2	Instituto Hidrográfico da Marinha	11	4
Loyola de Palácio	15	2,8	Plataforma Nunca Mais	11	4
Roselyne Bachelot	14	2,6	Quercus	10	3,6
José Maria Aznar	13	2,4	Governo português	9	3,2
Fraga Iribarne	11	2	Governo galego	9	3,2
Jacques Chirac	10	1,9	Greenpeace	8	2,9
Venâncio Silva	8	1,5	Comissão Científica Espanhola	7	2,5
Outras fontes	327	62,4	Outras fontes	159	57,8
Totais	524	100	Totais	275	100

Figura 14 – Personalidades individuais e institucionais referenciadas como fontes nos jornais da amostra. Totais percentuais acumulados arredondados para 100%.

Os exemplos dessa desconfiança foram transversais a toda a narrativa jornalística, desde os primeiros dias, em que o *Correio do Minho* assegurou que Fraga Iribarne partira de férias, para caçar enquanto o navio vertia fuelóleo sobre a costa da Galiza, até aos últimos dias do período de amostra – a 27 de Dezembro, o jornal voltava a lembrar que o ministro do Fomento, Alvarez Cascos, fora responsável pela decisão de mandar o navio para longe das águas galegas, precipitando o seu naufrágio. O mesmo tom foi adoptado pelo *Público*. A 19 de Dezembro, por exemplo, na primeira peça de síntese, um mês após o afundamento, o jornal recuperou declarações do ministro Árias Cañete regozijando-se, a 16 de Novembro, pelas suas rápidas decisões, que “tinham evitado a catástrofe”. A intervenção do ministro Federico Trillo, confidenciando que pensara em bombardear o navio para provocar um incêndio controlado à superfície, foi igualmente ridicularizada (*Correio do Minho*, 21/11).

Numa fase tardia do caso, a 9 de Janeiro, o governo espanhol reconheceu por fim lapsos de gestão, como a falta de comunicação e coordenação entre órgãos de salvamento e limpeza, o erro de percepção do alcance potencial do naufrágio, a ausência de planos de médio prazo para limpeza costeira e a desvalorização das consequências ecológicas e económicas. Aznar já tinha feito um acto de contrição, noticiado a 15 de Dezembro pelo *24 Horas*, mas foi preciso esperar por Janeiro até o governo de Madrid reconhecer as suas limitações. Sintomaticamente, uma sondagem da *Cadena Ser* concluía, dias antes, que 82% dos espanhóis consideravam que as autoridades tardaram a responder (*Público*, 31/12).

O governo francês foi representado durante estes dois meses e meio por Roselyne Bachelot, ministra do Ambiente, e pelo presidente da república, Jacques Chirac. O tom das suas intervenções deu-se num clima de maior crispação face ao governo espanhol. A 31 de Janeiro, um porta-voz do governo francês foi citado no *24 Horas*, referindo que “Espanha atirou tudo para cima de nós” (31/12) e, a 7 de Janeiro, o mesmo jornal não teve dúvidas em escrever: “Chegou a vez dos franceses!” O *Público* noticiou a 3 e a 5 de Janeiro que o governo gaulês se preparava para fazer transitar o caso para a esfera jurídica, processando o armador e as autoridades espanholas, mas a publicação de uma investigação no *Le Monde*, comprovando que o armador do *Prestige* já vendera a empresa a que estava agregado, direccionou a ira de Bachelot e Chirac para os “vadios poluidores” (*Público*, 7/1 e 25/1).

Entre os principais protagonistas das notícias, estão também os comandantes Baganha Fernandes e Augusto Ezequiel, responsáveis pelo acompanhamento pericial do caso, sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional. A sua presença foi constante até aos primeiros dias de Janeiro, altura em que a Marinha, como vimos, saiu voluntariamente de cena. Merece igualmente referência a proeminência de Venâncio Silva, da Associação de Pescadores do Rio Minho, que personificou as queixas dos principais agentes económicos afectados pelo caso.

Entre os políticos portugueses, destacaram-se Durão Barroso e Paulo Portas. O primeiro-ministro desenvolveu acções emblemáticas, como a visita a Caminha e Esposende no período em que as manchas de fuelóleo estiveram a poucas milhas da costa portuguesa, mas pouco mais se envolveu. Paulo Portas enquadrou o caso como um assalto à soberania portuguesa sobre as suas águas, reivindicando a autoria da decisão de travar o reboque do *Prestige* para a costa portuguesa bem como várias acções de acompanhamento da deslocação das manchas. Assolado por ataques pessoais meses antes, na sequência das acusações do caso Moderna, o ministro terá encontrado aqui a oportunidade de melhorar a sua imagem pública, apostando na fiabilidade dos dados produzidos pela equipa da Marinha.

A interpretação da posição relevante de Loyola de Palácio, à data comissária europeia dos transportes, na lista dos principais protagonistas do caso, merece uma análise da segunda coluna da mesma Figura 14, que expressa a hierarquia das principais fontes institucionais identificadas na cobertura jornalística.

A estratégia de comunicação espanhola passou pela remissão para a esfera europeia do ónus de regulação sobre os navios monocascos e o transporte de materiais poluentes pelas águas comunitárias. Aproveitando o facto de ser uma espanhola a ocupar o cargo de comissária dos transportes, o governo espanhol fez pressão sobre a Comissão Europeia, acusando-a de ter esquecido as recomendações aprovadas na sequência do naufrágio do petroleiro *Erika* (1999). Logo a 21 de Novembro, o *24 Horas* escreveu: “Os petroleiros navegam à balda”, revelando no mesmo texto que o transporte marítimo de produtos petrolíferos não era monitorizado. Trata-se de um indício claro do sucesso desta estratégia de comunicação.

Creemos que essa remissão do problema para uma esfera longínqua constituiu um mecanismo de defesa, que justifica também a presença cimeira da Comissão Europeia entre as instituições que mais vezes foram forçadas a comentar o caso.

Entre as restantes instituições, não causa surpresa a posição dominante do governo espanhol, muitas vezes tentado a responder anonimamente ou delegando no governo regional galego as posições mais incómodas. Entre as instituições portuguesas, o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente chamaram a si as posições oficiais sobre o salvamento e acompanhamento das manchas e sobre a dimensão dos danos ecológicos, respectivamente.

A plataforma Nunca Mais foi escutada como entidade colectiva, a exemplo do que sucedeu com a Quercus, a Greenpeace e outras organizações não governamentais de defesa do ambiente. A Comissão Científica Espanhola, porta-voz da posição governamental, consta igualmente na lista das principais fontes institucionais. Discutiremos por fim a prestação do Instituto Hidrográfico da Marinha e o funcionamento do gabinete de crise no subcapítulo seguinte.

8.3 – O Instituto Hidrográfico e o gabinete de crise

O papel do gabinete de crise na gestão do caso do *Prestige* foi marcado pela rapidez de resposta às solicitações dos jornalistas, pelo rigor da informação disponibilizada e pelo forte cariz hierárquico estabelecido desde a sua génese, que reduziu ao mínimo as fugas de informação e o bloco de contestação ao Instituto Hidrográfico, ao Ministério de Defesa Nacional e ao próprio governo português. Apesar da tensa disputa com o governo espanhol nos primeiros dias após o acidente, as críticas à gestão portuguesa emanaram maioritariamente de dentro das fronteiras nacionais e ocorreram na sequência de artigos de opinião e cartas de leitores. Os escassos registos encontrados de declarações de membros dos partidos da oposição na Assembleia República permitem também concluir que o caso não foi suficientemente vivo para agitar a polémica partidária. Quando foi dada a palavra a dirigentes políticos da oposição, estes preferiram canalizar as suas críticas contra o governo espanhol e as fracas regulações da União Europeia. Essa tranquilidade, cremos, deriva muito do trabalho de contenção do gabinete de crise. Formado logo no primeiro fim-de-semana após o pedido de socorro do navio, o gabinete foi chefiado pelo então comandante Augusto Ezequiel, uma cara conhecida dos portugueses desde a catástrofe de Entre-os-Rios do ano anterior, durante a qual fora este oficial da Marinha o responsável pelas buscas dos corpos

caídos ao Douro e pela comunicação de crise. A experiência acumulada e o treino específico do comandante para esta tarefa foram importantes mais-valias.

«Recordo que a minha experiência não vinha só do caso de Entre-os-Rios, embora a forte pressão jornalística me tivesse tornado uma das caras públicas desse caso. Aprendi muito nesses 35 dias no Douro. Mas também já estivera envolvido na localização da embarcação de pesca Alamar, que naufragara ao largo de Tavira em Janeiro de 2001 com dois pescadores a bordo. E percebia razoavelmente a necessidade de conciliar o direito do público e dos media à informação, com o direito dos familiares à privacidade e ao respeito e com o nosso próprio direito a proceder às buscas com profissionalismo e bom senso. Creio que em acidentes com grande impacte tem de se identificar logo à partida quais são os grupos com interesses no caso — jornalistas, familiares, grupos económicos lesados, ambientalistas, cientistas e por aí fora. E tem de se alimentar vários canais de difusão, respondendo às necessidades de cada meio, preparando regularmente vários elementos gráficos (para satisfazer os jornais e as televisões) e numéricos porque os jornalistas precisam de números para a sua actividade.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Organizaram-se *briefings* diários à comunicação social, às 16h30 de cada dia, a tempo portanto de servir as necessidades dos noticiários televisivos da noite, respeitando o ciclo noticioso. Meia hora antes, a informação disponível era divulgada aos órgãos de Estado, respeitando o funcionamento hierárquico e possibilitando às chefias a decisão prévia sobre o *timing* de difusão de qualquer informação. cremos, aliás, que o carácter militar com que foi organizado o gabinete de crise jogou igualmente um papel relevante, condicionando fugas de informação e subordinando todos os participantes no esforço de acompanhamento do navio às regras militares.

Os membros mais proeminentes do gabinete de crise, bem como outros oficiais destacados, fizeram saber aos órgãos de comunicação social a sua disponibilidade para participar em debates, entrevistas, intervenções em directo, *briefings* extraordinários em qualquer suporte de difusão e não foi raro ver sair um dos elementos do Instituto Hidrográfico de um estúdio de televisão para o outro, marcando a agenda com a posição oficial. Enquanto em Espanha o governo negava a responsabilidade das suas decisões, em Portugal, o governo de Durão

Barroso ocupava o espaço pericial no debate público e deixava pouca margem para a contestação, contando com profissionais perfeitamente conhecedores das rotinas jornalísticas e das suas necessidades especiais em momentos de crise.

«Não interpreto os jornalistas como inimigos nestas circunstâncias. São parceiros. Em Entre-os-Rios, tive de perceber a dificuldade do trabalho de alguém a quem era pedido para preencher meia hora de directo televisivo. É terrível. Ajudava a dar informação – muitas vezes, irrelevante – porque sabia que isso facilitaria o trabalho deles e o nosso. Percebi também como posso, num dia, esvaziar as expectativas jornalísticas se for esse o objectivo operacional. Basta começar uma conferência dizendo: “Como tem sido hábito, continuamos a fazer operações no local...” Uma vez, enganaram-se e passaram para o meu auricular o sinal da régie. E eu ouvi-os dizer: “Corta, que já não tem interesse!”

A televisão é muito especial. Ou a informação passa nos primeiros sete ou oito segundos ou gera-se a expectativa de que o briefing não traz nada de novo. Nesse espaço, a régie tenta perceber se o interlocutor vai trazer novidade ou se vai repisar a informação já conhecida. Esse exercício obriga-nos a ser directos e objectivos, logo de início. (...)

Muitas vezes, os jornalistas chegaram a fazer-me perguntas incómodas em Entre-os-Rios injectadas pelas direcções de informação e no final pediam desculpa porque tinham sido obrigados a fazê-las. É preciso perceber este mecanismo e não reagir intempestivamente. É preciso paciência para responder mil vezes à mesma pergunta sem perder a calma, mantendo a pedagogia. Explicar termos náuticos (no caso do Prestige, um jornalista confundiu a poita com a poia) sem perder a calma e sem humilhar o visado.

Os jornalistas do Prestige eram em menor número e estavam mais bem preparados do que os de Entre-os-Rios. Também não podiam estar em cima das manchas como sucedera no Douro.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

As necessidades especiais de cada órgão de comunicação foram respondidas com prontidão, reduzindo a tentação dos media para procurar informação complementar ou contraditória noutras fontes. Durante duas semanas, entre o naufrágio e a chegada da primeira maré negra à Galiza, os media dependeram dos suportes visuais (mapas e quadros) fornecidos pelo gabinete de crise,

contextualizando a deslocação das principais manchas no mar, o seu percurso possível e vários cenários potenciais. Durante largos dias, a notícia principal era a distância da mancha em relação à ZEE portuguesa e, mais tarde, no princípio de Dezembro, em relação à própria costa.

Com o acontecimento propriamente dito no mar, a várias milhas de distância das câmaras de televisão e máquinas fotográficas, os media confiaram na informação fornecida pela Marinha, a única com meios técnicos no terreno e conhecimento acumulado para servir de filtro e fornecer informação visual utilizável.⁷⁵

Uma das noções indispensáveis na gestão de uma crise é precisamente a ocupação do espaço pericial, de forma a que as posições contraditórias sejam apreciadas como marginais ou radicais. Esse objectivo marcou as intervenções de Augusto Ezequiel:

«Toda a gente ouvia falar da mancha mas ninguém a via. Ela estava no mar-alto, inacessível para os jornalistas. Havia “peritos de bancada”, com opiniões para todos os gostos; havia os cientistas, alguns dos quais querendo contribuir e outros procurando aproveitar a ocasião para expor os méritos dos seus próprios modelos. Recordo-me de uma equipa americana que sugeriu que o derrame atravessaria o Atlântico e lhes viria bater à porta! Um cientista português também disse logo que o derrame não viria para a Península Ibérica, iria para norte. Enfim, havia muita informação contraditória.

A isso, nós dizíamos apenas: atenção, quem está no terreno somos nós. Somos nós que temos os elementos oceanográficos completos, os equipamentos para as medições e – muito importante – o conhecimento adquirido em Entre-os-Rios sobre o peso das correntes na deslocação de águas. Nós tínhamos modelos que analisavam o transporte das manchas e que integravam os valores da ondulação e dos ventos na previsão. Quando inseríamos dados sobre as correntes, estas modificavam por completo o cenário. Foi certamente por isso que os nossos modelos falhavam menos. E os media, tal como a opinião pública, acabaram por confiar naquilo que lhes mostrávamos. (...)

Muito importante foi também não ceder à tentação de extrapolar a nossa jurisdição e oferecer interpretações excessivas ou fornecer opiniões. Os jornalistas são peritos em arrastar os seus interlocutores para discussões fora

⁷⁵ Em contrapartida, o outro tópico de debate – o volume de fuelóleo vertido – foi alimentado pelo gabinete de crise espanhol, uma vez que o Instituto Hidrográfico não dispunha de elementos para assegurar um caudal de informação fiável.

da órbita de especialização do visado e é importante saber dizer: 'Sobre isso, não comento'.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

É possível que o Instituto Hidrográfico não se tivesse apercebido imediatamente do impacte ibérico dos seus modelos de previsão. No entanto, ao fim de uma semana de informações contraditórias nos media espanhóis, os órgãos de comunicação galegos e alguns media ideologicamente mais próximos da oposição socialista (Santiago, 2006) perceberam que o IH poderia ser uma fonte valiosa para avaliar o potencial de risco apresentado pelas manchas relativamente à costa espanhola.

A Internet, nesse aspecto, foi bastante importante, na medida em que permitiu canalizar informação visual para todo o globo, sistematizando a linguagem e as previsões em linguagem leiga e sugerindo contactos para melhor contextualizar a informação em cada cenário (foram continuamente apresentados vários cenários possíveis, consoante o comportamento das diversas variáveis). Ao mesmo tempo, os modelos do IH, abertos a qualquer utilizador, disponibilizavam à comunidade científica a informação oceanográfica mais recente para que, também ela, pudesse calibrar os respectivos modelos. Toda esta informação foi facilitada ao gabinete de crise espanhol através do Instituto de Oceanografia de Vigo. Em caso de informação mal processada por jornalistas, os membros do gabinete de crise português apressavam-se a contactar o órgão de comunicação social em causa, exigindo a rectificação pública do erro, sob risco de cortar a linha de alimentação de informação. De alguma maneira, esta exigência de rigor dá conta também da sensibilidade que o caso apresentava para os dois governos.

Por que motivo os modelos do gabinete de crise português falharam menos? A questão é controversa e exigiria porventura a apreciação do sistema de produção de cenários por um especialista em oceanografia. Concentremo-nos porém nos mecanismos do Instituto Hidrográfico para recolher a informação que utilizou durante cerca de um mês, entre o naufrágio e o momento em que se considerou improvável a inversão do sentido das manchas e a chegada de fuelóleo à costa portuguesa.

«Tínhamos a valiosa colaboração da Força Aérea para sobrevoar a zona e observar os locais onde se encontravam as manchas no mar. Davam-nos assim

elementos para calibrarmos os nossos modelos. Isso permitiu-nos acompanhar a deslocação, logo após as primeiras manchas saírem do navio, ainda o Prestige se debatia à superfície. Ora, foi nessa altura que os primeiros modelos espanhóis falharam claramente.

Há um incidente logo no início do caso a que os espanhóis chamaram “mancha submarina”. A mancha saiu do navio, Espanha disse que ela seguiria numa direcção, nós dissemos que ela seguiria na direcção da costa galega, o que de facto aconteceu. Para salvar a cara, foi dito aos media espanhóis que a mancha que estava a chegar às costas deles era uma mancha submarina, que tinha feito parte do percurso debaixo de água, motivo pelo qual não fora avistada pelos aviões. Não era. As maiores manchas tinham a dimensão de um campo de futebol e uma densidade de tal maneira elevada que quando as aves lhes tocavam ficavam agarradas. Ora, essas manchas não podiam ser submarinas.

Os nossos modelos estatísticos incorporavam os dados reais do dia e gizavam novas projecções com essa realidade em mente. Ao fim de alguns dias, estavam muito mais bem calibrados porque já contavam com esses dados acumulados. Tínhamos também outra vantagem. Adaptámos instrumentos de medição a bóias. De helicóptero, colocámos várias perto das maiores manchas. Essas bóias comunicavam a sua posição por satélite, o que nos permitia saber, mesmo à noite, quando os aviões não podiam voar, onde estavam as manchas (...). Com este método, não perdemos contacto com nenhuma mancha significativa.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

As estratégias do IH e do gabinete de crise foram, aos poucos, reconhecidas dos dois lados da fronteira e tornaram-se inclusivamente tema de cobertura jornalística. A 26 de Novembro, no *24 Horas* e no *Correio do Minho*, Fraga Iribarne elogiou os modelos de previsão do instituto português. Aliás, o governo espanhol, que iniciara a comunicação de crise culpando a Marinha portuguesa por não ter permitido o acesso do *Prestige* a águas nacionais, viria a inverter a sua política de comunicação, como veremos mais à frente, concentrando baterias na fraca regulação da União Europeia, no aventureirismo do armador, nas lacunas do tráfego internacional de substâncias poluentes e até no destino e no mau tempo. A 1 de Dezembro, Iribarne diria mesmo: “Nenhum governo pode combater os ventos.” (*Correio do Minho*, 1/12).

A partir de Dezembro, o elogio do IH já não partiu dos representantes do governo espanhol, mas sim dos jornalistas castelhanos, aliviados por disporem de uma fonte de informação acessível – mas igualmente oficial – sobre a qual poderiam apoiar os seus textos jornalísticos. Por essa altura também, tinha ficado evidente que o governo espanhol fizera piores previsões do que o IH, apesar de contar com os dados portugueses (como o jornalista Daniel Deusdado fez questão de referir, em artigo de opinião, a 26 de Novembro, no *Público*). A 10 de Dezembro, um cronista do *24 Horas* referiu também que “só se pode confiar no Instituto Hidrográfico”.

Parece evidente que houve um erro do gabinete de crise espanhol na avaliação do potencial das manchas, aliás reconhecido pelos membros do governo de Aznar na última quinzena de Dezembro de 2002. Para Augusto Ezequiel, porém, a questão coloca-se maioritariamente no plano da abertura dos canais de comunicação em situação de crise:

«Defendo que, numa situação de gestão de crise (e não necessariamente apenas nas crises provocadas por acidentes ou que impliquem a presença das forças armadas), sob grande pressão dos órgãos de comunicação social e da opinião pública, deverá ser exactamente alguém da área técnica a gerir a comunicação e não um mero especialista em relações públicas. Estará mais à vontade se for confrontado com questões técnicas e, por outro lado, os interlocutores atribuem a essa informação uma credibilidade diferente (...).

Não havia informação protegida. Acreditamos em open information. Tudo o que tínhamos divulgávamos. É muito importante, sabe? Por um lado, a equidade: dar a todos os órgãos de comunicação as mesmas informações para evitar que alguns se sintam prejudicados. Porque essa é a receita para perder o controlo sobre uma crise. Por outro lado, não mentir. Dar informação correcta e fiável porque, quando se perde credibilidade, já não se recupera.

(...) Se eu optar por mentir e disser que as manchas não estão em águas portuguesas e logo a seguir um navio passar por lá e confirmar que estão, fico descredibilizado. No futuro, tudo o que eu disser será posto em causa. Não quero dizer que disse tudo em todas as circunstâncias. Há ocasiões em que a prudência manda reservar informação, mas omitir não é mentir.

Há um momento paradigmático em Dezembro de 2002 quando se ergueram barreiras nas rias de Vigo para evitar a passagem do fuelóleo. Repare: eu

nunca dizia: “As manchas vão chegar a Espanha.” As pessoas é que tinham de interpretar os nossos cenários. Certo dia, às seis horas da madrugada, tudo indicava que as manchas iam entrar em Espanha, precisamente pelas rias – uma área fundamental do ponto de vista ecológico e económico para os marisqueiros locais. Ligou-me o presidente das confrarias de pescas galegas e pediu-me opinião. Eu não me podia comprometer com uma afirmação categórica, mas também não lhe podia dizer que as manchas não chegariam a Espanha. Disse-lhe que, no lugar dele, estaria muito preocupado e procuraria fechar as rias. E de facto eles fizeram-no e conseguiram travar o mal maior.»
(entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Num processo tão longo e desgastante como este, ocorreram também erros de cálculo por parte do gabinete de crise que, embora não beliscassem a sua competência, demonstraram a dificuldade de fazer previsões num cenário tão dinâmico como o de um derrame de materiais poluentes no oceano.

O lapso mais evidente terá sido cometido a 27 de Dezembro, altura em que Augusto Ezequiel foi citado no *Público* estimando que o navio afundado verteria ainda 150 toneladas de fuelóleo por dia, contrariando a posição governamental espanhola e os primeiros dados obtidos pela equipa do *Nautille*, o submersível que tentava, no fundo do mar, vedar as fendas do petroleiro. Na verdade, o Instituto Hidrográfico não tinha meios para proceder a uma estimativa dessa natureza e, no dia seguinte, o mesmo jornal publicou uma declaração do comandante, reconhecendo que a estimativa resultara “de uma confusão” e que era “difícil determinar a origem das diversas manchas” (*Público*, 28/12).

8.4 – Definição do problema: manchas ou marés negras?

O afundamento do *Prestige* ocorreu a 19 de Novembro e, menos de uma semana depois, já estava em curso uma batalha discursiva pela definição do problema. Na verdade, tornou-se prioritário para o gabinete de crise espanhol (e, pouco depois, para o governo português também) evitar que a deslocação de manchas nas suas águas fosse designada por “maré negra”. A 25 de Novembro, Mariano Rajoy explicou aos jornalistas que não se deveria falar em maré negra, mas sim de “uma situação complexa e difícil” (*24 Horas*, 25/11).

A 4 de Dezembro, com as manchas a pouco menos de trinta quilómetros da costa portuguesa, o governo de Durão Barroso emitiu uma nota, recusando-se a falar “da proximidade de uma maré negra” e optando pela referência a “bolsas de combustível” (*Público*, 4/12). Um dia depois, o ministro da Defesa, Paulo Portas, fez um apelo no mesmo sentido, referindo que não se tratava de uma maré negra, mas sim de “manchas azul-acinzentadas” (*Público e Correio do Minho*, 5/12). Foi também defendido que o fuel em causa não constituía o pior tipo de crude.

A que se devia esta preocupação com a definição do problema em causa? Se os media são as principais portas de acesso do público leigo aos sistemas científico e tecnológico, é evidente que a sua importância reside tanto na informação difundida como na confiança (ou falta dela) que eles incutem no público relativamente às autoridades responsáveis pela gestão e ao grau de risco envolvido (Giddens, 1991), funcionando, em simultâneo, como amplificadores, pois atribuem autoridade a ideias ou conceitos (Schudson, 1995).

Ao formatarem o problema como maré negra, os meios de comunicação social ofereceram à audiência e às comunidades afectadas uma referência já conhecida, com fortes ressonâncias culturais, quer pela memória de derrames famosos em vários oceanos do mundo quer pela própria memória vivida pelas comunidades galegas, afectadas nos anos anteriores por incidentes semelhantes. Durante largas semanas, os governos envolvidos tentaram afastar esse conceito das notícias, pelo menos enquanto as manchas se deslocavam ainda no mar e não podiam ser avaliadas pelo público. O seu esforço, porém, foi em vão:

«Não havia dúvida nenhuma de que era uma maré negra. Bastava estar lá. Era uma observação empírica. Às vezes, os jornalistas precisam de dar voz a testemunhas oculares, que substituem os nossos olhos, mas aqui era público e era nítido. Era negra mesmo! Estava em todo o lado, colava-se à roupa, dissessem as fontes oficiais o que quisessem. Era maré negra!» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Uma análise discursiva aos principais dispositivos linguísticos utilizados para definir o naufrágio do *Prestige* e o seu impacte revela que, nos três jornais abordados, a expressão “maré negra” foi utilizada recorrentemente, do princípio ao fim da cobertura (Figura 15).

Elementos discursivos de dramatização	Número de dias em que foram utilizados nos três jornais	Percentagem sobre o total acumulado de dias da amostra (228)
Maré negra	102	44,7
Catástrofe ou desastre ecológico	40	17,5
Superlativos (o maior perigo / o maior derrame da década / da Europa)	10	4,3
Efeitos na cadeia alimentar ou na saúde humana	9	3,9
Catástrofe ou crise económica	9	3,9
Vai haver fome	6	2,6
Uma bomba-relógio no fundo do mar	4	1,7
Nunca mais	3	1,3
Piratas do mar ou bandidos do mar	2	0,8
Navio a sangrar combustível	1	0,4
Totais	186	-

Figura 15 – Elementos discursivos de dramatização. Os 228 dias representam o somatório de todas as edições dos três jornais da amostra durante o período da análise.

O apelo da expressão, a carga emotiva que ela transporta e a facilidade de reconhecimento daquilo que a “maré negra” implica foram seguramente factores que motivaram essa utilização generalizada (102 referências, dispersas pelos três jornais, ao longo dos 78 dias do período da análise de conteúdo). Curiosamente, apesar dos apelos governamentais, o conceito continuou a ser aplicado, mesmo depois da chegada das primeiras vagas de fuelóleo, verificando-se que os media e a sua audiência validaram o uso.

É verdade que existiram excepções. A 17 de Dezembro, por exemplo, o *24 Horas* referiu que “já nos safámos das manchas”, incorporando na sua prática as normas sugeridas pelos gabinetes de crise. Mas a “maré negra” penetrou em muitos registos jornalísticos. Tornou-se título de notícia, descrição de reportagem, tema de entrevista. E a 3 de Dezembro até penetrou no espaço de humor do *24 Horas*, num *cartoon* que referia: “Um excesso informativo sobre a maré negra, depois outro ainda maior sobre a pedofilia. Qual será o próximo? O excesso despesista do Natal.”

De alguma maneira, a maré negra foi integrada na construção do noticiário sobre este risco em particular. Por vezes, ganhou laivos de personalização: a maré negra tornou-se uma entidade viva, que ora caminhava em direcção a França, ora recuava para a costa galega ou cantábrica, iludindo os esforços dos seus vigilantes. Foi talvez a circunstância em que a gestão de crise não conseguiu controlar o

discurso jornalístico, apesar dos esforços dos seus intervenientes, como dá conta Augusto Ezequiel:

«Certa vez, fui convidado para falar num telejornal da RTP2. Faltavam alguns minutos para a emissão e a Alberta Marques Fernandes estava a treinar o que iria dizer de seguida, mal arrancasse a emissão. E ela disse: “Maré negra chegou a Portugal.” Respondi: “Se vai começar por dizer isso, quando me passar a palavra, eu desminto-a logo. Quando muito, pode dizer: ‘Estão a chegar manchas.’ O termo “maré negra” refere-se à chegada à costa de uma mancha de grande densidade e massa. Não é para ser aplicado a pequenas bolas de fuelóleo perdidas, que entraram na nossa ZEE. Não posso falar pela orientação da tutela ou do chefe de Estado Maior, mas a minha preocupação – sem ter recebido instruções para isso – foi de facto evitar o uso do termo “maré negra” porque ele estava incorrecto para o fenómeno que nos afectava. Os espanhóis, sim, apanharam marés negras.

Mas reconheço que também não me interessava anunciar na televisão uma maré negra porque, no dia seguinte, teria centenas de observadores nas praias, desejosos de avistar a maré negra. E isso não ajudaria os grupos de interesse afectados por esta crise, como o turismo e os pescadores. Recordo que, no gabinete de crise, havia representantes desses ministérios para que pudessem ter acesso imediato a informação que afectasse as respectivas áreas.»

(entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Ao longo da cobertura jornalística, foram igualmente utilizadas as designações “catástrofe ecológica” ou “desastre ecológico” em 40 ocasiões, sobrepondo-se à definição do problema como “acidente”, naturalmente preferível para os gabinetes de gestão de crise. Outros qualificativos utilizados – embora com menos frequência – foram os superlativos, uma marca discursiva usada para diferenciar o acontecimento presente da linha de acontecimentos antecedentes, especificando a gravidade das suas consequências. Em dez ocasiões, o naufrágio do *Prestige* foi o “maior perigo da década” ou o “o maior derrame da Europa”, entre outros qualificativos. A 6 de Dezembro, o *Público* escrevia que a “natureza tem sido misericordiosa com Portugal” e no dia 14 descreveu-se o problema como “a hemorragia negra”. Tal como o relatório AMPERA deu conta (2007), os media exageraram regularmente na utilização deste vocabulário da tragédia.

Ainda nesta linha de raciocínio, é curioso verificar que, embora o impacto do derrame para os recursos piscatórios tenha merecido atenção jornalística, ele não parece ter sido o principal dispositivo discursivo. O *Prestige* gerou, antes de mais, uma crise ecológica e não tanto uma “catástrofe/crise económica” (nove referências), um acidente com “efeitos na cadeia alimentar” ou na “saúde humana” (nove) ou mesmo um problema que provocaria “fome” no futuro próximo (seis). Ainda assim, a 29 de Dezembro, estimando o impacto económico e social do problema, o *Público* escreveu que a Galiza “parece um velório”.

Uma vez afundado, o navio não deixou de constituir um risco para o ambiente, lembraram também os jornalistas. Quatro referências a uma “bomba-relógio” no fundo do mar deixam-nos perceber que essa imagem de um risco retardado, capaz de explodir a qualquer instante e multiplicar o seu impacto devastador, foi também popular entre os jornalistas.

Por fim, apesar da fúria que o naufrágio gerou na Galiza, o armador e os restantes industriais associados ao tráfego de materiais poluentes foram poucas vezes qualificados. Apenas depois de Roselyne Bachelot ter criticado os “piratas do mar” e os “bandidos dos mares” foi possível encontrar algumas referências dessa natureza no discurso jornalístico.

8.5 – Numeralização ou rotinização do acidente

Daniel Okrent, o primeiro provedor do *The New York Times*, é um dos muitos críticos da utilização de números nos textos jornalísticos, como se eles fossem um dispositivo de credibilização da notícia, “espalhados pela página” (2006/2008: 263), muitas vezes sem contexto, sobretudo se tiverem muitos zeros à direita, tão inteligíveis como “vogais sem consoantes” (*opus cit.*: 266). Aliás, por vezes, a ausência de um número é tão suspeita como a utilização excessiva de outro sem contexto. Mas, mesmo assim, para os jornalistas, a numeralização de uma notícia continua a ser um procedimento de credibilização, um ritual de objectividade que permite conferir mais rigor à sua investigação e ordenar a realidade dispersa (Van Dijk, 1988: 182).

«Não é segredo que os números conferem rigor a uma peça jornalística. Não é a mesma coisa dizer que morreram algumas pessoas ou precisar que foram 35. Recordo que muita da cobertura nas primeiras semanas foi alimentada pelo

desconhecimento. Tínhamos muitas vezes de corrigir a previsão da véspera. E os números ajudavam a ordenar a realidade.

Em jornalismo, precisamos de dados concretos. Procuramos todos os dias o que é novidade e o que era novidade naqueles dias era a distância da mancha em relação à costa. A quantos quilómetros está? É maior ou menor do que ontem? Os números ajudam nesse sentido.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

O caso do *Prestige* foi pródigo em números. Identificámos diversas instâncias em que a hierarquização da informação em listas de recordes e superlativos funcionou como um atestado de rigor. Como José Manuel Noguera registou (2006), a numeralização é um contraponto à emotividade das reportagens de interesse humano, um baluarte de objectividade entre as sensações do repórter. Aliás, um acidente com números imprecisos de vítimas ou prejuízos perde força mediática. A distância das manchas de fuelóleo em relação às zonas económicas exclusivas e às costas da Galiza e de Portugal foi o tema de dezenas de notícias durante toda a narrativa (Figura 16). A proximidade do impacte e o ritmo de deslocação do elemento poluidor foram os valores-notícia mais comuns durante esses primeiros dias, fundamentando a ansiedade crescente com uma dimensão quantificável.

Elementos discursivos de numeralização	Número de dias em que foram utilizados nos três jornais	Percentagem sobre o total acumulado de dias da amostra (228)
Distância da mancha à costa	49	21,4
Volume de fuelóleo vertido	48	21
Dimensão do fuelóleo do navio	46	20,1
Volume de fuelóleo recolhido	31	13,5
Aves recolhidas ou afectadas	21	9,2
Dimensão da mancha no mar	20	8,7
Prejuízos do desastre	16	7
Custo das limpezas	11	4,8
Número de voluntários	7	3
Número de praias afectadas	7	3
Volume de pescas inspeccionadas	6	2,6
Navios na lista negra europeia	6	2,6
Totais	268	-

Figura 16 – Elementos discursivos de numeralização.

Em 49 instâncias diferentes, os jornais socorreram-se desta informação, alimentada maioritariamente pelos gabinetes de crise e fundamentada em modelos

de deslocação oceânica. Cerca de um quinto de todas as edições dos jornais analisados fazia referência a esse elemento discursivo. Do ponto de vista jornalístico, não existia contraditório: à exceção do incidente de Caminha entre a Quercus e o ICN, ninguém tinha meios para contrapor à informação da Marinha outros dados. E desta forma a proximidade do fuelóleo tornou-se palpável, tanto mais que surgiu associado a outro indicador facilmente mensurável – a dimensão da mancha no mar (20 referências).

Um segundo elemento de quantificação foi fornecido pelo uso de referências ao volume de fuelóleo a bordo do *Prestige* antes do naufrágio (46 referências), o volume vertido antes e depois do afundamento (48) e, a partir de Dezembro, o volume de fuelóleo recolhido pelas equipas de salvamento e limpeza (31). Neste registo, porém, a informação era mais controversa. Nenhuma entidade estava qualificada para fornecer previsões rigorosas sobre estes indicadores, até porque a sua quantificação exigia demorados levantamentos de campo, pouco compatíveis com as necessidades diárias de informação dos meios de comunicação.

Não deixa por isso de ser natural, face a este défice das fontes de informação e face ao apelo dos recordes e dos exageros sem verificação, que os jornais analisados tenham publicado uma miríade de números contraditórios no que se refere aos volumes de fuelóleo. O *Correio do Minho*, por exemplo, referia a 11 de Dezembro que 30 mil toneladas já tinham sido vertidas e a 14 afirmava que 27 mil foram recuperadas. A 20, garantia que largara 30 mil toneladas, mas ainda tinha a bordo 50; a 6 de Janeiro, voltava a afirmar que a bordo seguiam 77 mil toneladas, 20 mil das quais vertidas para o oceano; a 8 de Janeiro, perdera pelo menos 20 mil, mas oito dias depois, já se garantia que largara de facto 24 mil.

No *Público*, a confusão foi idêntica. Logo a 14 de Novembro, referia-se acertadamente que o navio em dificuldades tinha a bordo 77 mil toneladas, mas, entre 20 e 22 de Novembro, o jornal referia apenas 60 mil. A 28, referia-se que já vertera 16 mil toneladas, mas, a 14 de Dezembro, com tiques de rigor, garantia-se que as equipas de limpeza já tinham recolhido 23300 toneladas de fuelóleo e resíduos. A 21, o jornal referiu que foram vertidas 20 mil toneladas, mas, três dias depois, garantia-se que 24 mil toneladas já tinham sido recuperadas do mar. No final de Dezembro, o jornal anunciou que o volume de recuperação superava as 30 mil toneladas (26, 27 e 29/12), mas, entre 30 de Dezembro e 7 de Janeiro, voltou a referir um volume vertido de apenas 20 mil. A 29 de Janeiro, o *Público* ainda não

tinha conclusões seguras: concluía-se então que havia mais de 50 mil toneladas a bordo, uma circunstância que o relatório do CEDRE viria a desmentir em 2004.

Há, na análise de conteúdo, pistas importantes no dia 29 de Novembro para estas contradições. Então, os jornais davam conta de um relatório de fonte secreta garantindo que o petroleiro já vertera 20 mil toneladas, mas Mariano Rajoy recusava-se a dar fiabilidade a estes números, garantindo que apenas onze mil tinham escoado a partir do casco do *Prestige*. No dia 25 de Janeiro, Aznar disse também que o governo já recolhera 37 mil toneladas, uma informação igualmente dúbia. Na verdade, perante este jogo de alegações em que cada parte interessada exorbitava os volumes de fuelóleo para maximizar ou minimizar o impacte, os jornalistas pouco podiam fazer. Não havia mecanismos de verificação, nem tão-pouco existia maneira de clarificar as alegações no espaço de alguns dias. O relatório final sobre o acidente demorou mais de um ano a ser compilado e, à data da sua publicação, os jornais há muito que tinham desmobilizado os seus meios.

Outro indicador regularmente utilizado foi o número de aves afectadas pelo derrame. Nas páginas dos jornais, as fotografias de aves ensopadas em fuelóleo substanciavam um impacte palpável do acidente e constituíam um valor-notícia importante. Em 21 ocasiões, esse foi o pretexto para as notícias sobre o *Prestige*.

A partir do final de Dezembro, a cobertura jornalística acompanhou o impulso que o governo espanhol procurou dar à quantificação do prejuízo e à responsabilização dos culpados. Surgiram assim as notícias sobre o custo das limpezas (onze instâncias) e os prejuízos do desastre. É verdade que, logo a 7 de Dezembro, o *Público* falou na necessidade de estabelecer valor para as compensações à Galiza e avançou que mil milhões de euros talvez não chegassem, mas demorariam mais oito dias, até dia 15, até os jornais portugueses concentrarem a sua atenção definitivamente neste tópico, abandonando as referências à deslocação das manchas. A 22 de Dezembro, o *24 Horas* daria o mote, com a indicação de que um em cada vinte galegos fora economicamente afectado pelo derrame. E a 12 de Janeiro o *Correio do Minho* chegava à conclusão de que os prejuízos na Galiza seriam de 950 milhões de euros.

A própria intervenção portuguesa foi amplamente quantificada. Os jornais noticiaram repetidamente que o navio contratado pelo governo português para aspirar fuelóleo no mar, o *Northern Corona*, custava onze mil euros por dia e, no final de Janeiro, apurou-se que o custo da operação com o navio – que,

paradoxalmente, esteve alguns dias parado no estaleiro de Viana do Castelo e recolheu apenas 160 toneladas de materiais – fora de dois milhões de euros. O *Público* qualificou o caso do *Northern Corona* como “o esbanjamento” a 29/1, mas, dias depois, rectificou a estimativa para apenas um milhão de euros, de acordo com dados do Conselho de Ministros,

Por fim, acrescentemos à lista de indicadores numéricos as notícias sobre o número de praias afectadas na costa setentrional de Espanha (sete), o volume de pescado inspeccionado nas lotas portuguesas (seis), o número de voluntários envolvidos nas acções de limpeza (sete) e o número de navios numa famosa lista negra europeia dos navios monocascos que, a partir de Dezembro, foi repetidamente citada nas notícias como sintoma de que o *Prestige* era apenas mais um entre os petroleiros que ameaçavam as águas da União Europeia.

8.6 – Dispositivos de visualização

Na imagosfera contemporânea, estamos submersos por imagens em todos os suportes mediáticos, dos jornais à televisão, passando também pelos novos media, que “fazem transbordar e remodelar o espaço simbólico que os media escritos tinham vindo a construir” (Garcia, 2009b: 26).

Um acidente inesperado, como o naufrágio do *Prestige*, tem um enorme poder criativo de imagens metafóricas das consequências, por vezes com pouca relação com a realidade, mas dotadas do poder de sedução da audiência. Este tipo de noticiário, repetido sem cessar, gera “impressionantes ressonâncias de tensão entre construção e destruição, memória e oblição, segurança e pânico, conspiração e purificação” (Garcia, 2009c: 259). José Luís Garcia lembrou também que este tipo de acontecimento coloca no lugar “do acontecimento único e intransferível a ocorrência em massa” (*opus cit.*: 261), alimentada pelos media e geradora da sensação de espectáculo na audiência. Torna-se parte do pacote de entretenimento, obrigando os programadores a fabricar imagens mais ousadas do que na última tragédia sem que isso se reflecta na capacidade da audiência para reflectir sobre a ocorrência e retirar dela um sentido intrínseco.

Um dos mitos do jornalismo contemporâneo é a ideia de que a fotografia ou o vídeo falam por si, dispensando interpretação ou contextualização porque a imagem regista a verdade e o fotógrafo esteve lá para o testemunhar (Sousa, 2004: 216). Mas a imagem de uma ave ensopada em fuelóleo ou de uma mancha de

crude a chegar à praia não é inócua nem absoluta. “As fotografias jornalísticas necessitam de ser entendidas no contexto das notícias – esta fotografia é importante nesta altura porque nos diz algo que é novo. O significado de uma fotografia tem assim de ser estabelecido mais claramente, de forma a que o observador seja guiado até à resposta apropriada” (Geraghty, 2005: 49).

Assim, ao debruçarmo-nos sobre o valor das fotografias utilizadas pelos jornais portugueses para enquadrar o caso do *Prestige*, vale a pena lembrar que os processos de recepção de uma imagem não dependem exclusivamente do que ela transmite, mas também dos recursos de cada observador e da sua memória construída sobre incidentes semelhantes. “Alguns leitores objectam ao modo como as fotografias são tiradas, argumentando que os factos que lhe poderiam mudar o sentido ficaram de fora do seu enquadramento. Porém, o sentido é determinado muito antes disso”, refere Daniel Okrent (2006/2008: 256), acrescentando ainda que, “quando o leitor chega a ver uma fotografia, [ela] já foi repetidamente objecto de apreciação. No entanto, tem de ser apresentada como um facto” (*opus cit.*: 257). Ao longo da cobertura jornalística do caso do *Prestige*, uma imagem sobressaiiu, poderosa e simbólica da fragilidade humana: para os jornais portugueses, a metáfora do derrame foi a legião de voluntários, vestidos de branco, com fatos antipoluição, sujos de óleo e cansados, mas desejosos de participar (Figura 17).

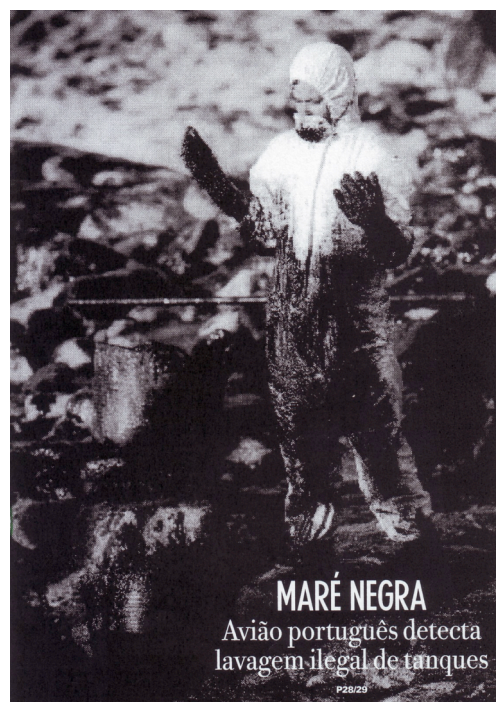


Figura 17 – *Público*, 27 de Novembro, por Manuel Roberto.

A imagem dos voluntários mascarados foi utilizada em 48 fotografias pelos três jornais (21% do total das edições analisadas), enfatizando o esforço de reacção e não tanto as consequências nefastas do derrame, uma posição que foi igualmente seguida em numerosas reportagens de interesse humano, que discutiremos também. Segurando baldes repletos de resíduos ou instrumentos de limpeza, colocados nas praias observando um horizonte manchado, os voluntários tornaram-se assim as faces visíveis da resposta da sociedade civil ao acidente do petroleiro, personificando portugueses e galegos que não se renderam (Figura 18).

Conteúdo das fotografias	Número de dias em que foram utilizados nos três jornais	Percentagem sobre o total acumulado de dias da amostra (228)
Voluntários mascarados	48	21
Navio partido em dois	24	10,5
Ave manchada ou morta	16	7
Praia manchada	13	5,7
Manifestação de rua	7	3
Imagem de satélite	2	0,8
Actividade do <i>Nautille</i>	1	0,4
Totais	111	-

Figura 18 – Conteúdo das fotografias utilizadas durante o caso.

Antes das limpezas, enquanto o navio se debatia contra as correntes e o mau tempo, os primeiros dias do caso foram ilustrados com outro tipo de dispositivo visual. As primeiras fotografias do caso, aliás, focavam o próprio petroleiro, em nítida dificuldade para se manter à superfície. Depois, com o afundamento do *Prestige*, a imagem icónica do petroleiro partido em dois, com a proa já submersa e a popa resistindo mais algumas horas dominou as notícias. Esse registo seria utilizado em 24 ocasiões, sobretudo durante os primeiros dias (Figura 19).

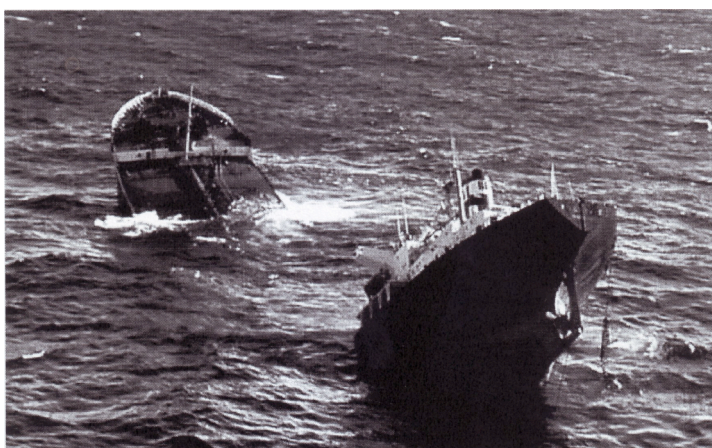


Figura 19 – *Público*, 20 de Novembro, Associated Press.

Em jornalismo, mesmo a imagem mais atordoante fatiga ao fim de alguns dias. Isso mesmo foi sublinhado pela jornalista do *Público*:

«Ao fim de alguns dias, já saturavam as imagens do barco partido ou tombado. Tínhamos algumas aves manchadas, mas poucas. As manchas, em si, não eram fotogénicas. Num jornal, não são mais do que um borrão. Os voluntários estavam ali à mão de semear, com aqueles fatos brancos que ficavam escuros de óleo, como uma metáfora do caso. Era uma fotografia self explanatory. Recorremos a esse tipo de imagens com frequência.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Com menor apelo jornalístico, mas igualmente poderosas, foram as imagens da avifauna afectada: em 16 ocasiões, os jornais optaram pela reprodução de aves manchadas pelo crude, por vezes mortas, noutras ocasiões já limpas e tratadas, em jeito de sugestão da contribuição humana para a resolução da crise (Figura 20).



Figura 20 – *Público*, 18 de Novembro, Reuters.

As praias manchadas foram tema de fotografia em 13 ocasiões e as imagens de satélite relevadoras da extensão das manchas de fuelóleo foram publicadas duas vezes. As manifestações de protesto, individuais ou colectivas, ordenadas ou caóticas, foram o tema de sete fotografias, uma das quais ilustrando um cartaz pichado de Aznar, com insultos ao chefe do governo pela lassidão na resolução do problema.

Seria importante que a imprensa espanhola fosse igualmente analisada do ponto de vista do tratamento visual neste caso, de forma a encontrar potenciais pontos de contacto e de divergência com os dados que agora se comunicam. Cremos que, em face do elevado potencial de crítica aos gestores de crise espanhóis publicado na imprensa espanhola, é provável que as fotografias, com todas as suas limitações, tenham contado também essa narrativa nos media espanhóis.

8.7 – Enquadramentos dominantes

Em consonância com a pesquisa já verificada noutros derrames petrolíferos (Molotch e Lester, 1975; Anderson e Marhadour, 2007), a proximidade geográfica foi claramente um valor-notícia para os jornais portugueses analisados. Ao longo de toda a cobertura, os jornais preocuparam-se em encontrar ângulos ressonantes com a sua audiência, como aliás é demonstrado pelo facto de dedicarem ao caso as editoriais de assuntos nacionais e raramente as de temas internacionais. Em meados de Janeiro, quando se tornou evidente que as manchas se deslocavam em direcção a França e que os pescadores portugueses não sofreriam os impactes antecipados, a cobertura jornalística diminuiu sensivelmente, revelando que, apesar da carga internacional do tema, os media se interessam sobretudo pelos acontecimentos mais próximos da sua audiência.

Essa tendência, de transformar o global em local, tem sido bastante estudada. Ao analisarem o processo de transferência de Hong Kong para a soberania chinesa, Chin-Chuan Lee e colegas (2005: 320) perceberam que, apesar da crescente globalização, “o jornalismo internacional é inerentemente doméstico e paradoxalmente *nacional*: o mesmo evento pode receber representações distintas em vários países através dos prismas das suas ideologias dominantes, definidas pelas estruturas de poder, repertórios culturais e interesses político-económicos”. As ocorrências são assim domesticadas e formatadas para se tornarem familiares e inteligíveis em cada contexto. Desta forma, os media “produzem uma narrativa

local do mesmo evento global através do uso de meios discursivos próprios de retórica, enquadramentos, metáforas e lógica. Ao lidar com contendores distantes, imputam diferentes causas e efeitos à realidade para promover interesses nacionais e promovem a legitimidade nacional” (*opus cit.*: 322)

Um processo semelhante foi detectado na comparação dos enquadramentos utilizados pelos media espanhóis, franceses e ingleses promovida por Alison Anderson e Agnès Marhadour (2007): na verdade, apenas os jornais ingleses, oriundos de um país não afectado pelo acidente, abordaram o tema pelo ângulo do colapso de *habitats* e pelo risco apresentado pelo tráfego marinho de materiais poluentes através das águas comunitárias. Em França, nos primeiros dias de Novembro, esse fora o primeiro enquadramento usado pelos media gauleses até se tornar claro que as manchas afectariam também a costa do país, o que provocou a sintonização dos jornais com a dimensão nacional da tragédia; em Espanha, em contrapartida, o ângulo nacional prevaleceu sobre todos os outros, tal como detectámos nos jornais portugueses agora analisados (Figura 21).

Na comparação entre os três jornais, a percentagem de utilização de ângulos nacionais é muito semelhante.

Ângulos nacionais	Total	Freq.
Mancha pode chegar a Portugal	50	27,3
Impactes ambientais em Portugal	26	14,2
Impactes nas pescas nacionais	25	13,6
Actividade do <i>Northern Corona</i>	20	10,9
Acordos internacionais de Portugal	14	7,6
Comentários à acção do governo português	14	7,6
O caso do <i>Nestor C</i>	11	6
Lavagem ilegal de tanques na costa portuguesa	8	4,3
Comentários sobre Instituto Hidrográfico	7	3,8
Outros	8	4,3
Totais	183	100

Figura 21 – Ângulos nacionais na cobertura do acidente do *Prestige*. No mesmo dia, foram escritas notícias sobre mais do que um destes ângulos. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Em três quartos dos dias, os jornais portugueses preferiram concentrar-se nas implicações do acidente para a população portuguesa, dedicando pouco espaço à trama internacional em torno da propriedade da empresa à qual estava atribuído o navio ou às implicações globais das regulamentações da União Europeia.

Em contrapartida, o tema forte das primeiras edições dos jornais sobre este caso foi a proximidade das manchas em relação à costa portuguesa: até meados de Dezembro, esse ângulo foi explorado exaustivamente (50 notícias), aproveitando a fiabilidade dos dados fornecidos pelo gabinete de crise. A 24 de Novembro, curiosamente, esse ângulo foi duramente criticado pelo antigo presidente da República, Mário Soares, que censurou os festejos portugueses pelo facto de a mancha se dirigir para Espanha (*Correio do Minho*, 24/11).

Outro ângulo mereceu atenção desde o primeiro dia. A 18 de Novembro, o *24 Horas* noticiava que 12 barcos portugueses já não poderiam pescar nas águas galegas e o *Correio do Minho* temia que o “valor do pescado” pudesse baixar, desfecho confirmado no dia 24, quando o jornal noticiou que o preço do percebe duplicara. O impacte sobre as pescas portuguesas foi assim um tema relevante, sobretudo para este jornal minhoto, muito ligado ao destino das comunidades piscatórias da região. No total, contabilizámos 25 notícias sobre o tema.

O impacte ambiental do problema foi igualmente tratado, sobretudo pelo *Público*, um jornal com maior componente científica e ambiental nas suas páginas e portanto mais apto a narrar os detalhes de uma catástrofe ecológica.

Num patamar inferior, o tema das limpezas do *Northern Corona* foi igualmente um valor-notícia relevante, recolhendo 20 notícias. Contratado no fim de Dezembro, este navio norueguês suscitou alguns comentários críticos ao governo português na fase de rescaldo das operações, embora o responsável pelo gabinete de crise admita *a posteriori* a sua utilidade:

«Creio que era necessário contar com um meio naval para a eventualidade de uma das manchas chegar à costa portuguesa. Havia lá outros navios estrangeiros a recolher fuelóleo, num esforço internacional de cooperação, e o que contratámos fazia-o também. Apanhou alguma coisa, mas pouco.

Isso é o mesmo que um indivíduo que paga o seguro do carro todos os anos e chega ao fim da vida, sem acidentes, lamentando todo o dinheiro que gastou. Terá sido? A posteriori, poderá parecer excessivo, mas bastava uma daquelas manchas apanhar vento desfavorável e, sem o Northern Corona, estariam os “comentadores de bancada” a lamentar o facto de não existirem meios para recolher o fuelóleo.» (entrevista do autor com Augusto Ezequiel, Anexo D)

Os acordos internacionais discutidos por membros do governo português mereceram também 14 referências, tantas quantas as apreciações aos erros e virtudes do elenco de Durão Barroso na gestão do problema. O caso do *Nestor C*, tratado no próximo subcapítulo, foi tema de onze notícias e a lavagem ilegal de tanques ao largo da costa portuguesa mereceu oito textos jornalísticos. Por fim, os elogios ao Instituto Hidrográfico foram noticiados em sete ocasiões diferentes.

Apreciados os ângulos nacionais, importa também analisar os enquadramentos dominantes durante o relato jornalístico. É verdade que esta análise é mais subjectiva, na medida em que a mesma notícia pode comportar mais do que um enquadramento, sem expressar favoritismo por um em detrimento do outro. Além disso, a identificação destes dispositivos é controversa pois pressupõe que, no acto de noticiar, os jornalistas indiciam também uma linha narrativa de interpretação da informação, sugerindo causas e efeitos, responsáveis e consequências. De todo o modo, cremos que a análise dos enquadramentos utilizados durante o caso do *Prestige* constitui mais um indicador da construção noticiosa envolvida na narrativa do naufrágio, sugestivo da dificuldade de os jornalistas se distanciarem dos acontecimentos de ruptura que são chamados a noticiar. Por facilidade operativa, limitámos a análise a oito enquadramentos dominantes, utilizando parcialmente o modelo de Gill e Ritchie (2005).

Detectámos assim uma intensa luta discursiva entre os diversos agentes sociais com interesses no caso para formatar o problema e esse conflito ficou expresso nas diversas fases da narrativa jornalística. Naturalmente, os factos sobre o desastre dominaram as primeiras semanas em todos os jornais, à medida que o problema foi definido e a causa identificada. Anteciparam-se responsabilidades, discutiram-se as especificidades do navio em função da panóplia globalizadora do seu armador, mas o caso foi assimilado na óptica descritiva. Por antecipação, sugeriu-se a necessidade de preparar acções de “limpeza ou resposta”, mas estas tardaram alguns dias. Em meados de Dezembro, o primeiro enquadramento praticamente desapareceu das páginas dos jornais em benefício do acompanhamento intensivo das iniciativas de mitigação dos efeitos do derrame através de acções de limpeza e monitorização dos estragos.

Foi igualmente evidente que a luta discursiva foi mais intensa até meados de Dezembro. Entre 20 de Novembro e 19 de Dezembro, encontravam-se quase todos os dias dois ou três enquadramentos na mesma publicação, adivinhando-se intensa

actividade dos diferentes proponentes no sentido de publicitar o seu ponto de vista. Na segunda metade do período de análise, essa actividade diminuiu sensivelmente e o número de enquadramentos detectados tornou-se menor. Outras perspectivas tiveram assim espaço na agenda noticiosa, como se verificou por exemplo na semana de 19 a 24 de Janeiro, durante a qual o enquadramento “demonstrações ou protestos em massa” foi detectado em mais de um quarto das notícias então produzidas.

Por outro lado, vale a pena referir que os media iniciaram a cobertura jornalística do caso antecipando impactes ambientais e humanos antes de estes acontecerem. A sociologia do risco valida esta observação: para os meios de comunicação, o risco potencial (se patrocinado por um grupo de interesse) representa um valor-notícia que estabelece empatias com uma audiência assustada e motiva o acompanhamento continuado do noticiário (Kitzinger e Reilly, 1997/2002: 34-35). Um bom exemplo é o facto de, logo a 18 de Novembro, o *24 Horas* ter utilizado o seu inquérito de rua para perguntar aos transeuntes se se deveria proibir a pesca no Norte do país, numa altura em que nenhuma mancha chegara sequer a terra. Cremos que instâncias como esta, mas também aquelas que se relacionaram com a ameaça que pairava sobre áreas protegidas, pesqueiros dinâmicos ou zonas turísticas de luxo, constituem momentos em que a objectividade dá lugar à emotividade aceite pela audiência (Noguera, 2006). Perante uma catástrofe e um impacte gigantesco, há uma potencial pausa no contrato de objectividade, permitindo-se ao jornalista migrar da posição de mero testemunho da realidade para a de intérprete.

Ao antecipar imediatamente impactes ambientais e humanos (que a literatura especializada demora anos a estimar), os jornalistas recusam o distanciamento que a rotina profissional lhes pede, e a notícia dá lugar frequentemente à reportagem, mais apta para dar conta da emoção e das sensações. Privilegia-se o discurso directo das testemunhas oculares, dramático e emocionado (a 22 de Novembro, por exemplo, o *Público* deu voz a uma das voluntárias alistadas para salvar aves na Galiza e esta referia: “a merda foi terem andado com o barco de um lado para o outro a estragar tudo” – este registo emotivo dificilmente seria aprovado num contexto normalizado de cobertura noticiosa). Há uma torrente de “palavras quentes” (Noguera, 2006: 552), que evocam a vida, a sociedade e as relações humanas e não a frieza dos gabinetes e da economia. Humanizam-se os interlocutores, tratando-os pelo nome próprio ou pela alcunha carinhosa. E adjectiva-se fortemente a narrativa.

«Quando estamos em reportagem, procuramos sempre uma cara que personifique o tema que estamos a relatar. E é sempre preferível um indivíduo que está no terreno e que sofre os efeitos da maré negra a um burocrata engravatado, protegido no seu gabinete e com declarações cinzentas. Afinal, não é o rendimento dele que está em causa. A reportagem dá-nos essa liberdade de escolha.»
(entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Ao longo do período analisado, publicaram-se 28 reportagens nos jornais, sobretudo no *Público*. Não surpreende que quase metade (13) se tenham debruçado sobre o quotidiano dos pescadores portugueses e galegos, afectados pelo infortúnio e angustiados pelo futuro incerto, circunstância que valida a nossa conclusão de que os impactes humanos foram apreciados sobretudo em registos emocionais.

Outras seis reportagens foram dedicadas a biólogos e voluntários que se juntaram na Galiza para salvar aves afectadas ou para limpar o fuelóleo derramado, e mais três ao desânimo dos comerciantes galegos em face da perda de receitas turísticas tradicionalmente produzidas durante a época natalícia. Mais residuais foram as reportagens sobre o desânimo colectivo dos galegos (2), a preparação dos bombeiros de Esposende, as capacidades do Instituto Hidrográfico para fazer previsões e o génio de um inventor que criara um novo dispositivo mecânico de limpeza (1). Verifica-se assim que todas as reportagens foram dedicadas às consequências do acidente sobre a vida de várias comunidades, valorizando o impacte humano sobre o impacte ambiental e criando empatia com a população mais afectada:

*«Não tenho dúvidas de que se cria empatia nestes casos. Quando se está envolvido num caso destes, em que chegávamos ao fim do dia agoniados com o cheiro, como se tivéssemos passado o dia numa bomba de gasolina, quando temos de comprar roupa todos os dias porque a que usámos está irrecuperável e vemos aquela gente a limpar os barcos, desanimada e queixosa, sentimos empatia. Além disso, creio que as pessoas pensam logo no pior cenário possível. No Louisiana, ouvi gente dizendo que ia passar 20 anos sem trabalho antes que as pescas melhorassem [Rita Siza foi correspondente do *Público* nos EUA durante cinco anos]. Também é diferente ver na televisão ou ir ao local. Acabarmos o dia todos pintados. Durante duas ou três horas, sofremos como eles e pensamos como eles.»* (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Um enquadramento alternativo utilizado nas notícias foi o tratamento do caso através das relações institucionais entre países, quer pela negociação de novos acordos de cooperação e monitorização, quer pela denúncia de incumprimento de normas e protocolos comunitários. O governo espanhol esforçou-se precocemente por qualificar o acidente nesses termos, depositando responsabilidades no tráfego de materiais poluentes e na inércia da União Europeia, que aprovara o chamado plano Erika na sequência da maré negra de 1999, mas, no final de 2002, não colocara ainda em prática as suas recomendações. Os registos frequentes atribuídos a este enquadramento até 4 de Dezembro deixam antever que a remissão do problema para as instâncias internacionais constituiu uma estratégia do governo espanhol para reduzir as responsabilidades que a população galega cedo lhe atribuiu. A partir de meados de Dezembro, à medida que as falhas de gestão do gabinete espanhol de crise se tornaram públicas, este enquadramento foi praticamente abandonado.

Em contrapartida, as demonstrações e protestos em massa mereceram um interesse reduzido da imprensa portuguesa. Os protestos de rua em Santiago de Compostela foram relatados e ilustrados com fotografias de forte impacto, mas, na verdade, o afastamento geográfico de Portugal face ao núcleo do acidente terá funcionado como elemento dissuasor. Como Michael Schudson (1995: 14) demonstrou, as notícias “vivem de preconceitos tácitos sobre a audiência”, os seus gostos, preferências e prioridades. A semana de Janeiro já referida na página anterior vale como excepção.

Por fim, num quadro já de enquadramentos mais marginais, encontrámos ainda as notícias subordinadas a aspectos legais ou jurídicos, ou seja, quando os intervenientes estabeleceram uma fronteira entre a fase descritiva do acidente e a fase punitiva, durante a qual se propuseram modificações na legislação vigente e se anunciaram processos criminais contra o comandante, o armador e, no caso francês, hipoteticamente contra o próprio governo espanhol. Esta sequência de notícias ocorreu já numa fase de rescaldo das operações, no final de Dezembro e no mês de Janeiro, desviando a atenção das acções de limpeza e dos impactes sobre o ambiente ou as comunidades humanas e concentrando-a numa esfera jurídica. Como a tradição sociológica tem vindo a demonstrar, os media mostram relutância em voltar a dedicar espaço ao desenvolvimento dos processos judiciais quando estes chegam por fim aos tribunais, uma fase tradicionalmente opaca no espaço público.

O último enquadramento destacado na análise (os ataques governamentais contra os “abusos” dos media) foi minoritário, correspondendo aos momentos-chave do

acidente, durante os quais os poderes públicos se viram acoissados pela investigação jornalística e responderam à pressão mediática com novas acusações, mas incluiu também o desabafo de Mário Soares face ao tratamento nacionalista do caso e ao regozijo dos meios de comunicação portugueses pelo facto de as manchas afectarem apenas a costa galega.

8.8 – Duplicados

Uma das características importantes das notícias sobre casos de risco é o processo de ancoragem que eles despertam nos media, tornando visíveis novas instâncias do mesmo problema ou fenómenos sem particular relação com o caso, mas agregados ao abrigo de valores-notícia similares. Trata-se de um processo comum no noticiário sobre crime (Pereira Rosa, 2011), mas já foi documentado também na crise de encefalopatia espongiforme bovina (Gonçalves *et al*, 2007: 221-222), durante a qual os media abordaram igualmente casos de salmonela e brucelose. Nessas circunstâncias, a forma como decorreu a gestão pública de uma crise prévia pode influenciar o debate seguinte, mesmo que este tenha lugar anos depois. Acreditamos que estes duplicados se verificaram também no noticiário sobre o *Prestige*.

Por opção metodológica, dividimos os duplicados em quatro tipos de instâncias: outros naufrágios de petroleiros; marés negras do passado; trânsito de petroleiros monocasco, semelhantes ao *Prestige*; e outras catástrofes. Identificámos no período analisado 86 duplicados nas notícias portuguesas.

Os naufrágios anteriores são o recurso mais fácil para um jornalista relatar um novo incidente de um problema conhecido. Produzem uma memória simbólica, as suas consequências já foram estudadas e encerradas no tempo e constituem ícones do próprio problema.

«Há sempre a tentação de comparar. Da mesma forma, qualquer desastre que aconteça daqui para a frente será sempre comparado com o do Prestige porque isso ajuda a formatar o caso. Mas não somos só nós. No caso da poluição no golfo do México, ao fim de dois dias, a CNN já tinha uma equipa na Galiza, questionando os galegos sobre os impactes de longo prazo do acidente e as medidas que tinham tomado. Quando as ocorrências são próximas no tempo, tornam-se referenciáveis. Não tenho dúvidas de que os planos de contingência na Galiza estão agora feitos em referência ao Prestige. E se acontecesse novo

derrame, voltar-se-ia à Galiza para recolher informação de referência.»
(entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Curiosamente, na narrativa construída sobre o *Prestige*, o famoso desastre do *Exxon Valdez* no Alasca não foi o mais utilizado (seis referências), embora constitua a mais emblemática agressão de um produto industrial humano (o crude) a um ecossistema prístino e valioso (o Alasca). Na verdade, os jornalistas preferiram utilizar o exemplo do naufrágio do *Erika* em 1999 (14 referências), como o demonstra a Figura 22.

Duplicados	Referências nos três jornais	Frequência
Erika (N)	14	16,2
Nestor C (T)	10	11,6
Exxon Valdez (N)	6	6,9
Byzancio (T)	5	5,8
Aegean Sea (N)	5	5,8
Praia da Apúlia (M)	4	4,6
Amoco Cadiz (N)	4	4,6
Colisão de Vicky com Tricolor (N)	3	3,4
Sea Empress (N)	3	3,4
Vegamagma (T)	2	2,3
Spabunker (N)	2	2,3
Braer (N)	2	2,3
Kursk (N)	2	2,3
Madeira e Porto Santo (M)	2	2,3
Torrey Canyon (N)	2	2,3
Urquillo (N)	2	2,3
Andros Patria (N)	2	2,3
Aragón (N)	2	2,3
Entre-os-Rios (O)	1	1,1
Olympic Bravery (N)	1	1,1
Tanio (N)	1	1,1
Baltic Career (N)	1	1,1
Coral Bulker (M)	1	1,1
Castillo de Berver (N)	1	1,1
Khark 5 (N)	1	1,1
Baía de Guanabara (M)	1	1,1
Enalios Titan (T)	1	1,1
Kriti Filoxenia (T)	1	1,1
Metaleurop (O)	1	1,1
Marão (N)	1	1,1
Figueira da Foz (M)	1	1,1
Jacob Maersk (N)	1	1,1
Totais	86	100

Legenda: Naufrágio (N); Trânsito de petroleiros perigosos (T); maré negra (M);
outra catástrofe (O)

Figura 22 – Duplicados nas notícias sobre o *Prestige*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Creemos que se registaram dois fortes valores-notícia para essa situação: a proximidade temporal e geográfica. O *Erika* naufragara em 1999, três anos antes, indignando os vizinhos franceses e provocando impactes na região piscatória gaulesa. As fotografias mais fortes permaneciam na memória e um dos voluntários entrevistados pelo *Público* (27/11) lembrou mesmo esse exemplo, dizendo que também em França vira a expressão “Nunca Mais”, que celebrizava agora a plataforma de contestação.

Ao mesmo tempo, a União Europeia utilizara o naufrágio do *Erika* para estabelecer regras de navegabilidade nas águas comunitárias, reduzindo as frotas de petroleiros monocasco, como o *Prestige*, e criando condições para a sua proibição total até 2015. O acidente do *Prestige* agudizou essa necessidade, mas lembrou aos jornalistas as promessas ainda não cumpridas de resolução do problema.

Parece igualmente óbvio que, em noticiários deste âmbito, sobre temas de risco, as fontes institucionais podem ceder à tentação de esquecer a bandeira europeia se isso produzir ganhos simbólicos na formatação pública da responsabilização do caso. Creemos que essa nacionalização aconteceu no caso do *Prestige*.

Outros naufrágios como o do *Aegean Sea*, do *Amoco Cadiz*, do *Sea Empress*, do *Spabunker* e do *Braer* foram igualmente utilizados para lembrar que o problema do *Prestige* tinha antecedentes conhecidos. Logo a 18 de Novembro, o *Público* escrevia que “18 mil embarcações passam pela costa portuguesa e muitas não passam de caixões flutuantes”, generalizando o problema e anexando-lhe todas as ocorrências remotamente semelhantes. Noutras ocasiões, todavia, estes antecedentes foram publicados para sublinhar situações que pareciam desesperadas, mas cujo balanço viria a apurar posteriormente consequências menores.

A outro nível encontrámos referências a marés negras. Isso sucedeu para estabelecer pontos de contacto com a actualidade, como a recordação da maré que atingiu a ilha de Porto Santo na década de 1990, a baía de Guanabara, a costa da Figueira da Foz em 1992 ou o *Coral Bulker*, mas também para noticiar ocorrências que, noutras circunstâncias, passariam em claro. Um bom exemplo sucedeu com um petroleiro que aproveitou o caso do *Prestige* para limpar os seus tanques no mar, gerando uma pequena mancha de crude na praia da Apúlia. Os media correram para noticiar, as autoridades mobilizaram-se e chegou a ser sugerido que a fonte de poluição era o próprio *Prestige*, a largos quilómetros de distância. Trata-se evidentemente do factor

de ancoragem associado a um evento-chave, que torna noticiável outros incidentes menores.

Por vezes, o duplicado expressa-se apenas na visibilidade de outras catástrofes imprevistas, sem qualquer relação com a actual, excepto na medida em que representam também sintomas de falhas do sistema que as deveria controlar. Logo no início do caso do *Prestige*, o *Correio do Minho* evocou a tragédia de Entre-os-Rios, associando as duas ocorrências como expressões de falhas humanas em sistemas tecnológicos (a circulação terrestre ou a circulação marinha) que deveriam estar à prova de falha. Noutra âmbito, quando se tornou evidente que a empresa proprietária do *Prestige* procurava evadir-se às responsabilidades, desmantelando a sua filial, os jornais lembraram o caso da Metaleurop em França, uma indústria fortemente poluidora, detida pelo mesmo grupo que geria o tráfego do *Prestige*, e que se apressara, também neste caso, a criar obstáculos legais à apreciação jurídica das suas responsabilidades, vendendo a sua participação.

Noutras ocasiões, os duplicados registaram-se pelo simples facto de navegarem na costa portuguesa navios monocasco semelhantes ao *Prestige* e alegadamente com o mesmo potencial de risco. A 30 de Novembro, por exemplo, o *Público* noticiou que o grupo parlamentar do PCP pedira à Assembleia da República para acompanhar seriamente a movimentação de dois petroleiros monocasco nas águas portuguesas, prevista para as semanas seguintes. Embora não existissem à data quaisquer dados que sugerissem que o sistema poderia vir a falhar novamente ou que os navios em causa tivessem desrespeitado a legislação nacional ou comunitária, entendeu-se que este duplicado tinha valores-notícia suficientes para ser noticiado à luz da visibilidade entretanto atribuída ao caso do *Prestige*.

Ao longo da narrativa, os portugueses acompanharam então as deslocações tranquilas do *Byzancio* (cinco referências), do *Vegamagma* (duas), do *Enalios Titan* (uma) e do *Kriti Filoxenia* (uma) na simples medida em que estes navios eram parecidos com o *Prestige* e tinham portanto potencial para provocar problemas. O caso mais famoso, porém, ocorreu com o navio *Nestor C*, carregado de fosfato de amónio que, entre 20 e 24 de Dezembro, gerou fortes repercussões.

Com um rombo no casco, o navio pediu autorização ao porto de Sines para ali ancorar e ser reparado. O processo tornou-se político e exigiu do governo uma autorização formal, após uma inspecção. Discutiu-se o perigo associado à carga e as

melhores opções estratégicas para reparar a embarcação (dez notícias), embora o risco deste duplicado pouco tivesse em comum com o do petroleiro.

8.9 – O uso do humor

Embora não tenha sido generalizado, o uso do humor associado ao caso do *Prestige* nos jornais analisados corresponde a tentativas de esvaziamento de uma situação relativamente tensa através do gracejo e da ridicularização dos interlocutores envolvidos. Por natureza sóbrios e objectivos, os jornais sentem-se pontualmente no direito de conceder parte do seu espaço nobre ao aligeiramento do tom jornalístico através da publicação de *cartoons* ou textos humorísticos. São abordagens naturalmente distintas daquelas que pautam os actos jornalísticos tradicionais, mas não deixam de constituir instâncias que se inserem no esforço de cada publicação no sentido de fornecer aos leitores um quadro diversificado de opiniões sobre os acontecimentos que preenchem a agenda.

É natural que os acontecimentos menores não mereçam tratamento humorístico. São fugazes, partem rapidamente do espaço público sem criar memórias duradouras e não conseguem fixar raízes na percepção do leitor/espectador. Os acontecimentos-chave, como o caso do *Prestige*, irrompem pela agenda e condicionam o noticiário durante algumas semanas, pelo que o humor joga um papel interessante, no sentido de fixar a audiência e levá-la, através do riso, a reflectir sobre o problema.

No caso do *Prestige*, os jornais optaram por deixar o acontecimento desenvolver-se e ser convenientemente explicado antes de permitirem o tratamento humorístico. Os primeiros *cartoons* do *Público* e do *24 Horas* só foram publicados depois de o navio naufragar e se tornar evidente que as manchas se deslocariam para terra.

Acreditamos igualmente que a sobriedade de um jornal evitará que o cartoonista se exceda e publique um gracejo com potencial para ferir os preconceitos de um leque largo de leitores. Cremos que um caso concorrente do *Prestige* – o da pedofilia na Casa Pia – não foi tratado da mesma maneira pelos cartoonistas, que se abstiveram de o ridicularizar, bem como aos seus protagonistas (Cf. entrevista do autor com o cartoonista Luís Afonso, Anexo G). No caso do *Prestige*, sem vítimas humanas, essa fronteira do bom gosto e da prudência não foi estabelecida apesar do alarme social e, assim, sete *cartoons* foram publicados durante dois meses e meio.

Em três ocasiões, o traço do humorista ridicularizou as prioridades nacionais, que colocaram o *Prestige* no topo da agenda, bem acima de outras crises que, do ponto de

vista do desenhador, mereceriam mais urgência, como sucede na Figura 23, na qual o humorista tratou todos os problemas nacionais como “marés negras”, deixando implícito o excesso de zelo com que a sociedade portuguesa parecia olhar para o problema colocado pelo *Prestige* (*Público*, 22.11.02).



Figura 23 – *Público*, 22 de Novembro de 2002, por Luís Afonso.

Parece-nos oportuno registar que, em ocasiões como esta, o espaço humorístico funciona como uma extensão do registo jornalístico, sublinhando enquadramentos já explorados no noticiário “sério” ou mesmo sugerindo outras maneiras de olhar para o problema. O *cartoon*, tal como a fotografia, tem a virtude de ser recebido com menor desconfiança pelo leitor. Assimilado de forma menos complexa pelo receptor, ele não é entendido como o texto jornalístico propriamente dito, que é lido e pesado antes de merecer, ou não, concordância. O *cartoon* surge perante os nossos olhos como um espaço inofensivo quando, na verdade, pode transmitir uma carga adicional ao processo de recepção da informação, fortalecendo ou contrariando percepções.

Noutras ocasiões, foi a onda mediática que mereceu reparos, bem como a acção do Partido Popular em Espanha ou do próprio Ministério da Defesa Nacional. A 23 de Novembro, o *Público* trouxe à estampa o *cartoon* de um polícia sinaleiro, colocado na fronteira entre Portugal e Espanha, minúsculo face à mancha que o ameaça, mas resolutivo para impedir que esta se torne um problema português (Figura 24).

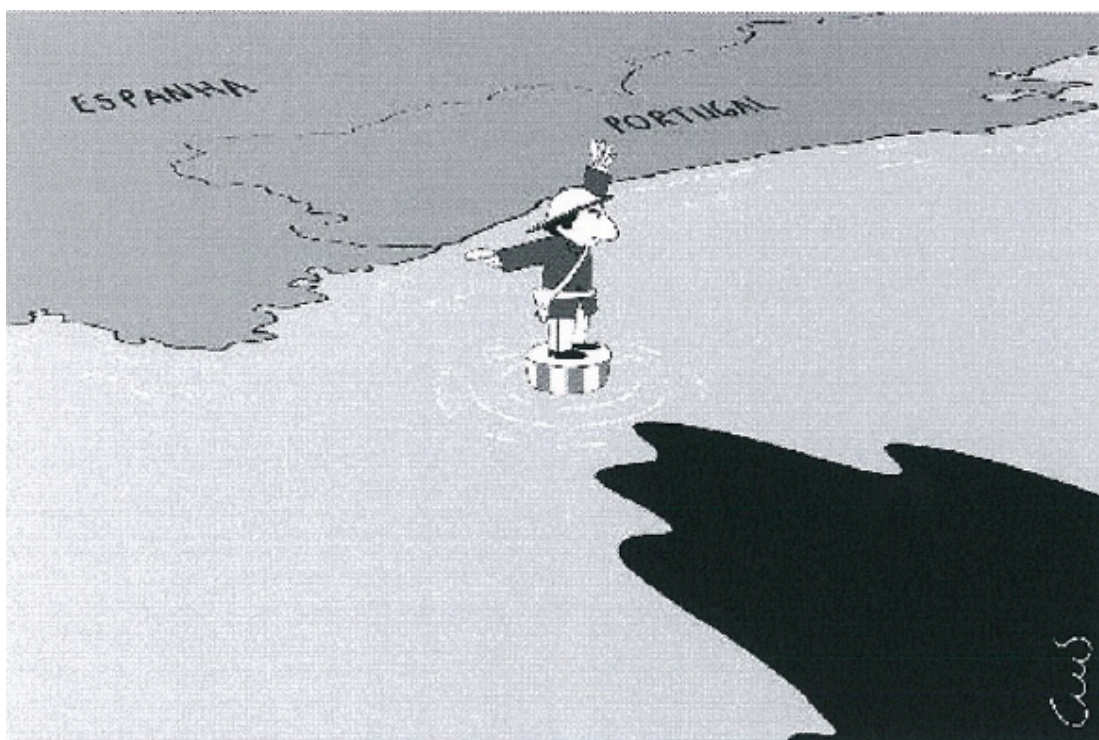


Figura 24 – *Público*, 23 de Novembro de 2002, por Luís Afonso.

É impossível não ver nesta figura o eco do alerta transmitido por Mário Soares, queixando-se do excessivo nacionalismo dos portugueses, felizes pelo acaso que transportara o fuelóleo para Espanha e os livrara do problema, mas ignorantes sobre a dimensão de uma catástrofe ecológica que não se cinge a fronteiras nacionais. Também aqui o *cartoon* funciona como um exercício de catarse, esvaziando a angústia colectiva face a uma potencial maré negra e levando-a, através do riso, a trocar de si própria e do quadro de tensões que integra no seu quotidiano através dos estímulos externos fornecidos pelos media.

Muito curioso também é o *cartoon* de 7 de Dezembro, da autoria de António Maia, publicado no *24 Horas* (Figura 25). Nessa instância, o humorista ridicularizou os próprios dispositivos de segurança.

O *cartoon* foi publicado num momento em que já existia a percepção de que a mancha de fuelóleo não afectaria a costa portuguesa e portanto sugere uma função diferente para o humor. Se os exemplos anteriores correspondem a usos humorísticos em pleno acidente, ora com a função de incongruência, através da qual se procura rir para superar uma situação anormal, ou da função de superioridade, através da qual se

glosa com o comportamento desajustado do outro, este *cartoon* corresponde já à função de alívio, de decompressão colectiva face ao perigo que já passou.



Figura 25 – 24 Horas, 7 de Dezembro de 2002, por António Maia.

Rimos desta paródia aos dispositivos de segurança porque o acidente já não nos marcará, nem afectará as nossas costas ou o nosso estilo de vida. Tal como referimos anteriormente, um *cartoon* tem este condão de poder sublinhar um enquadramento jornalístico de forma inocente, mas intencional. De certa forma, ele antecipa no mesmo tom um título do mesmo jornal, publicado a 17 de Dezembro, no qual se referia: “Já nos safámos das manchas!”

8.10 – Constrangimentos produtivos

A nossa análise beneficia necessariamente da clarificação de que o caso agora se reveste, a partir do momento em que se tornaram evidentes as causas e as consequências do acidente e se produziram relatórios científicos sobre os seus impactes concretos. É um benefício luxuoso se o compararmos com a dificuldade dos agentes sociais – jornalistas, pescadores, políticos, responsáveis pela gestão de crise – para tomar decisões no terreno, em tempo real, numa altura em que não existiam certezas e a realidade se apresentava sob um manto de probabilidades.

Aliás, o estudo dos constrangimentos jornalísticos tem sido um dos temas nobres da sociologia do jornalismo, na medida em que se debruça sobre a forma como as rotinas produtivas afectam as notícias. cremos que não é possível retirar conclusões sobre a cobertura jornalística de um caso como o do *Prestige* sem ter em conta essas dificuldades diárias sentidas pelos jornalistas no exercício das suas funções. Dos ciclos noticiosos às limitações de tempo e espaço, da influência das fontes à relação hierárquica com editores e proprietários, o jornalismo é um jogo de equilíbrios, uma tentativa contínua para ordenar a realidade através de notícias, que não são mais do que janelas temporárias sobre um determinado momento histórico. E, como todas as janelas, representam apenas a realidade que através delas se pode observar.

Um acidente, por definição, é imprevisto e não permite às redacções a preparação antecipada da informação. Apanha os intervenientes de surpresa e obriga-os a tomar decisões num curto espaço de tempo, errando e corrigindo mais tarde, até ao momento em que os jornalistas – como os restantes agentes sociais – começam a rotinizar o inesperado (Tuchman, 1978c; Wolfsfeld, 1997).

Por constrangimentos cronológicos, este trabalho não teve oportunidade de espreitar *in loco*, nas redacções, os mecanismos de ordenamento da realidade. Socorremo-nos porém das recordações de uma das protagonistas do caso que, em entrevista concedida oito anos depois do acidente da Galiza, procurou organizar as suas memórias e dar conta de como o jornal *Público* começou a ordenar o caos informativo em Novembro de 2002.

Um dos aspectos relevantes – tantas vezes ignorado na análise sociológica de coberturas jornalísticas – é a incapacidade inicial para contextualizar a ocorrência e perceber o seu verdadeiro impacte. Essa limitação não é exclusiva dos jornalistas. A maior parte dos intervenientes pode apenas esboçar cenários potenciais, mas os textos jornalísticos são logo difundidos e comprometem os seus autores. Frequentemente, esses registos esboçam igualmente a confusão das autoridades, as falhas na cadeia de comando e as limitações de planeamento:

«No segundo ou terceiro dia após o pedido de socorro, não tinha ainda uma ideia concreta sobre o que iria acontecer. Ninguém tinha. Recordo que, na Galiza, não havia um comando central nos primeiros dias. Pura e simplesmente, não o tinham. Por isso, começámos por ligar para quartéis de bombeiros, esquadras... para

qualquer local que pudesse ter uma percepção sobre o que estava a passar-se. Decorreram alguns dias até o governo regional centralizar as operações (...)
Recordo-me que o primeiro passo – que hoje parece fácil, mas, na altura, não era – foi perceber a dimensão do problema e o potencial que tinha. A Inês Nadais [jornalista do Público] foi enviada para lá mal se previu que o problema não se resumia a um navio em apuros. Para trás, ficaram as pessoas que tinham algum tipo de contactos úteis – de funcionários ligados a agências do ambiente, das capitánias, de cientistas, de qualquer instituição que pudesse ser útil. Em contrapartida, penso que não se atribuiu uma missão concreta a ninguém para o acompanhamento da evolução política do problema.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

A imprevisibilidade do acontecimento apanhou a redacção de surpresa. Contrariamente ao mito do jornalismo como profissão de decisões em tempo real, grande parte do trabalho jornalístico resulta da organização do meio de comunicação e da planificação da sua agenda e dos seus profissionais (Tuchman, 1978c: 44). Através de redes noticiosas, que organizam as ocorrências em função da sua importância e actualidade, e do agendamento das actividades mais noticiáveis do dia (Neveu, 2001/2005: 65), atribuídas a uma rede de colaboradores enviados para lugares-chave, as redacções preparam antecipadamente o conteúdo de cada jornal, deixando pouco espaço para o imprevisto. Um acidente, porém, perturba a rede e obriga a novas afinações.

O caso do *Prestige* levou o jornal a atribuir funções de reportagem à sua delegação do Porto, geográfica e culturalmente mais próxima da Galiza. Foram designados os jornalistas com contactos relevantes nessa região espanhola, mas também na área do Ambiente e da Ciência, procurando atenuar as lacunas de agendamento que o caso evidenciava. No *Público*, porém, existia outro tipo de capital: o capital de experiência acumulado em acções de formação sobre o tema das áreas costeiras, agora desesperadamente necessário:

«A redacção do Porto ficou desde logo encarregue de gerir o caso em função da proximidade geográfica e cultural que tínhamos com a Galiza. Eu estava na secção de Economia, mas tinha frequentado, juntamente com o Ricardo Garcia [jornalista da redacção de Lisboa], um workshop nos EUA sobre áreas costeiras e os seus problemas, apoiado pela Fundação Luso-Americana para o

Desenvolvimento. Nessas sessões, tinha tido preparação não só sobre ameaças de poluição, mas sobre recursos, problemas de ordenamento, jurisdições nas áreas costeiras. E portanto estava à mão de semear para lidar com o caso. Curiosamente, esse workshop foi em Nova Orleães e foi-me muito útil mais tarde, quando era correspondente do jornal nos Estados Unidos e fui chamada a relatar o furacão Katrina de 2005 e a maré negra do golfo do México em 2010. Já tinha uma rede de contactos e usei-a (...)

É preciso dizer que a redacção estava dividida por tarefas. Em Lisboa, fazia-se esse acompanhamento com o comandante Augusto Ezequiel, que aliás conheci no primeiro dia em que fiz reportagem em Entre-os-Rios. Do Porto, partiam equipas de reportagem, que encontraram outro tipo de dificuldades. Era preciso dar a volta a esses constrangimentos numa lógica diária. Uma revista ou um semanário têm um pouco mais de tempo para gerir os seus contactos; num jornal diário, somos chamados a triar as fontes e a informação em poucas horas. As manchas mudavam rapidamente de direcção. E nós estávamos sem meios para alugar um barco ou um helicóptero e ir ao local para acompanhar a deslocação das manchas. O temporal impossibilitou qualquer iniciativa desse género durante semanas.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Em simultâneo com a tentativa governamental de organizar o caos provocado pelo naufrágio do navio, vários interlocutores colocaram-se em posição para explicar o acontecimento e enquadrá-lo numa teia narrativa de explicação das suas causas e contextos. O jornalista vê-se perante um *enjeu* simbólico, no centro de um bailado no qual vários agentes sociais – com diferentes motivações e capital simbólico – o procuram cativar para que, através do relato público da sua versão, possam ganhar credibilidade e notoriedade na respectiva arena onde se movimentam (Santos, 2006). Embora a nossa análise de conteúdo não dê mostras de predominância de fontes científicas na cobertura do caso nos últimos dias de Novembro de 2002, a jornalista do *Público* enfatiza a sua predisposição para dar voz a fontes provenientes do campo científico em detrimento daquelas que são oriundas do campo político. É legítimo, porém, argumentar que as decisões em tempo real podem não corresponder a esta matriz, até porque a organização do gabinete português de crise pode ter esbatido este hiato entre a fonte oficial e a fonte especializada:

«Num cenário daquela natureza, é missão do jornalista antecipar as causas mas também projectar as consequências imediatas e a longo prazo. Nesse plano, as fontes científicas são, para mim, mais valiosas do que as fontes políticas institucionais. Têm duas grandes vantagens: em cenários de incerteza, são muito mais úteis porque conseguem antecipar vários desfechos prováveis e têm menos constrangimentos. Não precisam de aprovação superior nem recebem uma sanção institucional. Os cientistas podem, sem receio nenhum, projectar cenários bons, menos maus e os piores. São uma mais-valia para os jornalistas.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Rotinizadas as primeiras operações, foi necessário lidar com outro tipo de constrangimentos. As equipas de reportagem enviadas para a Galiza tinham de decidir, entre milhares de actos de voluntários e de pescadores, aqueles que teriam um significado mais abrangente e que mereceriam ser noticiados. O processo, naturalmente, não é objectivo. Resulta de decisões instantâneas e integra-se no quadro cultural e ideológico de cada jornalista (Rodrigues dos Santos, 2003: 63-64). A decisão sobre o interlocutor adequado ou sobre o acontecimento que merece ser noticiado dentro do grande acontecimento que é o derrame é, ela própria, um acto de rotinização do inesperado – uma tentativa do jornalista para, através do seu arsenal de ferramentas profissionais, seleccionar uma parcela da realidade e apresentá-la à sua audiência como plausível e representativa (Soloski, 1989/1993: 95-97).

Esta, por sua vez, não se comove com os constrangimentos encontrados pelo jornalista no local de reportagem. Exige ser informada e acredita no mito de que essa tarimba acumulada é geradora de decisões apropriadas e objectivas.

«Recordo-me de uma grande balbúrdia. Os primeiros a chegar às praias tinham sido os voluntários que queriam colaborar na limpeza das aves. Por isso, foi com eles que começámos a reportagem. Curiosamente, passávamos os contactos destas pessoas aos repórteres que seguiam nas reportagens seguintes. Ligávamos e estes voluntários diziam-nos: “Estou nesta praia ou naquela praia e está acontecer isto ou aquilo” e íamos. Procurávamos ordenar aquela confusão, encontrar um ângulo de reportagem. E foi nesses dias, totalmente por acaso, que encontrei o voluntário português que entrevistei e serviu de arranque a uma das reportagens [publicada a 27/11]. (...)

A princípio, creio que o problema residia na falta de informação oficial. Não se sentia a presença do governo regional ou das autarquias. Numa segunda fase, já existiam dados governamentais, mas muitas vezes não batiam certo com aquilo que os pescadores nos diziam. Eram destes homens as descrições mais dramáticas e nós procurámos escrever as reportagens mostrando equilíbrio entre todas as posições.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

Para além da selecção de interlocutores, colocava-se também a questão da ilustração. A fotografia num jornal diário é soberana, impondo o tom da cobertura jornalística e criando a primeira recepção no leitor, antes de este se debruçar sobre a leitura e decodificar toda a informação que lhe é apresentada. Numa região com mais de quatrocentos quilómetros de costa afectada, como se faz a selecção do instantâneo que moldará a percepção no dia seguinte?

Também este registo é marcado por escolhas subjectivas, por preferências estilísticas, por preconceitos sobre o que a audiência deseja ver e por marcas ideológicas sobre os limites que um meio de comunicação tem direito a atravessar para cumprir a sua função de vigilante da sociedade (Geraghty, 2005). São sobretudo as dificuldades colocadas pelo terreno que merecem ser destacadas, até porque as outras motivações seriam mais facilmente observáveis com metodologia etnográfica (Costa, 1990) e não fruto de entrevistas *a posteriori*. Tal como na selecção de fontes, a jornalista do *Público* dá conta da aplicação de procedimentos intuitivos, relacionados com as rotinas organizacionais de um jornal diário, forçado a imprimir a uma hora predefinida e para o qual está vedada a hipótese de os jornalistas reconhecerem a incapacidade de produzir documentos visuais em tempo útil:

«Era difícil fazer reportagem. Estava um temporal terrível. O cheiro agoniava-nos. No primeiro dia, eu e o Manuel Roberto [fotógrafo] passámos parte da tarde a vomitar. E lutávamos contra o tempo. Escurecia muito depressa, o que nos obrigava a coordenar melhor o trabalho fotográfico. (...) Se reparar, a ilustração fotográfica do primeiro dia de reportagem [dia 26/11] é uma imagem captada à noite, o que é muito raro no jornal. Anoitecia cedo. Nesse dia, não tínhamos imagens do “piche”. Optámos por uma fotografia de um pescador em terra. Por isso, no dia seguinte, decidimos começar o trabalho nas praias, procurando a melhor luz e enquadramento possível para as fotografias. Depois, com isso

tratado, já se podia fazer contactos.» (entrevista do autor com Rita Siza, Anexo E)

8.11 – Responsabilização e gestão da comunicação

Por tudo o que atrás foi referido, justifica-se uma apreciação ao último indicador da nossa análise: o da moralização implícita. Mesmo que o façam de forma involuntária, as notícias apresentam frequentemente um mapa de significados para integrar o acontecimento num quadro narrativo mais vasto, que transcende as fronteiras temporais nas quais este decorre e que se encadeia numa sucessão de outros acontecimentos. Para adequar uma ocorrência ao enquadramento privilegiado, o jornalista constrói a notícia de acordo com convenções profissionais, deixando pistas sobre as causas que lhe estão subjacentes e as consequências que se avizinham. Esse processo é fortemente influenciado pelos próprios intervenientes, que tentam moldar a cobertura jornalística à medida dos seus interesses e ideologias.

Debrucemo-nos assim sobre o processo de moralização implícita. As pistas presentes nos textos jornalísticos podem ser fornecidas pelo discurso directo de um dos interlocutores ou pela própria voz narrativa do autor. Embora esta interpretação constitua um processo subjectivo e não susceptível de ser traduzido em indicadores quantitativos, procurámos algumas pistas sobre a forma como as peças jornalísticas denunciaram pontualmente essa voz da moralidade.

Uma das vozes de moralidade mais comuns nas notícias sobre o *Prestige* correspondeu à responsabilização do governo espanhol. Encontra-se com frequência essa argumentação nas tomadas de posição de políticos portugueses e da oposição ao governo espanhol, de pescadores dos dois lados da fronteira, de membros do governo francês, de ambientalistas, do próprio comandante do navio e, naturalmente, nas cartas de leitores ao longo de todo o caso. O próprio governo espanhol, ao responsabilizar-se no final de Dezembro pelos erros cometidos, deu corpo a essa responsabilização, que atravessa toda a cobertura noticiosa do caso.

Em contrapartida, encontramos outros tipos de moralidade ou de responsabilização nas peças jornalísticas sobre o caso. A responsabilização do governo português foi encarada, sobretudo numa primeira fase, como uma resposta possível por parte do governo espanhol, que acusou o executivo de Durão Barroso de excessivo nacionalismo na gestão das suas águas soberanas. Depois, esse quadro de explicação foi prolongado através de alguns artigos de opinião, de cartas de leitores portugueses,

de tomadas pontuais de posição por parte da oposição parlamentar nacional e até pela intervenção de alguns cientistas. Mas, a partir do momento em que se tornou evidente que o *Prestige* não afectaria a costa portuguesa, o processo de responsabilização perdeu força.

Encontramos também um processo de moralização implícita, que consistiu na atribuição da responsabilidade pelo caso à conjugação invulgar do destino e da meteorologia, forças incontroláveis da natureza, contra as quais os gestores de crise pouco poderiam fazer. Vários interlocutores (de fontes espanholas até ao discurso dos próprios jornalistas) utilizaram esse diagnóstico para explicar o naufrágio do navio e os consequentes derrames.

Esta argumentação constitui, a nosso ver, a mais forte aposta de comunicação dos gestores de crise espanhóis: atribuindo a responsabilidade às condições meteorológicas adversas, de uma intensidade invulgar para a região, e à conjugação improvável de más decisões com o azar, foi construída uma hipótese narrativa, segundo a qual tudo o que poderia ter corrido mal conjugou-se para afundar o navio. Ao abrigo deste mecanismo, foi assim possível explicar quer as decisões controversas de reboque do navio quer a descoordenação das acções de socorro e limpeza. Frequentemente, as autoridades expressavam a sua convicção de que nada poderia ser feito enquanto as ondas não diminuíssem de altura, as marés não refreassem a sua intensidade, as tempestades não amainassem. Foi, por um lado, o reconhecimento público de que a tecnologia humana encontra barreiras intransponíveis, mas foi também o mecanismo mais fácil para o governo espanhol tentar explicar as suas falhas.

No entanto, estas não foram as únicas linhas de argumentação. Ao longo do caso, foi referida continuamente a responsabilidade do armador pelos descuidos acumulados na viagem do navio, nas falhas da sua revisão mecânica e na decisão de o utilizar para um transporte perigoso numa altura perigosa do ano. Sem uma voz que saísse em sua defesa, o armador seria, à partida, a presa ideal para os gestores de crise e, se o navio pertencesse a uma das principais empresas industriais do sector petrolífero, seguramente que essa mensagem teria encontrado eco. Todavia, o anonimato dos seus administradores e a opacidade da empresa que o detinha tornaram o diálogo num monólogo e esse processo de responsabilização foi perdendo fulgor.

Em contrapartida, o governo espanhol (e o governo português, a uma escala mais reservada) utilizou ainda um último mecanismo, destinado a responsabilizar o

próprio tráfego marítimo mundial de materiais perigosos. Frequentemente, dirigentes espanhóis apontaram o dedo à falta de regulação e vigilância face a estes navios monocasco, estratégia que permitiu apontar baterias para o exterior e gerar pequenas oportunidades de distração. Tirando partido da cumplicidade da comissão europeia dos transportes, governantes portugueses e espanhóis desdobraram-se em contactos e reuniões com Bruxelas para avaliação do impacto do naufrágio, mas sobretudo contribuindo para a construção pública da percepção de que já estavam em marcha novos planos de preparação para futuras emergências no mar, restrições mais rígidas à circulação de materiais poluentes por via naval e, portanto, que a solução estava em vias de emergir.

A nossa pesquisa detectou mais algumas instâncias de moralização, mas não suficientemente representativas. Em ocasiões pontuais, os membros da tripulação foram responsabilizados pelo acidente; noutras instâncias, o dedo foi apontado a ambientalistas e, em duas ocasiões, os media foram responsabilizados pela excessiva dimensão do tratamento jornalístico. A inércia da própria União Europeia foi responsabilizada em alguns momentos.

Num acidente marcado por forte incerteza quanto ao desfecho final, não há uma fórmula inatacável para gestão do processo de comunicação pública, mas parece evidente que a falta de focagem da gestão espanhola numa única interpretação foi contraproducente e está reflectida na construção jornalística do acidente.

8.12 – Notas finais

Imprevisto, não agendado e com consequências rapidamente detectadas, um acidente como o derrame de fuelóleo a partir do *Prestige* teve um impacto crescente na agenda jornalística, modificando o destaque que os meios de comunicação tradicionalmente dedicam a temas ambientais. A análise da área ocupada pelo caso nos jornais, o destaque que lhe foi concedido e os picos de interesse que este suscitou são bons indicadores dessa onda mediática.

Como Thomas Birkland (1998: 54), defendemos que o derrame de material poluente numa área costeira é um acontecimento focalizador de risco, com quatro características essenciais: é súbito, relativamente invulgar, pode ser definido como prejudicial ou como potencialmente gerador de danos futuros e é conhecido em simultâneo pelos decisores políticos e pelo público. Pela sua natureza, traduzida

numa perturbação do sistema tecnológico que deveria garantir a sua infalibilidade, gera ansiedade na audiência e actividade frenética nos meios de comunicação.

Encerrado num intervalo temporal relativamente curto, este acontecimento teve a vantagem – face a outros acontecimentos de risco – de se apresentar rapidamente, consumando-se num pico de atenção próximo do momento em que foi desencadeado. As suas consequências registaram-se quase sempre a curto prazo.

Como um incêndio activo, o acontecimento de risco progride enquanto encontra combustível: novos desenvolvimentos que revelam consequências imprevistas, mais indícios da falha do sistema de gestão ou novos interlocutores que põem em causa o conhecimento actual sobre o sistema e as suas lacunas. Eventualmente, porém, ele esgota o seu tempo de vida, encontra o ponto de saturação e os media, que antes foram bem sucedidos a construir narrativas sobre ele, deixam-no cair quando se atinge o momento *kairos*, o momento em que ele deixa de se situar na curva de interesse decrescente e situa-se na curva de desinteresse crescente (Rebelo, 2006).

A presente investigação dá conta de que, apesar do carácter imprevisto, mesmo um acontecimento focalizador é rapidamente rotinizado pelas fontes oficiais, que oferecem enquadramentos plausíveis e exercem influência sobre o campo jornalístico para fazer valer o seu ponto de vista. A margem de disrupção desta narrativa é curta e fica a cargo sobretudo de fontes especializadas, institucionalmente protegidas pelo meio académico, ou de fontes não oficiais, como os pescadores, que, em situação de prejuízo, encontram nos media um amplificador da sua decepção e angústia, sem pesar eventuais represálias que possam ainda fazer-se sentir.

No caso em apreço, a rápida resposta do governo português e a capacidade de dotar o gabinete de crise de profissionais especializados em gestão de crise e com um valioso capital simbólico, acumulado desde o caso de Entre-os-Rios, tornaram-se decisivos para romper o cepticismo jornalístico e oferecer aos media ferramentas fundamentais para que estes pudessem vencer os seus próprios constrangimentos organizacionais, gerados pela imprevisibilidade do acontecimento.

Este controlo foi igualmente dinamizado pela competência do Instituto Hidrográfico da Marinha e pelo reconhecimento externo dos seus modelos de previsão. Cremos que essa unanimidade funcionou contra eventuais grupos de pressão com diferentes enquadramentos para explicar o acidente, retirando-lhes credibilidade e espaço de intervenção. Ao contrário de outros derrames petrolíferos, que proporcionaram oportunidades de intervenção e efeitos de mobilização a fontes não oficiais, o

acidente do *Prestige* foi rotinizado e canalizado para a alçada da Marinha, sob pretexto da especialização dos seus operacionais.

A gestão da crise foi igualmente bem sucedida num patamar mais abrangente. Vários derrames petrolíferos internacionais constituíram instâncias em que todo o sistema foi colocado em causa por uma fatia alargada da sociedade, alarmada pelas consequências e susceptível de pressionar os decisores a tomarem decisões desfavoráveis à indústria. Ao contrário dos desastres naturais, classificados muitas vezes como actos divinos, os acidentes industriais são construídos como “ocorrências dramáticas nas quais a responsabilidade pode ser atribuída a vastos interesses empresariais, que resultarão potencialmente em mobilização anti-indústria” (Birkland, 1998: 67). Ora, ao classificar este acontecimento de risco como uma falha pontual do sistema de gestão, atribuível à conjugação invulgar de muitas causas, restringiu-se o debate e contiveram-se as medidas políticas com potencial para afectar a indústria. Por outras palavras, o debate ocorreu maioritariamente sobre o caso em particular, concentrado em impactes ambientais e económicos na Galiza e em Portugal, mas sem extrapolações para um debate mais vasto, a propósito da utilização maciça de combustíveis fósseis, transportados por via marítima e geradores de episódios de poluição.

Encontramos, naturalmente, instâncias em que o controlo da gestão do caso fugiu a este gabinete. Elas sucederam maioritariamente nos espaços de reportagem, mais empíricos e subjectivos do que as notícias, e nos espaços de humor, onde os humoristas tiveram margem para oferecer aos leitores enquadramentos pontualmente críticos sobre o papel dos gestores de crise. Em opções particulares, como na decisão de designar o caso como um episódio de maré negra ou na opção de comparar o caso com duplicados internacionais de impactes avassaladores, essa gestão de crise foi igualmente contrariada. No geral, porém, a cobertura jornalística do acidente do *Prestige* em Portugal correspondeu à narrativa que o governo de Durão Barroso propôs, substanciada num episódio ocasional de poluição marítima, resultante de más decisões do armador, do desrespeito dos operadores de tráfego marítimo pelas leis internacionais, do acaso e do destino, que conspiraram para impedir a assistência ao navio em tempo útil e, por último, de actos organizados de comunicação e gestão da catástrofe do governo espanhol, com responsabilidades pontuais para os governos fronteiriços portugueses e espanhóis (Figura 26).



Figura 26 – *Público*, 24 de Novembro, por Luís Afonso.

Embora este estudo se debruce sobretudo sobre os mecanismos de construção do noticiário, abdicando de analisar a recepção, não deixa de ser sintomática a sondagem que o jornal *Público* trouxe à estampa no dia 26 de Novembro de 2002. Então, 83% dos seus leitores defendiam que Espanha empurrara mesmo o *Prestige* para Portugal e tivera um papel dúbio na regulação das operações. Foi, de certo forma, a validação do sucesso do gabinete de crise português.

9 – ANÁLISE DO CASO DA GRIPE A

A definição dos limites temporais para a análise de um caso tão complexo como o da gripe A requer alguma subjectividade, na medida em que se torna difícil monitorizar o fluxo de notícias da nascente até à foz. Optámos por barreiras temporais artificiais, mas sustentadas em marcos políticos que, de alguma maneira, delimitaram o debate público do caso. Iniciámos assim a análise na semana de 20 de Abril de 2009, momento em que o Ministério da Saúde (MS) reconheceu publicamente a sua preocupação face ao vírus que se fazia sentir no México, e terminámos a recolha na semana de 23 de Agosto de 2010, poucos dias depois de a Organização Mundial de Saúde (OMS) considerar terminada a fase 6 da pandemia. Fora deste período, ficaram por isso as primeiras notícias dispersas, publicadas no final de Março de 2009⁷⁶, e as notícias referentes ao segundo Inverno (2010/11) sob influência da gripe A.



Figura 27 – A primeira notícia do *24 Horas* sobre o tema. 27.04.09

A evolução do interesse jornalístico pelo tema acompanhou as matrizes já descritas para outros problemas de saúde, como os surtos da doença bovina espongiforme (Eldridge e Reilly, 2003) ou de pneumonia atípica (Nerlich e Halliday, 2007). Como veremos pelas figuras 29, 30 e 31, caracterizou-se nos três meios de comunicação analisados (doravante referidos como *a amostra*) por um forte interesse no final de Abril e

⁷⁶ Note-se, a título de exemplo, que, a 3 de Maio de 2009, o *Público* evocou uma notícia do *Wall Street Journal* segundo a qual o primeiro caso de contágio confirmado poderia ter ocorrido a 30 de Março nos Estados Unidos e não no México.

primeiras semanas de Maio de 2009, à medida que o problema era definido pelos peritos envolvidos e as suas consequências eram identificadas. Seguiu-se um período, entre o final de Maio e o início de Junho, durante o qual as notícias e destaques sobre o caso diminuíram. Os primeiros casos de infecção de portugueses reactivaram a atenção dos media e o caso atingiu um pico de interesse durante Julho e Agosto, período em que os media se preocuparam com o impacte da gripe em populações escolares, com a resposta das unidades de cuidados de saúde ao aumento de infectados e com o debate sobre os grupos prioritários que deveriam ter acesso à vacina. Em Setembro, o interesse esmoreceu e só reanimou no final de Outubro com o início da campanha de vacinação. Em Novembro, o tema continuou a merecer amplo destaque nos media, à medida que ocorriam vários óbitos e os internamentos aumentavam exponencialmente. Os primeiros óbitos foram marcados pela forte dramatização do noticiário, sobretudo do *24 Horas*. A primeira morte, ocorrida a 23 de Setembro de 2009, era esperada, na medida em que o doente estava internado em estado grave há 21 dias, mas o falecimento de um jovem de 10 anos a 29 de Outubro gerou uma forte inversão do tom até aí tranquilizador das notícias, como se o óbito tivesse despertado todos os medos latentes (Figura 28).



Figura 28 – A primeira página da edição de 30.10.09 do *24 Horas*.

A manchete do *24 Horas* do dia seguinte personalizou terrivelmente o caso, com as frases: “‘Avó, dá-me um beijinho’. As últimas palavras do filho” (*24 Horas*, 30.10.09). Tratou-se de um registo raro na cobertura jornalística sobre o caso, mas antecipou o tratamento noticioso de proximidade emocional que se esperaria da imprensa popular e

que efectivamente só voltámos a detectar com outro óbito de uma criança, já em Dezembro de 2009. Então, o mesmo jornal publicou em título a frase “Ele morreu nos meus braços” (*24 Horas*, 03.12.09). De um modo geral, este tipo de abordagem personalizada e intimista, baseada na exploração dos sentimentos dos familiares das vítimas, foi limitada ao *24 Horas* e detectada apenas nestas duas instâncias.

Saliente-se ainda que as primeiras tomadas de posição face à vacina, traduzidas num movimento de recusa, foram igualmente motivo de interesse jornalístico, sobretudo em Novembro de 2009. Uma semana em particular, entre os dias 16 e 22, gerou intensa actividade jornalística, na sequência da morte de três fetos poucos dias depois de as mães se terem vacinado. A partir de Dezembro, porém, o interesse reflectido na amostra iniciou uma curva descendente que não voltaria a inverter-se.

Encontrámos neste caso a mesma matriz que Daniela Santiago registara para o acompanhamento do caso da queda da ponte de Entre-os-Rios, a propósito do qual o então director de informação da RTP comentava: “(...) Quando deixam de acontecer coisas, começamos a ‘mastigar’ porque aquilo não tinha o ritmo da televisão, não estavam sempre a acontecer coisas, havia momentos mortos” (Santiago, 2006: 140). Numa sociedade de catástrofes que a civilização das imagens torna omnipresentes imediatamente e em todos os lugares (Balandier, 1980/1999), é inevitável atingir um ponto de saturação. cremos que a televisão o atingiu antes da imprensa escrita. Mas como a primeira assumiu na sociedade contemporânea um papel-piloto, forçou os restantes media a definirem-se em função da sua agenda (Ramonet, 1998/1999: 37-45).

No Inverno de 2010, a amostra reflectiu um decréscimo continuado de interesse, apesar de estar então na agenda internacional o debate sobre as fragilidades da OMS na gestão do tema. Tradicionalmente mais atento ao debate internacional, o *Público* acompanhou moderadamente a discussão, fazendo eco das críticas e escutando as reacções a essa controvérsia dos agentes políticos e sanitários portugueses. O debate foi pontualmente reanimado nos primeiros dias de Agosto de 2010, mês em que se publicaram os balanços jornalísticos do comportamento das autoridades durante a pandemia.

Curiosamente, no Inverno seguinte – e portanto já fora da nossa amostra –, o vírus H1N1 continuou a fazer-se sentir no país. No *Telejornal* de 28 de Março de 2011, referia-se que 43 pessoas morreram em 2010-11 infectadas pelo vírus. No mesmo Inverno, ocorreram também 403 internamentos, 161 dos quais em cuidados intensivos. No entanto, esta segunda vaga do vírus praticamente não foi noticiada, uma circunstância anómala que deverá merecer a atenção futura da sociologia do jornalismo.

Semana	Peças	Frequência	Capa	Frequência	Manchete	Frequência	Área (cm ²)	Frequência
17 (20/04 a 26/04)	6	0,76	1	1,44	1	5,55	1796	0,84
18 (27/04 a 03/05)	48	6,11	5	7,24	2	11,11	20550	9,63
19 (04/05 a 10/05)	54	6,87	5	7,24	1	5,55	13430	6,29
20 (11/05 a 17/05)	9	1,14	1	1,44	0	0	2642	1,23
21 (18/05 a 24/05)	15	1,91	1	1,44	0	0	7168	3,36
22 (25/05 a 31/05)	1	0,12	0	0	0	0	178	0,08
23 (01/06 a 07/06)	7	0,89	1	1,44	0	0	1644	0,77
24 (08/06 a 14/06)	12	1,52	2	2,89	1	5,55	3670	1,72
25 (15/06 a 21/06)	15	1,91	1	1,44	0	0	5754	2,69
26 (22/06 a 28/06)	5	0,63	0	0	0	0	2292	1,07
27 (29/06 a 05/07)	15	1,91	2	2,89	0	0	1893	0,88
28 (06/07 a 12/07)	50	6,36	6	8,69	3	16,66	12524	5,87
29 (13/07 a 19/07)	28	3,56	3	4,34	2	11,11	4972	2,33
30 (20/07 a 26/07)	27	3,43	4	5,79	1	5,55	8488	3,98
31 (27/07 a 02/08)	26	3,31	1	1,44	1	5,55	12635	5,92
32 (03/08 a 09/08)	20	2,54	3	4,34	1	5,55	4004	1,87
33 (10/08 a 16/08)	33	4,20	4	5,79	1	5,55	11132	5,22
34 (17/08 a 23/08)	16	2,03	1	1,44	0	0	3312	1,55
35 (24/08 a 30/08)	17	2,16	1	1,44	0	0	3532	1,65
36 (31/08 a 06/09)	15	1,91	1	1,44	1	5,55	5312	2,49
37 (07/09 a 13/09)	18	2,29	1	1,44	1	5,55	3735	1,75
38 (14/09 a 20/09)	14	1,78	2	2,89	0	0	3118	1,46
39 (21/09 a 27/09)	23	2,92	3	4,34	1	5,55	7494	3,51
40 (28/09 a 04/10)	9	1,14	1	1,44	0	0	1708	0,80
41 (05/10 a 11/10)	15	1,91	1	1,44	0	0	3748	1,75
42 (12/10 a 18/10)	10	1,27	1	1,44	0	0	2430	1,13
43 (19/10 a 25/10)	16	2,03	0	0	0	0	2779	1,30
44 (26/10 a 01/11)	43	5,47	5	7,24	1	5,55	12624	5,92
45 (02/11 a 08/11)	26	3,31	2	2,89	0	0	6950	3,25
46 (09/11 a 15/11)	13	1,65	1	1,44	0	0	3126	1,46
47 (16/11 a 22/11)	37	4,71	2	2,89	0	0	10249	4,80
48 (23/11 a 29/11)	25	3,18	1	1,44	0	0	4286	2,01
49 (30/11 a 06/12)	13	1,65	0	0	0	0	2844	1,33
50 (07/12 a 13/12)	8	1,01	0	0	0	0	1822	0,85
51 (14/12 a 20/12)	5	0,63	0	0	0	0	920	0,43
52 (21/12 a 27/12)	7	0,89	1	1,44	0	0	1034	0,48
53 (28/12 a 03/1)	3	0,38	0	0	0	0	292	0,13
1 (4/01 a 10/01)	7	0,89	0	0	0	0	2346	1,10
2 (11/01 a 17/01)	3	0,38	0	0	0	0	688	0,32
3 (18/01 a 24/01)	1	0,12	0	0	0	0	600	0,28
4 (25/01 a 31/01)	14	1,78	1	1,44	0	0	2836	1,33
5 (01/02 a 07/02)	7	0,89	1	1,44	0	0	1030	0,48
6 (08/02 a 14/02)	4	0,50	0	0	0	0	516	0,24
7 (15/02 a 21/02)	2	0,25	0	0	0	0	194	0,09
8 (22/02 a 28/02)	1	0,12	0	0	0	0	404	0,18
9 (01/03 a 07/03)	1	0,12	0	0	0	0	44	0,02
10 (08/03 a 14/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
11 (15/03 a 21/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
12 (22/03 a 28/03)	2	0,25	0	0	0	0	130	0,06
13 (29/03 a 04/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
14 (05/04 a 11/04)	1	0,12	0	0	0	0	74	0,03
15 (12/04 a 18/04)	1	0,12	0	0	0	0	156	0,07
16 (19/04 a 25/04)	7	0,89	1	1,44	0	0	1744	0,81
17 (26/04 a 02/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
18 (03/05 a 09/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
19 (10/05 a 16/05)	1	0,12	0	0	0	0	44	0,02
20 (17/05 a 23/05)	1	0,12	0	0	0	0	36	0,01
21 (24/05 a 30/05)	2	0,25	0	0	0	0	392	0,18
22 (31/05 a 06/06)	2	0,25	0	0	0	0	274	0,12
23 (07/06 a 13/06)	2	0,25	0	0	0	0	284	0,13
24 (14/06 a 20/06)	2	0,25	0	0	0	0	328	0,15
25 (21/06 a 27/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
26 (28/06 a 04/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
27 (05/07 a 11/07)	1	0,12	0	0	0	0	482	0,22
28 (12/07 a 18/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
29 (19/07 a 25/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
30 (26/07 a 01/08)	3	0,38	1	1,44	0	0	882	0,41
31 (02/08 a 08/08)	2	0,25	0	0	0	0	176	0,08
32 (09/08 a 15/08)	6	0,76	1	1,44	0	0	684	0,32
33 (16/08 a 22/08)	7	0,89	0	0	0	0	2568	1,20
34 (23/08 a 29/08)	1	0,12	0	0	0	0	232	0,10
Totais	785	100%	69	100%	18	100%	213.231cm²	100%

Figura 29 – Número de peças, referências na capa, manchetes e áreas ocupadas pelo tema no jornal *Público* por semana. As linhas a azul reflectem as semanas com maior actividade. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Semana	Peças	Frequência	Capa	Frequência	Manchete	Frequência	Área (cm ²)	Frequência
17 (20/04 a 26/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
18 (27/04 a 03/05)	20	5,49	3	6,97	0	0	7214	5,92
19 (04/05 a 10/05)	22	6,04	5	11,62	0	0	9039	7,41
20 (11/05 a 17/05)	4	1,09	1	2,32	0	0	1210	0,99
21 (18/05 a 24/05)	1	0,27	0	0	0	0	621	0,50
22 (25/05 a 31/05)	5	1,37	0	0	0	0	1110	0,91
23 (01/06 a 07/06)	3	0,82	1	2,32	0	0	412	0,33
24 (08/06 a 14/06)	4	1,09	0	0	0	0	879	0,72
25 (15/06 a 21/06)	3	0,82	0	0	0	0	882	0,72
26 (22/06 a 28/06)	2	0,54	0	0	0	0	370	0,30
27 (29/06 a 05/07)	3	0,82	0	0	0	0	882	0,72
28 (06/07 a 12/07)	13	3,57	3	6,97	1	33,33	5650	4,63
29 (13/07 a 19/07)	14	3,84	1	2,32	0	0	7072	5,80
30 (20/07 a 26/07)	13	3,57	0	0	0	0	6747	5,53
31 (27/07 a 02/08)	12	3,29	1	2,32	0	0	6867	5,63
32 (03/08 a 09/08)	11	3,02	2	4,65	0	0	3712	3,04
33 (10/08 a 16/08)	30	8,24	3	6,97	0	0	10698	8,78
34 (17/08 a 23/08)	11	3,02	2	4,65	0	0	3712	3,04
35 (24/08 a 30/08)	8	2,19	0	0	0	0	2937	2,41
36 (31/08 a 06/09)	6	1,64	1	2,32	0	0	2239	1,83
37 (07/09 a 13/09)	4	1,09	1	2,32	0	0	1369	1,12
38 (14/09 a 20/09)	9	2,47	1	2,32	0	0	2091	1,71
39 (21/09 a 27/09)	15	4,12	2	4,65	1	33,33	4775	3,91
40 (28/09 a 04/10)	13	3,57	0	0	0	0	3408	2,79
41 (05/10 a 11/10)	3	0,82	0	0	0	0	1003	0,82
42 (12/10 a 18/10)	2	0,54	0	0	0	0	621	0,50
43 (19/10 a 25/10)	6	1,64	1	2,32	0	0	1650	1,35
44 (26/10 a 01/11)	29	7,96	4	9,30	1	33,33	10292	8,44
45 (02/11 a 08/11)	11	3,02	1	2,32	0	0	2348	1,92
46 (09/11 a 15/11)	10	2,74	0	0	0	0	3076	2,52
47 (16/11 a 22/11)	24	6,59	4	9,30	0	0	7082	5,81
48 (23/11 a 29/11)	15	4,12	3	6,97	0	0	3448	2,83
49 (30/11 a 06/12)	6	1,64	1	2,32	0	0	1745	1,43
50 (07/12 a 13/12)	7	1,92	1	2,32	0	0	2159	1,77
51 (14/12 a 20/12)	2	0,54	0	0	0	0	525	0,43
52 (21/12 a 27/12)	1	0,27	0	0	0	0	220	0,18
53 (28/12 a 03/01)	2	0,54	0	0	0	0	189	0,15
1 (04/01 a 10/01)	2	0,54	0	0	0	0	280	0,22
2 (11/01 a 17/01)	1	0,27	0	0	0	0	180	0,14
3 (18/01 a 24/01)	1	0,27	0	0	0	0	104	0,08
4 (25/01 a 31/01)	0	0	0	0	0	0	0	0
5 (01/02 a 07/02)	1	0,27	0	0	0	0	242	0,19
6 (08/02 a 14/02)	1	0,27	0	0	0	0	230	0,18
7 (15/02 a 21/02)	3	0,82	0	0	0	0	474	0,38
8 (22/02 a 28/02)	1	0,27	0	0	0	0	140	0,11
9 (01/03 a 07/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
10 (08/03 a 14/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
11 (15/03 a 21/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
12 (22/03 a 28/03)	2	0,54	0	0	0	0	367	0,30
13 (29/03 a 04/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
14 (05/04 a 11/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
15 (12/04 a 18/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
16 (19/04 a 25/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
17 (26/04 a 02/05)	1	0,27	0	0	0	0	242	0,19
18 (03/05 a 09/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
19 (10/05 a 16/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
20 (17/05 a 23/05)	1	0,27	0	0	0	0	49	0,04
21 (24/05 a 30/05)	2	0,54	0	0	0	0	705	0,57
22 (31/05 a 06/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
23 (07/06 a 13/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
24 (14/06 a 20/06)	1	0,27	0	0	0	0	104	0,08
25 (21/06 a 27/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
26 (28/06 a 04/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
27 (05/07 a 11/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
28 (12/07 a 18/07)	1	0,27	0	0	0	0	140	0,11
29 (19/07 a 25/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
30 (26/07 a 01/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
31 (02/08 a 08/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
32 (09/08 a 15/08)	2	0,54	1	2,32	0	0	314	0,25
33 (16/08 a 22/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
34 (23/08 a 29/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	364	100%	43	100%	3	100%	121.825cm²	100%

Figura 30 – Número de peças, referências na capa, manchetes e áreas ocupadas pelo tema no jornal *24 Horas* por semana. As linhas a azul reflectem as semanas com maior actividade. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Semana	Peças	Frequência	Abertura	Frequência	Nas 10 primeiras	Frequência	Duração	Frequência
17 (20/04 a 26/04)	5	1,12	1	3,33	4	1,56	9m46s	1,2
18 (27/04 a 03/05)	41	9,21	3	10	36	14,11	80m40s	10,2
19 (04/05 a 10/05)	14	3,14	1	3,33	11	4,31	20m58s	2,6
20 (11/05 a 17/05)	5	1,12	0	0	2	0,78	8m47s	1,1
21 (18/05 a 24/05)	6	1,34	0	0	2	0,78	8m48s	1,1
22 (25/05 a 31/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
23 (01/06 a 07/06)	2	0,44	0	0	1	0,39	2m56s	0,3
24 (08/06 a 14/06)	4	0,89	1	3,33	3	1,17	9m55s	1,2
25 (15/06 a 21/06)	9	2,02	0	0	2	0,78	12m57s	1,6
26 (22/06 a 28/06)	3	0,67	1	3,33	2	0,78	3m18s	0,4
27 (29/06 a 05/07)	11	2,47	2	6,66	9	3,52	26m27s	3,3
28 (06/07 a 12/07)	29	6,51	5	16,66	24	9,41	66m21	8,4
*29 (13/07 a 19/07)	17	3,82	2	6,66	12	4,70	22m17s	2,8
30 (20/07 a 26/07)	20	4,49	0	0	5	1,96	35m18s	4,4
31 (27/07 a 02/08)	14	3,14	0	0	4	1,56	16m24s	2
32 (03/08 a 09/08)	17	3,82	1	3,33	14	5,49	34m03s	4,3
33 (10/08 a 16/08)	33	7,41	3	10	25	9,80	56m16s	7,1
34 (17/08 a 23/08)	23	5,16	2	6,66	14	5,49	36m00s	4,5
35 (24/08 a 30/08)	14	3,14	2	6,66	12	4,70	23m02s	2,9
36 (31/08 a 06/09)	13	2,92	1	3,33	5	1,96	22m33s	2,8
37 (07/09 a 13/09)	10	2,24	0	0	3	1,17	15m52s	2
38 (14/09 a 20/09)	5	1,12	0	0	2	0,78	5m41s	0,7
39 (21/09 a 27/09)	8	1,79	1	3,33	5	1,96	15m05s	1,9
40 (28/09 a 04/10)	6	1,34	0	0	3	1,17	13m48s	1,7
41 (05/10 a 11/10)	4	0,89	0	0	2	0,78	6m12s	0,7
42 (12/10 a 18/10)	4	0,89	0	0	0	0	7m27s	0,9
43 (19/10 a 25/10)	11	2,47	1	3,33	9	3,52	20m46s	2,6
44 (26/10 a 01/11)	32	7,19	1	3,33	17	6,66	66m23s	8,4
45 (02/11 a 08/11)	19	4,26	2	6,66	14	5,49	41m30s	5,2
46 (09/11 a 15/11)	14	3,14	0	0	2	0,78	25m01s	3,1
47 (16/11 a 22/11)	16	3,59	0	0	0	0	31m03s	3,9
48 (23/11 a 29/11)	10	2,24	0	0	3	1,17	15m21s	1,9
49 (30/11 a 06/12)	4	0,89	0	0	1	0,39	4m42s	0,5
50 (07/12 a 13/12)	3	0,67	0	0	2	0,78	6m31s	0,8
51 (14/12 a 20/12)	4	0,89	0	0	2	0,78	4m05s	0,5
52 (21/12 a 27/12)	3	0,67	0	0	1	0,39	5m04s	0,6
53 (28/12 a 03/1)	2	0,44	0	0	0	0	3m34s	0,4
1 (04/01 a 10/01)	2	0,44	0	0	1	0,39	4m53s	0,6
2 (11/01 a 17/01)	0	0	0	0	0	0	0	0
3 (18/01 a 24/01)	1	0,22	0	0	1	0,39	2m07s	0,2
4 (25/01 a 31/01)	3	0,67	0	0	0	0	7m30s	0,9
5 (01/02 a 07/02)	1	0,22	0	0	0	0	0m46s	0,09
6 (08/02 a 14/02)	0	0	0	0	0	0	0	0
7 (15/02 a 21/02)	1	0,22	0	0	0	0	2m39s	0,3
8 (22/02 a 28/02)	0	0	0	0	0	0	0	0
9 (01/03 a 07/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
10 (08/03 a 14/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
11 (15/03 a 21/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
12 (22/03 a 28/03)	0	0	0	0	0	0	0	0
13 (29/03 a 04/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
14 (05/04 a 11/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
15 (12/04 a 18/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
16 (19/04 a 25/04)	0	0	0	0	0	0	0	0
17 (26/04 a 02/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
18 (03/05 a 09/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
19 (10/05 a 16/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
20 (17/05 a 23/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
21 (24/05 a 30/05)	0	0	0	0	0	0	0	0
22 (31/05 a 06/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
23 (07/06 a 13/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
24 (14/06 a 20/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
25 (21/06 a 27/06)	0	0	0	0	0	0	0	0
26 (28/06 a 04/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
27 (05/07 a 11/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
28 (12/07 a 18/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
29 (19/07 a 25/07)	0	0	0	0	0	0	0	0
30 (26/07 a 01/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
31 (02/08 a 08/08)	1	0,22	0	0	0	0	2m28s	0,3
32 (09/08 a 15/08)	1	0,22	0	0	0	0	2m13s	0,2
33 (16/08 a 22/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
34 (23/08 a 29/08)	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais	445	100%	30	100%	255	100%	787m27s	100%

Figura 31 – Número de peças, referências na abertura, duração e representação do tema no Telejornal por semana. As linhas a azul reflectem as semanas com maior actividade. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%. Nota: a gravação de 14/07/09 foi corrompida, impedindo o visionamento. Desconhece-se portanto se nesse dia foi igualmente difundida informação sobre a gripe.

Embora a análise dos indicadores quantitativos da cobertura jornalística deva ser assimilada com reservas, parece inegável que o tema dominou a agenda da amostra, alimentando 785 peças no *Público*, 364 no *24 Horas* e 445 no *Telejornal*. Foi tema de capa em 69 ocasiões (18 das quais como manchete) no primeiro desses jornais e em 43 dias no segundo (com apenas três manchetes). No *Telejornal*, foi tema de abertura em 30 ocasiões diferentes (Figura 32) e, em 255 dias, foi discutido entre as primeiras dez notícias do programa. Foi ainda tema de 12 directos, uma percentagem de 2,6% face ao total, ligeiramente inferior aos 6,05% de peso dos directos no alinhamento do *Telejornal* que Nuno Brandão (2005) encontrou no início da década.



Figura 32 – Primeira edição do *Telejornal* em que a gripe foi tema de abertura. 26.04.09

Creemos que a menor atenção que o *24 Horas* dispensou à gripe poderá ser parcialmente explicada em função dos critérios metodológicos que adoptámos ao seleccionarmos a edição internacional do jornal, mais vocacionada para uma audiência emigrante: na verdade, o jornal tomou diferentes opções de destaque, relegando a gripe para páginas anteriores, em detrimento de destaques relacionados com o futebol e as celebridades, potencialmente mais relevantes para o seu público-alvo. Por outro lado, o facto de a edição internacional se concentrar em seis dias da semana (não sendo publicada ao

domingo) distorceu também um pouco o volume de atenção atribuída ao tema, devendo por isso ser pesadas estas atenuantes na análise sobre o diferente grau de empenho dos meios de comunicação escolhidos.

No *Telejornal*, note-se que a flutuação do interesse pelo tema não correspondeu totalmente à matriz dos jornais. A semana de 27 de Abril a 3 de Maio foi aquela em que o tema mereceu mais espaço televisivo: 80 minutos e 40 segundos. Aliás, como outro trabalho já documentou, de 24 a 28 de Abril de 2009, 14% da informação televisiva portuguesa foi ocupada com a discussão da gripe (Lopes, Ruão e Marinho, 2010: 140).

Na última semana de Outubro, foram emitidos 66m23s sobre o tema (o segundo maior registo) e na segunda semana de Julho concentrou-se o terceiro registo superior a uma hora: 66m21s. Nos períodos entre 4 e 30 de Julho e entre 1 e 29 de Agosto, o *Telejornal* referiu-se ininterruptamente ao tema todos os dias. Por vezes, como já tinham notado Gustavo Cardoso e Décio Telo (2010: 94), as duas partes do programa funcionaram de forma autónoma, repetindo notícias ou sequências de notícias. Por idoneidade estatística, omitimos da amostra os casos em que se registou duplicação de notícias no mesmo dia.

Outro nível de informação quantitativa sublinha as mesmas flutuações de interesse já indicadas para os dois jornais. As Figuras 34 e 35 dão conta da utilização de suportes visuais, como fotografias, mapas e infografias, e tratamentos humorísticos. Também neste indicador se torna evidente que o *Público* se dedicou intensamente ao tema da gripe, trazendo à estampa 357 fotografias, 9 mapas e 25 infografias. No campo do humor (que trataremos no subcapítulo 9.12), publicou 110 blocos humorísticos entre *cartoons* (Figura 33), fotomontagens, textos e tiras. Já o *24 Horas* reservou 303 fotografias para o tema, um mapa e cinco infografias, mas a esmagadora maioria destes recursos foram utilizados até ao final de Novembro de 2009.

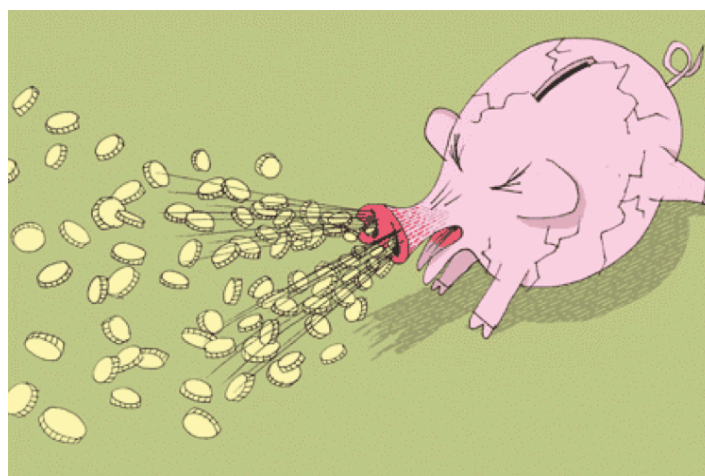


Figura 33 – Um dos primeiros *cartoons* publicados pelo *Público* sobre a gripe. António Jorge Gonçalves. 30.04.09

Semana	Fotografias	Frequência	Mapas	Frequência	Infografias	Frequência	Humor
17 (20/04 a 26/04)	2	0,56	0	0	1	4	0
18 (27/04 a 03/05)	22	6,16	5	55,55	1	4	11 (1 <i>cartoon</i> , 5 fotomontagens e 5 textos)
19 (04/05 a 10/05)	18	5,04	0	0	0	0	9 (2 <i>cartoons</i> , 1 tira e 7 textos)
20 (11/05 a 17/05)	4	1,12	0	0	0	0	0
21 (18/05 a 24/05)	8	2,24	0	0	0	0	3 (2 fotomontagens e 1 texto)
22 (25/05 a 31/05)	1	0,28	0	0	0	0	0
23 (01/06 a 07/06)	5	1,40	0	0	0	0	0
24 (08/06 a 14/06)	6	1,68	1	11,11	0	0	0
25 (15/06 a 21/06)	7	1,96	0	0	0	0	0
26 (22/06 a 28/06)	6	1,68	0	0	0	0	0
27 (29/06 a 05/07)	4	1,12	0	0	0	0	1 (1 texto)
28 (06/07 a 12/07)	18	5,04	1	11,11	2	8	7 (1 <i>cartoon</i> , 1 fotomontagem e 5 textos)
29 (13/07 a 19/07)	5	1,40	0	0	2	8	11 (7 textos, 3 fotomontagens e 1 <i>cartoon</i>)
30 (20/07 a 26/07)	13	3,64	0	0	0	0	5 (1 tira e 4 textos)
31 (27/07 a 02/08)	16	4,48	0	0	4	16	12 (1 tira, 1 <i>cartoon</i> , 2 fotomontagens e 8 textos)
32 (03/08 a 09/08)	7	1,96	0	0	1	4	1 (1 texto)
33 (10/08 a 16/08)	12	3,36	0	0	0	0	9 (1 <i>cartoon</i> , 3 fotomontagens, 5 textos)
34 (17/08 a 23/08)	6	1,68	0	0	0	0	0
35 (24/08 a 30/08)	6	1,68	0	0	0	0	3 (1 <i>cartoon</i> e 2 textos)
36 (31/08 a 06/09)	7	1,96	0	0	0	0	2 (2 textos)
37 (07/09 a 13/09)	9	2,52	0	0	0	0	1 (1 <i>cartoon</i>)
38 (14/09 a 20/09)	5	1,40	0	0	2	8	1 (1 texto)
39 (21/09 a 27/09)	14	3,92	0	0	0	0	2 (1 <i>cartoon</i> e 1 texto)
40 (28/09 a 04/10)	3	0,84	0	0	1	4	1 (1 <i>cartoon</i>)
41 (05/10 a 11/10)	9	2,52	0	0	0	0	2 (1 tira e 1 texto)
42 (12/10 a 18/10)	5	1,40	0	0	0	0	1 texto
43 (19/10 a 25/10)	11	3,08	0	0	1	4	0
44 (26/10 a 01/11)	23	6,44	0	0	2	8	8 (1 <i>cartoon</i> , 4 fotomontagens, 1 tira e 2 textos)
45 (02/11 a 08/11)	14	3,92	1	11,11	0	0	5 (3 <i>cartoons</i> , 1 texto e 1 fotomontagem)
46 (09/11 a 15/11)	7	1,96	0	0	0	0	3 (1 fotomontagem e 2 <i>cartoons</i>)
47 (16/11 a 22/11)	23	6,44	0	0	3	12	1 (1 texto)
48 (23/11 a 29/11)	11	3,08	0	0	1	4	1 (1 <i>cartoon</i>)
49 (30/11 a 06/12)	6	1,68	0	0	1	4	0
50 (07/12 a 13/12)	4	1,12	0	0	0	0	1 (1 texto)
51 (14/12 a 20/12)	3	0,84	0	0	1	4	0
52 (21/12 a 27/12)	1	0,28	0	0	0	0	0
53 (28/12 a 03/1)	1	0,28	0	0	0	0	1 (1 <i>cartoon</i>)
1 (04/01 a 10/01)	3	0,84	0	0	1	4	2 (2 textos)
2 (11/01 a 17/01)	1	0,28	0	0	0	0	1 (1 <i>cartoon</i>)
3 (18/01 a 24/01)	1	0,28	0	0	0	0	0
4 (25/01 a 31/01)	7	1,96	0	0	0	0	2 (1 tira e 1 texto)
5 (01/02 a 07/02)	2	0,56	0	0	0	0	0
6 (08/02 a 14/02)	0	0	0	0	1	4	0
7 (15/02 a 21/02)	1	0,28	0	0	0	0	0
8 (22/02 a 28/02)	1	0,28	0	0	0	0	0
9 (01/03 a 07/03)	0	0	0	0	0	0	1 (1 texto)
10 (08/03 a 14/03)	0	0	0	0	0	0	0
11 (15/03 a 21/03)	0	0	0	0	0	0	0
12 (22/03 a 28/03)	3	0,84	0	0	0	0	0
13 (29/03 a 04/04)	0	0	0	0	0	0	0
14 (05/04 a 11/04)	1	0,28	0	0	0	0	0
15 (12/04 a 18/04)	0	0	0	0	0	0	0
16 (19/04 a 25/04)	2	0,56	1	11,11	0	0	0
17 (26/04 a 02/05)	0	0	0	0	0	0	0
18 (03/05 a 09/05)	0	0	0	0	0	0	0
19 (10/05 a 16/05)	0	0	0	0	0	0	1 (1 fotomontagem)
20 (17/05 a 23/05)	0	0	0	0	0	0	0
21 (24/05 a 30/05)	1	0,28	0	0	0	0	1 (1 texto)
22 (31/05 a 06/06)	3	0,84	0	0	0	0	0
23 (07/06 a 13/06)	0	0	0	0	0	0	0
24 (14/06 a 20/06)	1	0,28	0	0	0	0	0
25 (21/06 a 27/06)	0	0	0	0	0	0	0
26 (28/06 a 04/07)	0	0	0	0	0	0	0
27 (05/07 a 11/07)	1	0,28	0	0	0	0	0
28 (12/07 a 18/07)	0	0	0	0	0	0	0
29 (19/07 a 25/07)	0	0	0	0	0	0	0
30 (26/07 a 01/08)	2	0,56	0	0	0	0	0
31 (02/08 a 08/08)	1	0,28	0	0	0	0	0
32 (09/08 a 15/08)	1	0,28	0	0	0	0	1 (1 tira)
33 (16/08 a 22/08)	2	0,56	0	0	0	0	1 (1 <i>cartoon</i>)
34 (23/08 a 29/08)	1	0,28	0	0	0	0	0
Totais	357	100%	9	100%	25	100%	110

Figura 34 – Fotografias, mapas, infografias e espaços de humor sobre o tema no jornal *Público* por semana. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Semana	Fotografias	Frequência	Mapas	Frequência	Infografias	Frequência
17 (20/04 a 26/04)	0	0	0	0	0	0
18 (27/04 a 03/05)	22	7,26	0	0	0	0
19 (04/05 a 10/05)	19	6,27	0	0	1	20
20 (11/05 a 17/05)	4	1,32	0	0	1	20
21 (18/05 a 24/05)	1	0,33	0	0	0	0
22 (25/05 a 31/05)	5	1,65	0	0	0	0
23 (01/06 a 07/06)	2	0,66	0	0	0	0
24 (08/06 a 14/06)	3	0,99	0	0	0	0
25 (15/06 a 21/06)	3	0,99	0	0	0	0
26 (22/06 a 28/06)	1	0,33	0	0	0	0
27 (29/06 a 05/07)	3	0,99	0	0	0	0
28 (06/07 a 12/07)	11	3,63	1	100	0	0
29 (13/07 a 19/07)	16	5,28	0	0	0	0
30 (20/07 a 26/07)	14	4,62	0	0	0	0
31 (27/07 a 02/08)	14	4,62	0	0	0	0
32 (03/08 a 09/08)	19	6,27	0	0	0	0
33 (10/08 a 16/08)	8	2,64	0	0	0	0
34 (17/08 a 23/08)	25	8,25	0	0	0	0
35 (24/08 a 30/08)	8	2,64	0	0	2	40
36 (31/08 a 06/09)	5	1,65	0	0	0	0
37 (07/09 a 13/09)	4	1,32	0	0	0	0
38 (14/09 a 20/09)	3	0,99	0	0	0	0
39 (21/09 a 27/09)	7	2,31	0	0	0	0
40 (28/09 a 04/10)	14	4,62	0	0	0	0
41 (05/10 a 11/10)	13	4,29	0	0	0	0
42 (12/10 a 18/10)	2	0,66	0	0	0	0
43 (19/10 a 25/10)	2	0,66	0	0	0	0
44 (26/10 a 01/11)	5	1,65	0	0	0	0
45 (02/11 a 08/11)	6	1,98	0	0	0	0
46 (09/11 a 15/11)	8	2,64	0	0	0	0
47 (16/11 a 22/11)	19	6,27	0	0	0	0
48 (23/11 a 29/11)	8	2,64	0	0	1	20
49 (30/11 a 06/12)	5	1,65	0	0	0	0
50 (07/12 a 13/12)	6	1,98	0	0	0	0
51 (14/12 a 20/12)	1	0,33	0	0	0	0
52 (21/12 a 27/12)	1	0,33	0	0	0	0
53 (28/12 a 03/01)	1	0,33	0	0	0	0
1 (04/01 a 10/01)	2	0,66	0	0	0	0
2 (11/01 a 17/01)	1	0,33	0	0	0	0
3 (18/01 a 24/01)	1	0,33	0	0	0	0
4 (25/01 a 31/01)	0	0	0	0	0	0
5 (01/02 a 07/02)	0	0	0	0	0	0
6 (08/02 a 14/02)	1	0,33	0	0	0	0
7 (15/02 a 21/02)	3	0,99	0	0	0	0
8 (22/02 a 28/02)	1	0,33	0	0	0	0
9 (01/03 a 07/03)	0	0	0	0	0	0
10 (08/03 a 14/03)	0	0	0	0	0	0
11 (15/03 a 21/03)	0	0	0	0	0	0
12 (22/03 a 28/03)	1	0,33	0	0	0	0
13 (29/03 a 04/04)	0	0	0	0	0	0
14 (05/04 a 11/04)	0	0	0	0	0	0
15 (12/04 a 18/04)	0	0	0	0	0	0
16 (19/04 a 25/04)	0	0	0	0	0	0
17 (26/04 a 02/05)	1	0,33	0	0	0	0
18 (03/05 a 09/05)	0	0	0	0	0	0
19 (10/05 a 16/05)	0	0	0	0	0	0
20 (17/05 a 23/05)	0	0	0	0	0	0
21 (24/05 a 30/05)	1	0,33	0	0	0	0
22 (31/05 a 06/06)	0	0	0	0	0	0
23 (07/06 a 13/06)	0	0	0	0	0	0
24 (14/06 a 20/06)	0	0	0	0	0	0
25 (21/06 a 27/06)	0	0	0	0	0	0
26 (28/06 a 04/07)	0	0	0	0	0	0
27 (05/07 a 11/07)	0	0	0	0	0	0
28 (12/07 a 18/07)	1	0,33	0	0	0	0
29 (19/07 a 25/07)	0	0	0	0	0	0
30 (26/07 a 01/08)	0	0	0	0	0	0
31 (02/08 a 08/08)	0	0	0	0	0	0
32 (09/08 a 15/08)	2	0,66	0	0	0	0
33 (16/08 a 22/08)	0	0	0	0	0	0
34 (23/08 a 29/08)	0	0	0	0	0	0
Totais	303	100%	1	100%	5	100%

Figura 35 – Fotografias, mapas e infografias sobre o tema no jornal *24 Horas* por semana. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

9.1 – A história epidemiológica

A história epidemiológica da gripe pandémica A (H1N1) em Portugal teve uma narrativa distinta da narrativa jornalística. A taxa de mortalidade estimada foi de 1,7 mortos por cem mil habitantes, tendo o primeiro óbito ocorrido a 23 de Setembro de 2009 e o último em 3 de Março de 2010 (Froes, Diniz, Falcão, Nunes e Catarino, 2010). Estes dados exigem alguma prudência, na medida em que “poderão ter ocorrido mais óbitos, nomeadamente casos em que o diagnóstico não foi suspeitado e por essa razão não foi solicitada a realização do exame, ou resultados falsos-negativos por problemas técnicos na colheita das amostras ou decorrentes da rendibilidade diagnóstica do exame laboratorial” (*opus cit.*: 16).

Morreram 74 homens e 50 mulheres. A idade mínima foi de 5 meses e a máxima de 88 anos. Um óbito ocorreu em casa e os 123 restantes em instituições do Serviço Nacional de Saúde. Desses, 95 tinham sido internados em unidades de cuidados intensivos. Até ao final de 2011, um dos casos permanecia em segredo de justiça, mas a autópsia veio a confirmar a inexistência de factores de risco. A maior percentagem das mortes (96 casos) foi provocada por pneumonias virais primárias. Na distribuição dos óbitos por grupos etários, ocorreram 44 mortes dos 15 aos 44 anos (35,5% do total) e 58 dos 45 aos 64 (46,8%). Não se verificaram mortos em profissionais de saúde.

O artigo publicado por este grupo de virologistas concentrou-se também na distribuição mensal dos sintomas gripais, dos internamentos hospitalares e nos óbitos. Verifica-se que, nesta pandemia, o mês de Dezembro foi o mais grave do ponto de vista epidemiológico, representando 46% do total de óbitos. “Verificou-se um desfasamento temporal de duas semanas entre a distribuição semanal das consultas por síndrome gripal e a data de ocorrência dos óbitos, cujo pico ocorreu nas semanas 49 e 50 (30 de Novembro a 13 de Dezembro) com 16 óbitos” (*opus cit.*: 13).

Como vimos em cima, porém, estes dados epidemiológicos (detalhados nas figuras 36 e 37) não se conjugam com a curva do interesse jornalístico. Aceitamos como válida a premissa defendida por Cristina Ponte (2007: 242), que criticou a facilidade com que se julga negativamente o tratamento desproporcional que os media concedem a cada tema de risco, esquecendo o contexto da produção e evitando a transição da análise do texto para o contexto. Neste caso, porém, dispomos de indicadores objectivos de agravamento da pandemia e estes sugerem claramente que o período mais crítico ocorreu entre o final de Novembro de 2009 e o início de Fevereiro de 2010. Para os media, em contrapartida, a narrativa construída sobre a gripe encontrava-se, nessa altura, em fase de

desaceleração como o comprovam as circunstâncias de o *Público* não ter voltado a conceder o destaque principal da sua capa ao tema depois de 26 de Outubro de 2009, nem o *Telejornal* ter aberto o seu programa com o tema depois de 4 de Novembro.

Semanas	Óbitos	Frequência
39 (21/09 a 27/09)	2	1,61
40 (28/09 a 04/10)	0	0
41 (05/10 a 11/10)	1	0,80
42 (12/10 a 18/10)	1	0,80
43 (19/10 a 25/10)	0	0
44 (26/10 a 01/11)	2	1,61
45 (02/11 a 08/11)	1	0,80
46 (09/11 a 15/11)	3	2,41
47 (16/11 a 22/11)	9	7,25
48 (23/11 a 29/11)	8	6,45
49 (30/11 a 06/12)	18	14,51
50 (07/12 a 13/12)	15	12,09
51 (14/12 a 20/12)	13	10,48
52 (21/12 a 27/12)	9	7,25
53 (28/12 a 03/1)	9	7,25
1 (04/01 a 10/01)	10	8,06
2 (11/01 a 17/01)	9	7,25
3 (18/01 a 24/01)	5	4,03
4 (25/01 a 31/01)	3	2,41
5 (01/02 a 07/02)	4	3,22
6 (08/02 a 14/02)	1	0,80
7 (15/02 a 21/02)	0	0
8 (22/02 a 28/02)	1	0,80
9 (01/03 a 07/03)	0	0
10 (08/03 a 14/03)	0	0
11 (15/03 a 21/03)	0	0
12 (22/03 a 28/03)	0	0
13 (29/03 a 04/04)	0	0
14 (05/04 a 11/04)	0	0
15 (12/04 a 18/04)	0	0
16 (19/04 a 25/04)	0	0
Totais	124	100%

Figura 36 – Óbitos por semana. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%. Fonte: comunicados do Ministério da Saúde entre 24 de Agosto de 2009 e 17 de Fevereiro de 2010 e “Relatório da Pandemia da Gripe em Portugal” (DGS, 2010).

Nota: os dados de óbitos foram comunicados semanalmente, mas ocorreram ajustes posteriores, normalmente na sequência de notificações tardias das unidades hospitalares.

O mês de Janeiro de 2010 foi paradigmático. Nessa fase da cobertura jornalística, a amostra revela uma redução do peso do tema na agenda, apesar de o número de óbitos ter então aumentado bruscamente. A primeira semana de 2010 foi efectivamente a quarta pior do ponto de vista epidemiológico (com dez óbitos), mas o tema entrara então num ponto de saturação que motivou o desinteresse crescente dos jornalistas pela gripe. De 8 a 25 de Janeiro de 2010, o *Público*, por exemplo, não actualizou a informação sobre óbitos relacionados com a gripe. No entanto, nesse período, o total acumulado de óbitos com gripe A disparou de 81 para 95 ocorrências.

De Janeiro até final da pandemia, em Agosto de 2010, ocorreram ainda 33 óbitos (26% do total), mas a cobertura jornalística já não se inverteria e mesmo os textos noticiosos produzidos a partir de então foram enquadrados maioritariamente, como veremos, sob o estigma da responsabilização das autoridades de saúde.

Semanas	Sintomas gripais	Frequência	Internamentos	Frequência
35 (24/08 a 30/08)	2879	1,49	3	0,20
36 (31/08 a 06/09)	2390	1,24	13	0,90
37 (07/09 a 13/09)	2105	1,09	19	1,32
38 (14/09 a 20/09)	2213	1,15	20	1,39
39 (21/09 a 27/09)	1530	0,79	21	1,46
40 (28/09 a 04/10)	1772	0,92	15	1,04
41 (05/10 a 11/10)	2476	1,28	20	1,39
42 (12/10 a 18/10)	3044	1,58	15	1,04
43 (19/10 a 25/10)	4732	2,46	47	3,26
44 (26/10 a 01/11)	7110	3,69	63	4,38
45 (02/11 a 08/11)	14111	7,33	121	8,41
46 (09/11 a 15/11)	19903	10,35	164	11,40
47 (16/11 a 22/11)	27121	14,10	148	10,29
48 (23/11 a 29/11)	27169	14,12	149	10,36
49 (30/11 a 06/12)	20506	10,66	127	8,83
50 (07/12 a 13/12)	14518	7,54	133	9,24
51 (14/12 a 20/12)	10221	5,31	95	6,60
52 (21/12 a 27/12)	6419	3,33	58	4,03
53 (28/12 a 03/1)	4811	2,50	73	5,07
1 (4/01 a 10/01)	4558	2,37	39	2,71
2 (11/01 a 17/01)	3451	1,79	34	2,36
3 (18/01 a 24/01)	2986	1,55	17	1,18
4 (25/01 a 31/01)	2517	1,30	22	1,52
5 (01/02 a 07/02)	2046	1,06	12	0,83
6 (08/02 a 14/02)	1706	0,88	10	0,69
Totais	192.294	100%	1.438	100%

Figura 37 – Sintomas gripais e estimativa de internamentos por semana.

Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Fonte: comunicados do Ministério da Saúde entre 24 de Agosto de 2009 e 17 de Fevereiro de 2010 e “Relatório da Pandemia da Gripe em Portugal” (DGS, 2010).

A Figura 37 fornece também informação sobre os meses mais agudos da pandemia, sobretudo pelo esforço adicional que esta exigiu às unidades de saúde. Como se depreende por estes dados (estruturados a partir de Agosto de 2009), a sobrecarga de pacientes com sintomas gripais e com necessidade de internamento ocorreu algumas semanas antes do pico de óbitos, atingindo os expoentes máximos nas semanas 47, 48 e 49 de 2009. Note-se, porém, que os internamentos aqui apresentados são estimativas, uma vez que as unidades hospitalares só eram obrigadas a declarar os óbitos à administração central. Algumas declararam também os internamentos; outras, não.

Utilizando como referência a proposta teórica de Kasperson e colegas (2003b) para analisar processos de amplificação e atenuação social do risco através da sobreposição de camadas distintas de dados, criámos a Figura 38.

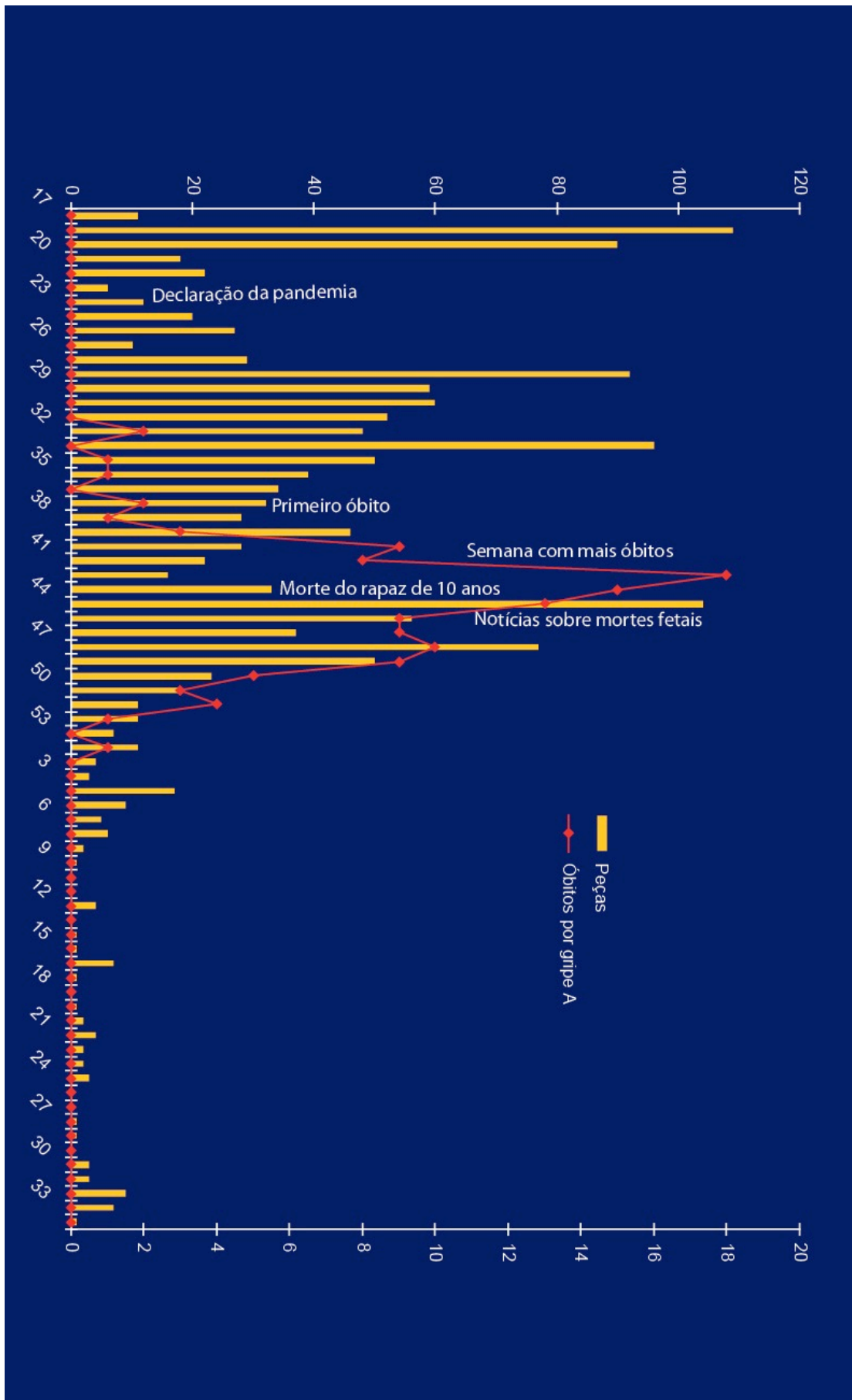


Figura 38 – Variação semanal das peças jornalísticas e dos óbitos em Portugal.

As colunas verticais de dados reflectem o total acumulado de peças jornalísticas desenvolvidas semanalmente sobre a gripe A nos três meios da amostra. Expressam os picos de intensidade já descritos nas páginas anteriores e comprovam a tendência crescente, a partir das primeiras semanas de 2010, para a desmobilização do interesse jornalístico. A linha curva vermelha contrapõe a evolução semanal dos óbitos em Portugal, com início em Setembro de 2009 e final em Março de 2010.

A Figura 38 torna explícitas assim as nossas conclusões sobre a dessincronização da agenda jornalística com a agenda epidemiológica. Embora deva ser notado que usámos apenas um indicador relativo a cada uma destas agendas, cremos que os restantes indicadores (referências na capa, manchetes, destaques na abertura ou fotografias face a indicadores como o número de internamentos ou de sintomas gripais) revelariam uma tendência similar. Argumentamos por isso que a narrativa jornalística criou condições para amplificar o risco no processo de construção social da ameaça para a audiência, entre Abril e Julho de 2009, definindo o novo problema, narrando os seus contornos e protagonistas, fornecendo enquadramentos de interpretação e sugerindo cursos de acção. Em contrapartida, a Figura 38 mostra também um processo de atenuamento do risco nas notícias no momento crítico em que a agenda epidemiológica justificaria maior envolvimento dos media. Entre Outubro de 2009 e Fevereiro de 2010, período em que as duas camadas de valores deveriam registar evoluções parecidas, detectou-se um desfasamento sensível, ao ponto de a pior semana do ponto de vista de mortalidade corresponder a um dos momentos de menor interesse jornalístico durante o ano de 2009. Note-se a este respeito, como Ortwin Renn (2003) sublinhou, que o processo de amplificação ou atenuamento social de um risco é condicionado por diversos factores e não apenas pela mera exposição jornalística, não devendo ser ignorada a própria natureza do risco como factor de envolvimento. No entanto, a literatura sobre o risco nas notícias (Cf. Kitzinger e Reilly, 1997/2002) sugere pistas para interpretar casos como o da pandemia de gripe que comportam variáveis como o grau de envolvimento de fontes periciais com forte peso simbólico, a importância de acontecimentos-chave definidores, a unanimidade (pelo menos inicial) entre um corpo considerável de peritos e a ressonância do acontecimento numa narrativa cultural já existente. Serão estas variáveis que analisaremos nas próximas páginas.

O balanço das autoridades relativamente ao comportamento da rede de cuidados públicos foi, apesar do *stress* a que esta foi sujeita, bastante positivo, sobretudo tendo em conta exemplos de outros países europeus onde os sistemas de saúde registaram

colapsos, mostrando-se incapazes durante alguns dias de dar resposta satisfatória ao fluxo de doentes. Em entrevista para este trabalho, Ana Jorge, ex-ministra da Saúde, destacou essa capacidade de resposta:

«Salvo em casos pontuais, como no Algarve em Agosto, creio que não [a rede de cuidados de saúde em Portugal não chegou a ser testada até ao limite]. Creio que os serviços de saúde portugueses têm uma grande capacidade de resposta em situações de emergência. Os profissionais mobilizam-se em função de um risco grave. É evidente que são pagos pelas horas extraordinárias, mas aceitam fazê-las porque entendem que a sociedade precisa desse esforço. E isso aconteceu com a gripe e facilitou a nossa capacidade de resposta.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

De 16 de Novembro a 6 de Dezembro de 2009, registaram-se mais de vinte mil sintomas gripais por semana e mais de cem internamentos declarados. Na semana 50 (de 7 a 13 de Dezembro), esses valores permaneceram elevados, mas, uma vez mais, a cobertura jornalística não acompanhou o agravamento da história epidemiológica. Passado o alarme em torno da vacinação e das mortes fetais (injustificadamente associadas à vacinação de grávidas), os media iniciaram o processo de desmobilização, totalmente autónomo dos indicadores semanalmente fornecidos pelas autoridades de saúde.

Essa disparidade justifica alguma reflexão. Francisco George, então director-geral da Saúde, explicou-a, em entrevista com o autor, pelas elevadas expectativas que a formulação inicial do problema da gripe provocou nas redacções:

«A agenda mediática não coincidiu com a agenda epidemiológica – isso é certo. Aliás, não costuma coincidir, mas, numa situação de emergência de saúde pública, esse problema é mais severo e necessita de estudo. (...) Há dinâmicas próprias dos media, claro, com as quais não interfiro. Mas devo dizer-lhe que, no aspecto global, verificámos algumas situações inesperadas: a transposição de notícias do estrangeiro para os nossos media com destaques invulgares, por exemplo. Aconteceu com frequência. E quando monitorizávamos a notícia original na imprensa estrangeira percebíamos que ela não tinha tido tanto destaque na fonte. Desde Abril de 2009 que os países anglo-saxónicos estavam muito preocupados com o problema da gripe, liderados pelo Centro de Controlo de Doenças de Atlanta. Estariam talvez mais preocupados do que o resto do mundo. E o centro dessas preocupações, que era organizar respostas globais,

teve por cá leituras alarmistas. Essa leitura alarmista criou, a meu ver, expectativas para o problema que não se verificaram mais tarde. A dimensão dos cenários desenhados não se concretizou, mas alimentou os media com perspectivas catastrofistas. Comparo o que se passou à progressão de um furacão. Ele surge no oceano, ganha forma, torna-se perceptível para as autoridades em terra, geram-se alarmes em função do seu itinerário e da sua intensidade e, a certa altura, ele perde fulgor. No que respeita à gripe, foi um pouco o que se passou. E esse desinteresse jornalístico na fase crítica terá sido provocado também pela expectativa inicialmente criada.» (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

O pneumologista Filipe Froes, consultor da Direcção-Geral da Saúde (DGS) durante a pandemia, acrescenta uma motivação adicional para o inusitado interesse jornalístico verificado nos primeiros meses, até ao momento em que a OMS definiu a fase 6 da pandemia, em Junho de 2009. Do ponto de vista deste especialista, os próprios mecanismos do jornalismo, apoiados numa busca incessante de informação nova e relevante, contêm em si os factores que ditarão o ponto de saturação de qualquer tema.

«Os media alimentam uma obsessão com a novidade que não teria qualquer problema se a publicação ou difusão fosse antecedida de verificação. Julgo que isso ajuda a explicar por que motivo no final de 2009 o tema da gripe parecia já estar num processo de saturação. Essa predisposição para a novidade acarreta problemas se não existir verificação. Lembro-me certa vez de estar em directo na TVI24 e o repórter contrapôs a dada altura: “Mas, sotor, as suas palavras não são corroboradas por uma médica que até foi ministra da saúde da Finlândia.” Eu não conhecia essas declarações, referi que as ia estudar e, quando pesquisei, percebi que era uma senhora que sofrera um acidente na década de 1970 e que está num centro psiquiátrico desde então. Coloca vídeos no YouTube e defende, entre outras coisas, que a colonização da Lua já começou e até lá há lojas de hambúrgueres. Ora, esse jornalismo baseado no YouTube ocorreu com frequência durante este caso. Emite-se informação sem proceder a uma verificação básica, que demoraria cinco minutos a fazer. Encontrei vários jornalistas no Público, no Expresso, na Visão ou no Diário de Notícias que confirmavam tudo o que lhes diziam, incluindo o que o que eu referia. E isso é positivo. Outros nem por isso.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

A então ministra Ana Jorge, que tutelou a pasta da Saúde entre 2008 e 2011, atribuiu igualmente a distorção ao próprio sistema jornalístico, condicionado pela necessidade de gerar audiências, de entreter o público e de o manter cativado durante a emissão do programa ou a leitura do jornal. A esses constrangimentos, Ana Jorge contrapôs ainda uma fragilidade adicional: as debilidades na formação específica dos profissionais de jornalismo encarregues de reportar o campo da saúde:

«Aquilo que aconteceu – em Portugal e no resto do mundo –, perante uma situação hipotética de pandemia de gripe, foi a mobilização das notícias no sentido da espectacularização da informação e não propriamente no sentido do rigor. Se tivesse existido rigor e profundidade no tratamento do caso, creio que as duas curvas poderiam coincidir mais. (...) Senti bastante impreparação dos profissionais de jornalismo. Falta nas redacções um conhecimento profundo do campo da saúde que é, como se sabe, um campo muito especial. Um jornalista que trabalhe nesta área tem de possuir um conhecimento que ultrapasse a notícia do dia e que lhe permita antecipar o que se vai seguir. Não pode reagir como um membro do público. Tem de conhecer os rumos que cada tema pode tomar para que a sua cobertura seja rigorosa. Não tenho a pretensão de que a comunicação para o público deva ser altamente especializada e técnica. Não pode ser. Mas não pode – pelo menos em saúde – ser conduzida apenas pela ânsia de despertar alarme ou outras ameaças. Tem de partir de uma base real.»

(entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

Entre os jornalistas que abordaram o tema, as explicações são necessariamente diferentes e prendem-se com os valores-notícia que norteiam a profissão. Ora, esse conjunto de atributos que cada tema em disputa na agenda noticiosa possui obriga os profissionais de jornalismo a explorar o máximo de ângulos possíveis face à informação disponível. Como Nelson Traquina notou, “ao contrário de um jogo de cartas como o *bridge*, não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre outros, mas os critérios de noticiabilidade existem, duradouros, ao longo dos séculos” (2002: 204).

A acumulação de óbitos, internamentos ou sintomas gripais não funciona *per se* como desencadeador de notícias, se estes indicadores não corresponderem a novos elementos de uma narrativa sobre a gripe. Uma das jornalistas do *Público* que mais escreveu sobre a pandemia entre 2009 e 2010 explicou a saturação crescente da redacção com o tema e introduziu outro elemento susceptível de explicar a desmobilização gradual dos

jornalistas: o menor empenho das principais fontes institucionais com interesses no caso – a ministra da saúde, o seu ministério e a DGS.

«Desde o Outono que se sentia muita saturação na redacção face a este tema. Parecia que ele não tinha desembocado no cenário previsto. A partir de Dezembro, começámos de facto a desmobilizar. E foi pena porque a história ainda estava viva. Mas creio também que essa desmobilização reflectiu o menor interesse que a DGS e o Ministério dedicaram ao caso. A ministra teve particular gosto em aparecer como porta-voz durante aqueles meses todos, mas, depois, já não fazia declarações públicas sobre a pandemia (...) Viveu em 2009 um estado de graça porque aparecia ligada às medidas governamentais para controlar a gripe. Só no fim do mandato – perto do segundo semestre de 2010 – é que ficou mais associada a problemas na área que tutelava.»
(entrevista do autor com Alexandra Campos, Anexo K)

Também em televisão essa desmobilização parece ter funcionado como uma resposta à percepção de que a relevância jornalística esmorecia à medida que os meses passavam. Isabel Pereira Santos, a jornalista da RTP que produziu mais peças sobre a gripe durante a pandemia, acrescenta ainda um motivo adicional: a menor clareza do discurso institucional a partir do momento em que os óbitos se sucediam. Ao forte incentivo das autoridades nos primeiros meses, contrapunha-se agora uma atitude de reserva, menos aberta à comunicação com os media. Face a esse discurso confuso, por vezes contraditório, os jornalistas do *Telejornal* recuaram.

«Não esperaria outra coisa do ponto de vista jornalístico. No órgão para o qual trabalho, o problema foi logo levado a sério e, no início, qualquer possibilidade de novos casos em Portugal tinha relevo no Telejornal. Depois, houve a tal fase em que todos os dias se sabia que tinham entrado mais casos nas unidades de saúde e continuámos a acompanhá-la. Mas houve de facto uma fase em que quer os responsáveis pela coordenação do programa, quer os próprios jornalistas sentiram que a história estava esgotada. Tem que ver com os próprios critérios jornalísticos que privilegiam a novidade. Recordo-me até de um indicador muito interessante: no início da pandemia, cada óbito merecia uma peça independente, assinada e trabalhada. Mais para a frente, já eram noticiados com um off visual, sintoma de perda de destaque. (...) No período em que sucedeu a maioria dos óbitos (entre Dezembro e Janeiro), aconteceu

ainda outra coisa: os números das autoridades tornaram-se dúbios. Lembro-me de olharmos para a estatística anterior em comparação com os novos números e com a informação disponível e essas contas não batiam certo. Havia óbitos que não se percebia de onde vinham ou onde tinham ocorrido. Os próprios hospitais, a dada altura, perceberam que havia muitas fontes, muita informação dispersa e fecharam-se.

Além disso, o Ministério da Saúde e a DGS esforçaram-se por veicular uma única mensagem, mas não foram eficazes. Havia rumores. Havia hospitais que não respeitavam o silêncio. E julgo que, perante esse ruído e essa dificuldade de estabelecer um ponto de equilíbrio, o interesse foi diminuindo.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

Inerente a esta explicação está a profunda dependência do jornalismo moderno do patrocínio que as fontes oficiais concedem a um tema para justificar a continuidade do seu interesse no mesmo. Aliás, como David Miller notara (1999), a atenção concedida pelos media a um tema de risco não reflecte necessariamente as suas características, resultando, ao invés, dos procedimentos burocráticos e das estratégias promocionais que norteiam a sua construção social e até pelo potencial de revolta que ele possui, pelo grau de controlo que os gestores de risco demonstram e por outras variáveis qualitativas (Lima, Castro, Sousa e Sobral, 2009: 257).

Parece, porém, claro que do ponto de vista das autoridades registou-se de facto um abrandamento das comunicações públicas sobre a gripe. É também reconhecido que os media lidam mal com temas de incerteza científica, prolongados ao longo do tempo (Kitzinger e Reilly, 1997/2002) e essa constatação terá sido pesada pelos gestores de risco. Consequentemente, com a secura de uma das principais fontes de informação, um mecanismo vital para extinguir o interesse jornalístico (Ponte, 2007), a cobertura noticiosa sobre o caso abrandou visivelmente.

Reconhecendo alguma influência na decisão de retirar incentivos ao debate público sobre o tema, Ana Jorge explicou também a desmobilização voluntária do Ministério da Saúde com a necessidade de diversificar o discurso público sobre saúde, até então demasiado limitado às contingências da pandemia.

«Nunca foi minha intenção aproveitar o caso para aumentar a minha exposição pública. No final de 2009, conscientemente, achámos que não fazia sentido continuar a colocar-me tantas vezes em frente às câmaras a falar da gripe.

O problema fora importante, mas não era o único tema na agenda da Saúde em Portugal. A situação estava controlada. Ocorriam ainda vários óbitos, mas os indicadores disponíveis sugeriam que já não existia risco de uma epidemia generalizada no país. Além disso, a imagem também cansa. Pareceu pouco oportuno continuar a insistir na mesma mensagem.

Por outro lado, creio que, nesse início de 2010, as pessoas já não estavam disponíveis porque diriam sempre que se tratava de uma desculpa ou uma justificação para os nossos actos. Os críticos que apareceram nos media nessa altura nunca quiseram analisar o que nos levou a tomar cada decisão no contexto específico. E isso denota a tal falta de formação dos jornalistas. Repare: somos acusados de ter exagerado na comunicação das medidas de contenção, porque quase não existiram casos; mas é perfeitamente plausível que o número reduzido de casos tenha sido condicionado pelas medidas que tomámos.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

A apreciação do papel do Ministério da Saúde na gestão desta ameaça não foi unânime e abriu as primeiras brechas entre a comunidade pericial chamada a intervir neste caso. António Vaz Carneiro, especialista em medicina baseada na evidência, foi um dos especialistas que se apressou a apreciar a gestão sanitária em moldes distintos dos da DGS ou do Ministério da Saúde.

«Subscrevo os esforços de contenção e as medidas de higiene e isolamento dos doentes que atrasaram a propagação. Sem dúvida. Só defendo que o risco era mínimo e não precisávamos daquele espectáculo todo, de instruções para lavar as mãos e tossir e de dispensadores em todas as escolas. Agora, se me perguntar se essas medidas e esses investimentos salvaram vidas? De certeza absoluta. Mas não pode ser essa a única questão. A que preço se tomaram estas medidas? Morreram 124 pessoas depois de se terem adquirido seis milhões de doses de vacina. Ao mesmo tempo, todos os anos, morrem mais de duas mil pessoas da gripe sazonal sem qualquer alarido» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

Embora fossem fontes dotadas de conhecimento especializado, este e outros especialistas dificilmente seriam definíveis como fontes oficiais, mas, apesar disso, dispuseram de espaço nos media para veicular as suas posições. É provável que o elevado estatuto gozado por António Vaz Carneiro ou Miguel Oliveira e Silva, do

Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida – dois dos princípios críticos do processo decisório que levou à aquisição das vacinas – tenha contribuído para a sua visibilidade aos olhos dos jornalistas, atenuando a responsabilidade sobre os seus ombros das críticas por eles assumidas.

O seu contributo deve ainda ser analisado à luz das evidentes chamadas de atenção por parte dos seus pares quanto à alegada quebra de solidariedade expressa nas suas posições perante a corrente dominante nas organizações de saúde. Basta recordar as palavras do pediatra Mário Cordeiro, em artigo de opinião no *Público*, sobre a necessidade de diminuir os comentários críticos em público face à matriz traçada pelas autoridades: “A DGS e o Ministério da Saúde têm sido exemplares. Há que seguir o que recomenda (...) e não embarcar em histerias colectivas que não adiantam nada e que podem prejudicar, em muito, a assistência aos doentes.” (*Público*, 30.10.09) Os comentários posteriores de Filipe Froes e de Francisco George em entrevistas com o autor são também exemplificativos da censura e incómodo com que as críticas foram recebidas durante a fase mais sensível do debate público sobre a vacinação.

«Os críticos deveriam ser responsabilizados por essa posição porque ela é leviana e deve ser sustentada em factos. O nosso trabalho foi precisamente evitar cenários desses. Dou-me muito bem com as frentes críticas. Mas gosto de opiniões fundamentadas.» (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

Frases como “os governos reagiram, hipervalorizando o risco” ou “a OMS foi incompetente em termos científicos mas não acho que seja corrupta” (*Público*, 24.11.09), proferidas por António Vaz Carneiro no auge da controvérsia, constituíram rombos na credibilidade do programa de resposta à emergência e suscitaram dúvidas sobre a correcção das medidas de mitigação do problema. Trouxeram para a agenda um prenúncio de contestação à acção do Ministério da Saúde, antecipando outras críticas expressas mais tarde, entre Janeiro e Abril de 2010. O relatório do *British Medical Journal*, publicado em Junho de 2010, foi mesmo mais contundente, acusando a OMS de alarmismo e exagero na gestão da gripe e de as suas recomendações sobre antivirais terem sido promovidas por agentes associados a empresas farmacêuticas (*BMJ*, 2010).⁷⁷

⁷⁷ Curiosamente, nunca foi invocado a propósito da pandemia um argumento central no debate sobre o urânio empobrecido que Gonçalves e colegas (2007: 91) analisaram. Então, fora muito noticiada a perda de autonomia do Estado português, “forçado” a tomar decisões em consonância com instituições transcontinentais, como a NATO.

Para o pneumologista Filipe Froes, porém, a contestação foi produzida a destempo, perdendo por isso mérito.

«Colegas meus, que colaboraram com o Grupo Operativo Nacional da Gripe A, nunca levantaram quaisquer críticas às directrizes que todos criámos e que, chegados a Setembro, colocaram tudo em causa. Nesses casos, o ruído foi intencional. Foi motivado, creio, pela percepção de que, naquelas circunstâncias, quem discordasse do plano oficial, teria garantido tempo de antena na abertura do Telejornal. Foi uma quebra de lealdade e solidariedade para com a DGS e os restantes colegas. Em Abril, esses comentários justificaram-se-iam; em Setembro, quando já sabemos qual é o vírus, já existe vacina e já se conhece o processo de contágio, não. No fim do jogo, todos acertam no resultado, não é?» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

Valerá a pena, no seio da comunidade especializada, discutir profundamente os limites da expressão de opinião em tempos de emergência médica, debatendo a importância da unanimidade entre peritos nas recomendações ao poder decisório e ao próprio público. Até que ponto deve a posição das autoridades de saúde merecer contestação num processo desta natureza, depois de todo o escrutínio de que já foi alvo e dos suportes científicos em que assenta, em fóruns que não os especializados? – é a pergunta que urge responder, mesmo reconhecendo que a medicina não é uma ciência exacta e que o campo da saúde é particularmente plural e diversificado.

Na verdade, duas perspectivas estiveram em jogo no debate sobre a resposta à gripe A. Uma, mais vigilante e precaucionária, agiu por antecipação, estimando potenciais riscos e investindo na sua mitigação; outra, mais baseada na evidência, preferiu esperar para ver e não se coibiu mais tarde de criticar veementemente os esforços desenvolvidos durante o ano de 2009. Já em Agosto de 2010, o padre Gonçalo Portocarrero de Almada sintetizava uma fracção deste discurso simplificado e distorcido que poderá ter sido assimilado por sectores da população face à aparente polémica científica, o que justifica preocupações adicionais sobre a capacidade dos media para estruturar um discurso coerente e correcto sobre riscos de saúde: “Não obstante a pouca fiabilidade das catastróficas previsões, a verdade é que não faltou quem avançasse com rigorosíssimas profilaxias e chorudos negócios: vacinas, máscaras, desinfectantes, etc.” (*Público*, 22.08.10). Como Nuno Brandão referiu (2005: 21), se é a actividade jornalística que desenha grande parte dos contornos da realidade, a sua responsabilidade é maior e as

escolhas de acontecimentos, enquadramentos e fontes justificam maior cuidado. Poderá porém ser argumentado, como Daniel Innerarity o fez (2006/2010: 99), que essa concepção atribui demasiada autonomia ao jornalismo pois “os meios de comunicação não estão apenas preparados para saltar logo que aconteça algo: a sua missão é transmitir permanentemente qualquer coisa, ainda que nada esteja a acontecer”.

9.2 – Organização em tempo de crise

No final de Março de 2009, a OMS tomou conhecimento da gravidade potencial associada aos casos de gripe no México. Mesmo não tendo ainda identificado a estirpe envolvida, a instituição preveniu-se e desencadeou o plano de resposta a uma ameaça virológica global, plano esse que muito devia à reflexão global desenvolvida desde o surto de gripe das aves de 2005. Conjugando esforços com as suas delegações continentais que, por sua vez, articulavam a informação com as direcções-gerais da Saúde dos vários países, foi possível, em tempo recorde, promover uma resposta rápida e coerente entre os dois hemisférios, trocando informação em tempo real. A maioria dos novos casos confirmados foi disponibilizada rapidamente à comunidade científica. Por fim, em meados de Abril, foi decidido tornar pública a preocupação dos epidemiologistas com a probabilidade de o vírus aliar a sua capacidade de contágio a uma mortalidade elevada. Nesse esforço sem precedentes de divulgação, os meios de comunicação foram essenciais.

Em Portugal, sob a alçada da DGS, formou-se um grupo de consultores e um Grupo Operativo Nacional da Gripe A (sob o acrónimo GONGA) para articular pareceres que alimentassem a decisão política e para fornecer informação fiável a três níveis: aos jornalistas, à restante rede de médicos em Portugal e ao público em geral. Foi criada na DGS uma zona física para as reuniões diárias desse grupo, que juntava especialistas de várias áreas, dados os impactes múltiplos de uma possível pandemia no regime escolar, no sistema de transportes, nos regulamentos sanitários e na resposta das unidades de saúde. Organizavam-se videoconferências diárias com a OMS e o Centro Europeu de Controlo de Doenças sob forte impulso dos países anglo-saxónicos, como revelou Filipe Froes em entrevista com o autor (Anexo I).

Foram distribuídos aos jornalistas que normalmente tratam dos temas da saúde uma lista com quatro contactos de consultores habilitados a enquadrar o problema e a sua gravidade, uma medida que gerou algumas críticas dos profissionais de imprensa

(*Expresso*, 01.05.09), preocupados com um eventual afunilamento da estratégia de comunicação e consequente tentativa de controlo do discurso jornalístico sobre a gripe. Em simultâneo, foi criado a 25 de Abril de 2009 um *micro-site* de Internet que funcionou como repositório de informação validada sobre o vírus, a sua capacidade de contágio, os comportamentos adequados para evitar a infecção e os contactos correctos em caso de suspeita de contágio. Foram igualmente criadas linhas de apoio aos médicos e aos doentes e fizeram-se parcerias com meios de comunicação para divulgar anúncios com as medidas de profilaxia.⁷⁸ A DGS anunciou ter realizado acções de formação para jornalistas, mas a jornalista do *Público* que entrevistámos desconhece a sua realização. Além disso, o Ministério da Saúde promoveu um esforço de comunicação, distribuindo comunicados diários entre Maio e Agosto de 2009, transformados depois em boletins semanais de informação. Ana Jorge, então ministra da Saúde, participou a um ritmo diário em conferências de imprensa sobre o tema, contribuindo para a homogeneização da informação veiculada pelos media e procurando evitar o alarme social.

«Estivemos em contacto diário com o gabinete da ministra. A própria ministra, sendo médica, esteve muito envolvida no processo e foi ela que tomou a decisão de fazer os anúncios públicos nos media. Até final de Julho, organizaram-se conferências de imprensa diárias. A ministra era a única comunicadora definida para o público. Falei algumas vezes porque muitos jornalistas têm o meu número de telefone e, em casos de emergência, preferem ligar-me directamente. Mas o plano estava definido para ser a ministra a pedir tranquilidade a todos os agentes sociais. (...) Através de uma rede de informação eficaz, sabíamos na DGS, quase em tempo real, quando ocorriam os óbitos. Durante a fase de contenção, várias pessoas tomavam conhecimento de um óbito mesmo que ele decorresse às três horas da manhã. Depois, claro, tornou-se uma rotina. A dada altura, abdicámos dos relatórios diários para os media e passámos a emitir apenas os semanais. Tornou-se também impossível notificar todos os casos de infecção por gripe A, pelo que começámos a divulgar os sintomas gripais em pacientes admitidos nas unidades de saúde.»
(entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

⁷⁸ No *Público*, os anúncios da DGS foram publicados nas edições de 29 e 31 de Julho, 1, 4, 12, 22, 25, 30 e 31 de Agosto e 5, 10 e 13 de Setembro.

Para alguns jornalistas envolvidos, como Alexandra Campos, o objectivo de divulgação maciça de informação pode ter falhado, na medida em que a presença diária da ministra nos media parecia transmitir precisamente uma nota de urgência.

«A ministra falava diariamente. Abria telejornais. E os editores de jornais respondem muito em função do que é difundido pela televisão. Lembro-me que, no Verão de 2009, já sentia que estávamos a atribuir demasiado destaque ao tema, mas fui pressionada por editores para continuar a explorar ângulos novos para o caso. Por outro lado, eles [os decisores] é que são especialistas. Eles é que têm acesso à informação em primeira mão. Lembro-me de falar com Filipe Froes sobre o reduzido impacte da gripe e ele rebater, referindo que a gripe sazonal mata sobretudo idosos, mas que esta era diferente. E que o impacte e o alarme social provocado pela morte de uma pessoa jovem, de vinte e poucos anos, desta forma, neste contexto, é diferente. Choca-nos mais. Provavelmente, tinha razão. (...) Cheguei a dizer, certo dia, que não escrevia mais sobre o tema, que achava exageradas tantas notícias sobre um problema que já parecia controlado. Mas há sempre mais pessoas para fazer essas notícias...» (entrevista do autor com Alexandra Campos, Anexo K)

Deste trecho da entrevista, ressalta também outra circunstância crítica que constringe o trabalho de cada jornalista no seio da redacção – a pressão exercida pelos editores, que condicionam escolhas e transmitem urgência às suas prioridades. Michael Schudson (2005b) escreveu, aliás, que uma das lacunas da sociologia do jornalismo consiste na escassa atenção concedida à relação entre jornalistas e editores face ao volume de trabalho já realizado para documentar a relação entre jornalistas e fontes.

Também no *Telejornal*, existiu a percepção de que a cooperação das autoridades flutuou à medida das necessidades de gestão de crise, pelo que a disponibilidade dos peritos variou, corroborando o estudo de Robert Manoff (1989) que documentou a frequência com que se usam peritos nas notícias televisivas, não tanto para fornecer informação, mas sim para certificar o esforço jornalístico.

«Inicialmente, em Abril e Maio, foi a DGS a coordenar o processo, a fornecer informação de partida para os jornalistas e a estabelecer uma rede de contactos. Depois, retraiu-se e o protagonismo foi transferido para o Ministério. Francisco George estava na maioria das conferências de imprensa como consultor, mas era a ministra que as iniciava (...). Houve fases diferentes de cooperação. Existiu um

momento em que o Ministério da Saúde assumiu a comunicação oficial sobre a gripe e a DGS recuou. A rede de peritos com os quais falávamos até então terá recebido instruções para não falar porque as portas se fechavam. As pessoas já nem estavam disponíveis para fornecer informação de contexto. Eram pessoas que, sem exceção, trabalhavam em organismos públicos, motivo pelo qual depreendo que a instrução tenha vindo da tutela. E eu não posso entrevistar qualquer pessoa. Tenho de encontrar porta-vozes credíveis. Por isso, fomos condicionados a procurar respostas no seio do Ministério. (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

No Ministério da Saúde, Ana Jorge juntou um grupo de técnicos, assimilando a importância de comunicar com os media e a urgência de não cometer erros no discurso sobre a gripe, sob risco de a posição das autoridades ficar minada. Por isso, depois de alguns sobressaltos provocados por anúncios extemporâneos de informação oriunda dos hospitais, foi decidido centralizar na ministra as comunicações sobre a pandemia.

«A comunicação num caso destes deve procurar juntar as pessoas da clínica, as pessoas da saúde pública e os profissionais de comunicação para ajudar a comunicar objectivamente(...). Eu debatia diariamente com a Cláudia Borges [assessora de imprensa do Ministério de Saúde] o que devia dizer e o que devia evitar. E aperfeiçoei-me. Antes de fazer várias comunicações, reuni os técnicos à volta da mesa para garantir que tudo o que iria transmitir era rigoroso. Antes de passar a informação, temos de reconstituir todo o caso e recolher toda a informação possível: onde esteve hospitalizado o doente, por quem foi atendido, como foi medicado, que problemas clínicos anteriores tinha. Não podemos ser surpreendidos por nova informação depois de termos falado. Com todos os dados, então sim, podemos decidir o que deve ser transmitido aos media.

Em contrapartida, houve ocasiões em que partiu dos hospitais a notificação dos media relativamente a novos óbitos. E às vezes correu mal porque os profissionais de saúde disseram mais do que as evidências sustentavam. É muito negativo quando um médico garante em conferência de imprensa que não existem factores de risco e dois dias depois comprova-se que, de facto, existiam. Tentei, por isso, que essas comunicações fossem feitas no Ministério da Saúde.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

No *Público*, o tema foi inicialmente tratado na secção Mundo, reflectindo o carácter longínquo da ameaça, mas rapidamente migrou para a secção Portugal, a partir do momento em que emergiram casos de contágio em Espanha e se tornou evidente que seria uma questão de tempo até o vírus se fazer sentir no país (Figura 39). Dentro dessa secção, ele foi preferencialmente atribuído às jornalistas que, ora por formação complementar aos seus estudos de jornalismo, ora por afinidade temática, mais escrevem sobre saúde. Na verdade, a opção teve lacunas, até porque várias destas jornalistas escrevem regularmente sobre política de saúde nacional e não sobre epidemiologia, mas foi a opção possível.

Rubricas	Valores	Frequência
Portugal	179	50,28
Espaço Público/Opinião Pública	37	10,39
Mundo	33	9,26
P2	33	9,26
Inimigo Público	26	7,30
Destaque	15	4,21
Desporto	8	2,24
Fugas	6	1,68
Pública	4	1,12
Última Página	4	1,12
Pessoas	4	1,12
Local Lisboa	3	0,84
Economia	3	0,84
Q.B.	1	0,28
Totais	356	100%

Figura 39 – Secções nas quais foram publicadas peças no *Público*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

O tema teve igualmente forte expressão na secção Espaço Público/Opinião Pública (37 referências), um espaço consagrado para o comentário quer dos editorialistas do jornal, quer de personalidades externas. Mereceu 33 intervenções no caderno central P2, no qual normalmente se publicam reportagens de maior fôlego, e 15 na secção Destaque, as primeiras páginas de cada edição do jornal. O seu tratamento nas secções de Desporto, de viagens (Fugas) ou de celebridades (Pessoas) deve ser entendido como um desvio face à normalidade e representou quase sempre a notícia de casos de infecção nestes campos específicos de actividade. Nas três ocasiões em que o tema migrou para a secção Economia, foi tratado do ponto de vista dos impactes económicos produzidos pelas medidas de contenção em empresas ou sectores de actividade. Note-se que a amostra seleccionada incluiu sempre a secção Local Lisboa.

A análise da listagem dos repórteres que mais assinaram notícias sobre o tema reflecte precisamente essa orientação do tema para as repórteres de saúde: Alexandra Campos

assinou textos em 81 dias, Catarina Gomes em 36, Romana Borja-Santos em 33. A quarta jornalista mais representada nesta lista, Ana Gerschenfeld (com 17), assinou a maioria dos artigos sobre a genética do vírus, reflectindo também a sua especialização no jornalismo científico. Vale ainda a pena destacar o peso de Nuno Ribeiro, correspondente do jornal em Madrid (7 dias), justificando o interesse que o tema despertou na redacção a partir do momento em que chegou a Espanha. No total, 82 pessoas (entre jornalistas e colunistas) assinaram textos no *Público* durante os 255 dias que o jornal publicou informação sobre a gripe.

Na edição electrónica do *24 Horas*, o tema desdobrou-se em mais secções ou editoriais do que no *Público* (Figura 40), mas é provável que esta dispersão resulte das fronteiras ténues que delimitavam então algumas secções do jornal

Rubrica	Valores	Frequência
Portugal	50	23,36
Notícias	49	22,89
Factos	27	12,61
Desporto	13	6,07
Brasil	12	5,60
Comunidades	10	4,67
Estados Unidos	9	4,20
Mundo	8	3,73
Destaque	7	3,27
25.ª Hora	4	1,86
Famosos	4	1,86
Regiões	4	1,86
Insólitos	3	1,40
África	3	1,40
Choque Frontal	2	0,93
Homem/Mulher do dia	2	0,93
Entrevista	1	0,46
Saber Mais	1	0,46
Actual	1	0,46
Austrália	1	0,46
Fotos	1	0,46
Especial	1	0,46
Últimas	1	0,46
Totais	214	100%

Figura 40 – Secções nas quais foram publicadas peças no *24 Horas*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

A secção Portugal (50 referências) era o repositório da maior parte da informação corrente sobre a actividade política, social e económica do país, mas existia também uma secção de Notícias (49 referências) e outra de Factos (27) onde o tema foi regularmente abordado. Tratando-se de uma versão do jornal destinada a comunidades emigrantes, não estranha a opção de abordar a gripe nas secções Brasil (12 referências), Comunidades (10), Estados Unidos (9) ou África (3). Por fim, o peso das secções

Desporto (13) e Famosos (4) ilustra bem a opção editorial do jornal pela informação sobre celebridades, mesmo em temas de saúde como a gripe.

O caso do *Telejornal* reflectiu uma realidade diferente, até porque, em televisão, a segmentação por editoriais não é reflectida no programa. A grande maioria das peças de cada edição são apresentadas por um *pivot*, sendo depois seguidas de um filme (Cardoso e Telo, 2010). Os três *pivots* que, entre 2009 e 2010, apresentavam o principal programa de informação da RTP, asseguraram assim a autoria identificada da maioria das peças, embora a recolha da informação e a entrevista de fontes que constam desses filmes resulte de um trabalho colectivo e não creditado. De todo o modo, José Rodrigues dos Santos deu voz a 70 peças, José Alberto Carvalho a 38 e João Adelino Faria a 26. A explicação é simples: em televisão, quando um tema é relevante mas as imagens de suporte escasseiam, é comum informar a audiência através de um *off* visual, como explicou Isabel Pereira Santos (Anexo L).

Para lá desse formato, a hierarquia dos jornalistas mais envolvidos reflecte também a especialização dos repórteres. Isabel Pereira Santos foi autora de 33 peças, Sandra Felgueiras de 15 e Paula Rebelo (da redacção do Porto) de 13. No total, 73 jornalistas assinaram as peças durante os 188 dias em que o programa difundiu informação sobre a gripe. Deve porém ser salientado que 23 peças não foram creditadas, enquanto outras foram creditadas a mais do que um jornalista.

Como notou Isabel Pereira Santos em entrevista com o autor, a atribuição do acompanhamento de um caso a um jornalista deve-se à importância relativa atribuída pela chefia ao acontecimento e a motivos organizacionais. “Não estando presente o jornalista especializado no tema, ele tende a ser entregue a pessoas nas quais o coordenador [do *Telejornal*] deposita mais confiança.” (Anexo L).

9.3 – Enquadramentos iniciais

Ao abrigo da tentativa de normalização da informação, as redacções procuraram arrumar o tema nas secções ou editoriais com maior afinidade com o tema. Em Abril de 2009, apressavam-se a tentar rotinizar o inesperado e a dar sentido a um acontecimento catastrófico que se avizinhava. Faziam-no, porém, num cenário de grande incerteza científica e contradição de posições. Um bom exemplo encontra-se em três dias consecutivos do *Telejornal*. A 24 de Abril, anunciava-se: “Ainda é cedo para falar em pandemia.” Um dia depois, desmentia-se: “Risco sério de pandemia”. E, a 26, salientava-se novamente o “estado de emergência sanitária nos Estados Unidos”.

O registo discursivo foi marcado pelo alarme nas primeiras semanas do caso. O *24 Horas* discutia, a 27 de Abril, “a gripe suína com precursões alarmantes”, lembrando, três dias depois, a morte do director do Museu Nacional de Antropologia do México uma semana depois de jantar com Barack Obama. O sucedido, segundo o jornal, “espalhou o pânico na Casa Branca”. Também o *Público* respondeu ao alarme, sublinhando que o problema já não se circunscrevia ao México. A 26 de Abril, o jornal referia: “Gripe suína no México torna-se preocupação de nível mundial; surto de gripe tem potencial de pandemia.”

Argumenta-se neste trabalho que alguns peritos das organizações nacionais, mas sobretudo internacionais de saúde, contribuíram para a definição desse cenário alarmado e alarmista. Um bom exemplo desse engajamento encontra-se em notícias como a do *Público* de 29 de Abril, na qual se escrevia: “Devemos estar preparados para o pior, avisa a OMS.” A 2 de Maio, Angus Nicol, da OMS, referia que metade dos europeus podiam ser infectados (*Público*) e, a 7 de Maio, Kenji Fukuda, director-geral-adjunto da OMS, afirmou, pela primeira vez, que um terço da população do globo poderia ser infectado nos meses seguintes (*Público*, 08.05.09). Em Portugal, durante o congresso Pandemias na Era da Globalização, Jorge Torgal, então director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, antecipou também o pior cenário: “Se dois a três milhões de portugueses forem infectados, 150 mil vão morrer” (*24 Horas*, 09.05.09). A gripe, neste período de Abril e Maio, era a “doença sem fronteiras” (*24 Horas*, 09.05.09) ou a “nova doença que viaja de avião” (*Público*, 28.04.09). Mesmo quando se revelaram os primeiros indícios da fraca mortalidade do vírus, agentes políticos como Ban Ki-Moon, da ONU, asseguravam: “É demasiado cedo para respirar de alívio” (*Público*, 20.05.09). E inevitavelmente os media reflectiram essa preocupação. A 16 de Julho, o *Telejornal* abria com essa perspectiva alarmista: “O governo prevê que a gripe A possa contaminar dois milhões de portugueses.”

A dramatização do possível impacte e potencial mortalidade da nova estirpe parece ter feito parte da estratégia de comunicação dos diferentes porta-vozes da OMS, que funcionaram como “reconhecedores precoces” de acordo com o modelo de Brosius e Weimann (1996: 575). Face a um vírus mal conhecido e às notícias alarmantes que provinham do México, a OMS sentiu a obrigação ética de comunicar ao público todos os cenários previstos, incluindo os mais nefastos, procurando alertar para a ameaça latente. Fê-lo num cenário de forte incerteza, fazendo eco em simultâneo da sua capacidade de

resposta e da existência de planos de contingência. Para o pneumologista Filipe Froes, esse era o único curso possível de acção em Abril de 2009:

«Na gestão de um tema destes, fortemente alicerçado na incerteza, planeia-se para o pior e espera-se o melhor. Ninguém se prepara para um sismo de nível 1 na escala de Richter. Para isso, não vale a pena fazer um plano de contingência. Preparamo-nos para vários cenários, reconhecendo sempre que a medicina não é uma ciência exacta como a matemática. A medicina pratica-se em função da evidência disponível em cada momento pois não é uma ciência baseada no YouTube. E a evidência dizia-nos que o vírus da gripe é previsivelmente imprevisível. Reconheço, porém, que houve uma dificuldade global na comunicação do risco e da incerteza e na distinção entre cenários e previsões.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

Essa dificuldade de fazer notar a distinção entre cenários possíveis e uma previsão estatística do que se poderia passar foi exacerbada pelos próprios mecanismos associados aos meios de comunicação. O episódio da citação de Jorge Torgal (retirada de uma intervenção de mais de uma hora e na qual foram apresentados os vários cenários possíveis de contágio) é um bom exemplo.

«Foi um dos cenários em que trabalhámos. Era o pior possível, pois traduzia um agente infeccioso especialmente letal, inspirado no H5N1 de 2005, que tinha uma forte mortalidade associada e uma grande capacidade de contágio. Não considero negativa a divulgação desse cenário. Temos até a responsabilidade ética de avisar a população, de não esconder informação e de divulgar tudo o que sabemos – que, na altura, era pouco. Recordo-me que essa projecção fazia parte de um conjunto de cenários, mas os media só se interessaram pelo mais espectacular. Do meu ponto de vista, foi acertado tornar público todos os cenários.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

A mesma queixa foi formulada por Francisco George, denotando alguma dificuldade de gerir os processos de comunicação do risco com os meios de comunicação, nomeadamente face à fragilidade que estes registam tradicionalmente para contextualizar informação inesperada num cenário de incerteza.

«Essa percepção foi resultado das relações de cooperação e comunicação que as autoridades sanitárias têm com os media. Essas relações têm de ser sérias, transparentes e regidas pelo princípio de que a informação interessa aos dois lados. Nem sempre se verifica, mas a informação correcta interessa aos dois lados! Quando há cenários desenhados, esses cenários têm uma grande amplitude mas os media só reflectem a fase mais dramática do problema. Num relatório de 100 páginas, utilizam um parágrafo que remete para o pior cenário possível.» (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

O mesmo tom marcou ainda a apreciação que Ana Jorge fez da noticiabilidade dos cenários mais severos, acusando os meios de comunicação de catastrofismo e de debilidades na ponderação de informação complexa.

«Foram maus serviços de saúde pública. Os especialistas forneceram vários cenários de progressão do vírus da gripe e essa informação não devia ter sido adulterada no sentido de contemplar apenas um – o mais gravoso. Agora é fácil esquecer que a Organização Mundial de Saúde (OMS) equacionou sempre vários cenários, em função da incerteza científica relativamente àquela estirpe. Havia cenários ligeiros, medianos e outros mais graves. Um jornalista com formação suficiente nesta área consegue entender que se trata de cenários hipotéticos e que têm de ser apresentados como tal.

Há, porém, outro ponto que sublinho: muitas vezes, estas interpretações mais agressivas nem partem dos jornalistas. Eles próprios confessam que são muito incentivados pelos editores a criar informação nestes moldes. A televisão e a imprensa escrita podem ser muito úteis para fazer passar mensagens à população, como sucedeu com a comunicação das medidas de profilaxia, mas também se revestem destes aspectos mais preocupantes.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

Aliás, as debilidades dos jornalistas neste caso concreto para fazer a triagem da informação, cruzá-la com várias fontes institucionais e daí retirar uma interpretação equilibrada foram fortemente agravadas pela rapidez com que o contágio afectou as principais cidades mexicanas, pelos números galopantes de infecções reportadas e pelo enorme investimento da OMS no enquadramento do caso como uma potencial ameaça global. Alexandra Campos explica como o caso se vivia nas redacções:

«Esses cenários eram alarmantes e não adianta agora culpar os jornalistas por terem divulgado esses números com a justificação de que só relatamos os piores cenários. Não só isso não é verdade (no Público, ficou sempre claro que esse era um dos cenários possíveis) como isso revela algum desconhecimento sobre o funcionamento do jornalismo. Se se identifica essa possibilidade num relatório de cem páginas, é evidente que esse será um ângulo de abordagem. Provavelmente, o ângulo principal. Não vale a pena esperar outra coisa. De todo o modo, faça-se justiça ao Público, que procurou sempre contextualizar esta pandemia, comparando-a com as pandemias do século XX, com o surto de SARS de 2003, com a gripe das aves. Lembro-me que uma das minhas preocupações iniciais era encontrar os dados de mortalidade da gripe sazonal para poder explicar aos leitores que morrem anualmente 1.800 a 2.000 pessoas e que isso nunca nos incomodou antes.» (entrevista do autor com Alexandra Campos, Anexo K)

O enquadramento da ameaça global conviveu entre Abril e Maio de 2009 com outro enquadramento, igualmente oriundo das autoridades de saúde e de alguns agentes políticos que, embora não desmentissem o carácter urgente da ameaça, relativizaram-no regularmente, chamando a atenção para a capacidade de resposta dos sistemas de saúde, da medicina contemporânea e das redes de assistência, pedindo calma ao público.

Francisco George foi um desses agentes. A 15 de Maio de 2009, questionado sobre a vaga de aquisições de máscaras e produtos desinfectantes, desmistificava o problema: “Não vai haver mortandade nenhuma. Faz sentido que não comprem coisa nenhuma” (*Público*, 15.05.09). O pneumologista brasileiro Alexandre Cardoso sublinhou também a diferença entre “alta contagiosidade e baixa letalidade”, referindo que “não há motivo para pânico ou máscaras” (*24 Horas*, 09.05.09). A ligeira acalmia do contágio da América do Norte permitia também ao *Público* lembrar, a 6 de Maio, que os “resultados preliminares apontam para a relativa benignidade do novo vírus”.

Este tom, ora apaziguador, ora alarmado, sofreu variações até Setembro, reflectindo o desconhecimento que o vírus ainda representava para as autoridades de saúde. Em Julho, era possível escutar a informação de que a OMS estava “espantada com a progressão do vírus” (*Telejornal*, 17.07.09). Um dia antes, Ana Jorge assegurara que, na gripe das aves de 2005, a prioridade fora impedir o contágio dada a mortalidade do vírus; com esta estirpe, o contágio era mais fácil mas a gravidade seria menor (*24 Horas*, 16.07.09)

Em Agosto, face aos primeiros balanços, concluía-se que 40% das vítimas no mundo eram jovens sem problemas prévios de saúde (*Telejornal*, 29.08.09), característica

alarmante que influenciou seguramente as tomadas de posição nos meses seguintes, ao ponto de, em Novembro, o pneumologista António Diniz insistir: “Não é uma gripe normal. Não estou habituado a ter pessoas de 30 a 40 anos internadas com gripe” (*Público*, 05.11.09). Aliás, esta dicotomia entre a incerteza da ameaça veiculada pelos virologistas e a tranquilidade reclamada pela ministra e escudada nos indicadores de reduzida mortalidade prolongou-se até à fase de balanço da pandemia. A edição de 9 de Fevereiro de 2010 do *Público* resumiu as duas correntes. O texto noticioso de Romana Borja-Santos recordava que a gripe A foi responsável por menos mortes do que a gripe sazonal embora tenha sido estimado “que a gripe A poderia causar mais de dez mil mortes em Portugal”. No corpo da mesma notícia, Filipe Froes lembrava as especificidades desta estirpe: os factores de risco desconhecidos e os níveis etários atingidos eram distintos da gripe sazonal, circunstâncias que justificavam todos os cuidados (*Público*, 09.02.10).

Da comunidade especializada, chegavam de resto apelos periódicos à calma. Com uma precisão digna de nota face ao que hoje se sabe, Jaime Nina, infecciólogista do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, referia ao *Telejornal* em 26 de Abril de 2009: “Se fosse o H5N1, era muitíssimo pior. Este vírus surge na melhor altura possível: o fim da época de gripe. Teremos bastantes meses para nos prepararmos e, com um pouco de sorte, em Setembro ou Outubro, já haverá vacinas” (*Telejornal*, 26.04.09) João Vasconcelos Costa, outro infecciólogista, sublinhou igualmente o menor perigo desta ameaça: “Estávamos todos, a começar pela OMS, a olhar para a emergência de uma nova pandemia na China, a partir do vírus aviário H5N1. E afinal, surpresa da natureza, aparece um H1N1 no México” (*Público*, 28.04.09)

Apesar deste discurso contra-corrente, o enquadramento dominante sugeria no final de Abril o risco iminente de um vírus letal. Outro impulso fornecido pela OMS para a formatação do debate nesses moldes era a escala de progressão da epidemia, demasiadas vezes confundida pelos media como escala de risco. Na verdade, a escala de 1 a 6 sugeria tão-somente a propagação geográfica do vírus a mais do que uma região (e, no ponto mais elevado, a mais do que um continente em simultâneo). No entanto, por falta de rotinas nas redacções, ela foi enquadrada vezes sem conta como um indício de agravamento severo da ameaça.

A 27 de Abril, por exemplo, José Rodrigues dos Santos abriu o *Telejornal* com as palavras: “Nível 4 de alerta está iminente.” A mesma confusão entre nível de alerta e nível de progressão geográfica foi proferida nas edições de 2, 3, 4, 8 de Maio, 1 e 2 de

Junho do programa. A 2 de Maio, aliás, o mesmo jornalista dizia: “A OMS admite que o nível de alerta chegue ao grau máximo”, sendo desmentido, segundos depois, pelo perito da OMS que explicava que a sucessão de fases estava associada à progressão geográfica da doença. Na edição de 11 de Junho, depois de Gregory Hartl (da OMS) explicar que a definição da fase 6 da pandemia não implicava um aumento da gravidade, José Rodrigues dos Santos questionou, em estúdio, Francisco George, sugerindo que a declaração de pandemia implicava “o fracasso das medidas de contenção”. O director-geral da Saúde recordou, em resposta, que se tratava de um acontecimento esperado.

O cúmulo desta fragilidade jornalística na relação com conceitos essenciais de uma ameaça epidemiológica ficou exemplificado na edição de 15 de Junho do *Telejornal*, na qual um agente de viagens pedia aos jornalistas e ao público para perceber que a pandemia estava associada à progressão geográfica e não à gravidade do vírus, mas segundos depois, José Alberto Carvalho retomava o tema, lembrando que “a OMS elevou há poucos dias o alerta para o nível máximo”.

No estudo de Manuel Villaverde Cabral, Pedro Alcântara da Silva e Hugo Mendes (2002) sobre as representações da saúde na comunicação social portuguesa, encontram-se pistas importantes para estas fragilidades. Na verdade, o campo do jornalismo de saúde está formatado sob parâmetros específicos. Os temas na agenda costumam ser os recursos humanos na saúde, o acesso da população aos cuidados de saúde e as políticas e reformas do Sistema Nacional de Saúde (*opus cit.*: 83). Neste tipo de noticiário, os actores principais são os hospitais, os centros de saúde, algumas organizações governamentais e os profissionais de saúde, incluindo sindicatos e associações profissionais. No conjunto, estes agentes correspondiam a 61% das notícias (*opus cit.*: 85). Ora, a entrada de um tema radicalmente novo na agenda, com *nuances* conceptuais, peritos relativamente desconhecidos e um mecanismo de evolução da acção sem fim à vista produziu dificuldades extraordinárias aos jornalistas até o tema estar rotinizado.

Mesmo para o público inquirido no estudo de Cabral e colegas, as doenças infecto-contagiosas afiguravam-se uma preocupação menor face a outros riscos, bem mais palpáveis (*opus cit.*: 115). Cremos, pois, que essa inépcia se tornou um componente importante para a formatação inicial do discurso sobre a gripe.

As autoridades de saúde desdobraram-se em intervenções nos três primeiros meses da epidemia, procurando fazer a pedagogia dos conceitos fundamentais, como a escala de progressão geográfica do vírus ou a evolução da situação pandémica.

«Ninguém parecia compreender os modelos de progressão de uma pandemia durante várias semanas: noticiavam-se as fases 5 e 6 como agravamentos severos da intensidade da pandemia. Ora, infelizmente, ninguém disse ou escreveu que a pandemia de 1968 foi praticamente insensível. Deveria ter sido usada frequentemente como exemplo para não assustar as pessoas.

Outro aspecto foi a utilização abusiva do conceito de pandemia. Na origem etimológica, a pandemia é um processo que interessa a todos. Em epidemiologia, é um fenómeno inesperado que se propaga simultaneamente em mais do que um continente. Por comparação, a epidemia é o mesmo fenómeno progredindo apenas num continente. Mas há pandemias que estão a decorrer agora mesmo [em Junho de 2011], perante o silêncio dos media, e há outras que todos conhecem mas já saíram dos media. O primeiro caso é, por exemplo, a infecção do norovírus; o segundo caso é por exemplo a sida, que já teve grande pujança pública, mas que se tornou corrente. A pandemia portanto não é uma tragédia que se vai desabar inevitavelmente sobre nós.» (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

O frenesim mediático em torno do tema – e algumas debilidades na coordenação do GONGA sobre quem deveria abordar mediaticamente o tema e o que deveria ser dito à população – gerou inevitavelmente alguma dissonância. Em Maio, o pneumologista Agostinho Marques referia: “Tudo isto é um exagero. A doença é relativamente benigna e mesmo no México tem uma expressão pequena” (*Público*, 06.05.09). No *24 Horas*, Pedro Nunes, bastonário da Ordem dos Médicos, sintetizava a mesma posição de forma mais rude: “Não há motivo para este granel!” (05.09.09) As afirmações contribuíram seguramente para um maior alarme entre a população. Apesar dos sobressaltos, porém, cumpria-se parcialmente um dos objectivos do plano de contingência para a pandemia, gizado anos antes: informar o público através dos media, acompanhar a evolução do contágio e mitigar a progressão do vírus. Francisco George reconhece alguns problemas inerentes à necessidade de tomar decisões em cenário de incerteza científica, mantendo, em simultâneo, o público e os media informados:

«Um dos objectivos do Plano de Contingência era depositar no cidadão a informação objectiva para que este se preparasse para a eventualidade de uma grande expressão de gripe. E, nesse aspecto, houve falhas consideráveis. (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

O dinamismo do campo dos media em Portugal lida com dificuldade com acontecimentos prolongados no tempo, de difícil resolução e de assimilação fortemente complexa pela audiência (Marques, 2005; Pereira Rosa, 2011). Para além dos valores-notícia que caracterizam cada acontecimento (mesmo os de elevado dramatismo), outros factores influenciam a formação da agenda, relacionados com o ritmo de cada programa ou edição (Santiago, 2006: 140), a capacidade de os traduzir em imagens claras (Brandão, 2005: 131) ou o próprio agrupamento de notícias do dia em função de afinidades temáticas, alternando matérias, géneros jornalísticos e categorias informativas em função de um certo sentido ou fluxo do programa (Brandão, *opus cit.*).

Um bom exemplo parece ter sucedido a 11 de Junho de 2009. O anúncio da OMS de que a epidemia de gripe seria tratada como uma pandemia (nível 6 da escala de progressão) não foi recebido de forma equivalente nas redacções. O *Público* deu-lhe honra de manchete, mas o *24 Horas* (de 12.06.09) e o *Telejornal* (de 11.06.09) optaram por dar mais relevo à transferência milionária de Cristiano Ronaldo para o Real Madrid. Um acontecimento de rotina, fortemente preparado nos dias anteriores, sobre uma personalidade desportiva foi privilegiado em detrimento de uma das mais relevantes tomadas de posição da OMS desde a sua fundação.

À medida que a pandemia foi sendo normalizada, outros indícios de menor relevância jornalística foram surgindo. A 21 de Julho, depois de três meses de intensa cobertura noticiosa, a gripe não foi a primeira notícia de saúde no *Telejornal*. Foi antecedida por uma curta história sobre cancro. A 27 de Novembro, no pico epidemiológico, uma notícia sobre a evolução do vírus na Madeira foi interrompida para um directo com o político Armando Vara à saída de um tribunal. A gripe, como todos os acontecimentos, perdia então a primazia mediática.

9.4 – O impulso do México

O surto de gripe poderia não ter recebido a mesma atenção jornalística se, da América do Norte, não ecoassem notícias alarmantes sobre a progressão do vírus, a elevada velocidade de contágio e o número de mortos já registados no final de Abril. Em Maio, este quadro complicou-se com a informação de que a maior parte dos óbitos no México ocorreu em jovens de 20 a 39 anos (*24 Horas*, 07.05.09), integrando um novo indicador de gravidade na definição do problema, na medida em que chocava com a convicção enraizada de que a gripe era um problema maioritariamente severo para os idosos. Na entrevista do autor com a jornalista Alexandra Campos, tornou-se claro que o noticiário

oriundo da América do Norte pesou na decisão dos editores do *Público* de conceder bastante espaço ao tema no jornal, uma decisão também sustentada pelo peso simbólico das tomadas de posição da OMS.

«As informações que chegavam do México eram extremamente alarmantes. Referiam dezenas de mortos, um cenário de pandemónio nas ruas da Cidade do México, máscaras por todo o lado. Um segundo factor foi desencadeado seguramente pela importância que as organizações internacionais lhe dedicaram: a OMS investiu fortemente na definição da gripe como um problema sério, proferindo declarações públicas graves. Registo ainda que vários países vizinhos (e outras nações como os Estados Unidos) transmitiram igualmente um sentimento de urgência, quer através das suas tomadas de posição quer através das primeiras medidas de contenção. E por fim havia uma quase unanimidade nos meios de comunicação internacionais. Jornais como o The Guardian, que é quase uma Bíblia para o Público, fizeram igualmente esse juízo de valor e, a dada altura, olhámos em redor e sentimos – provavelmente mal – que não podíamos ser os únicos a ignorar um tema de interesse público global.» (entrevista do autor com Alexandra Campos, Anexo K)

Igualmente evidentes nesta apreciação ficam as percepções jornalísticas sobre a noticiabilidade de acontecimentos que ocorrem em países de elite (na expressão de Galtung e Ruge, 1965/1993) como os Estados Unidos ou a Espanha, bem como o jornalismo referencial, coordenado em função do que outros media colocam previamente na agenda (Kitzinger e Reilly, 1997/2002; Vasterman, 2005). No entanto, parece inegável que o factor que impulsionou a intensa cobertura noticiosa proveio de um acontecimento-chave decisivo que, em meados de Abril, parecia confirmar um dos cenários em cima da mesa: a mortalidade no México. Como registámos anteriormente, o modelo de amplificação social do risco nas notícias depende precisamente da difusão de um acontecimento de risco com dimensão colectiva (Lima *et al*, 2009).

Pressionados pelo tempo e pelas expectativas das organizações noticiosas para vencer a concorrência e sem grandes oportunidades de questionar a informação em bruto recebida do México e que reportava dezenas de mortos, os repórteres puseram em prática os três saberes profissionais que Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan (1989) identificaram nas redacções: o saber de reconhecimento, identificando a noticiabilidade e relevância da informação sobre um elevado número de óbitos no México, o saber de

procedimento, através do qual os dados foram comunicados em associação com as principais organizações de saúde internacionais, retirando a carga de responsabilidade dos media, e o saber de narração, traduzido num enquadramento plausível sobre uma epidemia galopante que progredia neste país e que se aproximava do resto do mundo.

Durante quatro semanas, o México tornou-se o centro das notícias. A 26 de Abril, o *Telejornal* referia: “A palavra de alerta é México (...) A Cidade do México está praticamente paralisada.” Dois dias depois, em directo a partir dessa capital, Victor Gonçalves, correspondente da RTP em Washington, dizia: “Encontrei uma cidade mergulhada no medo.” O *Telejornal* reportou a 24 de Abril 60 mortos no México; a 25, referiu 68 óbitos; a 26, o número estimava-se em 80. Um dia depois, a 27 de Abril, relatavam-se 149 mortos. A 28, eram 152 e, no dia 29, foram noticiados 159 mortos.⁷⁹

Foi nesse dia que o governo mexicano interveio, procurando minimizar o impacte de um registo tão dramático. A partir dessa data, as autoridades mexicanas, em conjugação com a OMS, passaram a divulgar apenas os óbitos confirmados por gripe A. A lista decresceu para sete óbitos (29.04.09) e oito no dia seguinte, embora o *Público* ainda fizesse um esforço de contextualização, referindo 1.600 casos e 152 mortes suspeitas. Daí para a frente, os números de mortes confirmadas no México raramente voltaram a atingir a grandeza dos primeiros dias, embora o *24 Horas* de 5 de Maio frisasse ainda que o número de óbitos superava os cem e, no dia seguinte, emendasse o valor para 29.

Creemos que esse indicador de severidade da doença foi fundamental para criar a onda noticiosa que se verificou a partir de então. Como documentámos numa ocasião anterior a propósito de um comportamento criminal (Pereira Rosa, 2011), a partir do momento em que a onda noticiosa já está em curso, torna-se extraordinariamente difícil travá-la ou contrariar o seu curso, incorporando elementos de dúvida no seio do enquadramento dominante, como uma bola de neve descendo montanha abaixo.

Curiosamente, a súbita revisão das estatísticas não mereceu muita atenção, embora no *Telejornal* de 29 de Abril José Rodrigues dos Santos ainda tenha estranhado a modificação do método de averiguação. Na verdade, apesar de alguns tímidos protestos, a própria ciência epidemiológica tem dificuldades em considerar que as primeiras

⁷⁹ Quando se estimavam os óbitos em Portugal, voltou a existir um momento de desalinhamento entre a informação difundida pelo apresentador do *Telejornal* e o oráculo. A 24 de Dezembro de 2009, o texto noticioso fez referência a 58 mortos em Portugal e o oráculo registou apenas 57. Admite-se, porém, que a informação falada correspondesse a uma notícia de última hora, que tenha actualizado esse total. Em 12 de Agosto de 2009, sucedera outra contradição. O narrador do *Telejornal* referiu que, para o Ministério da Saúde, o Algarve ainda não estava em fase pré-epidémica, mas o texto do oráculo garantia que essa classificação já estava actualizada. No dia seguinte, o oráculo repôs os factos, negando a fase epidémica da doença.

informações estariam erradas, como salientou Filipe Froes. Para este especialista, a referência inicial a mais de cem óbitos poderá ter sido correcta. Em La Gloria, a cidade mexicana onde ocorreram os primeiros casos, morreram vários jovens desde Janeiro e o México não tinha então capacidade para identificar o elemento patogénico associado a essas mortes. “A correcção da informação refere-se à confirmação das mortes por H1N1, mas não invalida que muitos outros possam ter morrido também com a gripe antes disso.” (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I).

A dificuldade de identificar a estirpe correcta e a impossibilidade de submeter todos os óbitos suspeitos a um teste definitivo até ao final do mês de Abril sugerem que as autoridades mexicanas podem ter acertado na estimativa que comunicaram ao mundo sobre a evolução galopante do surto. Parece importante por isso – em face de futuras crises de saúde pública – salientar que a comunicação aberta da informação disponível foi salutar, mesmo que isso tenha provocado impactes consideráveis na imagem pública do México e nas suas indústrias mais lucrativas.

Na verdade, o país caribenho foi fortemente prejudicado pela rápida associação estabelecida entre o vírus e as suas fronteiras, sofrendo impactes consideráveis na indústria do turismo.⁸⁰ Não devem ser negligenciadas as consequências de notícias constantes sobre as viagens de e para o México (*Telejornal*, 27.04.09), a chegada de turistas portugueses provenientes do país da América Central ou o cancelamento de voos nacionais para o México (*Telejornal*, 29.04.09), a proibição russa e chinesa de importação de carne mexicana (*Público*, 28.04.09), a informação de que até à data todos os infectados provinham do México (*Telejornal*, 09.05.09) ou – já em Julho – as notícias sobre as empresas que ainda listavam o país na lista negra de destinos para os seus funcionários (*Telejornal*, 21.07.09).

Deve por isso ser tomada em conta a crítica de Felipe Calderon, presidente do país, queixando-se de discriminação porque as autoridades do país comunicaram com franqueza e honestidade (*Telejornal*, 04.05.09) A interrupção de voos para o México (*Telejornal*, 15.06.09), as recomendações da maior parte dos países aos seus cidadãos para evitar viagens para este país e a sua estigmatização como “palavra suspeita para médicos e equipas sanitárias” (*Telejornal*, 05.05.09) podem levar outros países, em circunstâncias futuras, a escudar-se no silêncio, atrasando a resposta e deixando agravar

⁸⁰ Uma notícia do *Público* de 21 de Junho contrariou esta corrente. Uma equipa de reportagem viajou para o México e ali escutou mexicanos afirmando que a gripe era uma invenção. No final da peça, porém, refere-se que os jornalistas viajaram a convite de uma agência de viagens com interesses turísticos no país, motivo que, de alguma maneira, desqualifica esta peça e outra, publicada no mesmo jornal, a 28 de Junho sob o título “A Gripe Inventada”.

uma epidemia. Como Dávila notou (2009: 174), o caso da SARS de 2003, escondido pelo governo chinês entre Novembro de 2002 e Fevereiro de 2003, foi um exemplo de uma estratégia de submissão da agenda sanitária a interesses económicos.

Tal como José Rodrigues dos Santos documentou (2003), qualquer acontecimento necessita de contextualização e enquadramento, o que significa imprimir-lhe uma interpretação subjectiva e uma integração num caldo ideológico. Além do mais, as catástrofes geram a submissão do espectador “a uma série de reacções afectivas em cadeia, com mudanças constantes de centros de interesse em que a morte precipita o fluxo, acelera o ritmo e engrossa o fluxo de informação” (Brandão, *opus cit.*: 163).⁸¹

Ao analisarmos a geografia da acção das notícias entre meados de Abril e meados de Maio, verificamos que o México esteve no centro das atenções, particularmente no *Telejornal*. Até 16 de Maio, registaram-se tantas notícias neste país e nos Estados Unidos como em Portugal. A partir de então, as autoridades portuguesas asseguraram a gestão da comunicação da pandemia e a acção deslocou-se quase exclusivamente para Portugal e para os seus interlocutores, justificando os valores finais registados em cada um dos meios da amostra (Figura 41). Validou-se assim a premissa de Cristina Ponte (2007: 242), segundo a qual os riscos geograficamente mais próximos têm mais possibilidades de tratamento noticioso do que os que ocorrem longe.

Países	<i>Público</i>	Frequência	<i>24 Horas</i>	Frequência	<i>Telejornal</i>	Frequência
Portugal	205	53,24	111	54,14	175	52,55
Estados Unidos	34	8,83	33	16,09	23	6,90
México	25	6,49	8	3,90	17	5,10
Reino Unido	24	6,23	9	4,39	15	4,50
Espanha	17	4,41	6	2,92	20	6,00
China	7	1,81	2	0,97	9	2,70
Austrália	6	1,55	0	0	6	1,80
Japão	6	1,55	0	0	9	2,70
Chile	6	1,55	0	0	3	0,90
França	5	1,29	2	0,97	6	1,80
Brasil	4	1,03	13	6,34	2	0,60
Canadá	4	1,03	2	0,97	5	1,50
Alemanha	4	1,03	3	1,46	3	0,90
Outros	38	9,87	16	7,80	40	12,01
Totais	385	100%	205	100%	333	100%

Figura 41 – Geografia da acção. Países onde se desenrolou o noticiário diário de cada meio de comunicação sobre a gripe. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

⁸¹ No seu inventário das notícias televisivas, Nuno Brandão estimou que, na RTP 1, as catástrofes e acidentes mais comuns são os incêndios (3,51% do total) e os acidentes rodoviários, aéreos, ferroviários e marítimos (1,73%). Um surto de uma doença infectocontagiosa constituiu assim uma notável excepção na hierarquia tradicional de notícias sobre catástrofes. Noutro estudo, porém, coordenado por Gustavo Cardoso e Décio Telo (2010) e correspondente ao ano de 2002, os acidentes, desastres e epidemias constituíram o quinto tema mais abundante dos noticiários televisivos.

Em contrapartida, o elevado número de países detectados na Figura 41 justifica-se por dois momentos fundamentais da cobertura noticiosa: na primeira fase, até Junho de 2009, os media inventariavam regularmente o número de casos conhecidos de gripe no globo, hierarquizando os países onde o contágio acelerava (como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha ou a Espanha) e noticiando os primeiros casos de gripe detectados em países remotos, como Haiti, Aruba ou o Vietname.

Num segundo momento, já durante a fase de vacinação (a partir de Outubro), a acção deslocou-se também para vários pontos do globo, fosse para noticiar o início das campanhas de vacinação, fosse para dar conta de efeitos secundários alegadamente resultantes da vacina.

Nas contas finais, porém, verifica-se claramente que esta foi, do ponto de vista dos media, uma catástrofe local, a partir do segundo mês de cobertura noticiosa. As notícias deram conta da evolução da doença no país, das reacções dos agentes sociais envolvidos nas várias fases em Portugal e dos seus impactes na nossa realidade. Afinal, como Nuno Brandão já estimara, “os telejornais generalistas desvalorizam as notícias oriundas do espaço europeu onde estamos inseridos, privilegiando os casos referentes ao campo nacional e, em especial, aos factos geradores de espectacularidade, emoção e dramatização” (*opus cit.*: 225).

Aliás, a análise da geografia da acção ilustra essa fixação no noticiário sobre a gripe com impactes em Portugal. No *Público*, em 219 dias (correspondentes a 86% das ocasiões em que o jornal abordou o tema), o enfoque foi nacional, face a apenas 36 (14%) em que a atenção do jornal se concentrou além-fronteiras. No *24 Horas*, por força da sua agenda mais vocacionada para as comunidades emigrantes, essa relação diminuiu um pouco: 118 dias de noticiário sobre Portugal (78%) e 34 (22%) sobre o estrangeiro. No *Telejornal*, em contrapartida, essa relação foi ainda mais acentuada: 179 dias de noticiário nacional sobre a gripe (95%) e apenas 9 dias (5%) de informação sobre a realidade fora do país, reflectindo a aposta do programa em informação de proximidade. Como notou Isabel Pereira Santos:

«Em televisão, a aceitação de temas internacionais nunca é fácil. Tem uma lógica – com a qual não concordo necessariamente, mas que percebo. O Telejornal tem um tempo restrito e tem um vasto conjunto de notícias que os coordenadores desejam. Resta pouco tempo para tudo o resto. Creio que o motivo que explica esse primeiro interesse nos ângulos internacionais da gripe A se deveu à certeza absoluta da OMS de que a gripe chegaria a todo o mundo.

Introduziram-se assim outros critérios na notícia: proximidade emocional, dramatismo com um problema que nos iria afectar.

O tema só voltou à arena internacional na fase de rescaldo, quando se apuraram responsabilidades. Mas não se trata de uma tendência isolada: se estudar outros casos, encontrará a mesma tendência de proximidade e distanciamento em função desses valores que apontei.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

Dentro do espaço geográfico português, a análise não aprofundou o tratamento jornalístico concedido a cada região específica. Reunimos, porém, alguns indicadores que reflectem a maior exposição noticiosa das duas principais cidades – Lisboa e Porto, onde os media da amostra possuíam delegações – face às restantes, corroborando a literatura que se tem debruçado exaustivamente sobre os buracos da rede noticiosa em relação aos locais em que a preexistência de repórteres funciona como garantia de maior noticiabilidade (Tuchman, 1978c: 21-23; Brighton e Foy, 2007).

Um exemplo dessa distorção ocorreu a 29 de Outubro de 2009, dia em que morreram dois doentes com confirmação de infecção do vírus da gripe: a morte rápida de Adriano, um jovem lisboeta de 10 anos, foi tema de abertura do *Telejornal*, do *Público* e do *24 Horas*, alimentando dois dias de cobertura noticiosa durante a qual os familiares foram chamados a relatar a sua experiência. No mesmo dia, nos Açores, ocorreu o óbito de outro homem. A sua notícia foi relatada numa única peça do *Telejornal*, comentada pelo secretário regional da Saúde. Cremos que se trata de um exemplo da maior noticiabilidade de ocorrências que têm lugar em regiões sobreexpostas à rede noticiosa, apesar de também ser válida a pretensão de que a morte de um rapaz seria sempre mais dramática do que a de um homem.

Outros indicadores sustentam esta conclusão. A rede de colaboradores de um órgão de comunicação facilita o trabalho em regiões distantes, mas só na resposta imediata a um acontecimento. Demonstrámos noutra circunstância (Pereira Rosa, 2011c) como a sede de uma organização como a RTP não confia totalmente na capacidade das suas delegações para gerir um acontecimento ressonante, preferindo o trabalho dos enviados-especiais. Encontrámos na amostra dois exemplos de trabalhos menos rigorosos dessa rede de correspondentes. Em Julho e Agosto de 2009, os correspondentes dos media no Algarve esforçaram-se por noticiar o forte impacte que a gripe apresentava nesta região tipicamente balnear e o sobreesforço a que as unidade de saúde estariam sujeitas. Na verdade, Froes e colegas (2010: 14) demonstraram, no final da pandemia, que o Algarve

foi a região do país com menor taxa de mortalidade por 100 mil habitantes: apenas dois óbitos, correspondentes a uma taxa de 0,2%.

O outro exemplo remonta a 27 de Novembro de 2009 e revela alguma fragilidade dos correspondentes para contextualizar a informação fornecida pelas fontes oficiais. Na Madeira, o *Telejornal* deu conta de declarações do secretário regional dos Assuntos Sociais nas quais referia que a região registava menos casos do que o resto do país e que tinha chegado mais tarde do que o continente aos primeiros mil casos. A análise de Froes e colegas (2010: 14) comprovou que a Madeira foi a região com maior taxa de mortalidade por 100 mil habitantes: 13 mortes correspondentes a uma taxa de 5,26%.

9.5 – Designações do problema

A escolha de um nome para designar um problema social é um passo essencial para transformar um conjunto de ocorrências dispersas num acontecimento continuado (Kepplinger e Habermaier, 1995). No campo da saúde, as epidemias extraordinárias têm designações específicas, úteis para a classe médica responsável pela sua detecção e mitigação, para os decisores encarregues da sua gestão, para os jornalistas que relatam a sua progressão e para o próprio público, que fica alerta face aos sintomas do novo risco sanitário. No caso do surto de gripe de Abril de 2009, este processo foi mais complexo.

As autoridades demoraram a definir a nomenclatura atribuída ao surto desta estirpe específica do vírus da gripe, provavelmente porque a sua identificação em laboratório atrasou essa decisão por parte da OMS. Nas primeiras tomadas de posição, a OMS optou por designá-lo como gripe suína, mas a nomenclatura assustou a indústria associada à criação de porcos que rapidamente protestou. A 27 de Abril de 2009, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas sentiu necessidade de emitir um comunicado, explicando que o vírus não se transmitia através do consumo da carne de porco, mas sim “pelo contacto das pessoas doentes com as saudáveis”. As consequências económicas da gripe aviária de 2005 – traduzidas numa recusa dos europeus em consumir carne de aves e na matança indiscriminada de animais – estavam ainda bem presentes.

Esta opção inicial por gripe suína curiosamente manteve-se nos países anglófonos, que se referiram assim ao problema. Em Portugal, a 28 de Abril de 2009, o *Público* noticiava que um virologista recomendava o uso da expressão gripe mexicana, mais fiel à alegada proveniência dos primeiros casos. A 30 de Abril, os media da amostra deram conta da solicitação da OMS no sentido de uniformizar a designação como gripe A (H1N1).

O debate porém não terminou aí: a 15 de Maio, o *Público* referia ainda que Francisco George preferia a designação “gripe americana”, em função da nova informação que entretanto chegara e que remetia os primeiros casos para a Califórnia; a 5 de Novembro, no *Telejornal*, a primeiro-ministro da Ucrânia referia-se-lhe como “gripe californiana”. Por fim, numa ocasião isolada, o *24 Horas* utilizou a expressão “gripe pneumónica”. A análise das sucessivas designações do problema (Figura 42) expressa essa arbitrariedade jornalística e a indefinição inicial das autoridades face ao nome correcto e menos susceptível de gerar impactes indesejáveis. No entanto, após o primeiro mês de indefinição, verificou-se uma clara aceitação da designação internacional e o problema foi enquadrado como gripe A (H1N1), reflexo porventura da capacidade de influência das principais fontes oficiais de saúde no discurso.

Designações	<i>Público</i>	Frequência	<i>24 Horas</i>	Frequência	<i>Telejornal</i>	Frequência
Gripe A (H1N1)	222	91,73	137	88,96	181	87,86
Gripe suína	10	4,13	14	9,09	11	5,33
Gripe mexicana	7	2,89	2	1,29	14	6,79
Gripe norte-americana	3	1,23	0	0	0	0
Gripe pneumónica	0	0	1	0,64	0	0
Totais	242	100%	154	100%	206	100%

Figura 42 – Designações do surto de gripe na amostra.

Nota: o total não coincide com o número de dias em que cada meio difundiu informação sobre a gripe porque, em algumas ocasiões, as designações sobrepueram-se.

Para Isabel Pereira Santos, a indefinição reflectiu, ao invés, alguma incapacidade da OMS para comunicar o problema ao público, desmistificando os seus medos.

«Quando o público desconhece a maneira como o “inimigo” se apresenta e quando não percebe quase nada de epidemiologia, qualquer associação semântica é um perigo potencial. Mas isso já se sabia desde a gripe das aves, que provocara impactes enormes na indústria de criação de aves. Creio que a OMS cometeu alguns erros graves na comunicação da gripe: na forma como apresentou a informação e como a actualizava, na forma como dava indicações terapêuticas. Até esse aspecto da designação inicial constituiu uma falha, associando o problema excessivamente ao México. De todo o modo, creio que produzimos várias peças desmistificando essa relação (...) e explicando que o porco tinha sido só o veículo do vírus. Depois de ouvirem várias vezes essa desmistificação, as pessoas relativizavam o risco até porque já tinham aprendido com a gripe das aves.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

A análise da amostra reflecte de facto esse cuidado. Logo a 26 de Abril, o *Telejornal* referia que a gripe era “erradamente designada por suína”, explicando depois que se tratava de “uma mutação do vírus que afecta suínos”. Um dia depois, um jornalista da estação descrevia como “o porco terá servido como uma espécie de caldeirão para este vírus”, sublinhando a mensagem de que o vírus não se transmitia através do consumo de carne de porco. É por isso inconsistente constatar a 28 de Abril que o programa tenha visitado um talho para questionar se existia variação do consumo da carne suína.

Na verdade, apesar de algumas notícias internacionais sobre moratórias à importação de carne mexicana por parte da Rússia e da China (*Público*, 28.04.09), de carne suína por parte da Bielorrússia (*Público*, 30.04.09), de abates indiscriminados de 250 mil porcos no Egipto (*Público*, 30.04.09), de confrontos no Egipto entre o governo e os suinicultores (*Público*, 04.05.09) ou até da quarentena forçada do porco do único jardim zoológico do Afeganistão (*Público*, 05.05.09), os produtores nacionais não se mostraram preocupados nas notícias. A rápida intervenção dos principais decisores políticos poderá ter contribuído para acalmar os consumidores sem gerar impactes significativos nesta indústria. A 1 de Maio, por exemplo, o *Telejornal* deu conta da visita do primeiro-ministro José Sócrates à Ovibeja e da sua confiança expressa na carne de porco.

Mesmo assim, já depois de vários meses de cobertura noticiosa, os media da amostra continuaram a sentir pontualmente a necessidade de reiterar que o consumo de carne de porco não estava sujeito a qualquer restrição. A 7 de Maio, no *Público*, a DGS conferiu certeza científica a essa posição, quando a OMS ainda evitava uma declaração peremptória. A 10 de Julho, o mesmo jornal utilizava as conclusões de um relatório do Instituto Alemão de Veterinária para suportar a mesma tese, secundado pelo *24 Horas*, que ouviu Graça Freitas, subdirectora-geral da Saúde, referir o mesmo.

Apesar da generalização da designação gripe A (H1N1) nos media portugueses, encontrámos na amostra utilizações pontuais de outras nomenclaturas. Em alguns casos, a dessincronização explicar-se-á por ter sido produzida por correspondentes nos EUA como Victor Gonçalves (*Telejornal*, 30.04.09) ou no Brasil como João Pacheco Miranda (*Telejornal*, 25.07.09), países que continuaram a utilizar a expressão “gripe suína”. Noutras, terá resultado de menor interiorização desta regra nos livros de estilo.

Ainda no campo das designações, note-se uma última instância em que se tornou relevante discutir a designação do surto: as crónicas em que os comentadores discutiram a importância do nome. Por vezes, o registo foi sarcástico, como a instância em que Joaquim Letria brincou com “a gripe da bolota, que já foi mexicana e suína” (*24 Horas*,

07.05.09); noutras ocasiões, os comentadores referiram que a escolha de um nome não é inócua, podendo daí resultar impactes económicos ou sociais imprevistos. A 5 de Maio de 2009, no *Público*, Miguel Gaspar escreveu sobre “a gripe que já foi suína, já foi mexicana e acabou com nome de galáxia por causa do politicamente correcto, que manda que não se pode ofender nem os animais nem os países”.

A identificação de uma designação que possa ser aplicada a um problema global exige rapidez na selecção e propagação do novo conceito, mas também uma reflexão sobre os potenciais impactes que uma designação infeliz pode ter sobre economias a montante. O exemplo da gripe das aves de 2005 não foi totalmente assimilado pelas entidades sanitárias internacionais, que terão, numa ocasião futura, de responder com maior brevidade e de forma mais categórica à incerteza.

9.6 – Fontes oficiais e não oficiais

Para analisar o papel das fontes de informação na construção noticiosa da pandemia de gripe, utilizámos a distinção clássica entre fontes oficiais e não oficiais (Santos, 2006), dividindo as primeiras em quatro grandes grupos: as organizações ou personalidades políticas nacionais ou estrangeiras e as organizações ou profissionais de saúde nacionais ou estrangeiras, reconhecendo que outras tipologias seriam aceites. No seu artigo sobre o comportamento das fontes na comunicação da pandemia na imprensa portuguesa, por exemplo, Felisbela Lopes, Teresa Ruão e Sandra Marinho (2010) preferiram distinguir as fontes oficiais das fontes especializadas institucionais e não institucionais. Cremos, porém, que essa opção metodológica não fez justiça ao papel institucionalizado que os principais agentes do campo da saúde tiveram durante o surto de gripe, assumindo a direcção da comunicação de risco, tomando decisões e sendo reconhecidos legitimamente como fontes oficiais para este problema.

Outras fontes foram igualmente utilizadas pelos media da amostra. Identificámos os representantes de interesses empresariais, escutados para dar conta dos impactes económicos das medidas de mitigação da gripe; as personalidades do desporto, citadas quando atletas ou dirigentes foram contagiados pelo vírus; pelo mesmo motivo, surgiram personalidades do teatro, do cinema e da moda; identificámos também representantes de farmácias ou farmacêuticas, escutados durante os debates sobre a venda dos antivirais, desinfectantes ou máscaras e a disponibilidade das vacinas. Foram ainda codificadas as categorias familiares de doentes ou vítimas, jornais ou jornalistas, representantes de escolas, passageiros ou representantes de interesses

turísticos, utentes de centros de saúde (incluindo os vacinados), cientistas e universidades e interesses sindicais.

Outras fontes minoritárias não justificaram uma categoria, com uma exceção: o noticiário de televisão faz recurso aos cidadãos anónimos, escutando os seus pontos de vista sobre virtualmente qualquer assunto. Trata-se da devolução da palavra ao cidadão, independentemente do seu grau de conhecimento dos temas em apreço. Por norma, não encontramos este recurso ao cidadão anónimo na imprensa escrita. Ela parece ser uma opção concreta da informação televisiva. Codificámos esta categoria como *vox populi*.

O artigo de Lopes e colegas (2010) fornece pistas sobre o enquadramento do tema em três jornais portugueses durante o ano de 2009. As autoras concluíram que, na imprensa de referência, quase metade das notícias reflectiu quatro ou mais fontes, enquanto no *Jornal de Notícias* metade das peças correspondia a uma ou duas fontes. No entanto, segundo elas, a abertura de espaço para mais interlocutores não foi sintoma de pluralidade. “Constituiu-se assim uma espécie de confraria das fontes que constrói um discurso dominante sobre aquilo que se diz/pensa sobre a gripe A” (*opus cit.*: 147).

A Figura 43 sintetiza os resultados da nossa análise de conteúdo face às tipologias de fontes identificadas nas notícias do *Público* sobre a gripe.

Fontes	Valores	Frequência
Organizações ou profissionais de saúde nacionais	341	28,01
Organizações ou personalidades políticas nacionais	189	15,52
Organizações ou profissionais de saúde estrangeiros	128	10,51
Jornais ou jornalistas	116	9,53
Organizações ou personalidades políticas estrangeiras	95	7,80
Representantes de farmácias ou farmacêuticas	79	6,49
Cientistas e universidades	58	4,76
Representantes de interesses empresariais	48	3,94
Familiares de doentes ou vítimas	35	2,87
Interesses sindicais	31	2,54
Representantes de escolas	26	2,13
Passageiros e representantes de interesses turísticos	26	2,13
Personalidades do desporto	10	0,82
Outras fontes	35	2,87
Totais	1.217	100%

Figura 43 - Tipologia das fontes identificadas pelo *Público*.
Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Estes dados reflectem uma profunda dependência das notícias relativamente às fontes oficiais, fossem elas de natureza política ou especializada em saúde. O *Público* foi o jornal que mais utilizou as personalidades de saúde portuguesas como fonte. Como verificamos na Figura 44, fê-lo indiscriminadamente, ora baseando-se nas personalidades inseridas no *establishment*, ou seja, as principais instituições de saúde nacionais, ora apoiando-se no parecer de investigadores mais independentes, em profissionais não vinculados a órgãos de nomeação ou em instituições de ensino da saúde. Francisco George, director-geral da Saúde, foi uma fonte regular de notícias, tal como a subdirectora Graça Freitas e o investigador Mário Carreira.

Aos olhos dos profissionais do *Público*, Francisco George personificou o saber técnico no combate à gripe. Foi a ele que os repórteres recorreram para contextualizar informação oriunda dos media estrangeiros ou para colocar em perspectiva os receios de outros especialistas. Quando o debate sobre a vacinação criou dois grupos entre os especialistas médicos (ver subcapítulo 9.11), foi Francisco George quem personificou a estratégia das autoridades, atacando, em artigo de opinião, “a exploração do dramatismo e da emoção, a par da construção de cenários baseados apenas em ideias individuais, certamente legítimas, mas sem qualquer substrato científico, [que] parece ter ocupado relevo injustificado na sociedade” (*Público*, 19.11.09).

Personalidades	Valores	Organizações	Valores
Ana Jorge	69	Ministério da Saúde	59
Francisco George	42	OMS	58
Filipe Froes	23	DGS	38
Graça Freitas	20	Lusa	27
Margaret Chan	16	Infarmed	11
Kenji Fukuda	13	Agência Europeia do Medicamento	11
Mário Carreira	13	Centro Europeu de Controlo de Doenças	10
João V. Costa	12	Comissão Europeia	8
Mário Jorge Santos	11	Centro Americano de Controlo de Doenças	8
Trindad Jimenez	9	Revista Science	8
Pedro Nunes	9		
Rui Lourenço	8		
Constantino Sakellerides	8		
Marta Mello Breyner	8		

Figura 44 – Principais indivíduos e organizações identificados como fontes no *Público*.

Apesar de a ministra ser médica, ela parece ter sido sempre entendida pelo *Público* como agente político, motivo que poderá explicar o facto de, no rescaldo da pandemia, o

editorial do jornal apontar principalmente responsabilidades ao director-geral da Saúde, referindo que este “errou no resto, por excesso: ao todo, até hoje, o número aproximado de casos de gripe A em Portugal foi de um milhão, um décimo e não um quarto da população. Com 124 mortes. Não foi o único a exagerar, como se viu, e até pode dever-se a esse exagero a contenção da dita pandemia. Mas fica a sensação de que se exorbitou no assustador quadro geral”. (*Público*, 11.08.10)

O pneumologista Filipe Froes e o infecciosologista João Vasconcelos Costa participaram igualmente nas notícias do jornal, ajudando a contextualizar o problema face à informação clínica disponível. Froes participou no GONGA e as suas posições foram normalmente alinhadas com as da DGS. Já em Fevereiro de 2010, assinou, com o pneumologista António Diniz, um artigo de opinião, defendendo as medidas tomadas pelas organizações de saúde: “Se a montanha não pariu um tigre devemos-lo aos recursos agora existentes e, em grande parte, ao esforço de informação e preparação” (*Público*, 01.02.10). Dois meses mais tarde, repetiria esta argumentação, explicando que “sem preparação, teriam morrido duas a três vezes mais pessoas” (*Público*, 23.04.10).

O infecciosologista João Vasconcelos Costa foi normalmente a fonte escutada por Ana Gerschenfeld, repórter especializada em ciência do jornal, nos artigos sobre o genoma do vírus. As suas opiniões foram valorizadas pelo jornal, talvez porque a ausência de um vínculo institucional o tornava mais independente aos olhos dos jornalistas. Foi dos primeiros a protestar contra os críticos da DGS, recolocando o debate na esfera pericial: “Seria bom que se calassem os opinadores e comentadores profissionais que se tomam – e são tomados — como especialistas em tudo, mas que sobre gripe e vírus não sabem mais que o comum homem da rua.” (*Público*, 05.05.09). Em Setembro, coube-lhe fazer um alerta à medida que a cobertura jornalística parecia esmorecer em Portugal, face à ausência de casos graves. “Não conheço ninguém que tenha tido gripe A, daqui a um mês conhecerei”, referiu então (*Público*, 26.09.09). Posteriormente, saiu também em defesa da capacidade de resposta do sistema de saúde: “Esta pandemia vai encontrar uma rede geral de aconselhamento, de vigilância e prevenção que nunca tinha sido montada em nenhuma outra epidemia.” (*Público*, 11.10.09).

Ainda no campo da saúde, Pedro Nunes, então bastonário da Ordem dos Médicos, personificou uma das primeiras críticas ao alarme em torno da gripe, referindo que as medidas de contenção seriam supérfluas (*24 Horas*, 05.05.09, e *Público*, 26.10.09). Durante a vacinação, defendeu também os profissionais que recusavam a vacina, mas, pouco depois, viria a reconhecer a imprevisibilidade do vírus (*Público*, 30.10.09).

O representante da Administração Regional de Saúde no Algarve, Rui Lourenço, alimentou bastantes notícias durante o Verão, nomeadamente sobre a capacidade de resposta da rede de cuidados de saúde na região. Constantino Sakellerides, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), foi igualmente ouvido. A ENSP coordenou o estudo sobre a recepção da informação sobre a gripe que permitiu a Sakellerides anunciar: “Não vimos pânico em parte nenhuma. Mas a preocupação aumentou.” (*Público*, 11.07.09) Aliás, as suas intervenções foram sempre uma intermediação entre as decisões das autoridades, o papel dos media e o direito do público a conhecer o grau da ameaça. Ao comentar os rumores que circulavam na Internet, Constantino Sakellerides sintetizou o que entendia da gestão da pandemia: “É necessário evitar alarmes desnecessários, mas também a indiferença (...) As pessoas desconfiam das autoridades que falam de menos e da comunicação social que fala de mais. Parte da teoria da conspiração resulta da desconfiança crónica; a outra parte é ignorância” (*Público*, 11.07.09).

Os últimos interlocutores representados na Figura 44 – o representante da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública e a porta-voz da farmacêutica Glaxo – justificam uma reflexão adicional. Mário Jorge Santos e Marta Mello Breyner não participaram no noticiário dos outros media da amostra, aliás tal como João Vasconcelos Costa, o que nos remete para a subjectividade inerente à escolha de muitas fontes nas rotinas jornalísticas. Os repórteres seleccionam os interlocutores com rápida capacidade de resposta, informação rigorosa e acessível e cujo trabalho no passado não tenha merecido críticas (Gans, 1979). Há por isso uma margem razoável para diferentes escolhas de fontes dentro de cada redacção independentemente das sugestões formuladas pelas autoridades, como referiu Alexandra Campos:

«Admito que os decisores pensem assim [que, numa situação de emergência, os contactos com jornalistas devem ser reduzidos a um pequeno número de pessoas autorizadas a falar], mas o nosso trabalho não é esse. É escutar uma diversidade de vozes e procurar um ponto de equilíbrio. Se há crítica a fazer ao nosso desempenho neste caso até deveria ser a inversa. Poderíamos ter escutado mais interlocutores, mais vozes noutras campos» (entrevista do autor com Alexandra Campos, Anexo K)

Das entrevistas em profundidade que realizámos para este trabalho, nasceu um tema que a análise de conteúdo não poderia revelar, mas que se revela importante para perceber os silêncios gerados pelas escolhas jornalísticas. A selecção de fontes a ouvir implica

inevitavelmente a omissão de outros pontos de vista, num processo subjectivo que, com frequência, alimenta a crítica do trabalho dos media em temas de elevada complexidade. António Vaz Carneiro, director do Centro de Estudos de Medicina Baseada na Evidência e um dos primeiros críticos da estratégia da OMS e da DGS para gerir a pandemia, queixou-se de que, na fase inicial da cobertura jornalística, não existia disponibilidade dos media para escutar vozes dissidentes, motivo pelo qual as suas palavras – e as de outros especialistas – só foram amplificadas pelos meios de comunicação em Outubro, durante o debate da vacinação, debate esse que decorreu sob o signo da demarcação de dois campos periciais com posições distintas face à gestão do risco.

«Fui o primeiro e único médico em Portugal que disse em público que a gripe A não tinha importância – ou, pelo menos, que não ia causar um impacte especial – e disse-o em Julho de 2009. Em Janeiro do ano seguinte, já havia bastantes críticos. Mas, naquele mês de Julho, não era fácil fugir ao mainstream com uma posição destas. Fi-lo não porque seja um génio mas porque, nessa altura, já dispúnhamos de evidências epidemiológicas sobre o vírus no hemisfério sul e já existiam excelentes estudos no hemisfério norte sobre a sua estrutura molecular. Tive oportunidade de o explicar, numa reunião com o Ministério da Saúde destinada a discutir a compra das vacinas. Ora, na altura, procurei convencer os meus colegas de que o impacte que as vacinas produziram não justificava a sua aquisição e uso. (...)

Comecei a lançar as primeiras dúvidas em Maio, quando me ligavam dos meios de comunicação com questões sobre a gripe. Já nessa altura me parecia que o problema não era tão grave como as autoridades estavam a comunicar. Sou suficientemente experimentado para perceber que, como médico internista, tenho de me documentar diariamente sobre os temas de saúde que estão na agenda porque sou contactado regularmente por jornalistas e tenho de saber do que falo. E os primeiros artigos que fui recolhendo semearam logo algumas dúvidas. Mas, claro, só em Julho é que a maioria dos jornalistas percebeu que aqui havia um fulano que contrariava o discurso oficial e que valia a pena ouvir-me.» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

As duas jornalistas entrevistadas no âmbito deste trabalho têm memórias diferentes deste tema. Descartam qualquer tentativa de silenciamento e explicam a ausência de comentários deste médico no discurso jornalístico durante o Verão pelo desconhecimento que tinham da sua posição até ao Outono de 2009.

«Não tenho qualquer indicação de que ele tenha feito esforços para ser ouvido antes de o escutarmos pela primeira vez, em Outubro ou Novembro. Aliás, se essa vontade se tivesse manifestado, não imagino por que motivos o jornal não o quereria ouvir. Seria um ângulo novo para a história. Tanto quanto me recorde, as primeiras vozes dissidentes foram as do bastonário Pedro Nunes, de António Vaz Carneiro e de Miguel Oliveira e Silva, que é, aliás, uma pessoa sem papas na língua e que não deixa nada por dizer. Mas essas vozes só se manifestaram no Outono. (...) Já tínhamos um historial acumulado de vários meses de notícias num certo sentido, mas esse embaraço de publicar algo que compromete o nosso trabalho anterior não se sobreporia ao interesse jornalístico. Do meu ponto de vista, houve sempre disponibilidade para ouvir essas fontes.» (entrevista do autor com Alexandra Campos, Anexo K)

A mesma opinião é partilhada por Isabel Pereira Santos.

«Se eu soubesse que ele tinha algo a criticar em relação à vacina da gripe no Verão, tinha-o ouvido no próprio dia. Ele tem os meus contactos e não os usou. Estando ele na medicina baseada na evidência e tendo acesso a todos os estudos possíveis, cabe-lhe definir os timings em que pretende ser ouvido. Basta fazer um ou dois telefonemas e será escutado pelos media. Mas eu não posso adivinhar, em Julho de 2009, que ele já tem estudos expondo o carácter benigno do vírus. Note que cheguei a entrevistar pessoas como Filipe Froes que, em alguns aspectos, contrariaram posições ou estratégias da DGS, embora mantendo sempre a lealdade às pessoas que estavam no início da cadeia de decisão. Não aceito por isso essa carapuça. Face a um elemento que contrariaria toda a tese oficial, seguramente que o professor Vaz Carneiro teria vários jornalistas dispostos a escutá-lo. Aliás, não tenho qualquer atrito com o professor Vaz Carneiro que foi, noutra ocasião, o pretexto involuntário para uma discussão no seio da RTP. Em tempos, cheguei a preparar uma reportagem na qual ele, bem ao seu estilo, colocava em causa uma série de lugares-comuns sobre a política de saúde em Portugal. Era uma peça muito interessante. Ora, uma das directoras deste canal perguntou-me nesse dia: “Mas quem é este senhor para dizer estas coisas e por que motivo nós lhe damos cobertura?” Defendi os méritos dele, obviamente, sem ter a certeza de convencer a minha interlocutora. Isto foi numa sexta-feira. No dia seguinte, a revista do Expresso publicava uma entrevista com o professor Vaz Carneiro. Ri-me bastante porque a directora em causa dava

muita importância ao que vinha no Expresso e, portanto, a minha opção tornou-se legítima. Mas estes casos, infelizmente, acontecem poucas vezes. (...) A abrangência ou a notoriedade de um indivíduo pode ser muito relevante no meio académico ou noutro meio profissional, mas pode não passar para a esfera pública. Os critérios de notoriedade são diferentes.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

Para lá das personalidades de saúde, o jornal apoiou-se igualmente nas personalidades com responsabilidade política, nomeadamente naquelas que tutelavam a área da saúde. Quer a ministra Ana Jorge, quer o secretário de Estado da Saúde Manuel Pizarro contam-se entre as fontes mais identificadas nas notícias do jornal. Dentro das organizações, as tomadas de posição do Ministério da Saúde foram igualmente focadas com regularidade. Porém, a apreciação do papel da ministra e da instituição que tutelava foi evoluindo nas páginas do *Público*. Em Junho, escrevia-se em editorial:

“A forma como o Ministério da Saúde tem lidado com a gripe A tem-se revelado eficaz naquilo que é uma componente essencial: prevenir alarmes excessivos ou injustificados com um fenómeno que escapa ao controlo das autoridades. O segredo está na informação correcta, transparente e regular que tem sido dada aos cidadãos, o que é raro em Portugal” (*Público*, 14.06.09)

Uma semana depois, o tom invertia-se. Uma cidadã mexicana na Riviera maia era citada em título, com a afirmação: “Gripe? Isso é invenção do governo.” (*Público*, 21.06.09) Note-se que Lopes e colegas (*opus cit.*: 152-153) consideraram esta afirmação sintomática da desconstrução gradual da gripe por parte dos jornais (uma conclusão divergente daquela que norteou a nossa análise) mas não referiram que esta peça se inseriu num trabalho ao abrigo do qual as jornalistas do *Público* viajaram a convite de uma agência de viagens com interesses turísticos no México (conforme declaração de interesses publicada no final do texto), circunstância que desqualifica ou pelo menos reduz a representatividade desta exclamação no quadro do tratamento jornalístico do tema pelo *Público*. Na nossa perspectiva, este momento – durante o qual o jornal parece renegar a argumentação pericial da OMS e da DGS – integrou-se num registo discursivo mais complexo, durante o qual o *Público* alternou os enquadramentos aplicados ao caso da gripe, ora aceitando a incerteza científica do vírus, ora acusando as autoridades de alarmismo em excesso.

Encontramos novo exemplo destas hesitações em Julho. No espaço de oito dias, o jornal endereçou a Ana Jorge uma chamada de atenção pela “decisão tardia” de pré-reservar vacinas e de só ter agido porque foi necessário fechar um infantário nos arredores de Lisboa e “não por força da ponderação” (*Público*, 08.07.09). Logo depois, ouviu um dos primeiros doentes afectados pela doença, que referia: “Não é nada como dizem nos jornais. Não é nada do outro mundo. Os jornais é que alarmam as pessoas. Já tive gripes bem piores” (*Público*, 12.07.09). No final da semana, porém, o espaço editorial elogiava a postura das autoridades. “A presença regular da ministra da Saúde nas conferências de imprensa sobre a evolução da doença sinaliza que o tema é importante e a mensagem serena e ponderada evita alarmes desnecessários (...) E o resultado, até ver, corresponde a esta gestão honesta, transparente e competente. Há vigilância e atenção sem haver alarme ou preocupação desnecessária.” (*Público*, 15.07.09).

A 16 de Agosto, Manuel Carvalho, subdirector do jornal, escrevia: “Está na altura de perguntar se a divulgação diária de casos e a sua constante exposição nos órgãos de comunicação são gestos úteis para os cidadãos ou se, pelo contrário, servem apenas para alimentar a irracionalidade e a histeria.” (*Público*, 16.08.09).⁸²

A ministra tornou-se paulatinamente uma figura mais contestada pelos articulistas do jornal. Em pleno Verão, o colunista Pedro Mexia brincava: “Estamos em plena histeria da H1N1, como se estivesse aí a peste negra, quando os sintomas são, ó inclemência, a cefaleia e a expectoração” (*Público*, 16.08.09). No final do ano, Eduardo Cintra Torres chamou-lhe “a ministra da constipação (...), diariamente nos telejornais, dando conta de cada espirro suspeito” (*Público*, 14.12.09).

Fazendo jus à sua reputação de jornal atento à actualidade internacional, o *Público* identificou também mais de cem fontes pertencentes a organizações de saúde estrangeiras. Nesse capítulo, a Organização Mundial de Saúde foi obviamente a instituição mais referenciada, mas os centros europeu e americano de controlo da doença constam também entre as principais organizações identificadas. Não espanta, por outro lado, que Margaret Chan e Kenji Fukuda ocupem lugares de relevo na hierarquia das fontes mais citadas, uma vez que contribuíram fortemente para a definição do problema. Verifica-se pela análise de conteúdo que a percepção do papel da OMS foi também evoluindo nas páginas do *Público*. Em Maio, um editorial do jornal referia: “Acelerando os graus de alerta, a OMS não só reagiu a uma situação que ainda era indefinida como o

⁸² Um dia antes, no espaço de correspondência, o jornal publicara a carta de um leitor que se queixava da excessiva importância que o *Público* dava à gripe (*Público*, 15.08.09).

fez para que as pessoas e os Estados tomassem o máximo de precauções para conter os focos de doença (...) Saturando a comunicação, a OMS tentou influenciar o ritmo de propagação do vírus e, pelo caminho, protegeu-se de eventuais críticas de negligência, que seriam inevitáveis, se tivesse começado por minimizar a ameaça” (*Público*, 05.05.09). Meses mais tarde, escrevia-se em título no mesmo jornal uma apreciação diametralmente oposta: “Posta em causa gestão da OMS da pandemia de gripe A” (*Público*, 14.01.10), embora a abordagem tenha sido remetida para a secção Mundo (e não para a de Portugal, onde se concentrou a cobertura jornalística do caso).

Um resultado intrigante foi o destaque concedido às intervenções de jornais e jornalistas, comprovando a circularidade do campo jornalístico que vigia a concorrência e corrige a sua cobertura jornalística em função do comportamento dos outros (Neuzil, 2008: 29). Os media estrangeiros foram citados frequentemente, com destaque para as revistas de divulgação científica como a *Nature* ou a *Science*, mas incluindo também meios de grande tiragem no estrangeiro. Como a jornalista Alexandra Campos deu conta em entrevista ao autor, em cada redacção existem jornais de referência para os profissionais, cujos comportamentos, tendências e prioridades tendem a ser mimetizados. A nível nacional, a agência Lusa foi também fonte directa de 27 notícias do *Público*.

Os agentes políticos estrangeiros mereceram algum destaque, sobretudo os ministros da Saúde de vários países com forte presença nas notícias. Pela proximidade geográfica, a ministra espanhola foi a mais referenciada, mas os seus congéneres mexicano e norte-americano foram também identificados. Do ponto de vista institucional, a Comissão Europeia mereceu alguma atenção pelas suas intervenções, normalmente encadeadas com as tomadas de posição da OMS.

A partir do final do Verão, à medida que o debate se centrou na escolha da vacina e na sua disponibilização ao público, entraram em cena os representantes das farmacêuticas. A porta-voz da Glaxo, aliás, consta entre as fontes mais referenciadas nas notícias, tal como a Agência Europeia do Medicamento, que validou a escolha do Ministério da Saúde, ou o Infarmed, que ajudou a restaurar a calma depois das primeiras notícias em Outubro de 2009 sobre potenciais efeitos secundários da vacina ou dos rumores de que existiam lotes de Tamiflu ilegalmente à venda (*Telejornal*, 01.05.09). Antes, na Primavera, vários farmacêuticos tinham sido notícia, tendo sido entrevistados para dar conta da evolução das vendas de produtos desinfectantes ou outros acessórios profilácticos nos seus estabelecimentos.

Os interesses farmacêuticos mereceram aliás amplo tratamento jornalístico e, ao longo do caso, o jornal publicou informação sobre a valorização bolsista das empresas farmacêuticas (*Público*, 23.04.10) ou “a sua facturação inesperada com a pandemia de gripe A” (*Público*, 30.10.09), superior aliás “ao custo de uma Ponte Vasco da Gama” (*ibidem*). Noutras ocasiões, particularmente no início da epidemia, foi também noticiado o colapso bolsista associado ao alarme gerado pelo caso (*Público*, 29.04.09).

Vale ainda a pena sublinhar o peso relativo dos representantes de interesses empresariais, fortemente concentrados no debate em Junho e Julho, durante o qual os jornais se interessaram pelo impacte económico da gripe e pelas prováveis consequências que o absentismo ao trabalho traria às empresas. É disso exemplo o título: “Venda de máscaras de protecção cresceu 120%” (*Público*, 16.08.09).

Dentro das fontes minoritárias, note-se que as personalidades do teatro, cinema, música ou moda praticamente não tiveram expressão no *Público*, seguindo aliás a política editorial que as remete tradicionalmente para os cadernos de cultura do jornal. No caso da gripe, saliente-se, porém, a excepção: a 16 de Junho, o jornal escutou o fadista Mico da Câmara Pereira, prestes a embarcar em viagem turística para o México e crítico veemente do alarmismo em torno do vírus: “Nem sequer levamos uma aspirina para o México, não tencionamos apanhar gripe (...) Seja o que Deus quiser. Mas afinal isto também não nos mata.” (*Público*, 16.06.09).

Exemplo quase único no tratamento do tema no mês de Junho, cremos que aqui se materializou a situação já descrita por Gaye Tuchman (1972/1993) na sua abordagem às rotinas profissionais jornalísticas: através do uso da citação de um porta-voz, o jornalista liberta-se dos constrangimentos que lhe exigem objectividade absoluta e emite, por voz de outrem, uma opinião sobre o problema em questão.

No *24 Horas*, o papel das fontes foi diferente (Figura 45), expressando opções distintas de agendamento e enquadramento de temas. Aliás, este resultado em concreto sublinha a conclusão do estudo de Graham Murdoch e colegas (2003) segundo a qual os media não são homogéneos no tratamento dos temas de risco, dividindo-se frequentemente entre aqueles que promovem a amplificação do risco e aqueles que o atenuam.

As organizações de saúde e as instituições e personalidades políticas ocuparam lugar de relevo no noticiário do jornal, mas a circunstância mais significativa foi a relativa ausência de fontes estrangeiras no discurso do jornal, nomeadamente as oriundas de organizações de saúde que, no *Público* e no *Telejornal*, foram actores regulares na construção social da pandemia.

Menos interventivo do que o seu rival, o *tablóide* optou por medir o impacto em Portugal de medidas e anúncios produzidos fora do país, auscultando personalidades nacionais e ignorando os agentes internacionais. O estrangeiro, deste ponto de vista, foi fonte colectiva de notícias e de ansiedades que tinham de ser resolvidas em Portugal, mas não justificava atenção primordial. Além disso, a ausência de correspondentes do jornal no estrangeiro poderá também explicar esse apagamento das fontes jornalísticas mais próximas da origem de muitos acontecimentos relacionados com a gripe.

Na verdade, não se detectaram personalidades políticas ou sanitárias internacionais entre as principais fontes identificadas pelo jornal (Figura 46), mas, a nível organizacional, o Ministério Brasileiro da Saúde e a Secretaria Norte-Americana da Saúde foram utilizadas regularmente, por norma para descrever a progressão da doença nos respectivos territórios ou para dar conta de novas medidas de contenção. Reflectindo a sua vocação destinada a um público emigrante, o jornal recorreu também à Secretaria de Estado para as Comunidades e enfatizou a Secretaria Regional da Saúde dos Açores.

Fontes	Valores	Frequência
Organizações ou profissionais de saúde nacionais	116	23,10
Organizações ou personalidades políticas nacionais	112	22,31
Organizações ou personalidades políticas estrangeiras	53	10,55
Organizações ou profissionais de saúde estrangeiros	46	9,16
Representantes de interesses empresariais	30	5,97
Personalidades do desporto	29	5,77
Representantes de farmácias ou farmacêuticas	24	4,78
Jornais ou jornalistas	24	4,78
Famílias de doentes ou vítimas	16	3,18
Personalidades do teatro, cinema ou moda	12	2,39
Representantes de escolas	9	1,79
Passageiros e representantes de interesses turísticos	7	1,39
Utentes de centros de saúde (incluindo vacinados)	4	0,79
Cientistas e universidades	3	0,59
Outras fontes	17	3,38
Totais	502	100%

Figura 45 - Tipologia das fontes identificadas pelo *24 Horas*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Comparando o volume de fontes utilizadas pelos dois jornais, verifica-se uma pluralidade muito mais acentuada no *Público*, que recorreu a 1217 fontes de informação

ao longo de todo o caso, um número francamente superior às 502 do *24 Horas* e sintomático de um estatuto de jornal de referência, que procura diferentes perspectivas para cimentar o seu tratamento dos temas da agenda.

Entre as principais fontes do *24 Horas*, Ana Jorge e Francisco George foram maioritários, destacando-se também dois agentes de saúde não particularmente importantes na agenda do *Público* – Fernando Maltez (o representante do Hospital Curry Cabral, em Lisboa, onde foram tratados muitos dos casos mais severos da gripe) e Pedro Lopes (da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, escutado no âmbito do debate sobre a capacidade de resposta das unidades de saúde).

Tal como no *Público*, a avaliação de Ana Jorge e Francisco George foi evoluindo. Em Julho de 2009, o jornal personalizou em Ana Jorge a capacidade de resposta à gripe, acompanhando a ministra durante 24 horas na “roda-viva” provocada pela gripe (*24 Horas*, 22.07.09); em Fevereiro do ano seguinte, o tom já mudara. Joaquim Letria escrevia então: “Nunca um Ministério da Saúde gabou tanto na TV os seus mortos. George & Jorge anunciavam os mortos da H1N1. Mesmo em menor número do que as vítimas da gripe tradicional, ou do catarro. (...) Medicamentos, nem com a OMS e governos amigos se consegue vender tudo.” (*24 Horas*, 24.02.10). Meses mais tarde, o mesmo articulista criticava Graça Freitas: “Se as enfermeiras e os médicos têm mais medo da vacina do que do vírus H1N1 e não querem vacinar-se, como quer a menina [Graça Freitas] convencer-nos a dar vazão aos milhões de doses que a ministra comprou?” (*24 Horas*, 27.04.10).

Personalidades	Valores	Organizações	Valores
Ana Jorge	35	Ministério da Saúde	36
Francisco George	17	OMS	30
Graça Freitas	8	Ministério Brasileiro Saúde	11
Manuel Pizarro	6	Secretaria de Saúde dos Açores	5
Filipe Froes	5	Secretaria de Saúde dos EUA	5
Fernando Maltez	4	DGS	5
Pedro Lopes	4	Secretaria Estado Comunidades	10
Cavaco Silva	3	Lusa	4

Figura 46 – Principais indivíduos e organizações identificados como fontes no *24 Horas*.

Entre os agentes políticos, a ministra reuniu a maior quota de referências, e os principais políticos da nação só foram referidos no âmbito da vacinação. Em Novembro, ao aceitar vacinar-se em público para aumentar a confiança no sistema de vacinação, o primeiro--

ministro José Sócrates foi tema de uma notícia ocasional, curiosamente mais focada na enfermeira que o vacinou e que nunca “tinha vacinado famosos” (24 Horas, 13.11.09).

Retomando a Figura 45, vale a pena ainda notar que as personalidades desportivas tiveram no 24 Horas bastante mais espaço do que no *Público*. O jornal noticiou com amplo destaque a digressão abortada do Benfica aos Estados Unidos por receio da gripe (26 e 27.05.09), a suspeita não confirmada de contágio de Cristiano Ronaldo (11.08.09) ou os apelos de desportistas famosos à vacinação (30.09.09). Em Agosto, aproveitou a recuperação de um basquetebolista já infectado para defender que os cuidados de saúde exageravam no aparato com que recolhiam os doentes em casa (10.08.09).

Também entre as celebridades de televisão, cinema, teatro e moda, as notícias abundaram. A celebração da gripe foi evidente: por vezes, as notícias referiam meramente o contágio de uma personalidade, como um actor da saga de Harry Potter (06 e 07.07.09), Dennis Hopper (02.10.09) ou Elton John (02.11.09); noutras ocasiões, o jornal utilizou uma celebridade como metonímia da sua orientação, explicando a natureza do risco e a capacidade de infecção dos vírus junto dos mais novos, como nas notícias “Nuno Markl está com medo da pandemia desde que é pai” (13.08.09) ou “Maria Cavaco Silva angustiada pelos cinco netinhos” (11.11.09).

A linha editorial do jornal mostrou-se pontualmente confusa. A 18 de Novembro, por exemplo, o jornal personificou na actriz Cláudia Vieira o seu apelo à vacinação das grávidas. Um dia depois, porém, escrevia: “Mães famosas não vão vacinar os filhos” (19.11.09), destacando quatro personalidades da moda que recusavam a vacina.

Partiu também deste jornal a recomendação, através das celebridades, do uso de máscaras respiratórias, medida profiláctica de efeito duvidoso mas fortemente icónico. A 24 de Julho, o jornal referia mesmo que, face ao medo da gripe, o actor “Ricardo Pereira comprou uma máscara que o acompanha para todo o lado”.

Os representantes de interesses empresariais foram igualmente escutados pelo jornal, sobretudo no debate sobre os benefícios da indústria farmacêutica. Em Agosto, por exemplo, escrevia-se no 24 Horas: “Ganhar milhões com o pânico da gripe A. Laboratórios internacionais são os que levam as maiores fatias.” (24 Horas, 15.08.09). Antes, em Maio, o jornal antecipara o impacte da gripe no sector das transportadoras, citando o presidente da RyanAir: “Muito mais pessoas na Europa vão morrer hoje em desastres de viação do que por causa da gripe suína” (24 Horas, 01.05.09)

No *Telejornal*, em contrapartida, a hierarquia das fontes modificou-se face ao panorama que descrevemos nos jornais (Figura 47). Manteve-se a tendência já detectada no

24 Horas de concentração de esforços nos agentes sociais portugueses, embora, no caso do programa de informação televisiva, a rede de correspondentes no estrangeiro fosse invejável e as intervenções de nota de personalidades estrangeiras estivessem habitualmente disponíveis através das agências noticiosas. Cremos que se tratou de uma opção declarada, inspirada pelo conceito de jornalismo de proximidade, ao abrigo do qual a actualidade próxima é mais relevante e merece mais atenção da audiência.

A informação foi assim fornecida maioritariamente por fontes nacionais, remetendo as organizações de saúde e as personalidades políticas estrangeiras para lugares mais discretos na hierarquia, embora Margaret Chan e Kenji Fukuda figurem entre as fontes individuais mais citadas (Figura 48).

	Fontes	Frequência
Organizações ou profissionais de saúde nacionais	244	25,25
Organizações ou personalidades políticas nacionais	155	16,04
Familiars de doentes ou vítimas	101	10,45
<i>Vox populi</i>	96	9,93
Organizações ou profissionais de saúde estrangeiros	66	6,83
Representantes de interesses empresariais	50	5,17
Passageiros e representantes de interesses turísticos	49	5,07
Utentes de centros de saúde (incluindo vacinados)	42	4,34
Organizações ou personalidades políticas estrangeiras	39	4,03
Representantes de escolas	35	3,62
Representantes de farmácias ou farmacêuticas	21	2,17
Personalidades do desporto	9	0,93
Interesses sindicais	9	0,93
Cientistas e universidades	8	0,82
Jornais ou jornalistas	5	0,51
Personalidades do teatro, cinema ou moda	3	0,31
Outras fontes	34	3,51
Totais	966	100%

Figura 47– Tipologia das fontes identificadas pelo *Telejornal*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Os líderes políticos internacionais tiveram pouca relevância no noticiário, excepto em momentos pontuais no início da construção social, quando os chefes de Estado do México e dos Estados Unidos mereceram atenção mais regular, esmorecendo depois a partir daí. A partir do Verão de 2009, encontramos também um nicho de referências a políticos internacionais quando estes se tornaram tema de notícias em função do seu

próprio contágio. Foi o caso, por exemplo, de Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, filmado a espirrar enquanto discursava, um prenúncio da sua infecção por gripe A que alimentou o debate sobre o contágio entre chefes de Estado (*Telejornal*, 29.08.09).

Em comparação com os outros media da amostra, o *Telejornal* baseou a sua produção informativa em 929 fontes, um registo inferior ao do *Público*, mas superior ao do *24 Horas*. As organizações de saúde nacionais foram as fontes mais citadas, correspondendo a 26% do total das fontes utilizadas, um índice a meio termo entre os 28% que essas fontes pesaram no *Público* e os 23% registados no *24 Horas*.

Personalidades	Valores	Organizações	Valores
Ana Jorge	68	OMS	25
Francisco George	33	Ministério da Saúde	16
Margaret Chan	8	DGS	13
Kenji Fukuda	7	Linha Saúde 24	6
José Sócrates	6		
Manuel Pizarro	6		
Jaime Nina	5		
Pereira Miguel	5		
Pedro Nunes	5		

Figura 48– Principais indivíduos e organizações identificados como fontes no *Telejornal*.

No campo político nacional, a ministra Ana Jorge reuniu ampla preferência entre os jornalistas da RTP, embora a sua participação se tenha resumido ao período compreendido entre Abril e Dezembro de 2009. Ao contrário dos outros media da amostra, a ministra saiu abruptamente das notícias sobre a gripe na televisão, circunstância interpretada como estratégica por Isabel Pereira Santos:

«Em Novembro, a ministra [talvez] não estivesse tão confortável até porque já se teria apercebido de que não existiria a dimensão pandémica esperada, que tinha sido feito um investimento brutal em vacinação que nem sequer era unânime entre os profissionais de saúde. Politicamente, a situação seria desconfortável.»

(entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L).

Durante o ano de 2009, coube a Ana Jorge identificar publicamente as prioridades do combate à gripe, marcando a tónica do discurso jornalístico sobre o tema. Existem vários exemplos desta noticiabilidade intensa da ministra e da sua forte influência no agendamento de ângulos de tratamento para tópicos relacionados com a pandemia.

Destacamos um. No início de Agosto de 2009, colocada perante o conhecimento de dois casos no Algarve de ressentimento das famílias com a infecção de crianças e posterior

deslocação aos centros de saúde com o intuito de contagiar outros indivíduos, Ana Jorge emitiu uma declaração televisiva sobre o problema, enquadrando o novo risco, apelando à tranquilidade, mas insistindo também na definição deste comportamento, não só como imoral, mas também como ilegal.⁸³ A sua intervenção parece ter sido uma resposta às declarações de um familiar de uma criança infectada publicadas no *24 Horas*: “Contagiaram a minha filha, por isso vou contagiar os outros.” (11.08.09). Ao abordar publicamente o tema, a ministra suscitou um debate sobre a legislação aplicável às quarentenas forçadas e às sanções previstas para casos de contágio deliberado.

«Receei que aqueles comportamentos tivessem um efeito de bola de neve. Que outros pais o seguissem. Foi só isso. Aquelles pais ficaram muito assustados com a doença dos seus filhos e acharam que havia responsabilidade dos outros. E numa situação de incerteza, em que se desconhece ainda o que vai suceder quando uma percentagem ampla da população estiver infectada mas já se sabe que muitos mortos no mundo são crianças ou jovens, temos de reagir. A nossa sociedade aceita com mais facilidade a morte de um idoso por uma doença desencadeada pela gripe. Numa criança, não é aceitável. As crianças não estão feitas para morrer por aquilo que conhecemos do ciclo normal de vida nos humanos. Além disso, no Algarve, vivia-se uma situação mais complicada. Os serviços de saúde no Algarve já não são fortes. Quando tiveram de lidar com uma população flutuante que duplicou ou triplicou a residente, estiveram perto da ruptura. No fundo, temi que esse fenómeno se expandisse e que se tornasse comum noutras zonas do país. Preferi denunciar, chamando a atenção para o erro do comportamento, a ilegalidade da situação e apelando ao bom senso.»
(entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

Ana Jorge foi igualmente a porta-voz da notificação do agravamento pontual dos indicadores da pandemia. O primeiro *cluster* escolar de casos em Julho de 2009, os primeiros doentes em risco de vida em Agosto e as primeiras mortes em Setembro e Outubro foram comunicados pela ministra. Tratou-se, segundo a própria, da aplicação do protocolo do Ministério da Saúde, um modelo de comunicação que apostava nas capacidades comunicacionais da ministra para emitir informação válida e objectiva.

⁸³ Cerca de um mês antes, o *24 Horas* já tinha antecipado que quem transmitisse conscientemente uma doença contagiosa a outrem estaria sujeito a uma pena de prisão (*24 Horas*, 09.07.09).

«O primeiro óbito ocorreu em plena campanha legislativa [a 23 de Setembro de 2009]. Apanhou-me em Coimbra. O facto de terem decorrido duas eleições [autárquicas e legislativas] enquanto o país enfrentava um problema de saúde daqueles também deve ser equacionado, porque os cuidados foram redobrados. Tive muito cuidado para nunca ser acusada de estar a aproveitar o tema da gripe para fazer campanha eleitoral.⁸⁴ Essa morte surgiu de facto numa altura tardia, mas era inevitável que mais cedo ou mais tarde morressem doentes. Esse caso era muito complexo. O doente tinha muitos factores de risco conhecidos e a gripe foi mais uma patologia que se juntou. De qualquer maneira, o protocolo definido dizia que teria de ser eu a revelar ao público esse desfecho e foi o que fiz, procurando enquadrá-la no tal equilíbrio entre o apelo à tranquilidade e a preocupação pela materialização do desfecho temido. Foi nesse caso que verdadeiramente testámos o processo de comunicação.

Julgo que também foi complicado o dia em que morreu a criança de dez anos [a 29 de Outubro de 2009]. Por um lado, porque se tratava de uma criança; por outro, porque começou por ser sugerido que o hospital tinha falhado no acompanhamento deste caso. Optei por fazer uma curta intervenção porque nunca me passaria pela cabeça estar naquele momento a argumentar com a família se havia, ou não, erro do hospital. Mas não sabia o que tinha acontecido. Por isso, uma vez mais, antes de comunicar ao público, eu precisava de saber todos os dados. Dois dias depois, já sabíamos que o hospital não tinha qualquer responsabilidade e já tínhamos garantias de que iríamos transmitir informação rigorosa. Já podíamos falar. É o modelo que preconizo.»

(entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

Mais dependente da imagem do que outros media da amostra, a televisão apoiou-se nas conferências de imprensa diárias da ministra. A maioria das intervenções desta como fonte do *Telejornal* ocorreu nesse período, mostrando grande dependência dos comunicados do Ministério da Saúde para manter o tema na agenda. A partir dessa fase, foi Francisco George quem mais deu a cara pelo combate contra a gripe no *Telejornal*. A cobertura jornalística da RTP revelou-se assim mais dependente da informação oficial. No final de Agosto, o próprio *Telejornal* reconheceu que, ao entrar numa nova fase da pandemia “e as autoridades de saúde deixaram de fazer o relatório diariamente,

⁸⁴ Apesar deste cuidado, essa crítica chegou a ser difundida. O colunista Campos e Cunha associou o investimento governamental português na comunicação da gripe A às eleições que se avizinhavam, sugerindo que o tema merecia atenção em excesso para retirar da agenda os temas económicos menos favoráveis ao governo. Sustentava a sua opinião no facto de, em outros países europeus, a gripe estar arredada dos noticiários (*Público*, 18.09.09)

torna-se impraticável dar esta informação de uma forma rigorosa e fidedigna”. A partir desse dia, o programa passou a referir a progressão de contágios por estimativas, anunciando, na circunstância, que o número de casos “deve ter ultrapassado a barreira dos dois mil” (*Telejornal*, 22.08.09). O mesmo sucedeu pouco depois: a inflexão de estratégia do Centro Europeu de Controlo da Doença, que passou a concentrar-se mais no acompanhamento estatístico dos doentes hospitalizados e já não nos infectados (*Telejornal*, 02.09.09) foi igualmente recebida sem aparente reflexão ou balanço.

Na RTP, mais do que nos outros media, salientou-se também a dupla condição da ministra como política e como médica. Um bom exemplo encontra-se na edição do dia 7 de Julho de 2009. Ao entrevistar a ministra em estúdio, o jornalista José Alberto Carvalho começou por referir que apelava também à carreira da ministra como médica para ajudar a explicar à população o risco sanitário em curso. Mas a estratégia não se limitou a esse exemplo isolado. Quando Francisco George se deslocou ao Alentejo para sensibilizar os médicos para a necessidade de vacinar os grupos de risco da população, referiu, do palanque, que falava “como vosso colega” (*Telejornal*, 08.11.09), sintoma da necessidade de revestir as decisões de um saber técnico inerente à profissão.

Para Ana Jorge, a sua condição de profissional de saúde não foi explorada deliberadamente pelo Ministério da Saúde, mas tornou-se uma ferramenta útil para transmitir tranquilidade à população. Evidentemente, o ministro da Saúde não provém sempre desta área de especialidade, o que não constitui *per se* uma debilidade na comunicação de risco, mas apresenta desafios específicos.

«Creio que foi importante. Pode não ser sempre, mas neste caso creio que foi. Além disso, a minha formação específica é na área da saúde pública, portanto tinha experiência de situações como esta e percebia o tom tranquilizador que é importante usar neste contexto. Quando o ministro não vem da área da saúde, pode obviamente fazer o mesmo discurso, mas tem de se socorrer de apoios técnicos mais fortes para fundamentar o que vai dizer. O técnico também pode realizar a comunicação mas com a desvantagem de não ser o decisor, pelo que pode provocar algum ruído no processo.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

A Figura 47 revela ainda a proporção de casos em que as fontes foram vítimas ou familiares de vítimas do vírus no *Telejornal*. Os primeiros casos de contágios importados foram acompanhados com mais proximidade do que nos jornais, o que

motivou também críticas mais precoces ao alarmismo das autoridades, normalmente oriundas destes agentes sociais. Um exemplo adequado foi produzido pelo caso de uma doente suspeita de infecção que fugiu do Hospital de Seia antes de receber alta hospitalar. O programa ouviu o marido da vítima, que referia a propósito dos médicos: “Parecia que estavam a ver fantasmas. Que éramos leprosos.” (*Telejornal*, 21.05.09).

Este registo manteve-se ao longo do ano de 2009. A televisão recorreu às vítimas ou familiares que, através dos seus exemplos, tornavam palpável a doença, embora as suas intervenções se revestissem de inevitável subjectividade. Um grupo de estudantes portugueses em Itália tornou-se assim notícia porque contraiu o vírus (*Telejornal*, 10.07.09). A 6 de Setembro, o pai de um rapaz em coma no Hospital de Faro descrevia-se como um “homem dividido entre a fé e a ciência”. Pouco depois, face ao primeiro óbito em Portugal, o *Telejornal* visitou o local onde “cresceu o primeiro homem que morreu de gripe” e falou com os amigos da vítima (*Telejornal*, 26.09.09). Embora tenha reservado nesse dia a identidade do defunto, a sua fotografia foi mostrada dias depois, talvez porque outros media já o tinham também feito (*Telejornal*, 12.10.09).

De acordo com Nuno Brandão (2005: 190), o cidadão comum é fonte de apenas 5,08% das notícias televisivas, mas, face a acidentes e catástrofes, essa percentagem eleva-se para quase o dobro. Cremos que a pandemia exacerbou essa circunstância.

O directo, nesse campo, é o espaço por excelência da emoção e onde este tipo de testemunhos ganha relevo. Como Jesus Gonzalez Requena referiu (1999: 96), o directo não implica a transmissão de uma mensagem específica à audiência, mas sim a manutenção do contacto com ela, prendendo-a à expectativa de que algo se vai passar.

Encontramos essa dimensão na sequência da morte súbita do rapaz de 10 anos em Outubro. A madrasta falava em directo no *Telejornal* quando recebeu a informação por mensagem escrita de que o enteado tinha de facto contraído o vírus. Anunciou-o à jornalista e, através do directo, ao país, cumprindo o desígnio da informação em directo (*Telejornal*, 28.10.09). Como notou Nuno Brandão, o directo cria a ilusão “no espectador de que está em presença de uma informação mais credível e autêntica”, gerando um sentimento de participação e uma hiperactualidade através da qual “o instantâneo sobrevaloriza o momento” (Brandão, 2005: 143). De alguma maneira, porém, o directo continua a ser uma realidade “preparada, cerimonial, encenada para consumo televisivo” (Rodrigues dos Santos, 2003: 196-99).

Para além das vítimas e dos seus familiares, as notícias televisivas sobre a gripe enfatizaram a *vox populi*, chamando o cidadão comum à antena, escutando-o

frequentemente, mesmo quando a ausência de conhecimento pericial o desaconselharia, como veremos no subcapítulo sobre o enquadramento do debate da vacinação. Mesmo assim, Lopes e colegas consideraram pouco expressiva a exposição do cidadão comum nas notícias sobre a gripe, afinal, o “centro de todas as preocupações” (2010: 150).

Nas primeiras semanas, a cobertura jornalística do caso desenvolveu-se também em torno dos aeroportos, antecipando os problemas sentidos pelas empresas de transporte e pelos representantes turísticos das regiões mais afectadas. Logo a 29 de Abril, o *Telejornal* ouviu uma lojista do aeroporto queixando-se de “uma chinesa que espirrou três vezes para cima de mim”, sintoma evidente do pânico sentido entre a população. Mais tarde, já o problema migrara para as empresas que, como a TAP, culpavam a gripe pela quebra de passageiros (*Telejornal*, 29.07.09) Aliás, os interesses empresariais mereceram atenção do canal público, que escutou regularmente fontes empresariais. Numa primeira fase, o problema centrou-se no absentismo, pois “o impacte de ficarmos em casa é incalculável” (*Telejornal*, 17.08.09). Pouco depois, já se focava nas funerárias que, embora antecipassem lucros com o problema inesperado, queriam “definição sobre como devem tratar as vítimas da doença” (*Telejornal*, 19.08.09).

As fontes científicas, em contrapartida, tiveram dificuldades de acesso ao espaço jornalístico televisivo, mesmo numa epidemia na qual a sua participação deveria ser rotineira (Nerlich e Halliday, 2007). No debate sobre a gripe das aves na Grã-Bretanha, Brigitte Nerlich e Christopher Halliday documentaram aliás como as fontes científicas aproveitaram as escassas ocasiões de participar no debate para instigar medo, incitando à acção e personificando então a função que Frank Furedi (2007: 112) já lhes antecipara na sociedade de risco: a de apóstolos da desgraça, tomando o papel dos agentes religiosos, fomentando a política do medo e explorando a vulnerabilidade colectiva.

No caso da gripe, encontrámos dois grupos de fontes periciais na informação televisiva. As académicas, associadas a universidades, foram votadas ao silêncio quase absoluto. Ironicamente, acabaram por registar presença como indicadores de falhas na cobertura do risco. O *Telejornal* citou pontualmente estudos não identificados, oriundos do estrangeiro, em aparente contradição com as medidas da DGS. Aliás, a tendência de citar investigações não verificadas, oriundas de agências noticiosas internacionais, deverá merecer atenção dos produtores de informação no futuro pela desestabilização provocada pelas notícias daí decorrentes.

Um bom exemplo foi a informação sobre um estudo britânico (sem identificação clara da autoria ou da publicação onde fora submetido) que sugeria a reduzida eficácia dos

antivirais como o Tamiflu em crianças infectadas com o vírus da gripe sazonal (*Telejornal*, 10.08.09). Mais tarde, a informação sobre os efeitos mais invulgares da vacina, como um teste falso positivo de sida e hepatite, carecia igualmente de contextualização técnica, na medida em que essa é uma consequência tradicional das vacinas (*Telejornal*, 13.10.09). E dois dias depois informava-se também a audiência que “os benefícios ultrapassam os riscos, mas alguns artigos apontam efeitos secundários graves como a paralisia ou a morte” (*Telejornal*, 15.10.09).

Sintoma da fraca cientificidade presente nas redacções, este tipo de notícias legitima o debate sobre a permissividade do jornalismo face aos estudos mal validados ou não citados correctamente. Sem um promotor directo da informação, com o qual possam debater as especificidades do estudo, os jornalistas caem no logro de noticiar informação oriunda do estrangeiro, cuidando que a validação já foi previamente executada na linha de montagem da informação, uma suposição que a realidade pode não confirmar.

Já as fontes de índole médica, normalmente ligadas a unidades de saúde, tiveram uma presença importante, ajudando a enquadrar o problema como uma emergência médico-sanitária. Francisco George foi a personalidade mais ouvida. Escutado logo na primeira semana, referiu que a gripe oriunda da América do Norte era “um problema que se resolverá tranquilamente” (*Telejornal*, 29.04.09) e que a DGS estava “em alerta mas não em alarme” (*Telejornal*, 26.04.09). Manteve acesso ao jornal televisivo até à fase de rescaldo, período em que Ana Jorge deixou praticamente de ser ouvida.⁸⁵

Nesse momento, a partir de Janeiro de 2010, o *Telejornal* optou também por recuperar declarações de personalidades médicas da OMS, sobretudo a partir do momento em que um acontecimento-chave suscitou a discussão internacional em torno das motivações da OMS. Um agente político no Conselho Europeu de Saúde, Wolfgang Wodarg, acusou directamente a OMS de ter cedido à promiscuidade de interesses com farmacêuticas e a erros de cálculo (*Telejornal*, 25.01.10). Wodarg foi apresentado como presidente da Comissão de Saúde do Conselho da Europa e – mais importante ainda – como “especialista internacional de renome”, embora fosse presidente da Assembleia Parlamentar da Comissão de Saúde do Conselho da Europa, um órgão sem particular expressão no quadro das instâncias europeias. Nessa edição do *Telejornal*, porém, a sua intervenção foi enquadrada como sintomática de um movimento mais vasto de crítica à

⁸⁵ Refira-se ainda que Lopes e colegas (2010: 149) chamaram a atenção para as vozes silenciadas na cobertura jornalística da gripe, como os administradores e directores de unidades hospitalares, os enfermeiros, os *sites* e blogues da especialidade ou os assessores no campo da saúde – conclusão igualmente patente na nossa recolha, com a eventual excepção dos responsáveis hospitalares que constaram regularmente nas notícias do *Público*.

OMS, e José Alberto Carvalho referiu que “especialistas internacionais questionam se a gripe A é de facto uma pandemia preocupante ou uma invenção”.⁸⁶

Na televisão, esta argumentação não foi contestada (apesar de um curto excerto de 17 segundos de Francisco George no mesmo dia) e foi necessário esperar quatro dias para ouvir a versão das instâncias médicas internacionais. Kenji Fukuda disse então: “É um pouco difícil, nove meses depois, criticar, dizendo que se compraram demasiadas vacinas. Creio que o justo é partir do princípio e perguntar se as considerações eram razoáveis e se se tomaram boas decisões.” (*Telejornal*, 29.01.10). A mesma linha de argumentação é apresentada por Ana Jorge, que chamou a atenção para a necessidade de escrutinar as decisões públicas considerando o contexto em que estas foram tomadas.

«A situação nunca é ideal, ao contrário do que sucede quando se criam planos de contingência. A informação não é suficiente. Há muita incerteza. As primeiras previsões eram muito assustadoras e a rapidez com que o problema evoluiu de uma fase pré-pandémica para a pandemia foi muito elevada. Porém, as decisões políticas não podiam ser adiadas. Quando a situação evoluiu para uma pandemia, em Junho, praticamente não tínhamos casos em Portugal. Sabíamos que chegariam e, a tomar medidas de contenção, elas teriam de ser decididas nessa fase. Não era quando os serviços de saúde estivessem inundados de casos.

A comunicação que entendemos fazer ao público durante grande parte do caso tentava conter o pânico entre a população, mas não podia garantir que nada iria acontecer porque ninguém sabia ao certo o rumo da pandemia. Não se podia atemorizar de mais, mas também não se podia aliviar de mais, sob risco de o público concluir que, afinal, não se justificava fazer nada. (...) Não houve exemplo mais concreto dessa dificuldade do que a decisão de aquisição das vacinas. Compramos ou não compramos? Implicava um valor financeiro elevado e nós corríamos vários riscos: comprar vacinas a mais e estas não serem precisas; não comprar e depois ter de lidar com o contágio sem uma ferramenta importante de contenção; e, por fim, atrasar em demasia a encomenda e depois não as termos a tempo. Recordo que não havia capacidade dos laboratórios para produzir vacinas em quantidade suficiente para todos os países interessados.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

⁸⁶ O tratamento do *Público* ao mesmo caso foi mais próximo das autoridades de saúde. Apesar de fazer eco de textos afixados em blogues, nos quais se considerava a gripe A uma “fraude e um dos maiores escândalos de sempre”, o jornal deu voz a Francisco George e, em editorial, defendeu as opções das autoridades: “A arte de prever o futuro nunca foi fácil. A OMS decidiu apontar baterias à pior hipótese. Acabou por ser o cenário menos grave a materializar-se. Será isso um fracasso?” (*Público*, 26.01.10)

Para Filipe Froes, a atenção concedida às declarações do político alemão foi sintomática de uma saturação jornalística face aos enquadramentos utilizados até então, uma ânsia de descrever novos ângulos para o problema e alguma falta de rotina na apreciação de testemunhos de fontes com diferente peso pericial.

«Keiji Fukuda veio a Portugal em Janeiro ou Fevereiro de 2010 numa altura em que o deputado Wolfgang Wodarg tinha incendiado os ânimos, ao acusar a OMS de negligência na gestão da gripe, e contou-me que a discussão no Parlamento Europeu tinha sido surreal. O deputado tinha feito acusações graves, que rapidamente captaram a atenção dos meios de comunicação e que obrigaram a OMS a responder. Mas quando o Dr. Fukuda lhe perguntou em que se baseava para tamanhas críticas, ele disse: “É a minha opinião.” Ora, é importante estudar os processos que motivam os media de forma a que, para alguns, baste formular uma opinião controversa para criar notícias enquanto outros tenham de se desdobrar em justificações que, muitas vezes, acabam por nem figurar nos media.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

No quadro das personalidades médicas nacionais escutadas pelo *Telejornal*, sobressaíram vários nomes, entre investigadores como Jaime Nina, pneumologistas como Filipe Froes, responsáveis hospitalares como Fernando Maltez ou administradores como Pereira Ramos, então director do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Por fim, merece ainda referência um grupo com alguma expressão nas notícias televisivas: as celebridades. A RTP utilizou pontualmente personalidades dos seus próprios programas para enfatizar os comportamentos de limpeza e desinfecção, facilitando a sua assimilação por parte da audiência. Encontrámos dois bons exemplos desta utilização: uma notícia centrada nos conselhos de Tânia Ribas de Oliveira e João Baião para evitar o contágio da gripe (*Telejornal*, 10.07.09) e a narrativa do humorista Luís Filipe Borges, infectado no início do Verão com gripe e que utilizou a televisão para contar a sua experiência, desmistificando os sintomas do contágio. Cremos que este tipo de recurso tem a vantagem de tornar palpáveis os cenários anteriormente traçados pelos peritos, antecipando a generalização dos contágios. A mensagem subjacente a esta notícia é a conclusão segundo a qual qualquer pessoa – mesmo as célebres – estão sujeitas a este vírus, motivo pelo qual se deve redobrar a atenção. Será porventura uma excepção à tendência apontada por José Luís Garcia (2009b:31) segundo a qual a

exploração da faceta lúdica da actualidade, das histórias de interesse humano e da vida das celebridades caminha para a hegemonização nos conteúdos televisivos.

Nesta circunstância, em função dos objectivos da comunicação de risco, é proveitoso aproveitar pontualmente a exposição e notoriedade das celebridades e integrá-las em estratégias de divulgação de comportamentos e atitudes profilácticos em sintonia com a planificação das autoridades de saúde, como se registou nos exemplos em apreço.

9.7 – O discurso sobre a gripe

O discurso jornalístico sobre cada ameaça sanitária não é estanque, nem totalmente original. Integra-se num quadro mais vasto, de construção discursiva sobre a doença na sociedade moderna, enquanto desvio face à normalidade (Lupton, 2003). Nessa concepção, repete narrativas e mitologias de descrições anteriores, provocando ressonâncias na audiência. A sua utilização por parte do sistema jornalístico, porém, é controversa na literatura especializada. Daniel Innerarity (2006/2010) argumentou que essa construção explora a insegurança dos leitores ou espectadores, confirmando os seus preconceitos. Os acontecimentos são assim personalizados em alguns indivíduos ou grupos e a responsabilização pelo novo problema social é sempre imputada, simplificando o mundo em bons e maus. “Os mitos protegem, mas sem eliminar completamente o motivo do temor: gerem o medo, mantendo, ao mesmo tempo, a sua oferta de protecção. É isso que fazem os meios de comunicação quando nos recordam repetidamente a nossa vulnerabilidade.” (2006/2010: 94).

Em contrapartida, Deborah Lupton (2003: 62) inseriu a sua reflexão sobre a repetição sucessiva de mitos e narrativas sobre a doença num movimento mais amplo, datado da revolução industrial, período em que ganhou popularidade a metáfora do corpo como máquina, ao abrigo da qual a doença é uma avaria que pode, ou não, ser reparada. Face a estas anomalias, existem estratégias e modelos de resposta que se adequam à severidade da ameaça, reconhecendo igualmente, como Gonçalves e colegas notaram (2007: 235), que “enquanto os peritos constroem ‘macrorriscos (risco estatístico), os jornalistas constroem ‘microrriscos’ (destinos individuais das possíveis vítimas, que parecem ir mais ao encontro da cultura dos leigos”).

Encontrámos na análise de conteúdo diversas formas de tratamento discursivo do vírus da gripe. A primeira, coerente com o trabalho de Lupton, foi a militarização da luta contra a doença, concepção que exige a representação do sistema imunitário como uma linha de defesa que se encontra sob cerco, mas que continua a luta para repelir o invasor. Este modelo discursivo – muito adoptado pelas campanhas de prevenção – exige a

mobilização da comunidade contra a emergência e justifica os sacrifícios indispensáveis para contrariar a ameaça. Os médicos e restantes profissionais são então descritos como generais que lideram a batalha contra a doença.

Este registo discursivo foi identificável ao longo de toda a cobertura jornalística. No *Público*, ainda em Abril, referia-se em título: “Portugal em alerta e com reservas de Tamiflu a postos” (*Público*, 27.04.09), antes ainda de se conhecer como progredia a ameaça e que modelos de defesa seriam eficazes. Um dia depois, o mesmo jornal emitiu um “alerta de epidemia global” (*Público*, 28.04.09), sintomático do grau de alarme.

Talvez o momento mais explícito de aplicação da linguagem militarizada no combate à doença tenha ocorrido em Agosto. Mário Jorge Santos, representante da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, sintetizou então o momento em que o país se encontrava: “Isto é como na guerra. Fazemos trincheiras, mas se o inimigo penetra vamos ter que retirar” (*Público*, 08.08.09). Na televisão, entretanto, anunciava-se uma “nova fase do combate à doença” (*Telejornal*, 19.08.09) e apresentava-se a Linha Saúde como “a retaguarda de resposta à gripe” (*Telejornal*, 24.08.09).

Quando o Ministério da Saúde convidou médicos reformados a regressar pontualmente ao serviço, estes profissionais foram descritos como “reforços contra a gripe” (*Telejornal*, 27.08.09), ideia repetida um dia mais tarde no mesmo programa. Pouco depois, o *24 Horas* notava o “Grande Porto a postos para atacar a gripe” (*24 Horas*, 29.08.09). No mês seguinte, ao noticiar o primeiro óbito em Portugal, o mesmo jornal referia mais uma dimensão militar do vírus: “Gripe A foi o golpe de misericórdia” para a vítima (*24 Horas*, 25.09.09). Os óbitos justificavam assim que o Ministério da Saúde estivesse “em luta contra a pandemia” (*24 Horas*, 21.10.09) e que Francisco George, em jeito de moral às tropas, afirmasse: “Os médicos e enfermeiros estão na linha da frente.” (*Telejornal*, 26.10.09). Em Novembro, o milionário Bill Gates deu sinais de apoiar “a guerra aos vírus” (*24 Horas*, 20.11.09) e o último registo desta militarização do discurso foi encontrado em Fevereiro de 2010. O pai de um doente que acordou depois de um longo coma no Hospital de Faro sintetizou o que faltava ao filho para sair do hospital: “Vai vencer a última batalha da guerra.” (*Telejornal*, 21.02.10).

Registo discursivo dominante, a militarização da abordagem face à doença tornou-se o mecanismo mais vezes utilizado pelos media da amostra como estratégia de definição da gravidade da ameaça para toda a comunidade e da necessidade de conjugar esforços para encontrar uma resposta satisfatória. Mas existiram outras opções discursivas.

Em momentos da cobertura jornalística em que os repórteres terão sentido que a ameaça seria verdadeiramente grave, encontrámos o recurso a metáforas desportivas, tal como Lupton identificara no discurso sobre o cancro. Muitas vezes, a maneira como o doente lida com o cancro é construída como um combate em que o doente está em desvantagem, mas não cede. É uma opção melindrosa, na medida em que sugere que aqueles que não resistem são os mais fracos ou os desistentes, mas é uma metáfora útil para transmitir uma sensação de urgência ou de competição com a ameaça.

Em circunstâncias distintas ao longo do caso, descreveu-se assim a “Corrida ao antiviral nas farmácias” (*Público*, 30.04.09), a “Corrida às vacinas da nova gripe” (*Público*, 05.06.09), a “Corrida contra o vírus” (*Telejornal*, 22.08.09), a “Corrida às máscaras e ao Tamiflu” (*24 Horas*, 06.05.09) e até a “Corrida contra-relógio” (*Público*, 12.07.09).

A evolução do número de infectados alimentou também esta opção discursiva através da qual se concebeu o registo de novos casos como uma competição, na qual se obtinham recordes. O título do *24 Horas* (25.06.09) “Chegámos aos sete infectados” parece não esconder uma certa frustração pela meta atingida, sobretudo porque esta se verificou com atraso em relação às contagens de outros países. Mais à frente, já se escrevia que se estabeleceu um “Recorde de casos num dia: 23” (*Público*, 01.08.09) ou que “Batemos o recorde de casos positivos” (*24 Horas*, 12.08.09).

Os próprios especialistas não resistiram a utilizar expressões desportivas para enquadrar a sua experiência e transmitir à audiência a importância da preparação para uma doença prolongada no tempo. Assim, Kenji Fukuda referiu, em Junho, que uma “pandemia é uma maratona, não é um *sprint*” (*Público*, 12.06.09), enquanto o correspondente da RTP nos Estados Unidos dava voz a um médico americano envolvido na preparação da vacina: “Estamos numa corrida contra o vírus e este atraso [na produção de vacinas] dá alguma vantagem ao vírus” (*Telejornal*, 22.08.09). Mesmo Margaret Chan, directora-geral da OMS, não resistiu a uma analogia com os desportos atléticos, ao expressar o seu espanto perante a gripe que “progride a uma velocidade incrível” (*Telejornal*, 29.08.09). Ainda em consonância com o trabalho de Lupton, encontrámos um registo discursivo minoritário, mas relevante – a diabolização da gripe enquanto estratégia de interpretação da ameaça. Face a um risco imprevisto, alguns agentes sociais deram-lhe sentido não como uma anomalia mecânica, mas como uma entidade com vontade própria e com uma agenda deliberada. Um bom sintoma desta concepção foi a intervenção de Fernando Maltez, director do Serviço de Doenças Infecciosas do Hospital Curry Cabral em Lisboa, que definiu o H1N1 como “um monstro que apoquentia a espécie humana duas a

três vezes por século” (*24 Horas*, 05.05.09). Na televisão, foi referido também que o vírus é “um inimigo invisível a que é preciso escapar” (*Telejornal*, 30.04.09), tornando-se “o Inimigo Público 1”, “que pode ser representado como um monstro”, nas palavras de um pedopsiquiatra (*Telejornal*, 26.09.09).

Ao abrigo desta construção discursiva, a doença já não reflecte a ira dos deuses, mas sim a intervenção de um invasor microscópico, um agente maligno cuja acção interfere com a vida humana e ao qual, para facilitar o seu reconhecimento, se confere uma dimensão deliberada. Foi seguramente por isso que, em Outubro, no oráculo da televisão, se referiu que é “o H1N1 que fecha serviço hospitalar em Coimbra” (*Telejornal*, 22.10.09). Não eram as autoridades, ou a ministra. Era o vírus, a personificação do mal.

Encontrámos por fim um último registo discursivo ausente na concepção de Lupton. A gripe foi pontualmente entendida como fenómeno natural, uma manifestação da natureza cuja força e impacte é dificilmente contida. Como um sismo, um vulcão ou um furacão, a gripe é assim entendida como uma inevitabilidade natural. Peter Bernstein argumentou que “a ideia revolucionária que define a fronteira entre os tempos modernos e o passado é o domínio do risco: a noção de que o futuro é mais do que os humores dos deuses e que os homens e mulheres não são passivos face à natureza” (1996: 1). Anteriormente, o futuro “era um espelho do passado ou o domínio turvo dos oráculos e adivinhos que detinham o monopólio do conhecimento e da antecipação de eventos” (*ibidem*).

É possível que a detecção destes registos discursivos (ausentes na análise do discurso sobre a doença noutros países europeus) reflecta ainda um resquício da concepção animista dos fenómenos naturais que recusa um modelo humanizado de gestão do risco e entrega o destino aos palpites do oráculo ou dos deuses. Porque, se a causa pertence à natureza, é por definição imprevisível e a sua gestão está à partida votada ao fracasso.

Encontramos instâncias deste registo discursivo nas palavras do comentador Luís Delgado, um leigo em matéria de epidemiologia, mas que não hesitou em afirmar que a fase em que emerge agora um novo vírus significava que o “mundo está incontrolável” (*24 Horas*, 29.04.09). A gripe surge assim por vagas, como uma tempestade (“Nova vaga de gripe”, anuncia o *24 Horas* de 24.08.09), por picos de intensidade como um sismo (Primeiro pico da gripe A”, diz o *Público* de 25.11.09 ou “Portugal está na fase de pós-pico da pandemia”, *Público*, 25.02.10) ou “por ondas de impacte” (*Público*, 23.12.09). Em todas estas circunstâncias, a ameaça é uma força incontrolável e regida por mecanismos imperceptíveis. A propósito da morte súbita de um menino de 14 anos, este registo discursivo foi resumido numa frase: “É um mistério” (*Telejornal*, 30.11.09).

Curiosamente, a própria pandemia viria a constituir uma muleta discursiva no jargão político português de 2009 e 2010, penetrando como metáfora no discurso directo de políticos como Paulo Portas que, no Parlamento, acusou o governo de transportar “o vírus da inconstitucionalidade” (*Telejornal*, 17.06.10) ou de jornalistas, que a usaram para definir novos problemas como “a pandemia do jogo” (*Público*, 13.12.09).

9.8 – Organização da informação

Um dos mecanismos de organização da informação que concede vantagem aos decisores políticos é a numeralização do problema. Se só as autoridades conhecem em profundidade as estatísticas de agravamento de um problema, por definição é a elas que compete coordenar todas as respostas e monitorização desse problema e é a elas que os media recorrem para obter elementos que permitam interpretar a ameaça. No seu trabalho sobre o enquadramento noticioso da gripe das aves, Sheldon Ungar (2008: 478) considerou inclusivamente que os principais indicadores de medo foram produzidos pela apresentação regular de estatísticas sobre o número previsto de mortes por gripe aviária, o número de mortes efectivamente registadas, o número de contágios e os dados numéricos sobre os planos de preparação para lidar com o problema na Europa.

Para analisar o agravamento da gripe, as autoridades construíram vários indicadores numéricos, utilizados abundantemente nas notícias. A Figura 49 expressa os temas de numeralização mais utilizados pelos três órgãos de comunicação da amostra.

	<i>Público</i>	Frequência	<i>24 Horas</i>	Frequência	<i>Telejornal</i>	Frequência
Casos em Portugal	89	28,61	49	30,06	92	37,09
Casos no mundo	72	23,15	38	23,31	38	15,32
Mortes no mundo	57	18,32	35	21,47	44	17,74
Vacinados	38	12,21	12	7,36	26	10,48
Mortes em Portugal	30	9,64	18	11,04	28	11,29
Custos da gripe	19	6,10	7	4,29	5	2,01
Mortes fetais	4	1,28	0	0	6	2,41
Chamadas Saúde 24	2	0,64	4	2,45	9	3,62
Totais	311	100%	163	100%	248	100%

Figura 49 – Temas de numeralização mais vezes utilizados no *Público*, *24 Horas* e *Telejornal*.

Referências diárias. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Constata-se assim que o acompanhamento da evolução do contágio em Portugal foi o processo que mais interessou os jornalistas portugueses. A evidente ressonância do tema

na audiência foi um dos factores potenciadores deste ângulo de análise, mas não deve ser esquecido o forte empenho do Ministério da Saúde para a divulgação de listas actualizadas com a progressão do contágio.

De facto, esta epidemia mereceu um esforço inédito de acompanhamento e divulgação por parte das autoridades de saúde que, de Abril a Agosto de 2009, forneceram balanços diários aos jornalistas e ao público (através de vários sítios de Internet) do número de contágios, do local provável da infecção, dos internamentos hospitalares e, mais tarde, dos óbitos confirmados. A partir do Verão, esses balanços tornaram-se semanais, ao mesmo tempo que as autoridades de saúde deixaram de ter capacidade para submeter todos os casos suspeitos a testes de validação de infecção por H1N1. Os balanços semanais passaram então a informar os media dos sintomas gripais, ou seja, do número de indivíduos que recorreram às unidades de saúde com sintomas associados à gripe.⁸⁷

Em simultâneo com o acompanhamento dos números do contágio em Portugal, os media portugueses publicaram diversas notícias sobre a evolução do contágio no mundo. Essa informação foi alimentada pela OMS, em sintonia com as suas delegações continentais, embora os seus números tenham sido pontualmente criticados. Em Maio, um despacho noticioso da Agência France Presse (AFP) anunciou que a sua contabilidade não era compatível com a da OMS, apesar de a AFP também ter compilado todos os dados emitidos pelas autoridades nacionais de saúde (*Público*, 03.05.09).

Os números provenientes do estrangeiro nem sempre foram submetidos a escrutínio rigoroso. Assim se explicam os solavancos na evolução do contágio do mundo, ora disparando numa das edições dos media da amostra, ora caindo abruptamente, em função da informação recebida. Em Junho, por exemplo, a televisão noticiou que os Estados Unidos teriam já ultrapassado a meta do milhão de infectados, embora as organizações de saúde confirmassem apenas 27 mil casos (*Telejornal*, 28.06.09). Mesmo em Portugal, a mesma falha foi detectada. Na mesma edição do *Público*, referiram-se 60 e 69 óbitos em Portugal em duas notícias diferentes (*Público*, 31.12.09). Desencontros desta natureza sucederam com alguma frequência, o que sugere a necessidade de as redacções criarem, em situações futuras, processos de triagem da informação, cruzando-a com as dos dias anteriores e procurando, sempre que possível, recorrer à fonte primária (no caso, a OMS) e não a outros media.

⁸⁷ Estes balanços constituíram uma peça importante do noticiário dos meios da amostra. Encontramos uma boa sugestão da influência destes comunicados nas rotinas jornalísticas na notícia do *24 Horas* sob o título: “OMS desiste de contabilizar a gripe” (*24 Horas*, 18.07.09). As autoridades portuguesas persistiram nessa operação durante mais um mês e, na verdade, durante esse mês, paulatinamente desapareceram as referências à evolução do contágio no resto do mundo, mantendo-se na agenda os casos portugueses.

De todo o modo, o indicador mais comum foi de facto o acompanhamento do contágio em Portugal, muitas vezes processado como se se tratasse de uma corrida. Durante semanas, Portugal contou apenas com três casos de contágio importado do México e de Espanha e a notícia parecia frustrar os media portugueses. Como Ponte notou (2007: 244), as vítimas futuras não são suficientes para garantir destaque jornalístico.

O alarme em torno da hospitalização de possíveis doentes engripados foi amplificado pela cobertura jornalística. Em Maio de 2009, por exemplo, uma conferência de imprensa de Ana Jorge decorreu sob o signo do caso de um idoso oriundo dos Estados Unidos que fora admitido no Hospital de São João no Porto, mas cuja infecção por H1N1 não se confirmou, conforme adiantou a ministra (*Público*, 11.05.09). Por mais do que uma ocasião, este aparato mediático não produziu resultados palpáveis.

Inevitavelmente, face a um vírus de elevada morbilidade, o contágio chegou a Portugal e as notícias sobre o tema foram produzidas em função da meta dos cem contágios acumulados e depois dos mil. Por vezes, o não acontecimento tornou-se noticiável, como aconteceu na notícia: “Portugal sem novos casos de gripe A” (*Público*, 21.06.09). Noutras ocasiões, marcou-se com destaque a ultrapassagem de metas simbólicas, como o início de contágios directos em território nacional.

Entre Agosto e Setembro teve lugar um salto qualitativo deste tipo de indicadores. Depois de dias de notícias sobre o impacte da gripe no sistema escolar, o *Telejornal* de 7 de Agosto abriu com a informação de que dois doentes estariam em risco de vida, sintoma evidente do agravamento da crise. Pouco mais tarde, Rui Lourenço, da Administração Regional de Saúde do Algarve, sintetizava o alarme: “Mais cedo ou mais tarde vão existir mortes (...) É uma questão de estatística.” (*24 Horas*, 08.09.09).

Na verdade, os media portugueses tentavam compreender a aparente discrepância entre um planeta que já registava milhares de mortos em Setembro e a situação nacional, onde o contágio se propagava com mais lentidão e não se registavam casos graves ou óbitos. Esta demora motivou tratamentos jornalísticos mais críticos dos media, facilitando a penetração nas notícias do enquadramento que sugeria que a gripe era um problema sanitário pouco severo. Em Julho, por exemplo, a televisão foi analisar como se sentia a gripe num programa de campismo e emitiu as declarações de um jovem campista que, de alguma maneira, sintetizou o que se sentia nas redacções: “Quantas pessoas morreram de gripe A e quantas morrem de tuberculose?” (*Telejornal*, 09.07.09),

perguntou o interlocutor, estabelecendo implicitamente a comparação entre uma ameaça conhecida e de contornos já identificados com a ameaça ainda desconhecida da gripe.⁸⁸

Esta tónica vacilante entre a subscrição das palavras preocupadas das autoridades e a tentação para a denúncia do caso como um falso alarme acompanhou praticamente toda a cobertura até os primeiros óbitos em Portugal, altura em que os media iniciaram a contabilização desse novo indicador estatístico, presente depois até final da cobertura.

Com algum relevo no tratamento dos indicadores estatísticos, destaque-se ainda o tema dos vacinados, que ganhou relevância a partir do final de Novembro, sobretudo no *Público*.⁸⁹ As autoridades forneceram números regulares sobre o total acumulado de vacinas administradas nas unidades de saúde e a percentagem de pessoas vacinadas. Como veremos no subcapítulo dedicado ao debate sobre a vacinação, essa opção tornou-se um espelho do falhanço das autoridades, em face da fraca afluência da população.

Outros três indicadores mereceram atenção por parte dos jornalistas. No *Público*, o tema dos custos económicos da gripe foi tratado com regularidade, primeiro por iniciativa dos repórteres (o tema chegou a ser enquadrado na secção de Economia), mas depois sob impulso dos médicos que, a partir de Outubro, tornaram pública a sua oposição ao investimento do Ministério da Saúde na aquisição de vacinas e antivirais. Foi sobre esse signo que se emitiram notícias como a de 24 de Novembro de 2009, na qual Miguel Oliveira e Silva, do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, perguntava: “Quem vai ser responsabilizado por ter mandado para o lixo 22,5 milhões de euros?” (*Público*, 24.11.09). No mesmo tom, foi produzida a crítica de António Vaz Carneiro, que acusou a OMS de “sair muito chamuscada desta situação”, queixando-se de que as decisões de comprar vacinas tinham sido “políticas” (*Público*, 24.11.09)

Na fase de balanço da pandemia, este indicador voltou a estar presente. Em Abril de 2010, queixando-se do custo da gestão da gripe, o colunista Campos e Cunha sugeriu que o alarme da gripe custara 200 a 300 milhões de euros ao país (*Público*, 07.07.09). As acusações levaram o jornal a fazer a sua própria contabilidade e, dias depois, referia-se que o combate à gripe custara, afinal, 41 milhões de euros (*Público*, 26.07.09), mas o impacte da primeira acusação já vingara. Como Rita Figueiras notou no seu estudo sobre os comentadores nos media (2005: 115, ênfase no original), “os *opinion makers*

⁸⁸ O *Público* também procurou comparar as duas doenças numa notícia publicada a 21 de Outubro de 2009. Escreveu então: “Tuberculose mata dois milhões por ano, gripe A ainda não chegou aos cinco mil”. A notícia, porém, deve ser encarada com alguma reserva, pois a equipa de reportagem viajou a convite da farmacêutica Lilly Portugal (conforme declaração de interesses publicada no final do texto), empresa com interesses comerciais no tratamento da tuberculose.

⁸⁹ O primeiro levantamento do número de portugueses vacinados foi publicado no jornal a 28.11.09.

condicionam e constroem a realidade social (por se encontrarem em lugares-chave da sociedade) e reconstroem-na também, ao terem um vasto domínio da sua interpretação através do Espaço Opinião”, perpetuando a reprodução do seu grupo social e respectivas agendas. Nos restantes media da amostra, o tema dos custos económicos foi marginal.

Na televisão, em contrapartida, outro indicador ganhou forma: o número de chamadas diárias para a Linha Saúde 24. A informação televisiva, sempre mais focada no cidadão comum do que as suas congéneres da imprensa escrita, noticiou regularmente este indicador de alarme, embora o *24 Horas* também lhe tenha dedicado atenção.

Genericamente, estas notícias relacionavam os picos de acesso ao sistema como indicadores de pânico entre a população. A polémica que se instalou entre o Ministério da Saúde e a empresa gestora do serviço devido à sua incapacidade de dar resposta a tantas chamadas diárias foi tema no *Telejornal* em Agosto, mas não na imprensa escrita. E, em Novembro, o programa de informação decidiu inclusivamente testar a capacidade da linha, telefonando para o serviço, analisando o tempo de resposta e concluindo que os utentes ainda não tinham ali um serviço competente (*Telejornal*, 11.11.09).

Por fim, o último indicador tratado estatisticamente foi o número de mortes fetais em Portugal, um registo concentrado na terceira semana de Novembro e motivado pela ocorrência de três mortes súbitas em fetos depois de as respectivas mães terem sido vacinadas. No subcapítulo sobre vacinação, trataremos deste tema com mais rigor.

Analisando os indicadores numéricos mais comuns, verifica-se que quase todos foram gerados pelas autoridades que assim condicionaram a iniciativa jornalística e tomaram as rédeas da comunicação de risco. É sintomático que o único indicador que não foi controlado pelas autoridades, pois era produzido por iniciativa dos repórteres – o custo económico da crise –, tenha sido aquele que mais críticas suscitou à gestão da pandemia.

9.9 – Imagem, metáfora da notícia

Embora aplicada ao ambientalismo, cremos que a máxima de Jon Cracknell (1993) é válida para boa parte dos temas contemporâneos que emergem nas notícias: a sua investigação sugeriu que as histórias de ambiente são mediagénicas, pois proporcionam boas fotografias e simbologia fácil de compreender, tal como aves presas numa onda de petróleo ou a silhueta perturbadora de uma central nuclear. Representam assim metáforas icónicas de um problema mais vasto, traduzido na ruptura dos sistemas naturais face à intervenção humana. Defendemos que o mesmo processo é válido para a maioria dos temas da sociedade de risco.

Na imagosfera (Garcia, 2009c: 269) em que vivemos, cada catástrofe tem de se revestir, à vez, de aspectos únicos, que lhe confirmam autenticidade, e de aspectos contínuos, que lhe permitam inserir-se no processo histórico, gerando ressonâncias na audiência. No caso do naufrágio do *Prestige*, argumentámos que as manchas de crude na costa e os equipamentos brancos dos voluntários de limpeza foram as metáforas icónicas da representação jornalística do caso, com potencial para perdurar na memória colectiva de quem as consumiu entre 2002 e 2003. No caso da pandemia de gripe de 2009 e 2010, a Figura 50 é bastante explícita: esta foi a pandemia das máscaras.

	<i>Público</i>	Frequência	<i>24 Horas</i>	Frequência	<i>Telejornal</i>	Frequência
Cuidados sanitários	124	34,73	82	27,06	251	22,75
Vacinação	39	10,92	18	5,94	68	6,16
Personalidades da política	33	9,24	44	14,52	67	6,07
Personalidades da saúde	28	7,84	20	6,60	30	2,71
Ambiente hospitalar	26	7,28	26	8,58	284	25,74
Turismo	20	5,60	3	0,99	34	3,08
Epidemiologia	17	4,76	5	1,65	73	6,61
Ambiente escolar	11	3,08	7	2,31	43	3,89
Obstetrícia	10	2,80	1	0,33	22	1,99
Farmacologia	10	2,80	6	1,98	17	1,54
Transportes	6	1,68	4	1,32	52	4,71
Puericultura	5	1,40	3	0,99	30	2,71
Religião	4	1,12	0	0	3	0,27
Desporto	4	1,12	29	9,57	10	0,90
Familiares e vítimas	3	0,84	32	10,56	49	4,44
Suinicultura	3	0,84	5	1,65	4	0,36
Celebridades	2	0,56	15	4,95	16	1,45
Multidões	0	0	0	0	50	4,53
Outros temas	12	3,36	3	0,99	0	0
Totais	357	100%	303	100%	1.103	100%

Figura 50 – Principais temas relacionados com as imagens do *Público*, *24 Horas* e *Telejornal*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Nota: em televisão, as imagens multiplicam-se, pelo que o modelo de análise não pode ambicionar a calcular todos os *frames* transmitidos. Optou-se por identificar as principais imagens difundidas nos blocos sobre a gripe e contabilizar o número de dias em que foram utilizados. No *24 Horas* e no *Público*, os valores dizem respeito a cada fotografia utilizada.

Nos jornais, as imagens associadas aos cuidados sanitários foram dominantes, constituindo também a segunda categoria no *Telejornal*. Por cuidados sanitários, entendemos todas as imagens de máscaras, dispensadores, panfletos com as instruções de cuidados preventivos, imagens associadas à Linha Saúde 24 e os actos profilácticos de assoar ou lavar as mãos. Dentro destas categorias, as máscaras foram a principal imagem, representando 108 fotografias no *Público*, 78 no *24 Horas* e 162 no *Telejornal*. Dispositivos de duvidosa eficácia na contenção dos vírus, as máscaras estiveram presentes desde os primeiros dias do caso, já que, no México e na Ásia, o seu uso se generalizou. Tornaram-se comuns as imagens de ajuntamentos de pessoas envergando as máscaras brancas ou azuis, protegendo as vias respiratórias do vírus invisível.

Nesse aspecto, a televisão rapidamente as adoptou como ícone da pandemia, antes mesmo de a epidemia ser classificada como tal. Desde as primeiras notícias, o separador visual do *Telejornal* que anunciava o noticiário sobre a gripe representava duas crianças com a popular máscara, um ícone que assim entrou pelos lares de milhares de pessoas.

No *24 Horas*, em pelo menos uma ocasião, anunciou-se o bloco de notícias sobre a gripe, com a publicação da chancela “Alerta gripe A”, um carimbo sobre uma fotografia de Ana Jorge utilizando a máscara (*24 Horas*, 20.11.09), poderosa representação da principal agente política que tutelava a gestão do caso e de um dispositivo de defesa, sobretudo no dia em que o jornal chamava à capa a frase: “Agência Europeia do Medicamento quer explicações sobre fetos mortos.”

A máscara já fora associada aos surtos de SARS [sigla anglófona para síndrome respiratória aguda grave] em 2003 e de gripe das aves em 2005, sobretudo na Ásia, onde o seu uso já estava em voga por motivos ambientais: a poluição urbana força muitos asiáticos a envergarem regularmente estes dispositivos, pelo que não foi estranha a sua adopção num contexto epidemiológico. A partir daí, tornou-se um elemento habitual em conferências de imprensa como a do seleccionador mexicano de futebol (*24 Horas*, 01.05.09) ou em imagens de indivíduos ou grupos em movimento como sucedeu na reportagem fotográfica sobre a visita que Ana Jorge fez a uma unidade de saúde pronta a receber doentes infecciosos (*24 Horas*, 29.06.09 e 10.07.09).

Pontualmente, as máscaras tornaram-se tema das próprias notícias, numa curiosa metonímia da realidade. Numa intervenção em directo da Cidade do México, o correspondente da RTP Vítor Gonçalves falou sobre a proliferação de máscaras no país, “um novo adereço na cidade” e, enquanto o fazia, envergava a sua ao pescoço (*Telejornal*, 28.04.09) (Figura 51) No Brasil, noutra ocasião, o correspondente João

Pacheco de Miranda lembrou: “Não há razão para recorrer a máscaras”, mas o separador da estação que antecipava as notícias da gripe mantinha-se fiel a esse ícone (10.05.09).



Figura 51 – Directo da Cidade do México. 28.04.09

Já numa fase adiantada da cobertura noticiosa, as máscaras voltaram a ser tema de notícias quando a equipa de futebol do CD Mafra entrou em campo envergando máscaras em protesto por ter sido obrigada a disputar um jogo apesar de um surto de contágio entre os seus jogadores (*Telejornal*, 22.11.09)

Merece aliás ser debatido o recurso que alguns profissionais de informação fizeram às máscaras durante o seu trabalho. Se é compreensível o seu uso em Abril de 2009, torna-se discutível que um repórter, ao visitar o novo centro de saúde de Évora em Agosto, tenha sentido necessidade de envergarm a máscara enquanto acompanhava uma médica (*Telejornal*, 11.08.09) Mais ainda quando a ideia foi mimetizada por José Manuel Levy que, no centro de atendimento da gripe de Lisboa Oriental, falou para as câmaras com a máscara ao pescoço em Novembro (*Telejornal*, 03.11.09).

Para Isabel Pereira Santos, apesar da escassa eficácia destes dispositivos, as máscaras constituíram um ícone bastante representativo da ameaça, funcionando até certo ponto como sátira do alarme global. A jornalista remete o seu uso para os constrangimentos da televisão que necessita de imagens palpáveis e representativas de qualquer tema sobre o qual se debruce, sobre risco de este merecer menos atenção na agenda (Ponte, 2007).

«Eram a metáfora possível. Em televisão, é difícil expressar numa imagem o conteúdo de um tema tão especializado como a gripe. A estirpe do vírus, por exemplo, pode não ser assimilada nos dois segundos em que está visível porque exige associações semânticas entre o “boneco” e o vírus e entre o vírus e os

sintomas da doença. Não é tão apelativa como a máscara. E ainda há o aspecto prático: se eu colocar a estirpe no ecrã, tenho de trabalhar o grafismo para a tornar mais apelativa. Vou perder mais tempo. Com imagens de pessoas a caminhar usando máscaras, posso falar por cima e ganho tempo. Há questões muito práticas em televisão. Encontro duas explicações adicionais para o uso da máscara: por um lado, a máscara era o símbolo contra uma ameaça invisível, que viaja pelo ar e nos ataca. Por outro, a máscara já tinha sido usada na gripe das aves, pelo que provocava ressonância. As pessoas lembravam-se que ela estava associada a uma doença. Além disso, a máscara também é um elemento cultural em determinadas regiões. Em Hong Kong, por causa da poluição, anda-se de máscara na rua durante todo o ano. De todo o modo, creio que, depois do uso inicial nos primeiros meses, optámos por representar visualmente os comportamentos saudáveis: a lavagem das mãos, a desinfecção, a protecção face aos espirros. Já era seguro escolher essas imagens pois o público assimilaria as suas implicações.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

Efectivamente, a partir do final do Verão, o *Telejornal* modificou as imagens dos separadores noticiosos sobre a gripe e pontualmente utilizou a estirpe do vírus ou uma seringa quando se generalizou o debate sobre a vacinação. A máscara, porém, continuou a fazer parte dos ingredientes visuais das notícias sobre a gripe. Reconhecendo que alguns jornalistas a usaram como peça de reportagem, a jornalista especializada em Saúde remeteu a questão para o exemplo oriundo das unidades de cuidados intensivos que as utilizavam igualmente, mesmo conhecendo os alertas sucessivos de Francisco George e de Ana Jorge para a sua inutilidade.

«Nunca usei máscara em reportagem. Creio que isso alimentaria mais a fobia e o pânico do público. Mas devolvo-lhe a questão de outra maneira: no início, em Abril, como poderiam pedir aos jornalistas para ter calma e não despertar o pânico ou não usar máscaras se as próprias equipas de emergência médica, que recolhiam os contagiados nos seus domicílios, se apresentavam quase de “escafandro”, tapados da cabeça aos pés? As próprias instituições de socorro davam o exemplo.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

Entre as imagens associadas a cuidados sanitários, foram igualmente representados produtos de desinfecção e limpeza, como os dispensadores. Foram também utilizadas

representações dos gestos correctos para lavar as mãos ou assoar o nariz, gestos aparentemente imediatos, mas cuja sequência foi alvo de intensa profilaxia.

Cuidados que, noutras ocasiões, seriam ridicularizados tornaram-se habituais, como sucedeu em Julho de 2009, quando um porta-voz da Direcção-Geral da Saúde esclareceu que a correcta lavagem das mãos com água e sabão seria suficiente e que era importante não tossir directamente para as mãos (*24 Horas*, 15.07.09) Noutra ocasião, Ana Jorge teve oportunidade de fazer a distinção entre cuidados úteis de profilaxia e gestos inadequados. Aconteceu no *24 Horas* quando a ministra garantiu que não tinha reserva de Tamiflu e só tomaria o antiviral se tal se tornasse necessário e prescrito, não possuía igualmente máscara de contenção, mas lavava regularmente as mãos (22.07.09). E voltou a suceder numa intervenção em directo no *Telejornal* (28.08.09). Noutras ocasiões, a ministra foi tema involuntário de imagem e de notícia quando, ao apresentar a gala de prémios da Fundação Luso-Brasileira, foi fotografada a tapar a boca antes de um espirro ao discursar (*24 Horas*, 03.11.09).

Ainda entre os cuidados sanitários, justifica-se um último exemplo que sublinha a capacidade dos media para influenciar as percepções e comportamentos da audiência, ora incutindo tranquilidade, ora influenciando a eclosão de receios. Em dia de sufrágio eleitoral, a RTP produziu uma peça sobre os novos elementos que constavam agora em assembleias de votos — os dispensadores. Um casal de eleitores comentou a novidade, referindo: “Se eles estão a recomendar aí na televisão constantemente é porque é natural e é próprio.” Já a esposa, questionada sobre o receio que sentia face à gripe, acrescentou: “Depois de ver o dispensador é que fiquei com medo.” (*Telejornal*, 26.09.09).⁹⁰

No *Telejornal*, as imagens de ambiente hospitalar foram mais regulares do que as de cuidados sanitários. A explicação afigura-se relativamente simples: ao longo de semanas a fio, o programa de informação repetiu imagens de arquivo, captadas em hospitais, onde se focavam médicos, doentes acamados, fachadas de hospitais, consultórios ou salas de espera. A utilização repetida deste recurso remete-nos para a explicação de uma das profissionais da estação, segundo a qual, efectivamente, a gripe constituiu um desafio difícil de representar em imagem, pois exigia várias associações semânticas (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L).

⁹⁰ O dispensador foi tema de outra notícia. Em meados de Novembro, próximo do pico epidemiológico da gripe A, o *Telejornal* dedicou uma peça a uma personalidade italiana apresentada como o inventor de um dispensador de água benta para as igrejas (15.11.09), exemplo máximo da trivialização da informação sobre a pandemia.

Como Christine Geraghty (2005: 47) apontou em relação à fotografia de imprensa, a imagem tem de ser entendida no contexto da notícia. O seu significado não lhe está inerente: exige pistas dos jornalistas, seja através de legendas, seja através do texto falado que guia o espectador e fornece práticas significantes a um leque aparentemente disperso de imagens. Cremos assim, como Deborah Lupton (2003), que a iconografia da doença é sugestiva sobre as maneiras como a sociedade olha para os problemas de saúde que a afectam. As imagens não são inócuas e constituem um poderoso discurso sobre a doença e os procedimentos relevantes para a combater.

Ao utilizar o ambiente hospitalar como cenário das representações sobre a gripe, os media da amostra (mas particularmente a televisão) sugeriram à audiência a severidade da ameaça, que remete indivíduos sãos para as camas de hospital, mas forneceram igualmente a sugestão, através do médico e do investigador de pipeta na mão, de que a ciência médica teria condições para lidar com o problema.

A propósito da utilização de personagens médicas nas séries de ficção, Deborah Lupton comentou que “o estatuto do médico é normalmente indicado pela sua bata branca, que significa autoridade, objectividade e o poder da ciência de laboratório e da pureza higiénica, e pelo estetoscópio, símbolo decisivo da tecnologia médica e da habilidade do médico para obter acesso ao corpo do paciente e ver ou ouvir as funções corporais, negadas ao próprio doente” (Lupton, 2003: 57) Nos media, a figura do médico é frequentemente representada – mesmo que de forma conotativa – como sobre-humana, “o equivalente secular aos membros do clero, e a medicina é representada como a avenida através da qual se chega aos milagres” (*ibidem*).

Em alternativa, os dispensadores e toda a profilaxia de cuidados higiénicos esconderam uma certa fragilidade da sociedade contemporânea, paradoxalmente dotada de conhecimento médico sem par ao longo da história humana, mas mais temerosa do que nunca em relação aos germes e aos agentes invisíveis que fintam as nossas defesas e penetram nos nossos sistemas imunitários.

Ainda no campo das imagens, as vacinas e as seringas tornaram-se também ícones da representação da gripe, tal como os antivirais mais populares, simbolizando a aquisição dessas importantes ferramentas de travagem da progressão do vírus e a sua administração por via cutânea. Registou-se, neste capítulo, um curioso investimento das autoridades na tranquilização da população através da produção de pseudo-acontecimentos baseados em imagem. Na verdade, face ao discurso crítico que emergia

sobre os méritos da vacinação, várias personalidades acederam a tornar público um acto que seria, à partida, privado e foram filmadas enquanto lhes era administrada a vacina. Francisco George foi o primeiro, acedendo ao convite dos media para se vacinar logo no primeiro dia da campanha (*24 Horas*, 26.10.09). Machado Lopes, director do IPO no Porto, seguiu-lhe o exemplo (*Telejornal*, 30.10.09). No dia 12 de Novembro, o primeiro-ministro José Sócrates e a ministra Ana Jorge fizeram o mesmo. E, depois de serem conhecidos três casos de mortes fetais, Cavaco Silva anunciou também o seu desejo de se vacinar. Cuidamos que estas instâncias em que o foro privado se tornou obrigatoriamente público correspondeu a um forte movimento da sociedade portuguesa – e não necessariamente limitado pelas fronteiras temporais deste caso – de cepticismo face às palavras dos decisores. Já não parece bastar a garantia do agente político de que irá vacinar-se. Ele tem de o mostrar para as máquinas fotográficas e câmaras de filmar para corroborar a sua palavra e confirmar que não existe logro no discurso oficial sobre uma solução que será colocada à disposição da população.

Nos primeiros meses de informação sobre a gripe, foram igualmente usadas imagens de turismo (praias, cenários mexicanos) e, no caso da televisão, de transportes (particularmente aviões, aeroportos e sensores de temperatura nos aeroportos) para sugerir dois importantes constrangimentos associados à epidemia: a permissividade do México, popular destino turístico para os portugueses, à epidemia e a facilidade, na era moderna, com que um vírus pode viajar entre continentes através das viagens aéreas. Acrescente-se ainda que quando ainda não existiam contágios em Portugal, os aviões representavam o único contacto do país com o foco de infecção, traduzindo para os jornalistas um valor-notícia válido para construir informação sobre a gripe.

Na televisão, ao contrário dos jornais, um recurso de ilustração muito comum foi a imagem de multidões. Explorou-se, nessa dimensão, a possibilidade de o vírus infectar qualquer indivíduo de um grupo, dada a sua natureza imprevisível. As cidades, locais por definição das grandes aglomerações humanas, tornaram-se assim os centros potenciais de contágio no imaginário jornalístico, multiplicando as oportunidades do vírus. Os transportes públicos, peças fundamentais do discurso moderno sobre sustentabilidade, transformaram-se desta forma em veículos de contágio porque a partilha de espaços reduzidos e mal ventilados acarretava riscos acrescidos. Nesta construção social das condições de contágio, a televisão idealizava uma visão rural, do campo saudável e de espaços abertos, personificada numa peça do *Telejornal* de Agosto de 2009: o programa deslocou-se a uma aldeia para analisar como a população do

campo lidava com a gripe. Escutou 11 aldeãos e nenhum especialista em saúde pública, e a mensagem subjacente à notícia traduzia-se na relatividade da ameaça consoante o espaço geográfico (rural ou urbano) onde ela é vivida (*Telejornal*, 05.08.09).

Entre as personalidades da saúde e da política, não se estranha, em face do que foi referido no subcapítulo sobre fontes, a elevada exposição de Ana Jorge e de Francisco George. A ministra foi focada em 24 fotografias do *Público*, 36 do *24 Horas* e foi filmada em 67 dias pelo *Telejornal*. O director-geral da Saúde foi representado em dez fotografias do *Público*, onze do *24 Horas* e em 30 dias de emissão do *Telejornal*. Outras personalidades representadas com frequência foram Fukuda, Chan ou Sócrates. Entre as restantes categorias de imagens representadas na amostra, encontram-se ainda especificidades típicas de cada meio de comunicação. No *Público*, apesar da dificuldade de representação, as imagens de epidemiologia (o genoma do vírus ou a estirpe deste vírus em particular, Figura 52) foram utilizadas com alguma regularidade, ao passo que o *24 Horas*, pelos motivos já apresentados anteriormente, dedicou alguma atenção às celebridades e às suas opiniões sobre a pandemia (Figura 53).

A categoria codificada como obstetria foi aquela que registou entradas mais tardias no ciclo de cobertura jornalística mas, a partir do momento em que isso sucedeu, tornou-se um tema comum nas representações jornalísticas. A gravidez foi apresentada nas notícias como um factor de risco face a esta estirpe do vírus e o plano de vacinação concentrou igualmente nas grávidas a sua prioridade, dois motivos fortes que apoiaram a cobertura jornalística em torno deste grupo específico de mulheres.



Figura 52 –*Público*, 28.04.09.



Figura 53 –*24 Horas*, 28.07.09.

Tornaram-se assim comuns no *Público* e no *Telejornal*, a partir do final de Julho de 2009, as imagens de ventres de grávidas, de ecografias ou de recém-nascidos, ícones de uma condição que parecia um risco acrescido para a saúde e potenciado durante a semana em que ocorreram três mortes fetais. O melhor exemplo desse tratamento terá ocorrido no *Público*, quando a jornalista Natália Faria, ela própria grávida de cinco meses conforme anunciou aos leitores, assinou uma reportagem sobre os receios sentidos pelas grávidas, queixando-se de que, “das incursões à página da Direcção-Geral da Saúde, saía-se com mais interrogações do que as iniciais” (*Público*, 06.09.09).

Através das histórias que as redacções convencionaram tratar por “reportagens de interesse humano”, uma vez mais, o foro privado e o foro público fundiram-se, fornecendo informação relevante à audiência, é certo, mas através de uma distorção básica dos princípios de objectividade e distanciamento que norteiam a profissão.

9.10 – A importância dos precedentes

Argumentámos ao longo deste trabalho que as notícias sobre riscos – sejam eles de índole ambiental, tecnológico ou sanitário – se inserem num quadro mais vasto de um discurso construído sobre o progresso tecnológico e a natureza, gradualmente corrigido para incorporar as falhas dos sistemas na sua matriz e portanto caminhando sucessivamente para um pessimismo constante. A falha ou disrupção do sistema torna-se um elemento fundamental do discurso colectivo sobre a sociedade, na medida em que as suas consequências são apresentadas ao público em cenários dramáticos, de impactes profundos e reflectindo a inépcia do sistema pericial para lidar com eles. Este discurso sobre a sociedade de risco é naturalmente confrontado pelo poder decisório e pela comunidade especializada, que se bate pela tranquilização da população através da normalização do discurso jornalístico produzido sobre cada risco. No seio desta estratégia, insere-se a busca incessante de enquadramento de cada novo risco sob o pano de fundo de uma narrativa preexistente, ao abrigo da qual ele apresenta *nuances*, mas não se configura como uma nova ameaça para a qual o sistema de prevenção não poderia estar preparado. Emergem assim, periodicamente, no discurso sobre novos riscos os *duplicados*, ou seja, as referências a incidentes anteriores, igualmente dramáticos e espectaculares à data da sua eclosão, mas posteriormente normalizados. Por outras palavras, o duplicado constitui-se como prova da capacidade do sistema de gestão para corrigir as falhas e recuperar a normalidade. É sintomático que a utilização desta estratégia esqueça uma importante lição sublinhada por Anthony Giddens: a

preparação para cada risco é desenhada em função de experiências anteriores, mas cada risco apresenta novas características, tornando obsoleta a reflexão e perigosamente incerto o plano de contingência (Giddens, 2009: 98; Bernstein, 1996: 221).

A literatura sobre o tratamento do risco nos media (Gonçalves *et al*, 2007) reconhece igualmente que, em crises desta natureza, outros riscos podem ganhar visibilidade por ancoragem. Cremos que isso sucedeu pontualmente, com os balanços jornalísticos aos casos da gripe das aves, da SARS e até da tuberculose.

Em contrapartida, os promotores de uma visão mais catastrofista do progresso, assente na emergência de riscos cada vez mais severos e incontroláveis, encontram nos duplicados uma arma de demonstração da sua conceptualização. Ao abrigo desta concepção, cada novo risco insere-se numa matriz de constante degradação da qualidade de vida e da harmonia social, que importa identificar e expurgar no processo de simplificação da tecnologia e do modelo burocrático de decisão política. Abordando o tema da BSE, Maria Eduarda Gonçalves e colegas (2007) juntaram ainda a este paradigma a circunstância de o novo risco poder ser enunciado como uma consequência da lógica capitalista de produção em massa e da inovação tecnológica imoral, baseada, no exemplo em causa, na canibalização animal, de aves comendo aves nas suas rações e produzindo depois inesperados efeitos em cadeia.

É portanto entre estes dois pólos que se registam as comparações de cada risco com instâncias do passado. O caso da pandemia de gripe não foi excepção. A Figura 54 representa os principais duplicados utilizados pelos meios da amostra para incluir a gripe A numa corrente mais vasta de surtos epidémicos do passado.

	Valores	Frequência	Valores	Frequência	Valores	Frequência
Gripe das aves	18	24	4	16,66	6	17,14
Gripe sazonal	17	22,66	4	16,66	19	54,28
Pandemia 1918	13	17,33	5	20,83	2	5,71
Pandemia 1957	10	13,33	5	20,83	3	8,57
Pandemia 1968	6	8	2	8,33	2	5,71
SARS 2003	6	8	2	8,33	2	5,71
Falsa pandemia 1976	5	6,66	0	0	0	0
BSE, 1990's	0	0	1	4,16	0	0
Pandemia russa (século XIX)	0	0	1	4,16	0	0
Tuberculose	0	0	0	0	1	2,85
Totais	75	100%	24	100%	35	100%

Figura 54 – Principais duplicados utilizados diariamente no *Público*, *24 Horas* e *Telejornal*. Os totais percentuais acumulados foram arredondados para 100%.

Verifica-se nesta figura que o *Público* e o *Telejornal* investiram bastante mais do que o *24 Horas* na integração da epidemia de gripe A num processo mais amplo de relação da

sociedade com a doença. Curiosamente, cada um dos meios da amostra utilizou uma instância diferente do passado como registo principal de comparação com o presente.

No *Público*, a gripe das aves de 2005 foi o elemento discursivo mais presente. Aliás, até Agosto de 2009, os dois principais elementos de comparação eram as pandemias de 1918 e a gripe das aves. Só a partir de então, o jornal partiu para o esforço adicional de contextualizar este surto epidémico face aos dados conhecidos sobre a gripe sazonal.

O recurso à gripe das aves como instância relevante de comparação foi pertinente. Tratava-se do surto mais recente e um problema sanitário que notoriamente assustara governos e organizações de saúde. A elevada mortalidade associada ao vírus H5N1 justificou o alarme global e suscitou várias abordagens científicas e jornalísticas entre 2005 e 2009, alimentadas pela sensação de que o próximo vírus desconhecido poderia produzir um grave problema de saúde global. Aliás, no *Público*, evocaram-se alguns desses trabalhos, como a recolha da revista científica *Lancet* que, em 2006, previra que a próxima pandemia poderia matar 62 milhões de pessoas (*Público*, 29.04.09) A *Foreign Policy*, uma revista de economia e política internacional, calculara também que uma pandemia com os mesmos índices de contágio da pandemia de 1968 poderia custar ao mundo 330 mil milhões de dólares (*Público*, 03.05.09)

No *Público*, logo em Abril, destacou-se igualmente o impacte da gripe das aves, responsável por 254 mortos em 2005. A opção foi enquadrada no esforço de construção da nova gripe como um problema grave de saúde (*Público*, 26.04.09). Sob esse mesmo prisma, recordou-se regularmente o perigo associado à estirpe de 2005: afinal, 50% das pessoas contagiadas tinham perdido a vida durante a gripe das aves (*Público*, 06.05.09).

Posteriormente, a gripe das aves foi pretexto para outro tipo de abordagens, inseridas na função que os media tomaram em mãos de tranquilizar a população: tornou-se uma referência essencial para fundamentar a tese de que o susto de 2005 permitira aos sistemas de saúde preparar planos de contingência (*Público*, 27.04.09), definir regras para administrar a vacinação (*Público*, 31.07.09) ou reservar medicamentos antivirais (*Telejornal*, 28.04.09). Mais tarde, foi também sublinhado que o critério de avaliação das pandemias pela progressão geográfica fora definido durante a gripe das aves (*Público*, 11.06.09) e estava portanto actualizado. Ainda no esforço de tranquilização inseriram-se notícias como as do *Público* de 12 de Julho de 2009, período em que se registava apreensão face ao atraso na produção de vacinas: a gripe das aves foi então usada como prova de que os laboratórios conseguem gerar vacinas num curto período de tempo para reduzir a ameaça e que a rapidez de produção da vacina se justificava por ter

sido criada para a estirpe da gripe das aves, não estando em causa uma vacina inteiramente nova, mas sim uma vacina para uma nova estirpe (*Público*, 26.09.09).

Em simultâneo, também a propósito da gripe das aves, emergiu outro curso de narrativa, mais economicista e interessado em recordar o impacte económico desse surto em indústrias como a criação de aves (*Público*, 30.04.09), o consumo de carne de aves (*24 Horas*, 30.04.09) ou o sector das viagens (*Telejornal*, 11.07.09)

Mais minoritária, mas igualmente presente nas notícias sobre a gripe, foi a tentativa de utilização desse caso como um exemplo dos falsos pânicos morais, ou seja, as ocasiões em que as populações reagem com alarme a um susto sanitário que, mais tarde, não se substancia. Pedro Nunes, bastonário da Ordem dos Médicos, utilizou esse registo, ao lembrar que “nos últimos anos, já assistimos ao SARS e depois tivemos a gripe das aves. Gastaram-se milhões em medicamentos que não se sabia se iriam funcionar” (*24 Horas*, 05.05.09). No *Telejornal*, um responsável da Cruz Vermelha referiu que este vírus poderia ser mais grave do que o da gripe aviária, sublinhando que, se essa constituiu um falso alarme, esta poderia não o ser (*Telejornal*, 03.10.09).

Sublinhámos no capítulo de enquadramento da literatura sobre pandemias o importante peso simbólico da pandemia de 1918-19 na memória cultural europeia e norte-americana. Essa convivência com a gripe espanhola verificou-se igualmente nos media da amostra, mas, na nossa perspectiva, a sua utilização foi abusiva e esqueceu o contexto específico em que essa gripe grassou. A gripe de 1918 foi uma das principais causas de morte nas duas primeiras décadas do século XX, mas eclodiu logo após um conflito que provocara fome e doença na Europa. Ao mesmo tempo, a rede de cuidados sanitários e a rede de partilha de informação, bem como o progresso científico na epidemiologia, tornavam incomparável um surto ocorrido nesse contexto com uma emergência contemporânea. No entanto, o *Público* e o *24 Horas* fizeram-no regularmente.

O registo de mortalidade não foi sempre consistente. No *Público*, referiu-se que a gripe de 1918-19 terá sido responsável por 40 milhões de mortes e registou uma taxa de infecção de 2,5%. A mesma notícia adiantava que a nova gripe A parecia registar uma taxa de infecção de 7% (*Público*, 27.04.09). Dois dias mais tarde, esse registo era consideravelmente atenuado, com a informação de que a gripe pneumónica matara 20 a 40 milhões de pessoas (*Público*, 29.04.09).⁹¹ E, no final do ano, admitia-se que a previsão de mortalidade fora exagerada, pelo que os 0,026% de taxa de mortalidade

⁹¹ Numa notícia muito posterior, publicada em 29 de Dezembro de 2011, o jornal voltou a demonstrar que a contabilidade da pandemia de 1918 permanece incerta, referindo então que esta “terá matado 100 milhões de pessoas” (*Público*, 29.12.11).

global não tinham comparação com os 2 a 3% da mortalidade de 1918, indicador que deveria ter merecido atenção bastante mais cedo (*Público*, 14.12.09)

Tratando-se de uma estirpe de H1N1, foram igualmente inevitáveis as comparações com a gripe A. Um virologista referia ainda em Abril que a estirpe circulava na natureza desde 1918 (*Público*, 28.04.09). E um porta-voz da OMS, Angus Nichols, argumentava que “o vírus, para já, não é de momento tão mau como o de 1918” (*Público*, 01.05.09), sendo desmentido três dias depois pela directora-geral da organização, que afirmava não haver qualquer motivo “para fazer comparações com 1918” (*Telejornal*, 04.05.09).

Por vezes, o registo foi mais tranquilizador. Face às notícias de que, nos EUA, existiam “festas da gripe”⁹² – ajuntamentos de pessoas infectadas e de pessoas saudáveis que, reagindo à informação de que a primeira vaga de contágio em 1918 fora menos letal do que as seguintes, se agrupavam para contrair o vírus e portanto atenuar o risco a que se submetiam –, uma informação lembrava que nem a epidemiologia poderia comprovar tal noção, nem os cuidados de saúde eram iguais aos de 1918, recordando-se que uma infecção voluntária agravava o risco de qualquer indivíduo (*Público*, 03.05.09)

Semanas mais tarde, porém, a evocação da pandemia de 1918 voltava a ser desenhada num registo dramático, explorando a permanência na memória colectiva dessa instância. No *dossier* “Crónica de uma pandemia mais do que anunciada”, o *Público* escrevia:

«Você nota uma dor de cabeça difusa. Os seus olhos começam a arder. Tem arrepios e deita-se na cama, o corpo feito numa bola. Não há cobertores que cheguem para o aquecer. Adormece, mas o seu sono é agitado por pesadelos típicos do delírio, à medida que a febre sobe. E, quando acorda, é para uma espécie de estado semiconsciente, com os músculos doridos e uma dor de cabeça atroz. (...) Isto pode durar uns dias, ou algumas horas, mas não há nada a fazer para travar o avanço da doença. (...) Com o rosto a virar roxo acastanhado, você começa a cuspir sangue. Os seus pés tornam-se pretos. Perto do fim, tenta desesperadamente respirar. Uma espuma de saliva tingida de sangue escorre da sua boca. Você morre, de facto afoga-se, à medida que os seus pulmões se enchem de um líquido avermelhado.» O paralelo entre a lenta agonia de Adela e esta descrição não escapa a ninguém. Só que não é dela que se trata, mas da descrição genérica de um caso de gripe espanhola, extraída do livro de Gina Kolata, jornalista do The New York Times, sobre a pandemia de gripe que varreu o mundo há 90 anos.» (*Público*, 24.05.09)

⁹² “Festas da gripe são contra-indicadas” (24 Horas, 24.07.09)

Por fim, em registos menos relevantes, excepto como ícones de trivialização do tratamento discursivo, realcem-se as instâncias em que a pandemia de 1918 foi evocada de forma mais ligeira. O *24 Horas* escreveu, em Agosto de 2009, que o vinho tivera particular sucesso como terapêutica da gripe pneumónica de 1918 (*24 Horas*, 21.08.09). Semanas mais tarde, referia também que a homeopatia fora decisiva para conter a gripe de 1918 e poderia voltar a sê-lo no presente (*24 Horas*, 08.09.09)

Ainda na evocação de pandemias anteriores, registe-se a declaração de Francisco George que, em entrevista com o autor (Anexo H), sublinhou a necessidade de os media encontrarem o exemplo histórico mais fiel à realidade do novo surto. Esse exemplo proviria da pandemia de 1968, igualmente marcada por forte contágio em Portugal, mas de reduzida mortalidade. Aliás, a ideia já fora repetida em 2009: o director-geral da Saúde comentara então ao *Público* que a situação real estaria mais próxima do que sucedeu em 1957 e 1968, surtos marcados por forte absentismo mas reduzidos internamentos hospitalares (*Público*, 15.05.09) E em entrevista televisiva voltou a lembrar a pandemia de 1957, responsável por três semanas de contágio elevado e consequente alarme em Portugal (*Telejornal*, 11.06.09). Pontualmente, o *Público* usou dados sobre esta pandemia para prever que os contágios deveriam acelerar em Setembro depois da acalmia do Verão (*Público*, 11.09.09), mas não foi esse o duplicado mais comum, o que suscita interrogações sobre a capacidade de a DGS transmitir aos media as sugestões mais adequadas sobre o enquadramento clínico a conceder à pandemia.

As pandemias de 1957 e 1968 foram citadas nos media, mas com menos regularidade do que os exemplos anteriores. No *24 Horas*, lembrou-se por exemplo que a gripe de 1957 obrigara ao encerramento de escolas em Portugal (*24 Horas*, 29.04.09) e que terá sido responsável por cerca de 1 a 1,5 milhões de mortos face aos 750 mil a um milhão em 1968 (*24 Horas*, 09.05.09). No *Público*, o exemplo de 1957 também foi ilustrado, sobretudo quando se discutiu a possibilidade de encerramento de escolas. Face à informação de que o Ministério da Educação aguardaria algumas semanas antes de tomar uma decisão, foi lembrado que, na pandemia de 1957, o governo francês demorou tempo de mais a encerrar os estabelecimentos escolares, perdendo a oportunidade (*Público*, 22.07.09).

As pandemias de 1957 e 1968 foram ainda recordadas por uma valiosa lição: os media insistiram na forte possibilidade de muitos dos então contagiados terem criado resistências a esta estirpe do vírus da gripe, podendo por isso ficar mais descansados (*Telejornal*, 08.08.09). Esse discurso foi utilizado pelo deputado Fernando Rosas que, ao

recusar a prioridade que lhe era devida no plano de vacinação, afirmou que já deveria possuir anticorpos da gripe asiática de 1957 (*Telejornal*, 29.10.09).

Dentro do quadro de duplicados utilizados pelos media da amostra, vale a pena referir mais alguns exemplos. O caso da BSE na Grã-Bretanha e o seu impacte económico foi tema de uma notícia no *24 Horas*, tal como o surto de tuberculose mereceu uma referência do *Telejornal* e o surto de SARS de 2003 foi tema de dez notícias. Foi primeiro enquadrado como o problema sanitário que aterrorizara a Ásia (*Público*, 27.04.09) e provocara 800 mortos (*Telejornal*, 03.05.09), mas que permitira a invenção e vulgarização de novos dispositivos de combate à infecção como os sensores de temperatura generalizados nos aeroportos asiáticos (*Telejornal*, 27.04.09). No México, a SARS foi um dos exemplos concedidos pelas autoridades para referir que o novo surto era menos letal (*Público*, 02.05.09), ao passo que a imprensa económica a utilizou como ícone dos prejuízos que um alerta epidemiológico pode provocar na economia, como sustentava uma notícia do *Público* a propósito de um estudo da *Foreign Policy* (*Público*, 03.05.09) Numa última instância, a SARS foi evocada como peça de valorização curricular: afinal, Margaret Chan era directora-geral da Saúde em Hong Kong à data do surto de 2003 e fora a sua acção que captou a atenção da OMS (*Público*, 19.05.09).

Quando a aquisição de vacinas foi formalmente decidida, penetrou no discurso jornalístico uma instância minoritária, mas relevante para a análise, pois sublinha a coexistência no discurso jornalístico de sensibilidades díspares. A evocação da falsa pandemia de 1976, um surto epidémico que levou a uma campanha de vacinação em massa nos Estados Unidos e alegadamente a um crescimento dos casos de efeitos secundários graves, constituiu um mecanismo de crítica implícita à decisão das autoridades. Ao ser recordada nestas circunstâncias, sugeria que também esta pandemia poderia não justificar tanta atenção, potenciando novos riscos. No *Público*, a evocação começou em Abril de 2009 (*Público*, 26.04.09) e repetiu-se no Verão. A 7 de Agosto, foi mesmo defendida uma relação directa entre a vacinação de 40 milhões de americanos e as centenas de casos de síndrome de Guillain-Barré entretanto detectadas.

Por fim, o duplicado mais vezes utilizado no *Telejornal* e fortemente recorrente também nos jornais foi a comparação da gripe A com a gripe sazonal. Inicialmente, segundo as jornalistas entrevistadas, as autoridades de saúde não forneciam dados sobre a mortalidade associada à gripe sazonal, porventura para não facilitar as comparações com um modelo de gripe bastante diferente quer ao nível do perfil etário de contágio quer ao

nível de morbilidade. No entanto, esses registos foram finalmente produzidos e a RTP transmitiu-os no próprio dia, como conta Isabel Pereira Santos.

«Faço jornalismo sobre temas de saúde há alguns anos e ouvia estimativas muito divergentes para a mortalidade da gripe sazonal, mesmo entre especialistas. Até a RTP chegou a difundir informação errada no início. A DGS não fornecia essa informação. Por isso, fomos procurar contactos – que, às vezes, nem queriam ser entrevistados formalmente mas que davam pistas – porque sentimos que era uma informação básica e útil para perceber a nova gripe. Orgulho-me disso.»
(entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

A informação inicial traduzia-se apenas na mortalidade global provocada pela gripe sazonal: 250 a 500 mil pessoas por ano (*Público*, 29.04.09) ou um milhão de pessoas por ano (*Telejornal*, 03.12.09), consoante a fonte. Mais tarde, foram então fornecidos os números da realidade portuguesa: 1961 pessoas por Inverno (*Público*, 09.05.09). Mas essa estimativa nem sempre foi constante. No *24 Horas*, referiram-se 2500 a 5000 pessoas por ano (*24 Horas*, 12.06.09) e, na televisão, o infecciólogista Jaime Nina reduziu a estimativa para 800 pessoas por ano (*Telejornal*, 07.08.09).

Embora variáveis, esses números foram tranquilizantes para a população, pois constituíram um barómetro do que se poderia esperar. A partir do final do Verão, aliás, o discurso especializado começou a sublinhar também que a gripe sazonal era até mais letal do que a gripe A (*Telejornal*, 24.08.09), tal como José Alberto Carvalho lembrou em entrevista de estúdio à ministra Ana Jorge (*Telejornal*, 07.07.09). Em contrapartida, foi sendo sublinhado, incluindo pela própria Ana Jorge nessa entrevista, que se conhecia pouco sobre esta gripe e que era cedo para festejar a relativa benignidade desta estirpe.

Foi igualmente realizada com êxito a comparação entre os sintomas da gripe sazonal e da gripe A, um serviço de educação do público potencialmente relevante a partir do momento em que se congestionassem as unidades de saúde com casos suspeitos. Por mais do que uma ocasião, Francisco George e Ana Jorge recordaram que 5 a 10% da população sofre todos os anos com a gripe sazonal sem daí decorrer uma emergência sanitária (*Telejornal*, 01.09.09). A mensagem parece ter sido assimilada. Em editorial assinado por Manuel Carvalho, o *Público* enfatizava a mensagem: “Todos teremos de saber e repetir que no ano passado houve 700 mil portugueses infectados com a gripe sazonal e que a doença provocou a morte de 1900 pessoas sem que essa ocorrência normal tenha alterado o dia-a-dia.” (*Público*, 16.08.09). Já em Fevereiro de 2010, Kenji

Fukuda sublinhava o paradigma associado à gripe A: “O contágio está a aproximar-se da gripe sazonal, infectando mas não matando” (*Público*, 12.02.10).

O uso de duplicados para integrar a pandemia de gripe A num processo contínuo de ameaças epidemiológicas foi, como vimos, regular e transversal aos media da amostra. As motivações de cada agente social para ilustrar a pandemia com um caso específico do passado são, naturalmente, difíceis de apurar, mas afigura-se legítimo concluir que se dividiram entre o núcleo de agentes com responsabilidades de gestão do risco e tranquilização da população e um grupo mais minoritário de agentes que utilizou exemplos menos comparáveis com a gripe A ao abrigo dos seus próprios interesses ou receios.⁹³ Terão sido exemplos desta última motivação os repetidos duplicados que procuraram associar a gripe A à gripe pneumónica ou espanhola de 1918, sem causas propriamente comparáveis. Cremos, na linha do que atrás referimos, que muitas destas motivações escondem uma certa maneira fatalista de perspectivar as ameaças da sociedade de risco, assente numa necessidade de perscrutar causas externas em todos os fenómenos e de subordinação da iniciativa humana às leis da natureza ou dos oráculos.

9.11 – O debate sobre a vacinação

Ao analisarem a relação entre a ciência e os media no debate público sobre a gripe das aves de 2005, Nerlich e Halliday (2007: 53) concluíram que os meios de comunicação britânicos sentiram particulares dificuldades na apreensão do desafio constituído pelo desenvolvimento e produção em série de uma vacina contra uma nova estirpe, demorando a integrar na sua narrativa a necessidade de um intervalo de mediação entre a investigação e a prevenção. Exigiram da comunidade científica uma velocidade incompatível com a da investigação, responsabilizando o poder político pelo atraso e agregando motivações comerciais a um processo que, à partida, seria apenas de ordem da saúde pública. Cremos que, no caso da gripe A em Portugal, o debate sobre a vacinação, iniciado no final de Julho e concluído no final do ano de 2009, foi igualmente complexo e produziu diversos momentos nos quais as autoridades sanitárias perderam pela primeira vez o controlo sobre o rumo da discussão pública.

Como notou António Vaz Carneiro em entrevista com o autor, a promoção de um programa de vacinação em massa representa um passo importante no controlo público de uma instância da saúde privada, através da qual um governo decide que determinadas

⁹³ Não detectámos neste estudo qualquer instância que validasse a conclusão de Gonçalves e colegas (2007), segundo a qual as fontes tranquilizadoras tendem a estereotipar negativamente os jornalistas e a colaborar menos com os media.

áreas da gestão da vida do indivíduo não devem ser deixadas ao arbítrio do mesmo. É verdade que a adesão ao programa de vacinação não era mandatória, mas detectámos um forte investimento das autoridades de saúde no incentivo da população à vacinação, o que constituiu, por si, um novo problema ético suscitado pela decisão de inocular uma percentagem significativa da população, que se encontra saudável, com uma vacina.

«A inoculação de uma vacina tem mais riscos do que a aplicação de um medicamento para tratar doenças. Na vacinação, inocula-se um indivíduo que está bem. É diferente tratar um doente com cancro de pâncreas, cuja mortalidade a cinco anos é quase de 100%, do indivíduo que está bem e que eu vou inocular contra uma doença que ele, se calhar, nunca viria a ter. No primeiro caso, tenho um medicamento forte, potente, com benefícios que o doente vai notar e com riscos que ele também vai sentir em termos de efeitos secundários. Como é que eu justifico o meu acto médico? Se eu não tratar, ele morre de certeza e com mais sofrimento; tratando, não evito a morte, mas melhora a qualidade de vida. No caso da vacina, ninguém está disposto a tolerar efeitos secundários. “Então, eu estava bem, deram-me a vacina e agora sofro disto e daquilo”? Portanto, entenda-se que o risco da inoculação da vacina não era zero. Era mínimo, mas não era zero. E aí entra a psicologia outra vez: mesmo raros, ao ocorrerem em qualquer ponto do mundo, mesmo que tenha sido 1 em cada 50 mil inoculações, despertaram a atenção de todo o planeta.» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

Em contrapartida, o dilema ético coloca-se também aos profissionais de saúde que aconselhavam os seus pacientes a não aceitar a vacina. Afinal, como Ana Jorge perguntava em Novembro: “De quem é a responsabilidade moral e ética se uma das grávidas aconselhadas a não se vacinar morrer?” (*Telejornal*, 28.11.09).

Encontrámos a primeira referência à vacinação ainda em Abril, quando o infecciologista Jaime Nina se regozijou pela aparente benignidade do vírus que deveria permitir a produção de uma vacina nos meses de Verão e consequente disponibilização ao público no Outono. Em Maio, o *Telejornal* voltou a referir o assunto (*Telejornal*, 15.05.09), que se manteve em lume brando até Julho. Aí nasceu o foco de controvérsia esgrimida maioritariamente entre peritos a propósito da definição dos grupos prioritários a vacinar. A definição das personalidades e grupos a salvaguardar numa primeira fase de vacinação fora definida com antecedência, no quadro do plano de contingência traçado para a gripe das aves em 2005. Não mereceu, na altura, qualquer comentário, mas a

aproximação de uma data para a inoculação da população e o alarme social gerado pelo noticiário de Julho de 2009, muito focado nos impactes da pandemia em várias actividades económicas e grupos de risco, como as grávidas e as crianças, gerou um movimento de forte reacção. Os bombeiros protestaram pela sua não inclusão no plano de vacinação (*24 Horas*, 16.07.09), tal como os taxistas (*Telejornal*, 27.07.09). Seguiram-se os juízes e os lares de idosos (*Telejornal*, 17.08.09). E os representantes de agências funerárias mostraram também preocupação pela ausência de regras claras para manusear os falecidos contagiados por gripe A e pela sua omissão no plano de vacinação (*Telejornal*, 18.08.09). No *Público*, um leitor queixava-se de que o plano de vacinação também não incluía professores (*Público*, 20.08.09) e outro protestou em nome dos farmacêuticos (*Público*, 22.11.09), ao passo que Margaret Chan procurava explicar que a escolha de grupos prioritários seguia critérios confiáveis: “É uma das decisões mais difíceis que um governo tem de tomar.” (*Público*, 26.08.09).

O debate sobre os grupos a vacinar logrou transpor as barreiras da agenda especializada, motivando uma tira do *cartoonista* Luís Afonso, que expressou a dificuldade de comunicar ao público os critérios de definição dos grupos-alvo a vacinar (Figura 55).



Figura 55 – *Público*. Luís Afonso. 09.10.09

Ana Jorge defendeu, em entrevista com o autor, que as regras sobre prioridades no acto de vacinação devem ser definidas com antecedência, sob critérios seguros e de

preferência em sintonia com as organizações internacionais de saúde, mas admitiu que os próximos planos de contingência deverão ser adaptados a vários cenários, consoante a morbidade e letalidade do vírus. No entanto, é expectável que se produza ruído mediático em qualquer pandemia à medida que os grupos profissionais e corporações tomem conhecimento dos níveis de prioridade, devendo o gabinete de crise preparar-se para essas instâncias de contestação.

«Creio que a primeira definição é incontestável: o país tem de funcionar. Para tal, as pessoas-chave nas empresas de electricidade, água, gás, forças de segurança ou de socorro têm de ser salvaguardadas. Essa é a primeira linha. Portugal nunca tinha sofrido um problema destes na era moderna, mas tinha um plano de contingência afinado durante a gripe das aves, que nos colocara perante a perspectiva de um vírus bem mais agressivo do que este. Seguimo-lo, embora, a partir do momento em que se constatou que o vírus não era tão agressivo, poderíamos ter travado algum exagero nas medidas de contenção. Deverá ser feita uma nova reflexão sobre o plano de contingência: os princípios gerais estão correctos, mas admito uma diversificação das medidas de contingência em função da severidade da ameaça. Nesta gripe, percebeu-se ao fim de algumas semanas que era grave para determinados grupos, mas não para toda a gente. Na gripe das aves, ela era severa em todos os casos de contágio. Essas nuances devem agora ser debatidas.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

À medida que Portugal não registava um volume de óbitos compatível com as expectativas iniciais dos media, este movimento de apelo à vacinação inverteu-se, levando a jornalista Isabel Pereira Santos a comentar, já em Janeiro de 2010: “Até haver a vacina pandémica dava a sensação de que todos queriam ser vacinados” (*Telejornal*, 04.01.10). Tornara-se claro que a taxa de vacinação seria baixa face às expectativas.

O segundo momento de controvérsia gerado durante o debate da vacinação já envolveu fortemente a comunidade de peritos e alimentou várias semanas de polémica. Baseou-se em dois pontos de discórdia: o cumprimento satisfatório dos protocolos de teste de uma vacina, face aos padrões normais da medicina, e a decisão do Estado português de adquirir doses suficientes para as necessidades de todos os grupos de risco.

Entre 1937 e 1938, foi apresentada ao público americano uma nova droga – a sulfanilamida. Distribuída em doses largas e em comprimidos grandes de mais para

engolir, a substância não se dissolvia em água ou álcool, pelo que as empresas distribuidoras passaram a vender elixires da substância misturada com um anticongelante. Cerca de cem crianças morreram com os fígados destroçados. Desse incidente trágico, nasceu a Lei Federal dos Alimentos, Medicamentos e Cosméticos, segundo a qual qualquer produto farmacêutico tem de provar a sua segurança antes de ser comercializado e não, como sucedia antes, ser introduzido no mercado até ficarem evidentes as suas lacunas (Burkett, 1986: 110), uma lei depois replicada noutros países. Na verdade, existem procedimentos definidos pelas agências de aprovação de medicamentos através dos quais é garantida a fiabilidade das novas drogas, depois de testadas as suas propriedades e eventuais reacções adversas em grupos específicos. Estes procedimentos transmitem serenidade à sociedade e reduzem a probabilidade de a droga, depois de aplicada à população, produzir efeitos indesejados. Porém, face a um surto epidémico, este processo é abreviado, quer pela necessidade de travar o contágio quer pela pressão da sociedade, que exige soluções. Para António Vaz Carneiro, o debate foi mal enquadrado no espaço público, pois foi garantida ao público a eficácia da vacina.

«Está documentado que boa parte das pessoas (cerca de 40%) que se vacinam normalmente não chegam a produzir anticorpos contra o vírus que estão a combater. É a mesma coisa que tomar água. Ficamos muito satisfeitos porque os idosos aderem maciçamente à vacina contra a gripe sazonal, mas esquecemos que muitos não chegam a seroconverter. Não há suporte para a afirmação de que poderiam ter morrido menos pessoas se a vacinação tivesse chegado mais cedo ou a mais pessoas (...) As autoridades portuguesas perderam o controlo da situação e paradoxalmente senti-me na obrigação de explicar que, embora não subscrevesse a aquisição de vacinas, não fazia qualquer sentido sobrevalorizar um efeito secundário raríssimo. Gerou-se a ideia errada de que a vacina era perigosa. Não era. Era igual às outras, não tinha risco adicional. Houve uma semana inclusivamente em que se associou a vacina ao autismo, o que foi criminoso. Não havia qualquer base para essa afirmação.

Note ainda que aconteceu uma coisa extraordinária: os governos assinaram acordos com as empresas farmacêuticas que as isentavam de qualquer responsabilidade se algo corresse mal. Sem esse protocolo, elas não entregariam vacinas. Sem acordos dessa natureza, as farmacêuticas já não querem produzir vacinas preventivas. Porque o risco de um efeito secundário matar uma criança e gerar uma indemnização milionária não compensa os lucros.» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

A discussão em torno dos protocolos da vacina pandémica iniciou-se em Outubro de 2009. O pneumologista Ramalho Almeida foi citado pelo *24 Horas*, contestando a rapidez da aprovação: “Quando se descobre uma vacina, normalmente ela só está cá fora ao final de dez anos. Vou esperar os primeiros resultados nos ingleses e franceses e só depois a vou recomendar.” (*24 Horas*, 07.10.09). A situação foi depois agravada com informações avulsas oriundas do estrangeiro: enquanto os Estados Unidos declaravam o estado de emergência, foi anunciado que um indivíduo sueco perdera a vida pouco depois de se vacinar (*Telejornal*, 23.10.09), informação mais tarde negada pela autópsia, que encontrou outras causas de morte (*Telejornal*, 26.10.09). Na Suíça e nos Estados Unidos, entretanto, as autoridades do medicamento adoptaram vacinas alternativas à Pandemrix por motivações técnicas ou económicas e não científicas, mas a situação desencadeou notícias descontextualizadas em Portugal (*24 Horas*, 31.10.09).

As autoridades sanitárias procuraram contestar esta premissa no espaço público. Francisco George argumentou: “Quem é contra a vacina não tem fundamento científico.” (*Público*, 24.10.09). Dias depois, Álvaro Beleza, especialista em imunohemoterapia, acrescentava: “É a primeira vez na história que temos uma vacina antes de a pandemia chegar.” (*Telejornal*, 26.10.09). Filipe Froes juntou ainda: “Só por desconhecimento ou má fé se coloca a vacina em causa.” (*24 Horas*, 31.10.09).

A audiência dos media foi sucessivamente desafiada com argumentação proveniente das duas correntes. Por vezes, na mesma notícia, justapunham-se dois tipos de argumentos. Na RTP, depois de Graça Freitas, subdirectora-geral da Saúde, descansar o público sobre os eventuais efeitos adversos da vacina, a jornalista Ana Romeu terminou a peça lembrando que os efeitos adversos deveriam ser notificados de imediato ao Infarmed (*Telejornal*, 14.10.09). No *Público*, numa reportagem sobre os mitos em torno da vacina, o bastonário Pedro Nunes voltou a sublinhar o carácter supérfluo da substância e o investigador Pedro Simas, embora sublinhando as garantias que sentia em relação à droga, reafirmou o seu desacordo pela generalização da campanha, pois esta deveria ter sido restrita aos grupos de risco. No mesmo bloco, o investigador Terence Stephenson declarava a sua aceitação sem reservas (*Público*, 26.10.09).

Numa polémica em torno de um objecto especializado, a divisão dos peritos em dois blocos torna o debate complexo e dificulta o trabalho jornalístico, pois assegura aos dois lados em contenda argumentação proveniente de fontes oficiais ou de fontes muito especializadas (Gonçalves, 2003b). Para Francisco George, o caso reflectiu também a capacidade de agendamento dos críticos da vacina e o seu acesso facilitado aos media.

«Senti, de facto, que nessa semana não houve consenso. Existiu um movimento com grande expressão na comunicação social que não tinha a ciência do seu lado. Não tinha dados científicos a fundamentar essas tomadas de posição. Mas reconheço que as questões de comunicação no processo da vacinação não foram bem conduzidas, embora entenda que a responsabilidade deva ser partilhada entre os médicos que tomaram posições, a OMS, a indústria farmacêutica e os jornalistas.» (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

Ana Jorge reconheceu a importância política de existirem profissionais médicos nos dois lados da contenda, situação que poderá ter confundido o público e os jornalistas, mas argumentou que o discurso formatado para os media não pode conter ambiguidades residuais. Em medicina, são raras as certezas absolutas e existem sempre possibilidades residuais de efeitos indesejados. Em Outubro e Novembro de 2009, era fundamental transmitir para o público uma mensagem sem ambivalência. Afinal, parafraseando um dos técnicos de análise que aceitou vacinar-se nos primeiros dias, “temos de confiar nas pessoas que estudaram a vacina” (*Telejornal*, 27.10.09). No *Público*, dias mais tarde, sublinhava-se uma evidência: “Não é factualmente possível dizer que a vacina da gripe pandémica é perigosa.” (*Público*, 30.01.10).

Em entrevista com o autor, a ex-ministra salientou o paradoxo sentido pelos gestores de crise nesse instante: se é verdade que de todas as vacinas podem resultar efeitos adversos, a comunicação de risco exige que o discurso público seja categórico e não evasivo (Anexo M). Nesse difícil equilíbrio, ergueram-se brechas no discurso das autoridades, também reconhecidas por Filipe Froes, que sublinhou o peso desproporcionado dos argumentos contrários à vacina na agenda noticiosa, atribuindo-o ao investimento simbólico dos críticos na diabolização dos efeitos secundários:

«Falaram de facto vários colegas e não tenho dúvidas de que as suas declarações tiveram consequências evidentes na baixa taxa de adesão registada. Não foram a única causa, claro, mas tiveram responsabilidades e seria positivo que as assumissem. Alguns questionaram o processo de aquisição da vacina, mas ele foi célere e resultou de uma decisão colectiva do GONGA e do Ministério da Saúde. Note que foi a primeira pandemia da história contra a qual contámos com uma vacina eficaz. Isso é histórico. Permitiu moldar a curva epidémica, atrasando o contágio e salvando vidas. Mas as críticas mais difíceis de aceitar foram as de colegas que colaboraram com o GONGA, que participaram nas decisões e que, chegados a Outubro, assumiram publicamente teses como a necessidade de

esperar por um ensaio clínico certificado, que costuma demorar pelo menos um ano; ou que haveria efeitos secundários já verificados pela literatura. Ora, por muitas evidências e consonâncias que se registem na literatura médica, há sempre um artigo científico remoto que coloca a tese dominante em causa(...). As teses sobre os efeitos secundários da vacina não estavam alicerçadas em ciência. Pelo menos naquela data. Mas tiveram efeitos terríveis. (...)

A resistência dos médicos e enfermeiros à vacinação foi um fenómeno peculiar, que teve seguramente impacte. Porque se os profissionais de saúde não se vacinam, a população hesitará mais. E esse processo tem até gerado debates éticos sobre a possibilidade de impor vacinas mandatórias no futuro, assumindo que os interesses do doente se sobrepõem sempre aos dos profissionais de saúde. Vale a pena dizer que quem apelou à não vacinação deve aceitar a sua responsabilidade. Se tivéssemos esperado um ano pela certificação da vacina, a mortalidade teria sido maior. E, mesmo assim, entre os óbitos que se registaram em Portugal custamos verificar que alguns poderiam ter sido evitados, pois eram pessoas que não se vacinaram quando a vacina já estava disponível. É um fardo terrível para quem apelou à não vacinação.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

Ao mesmo tempo que alguns especialistas questionavam os protocolos de validação da vacina, outra controvérsia deflagrou no espaço público – quais deveriam ser os grupos a vacinar? O plano de contingência previa a vacinação prioritária com as primeiras doses entretanto chegadas a Portugal de grupos de risco específicos e essenciais ao país.⁹⁴

Entre os grupos de risco definidos, as grávidas tornaram-se o principal tema de discussão, sobretudo depois da notícia da primeira morte em Espanha: uma grávida de 28 semanas em Espanha, asmática, que recorrera tardiamente aos serviços de saúde (*Público*, 01.07.09). O *Público* enfatizou a dúvida que permaneceu ao longo do debate, na reportagem: “As grávidas devem tomar a vacina contra a gripe A? Depende, dividem-se os especialistas.” (*Público*, 06.09.09).

Em vão vários peritos procuraram tranquilizar os primeiros membros do público seleccionados para a vacinação. No *Telejornal*, Filipe Froes definiu os riscos acrescidos de morte para os grupos de risco, de acordo com as estatísticas produzidas nos países onde já tinham ocorrido óbitos: dez vezes mais risco nas grávidas, seis vezes mais nos obesos, três vezes mais nos asmáticos (*Telejornal*, 14.11.09). Depois das primeiras

⁹⁴ No *24 Horas*, a própria chegada das vacinas foi alvo de forte dramatização. Escreveu-se então que “o camião que transporta as vacinas não está identificado por fora e os horários que cumpre só são conhecidos das autoridades para reduzir os riscos de vandalismo” (*24 Horas*, 21.10.09)

recusas, porém, ocorreu o caso das mortes fetais. Entre 15 e 19 de Novembro de 2009, três grávidas perderam os seus fetos poucas horas depois de terem sido inoculadas com a vacina da pandemia. Ao alarme já verificado nos media nos dias anteriores, juntaram-se neste caso as fragilidades de muitos profissionais de jornalismo, que associaram dois fenómenos sem relação conhecida ou validada por peritos e concluíram que a morte fetal poderia ser um efeito adverso da vacina.

Nos media da amostra, essa relação praticamente não foi esboçada, apesar de uma referência indicar que “os familiares desconfiam da vacina” (*Telejornal*, 17.11.09) Na verdade, o tratamento jornalístico por parte do *Público*, do *24 Horas* e do *Telejornal* foi criterioso e célere, desmontando o caso, escutando especialistas e procurando estatísticas que elucidassem o público sobre a frequência da morte fetal em Portugal (quase um incidente por dia) e da dificuldade de, nesses casos, encontrar uma causa evidente.

Para Isabel Pereira Santos, o caso tornou-se um bom exemplo das dificuldades das redacções para lidarem com temas especializados, sobretudo quando os profissionais não estão rotinizados na área da saúde:

«Esse terceiro momento, orgulho-me de o dizer, foi logo desmistificado pela redacção da RTP, mal tivemos oportunidade. Essas notícias eram tão despropositadas, tão aberrantes, que era urgente corrigi-las. É provável que tenham surgido pelo facto de não haver muitos jornalistas especializados em saúde em Portugal e que portanto associaram dois fenómenos que não tinham qualquer relação entre si: as vacinas e as mortes fetais, que ocorrem regularmente, todos os anos, muitas vezes sem causas evidentes.» (entrevista do autor com Isabel Pereira Santos, Anexo L)

Na RTP, de facto, cedo se disse que mesmo “os familiares descartam a hipótese, mas estranham a coincidência” (*Telejornal*, 16.11.09), não passando o caso de “uma terrível coincidência” (*Telejornal*, 23.11.09) No *Público*, o processo foi igualmente desmontado com celeridade, fosse através da intervenção das jornalistas mais especializadas em saúde, fosse através de porta-vozes periciais. Constantino Sakellerides perguntava aos leitores: “Se tiver um acidente de carro depois de ser vacinado, há alguma relação?” (*Público*, 20.11.09) e, dias mais tarde, Francisco George insurgia-se em texto de opinião contra a “inusitada e inexplicável visibilidade de notícias alarmistas de casos de morte fetal tardia que, aliás, não tinham relação com a vacina” (*Público*, 27.11.09).

Em entrevista com o autor, porém, o director-geral da Saúde reconheceu as dificuldades

de gestão de um caso mediático desta natureza, apontando baterias para várias redacções onde a associação de contextos foi aceite sem questionamento:

«O aborto espontâneo acontece com enorme frequência, a uma média de quase um por dia em Portugal. E essa média representa só as notificações, escondendo os casos de mulheres que perdem os fetos poucos dias depois de ele ser concebido. Sou o primeiro a dizer que esse processo não foi bem conduzido. Nunca conseguimos explicar que a relação causal não se baseia unicamente na relação temporal, ou seja, se uma grávida se vacinar e, uma semana depois perder o feto, isso não tem que ver com a vacina. Se não se tivesse vacinado, provavelmente teria o mesmo desfecho. Quem sugeriu a relevância dessa relação tinha também de demonstrar a explicação fisiopatológica e isso nunca foi demonstrado. Pelo contrário: as autópsias dos fetos demonstraram problemas sem relação com a vacina. (...) Parece que alguns jornalistas já formataram o que vão dizer e não estão dispostos a rectificar. Posso dizer-lhe que um dos dias de maior angústia aqui na DGS ocorreu logo depois de uma mulher grávida ter dado entrada no hospital de Penafiel, morrendo duas ou três horas depois. Enquanto não se soube se tinha sido, ou não, vacinada, não pode imaginar o nosso grau de angústia. Se tivesse sido vacinada, naturalmente teria sido a vacina a provocar a morte em tão pouco tempo. Mas veio a confirmar-se que a senhora tinha recusado a vacina. Admitindo-se que tinha sido vacinada, imagine o pandemónio que teria ocorrido neste país.» (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

Colocada perante um dilema inesperado, a DGS demorou a contestar o rumor. A dimensão imprevisível da medicina, ao abrigo da qual, repete-se, mesmo as probabilidades mais ínfimas não devem ser menosprezadas, poderá ter jogado um papel relevante, atrasando a resposta da comunidade de especialistas, como este exemplo do óbito no Hospital de Penafiel parece salientar. Todas as possibilidades devem ser contempladas na gestão de risco, mesmo aquelas desmentidas pela probabilidade estatística, sobretudo em face de uma droga relativamente nova.

Na redacção do *Público*, Alexandra Campos iniciou o processo de compilação de informação estatística sobre as mortes fetais em Portugal, sem o apoio da DGS. Circulavam na Internet várias informações contraditórias e a DGS não teve meios para fornecer de imediato informação sólida que quantificasse a frequência das mortes fetais no país numa situação padrão. Esse esforço foi assegurado por cada redacção, que agregou informação proveniente da sua rede de contactos e interpretou-a sem

interferência das autoridades (Anexo K), gerando assim inevitável ruído na construção da mensagem sobre o novo problema social.

O caso contribuiu, na nossa perspectiva, para o desgaste da imagem serena das autoridades de saúde, recentrando o debate em temas marginais e criando um novo foco de histeria que terá provavelmente tido impactes na adesão pública à vacinação.⁹⁵

Tal como documentámos noutra ocasião (Pereira Rosa, 2011), casos como este sublinham a dificuldade apresentada pelo jornalismo moderno a partir do momento em que uma ocorrência é enquadrada como acontecimento-chave pela maioria dos media e se torna fundamental para ordenar uma sequência de outros acontecimentos aparentemente isolados. Ao classificarem a primeira morte fetal como um incidente associado à inoculação da vacina, muitos repórteres justificaram a onda noticiosa que se seguiu, ao abrigo da qual instâncias remotamente associadas – e que, noutras ocasiões, teriam sido negligenciadas – foram destacadas, fornecendo à audiência uma falsa sensação de agravamento do problema.

Este tipo de estratégia jornalística de dramatização da realidade e enunciação do pior cenário possível encontra particular eco em face daquilo a que Gonçalves e colegas chamaram a *individuação* da sociedade (2007: 183), muito mais aguda na relação dos cidadãos com a saúde do que com o ambiente. Face a um risco associado a um produto alimentar, o consumidor pode recusar a compra, mas, numa doença emergente, “com consequências imprevisíveis para a saúde pública e com responsáveis anónimos, não havia mesmo qualquer alternativa ao consumidor, excepto reclamar das autoridades o combate à doença” (*ibidem*). Essa predisposição, se alimentada com informação alarmante, influencia a pressão que a opinião pública exercerá sobre as autoridades.

Filipe Froes assinalou ainda uma dimensão essencial no contexto deste caso: a sua plausibilidade para uma audiência leiga, pouco informada sobre os temas de saúde e já assustada pelo curso do debate sobre a gripe e a vacinação.

A demora que uma autópsia normalmente regista privou também os especialistas de dados sólidos para rebater o caso, tanto mais que a autópsia nem sempre é definitiva. Aliás a questão sugere também a necessidade de incorporar factores psicológicos nos modelos de resposta social ao risco (Camilo e Lima, 2010), como se verifica por este exemplo:

⁹⁵ Seria relevante, a propósito, que as autoridades de saúde compilassem a estatística semanal de todos os centros de vacinação, de forma a que esta informação pudesse ser cruzada com a eclosão de vários casos mediáticos, podendo daí ser inferida a influência do jornalismo na confiança pública dos grupos de risco no processo de vacinação.

«Ninguém poderia dizer em Novembro que essa relação existia. Se colocar um milhão de grávidas que foram vacinadas numa sala e outro milhão numa sala sem as vacinar dando a estas apenas um copo de água, no dia seguinte, pela estatística, terá morrido um feto em cada uma das salas. Mas só na sala das grávidas vacinadas as senhoras se lembrarão da terapêutica que fizeram.»

(entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

A credibilidade desta informação sugere que existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido da divulgação ao público de informação regular sobre temas de saúde, caminho esse que deve ser trilhado não só através dos meios de comunicação tradicionais, como através de outros canais, como as produções de ficção e entretenimento ou os conteúdos fornecidos para os media electrónicos. Casos como este constituem, acima de tudo, como escrevia um leitor do *Público* em carta à direcção do jornal, “exemplo de um mau serviço prestado pela comunicação social que noticia sem investigar e sem explicar, com efeitos que podem prejudicar a saúde de quem vem recusar a vacina por medo” (*Público*, 04.12.09).

Entre os restantes indivíduos com acesso prioritário à primeira vaga de vacinas, vale ainda a pena referir as estranhas declarações de agentes políticos que, tendo direito à vacinação ao abrigo do plano de contingência que considerara os deputados parlamentares como indivíduos prioritários, recusaram a sua dose. Miguel Macedo e Francisco Louçã terão sido os primeiros (*Telejornal*, 25.10.09), embora o dirigente do Bloco de Esquerda tenha arrepiado caminho um dia depois. A 27 de Outubro, Jerónimo de Sousa reconheceu publicamente que se vacinaria para acalmar o público, mas, dois dias depois, Paulo Portas e Fernando Rosas recusaram o mesmo privilégio. O dirigente do Bloco de Esquerda contou à televisão que o seu médico pessoal lhe dissera que o seu grupo etário não precisaria (*Telejornal*, 29.10.09).

Poderá ser debatida a moralidade implícita na definição de deputados parlamentares como membros da linha da frente com acesso a uma vacina contra uma pandemia, mas afigura-se essencial, no futuro, definir os critérios dos planos de contingência e segui-los com afinco. Cremos que os sucessivos incidentes de recusa, sobretudo com a declaração de Fernando Rosas, constituíram novos golpes no discurso das autoridades, minando a certeza científica de que estes se muniam e fomentando o receio na opinião pública. Uma notícia, já em Abril de 2010, chamava a atenção para o sucesso da campanha de

vacinação na Dinamarca, reafirmando uma faceta que deveria ser óbvia num cenário de incerteza: a confiança absoluta nas autoridades (*Público*, 23.04.10).

Na verdade, a construção noticiosa de uma campanha desta natureza vive da percepção transmitida pelos media de unanimidade ou, pelo menos, maioria de opinião entre especialistas. Cremos que o momento fundamental para o relativo insucesso da campanha de vacinação foi produzido pela visibilidade destes gestos de recusa e potenciada depois pelos vários profissionais de saúde que a negaram também. Desse ponto de vista, algumas responsabilidades devem ser apontadas aos meios de comunicação que sobrevalorizaram as declarações de recusa em várias ocasiões.

Antes mesmo do início da campanha, já o *Telejornal* dava voz a Margarida Mota, do Centro Hospitalar de Gaia: “Alguns técnicos de saúde não querem vacina (...) Já estamos à espera de muitos ‘nãos’”, disse. (*Telejornal*, 16.10.09). No centro de atendimento da Venda Nova, descrito pelo repórter José Manuel Levy com a frase “Lá dentro, reina um silêncio arrepiante”, o programa confirmou também que muitos médicos recusavam a vacinação (29.10.09). Já em Novembro, um utente, ouvido pelo *24 Horas*, colocava o dedo na ferida: “Há médicos que preferem não ser vacinados e até o próprio bastonário da Ordem dos Médicos mostrou dúvidas.” (*24 Horas*, 18.11.09). Na mesma reportagem, outro indivíduo alimentava impunemente o fantasma dos interesses comerciais escondidos: “É como se fosse um grande negócio e sempre que acontece algum problema dizem que não teve nada que ver com a vacina. É de desconfiar.”

No *Telejornal*, a cobertura jornalística do processo de vacinação foi ambígua, reflectindo as motivações contraditórias dos dois blocos de argumentação. No início de Novembro, o programa sublinhou os méritos da campanha, acompanhando médicos enquanto estes se vacinavam para mostrar confiança na vacina (*Telejornal*, 04.11.09). Um dia depois, o programa referia: “Os não sucedem-se por todo o país”, enquanto a câmara filmava uma grávida assinando a recusa da vacina. (*Telejornal*, 05.11.09) Três dias mais tarde, o discurso reinvertia-se e uma das peças garantia: “Grávida aconselhada a não fazer a vacina é uma grávida desprotegida.” (*Telejornal*, 08.11.09).

O secretário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro, assegurava pouco depois que os portugueses “vão continuar do lado da ciência” (*24 Horas*, 19.11.09), enquanto o *Público* devolvia a questão aos utentes: “Vacina da gripe A – lucidez ou paranóia. A escolha é sua.” (*Público*, 19.11.09).

De todos os incidentes que envolveram profissionais especializados, o mais grave terá ocorrido uma semana antes do início da campanha de vacinação. A TSF produziu uma

reportagem nos bastidores da Linha Saúde 24, escutando declarações de enfermeiras encarregues do aconselhamento ao público nesse serviço. As suas afirmações foram depois transmitidas pelo *Telejornal*, dado o escândalo provocado. Sem aparentemente medir o alcance do seu discurso, sobretudo porque o mesmo era produzido no seio de uma das organizações simbólicas de combate ao rumor e à desinformação, uma enfermeira disse: “Ponderando a eficácia da vacina, optei por não ser vacinada porque penso que... junto de pessoas saudáveis, acho que a gripe A não é muito alarmante e como também é uma vacina que eu considero não estar muito estudada e muito verificada, optei mesmo por não ser vacinada.” Outra enfermeira acrescentou que, nunca tendo aderido à vacina sazonal, não se vacinaria agora (*Telejornal*, 23.10.09).

No próprio dia, a Direcção-Geral da Saúde tentou conter os danos, com um comunicado onde expressava que “receber ou não a vacina é uma decisão individual que, no entanto, deve ter em consideração as recomendações técnicas da DGS. (...) A DGS vai realizar sessões de informação e esclarecimento junto dos enfermeiros da LS24 para realçar a importância e segurança da vacinação”. Como corolário desta construção, na quarta peça do noticiário, a RTP apresentou a notícia sobre o paciente sueco que morreu 12 horas depois de ser inoculado com a vacina, associando-a erradamente ao desfecho.

Filipe Froes reconheceu os danos provocados na batalha discursiva em curso sobre os méritos da vacinação e a irracionalidade dos argumentos contrários. Uma opinião expressa em nome da Linha Saúde 24 provocou reacções adversas do público, já desconfiado por natureza, dada a ambiguidade do discurso jornalístico. O pneumologista deixou inclusivamente pistas para a gestão futura de situações em que a vacinação de profissionais de saúde em contacto com o público possa tornar-se mandatária.

«A jornalista perguntou aos enfermeiros se iam vacinar-se e eles, ingenuamente, disseram que não costumam vacinar-se contra a gripe e este ano não deveria ser excepção. Ficámos em choque. O efeito daquelas declarações foi terrível. Então, se eles não se vacinam, por que motivos os outros têm de se vacinar? É por isso que a ciência não tem de ser democrática (...) Nem todos podem ou devem falar em público numa situação desta natureza porque o impacte de uma frase destas naquela altura é terrível.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

9.12 – O humor como escape

Com uma tradição duradoura de uso do humor em *cartoons* de imprensa, o *Público* alargou, a partir de 2003, o espaço destinado à sátira nas suas páginas. Semanalmente, o

suplemento *Inimigo Público* produz oito páginas de textos, *cartoons*, tiras e fotomontagens sobre a actualidade do momento, permitindo um vislumbre da agenda sob uma perspectiva menos institucionalizada.

Como Josh Greenberg notou (2002), o *cartoon* é a mais poderosa dessas ferramentas: usa convenções de comédia para classificar, organizar e reinterpretar os temas que constam da agenda jornalística, fornecendo miniargumentos condensados de um determinado problema, sugerindo responsáveis, causas e soluções.

Para o caso em apreço, justifica-se referir que os *cartoons* são bem sucedidos quando não esbarram com as crenças ideológicas dos seus leitores e não ousam reconstruir temas complexos ou distantes para a audiência, pois, nessa circunstância, arriscam-se a não gerar ressonância. Usam mitos, representações culturais ou simbólicas, narrativas ou outros processos de organização do quotidiano (Gamson e Stuart, 1992).

Argumentou-se noutro trabalho que eles exerceram, no caso da pandemia de gripe, uma importante função para o jornal (Pereira Rosa, 2001b): a abertura do espectro de comentário a perspectivas menos convencionais, desligadas dos constrangimentos associados à necessidade de não alienar fontes e apoios institucionais. Na verdade, a representação da pandemia de gripe nas páginas humorísticas do *Público* dissociou-se fortemente das rubricas jornalísticas, desconstruindo a abordagem das autoridades de saúde, ridicularizando as medidas de profilaxia e o alarme gerado na sociedade. Fê-lo praticamente desde a primeira semana em que foram publicados trabalhos jornalísticos, ao passo que as páginas noticiosas do jornal demoraram várias semanas a procurar enquadramentos menos favoráveis àquele que era promovido pelas autoridades.

Recuperando a Figura 34 [pg. 290], verifica-se que a produção humorística do jornal acompanhou os ciclos de interesse das páginas jornalísticas, o que sugere uma associação entre os temas da agenda política e aqueles que são susceptíveis de gerar construções humorísticas relevantes. O desenhador Luís Afonso descreveu aliás um jogo de adivinhação entre o humorista e o público, procurando imaginar as instâncias em que um tema da agenda já integra as conversas do quotidiano e permite a troca.

«Não posso deixar o leitor a “nadar”, sem conhecimento dos factos que menciono. É por isso que em alguns comic strips a primeira vinheta está muito cheia de texto. Para contextualizar (Figura 56). Depois, tenho também de fazer suposições sobre o meu público. O leitor de A Bola não é igual ao do Público. E só posso usar linguagem especializada da economia com os leitores do Jornal de Negócios.

Há um jogo de suposições, que até pode ser injusto, mas que difere de jornal para jornal.» (entrevista do autor com Luís Afonso, Anexo G)



Figura 56 – Exemplo de tira do Bartoon. Luís Afonso. 27.01.10

Recuperando a mecânica do seu processo criativo, outro autor, o *cartoonista* António Jorge Gonçalves reconheceu que é essencial, para o sucesso da abordagem humorística, o acompanhamento da actualidade, sob risco de afastamento do público que pode não perceber o contexto do humor e raramente está tão documentado como o autor.

«Começo por dar atenção no fim-de-semana ao chamado “balanço da semana anterior” para perceber quais os assuntos que vão “fazer” a semana que começa. Na segunda e terça-feira, estou em particular sintonia com o que os jornais publicam e as televisões noticiam. É nestes dias que vou rabiscando e pensando naquilo que me pode interessar. A quarta é o dia de grande acção porque o fecho do IP acontece ao fim da tarde; e como o suplemento só é publicado daí a dois dias, exige da parte de todos um exercício de antecipação para perceber o que pode ser pertinente na sexta-feira. Por vezes já tenho ideias pendentes sobre assuntos que estão na ordem do dia há umas semanas e trata-se apenas de escolher o momento certo para lhes dar expressão. Mas, na esmagadora maioria dos casos,

estou com o dedo molhado no ar a ver se sinto vento de algum lado (...)
Comparo o meu estatuto ao do cronista, não ao do jornalista. O cartoon
editorial é a formulação de uma opinião pessoal. E como o cartoon editorial
se situa no espaço da imprensa, não irá comentar aquilo que se passa no
mundo mas sim aquilo que os media disseram que se passou no mundo»
(entrevista do autor com António Jorge Gonçalves, Anexo F)

Luís Afonso entende o tratamento humorístico de outra forma. Autor de uma tira diária no caderno principal do jornal, o humorista qualifica parte do seu trabalho como jornalístico, reivindicando desempenhar tarefas profissionais semelhantes às do profissional de imprensa, nomeadamente na recolha de factos, cruzamento entre fontes e selecção de enquadramentos. Na segunda fase, correspondente ao processamento desta informação, Luís Afonso reconheceu que se aproxima mais do comentário do que da notícia, com uma *nuance*: não é a sua voz que necessariamente transparece em cada edição da tira Bartoon: «Há trabalhos onde não é a minha voz que ali aparece. Defendo propositadamente posições que não são as minhas. São as da personagem. E podem não coincidir. No comentário escrito, não se costuma defender as posições de outrem.» (entrevista do autor com Luís Afonso, Anexo G).

Os limites do bom gosto e do bom senso variam entre cada profissional. António Jorge Gonçalves reconheceu que, no seu processo criativo, há pouca interferência do director do suplemento humorístico e nenhuma da área editorial do jornal propriamente dito. Os únicos constrangimentos são organizacionais – haver, ou não, espaço para o tratamento humorístico ou evitar a repetição de temas tratados ao longo das páginas. O *cartoonista* referiu inclusivamente, na entrevista com o autor, que a única censura de que foi alvo não versava um agente político, mas sim uma cervejeira que, sendo anunciante no jornal, protestou contra o tratamento de que fora alvo num trabalho humorístico.

Luís Afonso reconheceu que os principais constrangimentos são efectivamente organizacionais, sobretudo num formato rígido como a tira, que exige sempre quatro momentos. Ginasticado, o autor refere-se à tira como um tapete rolante que introduz a informação na primeira e segunda vinheta, trava na terceira e remata na quarta, com o corolário humorístico. No processo mecanizado em que já está a redacção do *Público*, não há interferência no trabalho do humorista, pois os *cartoons* são transferidos directamente para a página em linha do jornal, sem qualquer mediação.

Um indicador interessante do mérito desses limites auto-impostos é revelado pelo cruzamento dos dados das Figuras 29 e 34, referentes ao tratamento do tema no *Público*. Uma semana em particular justifica alguma contextualização: na semana 47 de 2009, ocorreu a sequência de três mortes fetais depois da vacinação das mães. Embora o jornal tenha dedicado ampla atenção no seu noticiário, os humoristas contiveram-se e, na semana em causa, produziram apenas um texto sobre a pandemia de gripe, sintoma de contenção na semana que produziu mais alarme junto da população.

A nossa análise de conteúdo destacou outra circunstância peculiar: a desconstrução da pandemia iniciou-se nas páginas humorísticas logo em Abril de 2009, quando o tema eclodiu na agenda. A Figura 33, já apresentada, representa essa instância: seguindo o modelo proposto por Roland Barthes (1977), a análise denotativa dá conta do espírito de um porco que, fissurado, expele moedas através do nariz. Analisando-o do ponto de vista conotativo, ressaltam as sugestões de que, através do inocente espírito de um porco (que representa a gripe suína), estão a ser produzidas fortunas a montante, num momento em que, como sugerem as fissuras, a economia dos países europeus estava perto do colapso. Era uma interpretação ousada em Abril de 2009, pois implicava uma associação entre o alarme das organizações de saúde nacionais e internacionais e interesses comerciais de agentes desconhecidos. Passariam três meses até um texto de um colunista no jornal sugerir a mesma interpretação.

O mesmo fenómeno de crítica da estratégia das autoridades verificou-se em instâncias posteriores, nas quais os autores se colocaram quase sempre na pele do utente de saúde que, confuso com toda a informação que lhe era fornecida, procurava construir uma interpretação plausível para a sequência de ocorrências em torno da emergência médica. Encontramos essa construção nas Figuras 57 e 58, ambas sobre cuidados de saúde.

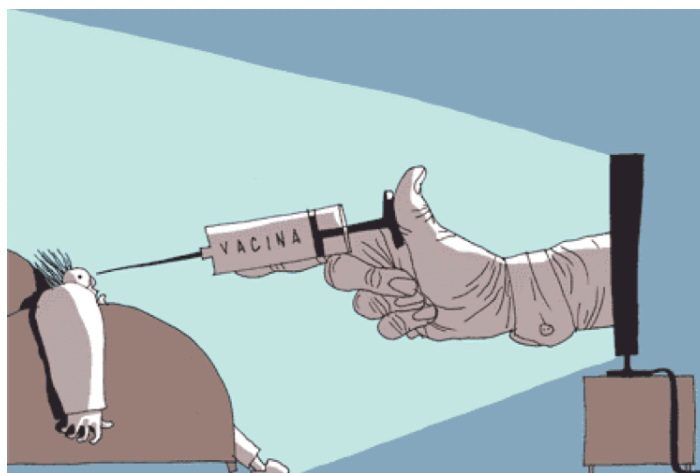


Figura 57 – *Público*. António Jorge Gonçalves. 27.11.09

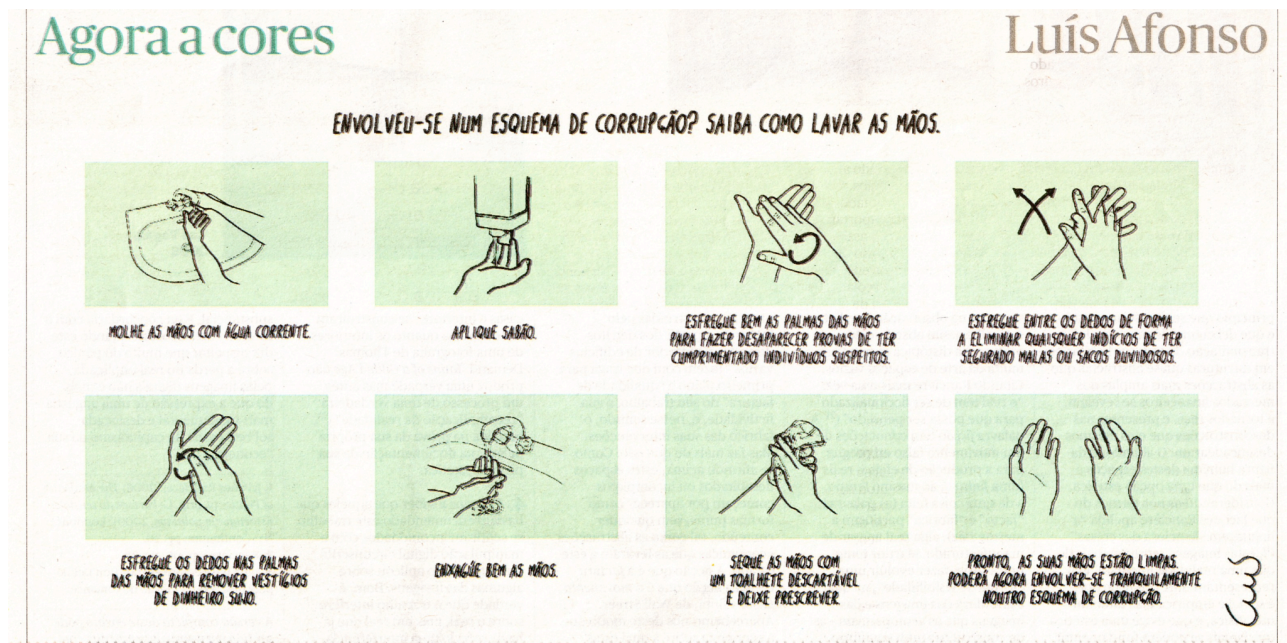


Figura 58 – *Público*. Luís Afonso. 14.11.09

Recorde-se que a abordagem noticiosa do *Público* foi a mais complexa da amostra, reflectindo a riqueza de posições do debate, embora posicionada com mais frequência do lado do discurso dos peritos associados ao programa de vacinação. Estes dois tratamentos humorísticos sugerem essa dualidade, que expressa a pluralidade de perspectivas no seio do jornal, mas também o desfazamento entre as posições seguidas pela publicação e a construção de enquadramentos para interpretar o caso pelos leigos. O *cartoon* de António Jorge Gonçalves comentava, de forma mais abrupta do que as rubricas noticiosas do jornal alguma vez fizeram, o discurso oficial sobre a vacinação, construído pelos media (a televisão, em particular) e com um forte pendor alarmista que transformou o espectador num agente aterrorizado e sobretudo compelido a vacinar-se, embora não entenda porquê. A seringa que brota da televisão não distingue entre especialistas e jornalistas: sugere, ao invés, que ambos conspiraram para condicionar o livro arbítrio de cada indivíduo para se vacinar.

«Acho que vivíamos numa espécie de ultimato: perante a hesitação (legítima quanto a mim) que os cidadãos exprimiam com a falta de adesão ao programa de vacinação, as autoridades, em articulação com os media, subiam de tom numa ofensiva que explorava o medo. Este paternalismo é uma atitude recorrente nas autoridades sanitárias.» (entrevista do autor com António Jorge Gonçalves, Anexo F)

Mais ligeiro, mas nem por isso menos crítico sobre o discurso de alarme construído em torno das medidas de profilaxia, o *cartoon* de Luís Afonso glosava com a omnipresença dos documentos que incentivavam a lavagem frequente das mãos, gesto comum então transformado em procedimento altamente especializado, comparando-o a uma profilaxia tão ou mais necessária para o país: aquele que seria indispensável contra a corrupção. Fica patente neste trabalho uma ligeira sugestão, à mercê da interpretação de cada um, sobre a eventual associação entre a gestão da pandemia e a corrupção. E como Ray Morris sugeriu (1993), *cartoons* como este podem ajudar a construir uma agenda normativa política que incite à acção, mesmo que simplificada, perspectiva igualmente aceite pelos criadores destas representações humorísticas, como Luís Afonso.

«Os cartazes estavam em todo o lado. No centro de saúde. Nas escolas. Nos museus. Eram opressivos. Um dia, ao ler a informação, percebi que trocando três ou quatro palavras poderia transformar aquela linguagem numa profilaxia contra a corrupção. Foi isso que lhe deu a graça.» (entrevista do autor com Luís Afonso, Anexo G)

Não se argumenta neste subcapítulo que o tratamento humorístico do *Público* foi mais “real” do que o das secções jornalísticas da publicação. Sublinha-se, ao invés, a forte dissonância entre os dois tipos de registo no mesmo jornal, patente num último exemplo. Como notámos no subcapítulo sobre as fontes, a apreciação que o jornal fez da ministra Ana Jorge foi razoavelmente lisonjeira, não a submetendo ao escrutínio e crítica mordaz que, por exemplo, o *24 Horas* lhe dedicou a partir do momento em que se tornou evidente que a estirpe do vírus da gripe A seria mais benigna do que o esperado. No entanto, coube às rubricas humorísticas a apreciação mais veemente e mordaz da actuação desta personalidade. Para além do epíteto “ministra da gripe A” que lhe foi dedicado ao longo de grande parte do ano, o *Inimigo Público* trouxe à estampa o *cartoon* representado na Figura 59, explicado pelo autor nos seguintes moldes:

«O possível exagero na avaliação das consequências deste vírus era já um tema recorrente em muitas fontes na Internet, mas só o balanço dos números feito pelos media é que veio expor, com legitimidade, esta questão. Os políticos/autoridades fizeram aquilo que a cartilha recomenda em qualquer situação: “Negar sempre.”» (entrevista do autor com António Jorge Gonçalves, Anexo F)



Figura 59 – *Público*. António Jorge Gonçalves. 15.01.10

Publicado em Janeiro, o trabalho acumulava várias leituras denotativas. Note-se o dispensador em forma de porco; o olhar maligno da ministra conhecida precisamente pelo inverso nas suas intervenções públicas; a lavagem cuidadosa das mãos com todos os preceitos; pendurado na parede, um toalheiro deixa antever um rolo de papel com o rótulo “Falsa pandemia”. Em nenhuma das intervenções dos críticos da actuação do Ministério da Saúde foi sequer sugerida a actuação dolosa do Ministério da Saúde, como a leitura conotativa deste trabalho parece sugerir.

O poder do *cartoon* consiste na capacidade de estabelecer o autor como perito num problema e os “outros” como fonte perturbadora, desde que o enquadramento proposto seja plausível para uma audiência. Trabalhos humorísticos desta natureza romperam os constrangimentos do jornalismo tradicional, permitindo ao *Público* atingir públicos não necessariamente consumidores dos seus trabalhos jornalísticos, rompendo com a unanimidade em torno de personalidades ligadas à gestão de crise e fornecendo um escape à sociedade num momento de forte emotividade e alarme: ao rir de instâncias como esta, o leitor é levado a relativizar o risco, assimilando-o sem histeria. Em contrapartida, este tipo de dispositivos não deve ser ignorado pelos gestores de crise. Correspondem a momentos importantes de criação de sentido, alheios ao processo jornalístico, mais normalizado, mas nem por isso menos eficazes. Futuras estratégias de comunicação de cenários de incerteza podem e devem integrar o humor no quadro da sua intervenção, cativando os humoristas, chamando-os ao seio da discussão e, no processo, procurando rotinizar também a sua actividade.

9.13 – Gestão de risco e comunicação de incerteza

Embora este trabalho se concentre exclusivamente na construção das notícias sobre a gripe, não incluindo a fase de recepção e de resposta dos agentes sociais sujeitos à informação jornalística, é inevitável referir que um volume tão consistente de informação sobre um problema de saúde desconhecido até Abril de 2009 gerou seguramente incerteza e alarme na sociedade portuguesa. As notícias não são inócuas: se é discutível que possam incitar a audiência a actos concretos, levam-na pelo menos a assimilar a urgência atribuída aos temas mais divulgados nos noticiários, intrometendo acontecimentos distantes na consciência quotidiana (Giddens, 1991: 23-24). Existe aliás um bom indicador dessa tendência neste caso: a 10 de Julho de 2009 no *Público* e a 29 de Setembro do mesmo ano no *Telejornal*, noticiou-se a existência de uma relação directa entre as notícias de surtos de gripe em Portugal, nomeadamente dos casos mais graves, e os picos de procura da Linha Saúde 24, reflectindo assim uma influência das notícias no comportamento da audiência. O mesmo tipo de fenómeno fora detectado por Lynn Frewer e colegas (2002) no debate sobre organismos geneticamente modificados.

Parece igualmente evidente que não cabe a esta recolha uma palavra definitiva sobre a gestão de risco colocada em prática pelas autoridades durante a pandemia de 2009-10. Na verdade, o seu papel tem sido sujeito a diversos relatórios de avaliação internos (DGS, 2010) ou externos (OMS, 2011⁹⁶; *Nature*, 2010; *BMJ*, 2010) que reconheceram, de modo geral, a sua capacidade de antecipar o risco, o mérito das suas medidas em cenário de incerteza científica, o acerto do plano de contingência e a resposta da rede de cuidados de saúde à sobrecarga, mas sublinharam, no caso do *British Medical Journal*, a permissividade das organizações de saúde aos interesses farmacêuticos.

Na revista *Nature*, em Janeiro de 2010, foi publicado o mais eloquente elogio ao comportamento das organizações de saúde durante esta crise, apesar das falhas organizacionais. “Os seres humanos tiveram sorte com esta pandemia”, escreveu-se em editorial nesta revista científica, sublinhando algumas lacunas nos sistemas de resposta (*Nature*, 2010: 135). “Os serviços de saúde foram frequentemente testados até ao limite e o facto de as vacinas serem escassas e tardias teria sido catastrófico se o vírus fosse mais letal” (*ibidem*). Mesmo admitindo estas condicionantes, “os responsáveis de saúde pública podem congratular-se por terem conseguido um bom equilíbrio entre as incertezas e a acção, minimizando os impactes económicos e sociais” (*ibidem*), até porque “apesar do seu bem conhecido fascínio pelos piores cenários possíveis, os órgãos

⁹⁶ O relatório da OMS sobre as agências nacionais de saúde não foi publicado.

de comunicação social de massas fizeram, em regra, um bom trabalho ao não sensacionalizar a ameaça” (*opus cit.*: 136)

Do objecto do nosso trabalho, consta por isso apenas a avaliação de um indicador: a capacidade de comunicar o risco aos jornalistas e, através destes, ao público. Para tal, para além da análise de conteúdo aos media reflectidos na amostra, entendemos escutar também algumas das personalidades essenciais desta pandemia, registando o seu balanço. São notas naturalmente influenciadas pelo papel relativo de cada agente social na definição discursiva do problema, mas cremos que serão úteis, não apenas para memória futura, mas também para documentar a complexidade de que se reveste a gestão de um caso desta natureza, onde se cruzam agendas complementares ou contraditórias, onde constam diferentes pontos de vista sobre a natureza do que deve ser comunicado ao público e de qual o papel das autoridades face a um risco de saúde.

É inquestionável que, na primeira quinzena de Abril de 2009, apenas um punhado de epidemiologistas presentiu as implicações inerentes à capacidade de contágio que a estirpe do vírus H1N1 demonstrava no México. Em epidemiologia, a tomada de decisões num contexto desta natureza está repleta de perigos. Sem conhecer o grau de contágio (ou morbidade), nem a taxa de mortalidade, é pedido às autoridades de saúde que emitam pareceres sobre comportamentos para mitigar a ameaça e alimentem tecnicamente as decisões políticas necessárias para dar resposta ao problema.

Quer Ana Jorge, a ministra que tutelava a Saúde, quer Francisco George, director-geral da Saúde, quer ainda Filipe Froes, pneumologista e consultor da DGS durante a pandemia, defenderam que, face à incerteza científica que colocou em cima da agenda um problema inédito (um surto de gripe no final da Primavera e uma estirpe desconhecida, contra a qual não existia inicialmente defesa), a resposta da DGS e do Ministério da Saúde foi correcta. O seu ponto de vista corresponde à avaliação que as autoridades de saúde fizeram do seu desempenho, embora, no relatório sobre a pandemia, se atribua parte do mérito à circunstância feliz de os primeiros casos sem ligação epidemiológica terem ocorrido já depois do fim do ano escolar, circunstância que travou os *clusters* escolares e atrasou a progressão da epidemia (DGS, 2010: 28).

Em entrevista com o autor, Francisco George sublinhou o carácter provisório das decisões tomadas sobre a gestão de um risco incerto, que nunca ocorrera no Verão em Portugal e que, mesmo quando se limita à gripe sazonal, apresenta razoável incerteza científica (Anexo H). Aliás, a dificuldade de gerir em tempo real uma ameaça desconhecida é a característica mais exacerbada pelos membros do Grupo Operativo

Nacional da Gripe A, que sublinharam, como Filipe Froes, a necessidade de confiar na planificação prévia e na capacidade de resposta do sistema de saúde, embora ele nunca tivesse sido testado previamente para a ameaça em curso:

«Em medicina, trabalhamos com probabilidades e trabalhamos com o que sabemos. Quando se tem mais informação, rectificam-se os procedimentos. Mas não é justo dizer em Outubro que as medidas foram exageradas. Aliás, creio que todos os membros do GONGA sabiam que iriam apanhar por tabela. Se a mortalidade do vírus fosse elevada, diriam que não nos preparámos seriamente; como foi baixa, preparámo-nos de mais e gastámos recursos a mais. É pena não terem contribuído para o debate em Abril.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

Ana Jorge enfatizou a impossibilidade de avaliar o comportamento das autoridades medindo apenas o número de contágios e de óbitos, pois essa análise tende a ignorar a influência das medidas de contenção colocadas em prática desde a primeira hora e o seu impacto na mitigação das consequências da gripe. É uma concepção que possui o mérito de assimilar a complexidade da gestão de um caso desta natureza, mas que dificulta uma avaliação rigorosa do desfecho pois torna impraticável pesar um eventual exagero no sistema de alarme.

«Não houve mais contágio porque se disponibilizou muita informação preventiva. (...) Houve exageros notórios, nomeadamente nos dispositivos de contenção, no uso abundante de máscaras ou no aparato de algumas intervenções. Mas atenção: os dispositivos de prevenção (lavagem frequente das mãos, desinfeção, isolamento de casos suspeitos, ventilação de espaços fechados) foram absolutamente correctos e foram responsáveis pelo número mais reduzido de contágios registados em Portugal. Em Inglaterra, por exemplo, houve um fim-de-semana dramático, durante o qual os sistemas de saúde entraram em colapso porque os contágios dispararam. Julgo que a gripe não nos apanhou desprevenidos porque tomámos medidas correctas de mitigação e isso tem de ser valorizado.

Os alarmes em excesso que transpareceram para o espaço público não foram da responsabilidade do Ministério da Saúde. Partiram da comunicação social, que deve assumir as suas responsabilidades.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

António Vaz Carneiro, director do Centro de Estudos de Medicina Baseada na Evidência e um dos primeiros críticos do alarme gerado pelas medidas concebidas pelo Ministério da Saúde, discordou da planificação seguida pelas autoridades portuguesas a partir de Junho de 2009, distinguindo duas etapas indispensáveis na resposta contra uma ameaça epidemiológica: a avaliação concreta do risco em causa e a gestão do risco propriamente dito. Para este especialista, a primeira etapa foi imaculada, mas a segunda falhou, influenciando posteriormente a comunicação do risco ao público.

Note-se, a título comparativo, a conclusão de Felisbela Lopes e colegas (2012) sobre o comportamento das autoridades internacionais durante a epidemia seguinte: o surto de *E. Coli* na Europa em Maio de 2011. Face a uma ameaça de origem igualmente desconhecida, a resposta das autoridades internacionais foi inconsistente e lenta, permitindo a eclosão no discurso jornalístico de teses sem fundamento, com consideráveis impactes económicos, pois “ficou patente a ausência de uma verdadeira estratégia assente num diagnóstico seguro” (Lopes *et al*, 2012: 172). A gestão de crise da pandemia de gripe de 2009-10 foi, desse ponto de vista, bastante mais certa face a um cenário igualmente marcado pela incerteza.

«Em termos de avaliação de risco, asseguro-lhe que nunca vi tamanha precisão em toda a minha carreira profissional. Três a quatro meses depois do primeiro caso no México, já tínhamos o genoma do vírus, os padrões de propagação, uma primeira ideia dos grupos de risco mais propensos a sofrer com ele, já tínhamos estudos epidemiológicos de acompanhamento do risco. Em Julho, tínhamos já uma panorâmica muito completa sobre o vírus. Foram canalizados recursos ímpares para este processo e o resultado foi brilhante.

O que correu mal foi o processamento desses dados e a gestão posterior do risco. Por isso, em Julho, numa assembleia de técnicos, entre mais de cinquenta pessoas, não hesitei em dizer o que disse. A situação inquietava-me. Como podiam professores catedráticos, especialistas, limitar a sua apreciação à bem portuguesa expressão “Eu acho isto e aquilo”? Não têm de achar nada. Têm de olhar para a evidência e traçar conclusões. E eu lamento dizer que a maioria daqueles especialistas não interpretou convenientemente a evidência disponível em Julho. Em Abril de 2009, seria aceitável porque havia ainda muita incerteza científica; três meses depois, não. Tinham de processar esses dados e calcular o risco. Não o fizeram. Escudaram-se na unanimidade do grupo e na autoridade da OMS. Mas a OMS estava completamente enganada.» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

A natureza do processo decisório num cenário de emergência médica justifica assim uma reflexão. A decisão política carece evidentemente de fundamentação técnica, mas poderá ser tomada pesando exclusivamente os argumentos técnicos? António Vaz Carneiro, especialista em medicina baseada na evidência, sustentou-o, mas Ana Jorge, que conciliou a profissão clínica com o cargo decisório, defendeu que a situação é mais complexa. No caso concreto da aquisição de um *stock* de vacinas, a decisão é sobretudo política, na medida em que exige a sobrevalorização do princípio da precaução sobre todos os outros princípios.

«António Vaz Carneiro (...) foi sempre muito crítico sobre as vacinas. A determinada altura, reuni um grupo de técnicos, entre os quais ele, para debater a compra das vacinas. E ele questionou muito essa aquisição. Mas a decisão num processo destes junta o critério técnico e o critério político. É preciso não o esquecer. Houve uma base técnica para essa decisão, que definiu por exemplo a percentagem de população para a qual se comprava a vacina e quais os grupos de risco, mas depois existiram outros factores na equação e é por isso que são os políticos que tomam essas decisões. Esses factores passam pela definição do que um governo deve fazer para salvaguardar a saúde pública em face da estimativa de risco num dado momento. Percebo perfeitamente a posição de António Vaz Carneiro, que trabalha na medicina baseada na evidência e que foi muito crítico da nossa decisão. Pesámos todas as sensibilidades em função do que poderia acontecer. Mas optámos por nos salvaguardar até porque, em saúde pública, o princípio da precaução prevalece sobre qualquer outro. O Dr. Vaz Carneiro, que é um homem da clínica e não da saúde pública, rege-se por canais diferentes mas um decisor não pode basear a sua decisão apenas na evidência: se eu só decidir comprar vacinas quando a população estiver contagiada, então não valerá a pena.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

Outros factores poderão igualmente ter influenciado a decisão. A forte pressão internacional terá sido um elemento motivador. Na União Europeia, 26 dos 27 governos tomaram a decisão de aquisição de *stocks* da vacina, e a única excepção coube ao governo polaco. A própria imprensa fez repetidas referências a essas decisões no estrangeiro e Ana Jorge chegou a ser criticada pelo atraso da ordem de compra. Em simultâneo, a validação dessa estratégia de mitigação dos efeitos da gripe por parte das

instâncias internacionais de saúde terá também incentivado o processo decisório, reduzindo os críticos a uma minoria sem expressão.

«Fiquei numa posição solitária, sem apoio dos restantes colegas, mas compreendi a posição do Ministério, pressionado pelo facto de os restantes 26 países da União Europeia (UE) terem decidido comprar doses de vacinas, o que tornaria a opção política de não comprar difícil de explicar ao público. Do meu ponto de vista, porém, não via justificação clínica para isso.

Lembro-me de que, nessa reunião, ainda me perguntaram se eu discordava frontalmente da posição da Organização Mundial de Saúde (OMS), ao que respondi: completamente. E expliquei porquê: preciso de justificações racionais para tomar decisões e os dados em que se baseavam as recomendações da OMS não eram suficientes. Aliás, a OMS saiu muito chamuscada deste processo e sofreu perda considerável do seu prestígio.

(...) Não podem ser tomadas decisões que vão ao arrepio do que a evidência científica sugere. Nesse mês de Julho, a partir do momento em que fiz as contas e calculei a probabilidade de sucesso da vacina face a todo o transtorno e alarme que ela viria a causar, senti necessidade de usar alguns contactos que tenho nos media para tentar contrariar aquele caudal de informação que me parecia distorcido.» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

Recentrada nestes moldes, a discussão foi entretanto transferida da esfera técnica para a esfera financeira, que analisou o custo e o benefício da aquisição de vacinas face a outros investimentos possíveis, e para o domínio político, esfera onde se pesa a função de salvaguarda da saúde pública de qualquer governo, mesmo que em causa esteja apenas uma percentagem reduzida de danos.

Na sociedade de risco contemporânea, cada governo mede as suas decisões em função da sua legibilidade pública e do modo como os seus actos são percebidos pelo eleitorado, contaminando o processo decisório com contributos subjectivos e fortemente discutíveis. Nessa deslocação da decisão da esfera privada para a esfera pública, os media e as imagens que eles projectam dos agentes políticos tornam-se uma importante consideração por parte dos decisores, numa materialização da conclusão de Cabral e colegas (2002: 38) sobre as sociedades industrializadas que já fizeram a transição de um paradigma epidemiológico, a partir do qual as doenças infectocontagiosas representavam a principal causa de morte, para um paradigma da doença crónica própria

de uma população mais envelhecida. Neste modelo, os serviços de saúde transformam a sua missão: “Passam do curar para o cuidar” (*ibidem*).

«Creio que as decisões principais, que deveriam ter sido técnicas, foram essencialmente políticas, embora a ministra até tivesse background médico. Mas reagiu, programou e comunicou como política. A gestão de uma epidemia de um agente infeccioso não tem de ser política. É exclusivamente técnica. E não foi. Além disso, a gestão disfuncional e desproporcional deste risco de saúde teve consequências que ainda hoje, em 2011, não se mediram. Com a gripe, gastaram-se pelo menos 40 milhões de euros, numa estimativa conservadora. Em simultâneo, enquanto se gastava isto com a epidemia, os doentes continuavam a morrer tranquilamente de cancro e doenças cardiovasculares. Fecharam-se escolas e centros de saúde para abrir áreas de atendimento da gripe, que estavam frequentemente “às moscas”. Gerou-se enorme alarme social e disrupção sem nenhum benefício.

É verdade que este processo não é inédito. As nossas sociedades vivem regularmente sustos de saúde muito ligados à nutrição. Ora é o mercúrio do peixe, as dioxinas dos frangos, a gripe das aves, a doença das vacas loucas. E este foi mais um susto desencadeado sem necessidade nenhuma pela ignorância de quem gere as agências que era suposto comunicar riscos. (...) As autoridades de saúde vivem aterrorizadas com a perspectiva de que o público pense que elas são inúteis ou, pior do que isso, pense que elas não querem fazer nada porque não querem gastar dinheiro. Por isso, nestes momentos de ruptura, em que se gera alarme social em torno de problemas que, do ponto de vista probabilístico, nunca deveriam ter saído da esfera pericial em que se encontravam, aproveita-se para gastar a rodos. Gastar dinheiro parece ser sinónimo de actividade para evitar a responsabilização por nada fazer. E se morrer algum indivíduo, as autoridades temem cada vez mais a responsabilização por não terem feito o suficiente para salvar aquela vida. Mas isso é uma distorção séria do problema e uma aplicação absurda dos recursos do sistema.» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

Ao longo da epidemia de gripe, vários porta-vozes da OMS fizeram eco de estimativas de contágio alarmantes, que expressavam os piores cenários possíveis. Essa mensagem foi igualmente assimilada pelos especialistas nacionais que a divulgaram nos media. Lopes e colegas (2010: 151), na sua análise de três jornais portugueses, argumentaram que as estratégias da OMS colidiram pontualmente com as das autoridades nacionais: as

primeiras constituíram intervenções alarmadas sobre a natureza da ameaça, ao passo que as segundas se traduziam em apelos à tranquilidade da população. Argumentámos neste trabalho que o processo não foi tão linear como isso e que as estratégias das duas organizações encontraram diversos momentos de contacto ao longo da pandemia. Aliás, a análise de conteúdo não detectou nenhuma instância em que um porta-voz da DGS ou um membro do GONGA tivessem expressado reservas sobre o comportamento da OMS na gestão da ameaça, sintoma evidente de sintonia entre organizações com fins comuns. No entanto, torna-se legítimo discutir, no quadro da sociedade de risco descrita por Ulrich Beck, em que medida deve uma população ser avisada dos riscos sanitários potenciais que se avizinham até porque o anúncio público da ameaça não é inócuo e cria uma cadeia considerável de consequências, bem como o alarme público e até a histeria. Na medicina baseada na evidência, pressupõe-se que esses anúncios devem ocorrer quando existirem indicadores concretos da severidade da ameaça e do impacte palpável das suas consequências, na medida em que os governos devem reconhecer o risco, mas também a ausência de risco. Em entrevista com o autor, António Vaz Carneiro questionou a capacidade de a OMS inverter o rumo das suas decisões a partir do momento em que estava vinculada a um conjunto de tomadas de posição.

«É provável que a OMS se tenha apercebido disso mas não teve coragem política para arrear caminho e anunciar, no Verão de 2009, que já compreendia que o vírus era afinal mais benigno do que pensara e que o impacte seria afinal limitado. Com o historial de tudo o que já tinha anunciado ao mundo, nomeadamente o cenário dos milhões de mortos, já não podia fazer mais nada. (...)

Na comunicação de risco, tem de ser tida em conta a psicologia do ser humano, que nem sempre o leva a agir racionalmente. Um dos aspectos que defendo é a relevância da maneira como se enquadra o problema. Houve um caso em Portugal de um restaurante que descobriu que um dos seus cozinheiros tinha sida. O risco de contágio dos clientes face a esse factor de risco seria ínfimo, mas existia. Racionalmente, não deveria importar. Mas se entrar no restaurante e o chefe de mesa lhe disser: “Bem-vindo, a ementa de hoje é ótima, a música ambiente também, mas o cozinheiro tem sida.” Não fica lá, pois não? (...) Há por isso uma dimensão emocional na assimilação do risco, que tem de ser tida em conta porque a maneira como enquadrámos a mensagem afecta a recepção. Por isso, digo que é fundamental ter profissionais competentes a comunicar o risco na saúde.

Sei que a cultura estatística do público é baixa, mas há maneiras de apresentar a informação que se tornam palpáveis. Repare: qual era o benefício da vacina da

gripe A? Fiz o cálculo. Para salvar uma vida, era necessário vacinar 85 mil a 110 mil portugueses. Alguém disse isto ao público em Agosto de 2009?» (entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

Manifestam-se assim duas correntes de pensamento distintas na avaliação do que deve um governo fazer face à ameaça de um risco de saúde incerto. Na medicina baseada na evidência, pressupõe-se que a acção é antecedida do cálculo probabilístico do risco real, na medida do possível e face à informação disponível. Na medicina de prevenção, que está na base da prática médica moderna, os critérios são outros: age-se face ao risco, concebendo todos os cenários possíveis para uma ameaça e enquadrando as respostas num modelo ao abrigo do qual a perda de uma única vida é evitada a todo o custo.

Reconhecendo a sua vinculação a este último modelo, o director-geral da Saúde sublinhou a génese do processo decisório em Portugal e da fundamentação que lhe esteve na base, relevando a incerteza na altura da tomada de decisão, o mérito da estratégia de contenção e a resposta da rede de cuidados de saúde (Anexo H).

Do outro lado da controvérsia, António Vaz Carneiro fundamentou a sua avaliação em parâmetros diferentes – uma decisão tem custos e, inevitavelmente, um investimento numa área de prevenção invalida outros. Na sua perspectiva, o processo decisório em saúde pública necessita de ser menos intuitivo e fundamentar-se em critérios objectivos e abertos ao escrutínio, comparando técnicas, custos e benefícios. De alguma maneira, implica retirar da discussão a arbitrariedade e emotividade associada à gestão próxima de uma emergência sanitária e transferi-la para o universo probabilístico, onde os doentes se amalgamam em estatísticas comparadas.

Detectámos nesta longa controvérsia resquícios do mesmo confronto discursivo que Gonçalves e colegas (2007) enunciaram a propósito do debate sobre o caso do urânio empobrecido utilizado em munições de soldados portugueses na Bósnia e que viria a provocar a morte de pelo menos um soldado. De um lado, os decisores, tal como neste risco, desdramatizaram regularmente o risco, projectando sentimentos de segurança para a população, recorrendo à racionalidade científica que não se subjeta à emotividade, defendendo a transparência e os méritos do seu próprio discurso de comunicação de risco, anunciando medidas paliativas e facilmente compreensíveis pela audiência e revelando forte empenho pessoal na resolução do problema. Do outro lado, porém, ao contrário do que se registara no caso do urânio, os detractores das medidas de combate à pandemia não utilizaram todo o leque de argumentos disponíveis para combater um

modelo de comunicação de risco. No caso do urânio, o discurso de reacção fora mais inflamado, dramatizando o risco, criticando a insuficiência das classificações de emergência, criticando a falta de independência dos peritos e das instituições estatais de referência e até as suas metodologias. Neste caso, a estratégia foi diferente e consistiu numa censura à incoerência das medidas face ao risco real, com algumas sugestões (efémeras) de subordinação das autoridades soberanas portuguesas a interesses comerciais ou transnacionais.

Creemos que essa *nuance* mais moderada do discurso de crítica à comunicação de risco sobre a pandemia poderá ter reflectido a proveniência profissional e institucional da maior parte dos agentes que a verbalizaram. Sendo todos oriundos do campo da medicina, registou-se algum pudor na utilização de argumentos discursivos mais veementes, susceptíveis de colocar em causa o prestígio da profissão médica e dos seus agentes. Existiram confrontos discursivos entre peritos, mas numa fase tardia e com evidente desproporção de meios entre os dois campos.

Registe-se aliás que esta controvérsia pericial sobre a aquisição de vacinas ou de antivirais já acompanhara o debate público sobre a gripe das aves em 2005 (Ungar, 2008) precisamente com os mesmos trâmites, numa narrativa que incluiu a discussão sobre a dificuldade de produção de vacinas em massa, a disponibilidade de genéricos e a violação de patentes, os grupos prioritários no acesso à vacina e as doses recomendadas.

O mesmo padrão de discussão entre entidades periciais emergira no debate que grassou na sociedade portuguesa sobre o impacte da encefalopatia espongiforme bovina (BSE) na década de 1990. A doença foi primeiro considerada inexistente em Portugal, apesar da discordância de diagnósticos entre especialistas. Num exemplo atípico de crédito conferido pelas autoridades a investigadores universitários, em prejuízo de um laboratório estatal de referência, prevaleceu então o ponto de vista de uma fonte com menos capital simbólico (Gonçalves *et al*, 2007: 36). O mesmo não sucedeu desta vez.

O mimetismo com temas de risco do passado sugere que os futuros planos de contingência devem assumir que o processo de combate a uma epidemia não será inócuo, motivando, ao invés, diferentes grupos de interesse, que canalizarão o debate para a sua arena mais cómoda e provocando, no processo, inevitável ruído que deverá ser contextualizado para a audiência. Como Beck identificou (1986/1992: 46), há antagonismo “entre quem produz as definições de risco e quem as consome”, o que transforma os media no “lugar privilegiado para disputas mais amplas de significado”, como aliás ressalta da entrevista com António Vaz Carneiro:

«Este tipo de relação probabilística entre uma campanha de massa e um impacto reduzido é muito comum na medicina de prevenção que marca a sociedade contemporânea. Tem de se fazer muitos exames ou intervenções para salvar efectivamente um indivíduo. Mas o debate sobre o mérito de cada procedimento tem de ser sério (...). Só é debate sério se o risco for calculado. Ora, no caso da vacina da gripe, ninguém quis mostrar esse cálculo porque, se calhar, os portugueses diriam que, para salvar 1 em cada 85 mil inoculados, preferiam que o dinheiro da vacina fosse para outra prioridade. As autoridades agiram – em Julho, repito, já com evidências em cima da mesa – como se estivessem a lidar com um surto de varíola. E isso foi grave. (...)

O paradigma de acção do médico alterou-se. Passou a intervir do ponto de vista preventivo. Analisa indivíduos que frequentemente não se queixam de nada em busca de indícios de condições patológicas. Ora, esse paradigma, que constitui um avanço científico notável, trouxe também problemas. O principal é o do sobrediagnóstico, que consiste em detectar alterações que nunca irão prejudicar o doente. Deste modo, um rastreio pode fazer mais mal do que bem, ao detectar uma situação de facto pouco importante mas que vai induzir uma cascata de exames sequenciais e eventuais tratamentos – por definição inúteis. Um dos casos típicos é o da oferta de TAC integral de corpo, em que os defensores (nos EUA) acabam por admitir que deixaram de acreditar que haja pessoas “normais”, já que detectam sempre alguma coisa (um nódulo, um líquido...).

E há ainda um problema ético. Se eu mandar fazer um exame e revelar um pequeno tumor no organismo, estou obrigado a comunicar àquele doente – que até ali se sentia perfeitamente – que tem aquele problema. O cálculo do risco até me diz que há boas probabilidades de aquele tumor nunca o atormentar ou até de desaparecer (...). Mas eu descobri-o. Tenho de o tratar. Tenho de o informar.

Esqueça o lema da intervenção sem riscos. Não há nenhum medicamento, exame ou cirurgia sem um risco calculável. Todos o têm – ele pode, ou não, ser aceitável. Mas, repito, a equação tem de ser apresentada com todas as parcelas.»

(entrevista do autor com António Vaz Carneiro, Anexo J)

Em face de uma controvérsia de natureza especializada, que papel se espera dos media? Os representantes das organizações de saúde parecem esperar uma cadeia de amplificação, que sintonize a mensagem já definida pelos especialistas e que possa depois ser disseminada ao público, sem que, no processo, esta seja reelaborada ou

contestada. A justificação moral para esta visão mecanicista dos meios de comunicação é a necessidade de defender a saúde pública e evitar o pânico na sociedade.

O sistema jornalístico, porém, não parece talhado para esta função. Por definição, o jornalismo implica escolhas subjectivas e distanciamento de todos os grupos de interesse. Por falta de espaço ou tempo para narrar todos os acontecimentos potencialmente relevantes na agenda, os jornais e televisões seleccionam acontecimentos e fontes aos quais dão visibilidade. Esse processo de selecção não é necessariamente desempenhado por critérios compatíveis com os do sistema pericial, assente no mérito científico e no reconhecimento dos pares. A selecção jornalística obedece frequentemente à capacidade de chamar a atenção do público, de conjugar imagens com emoções e de dramatizar a realidade (Brandão, 2005: 23), mecanismos pouco compatíveis com aquilo que os especialistas parecem esperar dos media.

Em entrevista com o autor, a jornalista Isabel Pereira Santos sintetizou a posição dos profissionais de jornalismo face à expectativa de comunicação de risco veiculada pelas autoridades, sublinhando o conflito tradicional entre fontes de informação oficiais e não oficiais num cenário de alarme sanitário. Na óptica profissional, mesmo um alarme de saúde pública não justifica mecanismos extraordinários de constrangimento do discurso jornalístico, pois esse condicionamento (em nome do bem comum) colidiria com a missão deontológica de fornecer informação plural à sociedade (Anexo L). Simultaneamente, uma crise desta natureza exacerba as limitações do jornalismo – mesmo o especializado –, ao qual se exige um cruzamento rigoroso de fontes, a gestão da urgência sem detrimento da objectividade e um domínio especializado de temas complexos sobre os quais os próprios peritos nutrem dúvidas (Lopes *et al*, 2012: 161).

Outro factor merece ainda debate na análise dos méritos e deméritos da comunicação de risco desenvolvida entre 2009 e 2010 face à pandemia de gripe. Este foi um dos primeiros alarmes sociais na era da Internet generalizada, das redes sociais disseminadas e da produção múltipla de informação na esfera electrónica por parte de blogueiros. Todo o circuito parece dispensar a intermediação dos media tradicionais ou, pelo menos, existe sem o seu acordo ou moderação. Christopher Anderson (2008: 257) argumentou mesmo que o conflito recente entre jornalistas e blogueiros reflecte o mesmo tipo de demarcação do campo profissional registada na década de 1920 entre jornalistas e profissionais de relações públicas. Anthony Giddens (2009: 33), em contrapartida, descreveu a correspondência entre o aumento da ansiedade e o início da era dos media

electrónicos, que democratizaram o acesso à informação, mas retiraram um dos principais filtros de que a sociedade necessitava – as redacções dos media tradicionais.

A constatação da emergência de novos canais de informação não parece ter sido reflectida no plano de contingência contra a gripe, maioritariamente concebido para comunicar o risco à população, aos decisores e aos profissionais de saúde através dos meios de comunicação. Num dos primeiros balanços sobre o comportamento dos governos face à pandemia, a especialista europeia Stefania Salmaso admitiu o desconforto das autoridades face aos novos media e a sua dificuldade em modificar o registo discursivo, de forma a melhor adaptá-lo a outros públicos e plataformas. “Penso que houve muitos problemas de comunicação. A nível regulatório, de saúde pública, das autoridades centrais, já estávamos preparados para isso. Mas não foi o caso da população em geral” (*Telejornal*, 14.12.09) A subdirectora-geral da Saúde, Graça Freitas, foi mais contundente já em 2010, reconhecendo que com os media convencionais, a comunicação correu bem, “mas onde circularam as notícias mais estranhas sobre as vacinas foi em blogues anónimos, no YouTube, Facebook e Twitter. Temos muito que aprender.” (*Público*, 23.04.10)

A Internet modificou fortemente a relação do doente com a informação médica (Espanha, 2009; Lupton, 2003), proporcionando acesso a informação, facilidade de comunicação e até apoio emocional, na medida em que fornece a oportunidade de ler sobre as experiências de outros doentes e partilhar cada caso na rede. Em contrapartida, todo este manancial de informação suscita novas interrogações sobre a fiabilidade da informação e a permissividade dos media tradicionais à divulgação de conteúdos não validados. Existiram vários exemplos durante a cobertura noticiosa da gripe, desde as declarações da alegada ex-ministra finlandesa da saúde até à “admissão” por parte do investigador que ajudara a desenvolver o Tamiflu de que a gripe poderia resultar de um erro humano, teoria que seria veiculada no *24 Horas* de 14 de Maio de 2009.

O documento de balanço da DGS sobre a campanha de combate à gripe fez a avaliação dos sucessos e insucessos do processo, listando méritos como a fase de contenção que atrasou o avanço da doença até à chegada da vacina, as campanhas de sensibilização pública, a adequabilidade dos serviços de emergência e unidades de saúde, a partilha de informação entre sectores do Serviço Nacional de Saúde e os seus congéneres europeus, a operacionalidade da Linha Saúde 24 e, por fim, o correcto aprovisionamento e distribuição das vacinas. No campo dos insucessos, o documento reconhece a importância de “ultrapassar a dificuldade em lidar com a incerteza e conseguir

comunicar o racional da incerteza a pares e sobretudo aos cidadãos” (DGS, 2010: 124), insistindo também na urgência do investimento na continuidade da preparação sanitária para futuras pandemias, da melhoria da experiência dos profissionais, da integração dos cidadãos no processo e da flexibilização do plano de contingência. Não esboça porém qualquer planificação para gerir a informação que circula na Internet e que influencia uma percentagem considerável de indivíduos que não consomem outros meios de comunicação (Espanha, 2009).

Para o director-geral da Saúde, existiram lacunas na gestão da informação que circulava na Internet sobre a gripe, embora Francisco George garanta que já existem agora mecanismos para fortalecer a participação das organizações de saúde nos meios virtuais.

«Numa primeira fase, esses rumores chegaram a ter visibilidade nos meios de comunicação. Deve ser dito, porém, que não estávamos preparados para actuar nos espaços virtuais. Agora já estamos, mas, na altura, não sabíamos como deveríamos agir, em que formatos ou em que momentos. Foi uma das conclusões do nosso relatório final. As redes sociais revelam muitas vezes o pior sobre as nossas sociedades, no sentido em que veiculam boatos ou mentiras. Mas neste caso o facto de esses rumores circularem e de as pessoas terem esses medos testemunha também as lacunas do nosso sistema de comunicação. Não fomos capazes de transmitir tranquilidade à população.»

(entrevista do autor com Francisco George, Anexo H)

O pneumologista Filipe Froes sublinha também o escasso grau de preparação que existia entre os profissionais de saúde para lidar com as contingências dos meios electrónicos, nomeadamente com a velocidade da sua propagação, a inexistência de mecanismos de validação e a permissividade de vários meios de comunicação aos seus conteúdos.

Na verdade, a investigação sobre a integração de conteúdos em linha nos consumos da audiência está ainda numa fase prematura. Michael Karlsson (2010) estudou a produção dos jornais electrónicos suecos durante a pandemia de gripe A, mas optou por explorar os mecanismos através dos quais os utilizadores participaram na cobertura noticiosa, diversificando as vozes escutadas pelos media e inserindo uma voz crítica ao conteúdo dos próprios media. Afigura-se importante alargar o espectro de pesquisa, abarcando as dificuldades sentidas pela comunidade de peritos para discutir na esfera electrónica as informações mais sensíveis sobre o vírus H1N1.

«Esta foi a primeira pandemia na era da globalização da informação e isso faz toda a diferença. Actualmente, qualquer cidadão tem ferramentas para escrever um texto e publicá-lo num blogue, gravar um vídeo e carregá-lo no YouTube ou publicar comentários online nos jornais. Em 2005, durante a gripe aviária, os blogues não estavam tão disseminados. Na verdade, não estávamos preparados para lidar com isso. Depois de ter sido apanhado desprevenido no caso da “ministra finlandesa”, comecei a acompanhar o que se escrevia na Internet. Percebi que, para muitos cidadãos, ela é a única fonte de informação. Portanto, era minha missão acompanhar os boatos, as falsidades, as calúnias, os vídeos estapafúrdios. Note que a Internet também nos permitiu acompanhar a pandemia como nunca acontecera no passado. Sabíamos dos casos em tempo real, obtínhamos resultados em minutos, falávamos por videoconferência com especialistas de todo o mundo. Mas a constatação essencial é perceber que temos de estar em todas as redes, com participações regulares, publicando vídeos, comentários, textos. Combatendo boatos. Caso contrário, fica no ar apenas a desinformação.» (entrevista do autor com Filipe Froes, Anexo I)

As organizações de saúde – e em particular as instituições mais enraizadas como os hospitais – têm ainda muito a aprender no capítulo da gestão de um caso emocional como o da pandemia de gripe. O controlo absoluto de todo o debate público é uma falácia utópica, só idealizável por agentes sociais com pouca experiência de comunicação com os media. A gestão de um processo desta natureza implica, ao invés, respostas rápidas, capacidade de improviso face a contingências imprevistas e sobretudo rigor no que se transmite. Uma informação parcial não justifica a sua transmissão aos media sem a indispensável validação. Registámos várias instâncias em que a tentação de alimentar os media foi superior à urgência de validação, com as correspondentes consequências. E identifica-se ainda a importância de transmitir regularmente aos meios de comunicação e, através destes, ao público (muito condicionado pela imagem divina do profissional de medicina construída pelas séries de ficção) a falibilidade da própria medicina, muitas vezes incapaz de encontrar respostas definitivas.

Um bom exemplo deste argumento encontra-se na apresentação pontual dos factores de risco associados aos óbitos que ocorreram em Portugal. O modelo de comunicação foi atípico: em alguns casos, o óbito foi “enquadrado” na listagem de factores de risco que o tornaram mais vulnerável (*Telejornal*, 12.11.09); noutras, foi dito peremptoriamente que não existiam factores de risco (*Telejornal*, 10.07.09, a propósito de um caso em Inglaterra ou em 02.12.09 sobre a morte de um jovem de 22 anos) quando, na verdade,

essa avaliação pertence ao domínio da autópsia e, mesmo com este exame, os eventuais factores de risco poderão permanecer incógnitos.

Creemos que a opção de transmitir factores de risco associados a cada óbito em Portugal foi um recurso psicológico destinado a acalmar o público: por definição, se um indivíduo padece de doenças respiratórias ou de obesidade, todos os outros respiram de alívio face a essa informação, mas, numa doença com um quadro clínico tão imprevisível e mal conhecido, esse relaxamento não é necessariamente bem-vindo. E pode ser falacioso porque a informação “real” está ainda sujeita a exames.

«Se eu disser que uma pessoa morreu e tinha factores de risco associados vou gerar a minimização do desfecho pelo público. Mas isso não quer dizer que não deva ser referido, desde que bem enquadrado no resto da comunicação. Deve ser dito que existiam ou não existiam factores conhecidos de risco, mas sublinhando que exames posteriores podem revelar mais e que estamos a averiguar. Houve vários óbitos que pareciam à partida não ter factores de risco associados, mas que depois se verificou existirem. Por isso, a comunicação tem de ser muito cuidadosa.» (entrevista do autor com a ex-ministra Ana Jorge, Anexo M)

No seu artigo de balanço da pandemia em Portugal, Froes e colegas (2010) concluíram que 82 dos óbitos tinham pelo menos um factor de risco e todos os que morreram em idade pediátrica (até aos 18 anos) registavam pelo menos uma patologia como doença pulmonar crónica, doença cardíaca crónica, imunodepressão, doença metabólica crónica, doença oncológica ou outras. A obesidade, construída pelos media como o factor de risco mais grave, foi associada “apenas” a oito óbitos em Portugal. Mas cremos que, neste caso concreto, a responsabilidade não cabe aos media, pois estes transmitiram a informação aparentemente validada fornecida pelos hospitais, como se depreende da entrevista do autor com Alexandra Campos, jornalista do *Público* (anexo K).

Vale por fim a pena recordar as palavras de Kenji Fukuda em Janeiro de 2010, nas quais o responsável da OMS sintetizava a necessidade de a organização “aprender a comunicar melhor” até porque, “hoje em dia, as pessoas recebem informação de fontes muito diferentes” (*Público*, 30.01.10). É indesmentível que continuarão a eclodir emergências de saúde à medida que a informação circula pelo globo e as organizações e governos se sentem pressionados para fornecer informação à sociedade civil. As ameaças são circulares, repetem narrativas e uma sociedade informada assimilará melhor a dimensão real do risco se dispuser de informação válida, sóbria e objectiva.

A planificação atempada de planos de contingência, integrando já a informação recolhida durante a pandemia de gripe, é fundamental, pois antecipará eventuais sobressaltos ocorridos em tempo real. Afigura-se, porém, impraticável para qualquer gabinete de crise conceber a gestão de um caso desta complexidade sem perder momentaneamente o controlo sobre o debate. Existem múltiplas variáveis em cada emergência sanitária que geram incerteza e suscitam novos rumos de debate anteriormente não vislumbrados. O próprio discurso jornalístico num caso prolongado ao longo de meses regista vicissitudes ambíguas, que importa estudar e compreender, assimilando as dificuldades das redacções para produzir notícias em contextos de crise. Desde a pandemia de gripe de 2009-2010, a União Europeia já atravessou mais ameaças associadas a riscos sanitários – o caso da superbactéria resistente a antibióticos (*Público*, 17.08.10), descrita apropriadamente por José Rodrigues dos Santos no *Telejornal* como “a mais recente ameaça biológica a preocupar as autoridades de saúde (*Telejornal*, 14.08.10), foi um exemplo. O surto de gripe B, em Dezembro de 2010 (*Telejornal*, 30.12.10) logrou também chegar à agenda jornalística, embora de forma mais ténue do que a gripe A. E o pânico resultante das notícias sobre os pepinos tóxicos, alegadamente provenientes da Península Ibérica em Maio de 2011, sugere que poucas lições foram aprendidas com a pandemia de gripe A nas redacções, nas organizações internacionais de saúde e talvez até na opinião pública.

Anthony Giddens defendeu, a propósito das alterações climáticas, que estamos invadidos por sustos contínuos, acompanhados de “uma literatura do apocalipse” (2009: 28). Como o *cartoon* de António José Gonçalves recordava na semana em que a OMS considerou encerrado o caso da pandemia (Figura 60), as ameaças são circulares e continuarão a existir na sociedade de risco contemporânea.

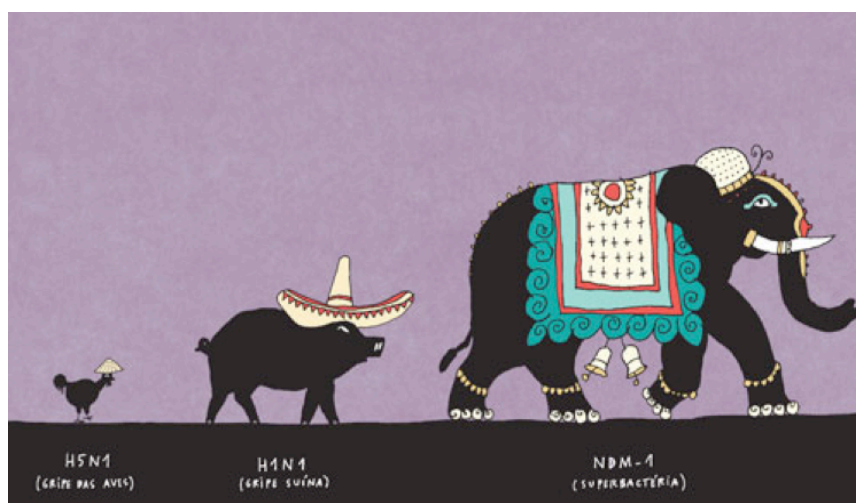


Figura 60 – *Cartoon do Público sobre a gripe. António Jorge Gonçalves. 20.08.10*

10 – CONCLUSÃO

Em face da demonstração de resultados dos capítulos anteriores, afigura-se evidente que as duas ocorrências seleccionadas como estudos de caso constituíram exemplos consagrados de transformação de ocorrências em acontecimentos, de acordo com a tipologia proposta por Rebelo (2006; 2006b). Em função do seu potencial de actualidade, da sua relevância e da sua capacidade de ruptura do quadro de vida colectivo – “a pregnancy”, no modelo de Rebelo (2006b: 18) –, o naufrágio do *Prestige* e a pandemia de gripe A foram acontecimentos modernos, contando para isso com o suporte das narrativas mediatizadas que os transportaram para lá dos limites do contexto geográfico e cultural em que foram produzidos.

Defendemos igualmente que os dois acontecimentos foram alvo de uma construção social nos meios de comunicação que sobre eles produziram narrativas de risco, construindo-os como novos problemas desde a sua emergência com potencial disruptivo, ao conflito por eles gerado em torno do sentido que lhes foi atribuído e por fim da sua diluição numa narrativa mais ampla sobre a natureza e a cultura, a tecnologia e os seus riscos, a sociedade humana e o seu futuro. O tema desta dissertação foi essencialmente sobre este processo de concepção de uma ocorrência como acontecimento e posteriormente da sua definição como problema público, que afecta todos, embora ocorra no exterior do quadro de vida da maioria da população. Os media são fundamentais para que o processo de naturalização (Rebelo, 2006b: 22) ocorra, fabricando adesões e forjando possíveis consensos.

Embora seja um dos pioneiros da ponderação dos processos de amplificação social do risco através das notícias, o grupo de Graham Murdock (Murdock *et al*, 2003) esforçou-se por sinalizar um perigo para os investigadores em ciências sociais demasiado confiantes nas suas ferramentas para *ler* os acontecimentos *a posteriori*. Na verdade, o conteúdo dos meios de comunicação não pode ser processado como a caixa negra de um avião, susceptível de conter todas as conclusões para explicar um acontecimento. Diferentes suportes jornalísticos produzem notícias dissonantes, com inúmeras variáveis no processo de selecção, produção e distribuição da informação que inevitavelmente geram diferentes respostas na audiência a que se destinam.

Cada acontecimento da sociedade de risco tem naturalmente vicissitudes específicas, que interferem com o ritmo com que se revelam as suas consequências, o grau de patrocínio que os seus proponentes estão dispostos a dedicar-lhe, o interesse que desperta nas redacções e até a ressonância cultural que evoca na audiência. As

próprias circunstâncias inerentes a cada crise interferem com a sua amplificação ou atenuação social nas notícias, a exemplo de factores exógenos e incontrolláveis, como a predisposição da agenda jornalística para temas ambientais ou sanitários em cada contexto histórico ou a própria saturação da agenda com um evento mediático avassalador (Dayan e Katz, 2003). Não seria por isso expectável que este projecto produzisse um modelo completo para enquadrar o tratamento noticioso de todas as instâncias da sociedade de risco, esforço aliás desaconselhado pela produção sociológica precedente (Ponte, 2007; Gonçalves *et al*, 2007).

Em contrapartida, cremos que a investigação contribuiu para uma tipologia mais concreta do tratamento jornalístico para temas da sociedade de risco, distinguindo duas categorias de acontecimentos com ritmos particulares, grupos de fontes reconhecíveis, enquadramentos jornalísticos distintos, rotinas produtivas, recursos visuais e discursivos específicos. Cremos assim que ficou demonstrado que, em eventos disruptivos com antecedentes conhecidos, como o do naufrágio do petroleiro *Prestige*, o ciclo de atenção do tema nas notícias é veloz, consumindo enquadramentos disponíveis à medida que as fontes se esforçam por influenciar a construção de uma narrativa jornalística e os repórteres buscam ângulos alternativos para fugir à monotonia num mercado no qual a novidade é a moeda corrente.

Como Giddens notou, este tipo de riscos suscitados por falhas científicas ou tecnológicas nascem invariavelmente do dogma da infalibilidade do sistema de vigilância e prevenção e é a constatação desta vulnerabilidade que marca o registo jornalístico nos primeiros dias, abrindo alas para um discurso de contestação que, em contextos padronizados, não encontraria eco nas notícias. Estes riscos alimentam-se também da crença moderna na benevolência da natureza, que torna os riscos dos sistemas tecnológicos humanos mais notados e criticáveis (Giddens, 2009: 60), fazendo reemergir no debate público a velha antítese entre natureza e cultura. Porém, essa janela de oportunidade fecha-se rapidamente à medida que as fontes oficiais recuperam o controlo da gestão de crise e normalizam o discurso jornalístico até o acontecimento acusar a “fadiga de atenção” descrita por Giddens (2009: 33). Várias fases posteriores de resposta à crise, de rescaldo, de balanço, de reflexão e implementação de novas medidas ocorrem já na obscuridade jornalística.

Seguindo a proposta de Giddens, assumimos que existe uma heurística da disponibilidade na percepção colectiva do risco, substanciada na circunstância de uma sociedade eleger alguns riscos como prioritários em função do agendamento pelos

meios de comunicação (Giddens, 2009: 60) e não da sua experiência directa com esse risco. Em função dessa perspectiva, elegemos o campo jornalístico como objecto primordial de trabalho.

Naturalmente, o contexto de cada crise influencia a cobertura jornalística. Registámos neste projecto um vislumbre dessa diversidade em acontecimentos com fortes semelhanças através do depoimento da jornalista do *Público* que escreveu sobre o naufrágio do *Prestige* em 2002 e o derrame petrolífero do golfo do México em 2010 (Anexo E). Para um acontecimento semelhante, os tipos de fontes modificaram-se de acordo com a geografia, a cultura noticiosa da Galiza ou dos Estados Unidos e sobretudo o nível de controlo dos relatos dissonantes por parte dos gestores de crise no segundo caso, dotados de mecanismos de censura imediata, como o encerramento do acesso ao local do acidente. De algum modo, a especificidade de cada acontecimento torna perigosas as generalizações.

Com outro ritmo de propagação, descrevemos os eventos imprevistos, sem referências históricas recentes, como a pandemia de gripe A. Configuram um exemplo paradigmático do tipo de problemas associados à sociedade de risco, na medida em que, durante bastante tempo, os riscos são invisíveis e tornam-se conhecidos apenas através das interpretações dos cientistas (Beck, 1986/1992: 23). São riscos democratizados, como notou o sociólogo alemão, na medida em que podem potencialmente afectar todos os estratos sociais, etários ou profissionais, não deixando ninguém a salvo. Ao contrário de outros surtos de doenças infecciosas, o contágio da gripe é mais influenciado por predisposições genéticas desconhecidas ou casos infecciosos do que por condições socioeconómicas⁹⁷, pelo que, no início de uma epidemia de gripe, cada agente social debate-se com um risco dificilmente calculável e aparentemente pouco dependente das acções que desempenhar.

Em acontecimentos como este, mais complexos do que os eventos disruptivos, a interacção dos campos científico, político e económico com o campo jornalístico alimenta o debate durante um intervalo temporal mais extenso, desde que estejam garantidos impulsos consistentes de fontes com poder institucional, que certifiquem as redacções do mérito da sua aposta na cobertura jornalística do caso. Mais do que

⁹⁷ Note-se que as sociedades ocidentais fizeram já a transição de um paradigma no qual as doenças infectocontagiosas constituíam uma das principais causas de mortalidade para um paradigma no qual as doenças crónicas e degenerativas, associadas a uma estrutura populacional envelhecida, são mais correntes (Cabral *et al*, 2002: 38). O início desta pandemia de gripe, nos moldes em que ela foi enunciada, constituiu, em nosso entender, um resquício do velho paradigma.

instrumentos de hegemonia, os media são “um lugar de cruzamento de poderes. São, em cada instante, a expressão de uma relação de forças” (Rebello, 2006b: 25).

Poderá assim ser argumentado que em casos desta natureza, que lidam com a perspectiva de danos futuros mas ainda não concretizados, o catalisador fundamental da noticiabilidade é o envolvimento de um grupo restrito de agentes ou instituições cuja adesão ao enquadramento predominante funcione como garantia de objectividade e validação para os jornalistas. Tornou-se evidente que o primeiro impulso foi produzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cujo grau de envolvimento e sentido de urgência emprestados ao caso entre Abril e Junho de 2009 conduziram os principais meios de informação a uma concentração de recursos e destaque sem precedentes para o tema da gripe. Poderá ser igualmente alegado que o envolvimento da ministra da Saúde em acontecimentos diários agendados em função das rotinas dos media funcionou como segundo impulso, alimentando ainda mais o sentido de urgência e justificando aos olhos dos jornalistas e do público o alarme sanitário. O mesmo processo de envolvimento de fontes com elevado poder simbólico numa emergência sanitária foi aliás detectado pelo grupo de Felisbela Lopes na sua análise à crise da bactéria *E.Coli* em 2011 (Lopes *et al*, 2012), justificada então também pelas rápidas e assertivas tomadas de posição da OMS e do Instituto Alemão de Veterinária. A análise do ciclo de atenção da pandemia nas notícias é particularmente expressiva neste ponto, na medida em que a decisão governamental de reduzir a exposição mediática da ministra Ana Jorge a partir de Janeiro de 2010 contribuiu para a desaceleração evidente da cobertura jornalística a partir desse mês, mesmo reconhecendo que, do ponto de vista epidemiológico, os indicadores de gravidade do problema se agudizavam (Cf. Anexos K, L e M). Valida-se assim a constatação de que o risco não existe necessariamente *per se* (Rosa, 2003), como condição apreensível e evidente para as narrativas jornalísticas, funcionando, ao invés, num campo complexo onde interagem diversos actores sociais, cujo envolvimento e estratégias de abertura e fechamento dos canais de informação condiciona fortemente a construção jornalística (Ericson *et al*, 1989; Hermansson, 2012).

Em resumo, e tomando como mote a pergunta de partida desta investigação, embora todos os acontecimentos típicos da sociedade de risco – entendendo-os como as ocorrências que venceram as barreiras do agendamento e tornaram-se tema de notícias – sejam filtrados ao longo das várias fases do ciclo de atenção proposto por Anthony Downs (1972) a partir do momento em que ganham acesso à agenda jornalística,

fazem-no a diferentes velocidades, com contingências específicas que se torna relevante discriminar.

10.1 – Factores de amplificação ou atenuação do risco

10.1.1 – O domínio da incerteza

Como Peter Bernstein notou, a sociedade moderna é marcada pela necessidade constante de tomada de decisões com base em dados limitados. “Algumas gotas de sangue podem revelar padrões de ADN que ora condenam ou inocentam um acusado de homicídio. As empresas de sondagem entrevistam duas mil pessoas para medir a opinião de toda a nação (...) A maioria das decisões críticas seria impossível sem recorrer a amostras”, escreveu (Bernstein, 1996: 73). Como nem o médico pode retirar todo o sangue do paciente, nem se podem organizar referendos semanais à nação para discutir todas as decisões políticas, a gestão da sociedade moderna é assim, por definição, um exercício de decisão em cenário de incerteza. E os acontecimentos associados à sociedade de risco exacerbam essa fragilidade.

A comunicação de crise em face de um naufrágio ou de um surto epidémico não pode operar como nos cenários de contingência, pois existem variáveis incontroláveis, inerentes a cada ocorrência e dependentes de reacções imprevisíveis. Todavia, o grau de controlo da incerteza – e particularmente o reconhecimento público das áreas sobre as quais não existe informação – condiciona o rumo da cobertura jornalística, ora reconfortando os repórteres sobre a capacidade dos gestores de crise para dar resposta ao problema, ora sugerindo-lhes que existem enquadramentos alternativos, igualmente provenientes de fontes institucionais e portanto admissíveis à luz das normas de objectividade e equilíbrio que regem a profissão.

O jornalismo (e o público) lidam mal com a incerteza da ciência, exigindo respostas categóricas onde por vezes existem apenas probabilidades. Recorde-se a entrevista do autor com Ana Jorge (Anexo M), na qual a ex-ministra referiu: “Note-se que todas as vacinas podem gerar efeitos adversos, mas eu não posso dizer isso na televisão: para a população, a vacina ou é segura ou não é.” Na verdade, a medicina não é uma ciência exacta, nem as suas conclusões se constituem como verdades absolutas ou consensuais. Basta referir que, nos três anos que decorreram desde o início da pandemia, os especialistas apresentaram estimativas divergentes sobre o número de mortes anuais provocadas pela gripe sazonal em Portugal, oscilando entre os 800 (*Telejornal*, 07.08.09), 1961 (*Público*, 09.05.09), 2500 a 5000 (*24 Horas*, 12.06.09)

ou 2400 (*Público*, 29.03.12). Nas redacções, tem faltado capacidade e experiência para sobrepor estas representações, discriminando métodos de estimativa ou outros que ajudem o público a retirar sentido destas expressões de incerteza.

A ambiguidade na intervenção de meios de informação em contextos similares expressou-se também nas discrepâncias entre as narrativas jornalísticas da imprensa espanhola e da portuguesa a propósito do naufrágio do *Prestige*. Em Espanha, a omissão de dados sobre a quantidade de fuelóleo a bordo, sobre a natureza das decisões administrativas contraditórias aplicadas ao petroleiro e até sobre o falso consenso científico da academia espanhola relativamente ao processo decisório abriram brechas na coesão do gabinete de gestão e alimentaram uma cobertura noticiosa fortemente crítica das autoridades.

Em Portugal, em contrapartida, a apresentação por parte do Instituto Hidrográfico da incerteza científica associada ao rumo das manchas (regularmente expressa em mais do que um cenário possível), muito dependente de ventos e marés, parece ter contribuído para um tom mais consonante da narrativa jornalística, ao longo da qual foram encontrados poucos registos nos quais ficassem expressas críticas à Marinha ou ao Ministério da Defesa Nacional. A incerteza foi assumida e assimilada pelos repórteres, tornando-se regularmente o tema da própria cobertura jornalística.

Para que isso suceda na gestão de crise, torna-se igualmente fundamental que a credibilidade da fonte responsável pela informação técnica já esteja estabelecida ou seja rapidamente formulada. Como ficou expresso nas entrevistas com o vice-almirante Augusto Ezequiel (Anexo D) e com a jornalista Rita Siza (Anexo E), o Instituto Hidrográfico já tinha construído uma reputação de competência no caso da queda da ponte de Entre-os-Rios, facilitando esse reconhecimento e tornando desnecessário o recurso a outras fontes potencialmente interessadas em fornecer informação técnica para a mesma circunstância.

Um factor adicional pode ainda ser encontrado na hierarquia criada dentro da instituição à qual foi atribuída a missão de gerir a crise. As Forças Armadas constituem uma fonte *sui generis* para as organizações jornalísticas, uma vez que colocam em prática normas mais restritas de comunicação com o exterior, bem como mecanismos de sanção para os infractores. Face a uma cadeia de comando disciplinada e coesa, as estratégias de abertura e fechamento dos canais de rotina são mais facilmente desempenhadas e porventura mais bem aceites pelos jornalistas.

Difícilmente, uma informação contraditória face ao exposto pelo gabinete de crise chegaria aos media a propósito do *Prestige*, o que facilitou a gestão da incerteza.

Do ponto de vista do controlo da incerteza, um surto epidémico é naturalmente bastante mais complexo. A ciência, e particularmente a medicina, construíram um estatuto de autoridade aos olhos dos jornalistas e da sociedade civil, sustentada pela sua prática baseada no método experimental, pelo seu contínuo questionamento das teses em vigor e pela reprodução de uma visão do mundo na qual a ciência tem sempre mérito e é positiva para a sociedade (Dunwoody, 1999: 62). No entanto, num processo de controvérsia, essa reputação pode ser questionada. É verdade que a investigação sociológica tem comprovado que, mesmo em casos de ampla controvérsia no campo científico, há uma boa probabilidade de a cultura científica conseguir manter algum controlo interpretativo sobre o registo jornalístico (Dunwoody, 1999: 64), mas estas circunstâncias em que se defrontam actores ou instituições com elevado capital simbólico exigem dos jornalistas a aplicação de dois saberes profissionais: o equilíbrio e a objectividade.

Ao abrigo do primeiro recurso técnico, os repórteres tratam a controvérsia científica como um tema político, esforçando-se por dar conta de dois ou mais pontos de vista contraditórios e garantindo que todos têm representação na notícia; o saber objectivo aplica-se no tratamento da informação: perante a sua incapacidade de estabelecer a validade técnica de cada premissa, o repórter assegura-se de que a mensagem de cada fonte foi captada rigorosamente e é devidamente atribuída. Assim, ao contrário de uma das nossas hipóteses de trabalho, as normas de objectividade não parecem ter sido modificadas para a agência dos meios de informação nos dois casos. Ao invés, terão sido reforçadas face à incerteza que marcava cada ocorrência e à necessidade de os media salvaguardarem o seu desempenho. Em contrapartida, no primeiro acontecimento analisado, a entrevista do autor com uma das jornalistas que relatou o caso do *Prestige* (Anexo E) parece sugerir que o princípio do equilíbrio pode ter sido pontualmente substituído pela proximidade emocional dos repórteres com o drama dos pescadores, uma conclusão que carece de investigação complementar.

Nos primeiros meses da cobertura noticiosa da pandemia, não detectámos instâncias significativas de controvérsia no discurso científico, pelo que o registo jornalístico foi quase unânime na qualificação das medidas de contenção do surto, sublinhando implicitamente a sua inevitabilidade. Como Jakob Jensen notou, por norma, a cobertura jornalística representa a pesquisa científica como uma actividade mais certa

do que ela efectivamente é, omitindo as reservas e limitações dos estudos científicos, apoiando-se em poucas fontes, ignorando o contexto, enfatizando os resultados e não a metodologia e, de certa forma, apresentando a ciência como um progresso contínuo rumo ao futuro (Jensen, 2008: 347-349). Este quadro de valores foi igualmente notório nos primeiros meses de notícias sobre a pandemia, durante os quais o enquadramento dominante nas notícias expressou a capacidade das autoridades para lidar com o novo problema.

Todavia, a partir do início do debate sobre a vacinação, aproximadamente na segunda quinzena de Setembro, emergiu um foco de contradição no discurso científico sobre a gripe, à medida que agentes sociais bem posicionados na hierarquia profissional questionaram a validade do programa de vacinação, a definição dos grupos prioritários e – saindo do campo científico para o campo económico – a oportunidade do investimento económico na aquisição destes dispositivos de prevenção. Pontualmente, foram também tornadas públicas críticas à própria eficácia da vacina, questionando-se o seu rápido processo de aprovação.

Todas estas circunstâncias configuraram um processo controverso com o qual os jornalistas lidaram através dos citados saberes profissionais, colocando em prática rituais de objectividade e equilíbrio que defenderam a sua prática, mas que representaram uma abstenção no debate em curso, transmitindo para a audiência uma representação acrílica da tensão entre discursos. A incerteza associada a esse debate aumentou consideravelmente, reconfigurando o risco como um tema mais complexo e gerador de mais ansiedade do que o previsto, no qual as autoridades de saúde sentiram notória dificuldade em comunicar e em fazer valer a sua preponderância. Essa frustração com as teses antagónicas que ganharam acesso à agenda jornalística é evidente nas entrevistas reproduzidas nos anexos H e I.

Curiosamente, noutra instância passível de controvérsia, o mesmo não sucedeu. Na terceira semana de Novembro, quando se registaram três mortes fetais com poucos dias de intervalo, o campo científico cerrou fileiras (tanto quanto nos é dado a assimilar pela amostra e pelas entrevistas realizadas para este projecto), recusando cientificidade à proposta segundo a qual os óbitos estariam associados à toma da vacina pelas mães. A controvérsia científica foi esvaziada em poucos dias e o discurso jornalístico reflectiu essa preponderância da ciência sobre a superstição, desconstruindo um caso que poderia ter amplificado irrazoavelmente um risco face à incerteza do conhecimento disponível.

Creemos portanto que o domínio da incerteza associada a cada acontecimento de risco é um dos factores relevantes que influenciam a amplificação ou atenuação social do risco nas notícias, particularmente se as vozes periciais com capital simbólico considerável divergirem na sua apreciação dos eventos em curso.

10.1.2 – A coesão pericial

Directamente associado ao ponto anterior, identificamos a unanimidade em torno das vozes periciais que configuram a resposta social a um novo problema como uma importante variável para a amplificação do risco nas notícias. Anabela Carvalho sugeriu aliás que a selecção jornalística dos peritos a escutar no âmbito de cada controvérsia sobre ciência não é inócua, nem passiva. A ciência, como qualquer outro campo, é reconstruída socialmente pelos media e a “escolha de peritos e contra-peritos depende e reproduz certas visões do mundo” (Carvalho, 2007: 237), contribuindo para essa reconfiguração do discurso.

Embora a literatura sugira que os acontecimentos disruptivos têm o condão de permitir inicialmente condições favoráveis de acesso aos media por parte de fontes com menos poder institucional, não encontramos indícios dessa circunstância nas fases iniciais dos dois estudos de caso da amostra. Ao invés, os dois casos revelaram uma gestão muito controlada das oportunidades de enquadramento do caso e cremos que a chave para essa hegemonia encontra-se na sintonia (ou mesmo simbiose institucional) entre as fontes políticas com poder decisório e as fontes periciais, dotadas de conhecimento especializado. A forte sintonia de posições entre os peritos do Instituto Hidrográfico da Marinha e o Ministério da Defesa Nacional no caso do *Prestige* e entre o Ministério da Saúde, a Direcção-Geral da Saúde e o painel de especialistas escutados pelos media nos primeiros três meses da pandemia (que constituíram o Grupo Nacional Operativo contra a Gripe A, ou GONGA) justificaram assim uma mensagem coesa entre os principais agentes sociais em contacto com os meios de comunicação, reduzindo as interpretações alternativas a ruído de fundo. Note-se a propósito que, apesar de algumas objecções, os media aceitaram a validade dos interlocutores que se propuseram descodificar o acontecimento, não sentindo necessidade de auscultar outros agentes ou grupos.

Essa é uma conclusão comum aos dois casos. Os agentes científicos não vinculados a organizações directamente ligadas ao poder foram subestimados, fazendo-se ouvir apenas na fase de rescaldo do naufrágio ou em fases muito pontuais da pandemia.

O seu campo de intervenção foi rapidamente ocupado pelos órgãos da Marinha no caso do *Prestige* e pela Direcção-Geral da Saúde e pelo GONGA no caso da gripe, remetendo outras vozes para a obscuridade. Para os jornalistas envolvidos, a cientificidade dessas instituições e agentes sociais parece ter sido suficiente, apesar do evidente alinhamento de estratégias entre elas e os agentes políticos com a tutela dos sectores afectados que, como notámos atrás, dominaram quase todas as fases da cobertura noticiosa. No ponto 10.1.3, explicaremos porquê.

Embora os acontecimentos eivados de incerteza constituam ocasiões nas quais os meios de comunicação sentem necessidade de recorrer a mais especialistas, está também documentado que um dos mecanismos de gestão do discurso científico reside no uso pericial da incerteza como ferramenta retórica, ora apontando incertezas nas teses rivais, ora fazendo recurso ao carácter rigoroso ou incerto da ciência consoante a posição de cada um na controvérsia (Dunwoody, 1999: 73). As intervenções da DGS constituíram exemplos continuados desta estratégia, sublinhando implicitamente que a ciência suportava as suas tomadas de posições e que, como acusou o director-geral da Saúde em entrevista com o autor, os detractores “não tinha[m] a ciência do seu lado. Não tinha[m] dados científicos a fundamentar essas tomadas de posição” (entrevista do autor com Francisco George, Anexo H).

No entanto, como John Sonnet (2010: 712) documentou, existe uma tensão habitual entre o discurso científico e o discurso político, que criam universos simbólicos separados, embora próximos. No caso da pandemia, argumentamos que essa tensão foi emergindo à medida que a decisão fundamental foi descentrada do campo pericial para o campo político. Quando a ministra da Saúde e o governo decidiram a aquisição de vacinas, estipularam quantidades e dosagens e definiram o plano de prioridades de vacinação, tiveram o cuidado de basear a decisão no parecer de um grupo consultivo, utilizando a figura do perito como instrumento da decisão (Jerónimo, 2006: 1145). Ao fazerem-no, porém, produziram uma fractura no corpo de especialistas com interesses no enquadramento do caso nas notícias, que rapidamente tornaram público o seu descontentamento, ora desqualificando o processo de decisão, o processo técnico de criação da vacina ou o método de aplicação à população. Mais do que um debate técnico sobre a medicina baseada no princípio precaucionário (traduzido no lema anglófono *better safe than sorry*) face à medicina baseada na evidência, produziu-se então, na nossa perspectiva, uma reacção de alguns especialistas face à violação de um dos princípios fundamentais do consenso ortodoxo sobre a decisão especializada

na modernidade: as soluções necessárias para debelar os novos problemas da sociedade de risco devem provir do campo da ciência e não do campo político, onde, por definição, motivações de ordem económica, social e política interferem com a tomada de posição.⁹⁸

Defendemos assim que a gestão fundamental da comunicação sobre os dois casos foi estruturada em função de um alinhamento continuado (no caso do *Prestige*) ou pontual (no caso da pandemia) entre agentes políticos e agentes periciais. Os momentos de dissensão corresponderam às ocasiões em que o discurso jornalístico foi mais convergente, abrangendo mais vozes, o que não significa necessariamente que o procedimento profissional tenha sido mais rigoroso nessas circunstâncias. Aliás, como veremos já a seguir, a intervenção dos jornalistas afecta também o processo de construção social de qualquer acontecimento de risco.

10.1.3 – A aceitação de interlocutores

Num trabalho importante sobre a interacção entre jornalistas e fontes, Mark Fishman (1980) descobriu que, por norma, os jornalistas descrevem a realidade estruturada pelas suas fontes, assimilando o seu quadro de valores, a sua agenda e até a sua linguagem. Desse ponto de vista, o “poder do jornalista reside principalmente na habilidade para seleccionar vozes” (Dunwoody, 1999: 69), aceitando as regras de uma cooperação indispensável com as fontes mais relevantes e certificando-se de que não são cometidas infracções interditas pela cultura partilhada entre si e as fontes (Gurevitch e Blumer, 1982/1993). Esse respeito pelas regras do jogo é particularmente importante quando ocorrem acontecimentos paradigmáticos da sociedade de risco.

No entanto, os dois casos analisados sugerem que a diversidade de vozes científicas escutadas não foi suficiente. Porquê? Alison Anderson (2002) sugeriu que, em muitas coberturas noticiosas, um perito ou um conjunto de peritos são construídos como a autoridade no assunto e os restantes são definidos como pretendentes. Na nossa perspectiva, essa estratégia foi notória à medida que as fontes dotadas de forte capital científico, com ligação à tutela política, ocuparam o espaço de destaque e secundarizaram as restantes.

⁹⁸ É igualmente plausível que, para alguns médicos, a controvérsia em torno da pandemia tenha proporcionado uma ocasião favorável para retirar dividendos profissionais ou simbólicos de uma exposição mediática concedida a todos aqueles que, no auge da construção noticiosa do problema, colocassem em causa os seus pressupostos fundamentais.

Face a temas fortemente especializados, definidos por linguagem técnica e hermética e nos quais mantinham poucos contactos prévios (Cf. entrevista com Rita Siza, Anexo E), os jornalistas aceitaram inicialmente os interlocutores propostos, sobretudo porque quer a Marinha quer a DGS foram rápidas a reagir e a “apropriar-se” do tema.

Seria porém redutor explicar a hierarquia de fontes apenas por motivos estratégicos, subordinados a uma tentativa de condicionamento da produção dos media. Na verdade, à rapidez da reacção de fontes como o Instituto Hidrográfico da Marinha, a Direcção-Geral da Saúde ou os membros do GONGA, juntaram-se vários factores organizacionais, associados ao esforço dos meios de comunicação para rotinizar o inesperado e salvaguardar a sua actividade de acordo com as normas da profissão.

As fontes em causa mostraram-se, desde logo, capazes de produzir informação certificada e rigorosa, resolvendo uma das necessidades fundamentais dos meios de informação face a acontecimentos inesperados: a busca de agentes sociais com legitimidade para interpretar as ocorrências. Note-se a este propósito o trecho da entrevista com a jornalista Rita Siza (Anexo E), durante a qual ela deu conta de como, nos primeiros dias do caso do *Prestige*, não havia qualquer gestão de crise em Espanha, obrigando os jornalistas a esforços adicionais para encontrar interlocutores credíveis, susceptíveis de validar a sua observação no terreno. Em Portugal, nos dois casos analisados, essas estruturas de resposta foram logo para o terreno.

Um segundo factor encontra-se no capital simbólico já acumulado pelas fontes em acontecimentos anteriores. Tratava-se de fontes com experiência acumulada, notoriedade e reconhecimento por parte dos jornalistas da sua capacidade técnica e de comunicação. Essa avaliação foi evidente no caso do *Prestige*, durante o qual o então comandante Augusto Ezequiel foi rapidamente aceite como interlocutor, pois na memória estava ainda fresca a sua resposta à crise de Entre-os-Rios. Também no caso da pandemia, a credibilidade da DGS e do seu director, Francisco George, tinha sido estabelecida previamente, revelando-se legítima e natural a sua condição de porta-voz das respostas técnicas ao problema. Também a ministra, pelo seu papel institucional, exerceu com naturalidade essa função.

Uma terceira ordem de factores que explicaram o sucesso comunicacional destas fontes deveu-se à capacidade revelada para preencher as necessidades diárias específicas dos media. Essa circunstância foi evidente no agendamento dos dois temas, na medida em que foi comum a ambos a organização, na primeira fase de resposta, de conferências de imprensa diárias (ou *briefings*), que transmitiam sentido

de urgência e novidade a cada desenvolvimento e respondiam às necessidades organizacionais jornalísticas de conferir um rosto institucional a cada emergência. A prática jornalística advoga precisamente a atribuição da responsabilidade de tomadas de posição ou de opinião a porta-vozes certificados, de forma a que não paire sobre os media o ónus da subjectividade ou do exacerbamento de competências.

Além disso, os gabinetes de crise mostraram um domínio muito razoável das necessidades profissionais dos repórteres, expressas na urgência de obter informação antes do *deadline*, em pacotes informativos aceites pelas chefias e com valores-notícia relevantes, particularmente a novidade. Foram tidos em conta aspectos de ordem prática, como os que Rita Siza revelou – a rotina de, em reportagem, assegurar primeiro a recolha de fotografias enquanto existia luz solar e só depois iniciar os contactos com fontes é um bom exemplo de uma rotina profissional desconhecida da maioria dos agentes sociais, mas nem por isso menos fundamental para o bom funcionamento do jornal.

No caso do *Prestige*, cuja acção se desenrolava fora do campo de visão dos jornalistas, as necessidades eram mais complexas, estendendo-se para o campo da ilustração. Como Augusto Ezequiel revelou, forneciam-se mapas e gráficos diários, susceptíveis de explicar visualmente a informação – uma condição indispensável para os jornais e estações de televisão contemporâneos e mais premente face ao que Rita Siza documentou sobre a importância das infografias e materiais visuais na hierarquia de materiais lidos pela audiência. No caso da gripe, o fornecimento de estatísticas diárias e informação certificada sobre contágios, locais de infecção, estimativas de progressão do vírus e adesão à vacinação constituíram outros exemplos de produção de informação à medida dos jornalistas, garantindo um fio condutor padronizado para a narrativa sobre o avanço do vírus. Como defendemos no capítulo 9, não deixa de ser significativo que o único universo de numeralização que não tenha partido das autoridades de saúde (a contabilização dos custos associados à resposta contra a pandemia) tenha sido o mais controverso.

Note-se ainda que a disponibilidade em tempo real dos principais interlocutores de cada organização foi essencial para garantir que a narrativa sobre os acontecimentos decorresse nesta esfera pericial. Para tal, foram feitos esforços consideráveis no sentido de responder a todas as solicitações, disponibilizando-se contactos directos e sistematizando, nas plataformas virtuais, a informação básica de enquadramento.

Por fim, ainda dentro do respeito pelas necessidades organizacionais dos jornalistas, registre-se a preocupação generalizada em envolver os media no esforço de resposta a cada um dos problemas – no caso do *Prestige*, foram organizadas saídas de campo dos jornalistas com a equipa de detecção de corpos, de forma a que estes vissem *in loco* as dificuldades associadas à tarefa; no caso da gripe, foi realizado um esforço sem precedentes de associação com os media para a transmissão de informação profiláctica de combate ao vírus que, na nossa perspectiva, serviu igualmente para vincular os meios de comunicação à narrativa hegemónica.

Na medida do que nos foi possível avaliar, existiu também, durante grande parte dos dois casos, uma preocupação generalizada em fornecer a todos os meios concorrentes a mesma informação, sem fugas ou “cachas” susceptíveis de alimentar a rivalidade entre meios de informação.

Em suma, várias fontes com elevado capital científico e bem posicionadas na hierarquia de credibilidade apropriaram-se de cada um dos casos analisados, condicionando a construção da narrativa jornalística. Uma vez que estas fontes correspondiam aos preceitos profissionais e souberam responder às necessidades específicas dos jornalistas, elas foram utilizadas regularmente, reduzindo a necessidade de escutar vozes alternativas.

10.1.4 – Fugas ao discurso maioritário

Numa sociedade aberta, de imprensa livre, é impossível gerir um acontecimento prolongado sem pontualmente perder o controlo sobre o tema do debate ou o enquadramento de interpretação. São ocasiões em que outras fontes ganham visibilidade e que tornam a cobertura jornalística mais diversificada, embora não necessariamente mais rigorosa.

Na entrevista com Augusto Ezequiel (Anexo D), documentámos o seu profundo conhecimento dos mecanismos de produção de informação e das rotinas indispensáveis à televisão, mostrando que a gestão de crise do caso do *Prestige* revelara uma percepção adequada das ocasiões em que poderia amplificar uma mensagem ou atenuá-la. A sua posição hegemónica enquanto definidor do acontecimento desencorajou instâncias nas quais se tornasse público o desacordo entre gestores de risco, até pelo sucedido no caso de Entre-os-Rios, no qual outra fonte vira o seu modelo de previsão de correntes marítimas publicamente descredibilizado.

Em contrapartida, nos depoimentos recolhidos com a ex-ministra Ana Jorge (Anexo M) ou com Francisco George (Anexo H), ficou patente alguma descoordenação no processo de comunicação sobre a pandemia, reflectindo indefinição nos fluxos de informação e na hierarquia de porta-vozes. As ocasiões em que as direcções dos hospitais assumiram a comunicação de óbitos aos media reflectem precisamente essa dificuldade, embora deva ser argumentado que a comunicação de risco associada a um acontecimento com ocorrências em vários pontos do país em simultâneo, envolvendo centenas de agentes de saúde e prolongando-se durante mais de um ano, configura um caso mais difícil de gerir.

Como as próprias autoridades de saúde reconheceram (Anexo M), a divulgação de informação menos rigorosa num caso desta natureza corresponde a significativa perda de credibilidade, legitimando mais interrogações e, porventura, a busca de outros porta-vozes. Isso sucedeu pontualmente quando direcções hospitalares avançaram precocemente factores de risco em pacientes falecidos ou sugeriram elos de contágio não estabelecidos. Em comunicação de crise, a omissão é sempre preferível à extrapolação da informação disponível e ao levantamento de hipóteses não confirmadas.

10.1.5 – Falhas de coesão entre especialistas

Identificámos outro factor com forte influência na perda de controlo dos gestores de crise de uma emergência: as circunstâncias em que os agentes periciais, com forte capital simbólico e posição hierárquica relativamente equivalente divergiram em público, difundindo uma brecha num sistema de resposta pericial ao problema que deveria, em teoria, ser unânime.

As controvérsias – e particularmente o debate sobre a vacinação e as mortes fetais – constituíram ocasiões durante as quais fontes até então discretas – mas nem por isso menos institucionais – tiveram oportunidade de influenciar o debate. É verdade que a discórdia responde a uma necessidade fundamental dos media, como notou Rita Siza em entrevista com o autor (Anexo E), na medida em que “o acordo total não costuma ser noticiado”, e a discórdia é positiva para o jornalismo. Para a gestão de um alarme de saúde pública, porém, a questão deve motivar forte debate no seio da comunidade especializada sobre as vantagens e desvantagens da expressão pública de discordância face ao alarme gerado e à desconfiança que daí deriva no sistema de saúde.

Defendemos, ao longo do capítulo 9, que a motivação para esta luta discursiva – cuja expressão foi voluntariamente vertida para o campo jornalístico (Cf. Anexo J), não se cingindo apenas aos fóruns especializados – traduziu uma divergência acelerada entre a avaliação e a gestão pericial do risco, clivagem que, de certa forma, reproduziu dicotomias mais profundas entre factos e valores, conhecimento e crença, objectividade e subjectividade.

A análise de conteúdo permitiu-nos concluir que a divergência raramente se travou entre os peritos médicos e as instituições políticas, económicas ou a sociedade civil. Na verdade, o debate reproduziu uma divergência interna entre fontes com vasto capital simbólico, bem posicionadas na hierarquia do campo científico, com perspectivas distintas sobre a natureza do processo decisório, a acção de um governo em situação de alarme sanitário e a concepção da resposta médica a uma emergência.

Na entrevista do autor com António Vaz Carneiro (Anexo J), o médico e académico aplaudiu o mérito da avaliação matemática do risco, que quantificou a probabilidade de sucesso da vacina e defendeu que essa avaliação deveria ter servido de base para as decisões seguintes de mitigação e combate ao vírus. Do outro lado do espectro, as autoridades de saúde conceberam o risco como uma construção mais próxima da de Helene Hermansson (2012: 17-19), um conceito multidimensional que alia a avaliação da probabilidade de ocorrência (por definição, uma estimativa técnica ou científica) aos juízos políticos, sociais e culturais específicos de um contexto.

Não se tratou de uma relativização do risco ou de uma concepção mais leviana ou subjectiva do risco “real”. Cremos aliás que não é possível encarar o processo de avaliação do risco como etapa totalmente subjectiva. Como Hermansson notou (*opus cit.*: 19), o arsénico será sempre mortífero, independentemente da avaliação de risco que sobre ele venha a ser feito. Todavia, parece-nos igualmente indefensável a proposta diametralmente contrária segundo a qual é possível avaliar totalmente um risco, medindo a sua probabilidade e estimando as variáveis quantitativas, sem pesar igualmente o contexto social.

Dessa divergência aguda entre especialistas sobre a natureza da avaliação do risco e a sua aplicação em contexto real, terá nascido, na nossa perspectiva, o impulso decisivo para o debate sobre o risco associado à vacinação, para o qual obviamente contribuíram também algumas debilidades na prática jornalística, pouco habituada a processos complexos e de elevada cientificidade e chamada a aplicar matrizes de produção jornalística (com imagens, recursos discursivos, referências históricas a

outras pandemias e reutilização de enquadramentos para interpretar ocorrências não associadas) dificilmente válidas para um processo desta natureza. Acrescente-se por fim o peso de algumas ocorrências isoladas, mas fortemente simbólicas, como a recusa publicitada de muitos profissionais de saúde e figuras públicas de submissão ao programa de vacinação e o incidente da Linha Saúde 24, durante o qual duas enfermeiras levantaram dúvidas no *Telejornal* sobre a nobreza da campanha, derrubando a credibilidade da iniciativa.

10.1.6 – Difícil assimilação da correcção de expectativas

Embora possa ser argumentado que cabe a um governo prevenir os seus cidadãos de todos os cenários possíveis num acontecimento que coloque significativamente em causa a saúde e bem-estar da população, essa tarefa deve ser desempenhada com prudência, sob risco de a não confirmação de alguns desses cenários produzir danos na credibilidade de quem os divulgou. Deve igualmente ser debatido se essa divulgação pública se aplica a qualquer alarme sanitário ou se ela deve estar associada à avaliação de risco, na medida em que se multiplicam as ameaças potenciais da sociedade de risco e nem todas podem ser comunicadas.

A correcção da designação da epidemia foi uma das instâncias nas quais a Organização Mundial de Saúde revelou permeabilidades, ao modificar o nome proposto para definir o novo problema. A comprová-lo, está a proliferação de designações que coexistiram nos media sobre o problema e os impactes estimados para sectores de actividade económica (p.e., o turismo no México; a indústria da suinicultura) não relacionados com a epidemia, mas abalados pela divulgação de nomenclatura semanticamente aproximada.

Mais complexa foi a divulgação de cenários possíveis para o contágio. Parece evidente que as organizações de saúde trabalharam com diversos cenários possíveis e que os comunicaram aos media num quadro de informação aberta e responsável sobre o problema, a exemplo aliás do que fora a gestão de crise do *Prestige*. Desta feita, porém, as redacções dramatizaram a informação, destacando o cenário mais pessimista e criando significativo alarme. Não podendo estar em causa a divulgação à sociedade de todos os cenários possíveis para uma ameaça, insiste-se na necessidade de aumentar a pedagogia na formação dos profissionais de jornalismo, incutindo responsabilidade em situações de alarme social, durante as quais a contenção deverá sobrepor-se à exploração de valores-notícia mais flagrantes.

10.1.7 – Incapacidade de antecipar tentação da dramatização

Como analisámos nas estratégias discursivas associadas a cada caso, registaram-se regularmente indícios de dramatização na construção jornalística dos acontecimentos. Essas marcas de tabloidização (Durham, 2008) reflectiram-se no recurso ao directo televisivo, à história de interesse humano, às imagens dramáticas ou de forte intimidade e à semântica do pânico (Van Dijk, 1988), um registo discursivo marcado por “palavras quentes”, metáforas alarmadas e a recuperação dos piores indicadores estatísticos que, muitas vezes, corresponderam aos piores cenários possíveis.

Esse recurso foi naturalmente mais comum nos meios de informação populares face aos jornais de referência e curiosamente foi detectado amiúde no noticiário televisivo, expressando uma tentativa de adaptação de cada órgão de informação às expectativas da sua audiência. Na maior parte dos casos, confirmou-se o que a literatura já tinha sugerido: existe desconforto por parte das fontes com forte capital científico em aproveitar o interesse jornalístico para manter o agendamento da mensagem quando os media trivializam a dor e o drama.

Chamados a extrapolar consequências com dados insuficientes ou a explicar falhas do sistema em tempo real, perante forte pressão das redacções (e sobretudo das televisões), os gestores de crise sentiram dificuldades. Exemplos desse desconforto registaram-se por exemplo na proliferação da expressão “maré negra” para definir o caso do *Prestige* quando tecnicamente ela não estava correcta e era desaconselhada pelas autoridades ou, no caso da gripe, a abordagem alarmada face à divulgação do nível de progressão geográfica da epidemia.

No caso da gripe, os óbitos constituíram naturalmente momentos de grande intensidade dramática, tendo as autoridades decidido não intervir publicamente nos dias imediatamente seguintes a cada morte para não aumentar o ruído. A estratégia prudente de análise em ambiente privado do historial epidemiológico de cada óbito e a posterior comunicação ao país, já validada e cingida a relações causais imediatas, foi uma das estratégias bem sucedidas da gestão de crise do Ministério da Saúde.

A dificuldade de comunicar a diferença entre as fases de contenção e de mitigação do avanço do vírus, os níveis de progressão da epidemia, as ligações epidemiológicas, a distinção entre novos vírus e novas estirpes do mesmo vírus ou a incapacidade admitida (Cf. Anexo H) para encontrar no registo histórico o exemplo mais próximo no qual os media se pudessem inspirar para interpretar a sequência de ocorrências que

deram corpo à pandemia constituíram falhas relevantes no processo de comunicação com os media. A própria aceitação tácita da máscara e do dispensador como ícones do problema, apesar da construção alarmada para o problema que eles geraram, revela alguma passividade das autoridades de saúde no esforço de proposta de enquadramentos para interpretar o caso nos media.

10.1.8 – As limitações formativas dos jornalistas

Não seria lógico ignorar a agência dos jornalistas numa proposta de explicação para as falhas da cobertura jornalística destes dois casos. Na nossa perspectiva, parte da responsabilidade pela disrupção deve ser assacada às limitações profissionais do jornalismo sobre ciência, através das quais a intervenção das fontes especializadas suscita menos questionamento do que os agentes políticos ou económicos (Dunwoody, 1999). No campo da medicina, particularmente, as conclusões de Van Trigt e colegas (1994) sobre as fontes especializadas e as notícias sobre cancro parecem assumir forte validade noutros domínios: os autores holandeses estipularam que apenas um terço das notícias sobre medicina englobam mais do que uma fonte, uma conclusão que sugere uma forte subordinação das normas de equilíbrio e objectividade do jornalismo ao poder simbólico do campo científico e do especialista médico, de cuja competência não se duvida.

Além disso, nos dois estudos de casos, o corpo jornalístico especializado não tinha experiência acumulada em acontecimentos desta natureza. Os temas regulares na agenda da saúde prendem-se com a política de saúde e o acesso da população ao sistema (Cabral *et al*, 2002), pelo que as rotinas da epidemiologia, a linguagem, a agenda e os próprios contactos eram desconhecidos para a maioria dos jornalistas.

Em redacções sem especialização, o problema foi ainda mais agravado, justificando textos noticiosos (como os que associaram a vacina às mortes fetais) que, em contexto padronizado, não deveriam ter passado pelo controlo de qualidade de cada órgão de informação. Sucederam ainda ocasiões em que as notícias foram construídas por jornalistas com dúvidas inconfessadas sobre o ritmo da pandemia, as motivações de quem geria e o rigor das estimativas, como sugere a entrevista do autor com a jornalista Alexandra Campos (Anexo K).

O mesmo sucedeu no caso do *Prestige*, mas a uma escala mais reservada. Não existe um corpo de jornalistas especializados em temas náuticos, embora alguns tivessem participado em *workshops* de formação sobre acidentes marítimos e derrames

petrolíferos (Anexo E). Essa debilidade teve, pois, de ser colmatada em cada intervenção dos gestores de crise, assegurando-se de que os conceitos expressos não suscitavam dúvidas.

A concretização de mecanismos concretos de recompensa e sanção por parte das fontes institucionais relativamente ao cumprimento das obrigações jornalísticas foi outra estratégia detectada no caso do *Prestige*. Como testemunhou o vice-almirante Augusto Ezequiel, sucedeu certo dia “uma má interpretação dos nossos dados. Liguei para o jornalista, expliquei-lhe que ele interpretara mal os dados do IH e, ou corrigia, ou deixávamos de estar disponíveis no futuro. E ele corrigiu” (Anexo D).

10.1.9 – Desconhecimento de algumas rotinas dos media

Um acontecimento não vence as fases do ciclo de atenção no vazio. Pelo contrário, esse exercício de agendamento ocorre em prejuízo de temas já maduros, que saem gradualmente da agenda (quando atingem o momento *kairos*, na terminologia de Rebelo), ou de outros que não reúnem proponentes ou enquadramentos suficientes para motivar notícias. Essa circunstância tem de ser reconhecida permanentemente pelos gestores de crise.

Creemos, na verdade, que foi a coabitação de vários temas fortemente emocionais na agenda jornalística portuguesa entre o final de 2002 e o início de 2003 que justificou o fraco destaque concedido por um jornal popular como o *24 Horas* ao tema do naufrágio, cujas características, noutra contexto, poderiam ter sido exploradas com maior drama. Mesmo num jornal de âmbito local, o tema não aglutinou todos os recursos expectáveis precisamente porque concorreu com outros temas então na agenda, dotados de valores-notícia mais ressonantes, como sucedeu com o caso da pedofilia na Casa Pia.

No caso da gripe, a gestão da crise foi profissional por parte do Ministério da Saúde, assegurando-se de que os pacotes informativos respeitavam a maior parte das necessidades dos meios de informação. Numa ocasião, porém, o agendamento não correspondeu à expectativa por impulso de outro tema – mais trivial, mas nem por isso menos importante para os meios de comunicação portugueses.

É de facto invulgar retroceder no tempo e verificar que, no dia em que a OMS considerou que fora atingido o nível 6 na escala de progressão geográfica do vírus, a maior parte dos media (e não apenas os da amostra) optou por conceder o principal

destaque do dia à transferência do futebolista Cristiano Ronaldo, naquele que era à data o negócio desportivo mais milionário de sempre.

É sintomático da sociedade de espectáculo que a hierarquia das notícias do dia tenha revelado essa assimetria entre um acontecimento agendado do desporto e um acontecimento relativamente imprevisto da esfera da saúde pública, mas configura também um erro na gestão de crise, já que deveria ter ocorrido a antecipação desse desfecho contra o qual dificilmente outro acontecimento poderia competir.

10.1.10 – Má gestão dos espaços virtuais

Por fim, foi consensual entre todos os representantes das organizações de saúde nacionais a admissão das falhas da gestão de crise no plano virtual. Apesar de rapidamente construir um *micro-site* e de disponibilizar informação nos circuitos electrónicos, o Ministério da Saúde e a DGS revelaram forte incapacidade para acompanhar o que se publicava na Internet, particularmente face à velocidade viral a que muitas mensagens hoje circulam. O mesmo pode ser dito para qualificar a relação do jornalismo com a Internet enquanto fonte de informação.

O episódio da “falsa ministra finlandesa da saúde” expressa igualmente a dificuldade das redacções para triar a informação válida dos rumores e teorias não sustentadas que emergem na Internet e que se tornam tema de debate fora da arena intermediada pelos meios de comunicação. A aceitação acrítica destes pressupostos constitui uma das mais preocupantes ameaças da prática jornalística moderna.

Ao contrário do caso do *Prestige*, que ocorreu ainda numa fase incipiente do processo de produção de conteúdos em linha, a pandemia de gripe A foi, nas palavras de Filipe Froes, “a primeira pandemia da globalização”. Os circuitos electrónicos de comunicação possibilitaram a comunicação em tempo real entre autoridades de saúde de diferentes continentes, partilhando informação e resultados de forma a que cada país corrigisse os seus planos de contingência. Mas, ao mesmo tempo, revelou um sistema de produção de informação paralelo ao dos media tradicionais, no qual as autoridades de saúde terão futuramente de penetrar, fornecendo conteúdos certificados, acompanhando rumores e, na medida do possível, tentando disponibilizar contrapesos aos receios difundidos pelos espaços virtuais. Como referiu Francisco George em entrevista com o autor (Anexo H), “o facto de esses rumores circularem e de as pessoas terem esses medos testemunha também as lacunas do nosso sistema de comunicação. Não fomos capazes de transmitir tranquilidade à população”.

10.2 – Recomendações finais

As imagens e narrativas dos meios de comunicação proporcionam uma “alternativa secular” à interpretação do quotidiano sobre o prisma da moralidade colectiva (Altheide, 2002: 47). Os media são actualmente os “principais contadores de histórias” da sociedade (Dunwoody, 1999: 61), desempenhando o papel de árbitro sobre o que é, ou não, importante para a nossa vida social. Os casos do *Prestige* e da pandemia de gripe A tipificam a emergência da sociedade de risco e o peso dos meios de comunicação nessa construção social.

Tem sido argumentado (Cf. Carpentier e Trioen, 2010; Cunningham, 2003; Schudson, 2001) que a estruturação do exercício jornalístico em torno das normas de objectividade e equilíbrio não corresponde às elevadas expectativas que a sociedade civil deposita sobre o campo jornalístico, na medida em que ela implica frequentemente uma demissão do papel questionador dos repórteres e dos meios de comunicação, transformados em meras correias de transmissão. Muitos acontecimentos contemporâneos concretizam-se ao serem enunciados pelos jornalistas (Rodrigues, 1988/1993) e esse poder enunciatório acarreta uma responsabilidade social considerável.

Recordamos que, num dos seus artigos mais célebres, os psicólogos sociais Daniel Kahneman e Amos Tversky (Kahneman e Tversky, 1994: 343) deram conta de uma experiência com evidente aplicação para este projecto: descreveram aos sujeitos de um teste uma rara doença eclodindo numa comunidade e com capacidade para matar 600 pessoas. Seguindo um primeiro cenário de resposta ao problema, conseguir-se-ia salvar 200 seres humanos; num segundo cenário, existiam 33% de probabilidades de que todos se salvassem e 67% de que todos morressem. Os sujeitos escolheram maioritariamente a primeira solução. Foi-lhes então proposto que escolhessem entre um terceiro cenário, no qual perder-se-iam 400 vidas, e uma quarta hipótese, na qual haveria 33% de probabilidades de ninguém morrer e 67% de probabilidades de todos perderem a vida. Embora o primeiro e o terceiro cenários fossem equivalentes, tal como o segundo e o quarto, 78% dos sujeitos escolheram a última hipótese nesta fase da experiência, porque não conseguiam tolerar a perspectiva de uma morte garantida para 400 pessoas. Por outras palavras, em teoria, a resposta ao questionário deveria ser idêntica nas duas experiências independentemente do enunciado, mas não foi porque a principal força motriz de uma sociedade parece ser a aversão ao risco (Tversky, 1990: 75), atitude fortemente moldada nas sociedades modernas pelas

propostas de enquadramento aplicadas pelos meios de comunicação à interpretação de cada acontecimento, pela sua difusão de imagens e mitos com evidentes ressonâncias culturais e pela sua recuperação de acontecimentos que perduram no imaginário colectivo como protótipos das novas ocorrências.

Como Carvalho documentou a propósito do tratamento das alterações climáticas em diferentes realidades jornalísticas (Carvalho, 2007: 239), as representações dos media podem ser francamente distintas entre si, circunstância evidente neste projecto também, ao longo do qual foram detectadas estratégias e opções editoriais divergentes entre os órgãos de comunicação de referência e os órgãos populares, entre os meios de abrangência nacional e regional e entre a imprensa escrita e a televisão.

Deve igualmente ser expresso que um projecto desta natureza revela alguns mecanismos do processo de construção social das notícias, mas não se debruça sobre o “não dito”, sobre o que fica ausente do discurso público sobre cada ameaça e sobre a forma como ele é incorporado na recepção e na posterior interacção de cada agente social. Sugere-se que outras investigações serão necessárias para complementar o projecto, particularmente no campo da mediação de informação através dos novos espaços virtuais e na forma como cada agente incorpora o risco, em face da sua experiência, da sua memória, da sua formação e da sua interacção familiar e social.

O exemplo do casal de eleitores que, chegado à urna, deparou com o aparato sanitário e justificou a sua tranquilidade com a informação recebida pela televisão (“Se eles estão a recomendar aí na televisão constantemente é porque é natural e é próprio”, *Telejornal*, 26.09.09), sugere fortemente que a maior parte dos cidadãos baseia a sua experiência na aquisição de informação por via dos meios de comunicação e que é neles que devem ainda ser concentrados os esforços dos futuros planos de contingência no que diz respeito à fase de informação da população.

Creemos que existem demasiadas variáveis para construir um modelo susceptível de prever a cobertura jornalística de cada acontecimento de risco, mas existe já um manancial de conhecimento disponível que permite incorporar informação sobre a agência dos grupos com poder institucional, da sua mobilização em períodos de emergência, das suas estratégias para gerir e processar a informação, do papel dos jornalistas e das redacções nessa intermediação, particularmente das suas fragilidades neste contexto, e, em última instância, de como essa agência afecta a sociedade que confia nos sistemas tecnológicos e periciais para debelar todas as ameaças, mesmo as que não podem ser anuladas – apenas mitigadas.

BIBLIOGRAFIA

Adam, Barbara (1996). “Re-Vision: The Centrality of Time for an Ecological Social Science Perspective” em Scott Lash, Bronislaw Szerszynski e Brian Wynne (org.), *Risk, Environment & Modernity*, Londres, Sage, Pg. 84-103.

Agraso, Marta, Fins Eirexas Santamaría e María Pilar Jiménez Aleixandre (2003), “El *Prestige* en la Prensa Gallega en el 2002: Un Análisis Preliminar”, *Quark, Ciencia, Medicina, Comunicación y Cultura*, 28, Pg. 44-56.

Allport, Gordon e Joseph Postman (1947), *The Psychology of Rumour*, Nova Iorque, Henry Holt and Company.

Altheide, David (2002), *Creating Fear*, Nova Iorque, Aldine de Gruyter.

Amalberti, René (2007), “Une Epée de Damoclès pour les Hautes Technologies?”, *Les Dossiers de la Recherche*, 26, Pg. 74-81.

AMPERA (2007), “Risk Communication in Accidental Marine Pollution”. *Ampera Publication*, 2. Maia, AMP-ERA ERA.net, Pg. 1-15.

Anderson, Alison (1993), “Source-Media Relations: The Production of the Environmental Agenda”, em Anders Hansen (org.), *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester, Leicester University Press, Pg. 51-68.

Anderson, Alison (1997), *Media, Culture and the Environment*, Londres, Rutgers University Press.

Anderson, Alison (2002), “The Media Politics of Oil Spills”, *Spill Science & Technology Bulletin*, 7 (1 e 2), Pg. 7-15.

Anderson, Alison, Stuart Allan, Alan Petersen e Claire Wilkinson (2005), “The Framing of Nanotechnologies in the British Newspaper Press”, *Science Communication*, 27 (2), Pg. 200-220.

Anderson, Alison e Agnés Marhadour (2007). “Slick PR? The Media Politics of the Prestige Oil Spill”, *Science Communication*, 29 (1), Pg. 96-115.

Anderson, Christopher (2008), “Expertise, Authority, and Power in Democratic Life”, em Desmond Hesmondhalgh e Jason Toynbee (org.), *The Media and Social Theory*, Oxon, Routledge, Pg. 248-264.

Annis, Albert e Norman Meier (1934), “The Induction of Opinion through Suggestion by Means of Planted Content”, *The Journal of Social Psychology*, 5, Pg. 65-81.

Armas, Pedro e Antonio García-Allut (2003), “El *Prestige*. Teoría Social de la Catástrofe”, em Julio Cabrera Varela e Antonio García-Allut (org.), *Que Foi do Prestige?* Santiago de Compostela, Gotelo Blanco, Pg. 79-124.

Ascensio, Carlos Lozano (2006), “Médios de Comunicación y Catástrofes: Tratantes de Información?”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La Comunicación en Situaciones de Crisis: del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 563-573.

Associação Portuguesa para o Controlo das Tiragens, APCT (2002), *Relatório Anual de 2002*, Lisboa, APCT.

Associação Portuguesa para o Controlo das Tiragens, APCT (2009), *Relatório Anual de 2009*, Lisboa, APCT.

Atwood, L. Erwin, Ardyth Sohn e Harold Sohn (1978), “Daily Newspaper Contribution to Community Discussion”, *Journalism Quarterly*, 55, Pg. 570-576.

Balandier, Georges (1980/1999), *O Poder em Cena*, Coimbra, Minerva.

Bardin, Laurence (1977/2000), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Barthes, Roland (1957/2007), *Mitologias*, Lisboa, Edições 70.

Barthes, Roland (1977), *Image, Music and Text*, Londres, Fontana Press.

Beamish, Thomas (2002), *Silent Spill: The Organization of Industrial Crisis*, Cambridge, MIT Press.

Beaud, Paul (1984), *La Société de Connivence, Media, Médiations et Classes Sociales*, Paris, Aubier.

Beck, Ulrich (1986/1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.

Beck, Ulrich (1995), *Ecological Politics in an Age of Risk*, Cambridge, Polity Press.

Beck, Ulrich (1996), “Environment, Knowledge and Indeterminacy: Beyond Modernist Ecology?”, em Scott Lash, Bronislaw Szerszynski e Brian Wynne (org.), *Risk, Environment & Modernity*, Londres, Sage, Pg. 27-43.

Beck, Ulrich (1999), *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

Becker, Howard (1967), “Whose Side Are We On?”, *Social Problems*, 14, Pg. 239-247.

Behr, Roy L. e Shanto Iyengar (1985), “Television News, Real-World Cues and Changes in the Political Agenda”, *Public Opinion Quarterly*, 49, Pg. 38-57.

Bennett, Lance, Lynne Gressett e William Haltom (1985), “Repairing the News: A Case Study of the News Paradigm”, *Journal of Communication*, 35 (2), Pg. 50-68.

Bennett, Lance e Jarol Manheim (1993/2000), “Conquistar o Público – Informação, Orientação e o Processo Democrático no Conflito do Golfo”, em Nelson Traquina (org.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva, Pg. 97-123.

Benson, Rodney e Erik Neveu (2005), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press.

Berelson, Bernard (1948), “Communications and Public Opinion”, em Wilbur Schramm (org.), *Communications in Modern Society*, Urbana, University of Illinois Press, Pg. 167-185.

Berger, Peter L. e Thomas Luckmann (1966/2004), *A Construção Social da Realidade: Tratado da Sociologia do Conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

Berkowitz, Dan (1992), “Non-routine News and Newswork: Exploring What-A-Story”, *Journal of Communication*, 43, Pg. 80-88.

Bernstein, Peter L. (1996), *Against the Gods*, Nova Iorque, John Wiley & Sons, INC.

Berrington, Eileen e Ann Jemphrey (2003), “Pressures on the Press, Reflections on Reporting Tragedy”, *Journalism*, 4 (2), Pg. 225-248.

Best, Joel e Mary Hutchinson (1996), “The Gang Initiation Rite as a Motif in Contemporary Media Discourse”, *Justice Quarterly*, 13, Pg. 383-404.

Best, Joel (1999), *Random Violence: How We Talk about New Crimes and New Victims*, Berkeley, University of California Press.

Bird, S. Elizabeth e Robert Dardenne (1988/1993), “Mito, Registo e “Estórias”: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 263-277.

Birkland, Thomas (1998), “Focusing Events, Mobilization and Agenda Setting”, *Journal of Public Policy*, 18 (1), Pg. 53-74.

Blumer, Herbert (1971), “Social Problems as Collective Behaviour”, *Social Problems*, 18, Pg. 298-306.

Boorstein, Daniel (1964), *The Image: a Guide to Pseudo-Events in America*, Nova Iorque, Harper and Row.

Bourdieu, Pierre (1975), “La Specificité du Champ Scientifique et les Conditions Sociales du Progrès de la Raison”, *Sociologie et Sociétés*, 7 (1), Pg. 91-118.

Bourdieu, Pierre (1976), “Le Champ Scientifique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2 (2), Pg. 88-104.

Bourdieu, Pierre (1976b), “A Armes Égales: La Parade de l'Objectivité”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, Pg. 70-73.

Bourdieu, Pierre (1994/1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta.

Brandão, Nuno Goulart (2005), *Prime Time. De Que Falam as Notícias dos Telejornais*, Lisboa, Casa das Letras.

Breakwell, Glynis e Julie Barnett (2003), “Social Amplification of Risk and the Layering Method”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 80-101.

Breed, Warren (1995/1993), “Controlo Social na Redacção: uma Análise Funcional”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 152-166.

Briggs, Charles e Daniel Hallin (2010), “Health Reporting as Political Reporting: Biocommunicability and the Public Sphere”, *Journalism*, 11 (2), Pg. 149-165.

Brighton, Paul e Dennis Foy (2007), *News Values*, Sage, Londres.

British Medical Journal, BMJ (2010), “WHO and the Pandemic Flu ‘Conspiracies’”, *British Medical Journal*, 340, Pg. 1274-1279.

Brosius, Hans-Bernd e Peter Eps (1995), “Prototyping Key Events”, *European Journal of Communication*, 10 (3), Pg. 391-412.

Brosius, Hans-Bernd e Gabriel Weimann (1996), “Who Sets the Agenda?: Agenda-Setting as a Two-Step Flow”, *Communication Research*, 23 (5), Pg. 561-580.

Burgess, Jacquelin e Carolyn Harrison (1993), “The Circulation of Claims in the Cultural Politics of Environmental Change”, em Anders Hansen (org.), *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester, Leicester University Press, Pg. 198-221.

Burkett, Warren (1996), *News Reporting: Science, Medicine and High Technology*, Ames, The Iowa State University Press.

Cabral, Manuel Villaverde (2000), “O Exercício da Cidadania Política em Portugal”, em Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire (org.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Pg. 123-162.

Cabral, Manuel Villaverde, Pedro Alcântara da Silva e Hugo Mendes (2002), *Saúde e Doença em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Camilo, Cristina e Maria Luísa Lima (2010), “No Que Se Pensa Quando Se Pensa em Doenças? – Estudo Psicométrico dos Riscos de Saúde”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 18 (2), Pg. 140-154.

Camponez, Carlos (2002), *Jornalismo de Proximidade*, Coimbra, Minerva.

Cardoso, Gustavo e Décio Telo (2010), “Os Telejornais da RTP1: Contextualização Histórica, Modelos e Análise do Horário Nobre”, em Joel Frederico da Silveira e Pamela Shoemaker (org.), *Telejornais em Exame*, Lisboa, Colibri, Pg. 53-96.

Carey, James (1989), *Communication as Culture*, Boston, Unwin Hyman.

Carey, James (1998), “Political Ritual on Television: Episodes in the History of Shame”, em Tamar Liebes e James Curran (org.), *Media, Ritual and Identity*, Londres, Routledge, Pg. 42-70.

Carpentier, Nico e Marit Trioen (2010), “The Particularity of Objectivity: A Post-Structuralist and Psychoanalytical Reading of the Gap Between Objectivity-as-a-Value and Objectivity-as-a-Practice in the 2003 Iraqi War Coverage”, *Journalism*, 11 (3), Pg. 311-328.

Carson, Rachel (1962/1966), *Primavera Silenciosa*, Lisboa, Editorial Pórtico.

Carvalho, Anabela (2007), “Ideological Cultures and Media Discourses on Scientific Knowledges”, *Public Understanding of Science*, 16 (2), Pg. 223-243.

Casaleiro, Pedro (2000), “Os Visitantes dos Museus e os Media na Ciência”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta, Pg. 303-317.

Castro, Paula e Maria Luísa Lima (2003), “Discursos sobre a Ciência num Debate Ambiental”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência. Entre a Confiança e a Contestação*, Lisboa, Dom Quixote, Pg. 115-155.

Castro, Paula, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral e Paulo Silveira Sousa (2009), “Gripe Pneumónica em Portugal: Tensões, Controvérsias e Incertezas de uma Época de Transições”, em José Manuel Sobral, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira Sousa (org.), *A Pandemia Esquecida – Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Pg. 179-195.

Caswell, Lucy Shelton (2004), “Drawing Swords: War in American Editorial Cartoons”, *American Journalism*, 21 (2), Pg. 13-45.

Catton, William Jr. e Riley Dunlap (1978), “Environmental Sociology. A New Paradigm”, *The American Sociologist*, 13, Pg. 41-49.

Chalaby, Jean (1998), *The Invention of Journalism*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan.

Cintra Torres, Eduardo (2006), *Tragédia Televisiva. Um Género Dramático da Informação Audiovisual*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Clarke, Juanne (1992), “Cancer, Heart Diseases and AIDS: What Do the Media Tell Us about These Diseases”, *Health Communication*, 4 (2), Pg. 105-120.

Cobb, Roger, Jeannie-Keith Ross e Marc Howard Ross (1976), “Agenda Building as a Comparative Political Process”, *American Political Science Review*, 70 (1), Pg. 126-138.

Cohen, Bernard (1963), *The Press and Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.

Cohen, Stanley (1972), *Folk Devils and Moral Panics*, Londres, MacGibbon and Kee.

Combs, Barbara e Paul Slovic (1978), “Newspaper Coverage of Causes of Death”, *Journalism Quarterly*, 56, Pg. 837-843.

Connors, Joan (2005), “Visual Representations of the 2004 Presidential Campaign – Political Cartoons and Popular Culture Reference”, *American Behavioral Scientist*, 49 (3), Pg. 479-487.

Conrad, Peter e Susan Markens (2001), “Constructing the ‘Gay Gene’ in the News: Optimism and Scepticism in the US and British Press”, *Health: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine*, 5 (3), Pg. 356-373.

Correia, Manuel (2009), “O Blackout Informativo ao Parlamento em 1993”, em José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Pg. 109-119.

Costa, António Firmino (1990), “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Afrontamento, Pg. 129-148.

Cottle, Simon (2000), “Rethinking News Access”, *Journalism Studies*, 1 (3), Pg. 427-448.

Cracknell, Jon (1993), “Issue Arenas, Pressure Groups and Environmental Agendas”, em Anders Hansen (org.), *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester, Leicester University Press, Pg. 3-21.

Cunningham, Brent (2003), “Re-Thinking Objectivity”, *Columbia Journalism Review*, 42 (2), Pg. 24-33.

Curran, James (1996), “Rethinking Media and Democracy”, em James Curran, David Morley e Valerie Walkerdine (org.), *Cultural Studies and Communication*, Londres, Arnold, Pg. 119-165.

Daley, Patrick e Dan O’Neill (1991), “Sad Is too Mild a Word: Press Coverage of the *Exxon Valdez* Oil Spill”, *Journal of Communication*, 41 (4), Pg. 42-57.

Dávila, Beatriz Echeverri (2009), “Lições de uma Pandemia: Análise Comparativa das Medidas Sanitárias Tomadas durante a Gripe de 1918 e a SRA de 2003”, em José Manuel Sobral, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira Sousa (org.), *A Pandemia Esquecida – Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Pg. 165-178.

Davis, Denis (1990), “News and Politics”, em Dan Nimmo e David Swanson (org.), *New Directions in Political Communication: A Resource Book*, Newbury Park, Sage, Pg. 147-184.

Dayan, Daniel e Elihu Katz (2003), *Televisão e Públicos no Funeral de Diana*, Coimbra, Minerva Coimbra.

Dearing, James e Everett Rogers (1996), *Communication Concepts 6: Agenda-setting*, Thousand Oaks, Sage.

Deacon, David (1996), “The Voluntary Sector in a Changing Communication Environment – A Case Study of Non-Official News Sources”, *European Journal of Communication*, 11, Pg. 173-199.

Deuze, Mark (2005), “What is Journalism? Professional Identity and Ideology of Journalists Reconsidered”, *Journalism*, 6 (4), Pg. 442-464.

Deuze, Mark (2007), *Media Work*, Cambridge, Polity Press.

Direcção-Geral da Saúde, DGS (2010), *Relatório da Pandemia da Gripe em Portugal, 2009*, Lisboa, Direcção-Geral da Saúde.

Douglas, Mary e Aaron Wildavsky (1982), *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*, Berkeley, University of California Press.

- Douglas**, Mary (1994), *Risk and Blame*, Londres, Routledge.
- Downey**, John (2008), “Recognition and the Renewal of Ideology Critique”, em Desmond Hesmondhalgh e Jason Toynbee (org.), *The Media and Social Theory*, Oxon, Routledge, Pg. 59-74.
- Downs**, Anthony (1972), “Up and Down with Ecology: The Issue-Attention Cycle”, *Public Interest*, 28, Pg. 38-50.
- Dudo**, Anthony, Michael Dahlstrom e Dominique Brossard (2007), “Reporting a Potential Pandemic – A Risk-Related Assessment of Avian Influenza Coverage in U.S. Newspapers”, *Science Communication*, 28, (4), Pg. 429-454.
- Dugué**, Bernard (2009), *La Pandémie de la Puer*, Éditions Xenia, Vevey.
- Dunlap**, Riley e William Catton (1994), “Struggling with Human Exemptionalism: the Rise, Decline and Revitalization of Environmental Sociology”, *The American Sociologist*, 25 (1), Pg. 5-30.
- Dunwoody**, Sharon (1999), “Scientists, Journalists, and the Meaning of Uncertainty”, em Sharon Friedman, Sharon Dunwoody e Carol Rogers (org.), *Communicating Uncertainty: Media Coverage of New and Controversial Science*, Mahwah, Lawrence Erlbaum Associates, Pg. 59-79.
- Durham**, Franck (2008), “Media Ritual in Catastrophic Time – The Populist Turn in Television Coverage of Hurricane Katrina”, *Journalism*, 9 (1), Pg. 95-116.
- Eaton**, Howard Jr. (1989), “Agenda-Setting with Bi-Weekly Data on Content of Three National Media”, *Journalism Quarterly*, 66, Pg. 942-948.
- Eder**, Klaus (1996), “The Institutionalisation of Environmentalism: Ecological Discourse and the Second Transformation of the Public Sphere”, em Scott Lash, Bronislaw Szerszynski e Brian Wynne (org.), *Risk, Environment & Modernity*, Londres, Sage, Pg. 203-223.
- Eldrige**, John e Jacquie Reilly (2003), “Risk and Relativity: BSE and the British Media” em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 138-155.
- Elías**, Carlos (2006), “Medio Ambiente, Manipulación Política y Control Mediático del Riesgo. Análisis del Caso del Hundimiento del Petrolero *Prestige*”, *Ámbitos*, 15, Pg. 171-190.
- Eliasoph**, Nina (1988), “Routines and the Making of Oppositional News”. *Critical Studies in Mass Communication*, 5, Pg. 313-334.

Elliot, Philip (1978), “Professional Ideology and Organizational Change: The Journalist Since 1800”, em George Boyce, James Curran e Pauline Wingate (org.), *Newspaper History: From the Seventeenth Century to the Present Day*, Londres, Constable, Pg. 172-191.

Epstein, Edward (1973), *News from Nowhere: Television and the News*. Nova Iorque, Random House.

Epstein, Steve (1996), *Impure Science – Aids, Activism and the Politics of Knowledge*, Berkeley, University of California Press.

Entman, Robert (1993), “Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm”, *Journal of Communication*, 43 (4), Pg. 51-58.

Epstein, Seymour (1994), “Integration of the Cognitive and the Psychodynamic Unconscious”, *American Psychologist*, 49, Pg. 709-724.

Erbring, Lutz e Arthur Miller (1980), “Front-Page News and Real-World Cues: A New Look at Agenda-Setting by the Media”, *American Journal of Political Science*, 24 (1), Pg. 16-49.

Ericson, Richard, Patricia Baranek e Janet Chan (1989), *Negotiating Control: A Study of News Sources*, Toronto, University of Toronto Press.

Espanha, Rita (2009), *Saúde e Comunicação numa Sociedade em Rede*, Lisboa, Monitor.

Esquenazi, Jean-Pierre (2003/2006), *Sociologia dos Públicos*. Porto, Porto Editora.

Esteves, João Pissarra (2002), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ.

Ettema, James (2005), “Crafting Cultural Resonance – Imaginative Power in Everyday Journalism”, *Journalism*, 6 (2), Pg.131-152.

Ewald, François (1991), “Insurance and Risk”, em Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller (org.), *The Foucault Effect*, Londres, Harvester Wheatsheaf, Pg. 197-210.

Eyal, Chaim, James Winter e William DeGeorge (1981), “The Concept of Timeframe in Agenda-Setting”, em Cleveland Wilhoit e Harold DeBock (org.), *Mass Communication Review, Yearbook 2*, Newbury Park, Sage, Pg. 212-218.

Feyerabend, Paul (1974), *Against Method*, Londres, New Left Books.

Figueiras, Rita (2005), *Os Comentadores e os Media. Os Autores das Colunas de Opinião*, Lisboa, Livros Horizonte.

Fishman, Mark (1980), *Manufacturing the News*, Austin, University of Texas Press.

Flynn, James (2003), “Nuclear Stigma”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 326-352.

Foucault, Michel (1963), *Naissance de la Clinique. Une Archéologie du Regard Médical*, Paris, Presses Universitaires de France.

Foucault, Michel (1971/2008), *A Ordem do Discurso*, São Paulo, Edições Loyola.

Foucault, Michel (1979), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal.

Foucault, Michel (1997), “The Birth of Biopolitics”, em Paul Rabinow (org.), *Ethics, Subjectivity and Truth*, Nova Iorque, New Press, Pg. 73-80.

Frewer, Lynn, Susan Miles e Roy Marsh (2002), “The Media and Genetically Modified Foods: Evidence in Support of Social Amplification of Risk”. *Risk Analysis*, n.º 22 (4), Pg. 701-711.

Frewer, Lynn (2003), “Trust, Transparency, and Social Context: Implications for the Social Amplification of Risk”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 123-137.

Friedman, Sharon (2004), “And the Beat Goes On: The Third Decade of Environmental Reporting”, *The Environmental Communication Yearbook*, 1, Mahwah, Lawrence Erlbaum, Pg. 175-188.

Froes, Filipe, António Diniz, Isabel Falcão, Baltazar Nunes e Judite Catarino (2010), “Óbitos por Gripe Pandémica A (H1N1) 2009 em Portugal. Período de Abril de 2009 a Março de 2010”, *Revista Portuguesa de Medicina Intensiva*, 17 (4), Pg. 11-19.

Funkhouser, Ray (1973), “The Issues of the Sixties: an Exploratory Study in the Dynamics of Public Opinion”, *Public Opinion Quarterly*, 37, Pg. 62-75.

Furedi, Frank (2007), *Invitation to Terror*, Londres, Continuum.

Galtung, Johan e Mari Holmboe Ruge (1965/1993), “A Estrutura do Noticiário Estrangeiro”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 61-73.

Gamson, William e Andre Modigliani (1989), “Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach”, *American Journal of Sociology*, 95, Pg. 1-37.

Gamson, William (1992), *Talking Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.

Gamson, William e David Stuart (1992), “Media Discourse as a Symbolic Contest: The Bomb in Political Cartoons”, *Sociological Forum*, 7 (1), Pg. 55-86.

Gandy, Oscar H. Jr (1982), *Beyond Agenda Setting: Information Subsidies and Public Policy*, Norwood, Ablex.

Gans, Herbert (1979), *Deciding What’s News – A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*, Nova Iorque, Pantheon Books.

Garcia, José Luís e Filipa Subtil (2000), “Conflito Social e Ambiente: A Ponte Vasco da Gama”, *Análise Social*, XXXIV, 151-152, Pg. 711-750.

Garcia, José Luís (2009), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Garcia, José Luís (2009b). “Os Jornalistas e as Contradições do Capitalismo Jornalístico no Limiar do Século XXI”, em José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Pg. 23-46.

Garcia, José Luís (2009c), “Tecnologia, Iconografia e Cultura Visual”, em José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Pg. 257-272.

Gardner, Dan (2008), *Risk: The Science and Politics of Fear*, Londres, Virgin.

Geraghty, Christine (2005), “Representation, Reality and Popular Culture: Semiotics and the Construction of Meaning”, em James Curran e Michael Gurevitch (org.), *Mass Media and Society*, Londres, Hodder Arnold, Pg. 46-59.

Gerbner, George (1970), “Cultural Indicators: The Case of Violence in Television Drama”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 388, Pg. 69-81.

Gerbner, George (1992), “Violence and Terror in and by the Media”, e Marc Raboy e Bernard Dagenais (org.), *Media, Crisis and Democracy*, Londres, Sage, Pg. 94-107.

Giarelli, Ellen e Lorraine Tulman (2003), “Methodological Issues in the Use of Published Cartoons as Data”, *Qualitative Health Research*, 13 (7), Pg. 945-956.

Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.

Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity.

Giddens, Anthony e Christopher Pierson (1998), *Conversations with Anthony Giddens: Making Sense of Modernity*, Londres, Polity Press.

Giddens, Anthony (1999), *Runaway World: How Globalization is Reshaping Our Lives*, Londres, Profile.

Giddens, Anthony (2009), *The Politics of Climate Change*, Cambridge, Polity Press.

Gieber, Walter (1964), “News is What Newspapermen Make It”, em Lewis Anthony Dexter e David Manning White (org.), *People, Society and Mass Communications*, Nova Iorque, Free Press, Pg. 173-182.

Gill, Duane A. e Liesel Ritchie (2005), “Constructing the *Prestige* Oil Spill: A Textual Analysis of 20 Months of Media Coverage”, Comunicação apresentada no congresso anual da Southwestern Social Science Association. Cópia enviada por via digital pelos autores.

Gitlin, Todd (1980/2002), “Sociologia dos Meios de Comunicação Social – O Paradigma Dominante”, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 105-114.

Gitlin, Todd (1980b), *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*, Berkeley, University of California Press.

Glasgow University Media Group, GUMG (1976), *Bad News*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

Glasgow University Media Group, GUMG (1980), *More Bad News*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

Glasgow University Media Group, GUMG (1985), *War and Peace News*, Milton Keynes, Oxford University Press.

Goldenberg, Edie (1975), *Making the Papers*, Lexington, MA, DC, Heath.

Goffman, Erving (1974), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Nova Iorque, Harper & Row.

Gómez, Juan de Dios Ruano (2006), “El Efecto *Prestige*: La Producción Mediática de una Realidad Interesada”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La comunicación en Situaciones de Crisis: del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 337-347.

Gonçalves, Maria Eduarda (2001), *O Caso de Foz Côa. Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa, Edições 70.

Gonçalves, Maria Eduarda (2003), *Os Portugueses e a Ciência. Entre a Confiança e a Contestação*, Lisboa, Dom Quixote.

Gonçalves, Maria Eduarda (2003b), “Imagens Públicas da Ciência e Confiança nas Instituições: Os Casos de Foz Côa e da Co-incineração”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência. Entre a Confiança e a Contestação*, Lisboa, Dom Quixote, Pg. 157-197.

Gonçalves, Maria Eduarda, Ana Delicado, Cristiana Bastos, Hélder Raposo e Mafalda Domingues (2007), *Os Portugueses e os Novos Riscos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Gonçalves, Telmo (2009), “Os Jornalistas e o Sistema Internacional”, em José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Pg. 227-243.

Gonzalez Requena, Jesus (1999), *El Discurso Televisivo: Espectáculo de la Posmodernidad*, Madrid, Cátedra.

Graber, Doris (1989), *Mass Media and American Politics*, Washington, Congressionale Quarterly Press.

Granjo, Paulo (2006), “Quando o Conceito de ‘Risco’ se Torna Perigoso”, *Análise Social*, XLI (181), Pg. 1167-1179.

Grant, Wyn (1990), *Pressure Groups Politics and Democracy*, Hemel Hempstead, Philip Allan.

Greenberg, Donald (1985), “Staging Media Events to Achieve Legitimacy: A Case Study of Britain’s Friends of the Earth”, *Political Communication and Persuasion*, 2 (4), Pg. 347-362.

Greenberg, Josh (2002), “Framing and Temporality in Political Cartoons. A Critical Analysis of Visual News Discourse”, *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 39 (2), Pg. 181-198.

Griffin, Robert, Sharon Dunwoody e Christine Gerhmann (1995), “The Effects of Community Pluralism on Press Coverage of Health Risks from Local Environmental Contamination”, *Risk Analysis* 15 (4), Pg. 449-458.

Gurevitch, Michael e Jay Blumer (1982/1993), “A Construção do Noticiário Eleitoral: Um Estudo de Observação na BBC”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 191-213.

Habermas, Jürgen (1962/1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Society*, 1, Cambridge, Polity Press.

Hackett, Robert (1984/1993), “Declínio de Um Paradigma? A Parcialidade e a Objectividade nos Estudos dos Media Noticiosos”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 101-130.

Hajer, Martin (1995), *The Politics of Environmental Discourse*, Oxford, Oxford University Press.

Hajer, Martin (1996), “Ecological Modernisation as Cultural Politics”, em Scott Lash, Bronislaw Szerszynski e Brian Wynne (org.), *Risk, Environment & Modernity*, Londres, Sage, Pg. 246-268.

Hall, Stuart, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts (1977/1993), “A Produção Social das Notícias: O Mugging nos Media”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 224-250.

Hall, Stuart (1981), “The Determination of News Photographs”, em Stanley Cohen e Jock Young (org.), *The Manufacture of News: Deviance, Social Problems and the Mass Media*, London, Constable, Pg. 226-243.

Hall, Stuart (1982), “The Rediscovery of Ideology: Return of the Repressed in Media Studies”, em Michael Gurevitch, Tony Bennett, James Curran e Janet Woollacott (org.), *Culture, Society, Media*, Londres, Methuen, Pg. 56-90.

Hallin, Daniel (1986), *The Uncensored War: The Media and the Vietnam*, Nova Iorque, Oxford University Press.

Halloran, James, Philip Elliott e Graham Murdock (1970), *Demonstrations and Communication: A Case Study*, Harmondsworth, Penguin.

Handmer, John e Edmund Penning-Rowsell (1990), *Hazards and the Communication of Risk*, Aldershot, Gower.

Hannigan, John (1995), *Environmental Sociology*, Londres, Routledge.

Hansen, Anders (1991), “The Media and the Social Construction of the Environment”, *Media, Culture and Society* 13 (4), Pg. 443-458.

Hansen, Anders (1993), *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester, Leicester University Press.

Hansen, Anders (1993b), “Greenpeace and Press Coverage of Environmental Issues”, em Anders Hansen (org.), *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester, Leicester University Press, Pg. 150-178.

Hansen, Bert (1997), “The Image and Advocacy of Public Health in American Caricature and Cartoons From 1860 to 1900”, *American Journal of Public Health*, 87 (11), Pg. 1798-1807.

Harcup, Tony e Deirdre O’Neill (2001), “What is News? Galtung and Ruge Revisited”, *Journalism Studies* 2 (2), Pg. 261-280.

Harding, Phil (2009), “Pandemics, Plagues and Panic”, *British Journalism Review*, 20 (3), Pg. 27-33.

Harrison, Jacquie (2006), *News*, Abingdon, Routledge.

Henderson, Lesley e Jenny Kitzinger (1999), “The Human Drama of Genetics: ‘Hard’ and ‘Soft’ Media Representations of Inherited Breast Cancer”, *Sociology of Health & Illness*, 21 (5), Pg. 560-578.

Henry, Gary e Craig Gordon (2001), “Tracking Issue Attention: Specifying the Dynamics of the Public Agenda”, *Public Opinion Quarterly*, 65 (2), Pg. 157-177.

Herman, Edward e Noam Chomsky (1988), *Manufacturing Consent*, Nova Iorque, Pantheon Books.

Hermansson, Helene (2012), “Defending the Conception of ‘Objective Risk’”, *Risk Analysis*, 32 (1), Pg. 16-24.

Hess, Stephen (1984), *The Government/Press Connection – Press Officers and Their Offices*, Washington, The Brookings Institution.

Hilgartner, Stephen e Charles Bosk (1988), “The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model”, *American Journal of Sociology*, 94, Pg. 53-78.

Hong, Seonghoon e Alan Collins (2006), “Societal Responses to Familiar Versus Unfamiliar Risk: Comparison of Influenza and SARS in Korea”, *Risk Analysis*, 26 (5), Pg. 1247-1257.

Horlick-Jones, Tom, Jonathan Sime e Nick Pidgeon (2003), “The Social Dynamics of Environmental Risk Perception: Implications for Risk Communication Research and Practice”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 262-285.

Hutchins, Brett e Libby Lester (2006), “Environmental Protest and Tap-Dancing with the Media in the Information Age”, *Media, Culture and Society* 28 (3), Pg. 433-451.

Ibarra, Peter e John Kitsuse (1993), “Vernacular Constituents of Moral Discourse: An Interactionist Proposal for the Study of Social Problems”, em James Holstein e Gale Miller (org.), *Reconsidering Social Constructionism: Debates in Social Problems Theory*, Nova Iorque, Aldine de Gruyter, Pg. 25-58.

Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press.

Innerarity, Daniel (2006/2010), *O Novo Espaço Público*, Lisboa, Teorema.

Iyengar, Shanto e Donald Kinder (1987), *News That Matters: Television and American Opinion*, Chicago, University of Chicago Press.

Jamieson, Kathleen Hall e Paul Waldman (2003), *The Press Effect*, Oxford, Oxford University Press.

Jensen, Jakob (2008), “Scientific Uncertainty in News Coverage of Cancer Research: Effects of Hedging on Scientists’ and Journalists’ Credibility”, *Human Communication Research*, 34 (3), Pg. 347-369.

Jerónimo, Helena Mateus (2006), “A Peritagem Científica perante o Risco e as Incertezas”, *Análise Social*, XLI (181), Pg. 1143-1165.

Kahneman, Daniel e Amos Tversky (1979), “Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk”, *Econometrica*, XLVII, Pg. 263-291.

Kahneman, Daniel e Amos Tversky (1984), “Choices, Values and Frames”, *American Psychologist*, 39 (4), Pg. 342-347.

Kaid, Linda Lee, Jacques Gerstle e Keith Sanders (1991), *Mediated Politics in Two Cultures: Presidential Campaigns in the United States and France*, Praeger Series, Nova Iorque.

Kaplan, Abraham (1964), *The Conduct of Inquiry: Methodology for Behavioural Science*, São Francisco, Chandler.

Karlsson, Michael Bo (2010), “Participatory Journalism and Crisis Communications: A Swedish Case Study of Swine Flu Coverage”, *Observatório Journal*, 4 (1), Pg. 201-220.

Kasperson, Roger, Ortwin Renn, Paul Slovic, Halina Brown, Jacque Emel, Robert Goble, Jeanne Kasperson e Samuel Ratick (1988), “The Social Amplification of Risk: A Conceptual Framework”. *Risk Analysis*, 8 (2), Pg. 178-187.

Kasperson, Roger (1992), “The Social Amplification of Risk: Progress in Developing an Integrative Framework of Risk”, em Sheldon Krismky e Dominic Golding (org.), *Social Theories of Risk*, Westport, Praeger, Pg. 153-178.

Kasperson, Jeanne, Roger Kasperson, Nick Pidgeon e Paul Slovic (2003b), “The Social Amplification of Risk: Assessing Fifteen Years of Research and Theory”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 13-46.

Katz, Elihu e Paul Lazarsfeld (1955), *Personal Influence: The Part Played by People in the Flow of Mass Communication*, Glencoe, Free Press.

Katz, Elihu (1957/2002), “O Fluxo de Comunicação em Dois Níveis: Memória Actualizada de Uma Hipótese”, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 61-67.

Kepplinger, Hans Mathias e Johanna Habermeier (1995), “The Impact of Key Events on the Presentation of Reality”, *European Journal of Communication*, 10 (3), Pg. 371-390.

Kitzinger, Jenny e Jacque Reilly (1997/2002), *Ascensão e Queda de Notícias de Risco*, Coimbra, Minerva Coimbra.

Kitzinger, Jenny (1999), “Researching Risk and the Media”, *Health, Risk and Society*, 1 (1), Pg. 55-69.

Klapper, Joseph Thomas (1960/1978), “Os Efeitos da Comunicação de Massa”, em Gabriel Cohn (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Pg. 162-173.

Kosicki, Gerald e Jack McLeod (1990), “Learning From Political News: Effects of Media Images and Information-Processing Strategies”, em Sidney Kraus (org.), *Mass Communication and Political Information Processing*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum, Pg. 69-83.

Krippendorff, Klaus (1990), *Metodología de Análisis de Contenido*, Barcelona, Paidós.

Kristiansen, Ivar, Peder Halvorsen e Dorte Gyrd-Hansen (2007), “Influenza Pandemic: Perception of Risk and Individual Precautions in a General Population. Cross Sectional Study”, *BMC Public Health*, 7 (48), Pg. 1-7.

Lang, Kurt e Gladys Lang (1968), *Politics and Television*, Chicago, Quadrangle Books.

Lang, Kurt e Gladys Lang (1981), “Watergate: An Exploration of the Agenda-Building Process”, em Cleveland Wilhoit e Harold DeBock (org.), *Mass Communication Review, Yearbook 2*, Newbury Park, Sage, Pg. 447-468.

Lash, Scott (1994), “Expert-Systems or Situated Interpretation?”, em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (org.), *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press, Pg. 198-215.

Lasorsa, Dominic e Wayne Wanta (1990), “The Effects of Personal, Interpersonal and Media Experience on Issue Salience”, *Journalism Quarterly*, 67, Pg. 804-813.

Lasswell, Harold Dwight (1927), *Propaganda Technique in the World War*, Nova Iorque, Knopf.

Lasswell, Harold Dwight (1948/2002), “A Estrutura e a Função da Comunicação na Sociedade”, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 49-60.

Latour, Bruno (1991/1993), *We Have never Been Modern*, Cambridge, Harvard University Press.

Lawrence, Regina (2000), *The Politics of Force: Media and the Construction of Police Brutality*, Berkeley, University of California Press.

Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet (1944), *The People's Choice: How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Campaign*, Nova Iorque, Duell, Sloan and Pearce.

Lee, Chin-Chuan, Joseph Man Chan, Zhongdang Pan e Clement So (2005), “National Prisms of a Global ‘Media Event’”, em James Curran e Michael Gurevitch (org.), *Mass Media and Society*, Londres, Hodder Arnold, Pg. 320-335.

Leff, Donna, David Protess e Stephen Brooks (1983/2000), “Jornalismo de Cruzada – Mudar Atitudes Públicas e Agendas Políticas”, em Nelson Traquina (org.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva, Pg. 77-95.

Lichter, Robert e Stanley Rothman (1999), *Environmental Cancer: A Political Disease*, New Haven, Yale University Press.

Lima, Luísa, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (2004), *Atitudes Sociais dos Portugueses – Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Lima, Luísa (2004), “Percepção de Riscos Ambientais: Realismo ou Ilusão?”, em Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses – Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Pg. 157-192.

Lima, Maria Luísa (2004b), “On the Influence of Risk Perception on Mental Health: Living Near an Incinerator”, *Journal of Environmental Psychology*, 24 (1), Pg. 71-84.

Lima, Maria Luísa, Paula Castro, Paulo Silveira Sousa, e José Manuel Sobral (2009c), “A Febre da Gripe nos Jornais: Processos de Amplificação Social do Risco”, em José Manuel Sobral, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira Sousa (org.), *A Pandemia Esquecida – Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Pg. 179-195.

Lippman, Walter (1922/2008), *Opinião Pública*, Petrópolis, Editora Vozes.

Lopes, Felisbela, Teresa Ruão e Sandra Marinho (2010), “Gripe A na Imprensa Portuguesa: Uma Doença em Notícia através de Uma Organizada Estratégia de Comunicação”, *Observatório Journal*, 4 (4), Pg. 139-156.

Lopes, Felisbela, Teresa Ruão, Sandra Marinho e Rita Araújo (2012), “*E. Coli*: Uma Doença em Notícia em Discursos de Incerteza e Contradição”, *Observatório Journal*, 6 (1), Pg. 159-181.

Luhmann, Niklas (1986/1989), *Ecological Communication*, Cambridge, Polity Press.

Luhmann, Niklas (1991/1993), *Risk: A Sociological Theory*, Hawthorne, Aldine de Gruyter Press, De Gruyter.

Luhmann, Niklas (1992), *A Improbabilidade da Comunicação*, Lisboa, Vega.

Lupton, Deborah (1999), *Risk*, Londres, Routledge.

Lupton, Deborah (2003), *Medicine as Culture*, Londres, Sage.

MacShane, Dennis (1979), *Using the Media*, Londres, Pluto Press.

Manning, Paul (2001), *News and News Sources. A Critical Introduction*, Sage, Londres.

Manning, Peter (1998), “Media Loops” em Frankie Bailey e Dona Hale (org.), *Popular Culture, Crime and Justice*, Belmont, West/Wadsworth, Pg. 25-39.

Manoff, Robert Karl (1989), “Modes of War and Modes of Social Address: The Text of SDI”, *Journal of Communication*, 39, Pg. 59-84.

Marques, Rui (2005), *Timor-Leste: o Agendamento Mediático*, Porto, Porto Editora.

Martins, Hermínio (1998), “Risco, Incerteza e Escatologia: Reflexões sobre o Experimentum Mundi Tecnológico em Curso II”, *Episteme*, 2, Pg. 41-75.

Mattelart, Armand e Michele Mattelart (1995/1999), *História das Teorias da Comunicação*, São Paulo, Loyola.

Mazur, Allan (1984), “The Journalist and Technology: Reporting about Love Canal and Three Mile Island”, *Minerva*, 22, Pg. 45-66.

Mazur, Allan (1998), “Global Environmental Change in the News: 1987-90 vs. 1992-6”, *International Sociology*, 1 (4), Pg. 457-472.

McCombs, Maxwell e Amy Reynolds (2002), “News Influence on Our Pictures of the World”, em Jennings Bryant, Dolf Zillmann e Mary Beth Oliver (org.), *Media Effects: Advances in Theory and Research*, Hillsdale, Erlbaum, Pg. 1-18.

McCombs, Maxwell e Donald Shaw (1972/2000), “A Função do Agendamento dos Media”, em Nelson Traquina (org.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva, Pg. 47-61.

McCombs, Maxwell e Donald Shaw (1993/2000), “A Evolução da Pesquisa sobre o Agendamento: Vinte e Cinco Anos no Mercado das Ideias”, em Nelson Traquina (org.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva Editora, Pg. 125-135.

McCombs, Maxwell (1997), “Building Consensus: The News Media’s Agenda-Setting Roles”, *Political Communication*, 14, Pg. 433-443.

McCombs, Maxwell, Juan Pablo Llamas, Estaban Lopez-Escobar e Federico Rey (1997), “Candidate Images in Spanish Elections: Second-level Agenda-Setting Effect”, *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 74 (4), Pg. 703-717.

McCombs, Maxwell (2004), *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*, Malden, Blackwell.

McLeod, Jack M., Lee Becker e James Byrnes (1974), “Another Look at the Agenda-Setting Function of the Press”, *Communication Research*, 1, Pg. 131-166.

McQuail, Dennis (1983/2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Mela, Alfredo, Maria Carmen Belloni e Luca Davico (1998/2001), *A Sociologia do Ambiente*, Lisboa, Editorial Estampa.

Mendes, Hugo (2003), “Visibilidade da Ciência nos Mass Media: A Tematização da Ciência nos Jornais *Público*, *Correio da Manhã* e *Expresso* (1990 e 1997)”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência. Entre a Confiança e a Contestação*, Lisboa, Dom Quixote, Pg. 31-78.

Mendes, António Marques, Francisco Costa Pereira, Miguel Pina e Cunha, José Viegas Soares, Ricardo Ribeiro dos Santos, Ivo Pimentel e Henrique Gouveia e Melo (2006), *Crises – De Ameaças a Oportunidades. Gestão Estratégica de Comunicação de Crises*, Edições Sílabo, Lisboa.

Mesquita, Mário (2000), “Em Louvor da Santa Objectividade”, *Jornalismo e Jornalistas*, Pg. 22-27.

Meyer, John (2000), “Humor as a Double-Edged Sword: Four Functions of Humor in Communication”, *Communication Theory*, 10 (3), Pg. 310-331.

Miller, David e Kevin Williams (1993), “Negotiating HIV/AIDS Information – Agendas, Media Strategies and the News”, em Glasgow University Media Group, GUMG, *Getting the Message: News, Truth and Power*, Londres, Routledge, Pg. 126-144.

Miller, David (1999), “Risk, Science and Policy: Definitional Struggles, Information Management, the Media and BSE”, *Social Science and Medicine*, 49 (9), Pg. 1239-1255.

Miller, John (2008), “Step Away from the Croissant, Media Studies 3.0”, em em Desmond Hesmondhalgh e Jason Toynbee (org.), *The Media and Social Theory*, Oxon, Routledge, Pg. 213-230.

Mindich, David (1998), *Just the Facts: How “Objectivity” Came to Define American Journalism*, Nova Iorque, New York University Press.

Molotch, Harvey e Marilyn Lester (1974/1993), “As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do Uso Estratégico de Acontecimentos de Rotina, Acidentes e Escândalos”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 34-51.

Molotch, Harvey e Marylin Lester (1975), “Accidental News: the Great Oil Spill as Local Occurrence and National Event”, *American Journal of Sociology*, 81 (3), Pg. 235-260.

Morris, Ray (1993), “Visual Rhetoric in Political Cartoons: A Structuralist Approach”, *Metaphor and Symbolic Activity*, 8 (3), Pg. 195-210.

Moscovici, Serge (1985), “Innovation and Minority Influence”, em Serge Moscovici, Gabriel Mugny e Eddy Van Avermaet (org.), *Perspectives on Minority Influences*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 9-51.

Murdock, Graham, Judith Petts e Tom Horlick-Jones (2003), “After Amplification: Rethinking the Role of the Media in Risk Communication”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperon e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 156-178.

Nature (2010), “Lessons from a Pandemic”, *Nature*, 463, Pg. 135-136.

Nelson, Thomas, Rosalee Clawson e Zoe Oxley (1997), “Media Framing of Civil Liberties Conflict and its Effects on Tolerance”, *American Political Science Review*, 91 (3), Pg. 567-583.

Nerlich, Brigitte e Christopher Halliday (2007), “Avian Flu: the Creation of Expectations in the Interplay between Science and the Media”, *Sociology of Health*, 29 (1), Pg. 46-65.

Neuman, Russel, Marion Just e Ann Crigler (1992), *Common Knowledge: News and the Construction of Social Meaning*, Chicago, University of Chicago Press.

Neuzil, Mark (2008), *The Environment and the Press. From Adventure Writing to Advocacy*, Evanston, Northwestern University Press.

Neveu, Érik 2001/2005, *Sociologia do Jornalismo*, Porto, Porto Editora.

Newcomb, Horace (1991), “The Creation of Television Drama”, em Klaus Bruhn Jensen e Nicholas Jankowski (org.), *A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*, Londres, Routledge, Pg. 93-107.

Noelle-Neumann, Elisabeth (1983/2002), *Os Efeitos dos Meios de Comunicação na Pesquisa sobre os Seus Efeitos*, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 151-159.

Noguera, José Manuel (2006), “El Contenido Emocional Implícito en la Cobertura Informativa de Catástrofes. Caso Práctico: las Inundaciones de Tous y Biescas”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La Comunicación en Situaciones de Crisis: Del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 549-561.

Nunes, João Arriscado (2003), “Risco, Incertezas e Formas Emergentes de Participação”, em José Rebelo (org.), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Porto, Campo das Letras, Pg. 191-196.

Okrent, Daniel (2006/2008), *O Provedor*, Lisboa, Edições 70.

Oliveira, José Manuel Paquete (1992), “A Integração Europeia e os Meios de Comunicação Social”, *Análise Social*, XXVII (118 e 119), Pg. 995-1024.

Park, Robert (1922), *The Immigrant Press and Its Control*, Nova Iorque, Harper & Brothers.

Park, Robert (1948/2002), “As Notícias como Uma Forma de Conhecimento: Um Capítulo na Sociologia do Conhecimento”, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 35-48.

Pereira Rosa, Gonçalo (2005), *A Quercus nas Notícias – Consolidação de Uma Fonte Não-Oficial nas Notícias de Ambiente*, Porto, Porto Editora.

Pereira Rosa, Gonçalo (2006), “O Caso ICN – Convergência entre Fontes”, *Comunicação & Cultura*, 2, Pg. 127-142.

Pereira Rosa, Gonçalo (2007), “Ambiente Emergente”, *Via Latina*, 4, Pg. 78-85.

Pereira Rosa, Gonçalo (2010), “Entrevista com Gaye Tuchman”, *Comunicação & Cultura*, 9, Pg. 165-171.

Pereira Rosa, Gonçalo (2011), “A Irreversibilidade de Uma Onda Noticiosa”, *Análise Social*, XLVI, 198, Pg. 115-135.

Pereira Rosa, Gonçalo (2011b), “Making Sense Out of Newspaper Humour – The Swine Flu Pandemic in Portugal”, *Proceedings of ECREA/CICOM Conference*, Pamplona, 1, Pg. 281-298.

Pereira Rosa, Gonçalo (2011c), “O Enquadramento de Uma Tragédia Climática na Era Digital – Como os Cientistas Foram Ultrapassados durante a Cobertura Noticiosa da Enxurrada da Ilha da Madeira de 2010”, comunicação apresentada no II Workshop Internacional de História do Ambiente: Desastres Ambientais e Sustentabilidade & GIS Day, Florianópolis, Brasil.

Petts, Judith (2000), “Processos de Formação de Consensos na Gestão de Resíduos”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta, Pg. 161-181.

Philo, Greg, Peter Beharell e John Hewitt (1977), “One Dimensional News – Television and the Control of Explanation”, em Peter Beharell e Greg Philo (org.), *Trade Unions and the Media*, Londres, MacMillan, Pg. 1-22.

Philo, Greg (2007), “Can Discourse Analysis Successfully Explain the Content of Media and Journalistic Practice”, *Journalism Studies*, 8 (2), Pg. 175-196.

Pidgeon, Nick, Roger Kasperson e Paul Slovic (2003), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press.

Ponte, Cristina (2004), *Leitura das Notícias. Contributos para Uma Análise do Discurso Jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte.

Ponte, Cristina (2007), “Noticiando Riscos – A Intervenção dos Media na Construção de Risco(s)”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 38, Pg. 239-248.

Poumadère, Marc e Claire Mays (2003), “The Dynamics of Risk Amplification and Attenuation in Context: a French Case Study”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 209-242.

Poumadère, Marc, Claire Mays, Sophie Le Mer e Russell Blong (2005), “The 2003 Heat Wave in France: Dangerous Climate Change Here and Now”, *Risk Analysis*, 25 (6), Pg. 1483-1494.

Price, Vincent e David Tewksbury (1997), “News Values and Public Opinion: a Theoretical Account of Media Priming and Framing”, em George Barnett e Franklin Boster (org.), *Progress in Communication Sciences: Advances in Persuasion*, 13. Greenwich, Ablex, Pg. 173-212.

Princen, Sebastiaan e Mark Rhinard (2006), “Crashing and Creeping: Agenda-Setting Dynamics in the European Union”, *Journal of European Policy*, 13 (7), Pg. 1119-1132.

Ramonet, Ignacio (1998/1999), *A Tirania da Comunicação*, Lisboa, Campo das Letras.

Raso, Pablo López (2006), “La Aplicación del Método Iconológico en el Análise de la Imagen Fotoperiodística”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La comunicación en Situaciones de Crisis: Del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 75-84.

Rayner, Steve (1988), “Muddling through Metaphors to Maturity: A Commentary on Kasperson *et al* ‘The Social Amplification of Risk’”, *Risk Analysis*, 8 (2), Pg. 201-204.

Rebello, José (2006), “Prolegómenos à Narrativa Mediática do Acontecimento”, *Trajectos*, 8-9, Pg. 17-27.

Rebello, José (2006b), “Os Acontecimentos Mediáticos como Actos de Palavra”, *Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, Pg. 17-28.

Reich, Zvi (2006), “The Process Model of News Initiative – Sources Lead First, Reports Thereafter”, *Journalism Studies*, 7 (4), Pg. 497-517.

Reen, Ortwin (1998), “The Role of Risk Communication and Public Dialogue for Improving Risk Management”, *Risk, Decision and Policy*, 3 (1), Pg. 5-30.

Reen, Ortwin (1992), “The Social Arena Concept of Risk Debates”, em Sheldon Krismky e Dominic Golding (org.), *Social Theories of Risk*, Westport, Praeger, Pg. 179-196.

Renn, Ortwin (2003), “Social Amplification of Risk in Participation: Two Case Studies”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 374-401.

Rip, Arie (1988), “Should Social Amplification of Risk Be Counteracted?”, *Risk Analysis*, 8 (2), Pg. 193-197.

Roche, John e Marc Muskavitch (2003), “Limited Precision in Print Media – Communication of West Nile Virus Risks”, *Science Communication*, 24 (3), Pg. 353-365.

Rock, Paul (1981), “News as Eternal Recurrence”, em Stanley Cohen e Jock Young (org.), *The Manufacture of News: Deviance, Social Problems and the Mass Media*, London, Constable, Pg. 64-70.

Rodrigues, Adriano Duarte (1988/1993), “O Acontecimento”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 27-33.

Rodrigues dos Santos, José (2003), *A Verdade da Guerra*, Lisboa, Gradiva.

Rogers, Everett, James Dearing e Dorine Bregman (1993), “The Anatomy of Agenda Setting Research”, *Journal of Communication*, 43 (2), Pg. 68-84.

Rosa, Eugene (2003), “The Logical Structure of the Social Amplification of Risk Framework (SARF): Metatheoretical Foundations and Policy Implications”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 47-79.

Rose, Chris (1998), *The Turning on the Spar*, Londres, Greenpeace.

Saltiel, John e Joseph Woelfel (1975), “Inertia in Cognitive Processes: The Role of Accumulated Information in Attitude Change”, *Human Communication Research*, 1 (4), Pg. 333-344.

Samaan, Gina, Mahomed Patel, Babatunde Olowokure, Maria Roces e Hitoshi Oshitani (2005), “Rumor Surveillance and Avian Influenza H5N1”, *Emerging Infectious Diseases*, 11 (3), Pg. 463-466.

Sanitt, Nigel (2007), “Comunicação da Ciência – Pontes do Pensamento”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 38, Pg. 57-64.

Santiago, Daniela (2006), *O Reconforto da Televisão – Uma Visão Diferente sobre a Tragédia de Entre-os-Rios*, Coimbra, Minerva.

Santiago, Mar de (2006), “La Dimensión Mediática en Una Situación de Catástrofe y Crisis: Opinión Pública y Movilización Social”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La Comunicación en Situaciones de Crisis: Del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 361-379.

Santos, Rogério (1997), *A Negociação entre Fontes e Jornalistas*, Coimbra, Minerva.

Santos, Rogério (2003), *Jornalistas e Fontes de Informação – A Sua Relação na Perspectiva da Sociologia do Jornalismo*, Coimbra, Minerva.

Santos, Rogério (2006), *A Fonte não Quis Revelar*, Porto, Campo das Letras.

Scheufele, Dietram (1999), “Framing as a Theory of Media Effects”, *Journal of Communication*, 49 (4), Pg. 103-122.

Scheufele, Dietram (2000), “Agenda-Setting, Priming and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication”, *Mass Communication & Society*, 3 (2-3), Pg. 297-316.

Scheufele, Dietram e David Tewksbury (2007), “Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models”, *Journal of Communication*, 57 (1), Pg. 9-20.

Schlesinger, Philip (1977/1993), “Os Jornalistas e a Sua Máquina do Tempo”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 177-190.

Schlesinger, Philip (1990), “Rethinking the Sociology of Journalism: Source Strategies and the Limits of Media Centrism”, em Marjorie Ferguson (org.), *Public Communication: The New Imperatives*, Londres, Sage, Pg. 61-83.

Schlesinger, Philip e Howard Tumber (1994), *Reporting Crime*, Oxford, Clarendon Press.

Schmidt, Luísa (2003), *Ambiente no Ecrã: Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Schmidt, Luísa e Susana Valente (2004), “Factos e Opiniões: Uma Abordagem Transnacional ao Desenvolvimento Sustentável”, em Maria Luísa, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses – Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Pg. 21-77.

Schudson, Michael (1978), *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*, Nova Iorque, Basic Books.

Schudson, Michael (1982/1993), “A Política da Forma Narrativa: A Emergência de Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 278-293.

Schudson, Michael (1989) “The Sociology of News Production”, *Media, Culture, Society*, 11 (3), Pg. 263-282.

Schudson, Michael (1995), *The Power of News*, Cambridge, Harvard University Press.

Schudson, Michael (2001), “The Objectivity Norm in American Journalism”, *Journalism*, 2 (2), Pg. 149-170.

Schudson, Michael (2005), “Autonomy from What?”, em Rodney Benson e Erik Neveu (org.), *Bourdieu and the Journalistic Field*, Cambridge, Polity Press, Pg. 214-223.

Schudson, Michael (2005), “Four Approaches to the Sociology of News”, em James Curran e Michael Gurevitch (org.), *Mass Media and Society*, Londres, Hodder Arnold, Pg. 172-197.

Serrano, Estrela (2005), “Padrões Jornalísticos na Cobertura de Eleições”, *Media & Jornalismo*, 6, Pg. 111-122.

Shannon, Claude (1948), “A Mathematical Theory of Communication”, *The Bell Technical Journal*, 27, Pg. 379-423 e 623-656.

Shaw, Donald e Maxwell McCombs (1997), *The Emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press*, St. Paul, West.

Sheafer, Tamir e Gabriel Weimann (2005), “Agenda Building, Agenda Setting, Priming, Individual Voting Intentions and the Aggregate Results: An Analysis of Four Israeli Elections”, *Journal of Communication*, 55 (2), Pg. 347-365.

Shoemaker, Pamela (2010), “Uma Teoria sobre as Notícias”, em Joel Frederico da Silveira e Pamela Shoemaker (org.), *Telejornais em Exame*, Lisboa, Colibri, Pg. 23-38.

Short, James (1984), “The 1984 Presidential Address: The Social Fabric of Risk”, *American Sociological Review*, 49 (6), Pg. 711-725.

Sigal, Leon (1973), *Reporters and Officials*, Lexington, Lexington Books.

Sigal, Leon (1986), “Who? Sources Make the News”, em Robert Manoff e Michael Schudson (org.), *Reading the News*, Nova Iorque, Pantheon Books, Pg. 9-37.

Silva, Pedro Alcântara e Hugo Mendes (2009), “Valores Sociais: Família, Política e Ciência”, em José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Pg. 169-211.

Slovic, Paul (1992), “Perception of Risk: Reflections on the Psychometric Paradigm”, em Sheldon Krismky e Dominic Golding (org.), *Social Theories of Risk*, Westport, Praeger, Pg. 117-152.

Smyth, Willie (1986), “Challenger Jokes and the Humor of Disaster”, *Western Folklore*, 45 (4), Pg. 243-260.

Snow, David e Robert Benford (1988), “Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization”, *International Social Movement Research*, 1, Pg. 197-219.

Sobral, José Manuel, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira Sousa (2009), *A Pandemia Esquecida – Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Sobral, José Manuel, Paulo Silveira Sousa, Maria Luísa Lima e Paula Castro, Paula (2009b), “Perante a Pneumónica: a Pandemia e as Respostas das Autoridades e dos Agentes Políticos em Portugal (1918-199)”, em José Manuel Sobral, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira Sousa (org.), *A Pandemia Esquecida – Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Pg. 63-91.

Solesbury, William (1976), “The Environmental Agenda”, *Public Administration*, 54, Pg. 379-397.

Soloski, John (1989/1993), “O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 91-100.

Sonnet, John (2010), “Climates of Risk: A Field Analysis of Global Climate Change in US Media Discourse, 1997-2004”, *Public Understanding of Science*, 19 (6), Pg. 698-716.

Sousa, Jorge Pedro (2004), *Forças por trás das Câmaras – Uma Perspectiva sobre a História do Fotorjournalismo das Origens até ao Final do Século XX*, Coimbra, Minerva.

Sousa, Jorge Pedro (2008), “A Teoria do Agendamento e as Responsabilidades do Jornalista Ambiental: Uma Perspectiva Ibérica”, em José Marques de Melo (org.), *Mídia, Ecologia e Sociedade*, São Paulo, INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Pg. 65-112.

Sousa Santos, Boaventura (2000), *A Crítica da Razão Indolente*, Porto, Afrontamento.

Strydom, Piet (2002), *Risk, Environment and Society*, Buckingham, Open University Press.

Subtil, Filipa (2006), “A Comunicação entre a Utopia e a Tecnocracia: Para Uma Fundamentação Teórica das Tecnologias da Informação”, *Análise Social*, XLI, 181, Pg. 1075-1093.

Szerszynski, Bronislaw, Scott Lash e Brian Wynne (1996), “Introduction: Ecology, Realism and the Social Sciences”, em Scott Lash, Bronislaw Szerszynski e Brian Wynne (org.), *Risk, Environment & Modernity*, Londres, Sage, Pg. 1-26.

Teijeiro, Ariadna Rodríguez (2006), “Los Médios de Comunicación como Formadores de Opinión: Análisis de la Opinión Publicada en el Caso *Prestige*”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La Comunicación en Situaciones de Crisis: Del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 381-389.

Tichenor, Phillip, George Donohue e Clarice Olien (1970/2002), “O Fluxo dos Meios de Comunicação de Massa e o Crescimento Diferencial do Conhecimento”, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 79-90.

Traquina, Nelson (1988/1993), “*As Notícias*”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 167-176.

Traquina, Nelson (1993), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega.

Traquina, Nelson (2002), *O Que É Jornalismo*, Lisboa, Quimera.

Tsakona, Villy (2009), “Language and Image Interaction in Cartoons: Towards a Multimodal Theory of Humor”, *Journal of Pragmatics*, 41 (6), Pg. 1171-1188.

Tuchman, Gaye (1972/1993), “A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 74-90.

Tuchman, Gaye (1978/2002), “As Notícias como Uma Realidade Construída”, em João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte e CIMJ, Pg. 91-103.

Tuchman, Gaye (1978b), *A Study in the Construction of Reality*, Nova Iorque, The Free Press.

Tuchman, Gaye (1978c), *Making News*, Nova Iorque, The Free Press.

Tunstall, Jeremy (1971), *Journalists at Work*, Londres, Constable.

Tunstall, Jeremy (2007), *The Media Were American. U.S. Mass Media in Decline*, Nova Iorque, Oxford University Press.

Turner, Barry (1978), *Man-Made Disasters: The Failure of Foresight*, Londres, Wykeham.

Tversky, Amos (1990), “The Psychology of Risk”, em William Sharpe (org.), *Quantifying the Market Risk Premium Phenomenon for Investment Decision Making*. Charlottesville, The Institute of Chartered Financial Analysts, Pg. 73-77.

Ungar, Sheldon (1988), “Hot Crises and Media Reassurance: A Comparison of Emerging Diseases and Ebola Zaire”, *British Journal of Sociology*, 49 (1), Pg. 36-56.

Ungar, Sheldon (2001), “Moral Panic versus the Risk Society: the Implications of the Changing Sites of Social Anxiety”, *British Journal of Sociology*, 52 (2), Pg. 271-291.

Ungar, Sheldon (2008), “Global Bird Flu Communication. Hot Crisis and Media Reassurance”, *Science Communication*, 29 (4), Pg. 472-497.

Vala, Jorge (1990), “A Análise de Conteúdo”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Afrontamento, Pg. 101-128.

Valencia, Juan Manuel Corbacho e José Ruas Araújo (s/d), *La Comunicación de Crisis, el Caso del Prestige*, Não publicado.

Vallone, Robert, Lee Ross e Mark Lepper (1985), “The Hostile Media Phenomenon: Biased Perception and Perceptions of Media Bias in Coverage of the Beirut Massacre”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (3), Pg. 577-585.

Van Dijk, Teun (1988), “Semantics of a Press Panic. The Tamil ‘Invasion’”, *European Journal of Communication*, 3 (2), Pg. 167-187.

Van Dijk, Teun (1991), *Racism and the Press*, Londres, Routledge.

Van Trigt, Anke, Lolkje T.W. de Jong-van den Berg, Flora M. Haaijer-Ruskamp, Jaap Willems e Theo F.J. Tromp (1994), “Journalists and Their Sources of Ideas and Information on Medicines”, *Social Science & Medicine*, 38 (4), Pg. 637-643.

Vasterman, Peter (2005), “Media Hype. Self-Reinforcing News Waves, Journalistic Standards and the Construction of Social Problems”, *European Journal of Communication*, 20 (4), Pg. 508-530.

Vaughan, Diane (1992), “Regulating Risk: Implications of the Challenger Accident”, em James Short e Lee Clarke (org.), *Organizations, Uncertainties, and Risk*, Boulder, Westview, Pg. 235-254.

Vicente, Miguel (2006), “El Tratamiento Televisivo de la Catástrofe del *Prestige*: Cuatro Encuadres para Una Crisis”, em Alfonso Vara, Jordi Virgili, Elea Giménez e Montserrat Díaz (org.), *La Comunicación en Situaciones de Crisis: Del 11-M al 14-M*. EUNSA, Pamplona, Pg. 349-360.

Watt, James, Mary Mazza e Leslie Snyder (1992), “Remembrance of Coverage Past: Agenda-Setting Effects of Television News Coverage and the Effects Decay Curve”, apresentado na Association for Education in Journalism and Mass Communication, Communication Theory and Methodology Division, Agosto de 1992. Consultado em Março de 2008 em:

<http://eric.ed.gov/ERICWebPortal/contentdelivery/servlet/ERICServlet?accno=ED356515>

Weaver, David, Maxwell McCombs e Charles Spellman (1975/2000), “Watergate e os Media – Análise de Um Caso de Agendamento”, em Nelson Traquina (org.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*, Coimbra, Minerva, Pg. 63-76.

Weaver, David, Doris Graber, Maxwell McCombs e Chaim Eyal (1981), *Media Agenda-Setting in a Presidential Election: Issues, Images and Interest*, Nova Iorque, Praeger.

Weaver, David, Jian-Hua Zhu e Lars Willnat (1992), “The Bridging Function of Interpersonal Communication in Agenda-Setting”, *Journalism Quarterly*, 69 (4), Pg. 856-867.

White, David Manning (1950/1993), “O Gatekeeper: Uma Análise de Caso na Seleção de Notícias”, em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, Pg. 142-151.

Wiedemann, Peter, Martin Clauberg e Holger Schütz (2003), “Understanding Amplification of Complex Risk Issues: The Risk Story Model Applied to the EMF Case”, em Nick Pidgeon, Roger Kasperson e Paul Slovic (org.), *The Social Amplification of Risk*, Cambridge, Cambridge University Press, Pg. 286-301.

Wildavsky, Aaron (1994), *But Is It True? The Relationship Between Knowledge and Action in the Great Environmental and Safety Issues our Our Times*, Chicago, University of Chicago Press.

Wilkins, Lee e Philip Patterson (1987), “Risk Analysis and the Construction of News”, *Journal of Communication*, 37 (3), Pg. 80-92.

Williams, Rhys (1995), “Constructing the Public Good: Social Movements and Cultural Resources”, *Social Problems* 42 (1), Pg. 124-144.

Wilson, Alexander (1992), *The Culture of Nature: North American Landscape From Disney to the Exxon Valdez*, Oxford, Blackwell.

Winner, Langdon (1986), *The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology*, Chicago, University of Chicago Press.

Winter, James e Chaim Eyal (1981), “Agenda-Setting for the Civil Rights Issue”, *Public Opinion Quarterly*, 45 (3), Pg. 376-383.

Wolf, Mauro (1985/1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Presença.

Wolfsfeld, Gadi (1997), *Media and Political Conflict – News From the Middle East*, Cambridge, Cambridge University Press.

Wynne, Brian (1996), “May the Sheep Safely Graze? A Reflexive View of the Expert-Lay Knowledge Divide”, em Scott Lash, Bronislaw Szerszynski e Brian Wynne (org.), *Risk, Environment & Modernity*, Londres, Sage, Pg. 44-83.

Yin, Robert (1984/2005), *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*, Porto Alegre, Bookman.

Zelizer, Barbie (2004), *Taking Journalism Seriously: News and the Academy*, Londres, Sage.

Zelizer, Barbie (2005), “The Culture of Journalism”, em James Curran e Michael Gurevitch (org.), *Mass Media and Society*, Londres, Hodder Arnold, Pg. 198-214.

Zucker, Harold (1978), "The Variable Nature of News Media Influence", em Brent Ruben (org.), *Communication Yearbook 2*, New Brunswick, Transaction-International Communication Association, Pg. 225-240.

ANEXO A

GRELHA DE ANÁLISE DE NOTÍCIAS SOBRE O *PRESTIGE*

Indicadores formais

1. **Número de peças por edição/dia** (chamadas de capa, notícias, colunas ou outros).
2. **Menção na primeira página** (sim ou não).
 - 2.1 **Título principal** (sim ou não).
 - 2.2 **Com ou sem fotografia?**
 - 2.3 **Destaque na contracapa?**
3. **Dimensão diária dos blocos** (soma da área ocupada por todos os blocos na edição – em cm²)
4. **Géneros jornalísticos** (notícia, notícia breve, opinião, reportagem, crónica, entrevista ou humor)
5. **Assinatura** (colectiva, individual ou agências); **Origem dos materiais jornalísticos** (correspondente em Espanha; enviado-especial; redacção em Lisboa; ou agência noticiosa).
6. **Editoria que tratou os blocos noticiosos** (Sociedade; Nacional; Internacional; Ciência...)
7. **Referências ao tema nos suplementos temáticos dos jornais** (Economia; Viagens; Cultura...)

Indicadores de conteúdo

8. **Tipo de fontes referidas** (instituições e personalidades; fontes oficiais, não oficiais, anónimas ou outras).
 - 8.1 **Fontes oficiais, não oficiais, anónimas, outras...**
9. **Campo de actividade das fontes referenciadas** (Política, Marinha, Economia, Ciência, Jornalismo...)
10. **Tipo de enquadramento** (factos sobre o desastre; limpeza ou resposta; impactes ambientais; impactes humanos e económicos; demonstrações ou protestos em massa; abusos dos media; relações internacionais e medidas regulamentares; aspectos legais ou jurídicos).
11. **Preocupação nacional, “nós e eles”, Nimby** (sim ou não).

12. **Fases da cobertura** (descrição; definição de culpados; impactes do acidente; generalizações do caso; soluções e punições).
13. **Incidentes duplicados** (referências a outros casos de transporte marítimo, como os do navio *Nestor C* e a embarcação de Aveiro).
14. **Reflexos da polémica científica** (referências a vozes científicas discordantes? Referido o conflito entre poder político e científico em Espanha).
15. **Marcas de tabloidização** – privilégio da cobertura visual, histórias de interesse humano, focagem nas consequências imediatas para o quotidiano, directos na televisão; numeralização; linguísticos.

Indicadores de risco

16. **Moralidade implícita** (a culpa é do armador; da tripulação; da economia à base de combustíveis fósseis (do transporte marítimo perigoso); do destino; do destino/mau tempo; do poder político; do governo espanhol; da União Europeia; dos ambientalistas).
17. **Semântica do pânico** (palavras ou expressões de dramatização).
18. **Paradigmas da comunicação de crise** (autoridades asseguram que não haverá problemas? Autoridades reconhecem incerteza e expressam o desafio tecnológico pela frente? Referência a impactes menos graves de acidentes anteriores? Preparação futura para evitar novos incidentes; Autoridades reconhecem responsabilidade total).

Indicadores de ilustração

19. **Iconografia** (sim ou não) Fotografia/mapa/gráfico/infografia.
20. **Descrição das imagens** (imagem do navio; espécies afectadas por crude; recolha de crude nas praias; voluntários no seu equipamento de salvamento; outras...).
21. **Níveis de fotografia** – formal, simbólico e sintético.
22. **Conotação das imagens como “metáforas da ameaça”** – Reforço, atenuamento ou contrariedade.

Indicador de humor

23. **Modo semiótico de produção do humor** – verbal, visual ou misto.

24. Função do bloco humorístico – alívio, incongruência superioridade, denúncia, apelo à acção ou crítica dos media.

ANEXO B

GRELHA DE ANÁLISE DE NOTÍCIAS SOBRE A GRIPE A (JORNAIS)

Indicadores formais

1. **Número de blocos por edição/dia** (chamadas de capa, notícias, colunas ou outros).
2. **Menção na capa** (sim ou não).
- 2.1 **Título principal** (sim ou não).
3. **Dimensão diária dos blocos** (soma da área ocupada por todos os blocos na edição – em cm²).
4. **Géneros jornalísticos** (notícia, notícia breve, síntese, opinião, reportagem, crónica, entrevista ou humor).
5. **Assinatura** (colectiva, individual ou agências).
6. **Origem dos materiais jornalísticos** (correspondente; enviado-especial; redacção; ou agência noticiosa).
7. **Editoria que tratou os blocos noticiosos** (Sociedade; Nacional; Internacional; Ciência...).
8. **Referências ao tema nos suplementos temáticos dos jornais** (Economia; Viagens; Cultura...).

Indicadores de conteúdo

9. **Tipo de fontes referidas** (instituições e personalidades; fontes oficiais, não oficiais, anónimas ou outras).
10. **Campo de actividade das fontes referenciadas** (Política, Economia, Ciência, Jornalismo...).
11. **Geografia da crise** (região onde se desenrola a acção).
12. **Designação do problema** (Gripe mexicana, gripe suína, gripe A, H1N1).
13. **Quantificação da pandemia** (sim ou não).
- 13.1 **Os números são contrariados?** (sim ou não).
14. **Tipo de enquadramento** (epidemiologia do vírus (severidade, causas, história); discriminação (México/suicultura...); reacções governamentais; relatos da disseminação global do vírus; reacções das organizações de saúde pós-infecção; impactes na economia e no quotidiano; vacinação; resistência à

vacinação; acusações de excesso mediático; acusações de despesismo; utilização da pandemia como muleta discursiva).

15. **Preocupação nacional, “nós e eles”, Nimby** (sim ou não).
16. **Fases da cobertura** (preparação; descrição; definição de culpados; impactes; generalizações do caso; respostas; balanços).
17. **Incidentes duplicados** (referências a outros casos de epidemias, como a pneumonia atípica ou a gripe das aves).
18. **Reflexos da polémica científica** (referências a vozes científicas discordantes com a estratégia da Direcção-Geral da Saúde ou da Organização Mundial de Saúde).
19. **Marcas de tabloidização** – privilégio da cobertura visual, histórias de interesse humano, focagem nas consequências imediatas para o quotidiano.

Indicadores de risco

20. **Moralidade implícita** (a culpa é do destino; das empresas farmacêuticas; do modelo humano de desenvolvimento; do poder político; dos médicos; dos doentes).
21. **Semântica do pânico** (palavras ou expressões de dramatização).
22. **Paradigmas da comunicação de crise** (autoridades reconhecem incerteza; autoridades esclarecem sintomatologia; autoridades mostram-se preparadas; autoridades reconhecem erros; expressam o desafio tecnológico pela frente? referência a impactes menos graves de epidemias anteriores; outras...).

Indicadores de ilustração

23. **Iconografia** (sim ou não) Fotografia/mapa/gráfico/infografia.
24. **Descrição das imagens** (doentes com máscaras; médicos e outros agentes com máscaras; o vírus; medicamentos; vacinação; outras...).
25. **Níveis de imagem** – formal, simbólico e sintético.
26. **Conotação das imagens como “metáforas da ameaça”** – reforço, atenuamento ou contrariedade.

Indicador de humor

27. **Modo semiótico de produção do humor** – verbal, visual ou misto.

28. Função do bloco humorístico – alívio, incongruência superioridade, denúncia, apelo à acção ou crítica dos media.

ANEXO C

GRELHA DE ANÁLISE DE NOTÍCIAS SOBRE A GRIPE A (TELEVISÃO)

Indicadores formais

1. **Número de blocos por edição/dia.**
2. **Referência na abertura** (sim ou não).
3. **Ordem no noticiário** (posição da notícia na grelha do noticiário).
4. **Duração diária dos blocos** (soma dos minutos de difusão).
5. **Géneros jornalísticos** (notícia, opinião, reportagem ou entrevista).
6. **Origem dos materiais jornalísticos** (correspondente; enviado-especial; redacção; ou agência noticiosa).
7. **Referência no oráculo** (sim ou não).
- 7.1 **Descrição da mensagem.**

Indicadores de conteúdo

8. **Tipo de fontes referidas** (instituições e personalidades; fontes oficiais, não oficiais, anónimas ou outras).
9. **Campo de actividade das fontes referenciadas** (Política, Economia, Ciência, Jornalismo...).
10. **Geografia da crise** (região onde se desenrola a acção).
11. **Designação do problema** (gripe mexicana, gripe suína, gripe A, H1N1).
12. **Quantificação da pandemia** (no *lead*, no texto, no oráculo).
- 12.1 **Os números são contrariados?** (sim ou não).
13. **Tipo de enquadramento** (epidemiologia do vírus (severidade, causas, história); discriminação (México/Suicultura...); reacções governamentais; relatos da disseminação global do vírus; reacções das organizações de saúde pós-infecção; impactes na economia e no quotidiano; vacinação; resistência à vacinação; acusações de excesso mediático; acusações de despesismo).
14. **Preocupação nacional**, “nós e eles”, Nimby (sim ou não).
15. **Fases da cobertura** (preparação; descrição; definição de culpados; impactes; generalizações do caso; respostas; balanços).
16. **Incidentes duplicados** (referências a outros casos de epidemias, como a pneumonia atípica ou a gripe das aves).

17. Reflexos da polémica científica (referências a vozes científicas discordantes com a estratégia da Direcção-Geral da Saúde ou da Organização Mundial de Saúde).

18. Marcas de tabloidização – privilégio da cobertura visual, histórias de interesse humano, focagem nas consequências imediatas para o quotidiano; intervenções em directo.

Indicadores de risco

19. Moralidade implícita (a culpa é do destino; das empresas farmacêuticas; do modelo humano de desenvolvimento; do poder político; dos médicos; dos doentes).

20. Semântica do pânico (palavras ou expressões de dramatização).

21. Paradigmas da comunicação de crise (autoridades reconhecem incerteza? Expressam o desafio tecnológico pela frente? Referência a impactes menos graves de epidemias anteriores? Outras?)

Indicadores de ilustração

22. Iconografia (sim ou não) Fotografia/mapa/gráfico/infografia.

23. Descrição das imagens (doentes com máscaras; médicos e outros agentes com máscaras; o vírus; medicamentos; vacinação; outras...).

24. Níveis de imagem – formal, simbólico e sintético.

25. Conotação das imagens como “metáforas da ameaça” – reforço, atenuamento ou contrariedade.

ANEXO D

ENTREVISTA COM O VICE-ALMIRANTE AUGUSTO EZEQUIEL

Director técnico do Instituto Hidrográfico em 2002-2003

(realizada em Novembro de 2010)

Na análise de conteúdo promovida no âmbito deste trabalho, as personalidades da Marinha foram das mais proeminentes ao longo da cobertura noticiosa do naufrágio do *Prestige*, ao contrário por exemplo do que sucedeu na imprensa espanhola. Surpreende-o?

Do meu ponto de vista, não é uma surpresa. Defendo que, numa situação de gestão de crise (e não necessariamente apenas nas crises provocadas por acidentes ou que impliquem a presença das forças armadas), sob grande pressão dos órgãos de comunicação social e da opinião pública, deverá ser exactamente alguém da área técnica a gerir a comunicação e não um mero especialista em relações públicas. Estará mais à vontade se for confrontado com questões técnicas e, por outro lado, os interlocutores atribuem a essa informação uma credibilidade diferente.

De que forma se tornou o porta-voz do gabinete de crise da Marinha?

Creio que passei para a frente da gestão noticiosa deste caso por causa da minha actuação no caso do ano anterior, em Entre-os-Rios, que de alguma forma fora apreciada no interior e exterior da Marinha. Não caí propriamente de pára-quedas no caso do *Prestige*, como poderá ter sucedido a alguns rostos do gabinete espanhol de crise. Caso contrário, poderia ter sido de outra maneira. Na verdade, já tinha alguma experiência acumulada, que me dera traquejo e ensinamentos para gerir este tipo de casos.

O vice-almirante foi de facto uma das fontes mais citadas pelos jornais analisados ao longo do primeiro mês e meio de cobertura jornalística. Depois, em Janeiro, praticamente já não foi citado...

Há uma explicação formal para essa situação. Na qualidade de director técnico do Instituto Hidrográfico (IH), fiz parte do gabinete de crise que se montou dias depois do pedido de socorro do navio. Acompanhámos as operações de resgate e depois as deslocações das manchas de fuelóleo até final do mês de Dezembro, quando se tornou evidente que o processo passaria a ser decidido entre Espanha e França. Poucos dias

depois, a 6 de Janeiro de 2003, foi decidido que a comunicação passaria para as relações públicas da Marinha, como aliás costuma ser na abordagem mais normal dos temas de actualidade. Creio que essa passagem de testemunho foi um sinal para os órgãos de comunicação social no sentido de que o problema já não era tão agudo e estaria normalizado dentro da anormalidade.

Nos três primeiros dias de cobertura jornalística, à excepção de uma fonte do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente que refere aos jornais no dia 17/11 que o Centro Internacional de Luta contra a Poluição do Atlântico Norte (CILPAN) estava a acompanhar o caso, a Marinha não pareceu ter tomado logo conta da ocorrência. Pelo menos, aos olhos dos jornalistas.

Não concordo. Pela minha memória, a primeira notícia sobre o caso provém da TVI no dia 13 de Novembro, quando o navio emitiu um pedido de socorro. Nessa altura, já estávamos a acompanhar o caso, como acontece com qualquer outra situação desse tipo em águas próximas das portuguesas.

Naquele mês, o IH estava a desenvolver a sua actividade normal no domínio da oceanografia. Recebemos entretanto a informação de que algo estava a acontecer. Recordo que, na quinta-feira (dia 14), nada indicava que o desfecho seria aquele. Parecia apenas um navio em apuros. Mas começámos a acompanhar o caso. Entretanto, alguém passou para a opinião pública a informação de que o IH estava a acompanhar a situação. Mal se soube, a TVI pediu à Marinha para fazer filmagens no IH e, logo nesse domingo (dia 16), montou arraiais no Instituto e difundiu dali a sua informação. Creio que os jornalistas procuravam uma instituição ou um conjunto de pessoas que pudessem servir de porta-vozes qualificados para fornecer informação e enquadramento. Fomos nós.

E depois?

Pouco antes de o navio partir [no dia 19], o Ministério da Defesa Nacional, ao qual o IH está vinculado e que era na altura tutelado por Paulo Portas, criou um gabinete de crise. Parecia então provável que o petroleiro afundasse e de facto aconteceu. Achou-se por bem que, como o IH já tinha um rosto conhecido e já estava definido como credível, fosse o interlocutor da Marinha para a comunicação com os media.

Exactamente em que momento foi criado esse gabinete de crise?

Logo no primeiro fim-de-semana.

Disse há pouco que não caiu de pára-quadras neste caso. Essa experiência acumulada de gestão de crise e de comunicação com os media foi relevante?

Absolutamente. Recordo que a minha experiência não vinha só do caso de Entre-os-Rios, embora a forte pressão jornalística me tivesse tornado uma das caras públicas desse caso. Aprendi muito nesses 35 dias no Douro. Mas também já estivera envolvido na localização da embarcação de pesca *Alamar*, que naufragara ao largo de Tavira em Janeiro de 2001 com dois pescadores a bordo. E percebia razoavelmente a necessidade de conciliar o direito do público e dos media à informação com o direito dos familiares à privacidade e ao respeito e com o nosso próprio direito a proceder às buscas com profissionalismo e bom senso.

Creio que em acidentes com grande impacte tem de se identificar logo à partida quais são os grupos com interesses no caso – jornalistas, familiares, grupos económicos lesados, ambientalistas, cientistas e por aí fora. E tem de se alimentar vários canais de difusão, respondendo às necessidades de cada meio, preparando regularmente vários elementos gráficos (para satisfazer os jornais e as televisões) e numéricos porque os jornalistas precisam de números para a sua actividade.

Às vezes, os números não querem dizer nada. Em Entre-os-Rios, perguntavam-me quantos bombeiros ali estavam? Quantos cães? Números inúteis para mim, mas úteis para eles.

Ainda por cima, no caso concreto do *Prestige*, o local onde o acidente estava em curso era inacessível para os media, que dependiam dos vossos suportes visuais?

Até a mancha de fuelóleo chegar a terra, sim. Tivemos de alimentar com quadros e mapas as televisões e os jornais até porque a principal notícia durante duas semanas era a distância das manchas em relação à costa. Deixe-me fazer um *flashback* para contar uma história ocorrida em Entre-os-Rios. Quando lá cheguei, vi uma situação desesperada e percebi imediatamente como era difícil explicar aos familiares afligidos e aos jornalistas pressionados a dificuldade do nosso trabalho para encontrar corpos sob um clima difícil, um rio sujo, com correntes e lamas. Ainda estávamos a chegar e já queriam que eu dissesse quando seria encontrado o autocarro e os três veículos que

caíram ao Douro! Não funciona assim. É preciso montar o equipamento e é preciso perceber que o equipamento não foi concebido para trabalhar naquelas condições.

Decidimos então que, em cada saída para o rio, transportaríamos um membro dos familiares afectados e um representante dos jornalistas – normalmente, de imagem, mas também levámos jornalistas “de caneta” e de rádio – para que eles percebessem, *in loco*, a dureza da tarefa. E funcionou.

A que nível?

Antes de largarmos, dávamos *briefings* de segurança – não exagerados, mas também sem paninhos quentes. Queríamos que eles percebessem o risco de cada saída, como se podia cair ao rio, o risco das correntes... E eles ganharam respeito por aquilo que fazíamos e pelos *timings* do nosso trabalho.

Por isso, quando os “peritos de bancada”, como eu designo os comentadores de estúdio ou de jornal, discutiam no espaço público o que se devia fazer e como se devia actuar, eram essas próprias pessoas – os familiares e os jornalistas – a desmontar a argumentação fácil e a chamar a atenção para a dificuldade do trabalho.

Conseguiu aplicar essa estratégia no caso do *Prestige*?

Neste caso do *Prestige*, toda a gente ouvia falar da mancha mas ninguém a via. Ela estava no mar-alto, inacessível para os jornalistas. Havia “peritos de bancada”, com opiniões para todos os gostos; havia os cientistas, alguns dos quais querendo contribuir e outros procurando aproveitar a ocasião para expor os méritos dos seus próprios modelos. Recordo-me de uma equipa americana que sugeriu que o derrame atravessaria o Atlântico e lhes viria bater à porta! Um cientista português também disse logo que o derrame não viria para a Península Ibérica, iria para norte. Enfim, havia muita informação contraditória.

A isso, nós dizíamos apenas: atenção, quem está no terreno somos nós. Somos nós que temos os elementos oceanográficos completos, os equipamentos para as medições e – muito importante – o conhecimento adquirido em Entre-os-Rios sobre o peso das correntes na deslocação de águas. Nós tínhamos modelos que analisavam o transporte das manchas e que integravam os valores da ondulação e dos ventos na previsão. Quando inseríamos dados sobre as correntes, estas modificavam por completo o cenário. Foi certamente por isso que os nossos modelos falhavam menos. E os media, tal como a opinião pública, acabaram por confiar naquilo que lhes mostrávamos.

Mas encontrei igualmente modelos que procuravam concorrer com os do IH, sobretudo na televisão, propondo cenários alternativos...

Há sempre. E é preciso saber viver com isso. Conto-lhe uma situação que ocorreu em Entre-os-Rios e teve depois consequências na gestão do caso do *Prestige*. Um hidrobiólogo deduziu a dado momento que o autocarro que caíra ao Douro tinha sido empurrado rio abaixo. Errou, claro. Em 2002, no auge da crise do *Prestige*, houve um directo televisivo no Porto onde estávamos os dois. Pareceu-me que a intenção do canal era confrontar duas maneiras de fazer cenários. Dei a nossa previsão sobre os cenários de deslocação das manchas e, quando chegou a vez dele, ele disse, provavelmente lembrando-se do caso do ano anterior: “Se o comandante Ezequiel disse que são esses os cenários, são esses mesmo!”

Noto que estudou as rotinas dos jornalistas, os seus tiques e as suas necessidades especiais, sobretudo em momentos de crise.

Estudei, sim. Mas não interpreto os jornalistas como inimigos nestas circunstâncias. São parceiros. Em Entre-os-Rios, tive de perceber a dificuldade do trabalho de alguém a quem era pedido para preencher meia hora de directo televisivo. É terrível. Ajudava a dar informação – muitas vezes, irrelevante – porque sabia que isso facilitaria o trabalho deles e o nosso.

Percebi também como posso, num dia, esvaziar as expectativas jornalísticas se for esse o objectivo operacional. Basta começar uma conferência dizendo: “Como tem sido hábito, continuamos a fazer operações no local...” Uma vez, enganaram-se e passaram para o meu auricular o sinal da *régie*. E eu ouvi-os dizer: “Corta, que já não tem interesse!”

A televisão é muito especial. Ou a informação passa nos primeiros sete ou oito segundos ou gera-se a expectativa de que o *briefing* não traz nada de novo. Nesse espaço, a *régie* tenta perceber se o interlocutor vai trazer novidade ou se vai repisar a informação já conhecida. Esse exercício obriga-nos a ser directos e objectivos, logo de início.

Como eram os *briefings* no caso do *Prestige*?

Eram diários, às 16h30, para todos os órgãos de comunicação social. Meia hora antes, a informação era divulgada aos órgãos de Estado, como nos competia. Estávamos

também em alerta para qualquer necessidade de um *briefing* fora de horas. E mostrámos total disponibilidade – naturalmente, com autorização para isso – para participar em qualquer entrevista de estúdio, directo, debate sobre o caso em televisão, em rádio ou jornal. Cheguei a sair de uma estação televisiva para outra.

Muito importante foi também não ceder à tentação de extrapolar a nossa jurisdição e oferecer interpretações excessivas ou fornecer opiniões. Os jornalistas são peritos em arrastar os seus interlocutores para discussões fora da órbita de especialização do visado e é importante saber dizer: “Sobre isso, não comento.”

Não havia informação protegida. Acreditamos em *open information*. Tudo o que tínhamos divulgávamos. É muito importante, sabe? Por um lado, a equidade: dar a todos os órgãos de comunicação as mesmas informações para evitar que alguns se sintam prejudicados. Porque essa é a receita para perder o controlo sobre uma crise. Por outro lado, não mentir. Dar informação correcta e fiável porque, quando se perde credibilidade, já não se recupera.

Como assim?

Repare: se eu optar por mentir e disser que as manchas não estão em águas portuguesas e logo a seguir um navio passar por lá e confirmar que estão, fico descredibilizado. No futuro, tudo o que eu disser será posto em causa. Não quero dizer que disse tudo em todas as circunstâncias. Há ocasiões em que a prudência manda reservar informação, mas omitir não é mentir.

Dê-me um exemplo.

Há um momento paradigmático em Dezembro de 2002 quando se ergueram barreiras nas rias de Vigo para evitar a passagem do fuelóleo. Repare: eu nunca dizia: “As manchas vão chegar a Espanha.” As pessoas é que tinham de interpretar os nossos cenários. Certo dia, às seis horas da madrugada, tudo indicava que as manchas iam entrar em Espanha, precisamente pelas rias – uma área fundamental do ponto de vista ecológico e económico para os marisqueiros locais. Ligou-me o presidente das confrarias de pescas galegas e pediu-me opinião. Eu não me podia comprometer com uma afirmação categórica, mas também não lhe podia dizer que as manchas não chegariam a Espanha. Disse-lhe que, no lugar dele, estaria muito preocupado e procuraria fechar as rias. E de facto eles fizeram-no e conseguiram travar o mal maior.

Não é mentir, mas também não é propriamente “informação aberta”...

Parece-me fundamental definir à partida quem pode falar e o que vai dizer, mas também há que exercer cautela. Em Entre-os-Rios, por exemplo, nunca poderia permitir que os familiares descobrissem em tempo real um corpo a ser içado da água ou que soubessem pela televisão que o autocarro submerso fora localizado. Gerir também é controlar o *timing* da difusão.

Mesmo sob intenso escrutínio jornalístico?

Ninguém está preparado para 300 jornalistas, nem para semanas de ansiedade e *stress*, como os 35 dias que passámos em Entre-os-Rios. Recordo uma ocasião em que um bombeiro disse às televisões, depois de termos descoberto o autocarro, que talvez houvesse mais corpos entre os destroços. Foi o pior que podia ter feito: lançou a dúvida. Pior ainda: rebentou um temporal nos três dias seguintes que não nos deixou mergulhar. No espírito das pessoas e dos jornalistas, pairavam aquelas palavras. Por isso, lhe digo que o *timing* e a exactidão da informação devem ser geridos.

Pressinto que se preparou afincadamente antes de cada *briefing*, de cada comunicação...

Sabe como são as direcções de informação? Muitas vezes, os jornalistas chegaram a fazer-me perguntas incómodas em Entre-os-Rios injectadas pelas direcções de informação e no final pediam desculpa porque tinham sido obrigados a fazê-las. É preciso perceber este mecanismo e não reagir intempestivamente.

É preciso paciência para responder mil vezes à mesma pergunta sem perder a calma, mantendo a pedagogia. Explicar termos náuticos (no caso do *Prestige*, um jornalista confundiu a poita com a póia) sem perder a calma e sem humilhar o visado.

Os jornalistas do *Prestige* eram em menor número e estavam mais bem preparados do que os de Entre-os-Rios. Também não podiam estar em cima das manchas como sucedera no Douro.

Que mais funções tinha o gabinete de crise no Instituto Hidrográfico?

Percebemos a importância de fornecer informação visual e de ter o máximo de informação na Internet. Não estávamos só a dar informação aos media portugueses. A página de Internet foi uma ferramenta útil para eles tirarem dúvidas, para

sistematizar o que dizíamos e para chegarmos além-fronteiras. Aconteceu muitas vezes verem informação no *site* e ligarem-me para tirar dúvidas, para explicar o que aconteceria no cenário 1, 2 ou 3. Isso também é importante: não fornecer apenas um cenário, mas contemplar as várias possibilidades plausíveis.

Fornecíamos também à comunidade científica a informação oceanográfica de última hora, com os nossos dados, para que os cientistas pudessem calibrar os seus próprios modelos e contribuíssem também para a preparação dos cenários.

E por fim tudo o que dissemos, tudo o que mostrámos, todos os nossos cenários foram fornecidos a Espanha, ao Instituto de Oceanografia de Vigo, que tinha assento no gabinete de crise espanhol. Se usavam, ou não, a informação, era um problema deles.

Sente que também errou ao longo do mês e meio de gestão do caso do *Prestige*?

Houve uma ocasião em que um jornal espanhol publicou mal a informação que lhes passámos e fomos questionados, pelo governo de Madrid, sobre a fiabilidade dos nossos dados. Mas prendia-se com uma má interpretação dos nossos dados. Liguei para o jornalista, expliquei-lhe que ele interpretara mal os dados do IH e, ou corrigia, ou deixávamos de estar disponíveis no futuro. E ele corrigiu.

O que nos leva para a questão da credibilidade do IH. Ao longo da cobertura noticiosa, choveram elogios aos modelos do IH e críticas aos mesmos modelos do gabinete de crise espanhol...

Repito: o IH fazia chegar ao gabinete de crise espanhol a informação. O processamento que ali se fazia já não era da nossa responsabilidade. Logo no primeiro ou segundo domingo, o IH até mostrou disponibilidade para receber técnicos espanhóis por cá para podermos partilhar a nossa experiência. Não apareceu nenhum.

Como se ganhou essa credibilidade em Espanha?

Errando pouco. Nós tínhamos a valiosa colaboração da Força Aérea para sobrevoar a zona e observar os locais onde se encontravam as manchas no mar. Davam-nos assim elementos para calibrarmos os nossos modelos. Isso permitiu-nos acompanhar a deslocação, logo após as primeiras manchas saírem do navio, ainda o *Prestige* se debatia à superfície. Ora, foi nessa altura que os primeiros modelos espanhóis falharam claramente.

Há um incidente logo no início do caso a que os espanhóis chamaram “mancha submarina”. A mancha saiu do navio, Espanha disse que ela seguiria numa direcção, nós dissemos que ela seguiria na direcção da costa galega, o que de facto aconteceu. Para salvar a cara, foi dito aos media espanhóis que a mancha que estava a chegar às costas deles era uma mancha submarina, que tinha feito parte do percurso debaixo de água, motivo pelo qual não fora avistada pelos aviões. Não era. As maiores manchas tinham a dimensão de um campo de futebol e uma densidade de tal maneira elevada que quando as aves lhes tocavam ficavam agarradas. Ora, essas manchas não podiam ser submarinas.

Os nossos modelos estatísticos incorporavam os dados reais do dia e gizavam novas projecções com essa realidade em mente. Ao fim de alguns dias, estavam muito mais bem calibrados porque já contavam com esses dados acumulados. Tínhamos também outra vantagem. Adaptámos instrumentos de medição a bóias. De helicóptero, colocámos várias perto das maiores manchas. Essas bóias comunicavam a sua posição por satélite, o que nos permitia saber, mesmo à noite, quando os aviões não podiam voar, onde estavam as manchas. Uma partiu-se, outra foi ter a França e viria a ser devolvida mais tarde, mas as outras funcionaram bem ao longo da operação. Com este método, não perdemos contacto com nenhuma mancha significativa.

Há duas variáveis utilizadas ao longo da cobertura jornalística: por um lado, a distância a que as manchas estavam da ZEE e da costa portuguesa; e outra, o volume de fuelóleo vertido e a bordo do navio. Nos vossos *briefings*, prestava-se informação sobre a distância. Também informavam sobre o volume de fuelóleo vertido?

Não. Julgo que não falávamos desse tema. A nossa preocupação era essencialmente delimitar as áreas onde havia poluição.

A 6 de Dezembro, a Quercus anunciou que as manchas estavam a três quilómetros de Caminha; o Instituto da Conservação da Natureza disse que se tratava de uma ilusão óptica. Como lidavam com essas fontes concorrentes de informação que, por vezes, contrariavam a vossa?

Há um sábado para domingo, em que as manchas chegaram de facto a quatro ou cinco quilómetros da fronteira. Com ventos desfavoráveis, teriam chegado à costa portuguesa. Poderá ter sido esse o momento que refere. Há um fenómeno curioso: a

nossa costa está tradicionalmente exposta a ventos de sudoeste ou de noroeste, mas raramente de norte e sul. Ora, nesses dias de final de Novembro e início de Dezembro, registaram-se regularmente ventos de sul e de norte. A conjugação desses ventos livrou-nos das manchas. A mancha passou muito próximo a 6 de Dezembro, afastou-se, voltou a estar próxima e depois seguiu para a zona do golfo de Biscaia.

Houve um grande esforço das autoridades portuguesas e espanholas para que este acidente não fosse cunhado como maré negra. Porquê?

Conto-lhe um episódio. Certa vez, fui convidado para falar num telejornal da RTP2. Faltavam alguns minutos para a emissão e a Alberta Marques Fernandes estava a treinar o que iria dizer de seguida, mal arrancasse a emissão. E ela disse: “Maré negra chegou a Portugal”. Respondi: “Se vai começar por dizer isso, quando me passar a palavra, eu desminto-a logo. Quando muito, pode dizer: ‘Estão a chegar manchas.’ O termo “maré negra” refere-se à chegada à costa de uma mancha de grande densidade e massa. Não é para ser aplicado a pequenas bolas de fuelóleo perdidas, que entraram na nossa ZEE. Não posso falar pela orientação da tutela ou do chefe de Estado Maior, mas a minha preocupação – sem ter recebido instruções para isso – foi de facto evitar o uso do termo “maré negra” porque ele estava incorrecto para o fenómeno que nos afectava. Os espanhóis, sim, apanharam marés negras.

Mas reconheço que também não me interessava anunciar na televisão uma maré negra porque, no dia seguinte, teria centenas de observadores nas praias, desejosos de avistar a maré negra. E isso não ajudaria os grupos de interesse afectados por esta crise, como o turismo e os pescadores. Recordo que, no gabinete de crise, havia representantes desses ministérios para que pudessem ter acesso imediato a informação que afectasse as respectivas áreas.

Naqueles primeiros dias após o naufrágio, registou-se um conflito diplomático entre Portugal e Espanha sobre o facto de Espanha ter, ou não, empurrado o navio para águas portuguesas, Portugal ter, ou não, barrado, a progressão do mesmo com uma fragata e sobre o facto de essa limitação ter agravado o problema do navio à deriva. O que sucedeu?

Não há dúvida de que as indicações espanholas para o navio foram no sentido de este navegar para sul. Isso é inquestionável. Não questiono o mérito da decisão. Respondo como respondi várias vezes quando me perguntaram se o governo espanhol não era

censurável por ter impedido o navio de fundear na Corunha enquanto este “babava” fuelóleo: Joga na lotaria? Quando joga, aposto que adoraria saber hoje os números que vão ser sorteados amanhã. Qualquer opinião *a posteriori* é influenciada pelo desfecho e não é possível avaliar correctamente uma decisão sabendo o desfecho. Na minha apreciação técnica, creio que, naquela altura, sem o benefício de saber que o navio afundaria dias depois, era muito complicado e um acto de grande coragem económica, ambiental e política se alguém dissesse: este navio entra nas rias e “baba” ali, num ambiente controlado. Era a mesma coisa se eu, com um petroleiro danificado à porta, dissesse que ele entrava no porto de Lisboa para ali ser reparado enquanto vertia. Seria de uma enorme coragem!

Por outro lado, ninguém adivinhou um elemento fundamental: o péssimo tempo que se abateu sobre a Galiza naqueles dias. Houve ondulação fortíssima durante muito tempo, até o navio se afundar. Não foi normal para a nossa região e agravou o desfecho.

Não me respondeu em relação à fragata portuguesa: efectivamente, ela impediu o navio de rumar a sul?

O ministro Paulo Portas instruiu a fragata para que não desse autorização ao navio para entrar na ZEE portuguesa. O navio estava muito mais perto de Espanha do que de Portugal. Não fazia qualquer sentido deslocar-se para cá.

Em Dezembro, surgiram vários duplicados nas notícias — o caso de Entre-os-Rios estava muito fresco na memória, mas também foram evocados precedentes como os naufrágios do *Exxon Valdez* e do *Erika*. Depois, em Dezembro, o navio *Nestor C* teve enormes problemas para atracar e ser reparado quando levava a bordo uma carga não particularmente poluente, o que suscitou mais comparações.

Creio que se vão buscar à história esses exemplos para recuperar boas práticas e lembrar erros cometidos. No caso do *Nestor C*, a minha leitura não é essa. As autoridades estavam alerta para o risco de um naufrágio, percebiam que o navio poderia ter sido reparado sem naufragar em Novembro e, portanto, com prudência, guiaram o navio a Sines e coordenaram a reparação.

No fim de Dezembro, virou-se a página e o IH saiu de cena...

Não faria sentido, a partir do momento em que a situação estava normalizada dentro do anormal e quando as manchas já estavam perto da costa francesa, continuar a pedir esforços às pessoas do IH para acompanhar um problema que estava a afastar-se. Para além disso, as nossas equipas estavam a trabalhar num horário intensivo, sem cobrar horas extraordinárias, desde Novembro até final do ano, entrando às sete horas e saindo à meia-noite. A crise estava controlada e, a 6 de Janeiro, a pasta passou para as relações públicas da Marinha. Logo depois, o *Correio da Manhã* escreveu que já não era o comandante Ezequiel que fazia os *briefings* diários. O IH continuou a colocar na Internet a informação que recolhia, mas já sem o sentido de urgência.

Se o IH e a Marinha saem muito bem na fotografia, o mesmo não sucedeu com o excesso de entusiasmo que norteou a aquisição e operação do *Northern Corona*, um navio contratado que, no fim de Janeiro, limpou apenas 160 toneladas mas custara um ou dois milhões de euros, consoante as estimativas. Sentiu que na relação custo/benefício foi um desperdício?

A contratação desse navio não teve que ver com o IH. Pessoalmente, creio que era necessário contar com um meio naval para a eventualidade de uma das manchas chegar à costa portuguesa. Havia lá outros navios estrangeiros a recolher fuelóleo, num esforço internacional de cooperação, e o que contratámos fazia-o também. Apanhou alguma coisa, mas pouco.

No final de Janeiro, discutia-se se teria valido a pena...

Isso é o mesmo que um indivíduo que paga o seguro do carro todos os anos e chega ao fim da vida, sem acidentes, lamentando todo o dinheiro que gastou. Terá sido? *A posteriori*, poderá parecer excessivo, mas bastava uma daquelas manchas apanhar vento desfavorável e, sem o *Northern Corona*, estariam os “comentadores de bancada” a lamentar o facto de não existirem meios para recolher o fuelóleo.

Anexo E

ENTREVISTA COM RITA SIZA, JORNALISTA DO *PÚBLICO* DESDE 1995

(realizada em Novembro de 2010)

Recorda-se de como foi o seu primeiro contacto com o caso do *Prestige*?

Creio que foi logo no segundo ou terceiro dia após o pedido de socorro. Não tinha ainda uma ideia concreta sobre o que iria acontecer. Ninguém tinha. Recordo que, na Galiza, não havia um comando central nos primeiros dias. Pura e simplesmente, não o tinham. Por isso, começámos por ligar para quartéis de bombeiros, esquadras... para qualquer local que pudesse ter uma percepção sobre o que estava a acontecer. Passaram alguns dias até o governo regional centralizar as operações.

Como se organiza uma redacção quando chega a notícia de um acontecimento inesperado como este? Destaca-se um indivíduo, um grupo ou gere-se dia a dia com pessoas diferentes?

A redacção do Porto ficou desde logo encarregue de gerir o caso em função da proximidade geográfica e cultural que tínhamos com a Galiza. Eu estava na secção de Economia, mas tinha frequentado, juntamente com o Ricardo Garcia [jornalista da redacção de Lisboa], um *workshop* nos EUA sobre áreas costeiras e os seus problemas, apoiado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Nessas sessões, tinha tido preparação não só sobre ameaças de poluição, mas sobre recursos, problemas de ordenamento, jurisdições nas áreas costeiras. E portanto estava à mão de semear para lidar com o caso. Curiosamente, esse *workshop* foi em Nova Orleães e foi-me muito útil mais tarde, quando era correspondente do jornal nos Estados Unidos e fui chamada a relatar o furacão Katrina de 2005 e a maré negra do golfo do México em 2010. Já tinha uma rede de contactos e usei-a.

As primeiras jornalistas que partiram em reportagem para a Galiza vinham da secção do Porto do jornal. Porquê?

Creio que fui a segunda jornalista, depois da Inês Nadais [na verdade, foi a terceira, depois de Ana Peixoto Fernandes e Inês Nadais]. Não lhe sei explicar o processo de decisão. Recordo-me que o primeiro passo – que hoje parece fácil, mas, na altura, não era – foi perceber a dimensão do problema e o potencial que tinha. A Inês Nadais foi enviada para lá mal se previu que o problema não se resumia a um navio em apuros.

Para trás, ficaram as pessoas que tinham algum tipo de contactos úteis – de funcionários ligados a agências do ambiente, das capitánias, de cientistas, de qualquer instituição que pudesse ser útil. Em contrapartida, penso que não se atribuiu uma missão concreta a ninguém para o acompanhamento da evolução política do problema.

Como organizou o seu trabalho ao chegar à zona do acidente?

Não foi fácil. Recordo-me de uma grande balbúrdia. Os primeiros a chegar às praias tinham sido os voluntários que queriam colaborar na limpeza das aves. Por isso, foi com eles que começámos a reportagem. Curiosamente, passávamos os contactos destas pessoas aos repórteres que seguiam nas reportagens seguintes. Ligávamos e este voluntários diziam-nos: “Estou nesta praia ou naquela praia e está acontecer isto ou aquilo” e íamos. Procurávamos ordenar aquela confusão, encontrar um ângulo de reportagem. E foi nesses dias, totalmente por acaso, que encontrei o voluntário português que entrevistei e serviu de arranque a uma das reportagens.

Sentiu que as fontes oficiais se esforçavam, desde o início, por coordenar as operações e a gestão da crise?

De todo. A princípio, creio que o problema residia na falta de informação oficial. Não se sentia a presença do governo regional ou das autarquias. Numa segunda fase, já existiam dados governamentais, mas muitas vezes não batiam certo com aquilo que os pescadores nos diziam. Eram destes homens as descrições mais dramáticas e nós procurámos escrever as reportagens mostrando equilíbrio entre todas as posições.

As suas reportagens contradizem o total das notícias que analisei: ouviu sobretudo fontes não oficiais, pescadores, voluntários anónimos e não os gabinetes de crise, os ministros. Porquê?

Creio que, quando estamos em reportagem, procuramos sempre uma cara que personifique o tema que estamos a relatar. E é sempre preferível um indivíduo que está no terreno e que sofre os efeitos da maré negra a um burocrata engravatado, protegido no seu gabinete e com declarações cinzentas. Afinal, não é o rendimento dele que está em causa. A reportagem dá-nos essa liberdade de escolha.

Quando há posições tão díspares, em que lado da barricada coloca as fontes científicas?

Num cenário daquela natureza, é missão do jornalista antecipar as causas mas também projectar as consequências imediatas e a longo prazo. Nesse plano, as fontes científicas são, para mim, mais valiosas do que as fontes políticas institucionais. Têm duas grandes vantagens: em cenários de incerteza, são muito mais úteis porque conseguem antecipar vários desfechos prováveis e têm menos constrangimentos. Não precisam de aprovação superior nem receiam uma sanção institucional. Os cientistas podem, sem receio nenhum, projectar cenários bons, menos maus e os piores. São uma mais-valia para os jornalistas.

A pesquisa sugere que, mal o gabinete de crise foi montado em Portugal, foi criada uma linha de contactos diários que “normalizaram” a cobertura científica. Sentiu isso?

É preciso dizer que a redacção estava dividida por tarefas. Em Lisboa, fazia-se esse acompanhamento com o comandante Augusto Ezequiel, que aliás conheci no primeiro dia em que fiz reportagem em Entre-os-Rios. Do Porto, partiam equipas de reportagem, que encontraram outro tipo de dificuldades. Era preciso dar a volta a esses constrangimentos numa lógica diária. Uma revista ou um semanário têm um pouco mais de tempo para gerir os seus contactos; num jornal diário, somos chamados a triar as fontes e a informação em poucas horas. As manchas mudavam rapidamente de direcção. E nós estávamos sem meios para alugar um barco ou um helicóptero e ir ao local para acompanhar a deslocação das manchas. O temporal impossibilitou qualquer iniciativa desse género durante semanas.

Referiu que esteve em Entre-os-Rios. Essa catástrofe serviu de preparação para o acompanhamento do *Prestige*?

Não creio. Também só lá estive um dia em reportagem, o que não quer dizer que não tenha sido marcante. Creio que foi o primeiro caso mediático da história portuguesa em que se noticiava num ciclo de 24 horas, com uma pressão enorme das televisões. Cheguei a escrever uma crónica sobre isso. Afligi-me ver produtores de televisão a interpelar pessoas angustiadas logo no primeiro dia, perguntando bruscamente: “Tem algum familiar entre as vítimas? Não? Então, não interessa.” Era a desumanização total.

Augusto Ezequiel referiu que os jornalistas precisam e pedem números e gráficos para contextualizar a informação, para lhe dar rigor. Porque se usam os records, as listas dos principais incidentes, os superlativos?

Não é segredo que os números conferem rigor a uma peça jornalística. Não é a mesma coisa dizer que morreram algumas pessoas ou precisar que foram 35. Recordo que muita da cobertura nas primeiras semanas foi alimentada pelo desconhecimento. Tínhamos muitas vezes de corrigir a previsão da véspera. E os números ajudavam a ordenar a realidade.

Em jornalismo, precisamos de dados concretos. Procuramos todos os dias o que é novidade e o que era novidade naqueles dias era a distância da mancha em relação à costa. A quantos quilómetros está? É maior ou menor do que ontem? Os números ajudam nesse sentido.

Dos gráficos e mapas, não me lembro tão bem. Creio que não os usámos muito. Se fosse hoje... As redacções estão um pouco paranóicas com gráficos. Os estudos de mercado dizem que os leitores gostam dessas informações e lêem-nas muito. E nós procuramos obtê-las.

A notícia pede distanciamento e equilíbrio. A reportagem permite dar conta de impressões e sensações. Sentiu empatia com os grupos mais afectados?

Não tenho dúvidas de que se cria empatia nestes casos. Quando se está envolvido num caso destes, em que chegávamos ao fim do dia agoniados com o cheiro, como se tivéssemos passado o dia numa bomba de gasolina, quando temos de comprar roupa todos os dias porque a que usámos está irrecuperável e vemos aquela gente a limpar os barcos, desanimada e queixosa, sentimos empatia. Além disso, creio que as pessoas pensam logo no pior cenário possível. No Louisiana, ouvi gente dizendo que ia passar 20 anos sem trabalho antes que as pescas melhorassem.

Também é diferente ver na televisão ou ir ao local. Acabarmos o dia todos pintados. Durante duas ou três horas, sofremos como eles e pensamos como eles.

A imprensa portuguesa avançou pelo caminho da responsabilização do governo espanhol. A dada altura, no auge do conflito diplomático, parecia haver um Portugal-Espanha. Crê que os jornalistas vestiram a camisola nacional?

No *Público*, não. O Livro de Estilo aliás só sugere esse tipo de parcialidade em situação de guerra ou de clara violação dos direitos humanos. Nessas circunstâncias, ficamos desobrigados da objectividade. Se aconteceu, não foi uma decisão consciente. Repare: para um jornalista, qualquer semente de discórdia, de desentendimento é boa. Gera notícias. O acordo total não costuma ser noticiado! Ainda por cima, na redacção do Porto, há uma relação de proximidade com Galiza. A fazer-nos sentir alguma coisa, seria sempre uma empatia com os galegos contra o centralismo de Madrid. Parece-me muito mais provável que esse tom nacionalista apareça no noticiário sobre a disponibilidade dos rios transfronteiriços e a água que nos chega do que sobre o *Prestige*.

A televisão é omnipresente numa catástrofe desta natureza, moldando as imagens colectivas. Costuma acompanhar a cobertura televisiva das notícias que relata?

Acompanho, claro está, excepto se estiver no terreno. Na Galiza, ao contrário de Entre-os-Rios, até era difícil saber onde andavam as televisões porque a área de dispersão era enorme. Eles podiam estar numa praia, nós noutra e não sabermos uns dos outros. Em Entre-os-Rios, estávamos todos concentrados numa área pequena e era mais fácil sentir essa pressão. Da redacção, porém, dizia-se: “A televisão está a dizer que isto aconteceu acolá. Vai lá ver.” Por isso, de certa forma, havia alguma remissão para as televisões.

Houve um esforço grande das autoridades, mas também do ministro português da Defesa, para não cunhar a ocorrência como maré negra. A pesquisa demonstra que os jornalistas ignoraram essa recomendação. Pode explicar?

Não havia dúvida nenhuma de que era uma maré negra. Bastava estar lá. Era uma observação empírica. Às vezes, os jornalistas precisam de dar voz a testemunhas oculares, que substituem os nossos olhos, mas aqui era público e era nítido. Era negra mesmo! Estava em todo o lado, colava-se à roupa, dissessem as fontes oficiais o que quisessem. Era maré negra!

Que constrangimentos encontrou no terreno?

Era difícil fazer reportagem. Estava um temporal terrível. O cheiro agoniava-nos. No primeiro dia, eu e o Manuel Roberto [fotógrafo] passámos parte da tarde a

vomitam. E lutávamos contra o tempo. Escurecia muito depressa, o que nos obrigava a coordenar melhor o trabalho fotográfico.

Como assim?

Se reparar, a ilustração fotográfica do primeiro dia de reportagem é uma imagem captada à noite, o que é muito raro no jornal. Anoitecia cedo. Nesse dia, não tínhamos imagens do “piche”. Optámos por uma fotografia de um pescador em terra. Por isso, no dia seguinte, decidimos começar o trabalho nas praias, procurando a melhor luz e enquadramento possível para as fotografias. Depois, com isso tratado, já se podia fazer contactos.

Que tipo de ícone recorda do acidente?

O barco, claro. Mas, ao fim de alguns dias, já saturavam as imagens do barco partido ou tombado. Tínhamos algumas aves manchadas, mas poucas. As manchas, em si, não eram fotogénicas. Num jornal, não são mais do que um borrão.

Os voluntários estavam ali à mão de semear, com aqueles fatos brancos que ficavam escuros de óleo, como uma metáfora do caso. Era uma fotografia *self explanatory*. Recorremos a esse tipo de imagens com frequência.

Um dos aspectos curiosos foi a proliferação de referências a duplicados – comparou-se o caso com o desastre do *Erika* e do *Exxon Valdez*. Como explica essa necessidade de comparar acidentes?

Há sempre a tentação de comparar. Da mesma forma, qualquer desastre que aconteça daqui para a frente será sempre comparado com o do *Prestige* porque isso ajuda a formatar o caso. Mas não somos só nós. No caso da poluição no golfo do México, ao fim de dois dias, a CNN já tinha uma equipa na Galiza, questionando os galegos sobre os impactes de longo prazo do acidente e as medidas que tinham tomado. Quando as ocorrências são próximas no tempo, tornam-se referenciáveis. Não tenho dúvidas de que os planos de contingência na Galiza estão agora feitos em referência ao *Prestige*. E se acontecesse novo derrame, voltar-se-ia à Galiza para recolher informação de referência.

Esteve no golfo do México em 2010 e na Galiza em 2002. As tragédias são comparáveis?

Foram contextos diferentes, a escalas bem distintas e, nestes oito anos, as formas de divulgação também se modificaram. Há cidadãos-jornalistas, *bloggers*, televisões em ciclos de 24 horas. Há oito anos, os canais de cabo davam por cá os primeiros passos. De todo o modo, logo no primeiro dia, os americanos montaram um comando central para o qual remetiam todas as explicações. Foi muito diferente do caso galego. Estiveram envolvidas várias agências governamentais e a Casa Branca assumiu logo a responsabilidade pelo sucedido. São diferenças fundamentais.

Nos EUA, também há uma tradição maior de informação aberta. Havia grande abundância de trabalhos científicos nas universidades e todos os peritos que contactei mostravam-se dispostos a colaborar. Outra distinção fundamental foi o facto de, apesar de o acidente ter ocorrido numa plataforma, os acessos navais já estavam encerrados duas horas depois. Havia uma *slot* onde os jornalistas se inscreviam e alguns iam com as equipas da guarda-costeira até ao local. As principais televisões tinham helicópteros; eu e a RTP alugámos um barco, mas só conseguimos navegar até à primeira barreira. Havia abertura dos canais de informação até certo ponto.

Notei também menos espontaneidade. Havia “voluntários” pagos pela BP para as limpezas que não estavam autorizados a falar e outros que falavam livremente.

Anexo F

ENTREVISTA COM ANTÓNIO JORGE GONÇALVES, CARTOONISTA
DO SUPLEMENTO HUMORÍSTICO *INIMIGO PÚBLICO*

(realizada em Abril de 2011)

Neste trabalho, definiram-se quatro categorias de humor – as tiras, o *cartoon*, a fotomontagem e o texto. É correcto dizer que a sua intervenção no *Inimigo Público* (IP) se faz exclusivamente no *cartoon*?

Sim. No meu caso, [produzo] imagem única (quase) sem texto escrito.

Como decorre normalmente o processo de criação do *cartoon*? Com quanta antecedência escolhe o tema e a ideia? Quanto tempo tem para trabalhar cada ideia?

Normalmente, começo por dar atenção no fim-de-semana ao chamado “balanço da semana anterior” para perceber quais os assuntos que vão “fazer” a semana que começa. Na segunda e terça-feira, estou em particular sintonia com o que os jornais publicam e as televisões noticiam. É nestes dias que vou rabiscando e pensando naquilo que me pode interessar. A quarta é o dia de grande acção porque o fecho do IP acontece ao fim da tarde; e como o suplemento só é publicado daí a dois dias, exige da parte de todos um exercício de antecipação para perceber o que pode ser pertinente na sexta-feira. Por vezes já tenho ideias pendentes sobre assuntos que estão na ordem do dia há umas semanas e trata-se apenas de escolher o momento certo para lhes dar expressão. Mas, na esmagadora maioria dos casos, estou com o dedo molhado no ar a ver se sinto vento de algum lado.

O trabalho de documentação, leitura de informação, pesquisa de recursos visuais equipara-o a um jornalista? Não está seguramente restringido por normas de objectividade e equiparação de posições contraditórias...

Comparo o meu estatuto ao do cronista, não ao do jornalista. O *cartoon* editorial é a formulação de uma opinião pessoal. E como o *cartoon* editorial se situa no espaço da imprensa, não irá comentar aquilo que se passa no mundo mas sim aquilo que os media disseram que se passou no mundo.

Há intervenção da direcção do IP ou do *Público* no processo de concepção do cartoon ou ele é totalmente autónomo?

O director do IP tem-me dado liberdade (quase) absoluta. Nem sequer sigo um conceito básico que assiste a todos os outros conteúdos [o lema do suplemento é “se não aconteceu, podia ter acontecido”]. O tema é geralmente proposto por mim e acordado entre ambas as partes. Quando desenho capas, a iniciativa começa geralmente do lado do director e é construída a meias. Mas há uma questão que, embora não seja de natureza censória, me restringe por vezes o assunto do *cartoon*: se um tema é capa e já tem duas ou mais páginas dedicadas, é-me desaconselhado porque corremos o risco de chover no molhado. Outra questão com muita relevância no processo de escolha de assunto é saber se ele é suficientemente familiar à maioria dos leitores (para o poderem entender sem contextualização).

A recolha desenvolvida para esta dissertação sugere que o IP foi um pouco mais comedido na fase mais dramática da pandemia [em Novembro 2009], altura em que começaram a morrer doentes com gripe A. Terá sido uma opção voluntária não fazer humor com temas emocionais ou tratou-se de uma coincidência? Noutros casos muito sensíveis, como o da Casa Pia, essa contenção não se verificou; noutros, como a queda da ponte de Entre-os-Rios, houve algum pudor em fazer humor...

É difícil explicar o critério, agora que já estou distante dos acontecimentos. Os jornais vivem muito colados à leitura do momento e aquilo que hoje é tabu pode não o ser 24 horas depois. Acho que não houve da minha parte nenhuma contenção: foram mais as notícias e a forma como os responsáveis da saúde geriram a agenda mediática que me deram vontade de “pegar” no assunto a dado momento. Como já disse, a escolha do momento tem sempre em conta que o *cartoon* sai na sexta-feira e é preciso imaginar o contexto noticioso desse dia para lhe avaliar a pertinência.

Um dos aspectos mais curiosos da amostra é o facto de, logo em Abril de 2009, quando o tema é construído nos jornais como uma ameaça séria, o IP e o António em particular, desmontarem-na como mais uma maneira de gerar alarme e ganhar dinheiro. O *cartoon* do porco que espirra moedas é elucidativo. Consegue lembrar-se da sua motivação para o fazer?

Uma imagem é uma imagem e deve valer por si. A interpretação que você faz dela vale (neste caso) tanto quanto aquilo que eu possa dizer. Gosto de imaginar que os meus *cartoons* sejam uma espécie de mancha “rorschach” na qual os leitores vejam aquilo que julgam ver. É raro ter uma ideia definitiva na cabeça e procurar apenas desenhá-la de forma fiel: o progresso da caneta no papel “dá-me a ver” coisas em que eu não pensei previamente e isso faz parte do “milagre” da associação livre de ideias que todas as formas de arte partilham.

Posto isto, lembro-me nesta altura – com o Ocidente a braços com uma crise económica – de ganhar consciência de que se estava a travar uma batalha mediática em que várias partes tentavam levar a melhor nos seus argumentos usando os de natureza pragmática. As autoridades sanitárias usavam o assunto para reafirmar a importância das suas decisões, os media (como habitualmente) queriam ter audiências com as perspectivas que mais prendem o *voyeurismo* do público.

Em Agosto de 2009, com o país em férias e os media em alarme face à ameaça, construiu um segundo *cartoon*, de um banhista na praia entretido com palavras-cruzadas. Pode explicar?

A altura das férias – a chamada *silly season* – é dada a estas coisas. Para o veraneante, o mais preocupante dos assuntos torna-se apenas num pano de fundo da modorra dos dias quentes passados sem nada para fazer.

Segue-se a fase de vacinação. É sugerido aos portugueses que se vacinem mas o António construiu um *cartoon* que tomava a medida como uma imposição. Pode explicar?

Acho que vivíamos numa espécie de ultimato: perante a hesitação (legítima quanto a mim) que os cidadãos exprimiam com a falta de adesão ao programa de vacinação, as autoridades, em articulação com os media, subiam de tom numa ofensiva que explorava o medo. Este paternalismo é uma atitude recorrente nas autoridades sanitárias.

Em Janeiro de 2010, publicou-se talvez o seu *cartoon* mais ousado. A ministra da saúde, com um semblante bem mais maligno do que a tradicional imagem pública, lavava as mãos com os preceitos que a DGS ensinou e secava-as em papel que diz “falsa pandemia”. Uma vez mais, os cartoonistas anteciparam-se

aos jornalistas, representando o tema como um falso alarme. Como surgiu a ideia para este *cartoon* nesta altura?

O possível exagero na avaliação das consequências deste vírus era já um tema recorrente em muitas fontes na Internet, mas só o balanço dos números feito pelos media é que veio expor, com legitimidade, esta questão. Os políticos/autoridades fizeram aquilo que a cartilha recomenda em qualquer situação: “Negar sempre”.

Aquando da declaração que terminou a pandemia, em Agosto de 2010, publicou um *cartoon* que veio, de alguma maneira, completar o primeiro – as pandemias são circulares, repetem-se, o alarme é cada vez maior, os pormenores diferem, mas o pânico construído é sempre o mesmo. Estou a interpretar bem?

A agenda mediática marca o exercício da autoridade e o apetite da imprensa pelo tom de alarme é sabido.

Mas chega a ter *feedback* dos visados ou do público quando constrói um *cartoon* – afinal, o humor mexe com a sensibilidade de cada um. Imagino que já lhe chegaram demonstrações da tradicional máxima portuguesa de que “não se brinca com coisas sérias”. O que pensa sobre isso? Quais são os limites de um cartoonista?

O *feedback* é diversificado, mas tenho o benefício de inscrever o meu trabalho nas páginas de um suplemento humorístico, o que dilui à partida a ira dos visados. “São cómicos” dizem, e afinal o humor é uma espécie de *offshore* da opinião.

Da única vez que me lembro de ter visto o meu trabalho censurado foi quando gozei com a campanha publicitária machista de uma marca de cerveja... que era anunciante no jornal. Insultar quem nos paga o ordenado é mais complicado do que picar políticos. Limites? Para mim “ser irresponsável” é um dos dez mandamentos do cartoonista...

Com um ritmo de produção diário, como se disciplina para obter ideias todos os dias. Por outras palavras, como consegue rotinizar o que parece ser caótico?

Gosto de construir realidades artificiais. Procuo no quotidiano situações ou comentários que encaixem no meu modelo de humor, o *comic strip*. É preciso de facto alguma rotina, porque tenho de produzir uma peça por dia para três jornais diferentes, para além das revistas semanais. Por isso, sondo o quotidiano à procura de algo que me pareça fora da realidade. Felizmente, a actualidade política portuguesa dos últimos anos facilita-me a vida. E disciplino o meu tempo, o que também é importante.

Como descreve o seu trabalho? É o de um jornalista? De um comentador? De um cronista?

Eu tenho carteira profissional de jornalista. Há um caminho paralelo entre o que eu faço e o trabalho jornalístico. É jornalismo até certo ponto e depois deriva um pouco. No meu método de trabalho, procuro a informação tal como o jornalista. Confronto fontes, pois não engulo a primeira coisa que me dizem. Leio muito porque vários dos meus trabalhos começam a partir de um comentário de uma figura pública. Mas gosto de confirmar se o espírito das declarações é precisamente aquele que eu entendi. Às vezes, a pressa gera erros de percepção.

E em que ponto diverge do jornalismo?

No momento em que relaciono factos e lhes atribuo algum humor. O humor é opinião, é comentário. E há outra diferença entre o meu trabalho e o do colunista: há trabalhos onde não é a minha voz que ali aparece. Defendo propositadamente posições que não são as minhas. São as da personagem. E podem não coincidir. No comentário escrito, não se costuma defender as posições de outrem.

Ao jornalista, pede-se objectividade e equilíbrio; o comentador pode, se quiser, dedicar dez crónicas à mesma personagem...

Eu tento variar as situações, mas há alturas em que é muito difícil fugir da troça às principais figuras do regime.

Das quatro categorias de humor que defini – as tiras, o *cartoon*, a fotomontagem e o texto – usa a mais rígida. Como ordena a informação para que as ideias encaixem no modelo?

Tudo depende do ritmo de leitura, mas eu tento impor uma certa maneira de ler o *Cartoon*. Encaro as quatro vinhetas como uma passadeira. Pode ser acelerada ou lenta. Em 90% das situações, introduzo a informação entre a primeira e a segunda vinhetas, depois reduzo a velocidade na terceira, antes de acelerar na última. Como um tapete rolante em que o leitor circula à velocidade que me interessa.

Em alguns casos, porventura sente que precisa de mais uma vinheta ou dispensaria outra.

Claro. Como o jornalista também lhe dirá que há notícias em que três mil caracteres são excessivos e noutras precisaria de muito mais.

Qual é a função do seu humor? O alívio, a incongruência?

Claramente, a incongruência. O meu humor é muito desconstrutivo. Procuo na sociedade os paradoxos, o que não funciona bem e tanto posso ilustrá-los hipocritamente a funcionar em pleno como em ruptura. Noutras ocasiões, brinco com as normas sociais. Noutras ainda, parto de uma situação que está a correr bem e represento-a como falha para gerar humor. Como ficção.

Há apoio da redacção ou da direcção do jornal ou tem autonomia total para criar o tema e a opinião sobre o tema?

Nenhum. Sou totalmente autónomo. Sempre trabalhei assim. Normalmente, ninguém vê o trabalho antes de eu o enviar. No caso do *online*, então, ninguém vê antes de ser afixado. Como tenho acesso ao *back-office* do jornal, faço o *upload* do novo trabalho e alguns segundos depois ele está publicado, sem qualquer interferência editorial.

Já foi recriminado *a posteriori* por ter ido longe de mais?

Nunca. E durante meses publiquei exactamente o oposto do que o director José Manuel Fernandes defendia, a propósito por exemplo da guerra do Iraque. Nunca fui

chamado à atenção por isso. Tem muito que ver com a cultura de liberdade do *Público*. As reuniões de redacção sempre foram muito livres. Todos diziam o que pensavam e a direcção encaixava. Essa liberdade é muito importante para o meu trabalho.

E dos visados tem *feedback*?

Nos trabalhos sobre desporto, tenho bastante e é negativo. No *Público*, nem por isso. Hoje em dia, porém, com a proliferação de blogues de assessores ligados a políticos, sou mais criticado na Internet. É uma maneira que encontraram de não vincular a figura pública que se sentiu lesada, mas pode assim criticar o que não gosta.

Vamos ao caso da gripe. Um dos temas recorrentes na sua obra é a crítica dos próprios media onde se insere. Há aqui um gozo com o próprio sistema, que cria pânicos e depois resolve-os. Porquê?

Creio que os media perderam, algures no tempo, a capacidade de pensar, de criticar a informação que lhes chega das agências de comunicação. E são perfeitamente manobrados. Em alguns casos, com dolo; noutros, por incompetência. Como em todas as profissões, há bons e maus jornalistas. E eu por vezes sinto que não me estão a contar a história toda. Que se publicam notícias sem espírito crítico. Por isso, gozo.

Noto depois que usou o tema da gripe como metáfora para outros temas – a corrupção também é contagiosa e não parece existir Tamiflu contra ela, diz a 20 de Julho. Manuela Ferreira Leite pode ser contaminada por algum disparate na Madeira; a vacinação para a corrupção deve começar pela política. Quando crê que um tema já está maduro – com o seu simbolismo das máscaras, dos Tamiflus – para poder ser usado como muleta para outros temas?

Isso é fundamental. Quando faz parte das conversas do quotidiano, já posso brincar. Não posso deixar o leitor a nadar, sem conhecimento dos factos que menciono. É por isso que em alguns *comic strips* a primeira vinheta está muito cheia de texto. Para contextualizar. Depois, tenho também de fazer suposições sobre o meu público. O leitor de *A Bola* não é igual ao do *Público*. E só posso usar linguagem especializada da economia com os leitores do *Jornal de Negócios*. Há um jogo de suposições, que até pode ser injusto, mas que difere de jornal para jornal.

Como se explica o facto de os cartoonistas terem começado a gozar com o tema da gripe muito mais cedo do que os jornalistas?

Explico-o porque o *Público* tem uma tradição grande de liberdade no humor. E o humor faz-se de ousadia e irreverência. Naturalmente, ninguém pode pedir a um jornalista que assuma o tom opinativo do humorista. São áreas diferentes, com outras obrigações. Parece-me lógico que tenham sido os espaços de opinião a iniciar a desconstrução da gripe A.

Quando criticou o caso, em Agosto de 2009, fê-lo pelo lado do utente e não tanto como observador político. É a Linha Saúde 24 que não funciona; o plano de vacinação que dá prioridade aos 5% de profissionais indispensáveis do país; a pandemia que deu jeito às farmacêuticas para vender medicamentos...

Note que o Bartoon tem personagens que nem sempre sou eu. Às vezes, eles têm dúvidas que não são as minhas; às vezes, são mais ingénuos do que eu. Mesmo que isso me torne um pouco esquizofrénico. Mas naturalmente para além de humorista, sou cidadão, sou utente, sou eleitor. E essas dimensões transparecem no meu trabalho.

Em Novembro, começaram a morrer doentes com gripe A mas o humor do jornal não poupou a gripe. Assinou então o seu *cartoon* mais ousado, gozando com as regras para lavar as mãos. Qual é o limite para fazer humor numa tragédia?

O meu limite é o bom senso. Já abandonei trabalhos porque os li antes de os submeter e não gostei. Não posso fazer coisas que me envergonhem quando ler. Não me intrometo na vida privada das pessoas, excepto se actos privados se transformarem em acontecimentos de interesse público. Tento evitar antipatias que posso ter por esta ou aquela figura pública. Não devo transpô-las para o papel. Até podia, mas não quero. Mas são limites auto-impostos, como aliás devem ser. Outros humoristas podem ter outras regras.

Como lhe ocorreu a ideia de comparar os preceitos da lavagem das mãos com os mecanismos para evitar a corrupção?

Aqueles cartazes estavam em todo o lado. No centro de saúde. Nas escolas. Nos museus. Eram opressivos. Um dia, ao ler a informação, percebi que trocando três ou

quatro palavras poderia transformar aquela linguagem numa profilaxia contra a corrupção. Foi isso que lhe deu a graça.

Começando pela preparação das iniciativas de comunicação. Como se fazia a articulação da Direcção-Geral da Saúde (DGS) com o Ministério da Saúde?

Estivemos em contacto diário com o gabinete da ministra. A própria ministra, sendo médica, esteve muito envolvida no processo e foi ela que tomou a decisão de fazer os anúncios públicos nos media. Até final de Julho, organizaram-se conferências de imprensa diárias. A ministra era a única comunicadora definida para o público. Falei algumas vezes porque muitos jornalistas têm o meu número de telefone e, em casos de emergência, preferem ligar-me directamente e expor as suas dúvidas ou questões mais especializadas. Mas o plano estava definido para ser a ministra a pedir tranquilidade a todos os agentes sociais.

Como funcionavam operacionalmente?

Logo no início do processo foi constituído o grupo operativo da gripe que juntou técnicos das diversas áreas. Um dos seus eixos era a comunicação com o público, com os médicos e com as unidades de saúde. Criámos até uma zona física na DGS para as reuniões diárias desse grupo. Era preciso gerir a influência deste problema em questões como a educação (as escolas fecham ou não?), os aeroportos (que medidas de quarentena devem ser tomadas?), os regulamentos sanitários e por aí fora. Mas fomos bastante abertos na comunicação.

O *micro-site* da gripe esteve operacional desde 25 de Abril de 2009. Havia videoconferências todos os dias com a OMS e com o Centro Europeu de Controlo de Doenças. Criámos linhas de apoio aos médicos e aos doentes. Fizemos bastantes parcerias com os meios de comunicação para divulgar as medidas de profilaxia.

Através de uma rede de informação eficaz, sabíamos na DGS, quase em tempo real, quando ocorriam os óbitos. Durante a fase de contenção, várias pessoas tomavam conhecimento imediato de um óbito mesmo que ele decorresse às três horas da manhã. Depois, claro, tornou-se mais uma rotina.

A dada altura, abdicámos dos relatórios diários para os media e passámos a emitir apenas os semanais. Tornou-se também impossível notificar todos os casos de

infecção por gripe A, pelo que começámos a divulgar os sintomas gripais em pacientes admitidos nas unidades de saúde.

Cruzando as curvas de evolução dos óbitos por gripe A, dos sintomas gripais e das estimativas de internamentos de pacientes com os indicadores da evolução do interesse jornalístico pela pandemia verifica-se um desacerto considerável: os media concentraram-se fortemente no tema em Abril de 2009, abrandaram em Maio, retomaram-no de Junho a Agosto, mas, quando ocorreram os piores momentos da pandemia do ponto de vista clínico, o interesse já estava a esmorecer. Tem uma explicação para isso?

No nosso relatório final, uma das constatações que fizemos foi precisamente no sentido de reconhecer que havia matéria para os especialistas em ciências sociais investigarem essa discrepância. A agenda mediática não coincidiu com a agenda epidemiológica – isso é certo. Aliás, não costuma coincidir, mas, numa situação de emergência de saúde pública, esse problema é mais severo e necessita de estudo.

Mas que motivos a justificam?

Há dinâmicas próprias dos media, claro, com as quais não interfiro. Mas devo dizer-lhe que, no aspecto global, verificámos algumas situações inesperadas: a transposição de notícias do estrangeiro para os nossos media com destaques invulgares, por exemplo. Aconteceu com frequência. E quando monitorizávamos a notícia original na imprensa estrangeira percebíamos que ela não tinha tido tanto destaque na fonte.

Desde Abril de 2009 que os países anglo-saxónicos estavam muito preocupados com o problema da gripe, liderados pelo Centro de Controlo de Doenças de Atlanta. Estariam talvez mais preocupados do que o resto do mundo. E o centro dessas preocupações, que era organizar respostas globais, teve por cá leituras alarmistas. Essa leitura alarmista criou, a meu ver, expectativas para o problema que não se verificaram mais tarde. A dimensão dos cenários desenhados não se concretizou, mas alimentou os media com perspectivas catastrofistas.

Comparo o que se passou à progressão de um furacão. Ele surge no oceano, ganha forma, torna-se perceptível para as autoridades em terra, geram-se alarmes em função do seu itinerário e da sua intensidade e, a certa altura, ele perde fulgor. No que respeita à gripe, foi um pouco o que se passou. E esse desinteresse jornalístico na fase crítica terá sido provocado também pela expectativa inicialmente criada.

Curiosamente, no Verão de 2009, sentiu necessidade de explicar ao público que as gripes não são como os furacões, no sentido em que a escala de 1 a 6 não mede a intensidade, mas sim a disseminação geográfica...

Exacto. A escala do processo de emergência de uma nova pandemia de gripe não se refere à sua intensidade, mas sim às etapas de emergência de uma nova estirpe de vírus capaz de provocar uma pandemia. Como o vírus é novo, a população não tem anticorpos e portanto fica infectada com mais facilidade. Mas essa infecção pode ser benigna e esse aspecto do processo nunca foi noticiado com destaque.

Ninguém parecia compreender os modelos de progressão de uma pandemia durante várias semanas: noticiavam-se as fases 5 e 6 como agravamentos severos da intensidade da pandemia. Ora, infelizmente, ninguém disse ou escreveu que a pandemia de 1968 foi praticamente insensível. Deveria ter sido usada frequentemente como exemplo para não assustar as pessoas.

Outro aspecto foi a utilização abusiva do conceito de pandemia. Na origem etimológica, a pandemia é um processo que interessa a todos. Em epidemiologia, é um fenómeno inesperado que se propaga simultaneamente em mais do que um continente. Por comparação, a epidemia é o mesmo fenómeno progredindo apenas num continente. Mas há pandemias que estão a decorrer agora mesmo [em Junho de 2011], perante o silêncio dos media, e há outras que todos conhecem mas já saíram dos media. O primeiro caso é, por exemplo, a infecção do norovírus; o segundo caso é por exemplo a sida, que já teve grande pujança pública, mas que se tornou corrente. A pandemia portanto não é uma tragédia que vai desabar inevitavelmente sobre nós.

Esse pânico nasceu logo em Abril, com a declaração global de fase 4.

Há um fenómeno que justificaria algum debate entre os epidemiologistas, que é a própria evolução da fase 3 para a fase 4. A fase 3 referia-se a um vírus diferente, o H5; e na fase 4 a OMS já se referia ao H1. O genoma do vírus tem oito segmentos, dois dos quais emergiram de novo em Abril de 2009 na Califórnia. Esse processo terá de ser estudado com mais profundidade.

Entre Abril e Julho de 2009, verificou-se um enfoque das autoridades no pior cenário possível. É inevitável esse pressuposto quando se está a gerir uma crise...

Creio que essa percepção foi resultado das relações de cooperação e comunicação que as autoridades sanitárias têm com os media. Essas relações têm de ser sérias, transparentes e regidas pelo princípio de que a informação interessa ao dois lados. Nem sempre se verifica, mas a informação correcta interessa aos dois lados! Quando há cenários desenhados, esses cenários têm uma grande amplitude mas os media só reflectem a fase mais dramática do problema. Num relatório de 100 páginas, utilizam um parágrafo que remete para o pior cenário possível.

Senti que isso aconteceu em Outubro/Novembro com a questão da vacinação e a ocorrência de alguns abortos espontâneos naquele período. O aborto espontâneo acontece com enorme frequência, a uma média de quase um por dia em Portugal. E essa média representa só as notificações, escondendo os casos de mulheres que perdem os fetos poucos dias depois de ele ser concebido.

Sou o primeiro a dizer que esse processo não foi bem conduzido da nossa parte. Nunca conseguimos explicar que relação causal não se baseia unicamente na relação temporal, ou seja, se uma grávida se vacinar e, uma semana depois perder o feto, isso não tem que ver com a vacina. Se não se tivesse vacinado, provavelmente teria o mesmo desfecho. Quem sugeriu nessas semanas a relevância dessa relação tinha também de demonstrar a explicação fisiopatológica e isso nunca foi demonstrado. Pelo contrário: as autópsias dos fetos demonstraram problemas que não tinham relação com a vacina.

É difícil, em situação de agitação informativa, fazer passar uma informação dessas?

É terrível. Parece que alguns jornalistas já formataram o que vão dizer e não estão dispostos a rectificar. Posso dizer-lhe que um dos dias de maior angústia aqui na DGS ocorreu logo depois de uma mulher grávida ter dado entrada no hospital de Penafiel, morrendo duas ou três horas depois. Enquanto não se soube se tinha sido, ou não, vacinada, não pode imaginar o nosso grau de angústia. Se tivesse sido vacinada, naturalmente teria sido a vacina a provocar a morte em tão pouco tempo. Mas veio a confirmar-se que a senhora tinha recusado a vacina. Admitindo-se que tinha sido vacinada, imagine o pandemónio que teria ocorrido neste país.

A vacinação foi o primeiro período da análise em que se registou forte dessincronização entre as vozes dos peritos. António Vaz Carneiro, Miguel Oliveira da Silva e o próprio bastonário romperam o consenso...

Senti, de facto, que nessa semana não houve consenso. Existiu um movimento com grande expressão na comunicação social que não tinha a ciência do seu lado. Não tinha dados científicos a fundamentar essas tomadas de posição.

Mas reconheço que as questões de comunicação no processo da vacinação não foram bem conduzidas, embora entenda que a responsabilidade deva ser partilhada entre os médicos que tomaram posições, a OMS, a indústria farmacêutica e os jornalistas.

Em Abril de 2010, Kenji Fukuda, da OMS, admitiu que, nos circuitos tradicionais, a informação circulou razoavelmente, mas, nos espaços virtuais, proliferaram boatos e informações fragmentadas.

Em Portugal, também. Aqui difundiram-se notícias que davam como boa a crítica de uma antiga ministra da Finlândia que, afinal, era paciente num centro psiquiátrico. E, numa primeira fase, esses rumores chegaram a ter visibilidade nos meios de comunicação. Deve ser dito, porém, que não estávamos preparados para actuar nos espaços virtuais. Agora já estamos, mas, na altura, não sabíamos como deveríamos agir, em que formatos ou em que momentos. Foi uma das conclusões do nosso relatório final.

As redes sociais revelam muitas vezes o pior sobre as nossas sociedades, no sentido em que veiculam boatos ou mentiras. Mas neste caso o facto de esses rumores circularem e de as pessoas terem esses medos testemunha também as lacunas do nosso sistema de comunicação. Não fomos capazes de transmitir tranquilidade à população.

Estou a senti-lo demasiado céptico em relação aos méritos da comunicação do gabinete de crise. Na verdade, as notícias dos primeiros cinco meses foram consonantes com o que o Plano de Contingência definia.

Esquece-se que um dos objectivos do Plano de Contingência era depositar no cidadão a informação objectiva para que este se preparasse para a eventualidade de uma grande expressão de gripe. E, nesse aspecto, houve falhas consideráveis.

No entanto, também houve méritos, claro. Nós tivemos uma expressão rara de gripe que ocorreu no Verão, algo inédito em Portugal. Ninguém sabia o que iria acontecer,

nem que precauções seriam adequadas. Esse tipo de decisões deve ser avaliado posteriormente, mas a avaliação tem de ter em conta o contexto. Nem na gripe sazonal sabemos em que semana começará o vírus a actuar, nem conhecemos a estirpe predominante. Imagine agora organizar respostas para uma estirpe inédita.

Afiguram-se ridículas as críticas de que fomos excessivamente alarmistas. Compare-as aliás ao serviço de bombeiros que existe no aeroporto de Lisboa. Que eu saiba, nunca foram necessários. Mas têm de lá estar permanentemente e têm de estar preparados para o dia em que a sua acção impedirá o pior. Imagine que a estirpe de 2009/2010 era particularmente maligna e ninguém tinha preparado planos de contingência...

Disse, em Outubro de 2009, que uma grande vitória das autoridades sanitárias foi a capacidade de, pela primeira vez na história, a curva epidemiológica ter sido moldada e atrasada, ganhando-se tempo para o combate.

Isso é reconhecido por todos. Nem sequer gosto de falar em contenção do vírus porque ele não é contido. Atrasámos o processo epidémico em comparação com outros países vizinhos precisamente porque tratámos cada doente isoladamente e porque tínhamos as pessoas e as instituições preparadas. Não tivemos cadeias de transmissão até aos dois mil casos, no final de Agosto. Isso é notável. A rede de cuidados de saúde funcionou bem e até estava preparada para uma situação pior. Os hospitais colocaram em prática as medidas de isolamento com muita eficácia e é importante ter em conta que ninguém sabia o que aí vinha. Agimos num cenário de incerteza e tivemos sucesso.

Em Janeiro de 2010, a DGS ter-se-á desmobilizado do debate, porventura para concentrar recursos noutras prioridades, deixando no espaço público apenas os críticos, que começaram a enquadrar a tese da gestão alarmista. Sente que as autoridades saíram do terreno cedo de mais?

Começo por dizer que os críticos deveriam ser responsabilizados por essa posição porque ela é leviana e deve ser sustentada em factos. O nosso trabalho foi precisamente evitar cenários desses. Dou-me muito bem com as frentes críticas. Mas gosto de opiniões fundamentadas.

É possível que esse processo tenha acontecido, mas também não estamos aqui para ganhar debates.

Anexo I

ENTREVISTA COM FILIPE FROES, COORDENADOR DA COMISSÃO DE INFECIOLOGIA RESPIRATÓRIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PNEUMOLOGIA E CONSULTOR DA DIRECÇÃO-GERAL DA SAÚDE

(realizada em Julho de 2011)

No âmbito deste trabalho, apurei uma distorção relativamente palpável entre a narrativa epidemiológica e a narrativa jornalística da pandemia. Surpreendeu-o?

Interessei-me muito pela cobertura jornalística desta pandemia, a partir do momento em que, na fase inicial da pandemia, fui a pessoa mais vezes indicada pela DGS para falar na televisão sobre este problema. Possuía a maior parte da informação e já tinha alguma experiência. Cheguei a ter dias em que o motorista da DGS me levava de estação em estação para participar nos três noticiários. Percebi rapidamente, ao fim de alguns contactos, que há jornalistas bons e jornalistas maus profissionais. Naquela fase, não se podem recusar as oportunidades de falar publicamente, porque o resultado seria pior, mas assumi logo que teria de ter muito cuidado com o que dizia. Percebi igualmente que a política editorial do jornal ou televisão também pode condicionar as notícias. E que os outros temas na agenda afectam o destaque de um tema como este.

Como?

Lembro-lhe que, quando a OMS declarou a fase 6 da pandemia, três jornais diários portugueses dedicaram no dia seguinte o destaque principal das suas primeiras páginas à transferência de Cristiano Ronaldo para o Real Madrid. Nesse dia, era impossível propor qualquer outro tema para a capa.

Há portanto um problema de formatos editoriais?

Claramente. Os jornalistas lidam com notícias. E a maior parte das notícias sobre a pandemia eram factuais, ou seja, registavam acontecimentos ou declarações que são inatacáveis. Exemplos como “A OMS decidiu passar à fase 6” ou “Director-geral de saúde disse isto ou aquilo.” Mas essa focagem nos acontecimentos acarreta algumas limitações: possui uma componente de interpretação, de encadeamento de

informação, que é feita de acordo com determinado objectivo editorial nem sempre nobre e nem sempre imparcial.

Recordo-me que Keiji Fukuda veio a Portugal em Janeiro ou Fevereiro de 2010 numa altura em que o deputado Wolfgang Wodard tinha incendiado os ânimos, ao acusar a OMS de negligência na gestão da gripe. O Dr. Fukuda contou-me que a discussão no Parlamento Europeu tinha sido surreal. O deputado tinha feito acusações graves, que rapidamente captaram a atenção dos meios de comunicação e que obrigaram a OMS a responder. Mas quando o Dr. Fukuda lhe perguntou em que se baseava para tamanhas críticas, ele disse: “É a minha opinião.” Ora, é importante estudar os processos que motivam os media de forma a que, para alguns, baste formular uma opinião controversa para criar notícias enquanto outros tenham de se desdobrar em justificações que, muitas vezes, acabam por nem figurar nos media. E há ainda a questão da verificação.

Como assim?

Os media alimentam uma obsessão com a novidade que não teria qualquer problema se a publicação ou difusão fosse antecedida de verificação. Julgo que isso ajuda a explicar por que motivo no final de 2009 o tema da gripe parecia já estar num processo de saturação. Essa predisposição para a novidade acarreta problemas se não existir verificação. Lembro-me certa vez de estar em directo na TVI24 e o repórter contrapôs a dada altura: “Mas, sotor, as suas palavras não são corroboradas por uma médica que até foi ministra da saúde da Finlândia.” Eu não conhecia essas declarações, referi que as ia estudar e, quando pesquisei, percebia que era uma senhora que sofrera um acidente na década de 1970 e que está num centro psiquiátrico desde então. Coloca vídeos no Youtube e defende, entre outras coisas, que a colonização da Lua já começou e até lá há lojas de hambúrgueres. Ora, esse jornalismo baseado no Youtube ocorreu com frequência durante este caso. Emite-se informação sem proceder a uma verificação básica, que demoraria cinco minutos a fazer. Encontrei vários jornalistas no “Público”, no “Expresso”, na “Visão” ou no “Diário de Notícias” que confirmavam tudo o que lhes diziam, incluindo o que o que eu referia. E isso é positivo. Outros nem por isso.

Esta pandemia teve contornos particulares na Internet.

Essa é a conclusão mais importante do ponto de vista epidemiológico. Esta foi a primeira pandemia na era da globalização da informação e isso faz toda a diferença. Actualmente, qualquer cidadão tem ferramentas para escrever um texto e publicá-lo num blogue, gravar um vídeo e carregá-lo no Youtube ou publicar comentários online nos jornais. Em 2005, durante a gripe aviária, os blogues não estavam tão disseminados.

Na verdade, não estávamos preparados para lidar com isso. Depois de ter sido apanhado desprevenido no caso da “ministra finlandesa”, comecei a acompanhar o que se escrevia na Internet. Percebi que, para muitos cidadãos, ela é a única fonte de informação. Portanto, era minha missão acompanhar os boatos, as falsidades, as calúnias, os vídeos estapafúrdios. Note que a Internet também nos permitiu acompanhar a pandemia como nunca acontecera no passado. Sabíamos dos casos em tempo real, obtínhamos resultados em minutos, falávamos por videoconferência com especialistas de todo o mundo. Mas a constatação essencial é perceber que temos de estar em todas as redes, com participações regulares, publicando vídeos, comentários, textos. Combatendo boatos. Caso contrário, fica no ar apenas a desinformação.

Um dos principais detonadores do alarme foi o anúncio em Abril de 2009 de mais de uma centena de mortos no México. No final do mês, porém, o país corrigiu a informação para sete mortos confirmados por H1N1. Dir-se-ia que as autoridades também se apressaram a veicular informação não confirmada...

Nem por isso. Nesse caso, o México (como Portugal) não tinha capacidade de identificar o elemento patogénico associado a essas mortes. Referiram-se cem mortes, até podem ter sido mais, tanto assim que naquela cidade mexicana onde tudo começou [La Gloria] morreram vários jovens desde Janeiro. A correcção da informação refere-se à confirmação das mortes por H1N1, mas isso não invalida que muitos outros possam ter morrido também com a gripe antes disso.

Subscreve a política de comunicação da OMS e da DGS, que expressaram precocemente o alarme e destacaram a ocorrência de um agente patogénico potencialmente nefasto?

Não só subscrevo como estive envolvido na redacção de algumas directrizes. Repare: na gestão de um tema destes, fortemente alicerçado na incerteza, planeia-se para o pior e espera-se o melhor. Não pode ser de outra maneira. Ninguém se prepara para

um sismo de nível 1 na escala de Richter. Para isso, não vale a pena fazer um plano de contingência. Preparamo-nos para vários cenários, reconhecendo sempre que a medicina não é uma ciência exacta como a matemática. A medicina pratica-se em função da evidência disponível em cada momento, pois não é uma ciência baseada no YouTube. E a evidência dizia-nos que o vírus da gripe é previsivelmente imprevisível. Reconheço, porém, que houve uma dificuldade global na comunicação do risco e da incerteza e na distinção entre cenários e previsões.

Foi nesse âmbito que em Maio de 2009, à saída de um congresso sobre pandemias na era da globalização, Jorge Torgal (então director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical) referiu a possibilidade de três milhões de portugueses poderem ser infectados e 75 mil perderem a vida?

Foi um dos cenários em que trabalhámos. Era o pior possível, pois traduzia um agente infeccioso especialmente letal, inspirado no H5N1 de 2005, que tinha uma forte mortalidade associada e uma grande capacidade de contágio. Não considero negativa a divulgação desse cenário. Temos até a responsabilidade ética de avisar a população, de não esconder informação e de divulgar tudo o que sabemos – que, na altura, era pouco. Recordo-me que essa projecção fazia parte de um conjunto de cenários, mas os media só se interessaram pelo mais espectacular. Do meu ponto de vista, foi acertado tornar público todos os cenários.

Embora a análise destaque a elevada coesão entre os especialistas, houve dissonâncias públicas. O pneumologista Agostinho Marques, por exemplo, chegou a dizer: “Tudo isto é um exagero. A doença é relativamente benigna e tem uma expressão pequena, mesmo no México.” Esse ruído prejudica a gestão de crise?

Claro. Mas permita-me que distinga dois tipos de intervenção por parte de alguns colegas: essas palavras do Dr. Agostinho Marques foram proferidas num debate em que eu também estive e que foi transmitido às 11 horas da noite. Inseriam-se numa tentativa de tranquilização da população alarmada. Saíram como saíram e expressaram essa discordância com a gestão de crise mas não foram maliciosas. Distingo-as de outras, já no fim do Verão de 2009, que me desagradaram muito mais. Colegas meus, que colaboraram com o Grupo Operativo Nacional da Gripe A [acabámos por juntar “Gripe A” ao nome para criar o divertido acrónimo GONGA],

que nunca levantaram quaisquer críticas às directrizes que todos criámos e que, chegados a Setembro, colocaram tudo em causa. Nesses casos, o ruído foi intencional. Foi motivado, creio, pela percepção de que, naquelas circunstâncias, quem discordasse do plano oficial, teria garantido tempo de antena na abertura do telejornal. Foi uma quebra de lealdade e solidariedade para com a DGS e os restantes colegas. Em Abril, esses comentários justificar-se-iam; em Setembro, quando já sabemos qual é o vírus, já existe vacina e já se conhece o processo de contágio, não. No fim do jogo, todos acertam no resultado, não é?

Criou-se na opinião pública a percepção de que, de facto, as medidas terão sido exageradas...

Há um colega finlandês que tem uma metáfora muito curiosa sobre o tema. Ele foi entrevistado na Finlândia por uma jornalista da BBC vinda de Londres. A propósito da vacina, perguntaram-lhe: “Mas a vacina é 100% segura? Tem garantias de que não há efeitos secundários?” Ele pensou um pouco e respondeu: “Quando sair daqui, vai apanhar o avião para Londres, não é? Tem a certeza de que ele não vai cair? Não tem. Vai apanhá-lo porque sabe que o sistema é seguro dentro do razoável. Mas não tem a certeza absoluta.”

Em medicina, trabalhamos com probabilidades e trabalhamos com o que sabemos. Quando se tem mais informação, rectificam-se os procedimentos. Mas não é justo dizer em Outubro que as medidas foram exageradas. Aliás, creio que todos os membros do GONGA sabiam que iriam apanhar por tabela. Se a mortalidade do vírus fosse elevada, diriam que não nos preparámos seriamente; como foi baixa, preparámo-nos de mais e gastámos recursos a mais. É pena não terem contribuído para o debate em Abril.

A cadeia de comando das operações, baseada na comunicação das agências nacionais de saúde com as agências continentais e destas com as organizações transcontinentais foi clara?

Perfeitamente. Funcionou muito bem. Comunicávamos rapidamente com colegas de outros países. Foi assim que conhecemos as taxas de morbidade do vírus com tanta velocidade. Naturalmente, os grandes países envolveram-se mais. Os anglo-saxónicos levaram o problema muito a sério e temeram as repercussões de uma pandemia. Lembro-me de, em Maio de 2009, ter participado num congresso de pneumologia nos

Estados Unidos e de a sessão ter contado com um almirante que, logo nessa altura, nos pôs a par do plano de contingência da Marinha de Guerra. Eles não brincaram em serviço e sabiam bem o impacte de uma pandemia de gripe. Recordo que, em 1918-1919, essa foi a principal causa de morte na Marinha norte-americana. Não foi a guerra ou a fome. Foi a gripe espanhola.

Em Setembro, começou o debate sobre a vacinação e aí sim, sentiu-se forte ruído entre especialistas. Levantaram-se várias críticas como as do bastonário Pedro Nunes, de Mário Jorge Santos ou de António Vaz Carneiro, que questionaram o processo de aquisição de vacinas, o mérito das mesmas e eventuais efeitos secundários.

Falaram de facto vários colegas e não tenho dúvidas de que as suas declarações tiveram consequências evidentes na baixa taxa de adesão registada. Não foram a única causa, claro, mas tiveram responsabilidades e seria positivo que as assumissem.

Alguns questionaram o processo de aquisição da vacina, mas ele foi célere e resultou de uma decisão colectiva do GONGA e do Ministério da Saúde. Note que foi a primeira pandemia da história contra a qual contámos com uma vacina eficaz. Isso é histórico. Permitiu moldar a curva epidémica, atrasando o contágio e salvando vidas.

Mas as críticas mais difíceis de aceitar foram as de colegas que colaboraram com o GONGA, que participaram nas decisões e que, chegados a Outubro, assumiram publicamente teses como a necessidade de esperar por um ensaio clínico certificado, que costuma demorar pelo menos um ano; ou que haveria efeitos secundários já verificados pela literatura. Ora, por muitas evidências e consonâncias que se registem na literatura médica, há sempre um artigo científico remoto que coloca a tese dominante em causa. Tal como há pouco tempo se defendeu que a vacina do sarampo estava associada ao autismo – e veio a saber-se depois que essa confirmação resultou da manipulação de dados –, também as teses sobre os efeitos secundários da vacina não estavam alicerçadas em ciência. Pelo menos naquela data. Mas tiveram efeitos terríveis.

Foram a causa principal para a baixa vacinação?

Não podemos dizer isso. A resistência dos médicos e dos enfermeiros à vacinação foi um fenómeno peculiar, que teve seguramente impacte. Porque se os profissionais de saúde não se vacinam, a população hesitará mais. E esse processo tem até gerado

debates éticos sobre a possibilidade de impor vacinas obrigatórias no futuro, assumindo que os interesses do doente se sobrepõem sempre aos dos profissionais de saúde.

Mas vale a pena dizer que quem apelou à não vacinação deve aceitar a sua responsabilidade. Se tivéssemos esperado um ano pela certificação da vacina, a mortalidade teria sido maior. E, mesmo assim, entre os óbitos que se registaram em Portugal custa-nos verificar que alguns poderiam ter sido evitados, pois eram pessoas que não se vacinaram quando a vacina já estava disponível. É um fardo terrível para quem apelou à não vacinação.

Encontra explicações para a baixa adesão à vacinação entre os profissionais de saúde?

É difícil explicar. Fizemos dezenas de ações de formação. Até lhe conto um caso. Certa noite, uma das televisões fez reportagem nos bastidores da Linha Saúde 24. A dada altura, a jornalista perguntou aos enfermeiros se iam vacinar-se e eles, ingenuamente, disseram que não costumam vacinar-se contra a gripe e este ano não deveria ser exceção. Ficámos em choque. O efeito daquelas declarações foi terrível. Então, se eles não se vacinam, por que motivos os outros têm de se vacinar? É por isso que a ciência não tem de ser democrática, como refere um artigo do “New England Journal of Medicine”: *“Ultimately, society must recognize that science is not a democracy in which the side with the most votes or the loudest voices gets to decide what is right.”* Nem todos podem ou devem falar em público numa situação desta natureza porque o impacto de uma frase destas naquela altura é terrível.

Os casos de mortes fetais a meio do mês de Novembro não ajudaram.

Pois não. É daqueles fenómenos que não têm explicação. Foi uma associação temática que pareceu interessante aos jornalistas e, de repente, ficámos a discutir uma questão absurda no espaço público. Li três autópsias de casos desses. Duas nem sequer tinham apurado as causas. Como sabe, muitas vezes, não se conhecem os motivos para a morte dos fetos. Sabe-se que acontece a uma média de um por dia. Mas não tinham relação com a vacina. Ninguém poderia dizer em Novembro que essa relação existia. Se colocar um milhão de grávidas que foram vacinadas numa sala e outro milhão numa sala sem as vacinar dando a estas apenas um copo de água, no dia seguinte, pela

estatística, terá morrido um feto em cada uma das salas. Mas só na sala das grávidas vacinadas as senhoras se lembrarão da terapêutica que fizeram.

Em Janeiro de 2010, registou-se alguma desmobilização da parte da DGS. Ficaram na arena apenas os críticos. Terá sido um erro de cálculo?

Não foi uma decisão consciente. Simplesmente, aconteceu. As pessoas estavam cansadas. Frustradas. Tinham outras prioridades. Admito que possa ter sido precoce do ponto de vista de comunicação de risco.

Sei que a OMS avaliou o desempenho das autoridades de saúde portuguesas...

... e o desempenho foi positivo. É verdade que há aspectos que vão mudar, até do ponto de vista internacional. A escala de progressão geográfica – que tanta incompreensão gerou – vai ser alterada. Há uma directiva também para clarificar o processo de definição e aquisição das vacinas, tornando-o mais transparente, mas essa decisão é polémica. Até aqui, o grupo de especialistas era mantido anónimo para não ser pressionado pela indústria farmacêutica porque estão em jogo milhares de milhões de euros. Agora, é possível que os seus nomes sejam conhecidos e que seja feita uma declaração de interesses. Espero que não se avance para uma solução em que os peritos envolvidos tenham de ser totalmente incólumes ao financiamento da indústria farmacêutica porque isso irá excluir os mais credenciados. A este nível, todos os especialistas já foram, em alguma ocasião, apoiados por uma farmacêutica num estudo laboratorial, numa participação em congressos ou noutra função qualquer. São as regras do jogo. Exigir a total “pureza” implicará trabalhar com peritos de segunda linha ou alunos de faculdade. Mas o nosso desempenho foi positivo.

Anexo J

ENTREVISTA COM ANTÓNIO VAZ CARNEIRO, DIRECTOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE MEDICINA BASEADA NA EVIDÊNCIA E DO PROGRAMA HARVARD MEDICAL SCHOOL-PORTUGAL

(realizada em Setembro de 2011)

É identificado publicamente como o principal detractor do combate contra as medidas das autoridades de saúde portuguesas face à pandemia de gripe de 2009/2010. Em que momento emergiu o seu cepticismo?

Recordo que fui o primeiro e único médico em Portugal que disse em público que a gripe A não tinha importância – ou, pelo menos, que não ia causar um impacto especial – e disse-o em Julho de 2009. Em Janeiro do ano seguinte, já havia bastantes críticos. Mas, naquele mês de Julho, não era fácil fugir ao *mainstream* com uma posição destas.

Fi-lo não porque seja um génio mas porque, nessa altura, já dispúnhamos de evidências epidemiológicas sobre o vírus no hemisfério sul e já existiam excelentes estudos no hemisfério norte sobre a sua estrutura molecular. Tive oportunidade de o explicar, numa reunião com o Ministério da Saúde destinada a discutir a compra das vacinas. Ora, na altura, procurei convencer os meus colegas de que o impacto que as vacinas produziram não justificava a sua aquisição e uso.

Essa posição foi escutada pelo Ministério da Saúde?

Fiquei numa posição solitária, sem apoio dos restantes colegas, mas compreendi a posição do Ministério, pressionado pelo facto de os restantes 26 países da União Europeia (UE) terem decidido comprar doses de vacinas, o que tornaria a opção política de não comprar difícil de explicar ao público⁹⁹. Do meu ponto de vista, porém, não via justificação clínica para isso.

Lembro-me que, nessa reunião, ainda me perguntaram se eu discordava frontalmente da posição da Organização Mundial de Saúde (OMS), ao que respondi: completamente. E expliquei porquê: preciso de justificações racionais para tomar decisões e os dados em que se baseavam as recomendações da OMS não eram

⁹⁹ De facto, o governo da Polónia recusou encomendar vacinas da gripe no Inverno de 2009/2010 – foi o único dos 27 governos da UE a tomar essa medida.

suficientes. Aliás, a OMS saiu muito chamuscada deste processo e sofreu perda considerável do seu prestígio.

Tive sempre cuidado para não atribuir culpas ou motivações externas às decisões dos organismos. Não tenho uma visão persecutória do mundo e sei que estes processos são complexos porque exigem decisões políticas assentes em documentos técnicos. Mas não podem ser tomadas decisões que vão ao arrepio do que a evidência científica sugere. Nesse mês de Julho, a partir do momento em que fiz as contas e calculei a probabilidade de sucesso da vacina face a todo o transtorno e alarme que ela viria a causar, senti necessidade de usar alguns contactos que tenho nos media para tentar contrariar aquele caudal de informação que me parecia distorcido.

Tentou chegar ao espaço mediático antes de Julho ou só nessa altura é que sentiu necessidade de comunicar?

Em bom rigor, comecei a lançar as primeiras dúvidas em Maio, quando me ligavam dos meios de comunicação com questões sobre a gripe. Já nessa altura me parecia que o problema não era tão grave como as autoridades estavam a comunicar. Sou suficientemente experimentado para perceber que, como médico internista, tenho de me documentar diariamente sobre os temas de saúde que estão na agenda porque sou contactado regularmente por jornalistas e tenho de saber do que falo. E os primeiros artigos que fui recolhendo semearam logo algumas dúvidas.

Mas, claro, só em Julho é que a maioria dos jornalistas percebeu que aqui havia um fulano que contrariava o discurso oficial e que valia a pena ouvir-me.

Quando disse, em Agosto de 2010, que a gestão da comunicação da gripe A foi uma catástrofe completa, referia-se a que fases concretas? À identificação da ameaça, em Abril de 2009; aos primeiros alertas e recomendações da OMS; à comunicação de cenários como o que levou Jorge Torgal a sugerir que, no pior caso possível, haveria 75 mil mortos em Portugal; à escala de progressão geográfica até atingir a fase pandémica; ou à gestão dos procedimentos preparatórios que levaram à aquisição de doses maciças de vacinas?

Por definição, um risco em saúde é um factor que aumenta a probabilidade de doença. Você pode ter uma taxa de colesterol de 400 e a probabilidade de sofrer doença coronária aumenta, mas pode nunca vir a sofrer efectivamente disso. A estatística diz-nos que a maior parte das pessoas que tem esse valor de colesterol até nem tem uma

doença coronária. Se adicionar no mesmo doente esse valor de colesterol e uma hipertensão, a probabilidade aumenta mais. Se for fumador, será ainda maior. Mas ninguém lhe pode garantir que vai sofrer, ou não, dessa doença. A avaliação do risco em saúde é por isso muito técnica e exigente. Nunca fornece informação absoluta sobre o que vai acontecer a um indivíduo.

O primeiro passo é medir o risco com ferramentas científicas antes de agir. É evidente que uma doença infectocontagiosa terá níveis de risco diferentes da doença cardiovascular ou da doença oncológica, mas a metodologia é a mesma: calcula-se a probabilidade de essa causa produzir doença ou morte.

O segundo passo é geri-lo. O que faço? Entro numa agitação e tomo cinquenta medidas? Tomo só uma ou duas? Faço uma campanha de rastreio nacional ou internacional? Para todo o público ou só para os grupos de risco? Esta fase é fundamental e, repito, não se pode começar pela gestão sem ter medido rigorosamente o risco de saúde com que estamos a lidar.

A terceira fase é então a comunicação do risco para os profissionais de saúde, jornalistas e para o público.

E no caso da epidemia de gripe senti que estas etapas não foram cumpridas?

Em termos de avaliação de risco, asseguro-lhe que nunca vi tamanha precisão em toda a minha carreira profissional. Três a quatro meses depois do primeiro caso no México, já tínhamos o genoma do vírus, os padrões de propagação, uma primeira ideia dos grupos de risco mais propensos a sofrer com ele, já tínhamos estudos epidemiológicos de acompanhamento do risco. Em Julho, tínhamos já uma panorâmica muito completa sobre o vírus. Foram canalizados recursos ímpares para este processo e o resultado foi brilhante.

O que correu mal foi o processamento desses dados e a gestão posterior do risco. Por isso, em Julho, numa assembleia de técnicos, entre mais de cinquenta pessoas, não hesitei em dizer o que disse. A situação inquietava-me. Como podiam professores catedráticos, especialistas, limitar a sua apreciação à bem portuguesa expressão “Eu acho isto e aquilo”. Não têm de achar nada. Têm de olhar para a evidência e traçar conclusões. E eu lamento dizer que a maioria daqueles especialistas não interpretou convenientemente a evidência disponível em Julho. Em Abril de 2009, seria aceitável porque havia ainda muita incerteza científica; três meses depois, não. Tinham de processar esses dados e calcular o risco. Não o fizeram. Escudaram-se na

unanimidade do grupo e na autoridade da OMS. Mas a OMS estava completamente enganada.

Esse cálculo deficiente expressou-se depois na gestão e comunicação?

Ambas foram catastróficas. Numa análise de benefício e risco, é sempre preciso pesar os dois pratos da balança. Não posso hipertrofiar um dos pratos. Tenho de reconhecer o risco, mas também a ausência do risco, ou seja, quando a OMS (que já tinha errado na epidemia da gripe das aves em 2005) previu que podiam morrer milhões de pessoas, o público reagiu. Anunciou-se o pior cenário possível, aquilo que os epidemiologistas chamam atitude precaucionária. Não estava errado, atenção! Mas qual era a probabilidade de esse cenário acontecer? 0,00001% ou talvez menos. Mas isso quer dizer também que há 99,99999% de probabilidades de nada acontecer. Face a um anúncio daqueles, o cidadão comum reagiu com pânico, considerando que estava perante um problema gravíssimo.

Um segundo aspecto desta péssima gestão do risco foi o aparecimento sistemático de um porta-voz da OMS às oito horas da noite, em conferência de imprensa, anunciando a progressão do vírus e divulgando uma escala de progressão geográfica que foi tomada como escala de risco até atingir a pandemia. Gerou-se um alarme social desnecessário. A declaração de pandemia, por si, não diz nada sobre o vírus. Diz só que ele actua em mais de um continente em simultâneo.

Esta comunicação dramática e grosseira do risco resultou de uma gestão muito deficiente da evidência científica disponível. É provável que a OMS se tenha apercebido disso mas não teve coragem política para arrear caminho e anunciar, no Verão de 2009, que já compreendia que o vírus era afinal mais benigno do que pensara e que o impacte potencialmente devastador seria afinal limitado. Com o historial de tudo o que já tinha anunciado ao mundo, nomeadamente o cenário dos milhões de mortos, já não podia fazer mais nada.

E em Portugal?

Creio que as decisões principais, que deveriam ter sido técnicas, foram essencialmente políticas, embora a ministra até tivesse *background* médico. Mas reagiu, programou e comunicou como política. A gestão de uma epidemia de um agente infeccioso não tem de ser política. É exclusivamente técnica. E não foi.

Além disso, a gestão disfuncional e desproporcional deste risco de saúde teve consequências que ainda hoje, em 2011, não se mediram. Com a gripe, gastaram-se pelo menos 40 milhões de euros, numa estimativa conservadora. Em simultâneo, enquanto se gastava isto com a epidemia, os doentes continuavam a morrer tranquilamente de cancro e doenças cardiovasculares. Fecharam-se escolas e centros de saúde para abrir áreas de atendimento da gripe, que estavam frequentemente “às moscas”. Gerou-se enorme alarme social e disrupção sem nenhum benefício.

É verdade que este processo não é inédito. As nossas sociedades vivem regularmente sustos de saúde muito ligados à nutrição. Ora é o mercúrio do peixe, as dioxinas dos frangos, a gripe das aves, a doença das vacas loucas. E este foi mais um susto desencadeado sem necessidade nenhuma pela ignorância de quem gere as agências que era suposto comunicar riscos. Pergunto: não havia ninguém na OMS que conseguisse comunicar riscos? Que soubesse avaliar o grau ínfimo de probabilidade e agir em conformidade? Esse tipo de falhas alimentou aqueles discursos da teoria da conspiração que, a dada altura, se faziam ouvir na Internet sobre as decisões motivadas por interesses financeiros e comerciais. Note que eu não estou a dizer que foram essas as motivações da OMS. Mas a sua incapacidade permitiu que estas teorias vingassem.

Crê que haverá repercussões para a gestão do próximo alarme associado à saúde?

Acho que não. Não tenho esperança de que as autoridades aprendam. As autoridades de saúde vivem aterrorizadas com a perspectiva de que o público pense que elas são inúteis ou, pior do que isso, pense que elas não querem fazer nada porque não querem gastar dinheiro. Por isso, nestes momentos de ruptura, em que se gera alarme social em torno de problemas que, do ponto de vista probabilístico, nunca deveriam ter saído da esfera pericial em que se encontravam, aproveita-se para gastar a rodos. Gastar dinheiro parece ser sinónimo de actividade para evitar a responsabilização por nada fazer. E, se morrer algum indivíduo, as autoridades temem cada vez mais a responsabilização por não terem feito o suficiente para salvar aquela vida.

Mas isso é uma distorção séria do problema e uma aplicação absurda dos recursos do sistema. Dou-lhe o exemplo da BSE. A prevalência desta doença é 1 por dez milhões. Morreu uma pessoa com a doença no país (há outro caso incerto). Se este valor tivesse sido comunicado ao público, acha que haveria alarme social? Imagina alguém

em pânico se ouvisse dizer que, na Península Ibérica, onde existem 50 milhões de habitantes, este risco de saúde afecta quatro a cinco dessas pessoas? Acha que vale a pena falar publicamente deste risco?

A dioxina dos frangos é outro exemplo. Dei-me ao trabalho de fazer os cálculos. Na pior hipótese de ingestão de frango com dioxinas, calculei que um indivíduo teria de ingerir 12 a 14 frangos por dia para ser afectado! Isso explica o facto de não ter havido nenhum caso, a nível mundial, de morte por este risco. Valia a pena comunicá-lo ao público? Criar alarme? Eu acho que não.

O público não tem sempre de saber?

Não, sob risco de termos de fazer um alerta por dia sobre cada situação destas que emerge. Além disso, na comunicação de risco, tem de ser tida em conta a psicologia do ser humano, que nem sempre o leva a agir racionalmente. Um dos aspectos que defendo é a relevância da maneira como se enquadra o problema. Dou-lhe alguns exemplos.

Houve um caso em Portugal de um restaurante que descobriu que um dos seus cozinheiros tinha sida. O risco de contágio dos clientes face a esse factor de risco seria ínfimo, mas existia. Racionalmente, não deveria importar. Mas se entrar no restaurante e o chefe de mesa lhe disser: “Bem-vindo, a ementa de hoje é óptima, a música ambiente também, mas o cozinheiro tem sida.” Não fica lá, pois não?

Se tiver dois aviões à sua disposição e lhe disserem que o primeiro é mais barato, mas o piloto, embora experiente, está a ser tratado para a depressão, não precisa de ouvir mais nada. Vai decidir seguir a bordo do segundo. Há por isso uma dimensão emocional na assimilação do risco, que tem de ser tida em conta porque a maneira como enquadrámos a mensagem afecta a recepção. Por isso, digo que é fundamental ter profissionais competentes a comunicar o risco na saúde.

Sei que a cultura estatística do público é baixa, mas há maneiras de apresentar a informação que se tornam palpáveis. Repare: qual era o benefício da vacina da gripe A? Fiz o cálculo. Para salvar uma vida, era necessário vacinar 85 mil a 110 mil portugueses. Alguém disse isto ao público em Agosto de 2009?

Crê que, se esse valor fosse do domínio público, a campanha de vacinação teria sido atacada mais precocemente?

Ninguém o pode dizer. Este tipo de relação probabilística entre uma campanha de massa e um impacte reduzido é muito comum na medicina de prevenção que marca a sociedade contemporânea. Têm de se fazer muitos exames ou intervenções para salvar efectivamente um indivíduo. Mas o debate sobre o mérito de cada procedimento tem de ser sério.

Dou-lhe outro exemplo: qual é o impacte da mamografia nas mulheres de baixo risco com mais de 50 anos? Na verdade, temos de rastrear mil mulheres durante dez anos para salvar uma vida. É muito ou é pouco? Isso é outra discussão, e as pessoas podem achar que vale a pena ou que os recursos devem ser canalizados para outra prioridade. Agora, só é debate sério se o risco for calculado. Ora, no caso da vacina da gripe, ninguém quis mostrar esse cálculo porque, se calhar, os portugueses diriam que, para salvar 1 em cada 85 mil inoculados, preferiam que o dinheiro da vacina fosse para outra prioridade. As autoridades agiram – em Julho, repito, já com evidências em cima da mesa – como se estivessem a lidar com um surto de varíola. E isso foi grave.

Mas esse é o fundamento da medicina preventiva contemporânea: alargar os rastreios, detectar maleitas antecipadamente e agir com sucesso no tratamento precoce...

A medicina mudou imenso na última metade do século XX. Até então, os instrumentos de um médico cabiam numa única maleta. A tecnologia melhorou. E, aos poucos, o paradigma de acção do médico alterou-se. Passou a intervir do ponto de vista preventivo. Analisa indivíduos que frequentemente não se queixam de nada em busca de indícios de condições patológicas. Ora, esse paradigma, que constitui um avanço científico notável, trouxe também problemas. O principal é o do sobrediagnóstico, que consiste em detectar alterações que nunca irão prejudicar o doente. Deste modo, um rastreio pode fazer mais mal do que bem, ao detectar uma situação de facto pouco importante mas que vai induzir uma cascata de exames sequenciais e eventuais tratamentos – por definição inúteis. Um dos casos típicos é o da oferta de TAC integral de corpo, em que os defensores (nos EUA) acabam por admitir que deixaram de acreditar que haja pessoas “normais”, já que detectam sempre alguma coisa (um nódulo, um líquido...).

E há ainda um problema ético. Se eu mandar fazer um exame e revelar um pequeno tumor no organismo, eu estou a obrigado a comunicar àquele doente – que até ali se sentia perfeitamente – que ele tem aquele problema. O cálculo do risco até me diz que

há boas probabilidades de aquele tumor nunca o atormentar ou até de desaparecer. (existe evidência científica de involução espontânea de certos cancros da mama *in situ*). Mas eu descobri-o. Tenho de o tratar. Tenho de o informar.

Esqueça o lema da intervenção sem riscos. Não há nenhum medicamento, exame ou cirurgia sem um risco calculável. Todos o têm – ele pode, ou não, ser aceitável. Mas, repito, a equação tem de ser apresentada com todas as parcelas.

O director-geral da Saúde orgulha-se de esta ter sido a primeira pandemia cuja curva epidemiológica foi atrasada e moldada de forma a dar tempo à produção de uma vacina. Partilha essa ideia?

Subscrevo os esforços de contenção e as medidas de higiene e isolamento dos doentes que atrasaram a propagação. Sem dúvida. Só defendo que o risco era mínimo e não precisávamos daquele espectáculo todo, de instruções para lavar as mãos e tossir e de dispensadores em todas as escolas. Agora, se me perguntar se essas medidas e esses investimentos salvaram vidas? De certeza absoluta. Mas não pode ser essa a única questão. A que preço se tomaram estas medidas? Morreram 124 pessoas depois de se terem adquirido seis milhões de doses de vacina. Ao mesmo tempo, todos os anos, morrem mais de duas mil pessoas da gripe sazonal sem qualquer alarido.

Sem vacina, o número de óbitos seria potencialmente maior?

Provavelmente, mas note que a vacinação também não é uma garantia de resultados. Está documentado que boa parte das pessoas (cerca de 40%) que se vacinam normalmente não chegam a produzir anticorpos contra o vírus que estão a combater. É a mesma coisa que tomar água. Ficamos muito satisfeitos porque os idosos aderem maciçamente à vacina contra a gripe sazonal, mas esquecemos que muitos não chegam a “seroconverter”. Não há suporte para a afirmação de que poderiam ter morrido menos pessoas se a vacinação tivesse chegado mais cedo ou a mais pessoas.

Que modelo de vacinação defendia então?

Limitando a inoculação às grávidas e aos grupos de riscos conhecidos. Eventualmente, para além destes dois grupos, talvez concentrasse ainda forças na população infantil em idade escolar. Mas não vacinaria a população idosa, nem os escalões etários mais elevados, sem factores de risco.

De todo o modo, confesso que não tenho qualquer esperança de que, face a um novo risco de perfil semelhante no futuro, a gestão venha a ser diferente. Serão políticos a gerir o risco e vão continuar a temer que o noticiário da noite desfaça a sua credibilidade se não agirem histericamente face a qualquer ameaça.

Esta foi a primeira pandemia contra a qual existiu uma vacina em tempo real. Valoriza essa conquista?

Houve de facto um esforço inédito para fazer uma vacina e esse é um dos processos mais difíceis no campo da farmacologia. Exige isolar um vírus, diminuir a sua virulência, cultivá-lo em laboratório para depois o introduzir em centenas de milhões de seringas. Tudo isto em seis a oito meses. Foi um avanço tecnológico extraordinário, que exigiu recursos colossais.

Nos últimos anos, a indústria farmacêutica tem-se desinteressado da produção de vacinas porque é um processo caro, cuja produção pode ser perturbada a qualquer momento, e sobretudo porque a inoculação de uma vacina tem mais riscos do que a aplicação de um medicamento para tratar doenças. Na vacinação, inocula-se um indivíduo que está bem. É diferente tratar um doente com cancro de pâncreas, cuja mortalidade a cinco anos é quase de 100%, do indivíduo que está bem e que eu vou inocular contra uma doença que ele, se calhar, nunca viria a ter. No primeiro caso, tenho um medicamento forte, potente, com benefícios que o doente vai notar e com riscos que ele também vai sentir em termos de efeitos secundários. Como é que eu justifico o meu acto médico? Se eu não tratar, ele morre de certeza e com mais sofrimento; tratando, não evito a morte, mas meloro a qualidade de vida. No caso da vacina, ninguém está disposto a tolerar efeitos secundários. “Então, eu estava bem, deram-me a vacina e agora sofro disto e daquilo”? Portanto, entenda-se que o risco da inoculação da vacina não era zero. Era mínimo, mas não era zero. E aí entra a psicologia outra vez: mesmo raros, ao ocorrerem em qualquer ponto do mundo, mesmo que tenha sido 1 em cada 50 mil inoculações, despertaram a atenção de todo o planeta.

E afectaram a adesão à vacinação?

Nesse momento, as autoridades portuguesas perderam o controlo da situação e paradoxalmente senti-me na obrigação de explicar que, embora não subscrevesse a aquisição de vacinas, não fazia qualquer sentido sobrevalorizar um efeito secundário

raríssimo. Gerou-se a ideia errada de que a vacina era perigosa. Não era. Era igual às outras, não tinha risco adicional. Houve uma semana inclusivamente em que se associou a vacina ao autismo, o que foi criminoso. Não havia qualquer base para essa afirmação.

Note ainda que aconteceu uma coisa extraordinária: os governos assinaram acordos com as empresas farmacêuticas que as isentavam de qualquer responsabilidade se algo corresse mal. Sem esse protocolo, elas não entregariam vacinas. Sem acordos dessa natureza, as farmacêuticas já não querem produzir vacinas preventivas. Porque o risco de um efeito secundário matar uma criança e gerar uma indemnização milionária não compensa os lucros.

Mas eu acredito que as pessoas não são tontas e que começaram a verificar, em Outubro e Novembro, que as catástrofes anunciadas não estavam a ocorrer. E ficaram mais confortáveis.

A fraca adesão dos profissionais de saúde explicou também a baixa taxa de vacinação do público?

Creio que sim. Recordo que algumas dezenas de pessoas me perguntaram se eu tomaria. Respondi sempre da mesma forma. A vacina tem riscos e benefícios. Na minha perspectiva racional, de análise ao risco, não se justificava para o meu perfil. No entanto, ela é tão segura que, se se sentir mais confortável, vacine-se. Era quase como se a vacina fosse um calmante, um ansiolítico. A beleza da estatística é que eu sou sempre capaz de prever o que vai acontecer a um grupo, mas não o que vai acontecer a um indivíduo em concreto. Fui fortemente atacado por me opor à vacinação em massa, mas não há evidência científica que contradiga o que defendi. Qualquer decisão em medicina deve ser tomada sob pressupostos sólidos e ponderados, introduzindo o cálculo de riscos e benefícios. Esse foi o meu contributo para o debate. Porque a medicina tem muitas crenças arraigadas, muitos hábitos adquiridos, ao passo que a realidade mostra-nos que um procedimento comum de há 20 anos pode ser hoje considerado nocivo. Em medicina, nunca sei exactamente o que vai acontecer, mas a única forma que tenho para reduzir a incerteza é a metodologia científica.

Discute-se actualmente a possibilidade de vacinação mandatória aos profissionais de saúde?

Parece-me um erro colossal, que deve ser combatido com todas as forças. Numa abordagem racional a qualquer processo de vacinação, devem identificar-se os grupos de risco dentro dos profissionais de saúde, informar as pessoas sobre a relação entre risco e benefício, estudar bem os efeitos em populações diferenciadas e esperar que as pessoas envolvidas tomem a decisão racional. Não digo com isto que o indivíduo fica isento de responsabilidade se contagiar outros por ser portador de um vírus que poderia ter evitado. Esse indivíduo, ao abrigo da lei, deve ser penalizado porque deveria ter ficado retido em casa. Mas choca-me, do ponto de vista ético, a defesa da obrigatoriedade de um Estado vacinar quem quer que seja, mesmo que sejam os mais prováveis agentes de contacto.

Anexo K

ENTREVISTA COM ALEXANDRA CAMPOS, JORNALISTA DO *PÚBLICO*

(realizada em Outubro de 2011)

Quando surgiram as primeiras informações oriundas do México, foi das primeiras jornalistas a escrever sobre a gripe (então conhecida como suína). Porquê?

No jornal, dentro da editoria Nacional, há algumas pessoas que tratam dos temas relacionados com a Saúde. Na redacção do Porto, era eu e a Catarina Gomes e, na altura, ela estava de baixa, creio. Acabei por ser a escolha óbvia dos editores, apesar de várias outras colegas em Lisboa e no Porto terem também escrito bastante sobre o assunto.

Como especialista em temas de saúde, tinha noção, em Abril de 2009, do que era uma pandemia e a que correspondiam os seis níveis de progressão?

Sabia naturalmente o que era uma pandemia, embora não tivesse escrito em 2005 sobre o surto epidémico da gripe das aves – que era, até à data, o episódio mais parecido com o cenário que se nos apresentava em 2009. Desconhecia a informação complementar sobre os níveis de progressão e os escalões de agravamento do alarme. Note porém que, embora escreva bastante sobre saúde, concentro-me muito mais nos temas de política de saúde nacional. Não estava assim tão à vontade face àquele problema. Aliás, o próprio jornal inicialmente até arrumou o tema na secção internacional, como um problema que se desenrolava no mundo. Depois, sim, com o primeiro caso em Espanha, ele tornou-se tema nacional.

No final de Abril, a gripe tornou-se tema de primeira página, fazendo eco de um elevado alarme de saúde pública. Que factores a levaram a considerar o tema sob esse cenário de emergência?

É bom perceber que, num jornal, os redactores não decidem que temas devem ser destacados na primeira página ou mesmo que temas merecem atenção. Há editores que fazem diariamente essas escolhas. Fazendo essa ressalva, sublinho que as informações que chegavam do México eram extremamente alarmantes. Referiam dezenas de mortos, um cenário de pandemónio nas ruas da Cidade do México,

máscaras por todo o lado. Um segundo factor foi destacado seguramente pela importância que as organizações internacionais lhe dedicaram: a OMS investiu fortemente na definição da gripe como um problema sério, proferindo declarações públicas graves. Registo ainda que vários países vizinhos (e outras nações como os Estados Unidos) transmitiram igualmente um sentimento de urgência, quer através das suas tomadas de posição quer através das primeiras medidas de contenção. E por fim havia uma quase unanimidade nos meios de comunicação internacionais. Jornais como *The Guardian*, que é quase uma Bíblia para o *Público*, fizeram igualmente esse juízo de valor e, a dada altura, olhámos em redor e sentimos – provavelmente mal – que não podíamos ser os únicos a ignorar um tema de interesse público global.

Em Maio de 2009, Jorge Torgal apresentou um cenário de mortalidade possível na ordem das 75 mil pessoas para Portugal. Kenji Fukuda, da OMS, dizia também por essa altura que um terço da população mundial poderia ser infectada. Sente que os jornalistas não estavam habilitados para contrariar esta avalanche?

Não estavam. Esses cenários eram alarmantes e não adianta agora culpar os jornalistas por terem divulgado esses números com a justificação de que só relatamos os piores cenários. Não só isso não é verdade (no *Público*, ficou sempre claro que esse era um dos cenários possíveis) como isso revela algum desconhecimento sobre o funcionamento do jornalismo. Se se identifica essa possibilidade num relatório de cem páginas, é evidente que esse será um ângulo de abordagem. Provavelmente, o ângulo principal. Não vale a pena esperar outra coisa.

De todo o modo, faça-se justiça ao *Público*, que procurou sempre contextualizar esta pandemia, comparando-a com as pandemias do século XX, com o surto de SARS de 2003, com a gripe das aves. Lembro-me que uma das minhas preocupações iniciais era encontrar os dados de mortalidade da gripe sazonal para poder explicar aos leitores que morrem anualmente 1800 a 2000 pessoas e que isso nunca nos incomodou antes.

Como lidavam com os produtores de informação – com a DGS e outras fontes? Havia contactos articulados? Houve acções de formação?

No início do caso, foi distribuída informação por parte da DGS com alguns contactos habilitados a falar aos jornalistas. Havia consultores da DGS, como Filipe Froes e

outro especialista, e peritos do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Mas, que eu saiba, não existiram acções de formação.

Havia também conferências de imprensa diárias da ministra...

Também elas induziram uma certa sensação de urgência. A ministra falava diariamente. Abria telejornais. E os editores de jornais respondem muito em função do que é difundido pela televisão. Lembro-me que, no Verão de 2009, já sentia que estávamos a atribuir demasiado destaque ao tema, mas fui pressionada por editores para continuar a explorar ângulos novos para o caso. Por outro lado, eles [os decisores] é que são especialistas. Eles é que têm acesso à informação em primeira mão. Lembro-me de falar com Filipe Froes sobre o reduzido impacte da gripe e ele rebater, referindo que a gripe sazonal mata sobretudo idosos, mas que esta era diferente. E que o impacte e o alarme social provocado pela morte de uma pessoa jovem, de vinte e poucos anos, desta forma, neste contexto, é diferente. Choca-nos mais. Provavelmente, tinha razão.

Datam dessa altura as notícias sobre os futuros impactes da gripe no absentismo escolar, na capacidade dos centros de saúde, nos destinos turísticos – no fundo, no quotidiano. Como nasciam essas peças?

Por inspiração dos editores, creio. Cheguei a dizer, certo dia, que não escrevia mais sobre o tema, que achava exageradas tantas notícias sobre um problema que já parecia controlado. Mas há sempre mais pessoas para fazer essas notícias...

Entre as fontes que entrevistei, António Vaz Carneiro queixou-se de que não havia disponibilidade jornalística para escutar vozes dissidentes antes do debate sobre a vacinação. Subscreeve a afirmação?

Não tenho qualquer indicação de que ele tenha feito esforços para ser ouvido antes de o escutarmos pela primeira vez, em Outubro ou Novembro. Aliás, se essa vontade se tivesse manifestado, não imagino por que motivos o jornal não o quieria ouvir. Seria um ângulo novo para a história. Tanto quanto me recorde, as primeiras vozes dissidentes foram as do bastonário Pedro Nunes, de António Vaz Carneiro e de Miguel Oliveira e Silva, que é, aliás, uma pessoa sem papas na língua e que não deixa nada por dizer. Mas essas vozes só se manifestaram no Outono.

Sentiu portanto que o jornal lhes atribuía tanta relevância como às fontes do Ministério ou da DGS?

Creio que sim. É verdade que já tínhamos um historial acumulado de vários meses de notícias num certo sentido, mas esse embaraço de publicar algo que compromete o nosso trabalho anterior não se sobreporia ao interesse jornalístico. Do meu ponto de vista, houve sempre disponibilidade para ouvir essas fontes. Para um jornalista, aliás, a frontalidade e o desprendimento de uma personalidade como Miguel Oliveira e Silva¹⁰⁰ – que conhece bem os mecanismos de aprovação de novos fármacos e percebe como funciona o sistema médico – são bem-vindos.

Alguns especialistas defendem que, numa situação de emergência, os contactos com jornalistas devem ser reduzidos a um pequeno número de pessoas autorizadas a falar para evitar a propagação de informação não validada.

Admito que os decisores pensem assim, mas o nosso trabalho não é esse. É escutar uma diversidade de vozes e procurar um ponto de equilíbrio. Se há crítica a fazer ao nosso desempenho neste caso até deveria ser a inversa. Poderíamos ter escutado mais interlocutores, mais vozes noutros campos.

Que impressões guardou do debate sobre a vacinação?

Um processo confuso. Muitos profissionais de saúde recusavam a vacina. Muitas grávidas manifestavam receio. Circulavam na Internet muitas teorias da conspiração sobre a influência das farmacêuticas e era difícil perceber quem tinha razão. E depois surgiu aquele problema das três mortes fetais numa semana. E a DGS, nessa altura, não se mostrou tão rápida. Lembro-me que lhes pedimos a taxa de mortalidade anual para casos de morte fetal e eles arrastaram os pés. Não davam os números. Acabámos por ser nós a visitar vários hospitais e a falar com médicos para perceber que o problema era mais comum do que parecia. Que morria quase um feto por dia em Portugal, sem existirem causas conhecidas. E essa contextualização pôde então ser feita. Parece-me que a DGS demorou demasiado a reagir a esse caso.

No início de Junho, quando Portugal debatia ainda o processo de compra das futuras vacinas, o laboratório Sanofi convidou vários jornalistas a visitar a sua

¹⁰⁰ Empossado, em Setembro de 2009, como presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

unidade de produção em França, fazendo algum *lobby* pela sua própria vacina.

O jornal influenciou o debate?

Dito assim, parece mais perverso do que foi. Nos EUA e no Reino Unido, os jornais podem dar-se ao luxo de recusar esses convites pagos. Em Portugal, com as crescentes dificuldades económicas, os jornais só conseguem ir nessas circunstâncias. Mas é bom notar que o *Público*, ao contrário de outras publicações, discrimina sempre essas viagens e deixa claro ao proponente que só escreverá se considerar o tema relevante.

Se não o deveríamos ter feito? Não sei. A reunião na farmacêutica até nem foi maioritariamente sobre a gripe. Eles falaram sobretudo da vacina para o cancro do colo do útero. Mas quando repisei o essencial dessa reunião, a informação sobre a vacina da gripe era mais actual e relevante. E foi sobre ela que inicialmente escrevi, nunca advogando que aquela vacina seria melhor do que a dos outros laboratórios.

Face aos óbitos, os media analisados optaram repetidamente por indicar se existiam, ou não, factores de risco, mas essa avaliação depende muitas vezes da autópsia posterior. Porque indicavam essa circunstância?

Nos comunicados dos hospitais, referiam-se muitas vezes os factores de risco, como a obesidade ou as doenças pulmonares. E nós íamos um pouco atrás disso. Percebo o que diz: é precoce dizer que não existem factores de risco quando uma autópsia pode indicar uma malformação cardíaca. Não sei porque o fazíamos.

A partir de Dezembro de 2009, a cobertura do *Público* esmoreceu, reduzindo drasticamente a partir de Janeiro de 2010. Curiosamente, foi nesse período que morreram mais pessoas em Portugal. É uma contradição?

É um aspecto que nos deve fazer reflectir. Desde o Outono que se sentia muita saturação na redacção face a este tema. Parecia que ele não tinha desembocado no cenário previsto. A partir de Dezembro, começámos de facto a desmobilizar. E foi pena porque a história ainda estava viva. Mas creio também que essa desmobilização reflectiu o menor interesse que a DGS e o Ministério dedicaram ao caso. A ministra teve particular gosto em aparecer como porta-voz durante aqueles meses todos, mas, depois, já não fazia declarações públicas sobre a pandemia.

O *Inimigo Público*, suplemento satírico do jornal, chamava-lhe a “ministra da gripe A”...

Foi um pouco isso. Viveu em 2009 um estado de graça porque aparecia ligada às medidas governamentais para controlar a gripe. Só no fim do mandato – perto do segundo semestre de 2010 – é que ficou mais associada a problemas na área que tutelava.

Anexo L

ENTREVISTA COM ISABEL PEREIRA SANTOS, JORNALISTA DA RTP

(realizada em Outubro de 2011)

A curva epidemiológica do caso teve um pico entre Dezembro de 2009 e Janeiro de 2010. Do ponto de vista jornalístico, porém, os picos de maior actividade ocorreram em Abril, Julho e Novembro de 2009. Surpreende-a esta discrepância?

Acaba por ser a força das coisas. Não esperaria outra coisa do ponto de vista jornalístico. No órgão para o qual trabalho, o problema foi logo levado a sério e, no início, qualquer possibilidade de novos casos em Portugal tinha relevo no *Telejornal*. Depois, houve a tal fase em que todos os dias se sabia que tinham entrado mais casos nas unidades de saúde e continuámos a acompanhá-la. Mas houve de facto uma fase em que quer os responsáveis pela coordenação do programa quer os próprios jornalistas sentiram que a história estava esgotada. Tem que ver com os próprios critérios jornalísticos que privilegiam a novidade. Recordo-me até de um indicador muito interessante: no início da pandemia, cada óbito merecia uma peça independente, assinada e trabalhada. Mais para a frente, já eram noticiados com um *off* visual, sintoma de perda de destaque.

Foi por isso que contei tantas notícias em que não se detecta outra assinatura para além da do *pivot* que dá voz?

Essas peças traduzem informação escrita pelo jornalista, que está na retaguarda. Genericamente, não lhes damos voz e não entrevistamos pessoas, porque a informação não é suficientemente importante para merecer uma reportagem, mas justifica mesmo assim incluir a grelha do *Telejornal*. São os *off* visuais, comuns em qualquer edição do *Telejornal*. Há uma proposta de abordagem textual por parte do jornalista, mas o *pivot* adapta-a à sua própria linguagem.

Do ponto de vista da apreciação da severidade do caso, esse foi então o principal critério para o abandono do tema – um ponto de saturação face à informação disponível?

Também, mas creio que, no período em que sucedeu a maioria dos óbitos (entre Dezembro e Janeiro), aconteceu ainda outra coisa: os números das autoridades

tornaram-se dúbios. Lembro-me de olharmos para a estatística anterior em comparação com os novos números e com a informação disponível e essas contas não batiam certo. Havia óbitos que não se percebia de onde vinham ou onde tinham ocorrido. Os próprios hospitais, a dada altura, perceberam que havia muitas fontes, muita informação dispersa e fecharam-se.

Além disso, o Ministério da Saúde e a Direcção-Geral da Saúde (DGS) esforçaram-se por veicular uma única mensagem, mas não foram eficazes. Havia rumores. Havia hospitais que não respeitavam o silêncio. E julgo que, perante esse ruído e essa dificuldade de estabelecer um ponto de equilíbrio, o interesse foi diminuindo.

Só começou a assinar notícias a partir de Maio de 2009. Por que motivo o caso não lhe foi atribuído logo no início da segunda quinzena de Abril?

É uma boa pergunta. Durante estes anos, tenho sido a pessoa que tem acompanhado os temas de saúde com maior proximidade no *Telejornal* e seria normal que o caso me fosse atribuído, mas creio que em Abril desse ano estava ainda envolvida no meu projecto de mestrado e portanto tinha menos disponibilidade. Coincidiu também com uma grande reportagem que estava a preparar para outro *magazine* da RTP e portanto numa altura em que estava menos disponível para o *Telejornal*.

Como se organizou a redacção para um caso destes? Nas primeiras semanas, multiplicaram-se os autores de peças sobre a gripe no *Telejornal*.

Quando emerge um caso relacionado com uma área especializada como a saúde, normalmente as peças são entregues aos profissionais que mais lidam com o tema – no caso, eu e a Paula Rebelo, no Porto. Na gripe, como se apercebeu, não acompanhei logo o caso. A atribuição do acompanhamento de um caso a um ou a vários jornalistas deve-se à importância relativa atribuída pela chefia ao acontecimento e a motivos organizacionais.

O coordenador do *Telejornal* define o alinhamento e decide quem acompanha cada notícia. Não estando presente o jornalista especializado no tema, ele tende a ser entregue a pessoas nas quais o coordenador deposita mais confiança. Essa multiplicidade de jornalistas que detectou deve-se, creio eu, a essa prática organizacional, à qual se junta a rotatividade das pessoas que estão na redacção em cada dia. O coordenador entrega as peças a pessoas em quem confia, consoante a importância que atribui a cada acontecimento.

Pela análise de conteúdo, constato que nunca assinou as reportagens mais dramáticas – aquelas que envolveram óbitos. Foi uma opção ou uma coincidência?

Pode ter sido coincidência. Não estamos cá sete dias por semana, pelo que alguns desses casos podem ter acontecido nas minhas folgas. Sei que a morte do rapaz de 10 anos aconteceu de facto numa folga. Também lhe digo que esse tipo de registo – dramático, emocional, ouvindo a família, naquele *voyeurismo* absoluto em que esse tipo de informação costuma ser difundida – não é o meu estilo e nunca seria um tipo de peça que eu gostaria de fazer. Não a recusaria obviamente e teria feito o meu melhor se me tivesse sido entregue. Mas não seria voluntária para o fazer.

Quase 90% das notícias do *Telejornal* sobre o caso tiveram enfoque em Portugal. Curiosamente, até meados de Maio de 2009, havia tantas peças sobre Portugal como sobre o México e os Estados Unidos. Depois, porém, a dimensão internacional do caso desapareceu...

É muito curioso. Como sabe, antes da gripe A, tinha ocorrido o surto de gripe das aves em 2005. Estive então num encontro de especialistas internacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS) em Copenhaga que debatia os riscos da gripe aviária e a possibilidade de este surto evoluir para a Europa. O *Telejornal* acabou por incluir algumas peças sobre o tema que preparei, mas tive vários obstáculos. Em televisão, a aceitação de temas internacionais nunca é fácil. Tem uma lógica – com a qual não concordo necessariamente, mas que percebo. O *Telejornal* tem um tempo restrito e tem um vasto conjunto de notícias que os coordenadores desejam. Resta pouco tempo para tudo o resto.

Conto-lhe isto porque creio que o motivo que explica esse primeiro interesse nos ângulos internacionais da gripe A se deveu à certeza absoluta da OMS de que a gripe chegaria a todo o mundo. Introduziram-se assim outros critérios na notícia: proximidade emocional, dramatismo com um problema que nos iria afectar.

O tema só voltou à arena internacional na fase de rescaldo, quando se apuraram responsabilidades. Mas não se trata de uma tendência isolada: se estudar outros casos, encontrará a mesma tendência de proximidade e distanciamento em função desses valores que aponte.

O acompanhamento nessas primeiras semanas fazia-se em termos de anúncio do problema que se avizinhava: dos novos casos em países vizinhos, dos primeiros casos em Portugal, do que acontecia nos países onde o problema começara. Houve até um dia em que o *Público* escreveu: hoje, não há novos casos a noticiar...

Em face da lógica que lhe referia, seria impossível convencer a coordenação do *Telejornal* a difundir uma peça com essa informação, embora eu perceba que, nesse momento, a novidade estava precisamente na ausência de casos após uma sequência de muitos dias com contágio. Mas nem para os *off* visuais seria concebível redigir uma notícia nesse âmbito. Em televisão, não funcionaria.

A gripe foi mexicana. Foi suína. E depois tornou-se gripe A. Pelo meio, a indústria turística do México e as indústrias associadas à carne de porco queixaram-se que os danos provocados pelo enquadramento inicial da doença foram tremendos.

Por muito que nos esforcemos por explicar que é seguro comer carne de porco ou que o México só teve o azar de ter sido o primeiro país com casos desta gripe, a cunhagem de um nome para o problema tem fortes impactes. Quando o público desconhece a maneira como o “inimigo” se apresenta e quando não percebe quase nada de epidemiologia, qualquer associação semântica é um perigo potencial. Mas isso já se sabia desde a gripe das aves, que provocara impactes enormes na indústria de criação de aves. Creio que a OMS cometeu alguns erros graves na comunicação da gripe: na forma como apresentou a informação e como a actualizava, na forma como dava indicações terapêuticas. Até esse aspecto da designação inicial constituiu uma falha, associando o problema excessivamente ao México.

De todo o modo, creio que produzimos várias peças desmistificando essa relação – sobretudo com a carne de porco – e explicando que o porco tinha sido só o veículo do vírus. Acho que, depois de ouvirem várias vezes essa desmistificação, as pessoas relativizavam o risco até porque já tinham aprendido com a gripe das aves. Pelo menos, tenho essa esperança.

A RTP esforçou-se muito por contextualizar a gripe no quadro das pandemias do século XX, comparando-a também com os surtos de pneumonia atípica de 2003 e de gripe das aves de 2005. Mais tarde, comparou também os óbitos por

gripe sazonal com a mortalidade da gripe A. Essa contextualização foi importante?

Muito importante. Fornecia um termo de comparação para o público, uma medida de avaliação da seriedade deste problema face aos anteriores. Fiz até bastante mais peças com essa orientação que não chegaram a ser transmitidas. Na altura, estava a fazer um mestrado de Comunicação em Saúde e tinha acesso privilegiado a estatísticas de outros casos de pandemias do passado, que me foram úteis para contextualizar.

Note que não era uma abordagem muito popular aqui. São questões difíceis de explicar e que exigem bastante esforço. Lembro-me de uma cronologia interactiva que me consumiu horas a fio. Permitia mostrar gradualmente o impacte das pandemias anteriores, mas perdi muito tempo com isso. Do ponto de vista prático, não era uma abordagem exequível com regularidade. Até porque um *Telejornal* não é um *magazine*: o contexto é útil, mas... é preterido em função da actualidade.

Mas foram dos primeiros a noticiar a mortalidade da gripe sazonal, um elemento essencial para perceber o novo tipo de gripe.

Foi um objectivo pessoal. Faço jornalismo sobre temas de saúde há alguns anos e ouvia estimativas muito divergentes para a mortalidade da gripe sazonal, mesmo entre especialistas. Até a RTP chegou a difundir informação errada no início. A DGS não fornecia essa informação. Por isso, fomos procurar contactos – que, às vezes, nem queriam ser entrevistados formalmente mas que davam pistas – porque sentimos que era uma informação básica e útil para perceber a nova gripe. Orgulho-me disso.

A DGS nem sempre cooperou. Posso depreender essa afirmação das suas palavras?

Houve fases diferentes de cooperação. Existiu um momento em que o Ministério da Saúde assumiu a comunicação oficial sobre a gripe e a DGS recuou. A rede de peritos com os quais falávamos até então terá recebido instruções para não falar porque as portas se fechavam. As pessoas já nem estavam disponíveis para fornecer informação de contexto. Eram pessoas que, sem excepção, trabalhavam em organismos públicos, motivo pelo qual depreendo que a instrução tenha vindo da tutela. E eu não posso entrevistar qualquer pessoa. Tenho de encontrar porta-vozes credíveis. Por isso, fomos condicionados a procurar respostas no seio do Ministério.

Ana Jorge, ex-ministra da Saúde, foi a personalidade mais vezes ouvida pela RTP: teve uma presença uniforme no noticiário até Novembro, mas depois foi desaparecendo com o tema da vacinação. Esse silêncio terá sido estratégico ou simplesmente o debate era técnico e a ex-ministra preferiu que fosse a DGS a assumi-lo?

De um ponto de vista pessoal, julgo que terá sido porque a questão era técnica e era importante ouvir os técnicos. Numa análise mais abrangente, pode também ter sido estratégica. Inicialmente, em Abril e Maio, foi a DGS a coordenar o processo, a fornecer informação de partida para os jornalistas e a estabelecer uma rede de contactos. Depois, retraiu-se e o protagonismo foi transferido para o Ministério. Francisco George estava na maioria das conferências de imprensa como consultor, mas era a ministra que as iniciava.

Na minha opinião – e é apenas uma opinião –, é também possível que, em Novembro, a ministra já não estivesse tão confortável até porque já se teria apercebido que não existiria a dimensão pandémica esperada, que tinha sido feito um investimento brutal em vacinação que nem sequer era unânime entre os profissionais de saúde. Politicamente, a situação seria desconfortável.

Francisco George reconheceu que, ao chegar a vacinação, a DGS perdeu o controlo sobre o debate...

Lá está: a palavra “controlo”. Numa situação de alarme de saúde, admito que seja importante para as autoridades reduzir ao máximo o ruído, mas julgo que se notou ao longo de todo o caso essa ambição da DGS de controlar o rumo do debate.

O processo de vacinação ficou marcado por três momentos geradores de ruído: a oposição de muitos profissionais de saúde à vacina e à vacinação...

Oposição, de facto, muito ruidosa. Registava-se na maioria das unidades de saúde...

...as notícias sobre efeitos secundários imprevistos e os incidentes associados a três mortes fetais de grávidas recentemente vacinadas...

Esse terceiro momento, orgulho-me de o dizer, foi logo desmistificado pela redacção da RTP, mal tivemos oportunidade. Essas notícias eram tão despropositadas, tão aberrantes, que era urgente corrigi-las. É provável que tenham sido desencadeadas pelo facto de não haver muitos jornalistas especializados em saúde em Portugal e que

portanto associaram dois fenómenos que não tinham qualquer relação entre si: as vacinas e as mortes fetais, que ocorrem regularmente, todos os anos, muitas vezes sem causas evidentes.

Reconhe portanto que existiram factores de ruído durante a vacinação. Que papel cabe aos media perante um processo de alarme social, que sugere moderação e um discurso coerente entre todos os agentes?

Creio que esse discurso coerente não pode atropelar a realidade. E, na realidade, havia muita gente que contestava a vacinação. Isso é notícia. É verdade que existem diferentes maneiras de abordar uma controvérsia desta natureza e cada um tem o seu estilo – mais emocional, mais racional, mais ou menos objectivo. Mas o pano de fundo era esse: a política de vacinação traçada pelas autoridades de saúde estava a falhar. E falhava porque os próprios profissionais de saúde recusavam a vacina e diziam em voz alta que não tinham confiança na vacina. É um bom estudo de caso para perceber como funcionam as estratégias de prevenção em Portugal, inclusivamente para futuras pandemias. E elas falham muitas vezes ao nível da comunicação.

Alguns críticos, sobretudo António Vaz Carneiro, queixam-se de que esboçavam dúvidas sobre os méritos da vacina logo em Julho, mas que não existia disponibilidade nos media para ouvir vozes contraditórias.

Conheço-o bem, gosto bastante do professor. É um excelente comunicador e alguém com quem já colaborei em trabalhos contracorrente. Mas, se eu soubesse que ele tinha alguma coisa a criticar em relação à vacina da gripe no Verão, tinha-o ouvido no próprio dia. Ele tem os meus contactos e não os usou. Estando ele na medicina baseada na evidência e tendo acesso a todos os estudos possíveis, cabe-lhe definir os *timings* em que pretende ser ouvido. Basta fazer um ou dois telefonemas e será escutado pelos media. Mas eu não posso adivinhar, em Julho de 2009, que ele já tem não sei quantos estudos expondo o carácter benigno do vírus.

Note que cheguei a entrevistar pessoas como Filipe Froes que, em alguns aspectos, contrariaram posições ou estratégias da DGS, embora mantendo sempre a lealdade às pessoas que estavam no início da cadeia de decisão. Não aceito por isso essa carapuça. Face a um elemento que contrariaria toda a tese oficial, seguramente que o professor Vaz Carneiro teria vários jornalistas dispostos a escutá-lo.

Aliás, não tenho qualquer atrito com o professor Vaz Carneiro, que foi, noutra ocasião, o pretexto involuntário para uma discussão no seio da RTP. Em tempos, cheguei a preparar uma reportagem com ele, na qual, bem ao seu estilo, ele colocava em causa uma série de lugares-comuns sobre a política de saúde em Portugal. Era uma peça muito interessante. Ora, uma das directoras deste canal perguntou-me nesse dia: “Mas quem é este senhor para dizer estas coisas e por que motivo nós lhe damos cobertura?” Defendi os méritos dele, obviamente, sem ter a certeza de convencer a minha interlocutora. Isto foi numa sexta-feira. No dia seguinte, a revista do *Expresso* publicava uma entrevista com o professor Vaz Carneiro. Ri-me bastante porque a directora em causa dava muita importância ao que vinha no *Expresso* e, portanto, a minha opção tornou-se legítima. Mas estes acasos, infelizmente, acontecem poucas vezes.

Na ocasião, não bastaria então ser professor de Medicina ou director de um departamento para merecer cobertura jornalística?

Às vezes, não chega. A abrangência ou a notoriedade de um indivíduo pode ser muito relevante no meio académico ou noutro meio profissional, mas pode não passar para a esfera pública. Os critérios de notoriedade são diferentes.

Falemos das imagens. As máscaras foram os elementos primordiais para representar visualmente o caso. Eram a melhor metáfora para ilustrar a gripe?

Eram a metáfora possível. Em televisão, é difícil expressar numa imagem o conteúdo de um tema tão especializado como a gripe. A estirpe do vírus, por exemplo, pode não ser assimilada nos dois segundos em que está visível porque exige associações semânticas entre o “boneco” e o vírus e entre o vírus e os sintomas da doença. Não é tão apelativa como a máscara. E ainda há o aspecto prático: se eu colocar a estirpe no ecrã, tenho de trabalhar o grafismo para a tornar mais apelativa. Vou perder mais tempo. Com imagens de pessoas a caminhar usando máscaras, posso falar por cima e ganhar tempo. Há questões muito práticas em televisão.

Encontro duas explicações adicionais para o uso da máscara: por um lado, a máscara era o símbolo contra uma ameaça invisível, que viaja pelo ar e nos ataca. Por outro, a máscara já tinha sido usada na gripe das aves, pelo que provocava ressonância. As pessoas lembravam-se de que ela estava associada a uma doença.

Além disso, a máscara também é um elemento cultural em determinadas regiões. Em Hong Kong, por causa da poluição, anda-se de máscara na rua durante todo o ano. De todo o modo, creio que, depois do uso inicial nos primeiros meses, optámos por representar visualmente os comportamentos saudáveis: a lavagem das mãos, a desinfecção, a protecção face aos espirros. Já era seguro escolher essas imagens pois o público assimilaria as suas implicações.

Mas em algumas ocasiões os repórteres da RTP fizeram directos usando máscaras ou colocando-as ao pescoço...

Eu não o fiz. Nunca usei máscara em reportagem. Creio que isso alimentaria mais a fobia e o pânico do público. Mas devolvo-lhe a questão de outra maneira: no início, em Abril, como poderiam pedir aos jornalistas para ter calma e não despertar o pânico ou não usar máscaras se as próprias equipas de emergência médica, que recolhiam os contagiados nos seus domicílios, se apresentavam quase de “escafandro”, tapados da cabeça aos pés? As próprias instituições de socorro davam o exemplo.

Surpreende-a a forte discrepância registada entre o agravamento epidemiológico da pandemia e o abrandamento da atenção jornalística sobre o caso?

É normal num determinado contexto de jornalismo. Aquilo que aconteceu – em Portugal e no resto do mundo –, perante uma situação hipotética de pandemia de gripe, foi a mobilização das notícias no sentido da espectacularização da informação e não propriamente no sentido do rigor. Se tivesse existido rigor e profundidade no tratamento do caso, creio que as duas curvas poderiam coincidir mais.

A que atribui essas falhas no tratamento jornalístico?

Senti bastante impreparação dos profissionais de jornalismo. Falta nas redacções um conhecimento profundo do campo da saúde que é, como se sabe, um campo muito especial. Um jornalista que trabalhe nesta área tem de possuir um conhecimento que ultrapasse a notícia do dia e que lhe permita antecipar o que se vai seguir. Não pode reagir como um membro do público. Tem de conhecer os rumos que cada tema pode tomar para que a sua cobertura seja rigorosa. Não tenho a pretensão de que a comunicação para o público deva ser altamente especializada e técnica. Não pode ser. Mas não pode – pelo menos em saúde – ser conduzida apenas pela ânsia de despertar alarme ou outras ameaças. Tem de partir de uma base real.

Em que momentos sentiu que esse comportamento se registou?

Na exploração do lado mais catastrófico ou espectacular das previsões dos especialistas, por exemplo. Foram maus serviços de saúde pública. Os especialistas forneceram vários cenários de progressão do vírus da gripe e essa informação não devia ter sido adulterada no sentido de contemplar apenas um – o mais gravoso.

Agora é fácil esquecer que a Organização Mundial de Saúde (OMS) equacionou sempre vários cenários, em função da incerteza científica relativamente àquela estirpe. Havia cenários ligeiros, medianos e outros mais graves. Um jornalista com formação suficiente nesta área consegue entender que se trata de cenários hipotéticos e que têm de ser apresentados como tal.

Há, porém, outro ponto que sublinho: muitas vezes, estas interpretações mais agressivas nem partem dos jornalistas. Eles próprios confessam que são muito incentivados pelos editores a criar informação nestes moldes. A televisão e a imprensa escrita podem ser muito úteis para fazer passar mensagens à população, como sucedeu com a comunicação das medidas de profilaxia, mas também se revestem destes aspectos mais preocupantes.

A informação inicial da OMS era suficiente para fundamentar decisões políticas em Abril ou Maio de 2009?

A situação nunca é ideal, ao contrário do que sucede quando se criam planos de contingência. A informação não é suficiente. Há muita incerteza. As primeiras previsões eram muito assustadoras e a rapidez com que o problema evoluiu de uma fase pre-pandémica para a pandemia foi muito elevada. Porém, as decisões políticas não podiam ser adiadas.

Quando a situação evoluiu para uma pandemia, em Junho, nós praticamente não tínhamos casos em Portugal. Sabíamos que chegariam e, a tomar medidas de contenção, elas teriam de ser decididas nessa fase. Não era quando os serviços de saúde estivessem inundados de casos.

A comunicação que entendemos fazer ao público durante grande parte do caso tentava conter o pânico entre a população, mas não podia garantir que nada iria acontecer porque ninguém sabia ao certo o rumo da pandemia. Não se podia atemorizar de mais, mas também não se podia aliviar de mais, sob risco de o público concluir que, afinal, não se justificava fazer nada.

Referiu a importância das decisões tomadas em tempo real e em contexto real...

Não houve exemplo mais concreto dessa dificuldade do que a decisão de aquisição das vacinas. Compramos ou não compramos? Implicava um valor financeiro elevado e nós corríamos vários riscos: comprar vacinas a mais e estas não serem precisas; não comprar e depois ter de lidar com o contágio sem uma ferramenta importante de contenção; e, por fim, atrasar em demasia a encomenda e depois não as termos a tempo. Recordo que não havia capacidade dos laboratórios para produzir vacinas em quantidade suficiente para todos os países interessados.

Que balanço faz de toda a comunicação de risco do Ministério?

Julgo que a gestão deste caso correu bem. Tivemos situações graves, agora pouco valorizadas, mas que foram responsáveis por 124 mortes. Não foi espectacular, é verdade. Mas houve situações de grande gravidade e agrada-me registar que não se perdeu o controlo clínico sobre o problema. Só foi possível porque as equipas estavam preparadas para isso. E não houve mais contágio porque se disponibilizou muita informação preventiva.

Admite exageros?

Claro. Houve exageros notórios, nomeadamente nos dispositivos de contenção, no uso abundante de máscaras ou no aparato de algumas intervenções. Mas atenção: os dispositivos de prevenção (lavagem frequentes das mãos, desinfeção, isolamento de casos suspeitos, ventilação de espaços fechados) foram absolutamente correctos.

E digo mais: foram responsáveis pelo número mais reduzido de contágios registados em Portugal. Em Inglaterra, por exemplo, houve um fim-de-semana dramático, durante o qual os sistemas de saúde entraram em colapso porque os contágios dispararam. Julgo que a gripe não nos apanhou desprevenidos porque tomámos medidas correctas de mitigação e isso tem de ser valorizado.

Os alarmes em excesso que transpareceram para o espaço público não foram da responsabilidade do Ministério da Saúde. Partiram da comunicação social, que deve assumir as suas responsabilidades.

A rede de cuidados de saúde em Portugal chegou a ser testada até ao limite das suas capacidades?

Salvo em casos pontuais, como no Algarve em Agosto, creio que não. Creio que os serviços de saúde portugueses têm uma grande capacidade de resposta em situações de emergência. Os profissionais mobilizam-se em função de um risco grave. É evidente que são pagos pelas horas extraordinárias, mas aceitam fazê-las porque entendem que a sociedade precisa desse esforço. E isso aconteceu com a gripe e facilitou a nossa capacidade de resposta.

Foi muito enfatizada a circunstância de a ministra ser também profissional de medicina. Foi importante para transmitir tranquilidade à população?

Neste caso, creio que foi importante. Pode não ser sempre, mas neste caso creio que foi. Além disso, a minha formação específica é na área da saúde pública, portanto

tinha experiência de situações como esta e percebia o tom tranquilizador que é importante usar neste contexto. Quando o ministro não vem da área da saúde, pode obviamente fazer o mesmo discurso, mas tem de se socorrer de apoios técnicos mais fortes para fundamentar o que vai dizer. O técnico também pode realizar a comunicação mas com a desvantagem de não ser o decisor, o que pode provocar algum ruído no processo. Na rua, ainda me identificam como “a ministra da gripe”, um sinal que me parece evidente de que as minhas intervenções neste caso foram assimiladas.

Já foi também acusada de protagonismo em excesso neste caso pela elevada exposição mediática a que esteve sujeita entre Abril e Dezembro de 2009. Como comenta?

Não se pode agradar a todos, mas nunca foi minha intenção aproveitar o caso para aumentar a minha exposição pública. No final de 2009, conscientemente, achámos que não fazia sentido continuar a colocar-me tantas vezes em frente às câmaras a falar da gripe. O problema fora importante, mas não era o único tema na agenda da saúde em Portugal. A situação estava controlada. Ocorriam ainda vários óbitos, mas os indicadores disponíveis sugeriam que já não existia risco de uma epidemia generalizada no país. Além disso, a imagem também cansa. Pareceu pouco oportuno continuar a insistir na mesma mensagem.

Por outro lado, creio que, nesse início de 2010, as pessoas já não estavam disponíveis para ouvir a nossa posição porque diriam sempre que se tratava de uma desculpa ou uma justificação para os nossos actos. Os críticos que apareceram nos media nessa altura nunca quiseram analisar o que nos levou a tomar cada decisão no contexto específico. E isso denota a tal falta de formação dos jornalistas. Repare: somos acusados de ter exagerado na comunicação das medidas de contenção, porque quase não existiram casos; mas é perfeitamente plausível que o número reduzido de casos tenha sido condicionado pelas medidas que tomámos.

No início de Agosto de 2009, sentiu necessidade de denunciar publicamente dois casos de pais de pessoas infectadas que se deslocaram propositadamente a centros de saúde para contagiar outras pessoas. Valia a pena fazer aquele alerta ou a sua divulgação nos media contribuiu para aumentar o alarme?

Receei que aqueles comportamentos tivessem um efeito de bola de neve. Que outros pais os seguissem. Foi só isso. Aquelles pais ficaram muito assustados com a doença dos seus filhos e acharam que havia responsabilidade dos outros. E numa situação de incerteza, em que se desconhece ainda o que vai suceder quando uma percentagem ampla da população estiver infectada mas já se sabe que muitos mortos no mundo são crianças ou jovens, temos de reagir. A nossa sociedade aceita com mais facilidade a morte de um idoso por uma doença desencadeada pela gripe. Numa criança, não é aceitável. As crianças não estão feitas para morrer por aquilo que conhecemos do ciclo normal de vida nos humanos.

Além disso, no Algarve, vivia-se uma situação mais complicada. Os serviços de saúde no Algarve já não são fortes. Quando tiveram de lidar com uma população flutuante que duplicou ou triplicou a residente, estiveram perto da ruptura. No fundo, temi que esse fenómeno se expandisse e que se tornasse comum noutras zonas do país. Preferi denunciar, chamando a atenção para o erro do comportamento, a ilegalidade da situação e apelando ao bom senso.

Existiram vozes oriundas do campo médico que questionaram procedimentos e medidas do Ministério.

Há sempre. A saúde é um campo muito plural. António Vaz Carneiro, por exemplo, foi sempre muito crítico sobre as vacinas. A determinada altura, reuni um grupo de técnicos, entre os quais ele, para debater a compra das vacinas. E ele questionou muito essa aquisição. Mas a decisão num processo destes junta o critério técnico e o critério político. É preciso não o esquecer. Houve uma base técnica para essa decisão, que definiu por exemplo a percentagem de população para a qual se comprava a vacina e quais os grupos de risco, mas depois existiram outros factores na equação e é por isso que são os políticos que tomam essas decisões. Esses factores passam pela definição do que um governo deve fazer para salvaguardar a saúde pública em face da estimativa de risco num dado momento.

Percebo perfeitamente a posição de António Vaz Carneiro, que trabalha na medicina baseada na evidência e que foi muito crítico da nossa decisão. Pesámos todas as sensibilidades em função do que poderia acontecer. Mas optámos por nos salvaguardar até porque, em saúde pública, o princípio da precaução prevalece sobre qualquer outro. O Dr. Vaz Carneiro, que é um homem da clínica e não da saúde pública, rege-se por canais diferentes mas um decisor não pode basear a sua decisão

apenas na evidência: se eu só decidir comprar vacinas quando a população estiver contagiada, então não valerá a pena.

Em Julho, quando foram anunciados os grupos de risco a vacinar, levantou-se forte polémica motivada por vários grupos profissionais que entendiam ser igualmente prioritários. Trata-se de uma preocupação a ter em conta em futuros planos de contingência?

É normal que cada um puxe a brasa à sua sardinha. Creio que a primeira definição é incontestável: o país tem de funcionar. Para tal, as pessoas-chave nas empresas de electricidade, água, gás, forças de segurança ou de socorro têm de ser salvaguardadas. Essa é a primeira linha. Portugal nunca tinha sofrido um problema destes na era moderna, mas tinha um plano de contingência afinado durante a gripe das aves, que nos colocara perante a perspectiva de um vírus bem mais agressivo do que este. Seguimo-lo, embora, a partir do momento em que se constatou que o vírus não era tão agressivo, poderíamos ter travado algum exagero nas medidas de contenção.

Deverá ser feita uma nova reflexão sobre o plano de continência: os princípios gerais estão correctos, mas admito uma diversificação das medidas de contingência em função da severidade da ameaça. Nesta gripe, percebeu-se ao fim de algumas semanas que era grave para determinados grupos, mas não para toda a gente. Na gripe das aves, ela era severa em todos os casos de contágio. Essas *nuances* devem agora ser debatidas.

As notificações dos óbitos não obedeceram sempre aos mesmos parâmetros. Em alguns casos, referiram-se factores de risco; noutros, não. Como se explica essa discrepância, sabendo também que esse conhecimento pode não estar disponível no momento do óbito? Ele é produzido pela autópsia que por vezes até é inconclusiva...

Se eu disser que uma pessoa morreu e tinha factores de risco associados vou gerar a minimização do desfecho pelo público. Mas isso não quer dizer que não deva ser referido, desde que bem enquadrado no resto da comunicação. Deve ser dito que existiam ou não existiam factores conhecidos de risco, mas sublinhando que exames posteriores podem revelar mais e que estamos a averiguar.

Houve vários óbitos que pareciam à partida não ter factores de risco associados, mas que depois se verificou existirem. Por isso, a comunicação tem de ser muito cuidadosa

e, por isso também, tentei a dada altura ser eu a comunicar aos media essas mortes para poder garantir que a informação transmitida era objectiva e sem produzir grandes afirmações que pudessem depois ser contrariadas.

A comunicação num caso destes deve procurar juntar as pessoas da clínica, as pessoas da saúde pública e os profissionais de comunicação para ajudar a comunicar objectivamente. Os médicos não costumam gostar, mas é fundamental. Eu debatia diariamente com a Cláudia Borges [assessora de imprensa do Ministério de Saúde] o que devia dizer e o que devia evitar. E aperfeiçoei-me. Antes de fazer várias comunicações, reuni os técnicos à volta da mesa para garantir que tudo o que iria transmitir era rigoroso. Antes de passar a informação, temos de reconstituir todo o caso e recolher toda a informação possível: onde esteve hospitalizado o doente, por quem foi atendido, como foi medicado, que problemas clínicos anteriores tinha. Não podemos ser surpreendidos por nova informação depois de termos falado. Com todos os dados, então sim, podemos decidir o que deve ser transmitido aos media.

Em contrapartida, houve ocasiões em que partiu dos hospitais a notificação dos media relativamente a novos óbitos. E às vezes correu mal porque os profissionais de saúde disseram mais do que as evidências sustentavam. É muito negativo quando um médico garante em conferência de imprensa que não existem factores de risco e dois dias depois comprova-se que, de facto, existiam. Tentei, por isso, que essas comunicações fossem feitas no Ministério.

Os profissionais de saúde estão preparados para perceber o campo da comunicação de risco?

Com franqueza, creio que muitos não estão. Por isso é que se recrutam cada vez mais profissionais de comunicação para as organizações de saúde.

Os primeiros óbitos eram há muito esperados. Que dispositivos tinha o Ministério para garantir a fiabilidade da comunicação?

Recordo-me que o primeiro óbito ocorreu em plena campanha legislativa [a 23 de Setembro de 2009]. Apanhou-me em Coimbra. O facto de terem decorrido duas eleições [autárquicas e legislativas] enquanto o país enfrentava um problema de saúde daqueles também deve ser equacionado, porque os cuidados foram redobrados. Tive muito cuidado para nunca ser acusada de estar a aproveitar o tema da gripe para fazer campanha eleitoral.

Essa morte surgiu de facto numa altura tardia, mas era inevitável que mais cedo ou mais tarde morressem doentes. Esse caso era muito complexo. O doente tinha muitos factores de risco conhecidos e a gripe foi mais uma patologia que se juntou. De qualquer maneira, o protocolo definido dizia que teria de ser eu a revelar ao público esse desfecho e foi o que fiz, procurando enquadrá-la no tal equilíbrio entre o apelo à tranquilidade e a preocupação pela materialização do desfecho temido. Foi nesse caso que verdadeiramente testámos o processo de comunicação.

Julgo que também foi complicado o dia em que morreu a criança de 10 anos [a 29 de Outubro de 2009]. Por um lado, porque se tratava de uma criança; por outro, porque começou por ser sugerido que o hospital tinha falhado no acompanhamento deste caso. Optei por fazer uma curta intervenção porque nunca me passaria pela cabeça estar naquele momento a argumentar com a família se havia, ou não, erro do hospital. Mas não sabia o que tinha acontecido. Por isso, uma vez mais, antes de comunicar ao público, eu precisava de saber todos os dados. Dois dias depois, já sabíamos que o hospital não tinha qualquer responsabilidade e já tínhamos garantias de que iríamos transmitir informação rigorosa. Já podíamos falar. É o modelo que preconizo.

Falemos da vacinação. Tem sido argumentado que a recusa de muitos profissionais de saúde condicionou a campanha de vacinação. Afinal, se os especialistas não se vacinavam, como se podia confiar no público para aderir? Que balanço guarda dessa controvérsia?

Por tradição, nós, os profissionais de saúde não temos taxas relevantes de vacinação. Desvalorizamos muito algumas doenças porque as manejamos. Um quadro gripal não é valorizado da mesma maneira pelos profissionais de saúde e pela população. Alguns consideraram que não valia a pena; outros colocaram em causa os protocolos de produção da vacina, sobrevalorizando o risco de reacções adversas. Note-se que todas as vacinas podem gerar efeitos adversos, mas eu não posso dizer isso na televisão: para a população, a vacina ou é segura ou não é. E ela era maioritariamente segura. Não duvido que a baixa taxa de vacinação entre profissionais terá influenciado o resultado da campanha, mas ela não foi tão má como noutros países. E, do ponto de vista financeiro, tivemos mesmo assim uma capacidade grande de renegociar. Conseguimos transformar vacinas de gripe em vacinas sazonais, o que foi um bom negócio para Portugal. O laboratório foi muito pressionado por nós e acabou por anuir.